CADERNOS DO CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - Ano 38 – n. 63 - Dez. 2025 - ISSN 2175-0173

63

arqueologia e mudanças climáticas

estratégias de resiliência no antropoceno

UNO CHAPECÓ

CEOM

CADERNOS DO CEOM

Arqueologia e mudanças climáticas:
estratégias de resiliência no Antropoceno
v. 38, n. 63
(Dez/2025)
http://dx.doi.org/10.22562/2025.63

Cadernos do CEOM
Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
Servidão Anjo da Guarda, 295-D - Efapi, Chapecó - SC, 89809-900
Subsolo Bloco C1
Fone: (49) 3323-4779
E-mail: ceom@unochapeco.edu.br
Webpage: www.unochapeco.edu.br/ceom

Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera

Editores
Mirian Carbonera – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
André Luiz Onghero – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Editores de dossiê
Felipe Benites Tramasoli – Museu Antropológico do Rio Grande do Sul
Angislaine Freitas Costa – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – Universidade de São Paulo

Discente Bolsista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
Rafael Terras – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Conselho Editorial Nacional
Alda Lucia Heizer - Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Celeida Maria Costa de Souza e Silva – Universidade Católica Dom Bosco
Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina
Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará
Mario de Souza Chagas – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mariana Batista Sampaio – Universidade Federal do Pará
Sérgio Monteiro – Universidade Federal do Pernambuco
Sibeli Viana – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Conselho Editorial Internacional
Antoine Lourdeau – Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris (França)
Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)
Giulia Marciani – Università di Bologna (Itália)
Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Avaliadores
Os editores agradecem a todos os avaliadores que emitiram pareceres para as submissões editadas em 2025:

Ademir Salini – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Adriana Belino de Souza – Universidade Federal de Santa Catarina
Adriane Pesovento – Universidade Federal de Rondônia
Alessandro Batistella – Universidade de Passo Fundo
Amanda dos Santos Vieira – Universidade Federal de Santa Catarina
Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira – Universidade Federal de Ouro Preto
Ânderson Marcelo Schmitt – Rede Municipal de Educação de Chapecó
Anderson Saccol Ferreira – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Angislaine Freitas Costa – Universidade de São Paulo
Camila Serafim Daminelli – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Carla Souza de Camargo – Museu Antropológico do Rio Grande do Sul
Caudia Parellada – Universidade Federal do Paraná
Clotildes Avellar Teixeira – Universidade de Ouro Preto
Claudemir Stanqueviski - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Claudia Battestin – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Claudio Penteado – Universidade Federal do ABC
Cliverson Pessoa – Universidade de São Paulo
Clovis Brighenti – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Cyntia Simioni França – Universidade Estadual de Londrina
Daniel Luciano Gevehr – Faculdades Integradas de Taquara
Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)
Daniela Frida Drelich Valentim – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Diego Dal Bosco Almeida – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Diogo Jorge de Melo – Universidade Federal do Pará
Douglas Rufatto – Universidade Federal de Santa Catarina
Edson Helly Silva – Universidade Federal do Pernambuco
Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina
Fábio Ávila Arcanjo – Universidade Estadual de Campinas
Felipe Benites Tramasoli – Museu Antropológico do Rio Grande do Sul
Felipe Matos – Scientia Consultoria Científica
Giovanna Santana – Universidade Federal de Santa Catarina
Gizele Zanotto – Universidade de Passo Fundo
Helena Maria Marques Araujo – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Inácio Márcio de Jesus Fernando Jaquete – Universidade Estadual de Maringá
Ivo Dickmann – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Jackson Cruz Magalhães – Universidade de São Paulo
Jacqueline Ahlert – Universidade de Passo Fundo
Janaina Amorim da Silva – Universidade Federal de Santa Catarina
Jefferson Virgílio – Universidade Federal de Santa Catarina
Jessica Licia D'Assumpção – Universidade Federal de Santa Catarina
Jonê Carla Baião – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
José Gregorio Lemus Maestre – Universidad de Oriente Venezuela
Josiane Beloni de Paula – Secretaria Municipal de Educação/Natal e Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte
Juliana Brochado da Luz – Universidade Federal de Santa Catarina
Juliana Freitas – Universidade de São Paulo
Juliana Geraldi Yamagutti – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Juliana Santi – Universidade Federal de Rondônia
Klaus Hilbert – Universidade de Passo Fundo
Laiane Bezerra Ribeiro – Universidade Federal do Pará
Leonel Piovesana – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Lucas Silva – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Marcus Granato – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Maria do Carmo Carvalho Madureiro – Universidade Federal do Piauí
Mariana Martins Villaça – Universidade Federal de São Paulo
Michelle Tizuka – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Osmar Hélio Araújo – Universidade Federal da Paraíba

Pedro Cesco Litwin – Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Jaraguá do Sul
Pedro Mülbersted Pereira – Instituto Estadual de Educação Santa Catarina
Rafael Guedes Milheira – Universidade Federal de Pelotas
Rafael Lopes – Universidade de São Paulo
Rodrigo dos Santos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Samira Moretto – Universidade Federal da Fronteira Sul
Sara Hissa – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Sil Lena Ribeiro Calderaro Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina
Susana Sacavino – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Taíse Staudt – Universidade Federal de Integração Latino Americana
Thiago Kater – Universidade de São Paulo
Tiago Muniz – Universidade Federal de Goiás
Valquiria Elita Renk – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Revisão: revisão dos textos sob responsabilidade dos autores
Diagramação e Capa: CEOM/Unochapecó
Fotografia de capa: Prédio do Memorial do Rio Grande do Sul atingido pela enchente de maio de 2024. Arquivo Sedac

905 Cadernos do CEOM [recurso eletrônico] / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Dados eletrônicos. --

Vol. 28, (jan./jul. 2008) - , - Chapecó : Unochapecó, 2008-

Semestral.
Modo de acesso: Internet <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/54 >
Título da página da web (acesso em 20 ago. 2013)
ISSN: 2175-0173

1. História – Periódicos. I. Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Catalogação Biblioteca Central da Unochapecó CDD 905

REITOR: Prof. Claudio Alcides Jacoski
VICE-REITOR E PRÓ-REITOR DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO: Prof. José Alexandre De Toni
PRÓ-REITORA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: Prof.ª Andréa de Almeida Leite Marocco

SUMÁRIO

DOSSIÊ
ARQUEOLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
ESTRATÉGIAS DE RESILIÊNCIA NO ANTROPOCENO

13 **Arqueologia e mudanças climáticas: estratégias de resiliência no Antropoceno: apresentação do Dossiê**
Felipe Benites Tramasoli
Angislaine Freitas Costa

17 **A curadoria digital resiliente em um museu sem sede: o uso do Tainacan frente à crise climática no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul**
Resilient digital curation in a museum without a physical headquarters: the use of Tainacan in the face of the climate crisis at the Anthropological Museum of Rio Grande do Sul
Felipe Benites Tramasoli
Carla Souza de Camargo

29 **As florestas com araucárias como alternativas contra as alterações climáticas**
Araucaria forests as alternatives to climate change
Jefferson Virgílio

42 **Vestígios do Antropoceno à beira-mar: contexto e perspectiva arqueológica**
Traces of the Anthropocene at the seashore: an archaeological context and perspective
Adriana Fraga Silva
Washington Luiz dos Santos Ferreira

59 **No olho do Antropoceno: emergência arqueológica na região da AMACRO**
In the Eye of the Anthropocene: Archaeological Emergence in the AMACRO region
Cliverson Pessoa
Angislaine Freitas Costa

73 **O papel da borracha natural e sintética no Antropoceno/Plantationoceno: da arqueologia histórica e contemporânea da borracha à emergência climática**
The role of natural and synthetic rubber in the Anthropocene/Plantationocene: from historical and contemporary rubber archaeology to the climate emergency
Tiago Silva Alves Muniz

92 **Vozes da Lagoa: memória, pertencimento e mobilização comunitária. O caso do sítio arqueológico Jacuné, Niterói, RJ**
Voices of the Lagoon: memory, belonging and community mobilization. The case of the Jacuné archaeological site, Niterói, RJ
André Conte Zulian
Michelle Mayumi Tizuka
Anderson Marques Garcia

105 **Entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, a baía de Guanabara: considerações acerca da sua ocupação, exploração e os efeitos ambientais na modernidade**
Between the Serra do Mar and the Atlantic Ocean, the Guanabara Bay: considerations abour its occupation, exploration and environmental effects in modernity
Luan Sancho Ouverney

120 **Conservação e monitoramento do patrimônio rupestre no microclima da caatinga frente às mudanças climáticas: o caso do Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí - Brasil)**
Conservation and monitoring of rock art heritage in the caatinga microclimate in the face of climate change: the case of Serra da Capivara National Park (Piauí - Brazil)
David Almeida Eleutério
Leandro Surya
Gustavo Nunes Pacheco
Claudia Cecilia Caro Vera
Jaciara Andrade Silva

136 **Biodiversidade como impulsionador das mudanças climáticas em Moçambique**
Biodiversity as a driver of climate change in Mozambique
Resmino Maximiliano

149 **Do Antropoceno ao Dataceno: corpos, algoritmos e a ficção do capitalismo verde**
From the Anthropocene to the Datacene: Bodies, Algorithms and the Fiction of Green Capitalism
Tiago Negrão Andrade
Maria Cristina Gobbi

167 **Mudanças climáticas e ética da responsabilidade: uma leitura de Hans Jonas**
Climate change and ethics of responsibility: a reading of Hans Jonas
João Raniery Elias da Silva

ARTIGOS

182 **A Identidade Nacional e seus impactos nas memórias Kaingang: resistências e desnaturalizações no Oeste Catarinense**
National Identity and its impacts on Kaingang memories: resistance and denaturalization in Western Santa Catarina
Teresa Machado da Silva Dill

192 **Adiando o fim do mundo: uma cartografia afetiva em memória de minha avó**
Postponing the end of the world:
an affective cartography in memory of my grandmother
Antonia Sammya Ferreira
Ticiane Rodrigues Nunes

203 **"Aqui em casa todo mundo tem terra, se quiserem podem plantar": reprodução social de trabalhadores rurais pós-trabalho assalariado na dendeicultura**
"Here at home everyone has land, if they want they can plant": social reproduction of rural workers after wage labor in oil palm cultivation
Laiane Bezerra Ribeiro
Dalva Maria da Mota
Éberton da Costa Moreira

220 **Arqueogenealogia da Política Indigenista: poder, discurso e tutela no Relatório Figueiredo**
An Archaeogenealogy of Indigenous Policy: power, discourse, and tutelage in the Figueiredo Report
Elvis Gomes Marques Filho

236 **Ecosofía, decolonialidad y complejidad, ¿qué trascendencias ocupan en la educación actualmente?**
Ecosophy, decoloniality, and complexity: what transcendences do they hold in education today?
Milagros Elena Rodríguez
Ivan Fortunato

250 **Estado, revolução e a organização de competições esportivas em Cuba (1960-1979)**
State, revolution and the organization of sports competitions in Cuba (1960-1979)
Renato Beschizza Valentin

272 **Infâncias em marcha: resgatando as memórias de crianças da Coluna Prestes**
Childhoods on the march: rescuing the memories of children from the Coluna Prestes
Giovanna Quitete
Zoia Prestes

282 ***L'esprit Français* em terras paranaenses: a Revista *A Escola* (1906-1921) e a *Belle Époque***
L'esprit Français in Paraná lands: the magazine A Escola (1906-1921) and the Belle Époque
Fernando Tadeu Germinatti
Simone Burioli

297 **Maria Augusta Rui Barbosa para presidente: análise da coluna "o governo feminino" de Leal de Souza na Revista Careta**
Maria Augusta Rui Barbosa for president: analysis of the column "the female government" by Leal de Souza in Careta Magazine
Gabriela Lúcio de Sousa
Márcia Pinheiro Ferreira
Aparecida Marina de Souza Rangel
Márcio Ferreira Rangel

317 **Motivação e engajamento: uma análise do movimento sindical rural no Nordeste Paraense**
Motivation and engagement: an analysis of the rural trade union movement in the north-east of Pará State, Brazil
Lucas Gabriel da Silva Moraes
Heribert Schmitz

336 **Papel e importância das remessas internacionais para as famílias agrícolas no Sul de Honduras e no Norte do Haiti**
Role and importance of international remittances for agricultural families in Southern Honduras and Northern Haiti
Elias Josue Hernandez Zolano
Hans Van Freud Lafortune
Valdemar João Wesz Junior

355 **Percurso da Educação Escolar na Terra Indígena Xapecó e sua importância para o povo Kaingang**
The Path of School Education in the Xapecó Indigenous Land and its importance for the Kaingang people
*Edilvania de Paula dos Santos**
Leonel Piovezana

366 **Por uma sala de aula revolucionária: uma visão histórico-crítica da Educação Brasileira (2005-2023)**
For a revolutionary classroom:
a historical-critical view of Brazilian education (2005-2023)
Gabrielly Sabóia

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.00

Arqueologia e mudanças climáticas: estratégias de resiliência no Antropoceno
Apresentação do dossiê

Felipe Benites Tramasoli*
Angislaine Freitas Costa**

Atravessamos uma quadra da história em que a crise climática, há muito tempo, deixou de ser uma abstração distante para se tornar experiência cotidiana, afetando cidades, comunidades, paisagens e memórias. No Brasil e em outros contextos do Sul Global, enchentes históricas, como as ocorridas no estado do Rio Grande do Sul, e secas prolongadas na região da Amazônia, a exemplo dos rios Madeira e Solimões, desafiam tanto a vida diária quanto a preservação do patrimônio cultural, arqueológico e ambiental. Nesse cenário, a Arqueologia assume um papel fundamental: constitui-se simultaneamente como campo de ação, reflexão e resistência diante das urgências do Antropoceno, e como ciência voltada tanto ao passado quanto ao presente, ao recuperar experiências históricas que iluminam o contemporâneo, ampliando nossa consciência sobre os limites da exploração ambiental e reforça a necessidade de construir alternativas sustentáveis que evitem a repetição dos erros acumulados ao longo do tempo.

Mais do que uma categoria geológica, o conceito de Antropoceno expressa a escala planetária das transformações provocadas pela ação humana (Edgeworth et al., 2015), incluindo alterações irreversíveis nos ecossistemas, mudanças climáticas e a proliferação de materiais sintéticos, como plásticos e tecnofósseis. Para uma Arqueologia preocupada em problematizar o contemporâneo, isso implica lidar não apenas com vestígios do passado, mas também com um registro material que se expande aceleradamente no presente, marcado por resíduos industriais, infraestruturas e objetos que evidenciam a intensificação das relações entre humanos e não humanos, bem como a degradação das condições de existência promovidas por uma economia da destruição. Como argumenta González-Ruibal (2025, p. 19-23), o Antropoceno não pode ser entendido apenas como uma cronologia linear: trata-se de uma era marcada por processos diacrônicos, sobreposições e paradoxos, revelando que a história recente é inseparável das dinâmicas econômicas, políticas e sociais que sustentam a crise climática.

A recente realização da 30ª Conferência das Partes (COP 30) em Belém, encerrada em 22 de novembro do presente ano, é sintomática dessa crise. Apesar da aprovação de textos considerados importantes, não houve avanços concretos sobre as duas principais causas da crise climática: a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento. O simbolismo de reunir lideranças mundiais às margens do maior bioma tropical do planeta contrastou com os limites das negociações internacionais, que continuam evitando enfrentar diretamente os interesses econômicos e políticos que sustentam a crise climática. O resultado é um paradoxo: reconhece-se a gravidade da emergência, mas as soluções estruturais seguem adiadas, recaindo a responsabilidade, mais uma vez, sobre territórios e populações que historicamente menos contribuíram para o problema, mas que estão entre os mais afetados por seus efeitos.

A gravidade desse cenário se intensificou ainda mais quando na manhã de 27 de novembro, poucos dias após o fim da COP 30 de Belém, o Congresso Nacional derruba 56 dos 63 vetos presidenciais relacionados à Lei de Licenciamento

* Bacharel em Arqueologia (FURG), Mestre em Arqueologia (MN-UFRJ) e Doutor em História (PUCRS). Arqueólogo no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (Secretaria de Estado da Cultura). E-mail: felipe-tramasoli@sedac.rs.gov.br.
** Licenciada e Bacharel em História (UNIR), Mestra e Doutora em Arqueologia (MN-UFRJ). Pós-doutoranda do Instituto de Pesquisas Enérgicas e Nucleares, Universidade de São Paulo. E-mail: angislainefc@gmail.com.

Ambiental, com implicações diretas para a obrigatoriedade das pesquisas arqueológicas em áreas impactadas por obras intensificadas pela Grande Aceleração. A conhecida *PL da Devastação*, reforça a fragilidade institucional diante do enfrentamento à crise climática em prol de interesses políticos e econômicos incongruentes com o estado de calamidade. Esse episódio evidencia como, mesmo diante de catástrofes recentes e do clamor social por respostas efetivas, prevalecem decisões que aprofundam a vulnerabilidade ambiental e social do país.

É nesse cenário de urgência que este dossiê se apresenta, reunindo reflexões e experiências que atravessam diferentes biomas, escalas e perspectivas. Dos desafios enfrentados por museus na preservação da memória às práticas ancestrais que inspiram soluções para a justiça climática, os textos aqui reunidos exploram como ciência, tecnologia e saberes tradicionais podem dialogar para enfrentar os impactos das mudanças climáticas.

A estrutura do dossiê inicia-se com artigos dedicados à região Sul do país, seguidos por investigações voltadas ao Norte, e posteriormente ao Sudeste e Nordeste. Em continuidade, apresenta-se um artigo sobre Moçambique, ampliando o olhar para além das fronteiras nacionais. Por fim, a proposta reúne reflexões que chamam atenção para o uso de tecnologias inseridas na lógica do capitalismo de plataforma, as quais reproduzem dinâmicas de colonialidade digital, além de um artigo que discute a ética da responsabilidade diante da crise ambiental global.

A seguir, apresentamos os trabalhos que compõem esta coletânea, cada um trazendo uma perspectiva singular e, ao mesmo tempo, dialogando com os demais para formar um mosaico plural de reflexões e experiências. Deixamos o convite a percorrer esses caminhos, reconhecendo na Arqueologia um campo multidisciplinar, aberto, crítico e fundamental para pensar e agir diante dos desafios do nosso tempo.

O artigo que inaugura este dossiê, *A curadoria digital resiliente em um museu sem sede: o uso do Tainacan frente à crise climática no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul*, de Felipe Benites Tramasoli e Carla Souza de Camargo, analisa como a adoção de estratégias digitais se tornou fundamental para a sobrevivência institucional e a justiça socioambiental em um museu marcado pela ausência de sede própria e pela vulnerabilidade diante da enchente de 2024 em Porto Alegre. O texto evidencia que a digitalização pode ampliar o alcance público, fortalecer a resiliência institucional e democratizar o acesso à memória, ao mesmo tempo em que denuncia desigualdades estruturais no campo da cultura e da memória. A experiência do Museu Antropológico dialoga com debates contemporâneos sobre museologia social, justiça climática e microativismo patrimonial em tempos de crise climática.

Na sequência, *As florestas com araucárias como alternativas contra as alterações climáticas*, de Jefferson Virgílio, examina o papel das florestas de araucárias como alternativas naturais para o enfrentamento das mudanças climáticas, articulando evidências arqueológicas, ecológicas e etno-históricas. O artigo valoriza o protagonismo dos povos indígenas na construção e manutenção desses ambientes, destacando a importância dos saberes tradicionais na criação de microclimas frios, na segurança alimentar e na promoção de soluções baseadas na natureza. Defende-se, ainda, a integração de perspectivas indígenas e científicas para políticas de reflorestamento, justiça climática e adaptação local.

Em *Vestígios do Antropoceno à Beira-Mar: contexto e perspectiva arqueológica*, de Adriana Fraga Silva e Washington Luiz dos Santos Ferreira propõe uma reflexão sobre a contribuição da Arqueologia para a análise crítica do lixo costeiro, com foco nos resíduos plásticos como tecnofósseis do Antropoceno. O texto articula perspectivas de Donna Haraway, Bruno Latour e Dipesh Chakrabarty para discutir a agência dos materiais, a interdependência entre humanos e não-humanos e a necessidade de repensar a temporalidade diante da crise climática. Destaca o papel da Arqueologia na conscientização pública, formulação de políticas ambientais e desenvolvimento de estratégias de resiliência, alertando para a necessidade de controle rigoroso sobre a produção industrial de plásticos.

Avançando para a Amazônia, *No olho do Antropoceno: emergência arqueológica na região da AMACRO*, de Cliverson Pessoa e Angislaine Freitas Costa, examina como os impactos ambientais

recentes na região do interflúvio Madeira–Purus (AMACRO) têm exposto evidências arqueológicas e estratégias indígenas de manejo da paisagem. O texto destaca a resiliência das práticas indígenas, a importância das Terras Indígenas e Unidades de Conservação como barreiras ao desmatamento, e a necessidade de políticas públicas que envolvam diretamente as comunidades locais na gestão do patrimônio. Propõe-se uma arqueologia engajada, capaz de dialogar com saberes tradicionais e contribuir para a construção de alternativas diante do colapso socioambiental.

Na sequência, *O papel da borracha natural e sintética no Antropoceno/Plantationoceno: da arqueologia histórica e contemporânea da borracha à emergência climática*, de Tiago Silva Alves Muniz analisa a borracha, natural e sintética, como marcador material do Antropoceno/Plantationoceno, articulando processos históricos de exploração colonial, industrialização e desafios contemporâneos da crise climática. O artigo diferencia modelos de extrativismo (caboclo e plantation), examina acervos museológicos no Brasil, França e Reino Unido, e discute sustentabilidade, colonialidade e reaproveitamento. Destaca-se o papel da arqueologia e da museologia na problematização da relação entre materialidade, memória e crise socioambiental, e na construção de narrativas críticas sobre colonialismo, globalização e práticas de futuro.

Em direção ao Sudeste, o artigo *Vozes da Lagoa: memória, pertencimento e mobilização comunitária. O caso do sítio arqueológico Jacuné, Niterói, RJ*, de André Conte Zulian, Michelle Mayumi Tizuka e Anderson Marques Garcia, analisa os impactos das mudanças climáticas e da urbanização no sítio arqueológico Jacuné, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. O texto destaca a importância da integração entre saberes locais e análise científica, a participação comunitária na preservação do patrimônio e a necessidade de políticas públicas que considerem a vulnerabilidade dos sítios arqueológicos costeiros. Ao final, propõe-se a Arqueologia Pública e Comunitária como abordagem essencial para a construção de estratégias de resiliência socioambiental, educação patrimonial e engajamento social.

O artigo *Entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, a baía de Guanabara: considerações acerca da sua ocupação, exploração e os efeitos ambientais na modernidade*, de Luan Sancho Ouverney, propõe uma reflexão sobre a ocupação e exploração da baía de Guanabara, destacando os efeitos ambientais provocados pela modernidade, o adensamento populacional e a degradação dos corpos d'água. Valoriza-se a Arqueologia Histórica como ferramenta para compreender e debater os impactos ambientais e culturais na região, articulando escalas locais e globais e evidenciando a necessidade de políticas de preservação e mitigação dos impactos do Antropoceno.

Na região Nordeste, o artigo, *Conservação e monitoramento do patrimônio rupestre no microclima da caatinga frente às mudanças climáticas: o caso do Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí - Brasil)*, de David Almeida Eleutério, Leandro Surya, Gustavo Nunes Pacheco, Claudia Cecilia Caro Vera e Jaciara Andrade Silva, traz uma contribuição metodológica e aplicada ao discutir a conservação e o monitoramento do patrimônio rupestre no bioma da Caatinga. A partir de dados de sensoriamento remoto e análise climática, o artigo propõe mecanismos de monitoramento integrado, destacando a vulnerabilidade do semiárido brasileiro e a necessidade de ações preventivas diante do aumento das temperaturas e da redução hídrica. A articulação entre diretrizes internacionais e experiências locais demonstra como a conservação do patrimônio depende da integração entre ciência, políticas públicas e participação comunitária.

O dossiê prossegue com *Biodiversidade como impulsionador das mudanças climáticas em Moçambique*, de Resmino Maximiliano, que evidencia como a perda de biodiversidade é simultaneamente causa e consequência das mudanças climáticas, agravando processos de desertificação, erosão e insegurança alimentar. O texto ressalta a urgência de políticas públicas integradas, manejo sustentável e valorização dos conhecimentos locais para promover a resiliência ecológica e social. A abordagem interdisciplinar articula ecologia, saúde pública e estratégias de migração, ampliando o debate sobre justiça

ambiental e soluções baseadas na natureza e na participação comunitária.

Logo após, *Do Antropoceno ao Dataceno: corpos, algoritmos e a ficção do capitalismo verde*, de Tiago Negrão Andrade e Maria Cristina Gobbi, analisa criticamente a emergência de infraestruturas digitais aplicadas à gestão ambiental, como IA climática, blockchain ecológico e plataformas de monitoramento. O texto denuncia como essas tecnologias, inseridas na lógica do capitalismo de plataforma, reproduzem dinâmicas de colonialidade digital, financeirização da natureza e biopolítica algorítmica, mas também identifica práticas contra-hegemônicas que articulam soberania dos dados, justiça climática e cosmopolíticas digitais, propondo alternativas para enfrentar desigualdades e promover a participação comunitária na gestão do patrimônio digital e ambiental.

Por fim, encerrando o dossiê, *Na abordagem* filosófica, *Mudanças climáticas e ética da responsabilidade: uma leitura de Hans Jonas*, de João Raniery Elias da Silva traz uma leitura da crise climática a partir da ética da responsabilidade do filósofo alemão. O artigo enfatiza a necessidade de uma ação ética diante da ameaça ambiental global, defendendo a responsabilidade intergeracional, a justiça climática e a centralidade da precaução diante das incertezas científicas, articulando debates sobre justiça social, direitos das futuras gerações e a urgência de políticas públicas comprometidas com a solidariedade planetária.

O dossiê *Arqueologia e mudanças climáticas: estratégias de resiliência no Antropoceno* oferece um panorama plural, interdisciplinar e crítico sobre os desafios e possibilidades da Arqueologia e áreas afins diante da crise climática. Esperamos que as reflexões e experiências aqui reunidas inspirem novas práticas, pesquisas e políticas comprometidas com a preservação do patrimônio, a justiça socioambiental e a valorização da diversidade de saberes no enfrentamento das mudanças climáticas.

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram com seus trabalhos e à Revista Cadernos do CEOM por acolher esta temática fundamental. Boa leitura!

Referências

EDGEWORTH, Matt; RICHTER, Daniel de B.; WATERS, Collin.; HAFF, Peter.; NEAL, Catt.; PRICE, Simon. Diachronous beginnings of the Anthropocene: The lower bounding surface of anthropogenic deposits. **The Anthropocene Review**, v.2, n.1, p. 33-58, 2015.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. **An Archaeology of the Contemporary Era**. 2 ed. London: Routledge, 2025.

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.01

A curadoria digital resiliente em um museu sem sede: o uso do Tainacan frente à crise climática no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul

Resilient digital curation in a museum without a physical headquarters: the use of Tainacan in the face of the climate crisis at the Anthropological Museum of Rio Grande do Sul

Felipe Benites Tramasoli*
Carla Souza de Camargo**

Palavras-chave:
Patrimônio cultural
Eventos climáticos
Tainacan

Resumo: Este artigo analisa a adoção da plataforma Tainacan como estratégia de curadoria digital resiliente no contexto da emergência climática, a partir da experiência do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS). Diante da ausência histórica de sede própria e da vulnerabilidade evidenciada pela enchente de 2024, o museu passou a utilizar o Tainacan como ferramenta para garantir a continuidade institucional, ampliar o acesso público ao patrimônio e fortalecer sua presença social. O estudo descreve as etapas de inventário, catalogação, digitalização e publicação em ambiente digital aberto, destacando como a gestão digital pode mitigar riscos, democratizar o acesso à memória e afirmar direitos culturais de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. Conclui-se que, em tempos de crise climática, museus devem ser compreendidos como agentes ativos na promoção da sustentabilidade e da justiça socioambiental, e que plataformas digitais como o Tainacan oferecem caminhos concretos para a construção de políticas culturais adaptativas e inclusivas.

Keywords:
Cultural heritage
Climate events
Tainacan

Abstract: This article analyzes the adoption of the Tainacan platform as a strategy for resilient digital curation in the context of climate emergency, based on the experience of the Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS). Faced with a historical lack of a permanent physical headquarters and the vulnerabilities exposed by the 2024 flood, the museum began using Tainacan as a tool to ensure institutional continuity, expand public access to cultural heritage, and strengthen its social presence. The study outlines the stages of inventory, cataloging, digitization, and publication in an open digital environment, highlighting how digital management can mitigate risks, democratize access to memory, and affirm the cultural rights of Indigenous, Quilombola, and traditional communities. It concludes that, in times of climate crisis, museums must be understood as active agents in promoting sustainability and socio-environmental justice, and that digital platforms such as Tainacan offer concrete pathways for building adaptive and inclusive cultural policies.

Recebido em 29 de agosto de 2025. Aprovado em 17 de novembro de 2025.

Introdução

A emergência climática tem adquirido crescente centralidade no debate científico e institucional ao longo das últimas décadas em virtude do aumento sistemático da frequência e da intensidade dos eventos considerados extremos associados às mudanças do clima. Conforme relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC), não há óbice – a despeito de discursos negacionistas, muitas vezes, motivados pela ânsia do capital – atribuir à ação humana o status de principal vetor de aceleramento dessas transformações (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2014, p. 2), o que não significa dizer que este impacto só pode ser sentido agora,

* Bacharel em Arqueologia (FURG), Mestre em Arqueologia (UFRJ) e Doutor em História (PUCRS). Arqueólogo no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (Secretaria de Estado da Cultura). E-mail: felipe-tramasoli@sedac.rs.gov.br.
** Bacharel em Ciências Sociais (UFSCar), Mestre em Antropologia (UFSCar) e Doutora em Ciências Sociais (Unicamp). Antropóloga no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (Secretaria de Estado da Cultura). E-mail: carla-camargo@sedac.rs.gov.br.

afinal, desde meados do século XIX, já é possível observar-se uma elevação contínua da temperatura média global, sendo as quatro últimas décadas aquelas consideradas as mais quentes desde o início dos registros sistemáticos. O ano de 2023, por sua vez, foi identificado como o mais quente da história do planeta, com destaque para o território brasileiro, onde a temperatura média anual superou em 0,69ºC a média histórica (Confederação Nacional de Municípios, 2024, p. 3), em função da ocorrência de ondas de calor sucessivas e eventos climáticos extremos, como a enchente de maio de 2024 que acometeu o estado do Rio Grande do Sul.

É neste contexto emergencial que a nossa reflexão se enquadra. Para além dos efeitos óbvios que eventos extremos gerados por essa condição de emergência climática podem causar para a preservação de sítios arqueológicos – tanto os já conhecidos como aqueles em potencial –, é preciso considerarmos ainda o impacto de tal circunstância na preservação daqueles acervos sob a guarda de instituição brasileiras, não menos vulneráveis às transformações ambientais em curso. Em especial, se considerarmos que, de acordo com levantamento recente da Confederação Nacional dos Municípios,

> Apenas 22,6% dos gestores consideram que seus Municípios estão aptos para enfrentar o aumento de eventos climáticos extremos. Considerando os 5570 Municípios brasileiros, isso indica que aproximadamente dois em cada dez Municípios estão preparados para enfrentar eventos climáticos extremos. Esses resultados revelam-se extremamente importantes e ao mesmo tempo preocupantes quando o cenário posto é o de emergência climática e o desafio de redução de emissões de gases de efeito estufa anda a passos lentos. Ao mesmo tempo, o debate sobre financiamento climático não atende a urgência das questões climáticas, e conceitos como o de justiça climática não estão claramente definidos. A agilidade com que o aquecimento global se manifesta não corresponde à velocidade de resposta dos Municípios com ações de enfrentamento às mudanças do clima de forma a garantir resiliência, segurança e sustentabilidade à população, cenário esperado diante dos dados revelados pela CNM nesta pesquisa, diante da ausência de apoio técnico e financeiro em emergência climática. (Confederação Nacional de Municípios, 2024, p. 16)

Quer dizer, as vulnerabilidades derivadas dessa fragilidade nossa enquanto sociedade aos eventos extremos não se restringem a aspectos biofísicos e à dinâmicas ambientais – ditos naturais, logo supostos a pertencer a outra esfera ontológica –, mas estão intrinsicamente ligadas a condicionantes sociopolíticas e econômicas, fruto das dinâmicas características de conflitos inerentes às sociedades modernas, que, em última instância, materializam-se na promoção de políticas públicas que, contumazmente, estão em desacordo com o estado de emergência climática denunciado aqui.

Entre essas políticas, podemos destacar o desmonte de órgãos de fiscalização ambiental, como o IBAMA e o ICMBio (Agência Brasil, 2023); a flexibilização de normas de licenciamento ambiental, como a ocorrida no estado do Rio Grande do Sul, objeto de judicialização (Supremo Tribunal Federal, 2025); o estímulo à expansão da fronteira agropecuária sobre áreas de floresta nativa (Silva, Barros, *et al*., 2024); e o incentivo a grandes empreendimentos de infraestrutura sem avaliação e acompanhamento rigorosos e sem a devida consideração de especialistas e das comunidades diretamente afetadas sobre o impacto socioambiental (Pimentel, 2024). Por outro lado, as sucessivas reduções orçamentárias direcionadas às áreas de educação, ciência e cultura nas últimas décadas, por exemplo, comprometem significativamente o desenvolvimento e o aprimoramento de campos de atuação já historicamente relegados.

Tal cenário é encarado aqui como reflexo também dos conflitos simbólicos envolvendo narrativas sobre a memória, cujos discursos resultam na legitimação de determinados grupos em detrimento de outros em disputas contemporâneas — como no debate sobre o *marco temporal de ocupação*, tese jurídica formulada pelo Supremo Tribunal Federal, que articula, necessariamente, presença, memória e território (Ramalho, 2025). Especificamente nesta análise, tal disputa se materializa no modo como locais de memória, em especial os museus dedicados às populações subalternizadas, são tratados.

> O professor [Carlos] Fausto observa que, embora alguns intelectuais brasileiros tenham imaginado uma conexão entre si e os tupis-guaranis do século XVI, eles tendiam a suprimir elementos incômodos do passado nacional, notadamente a apropriação de terras dos povos indígenas e a importação de escravizados africanos.
> Na noite de 2 de setembro de 2018, o museu [Nacional] incendiou, destruindo 80% dos milhões de itens de suas coleções e de sua biblioteca de excelência internacional. Talvez a amnésia institucional do Brasil tenha permitido que governos sucessivos negligenciassem pedidos urgentes para reforçar o antigo palácio e protegê-lo contra incêndios. Felizmente, curadores acadêmicos haviam documentado uma grande parte das coleções (Kuper, 2023, p. 296).

No nosso caso, a negligência da Administração tem a mesma origem, a falta de implementação de políticas públicas voltadas à consolidação da infraestrutura museológica básica, mas em uma forma mais intensificada do mesmo problema. Afinal, o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul é um museu estadual, com 47 anos de existência, que nem ao menos possui sede própria – aliás, o único da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul nessa condição.

O Museu Antropológico do Rio Grande do Sul: um contexto e a enchente

O Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, criado pelo Decreto nº 26.932 de 20 de abril de 1978, é uma instituição pública, permanente e sem fins lucrativos, vinculada administrativamente à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. Cumpre papel essencial na pesquisa, preservação e difusão da memória e do patrimônio cultural do estado. Seu acervo, constituído ao longo de mais de quatro décadas, resulta de pesquisas, doações institucionais e contribuições da sociedade civil. Os primeiros bens incorporados ao acervo da instituição tiveram origem nas pesquisas arqueológicas conduzidas por Fernando La Salvia em sítios localizados na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, no final da década de 1970. Tônica que estabeleceu e consolidou o caráter fortemente atrelado à pesquisa acadêmica realizado pelos servidores da instituição, fomentando a construção de um acervo que, atualmente, conta com aproximadamente 43 mil itens etnográficos e arqueológicos, entre cerâmicas, fotografias, registros sonoros e visuais, objetos e documentos que testemunham a diversidade cultural sul-rio-grandense.

No entanto, não obstante o esforço de seus integrantes – que já chegaram à casa das dezenas durante os anos 1980, embora tenha uma média de três servidores, ao todo, nos últimos anos –, a instituição sofre, desde sua criação, com uma grave falta de infraestrutura básica: a ausência de sede. Ao longo de sua trajetória, o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul ocupou provisoriamente seis diferentes locais — uma condição que, embora transitória, acabou se estendendo por períodos indefinidos *ad aeternum*. Em um desses espaços, no ano de 1993, o museu chegou a ser alvo de uma ordem judicial de despejo, evidenciando a instabilidade institucional que marcou parte de sua existência.

De forma geral, como bem demonstrado no Plano Museológico da instituição, para além das dificuldades estruturais causadas pela não existência de um espaço próprio e adequado, a ausência de uma referência espacial, a despeito de todos os esforços empregados nas ações promovidas pela equipe do museu, enfraquece a visibilidade e a construção de uma identidade institucional mais forte.

> Se o movimento de implementação de um museu de antropologia obteve êxito inicial em sua idealização de perfil e atividades fins, desde o início o projeto careceu da definição e da destinação de uma sede própria. Diferente de museus criados a partir da existência e "vocação" referencial de uma casa, de um lugar associado e investido por agentes públicos de valor histórico e patrimonial, dado por personagem político relevante (como o Museu Júlio de Castilhos), por acontecimento ou por empreendimento de ofício de relevância histórica (como o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa e o Museu do Carvão), a proposta do MARS perseguia um modelo idealizado, de algo a ser instituído e relacionado a um modelo de "museu de antropologia" e a diversidade de patrimônios culturais de coletivos, na maioria dos casos, sem visibilidade e ocultados em suas

> territorialidades. Sem um lugar, sem um prédio referencial que dotasse de força política e patrimonial [...] a perda de espaços expositivos próprios, e de uma identidade institucional vinculada a uma identidade de museu como lugar, inviabilizada por ausência de comunicação e de fluidez de trânsito ao rés do chão, quando posto em distantes salas no obscuro décimo andar de imenso prédio, que abriga muitas empresas comerciais e até apartamentos residenciais. A partir de então, inúmeros projetos de exposição, seminários, cursos, ações educativas realizados em espaços institucionais cedidos ou em parceria, nem sempre reverteram em reconhecimento sólido da imagem institucional do MARS, muitas vezes sendo eclipsado pela imagem das instituições anfitriãs dos espaços, aos olhos do público. (Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, 2022, p. 9-11)

Atualmente, a sede administrativa do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul ocupa uma sala de cerca de 40 metros quadrados no Memorial do Rio Grande do Sul — edifício construído entre 1910 e 1913 para sediar os Correios e Telégrafos, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e posteriormente cedido ao Estado do Rio Grande do Sul. O acervo, entretanto, encontra-se em endereço distinto: um prédio de ocupação mista na Rua dos Andradas, no Centro Histórico de Porto Alegre (Figura 1), onde está distribuído em três salas comerciais de aproximadamente 40 metros quadrados cada, compartilhando o espaço com uma variedade de serviços, entre os quais se destacam escritórios de advocacia, contabilidade e consultorias; clínicas médicas, odontológicas, estéticas e de psicologia; empresas ligadas ao setor financeiro, como bancos, cooperativas de crédito, financeiras e seguradoras; além de escritórios de representação comercial e de capacitação profissional, estando presentes ainda órgãos e entidades voltados ao trabalho, previdência e seguridade social, bem como associações de classe e serviços administrativos diversos.

Quer dizer, esta circunstância presente – e constante – compromete diretamente tanto o conhecimento do público, na ausência de uma referência clara à instituição, quanto o acesso e o controle técnico dos acervos sob sua guarda e, principalmente, a sua comunicação. A separação física entre a equipe técnica e os objetos musealizados, por exemplo, dificulta a implementação de rotinas adequadas de monitoramento, conservação e segurança, além de inviabilizar ações educativas ou de mediação direta com o público.

Figura 1 - *Existe um museu aqui dentro.* Edifício Santa Cruz, localizado na Rua dos Andradas, 1234, no Centro Histórico de Porto Alegre.
Fonte: autores (2024).

Figura 2 - Prédio do Memorial do Rio Grande do Sul atingido pela enchente de maio de 2024.
Fonte: Arquivo Sedac

Ademais, ambos os edifícios que atualmente abrigam o Museu — tanto a sede administrativa no Memorial quanto os espaços de reserva técnica — foram atingidos pela enchente de maio de 2024 em Porto Alegre (Figura 2), evidenciando de forma contundente a vulnerabilidade estrutural da instituição frente a eventos climáticos extremos e a urgência de estratégias que garantam sua continuidade institucional e a salvaguarda dos bens.

No caso do edifício do Memorial do Rio Grande do Sul, embora nenhum bem sob a guarda do Museu Antropológico tenha sido diretamente atingido, o térreo permaneceu submerso por mais de um mês. Já no piso superior, diversos bens a serem potencialmente incorporados ao acervo etnográfico e que aguardavam análise pela equipe do museu foram expostos a condições críticas de umidade relativa. No prédio comercial onde ficam os bens arqueológicos, os acervos encontram-se no 10º andar da edificação e, embora não tenham sido igualmente atingidos, o prédio em questão foi. Além de impossibilitar o acesso por mais de um mês por conta do nível da água, a cheia do guaíba atingiu a rede elétrica do Centro Histórico da cidade, que é subterrânea, deixando a região sem luz por cerca de um mês, além de afetar as subestações internas de luz de ambos os prédios, que só retornaram à normalidade semanas após a retomada da rede elétrica na região.

Os acervos de um museu de antropologia sem sede frente à crise climática

Eventos climáticos extremos geram desastres cujos efeitos, embora alcancem amplos segmentos sociais, recaem de forma desproporcional sobre as populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, que dispõem de menor capacidade adaptativa e de resposta frente às perdas. No Brasil, os desastres desencadeados por precipitações intensas tendem a se tornar mais frequentes e severos, atingindo especialmente os segmentos mais pobres da população. De igual forma, embora tais eventos atinjam instituições e espaços de memória indiscriminadamente, os efeitos e as respostas de tais locais ocorrem de modo desigual e em ritmos distintos.

No caso do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, essa desigualdade manifesta-se de forma ainda mais aguda. A instituição, que não possui sede própria e cuja administração funciona no interior do Memorial do Rio Grande do Sul, ficou com seus espaços inacessíveis por cerca de 45 dias em razão da enchente. Contudo, a ausência de sede física própria — problema histórico e estrutural — faz com que o museu seja constantemente invisibilizado nos momentos de crise. Enquanto outras instituições culturais de maior visibilidade, como a Casa de Cultura Mário Quintana e o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Sul21, 2025), além do próprio Memorial do Rio Grande do Sul, mobilizaram respostas emergenciais mais rápidas e receberam atenção pública e governamental, o Museu Antropológico permaneceu à margem, como se sequer tivesse sido afetado.

Esse quadro evidencia não apenas uma assimetria na gestão de riscos e na capacidade de resposta entre as instituições culturais, mas também reproduz, no campo da memória, as mesmas desigualdades socioambientais que atingem populações em situação de vulnerabilidade. O fato de um museu voltado justamente à salvaguarda e valorização das culturas indígenas, quilombolas e de outras populações tradicionais ser relegado a uma posição secundária em termos de reconhecimento e assistência – historicamente e em tempos de catástrofe – revela um paradoxo doloroso: as instituições que se dedicam a dar visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados são, elas próprias, marginalizadas nas políticas de preservação e, consequentemente, de resposta a emergências.

A ausência de sede própria e a precariedade estrutural do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul não apenas dificultam a gestão cotidiana de seus acervos, como também amplificam sua vulnerabilidade frente a eventos climáticos extremos. Essa condição é agravada pela limitação de recursos humanos e tecnológicos, o que compromete a capacidade da instituição de implementar medidas adaptativas eficazes, tornando suas coleções mais vulneráveis aos impactos climáticos. Essa constatação reforça o argumento de que a desigualdade na capacidade de resposta entre instituições culturais não é apenas técnica, mas também política, refletindo a marginalização histórica de museus voltados à preservação de culturas subalternizadas.

Nesse sentido, deve-se sempre reforçar que museus não são apenas guardiões de bens, mas também garantidores de direitos fundamentais, como o acesso à memória, à cultura e à identidade. Logo, quando um museu é privado de condições materiais mínimas de funcionamento e de respostas adequadas diante de uma crise climática, o que se compromete não é apenas a integridade de seu acervo, mas também a continuidade dos direitos culturais das comunidades que ele se propõe a representar. A situação do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, portanto, torna-se um caso emblemático para compreender como as desigualdades sociais e ambientais se refletem também no campo da preservação do patrimônio, indicando a urgência de políticas públicas que tratem a cultura como dimensão estratégica da adaptação e da resiliência climática.

Como não foi diferente de outros museus e instituições de cultura do Rio Grande do Sul em maio de 2024, a enchente atingiu muitos projetos do Museu Antropológico – muitos deles irrecuperáveis. Interrompemos a montagem de uma exposição, o que causou muitos prejuízos às obras que seriam expostas; perdemos a capacidade de acessar alguns computadores e arquivos que ficaram comprometidos após os 45 dias de enchente, mas nossa principal dificuldade foi em um projeto que estava sendo construído coletivamente. Este projeto consistia na elaboração coletiva de registros de narrativas e memórias do Batuque, tradição religiosa de matriz africana, gestada desde o século XIX, no Rio Grande do Sul. Com bastante foco na oralidade, nossa proposta também engendrava a cultura material das “casas” de linha contínua. Mas toda a rede que o projeto mobilizava foi diretamente atingida pelas enchentes, sendo uma das nossas principais interlocutoras atingida por dois alagamentos em sua casa (em Eldorado do Sul) e vindo a falecer na véspera de um temporal de grande proporção em 2025. O exemplo reitera o nosso argumento, as vulnerabilidades são maximizadas em contextos de catástrofe climática, o que maximiza o contexto de risco de extinção às memórias das sociabilidades e inscrições socioculturais em transformação.

Diante desse cenário, é possível reconhecer que a atuação dos servidores do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul se distribui em dois campos distintos, ainda que interdependentes: de um lado, o estratégico, de natureza política, que envolve a luta pelo reconhecimento institucional, pela conquista de uma sede própria e pela inserção da cultura como dimensão central das políticas de adaptação climática; de outro, o operacional, de natureza prática e cotidiana, que corresponde às tarefas concretas de gestão de acervo, documentação, conservação, difusão e atendimento às demandas imediatas da sociedade. Como não estamos posicionados em instâncias de decisão e poder, nossos esforços, embora orientados também para o campo estratégico, concentram-se inevitavelmente no operacional, onde buscamos garantir a continuidade mínima das funções museológicas diante das adversidades.

Nesse esforço cotidiano, uma das estratégias encontradas para enfrentar a invisibilidade institucional — intensificada pela experiência da enchente e pela ausência de uma sede física — tem sido a aposta no Tainacan – e na oportunidade de utilizar o WordPress como espaço para um site institucional controlado pela equipe do museu – como instrumento de difusão, preservação e presença digital. Ao disponibilizar e organizar os acervos em uma plataforma aberta e acessível, o museu encontra meios de reafirmar sua existência pública, ampliar o acesso social ao patrimônio que custodia e, sobretudo, inscrever-se em um espaço de visibilidade que não depende exclusivamente de estruturas físicas. Trata-se, em última instância, de um recurso de resistência e de ressignificação: ao mesmo tempo em que denuncia as condições precárias de sua materialidade institucional, o museu reivindica, pela via digital, seu papel como espaço de memória e direitos culturais em tempos de crise climática — e é precisamente nesse ponto que se abrem novas possibilidades de análise.

Diante da impossibilidade de garantir condições físicas mínimas para a salvaguarda dos bens culturais sob sua guarda, o MARS tem investido na digitalização como alternativa estratégica para mitigar riscos e ampliar sua presença institucional. A adoção da plataforma Tainacan, integrada ao WordPress, permite não apenas a organização e difusão dos acervos em ambiente digital aberto, mas também a criação de cópias de segurança que funcionam como salvaguarda diante de desastres. Essa prática está alinhada com uma tendência emergente de que instituições de memória criem arquivos digitais resilientes e acessíveis que preservem o patrimônio cultural contra a destruição e que, entre outras questões, facilitem a tomada de decisões durante e após desastres. Assim, a curadoria digital resiliente adotada pelo MARS não é apenas uma resposta técnica, mas uma ação política que reafirma o direito à memória em tempos de crise climática.

Uma estratégia: o uso do Tainacan como difusão e preservação

O Tainacan é um software livre e flexível para a gestão e publicação de coleções digitais, desenvolvido por uma rede de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em parceria com instituições culturais, representando um grande avanço para o campo museal (OLIVEIRA, 2021). Integrado ao WordPress, um sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS) gratuito e de código aberto, amplamente utilizado para criação e administração de sites e blogs, ele permite que usuários publiquem e organizem acervos com a mesma facilidade de criação de blogs, mas com os requisitos técnicos de um repositório profissional. O nome "Tainacan" faz referência à lenda indígena carajá do deus das constelações, evocando a percepção da vastidão do espaço e suas múltiplas possibilidades de conexão. Essa escolha simbólica reforça a proposta da plataforma de promover o acesso, a organização e a articulação de acervos digitais de forma ampla e integrada (Tainacan, 2025). Além de ser possível instalá-lo localmente, o Tainacan também pode ser utilizado no modelo Software as a Service (SaaS), em que a aplicação é acessada pela internet, sem necessidade de instalação ou infraestrutura própria, facilitando o uso por instituições que buscam uma solução completa, escalável e de baixo custo para difusão (Figura 3).

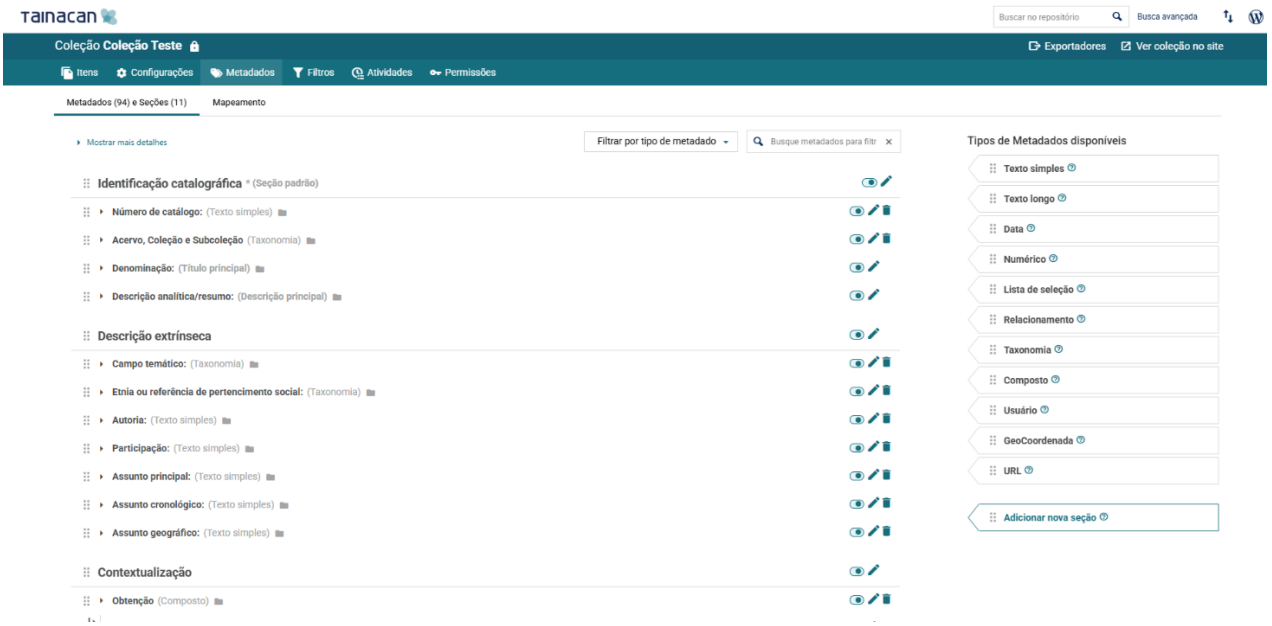


Figura 3 - Interface da aplicação Tainacan na construção de metadados de coleção
Fonte: Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (2025)

A adoção do Tainacan no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (mars.rs.gov.br) surge inicialmente como demanda trazida pela Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, a partir do Grupo de Trabalho Acervos da Cultura, um programa estratégico da secretaria voltado à ampliação do acesso à informação e ao fortalecimento da preservação dos bens culturais. Em um segundo momento, foi entendido pela equipe da instituição como a possibilidade de prover resposta ao duplo desafio já delineado aqui: a ausência de sede física e a crescente vulnerabilidade climática que ameaça tanto o acesso ao patrimônio quanto a sua preservação. Nesse cenário, a digitalização e a inserção do acervo em uma plataforma aberta como o Tainacan configuram-se como uma alternativa estratégica para garantir tanto a difusão quanto a preservação do patrimônio. A noção de "curadoria digital resiliente" é fundamental para compreender essa escolha: trata-se de pensar a gestão digital não apenas como reprodução virtual do acervo, mas como uma forma ativa de proteção, visibilização e resistência diante das vulnerabilidades institucionais e ambientais e pode ser aprofundada à luz das discussões sobre ontologias e epistemologias do patrimônio digital em contextos de big data, conforme propõem Bonacchi e Krzyanska (2019, p. 2), ao destacar que a tecnicidade — ou seja, a eficácia operacional da tecnologia — é parte tanto da metodologia quanto do objeto investigado. Assim, ao deslocar parte de sua presença para o espaço digital, o MARS não apenas mitiga riscos de invisibilidade, mas também fortalece sua capacidade de manter-se acessível e socialmente relevante mesmo em extremamente adversos como já expostos aqui.

Portanto, a digitalização não é uma opção meramente tecnológica, como o caso de muitos outros museus sob a égide da Administração pública estadual, mas uma estratégia de sobrevivência institucional e de fortalecimento de direitos culturais. No caso do MARS, que tem como missão representar e salvaguardar culturas indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, estar presente digitalmente significa também resistir à marginalização histórica dessas comunidades, assegurando que suas memórias e identidades continuem acessíveis, difundidas e preservadas para o futuro.

O processo de adoção do Tainacan pelo Museu Antropológico foi estruturado em etapas complementares, que se articulam entre si, e que, pelas dinâmicas do trabalho, muitas vezes, acabam ocorrendo concomitantemente. O primeiro passo consistiu na atualização e sistematização do inventário, reunindo dados dispersos em planilhas,

fichas físicas e registros institucionais. Essa etapa exige a padronização de informações, a definição de metadados mínimos e a construção de vocabulários controlados, em consonância com as recomendações nacionais e internacionais para documentação museológica, bem como com as preocupações internas de homogeneizar, na medida do possível, o tratamento sobre os seus acervos. Afinal, a presente distinção entre "arqueológico" e "etnográfico", embora encontre justificativa no fato de bens arqueológicos serem bens da união e submetidos à função policialesca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), essa operação instrumental, quando extrapolada da esfera administrativa, serve como um discurso que reforça premissas e pressuposições equivocadas calcadas em dicotomias como passado/presente – o que combatemos ativamente.

Em seguida, estamos avançando para a catalogação, etapa em que os registros do inventário são enriquecidos com informações contextuais, descritivas e analíticas, permitindo não apenas identificar os bens, mas também situá-los em suas dimensões culturais, históricas e sociais. Essa fase está sendo especialmente relevante, posto nosso acervo abranger diferentes tipologias documentais (audiovisuais, fonográficos, iconográficos, tridimensionais e textuais), além de ser o momento em que estamos buscando criar maneiras de incorporar na institucionalidade e na burocracia da Administração formas de participação social que sejam entendidas como fundamentais e estratégicas.

A etapa seguinte envolve a digitalização, com a produção de imagens (Figura 4), cópias de arquivos físicos e arquivos digitais, como modelos 3D, representativos dos acervos. Além de possibilitar o acesso remoto, esse processo visa criar cópias de segurança que funcionem como salvaguarda diante de eventos extremos. A digitalização segue protocolos técnicos de resolução, calibração de cor e padronização de formatos, de modo a garantir qualidade e interoperabilidade a longo prazo.

Figura 4 - Reprodução de bola de boleadeira em ácido polilático (PLA)
Fonte: Autor (2025)

Por fim, ocorre a inserção dos dados no Tainacan do Museu Antropológico, integrando inventário, catalogação e digitalização em um único ambiente digital. Essa etapa não apenas dá visibilidade ao acervo, mas também permite estabelecer conexões semânticas entre registros, favorecendo a pesquisa, a difusão e a interoperabilidade com outras plataformas digitais e bases de dados culturais.

Evidentemente que ao longo desse processo, diversos desafios estão sendo enfrentados. Para além dos diversos problemas já apontados, a infraestrutura tecnológica da instituição revela-se, de igual forma, precária, o que acaba exigindo soluções "criativas". A equipe do museu precisa rotear internet de seus próprios aparelhos celulares, improvisar estúdios fotográficos e, até mesmo, utilizar equipamentos particulares de forma a possibilitar a continuidade dos trabalhos. Além disso, a equipe reduzida impõe um ritmo mais lento às etapas de trabalho, ampliando a sobrecarga de servidores que já acumulam múltiplas funções, como tarefas administrativas, posto que a instituição não conta com pessoa da área. Ainda, evidentemente, houve necessidade de capacitação técnica em catalogação digital e uso do Tainacan, o que demandou tempo e esforço adicional. Apesar

dessas dificuldades, a adoção da plataforma consolidou-se como um marco na trajetória do museu, sendo que os relatórios internos indicam um aumento progressivo de acessos e visualizações, com alcance não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em outras regiões do Brasil e no exterior. Tais indicadores demonstram que a presença digital, além de estratégia de sobrevivência, tornou-se também uma via de expansão do impacto social e cultural da instituição.

Considerações finais

A experiência do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul revela como a gestão digital de acervos, por meio da plataforma Tainacan, pode se constituir em uma estratégia de resistência institucional e de justiça socioambiental em tempos de crise climática. A ausência histórica de sede própria, somada à vulnerabilidade frente a eventos extremos como a enchente de 2024, expõe não apenas fragilidades materiais, mas também desigualdades estruturais que atravessam o campo da memória e da cultura. Nesse contexto, a digitalização do acervo não se limita a uma solução técnica, mas emerge como resposta política e simbólica à invisibilidade institucional e à marginalização das populações que o museu representa, quer dizer, a atuação digital da instituição pode ser compreendida como uma forma de microativismo patrimonial, nos moldes do que Bonacchi & Krzyzanska (2019) identificam em estudos sobre a memória e os usos do passado em debates políticos nas redes sociais.

Ao integrar inventário, catalogação e digitalização em um ambiente digital aberto e interoperável como o Tainacan, o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul não apenas amplia o alcance público de seu acervo, mas também se insere em redes de circulação de memória que transcendem os limites físicos, institucionais e geográficos impostos por sua precariedade estrutural. Essa inserção digital representa uma inflexão estratégica na museologia contemporânea, especialmente quando pensada sob a ótica da justiça climática e da museologia social, pois permite que o museu atue como agente ativo na defesa de direitos culturais de populações historicamente vulnerabilizadas — indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais — cujas narrativas foram sistematicamente silenciadas ou marginalizadas nos processos de construção da memória oficial.

A curadoria digital resiliente, nesse contexto, não se limita à reprodução técnica de objetos musealizados, mas constitui uma prática política de resistência e afirmação. O engajamento digital com o patrimônio não é neutro, mas envolve escolhas epistemológicas e éticas que moldam a forma como o passado é apropriado e instrumentalizado em contextos contemporâneos. Ao deslocar parte de sua presença institucional para o espaço digital, o Museu Antropológico não apenas mitiga os efeitos da invisibilidade provocada pela ausência de sede física e pela negligência estatal, como também fortalece sua capacidade de garantir o direito ao acesso à memória, à cultura e à identidade — dimensões reconhecidas como fundamentais pela Constituição Federal e pela doutrina dos direitos intergeracionais. A adoção do Tainacan, portanto, deve ser compreendida como uma resposta articulada à emergência climática e às desigualdades socioambientais, funcionando como um dispositivo de continuidade institucional e de democratização do patrimônio.

A implementação do Tainacan trouxe resultados significativos para o MARS em diferentes frentes. Do ponto de vista da acessibilidade, a plataforma ampliou o alcance do acervo, tornando-o disponível a pesquisadores, estudantes, comunidades indígenas e quilombolas, e ao público em geral, independentemente das limitações físicas impostas pela falta de sede. A presença digital permite que o museu dialogue com públicos geograficamente distantes, expandindo sua atuação para além dos limites regionais. No campo da segurança da informação, a digitalização contribuiu para reduzir os riscos de perda irrecuperável em situações de desastre. Embora não substitua a preservação física, a existência de registros digitais de alta qualidade funciona como camada adicional de proteção e assegura a continuidade do acesso, mesmo em contextos de vulnerabilidade.

Ao utilizarmos o Tainacan como ferramenta de preservação e difusão de bens patrimoniais em um museu voltado à diversidade sociocultural, reafirmamos que os povos

historicamente convocados ao debate sobre o futuro do planeta diante da crise climática não devem ser vistos apenas como a "última esperança" de salvação da humanidade, mas como agentes de longa duração, cuja presença e marcas no território moldam e sustentam formas plurais de existência. O direito à memória desses povos — inscrita em objetos, mitos e práticas socioculturais — constitui não apenas um patrimônio coletivo, mas também uma estratégia de resiliência frente aos eventos climáticos extremos. Afinal, as populações tradicionais convivem há séculos com a experiência reiterada de diferentes "fins de mundo", e o que hoje se apresenta como ameaça global já se impôs a elas em múltiplas temporalidades. Reconhecer e preservar suas narrativas e materialidades, portanto, é também reconhecer que o "fim do mundo" que agora alcança o mundo branco já foi enfrentado, resistido e transformado em saberes, práticas e memória por aqueles que sempre estiveram à frente na luta pela vida.

Embora a curadoria digital resiliente represente uma estratégia relevante frente à vulnerabilidade institucional e climática, é necessário reconhecer seus limites. A digitalização não substitui a infraestrutura física, tampouco resolve as desigualdades de acesso à tecnologia. Sem políticas públicas que garantam conectividade, capacitação e preservação digital de longo prazo, há o risco de que a presença digital se torne mais uma camada de invisibilidade. Portanto, a curadoria digital deve ser compreendida como parte de um conjunto articulado de ações que envolvem infraestrutura, financiamento e reconhecimento institucional.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Marina Silva denuncia desmonte na fiscalização ambiental. Agência Brasil, Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/marina-silva-denuncia-desmonte-na-fiscalizacao-ambiental. Acesso em: 17 abr. 2023.

BONACCHI, Chiara.; KRZYANSKA, Marta. Digital heritage research re-theorised: ontologies and epistemologies in a world of big data. **International Journal of Heritage Studies**, v. 25, n. 2, p. 123-142, 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Emergência Climática**. Brasília: CNM, 2024. Disponível em: https://cnm.org.br/biblioteca/exibe/15246. Acesso em: 20 abr. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2014 - Synthesis Report - Summary for Policymaker**. [S.l.]: [s.n.], 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/AR5_SYR_FINAL_SPM.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

KUPER, Adam. **The Museum of Other People:** from colonial acquisitions to cosmopolitan exhibitions. London: Profile Books, 2023.

MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano Museológico 2022-2025.** Porto Alegre: Secretaria Estadual da Cultura do RS, 2022.

OLIVEIRA, Amanda de Almeida. A experiência da difusão dos acervos dos museus Ibram: a implantação do projeto Tainacan. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 10, p. 90-106, 2021.

PEREIRA, Diully Novaczyk. **Fragmentado como o próprio objeto:** desafios na musealização arqueológica da primeira coleção do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

PIMENTEL, Rodrigo Augusto da Silva. **Identificação e avaliação de externalidades em empreendimentos hidroelétricos:** o caso da Usina de Belo Monte. Tese (Programa Doutoral em Engenharia Industrial e Sistemas). Universidade do Minho, Braga, Portugal 2024.

RAMALHO, Walderez. Marco temporal e políticas do tempo: raízes de um equívoco histórico. **Revista Brasileira de História**, v. 45, n. 98, p. 1-24, 2025.

ROBERTS, John Timmons.; PARKS, Bradley. Ecologically Unequal Exchange, Ecological Debt, and Climate Justice: the history and implications of three related ideas for a new social movement. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 50, n. 4, p. 385-409, 2009.

SESANA, Elena; GAGNON, Alexandre; CIANTELLI, C.; CASSAR, JoAnn; HUGHES, John. Climate change impacts on cultural heritage: A literature review. **WIREs Climate Change**, 12, n. 6, 2021. 1-29.

SILVA, Vitória Emily Penedo da; BARROS, Quétila Souza; OLIVEIRA, Isla Camile Araújo de; PINHEIRO, Romário de Mesquita; FERREIRA, Evandro José Linhares. Desmatamento na Amazônia Legal: uma análise espaço temporal, utilizando agropecuária como vetor de supressão. **Scientia Naturalis**, v. 6, n. 2. p. 706-718, 2024.

SUL21. **MARGS inaugura nova reserva técnica para acervo de obras do museu**. Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/cultura/2025/08/margs-inaugura-nova-reserva-tecnica-para-acervo-de-obras-do-museu/. Acesso em: 06 ago. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Simplificação do licenciamento ambiental no RS só vale para atividades de pequeno impacto, decide STF. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/simplificacao-do-licenciamento-ambiental-no-rs-so-vale-para-atividades-de-pequeno-impacto-decide-stf/. Acesso em: 15 abr. 2025

TAINACAN. **Wiki do Tainacan**. Disponivel em: https://tainacan.github.io/tainacan-wiki/#/pt-br/?id=wiki-do-tainacan. Acesso em: 16 jul. 2025.

As florestas com araucárias como alternativas contra as alterações climáticas

Araucaria forests as alternatives to climate change

Jefferson Virgílio*

Palavras-chave:
Araucárias
Mudanças climáticas
Povos indígenas

Resumo: O artigo examina os papéis das florestas com araucárias (*Araucaria angustifolia* e *Araucaria araucana*) nas moderações do clima, com ênfase nos esforços de reduções de temperaturas extremas e ainda nas criações de microclimas frios, os compreendendo como alternativas para controlar as alterações climáticas. As análises também consideram as participações históricas de povos indígenas nas construções e nas manutenções desses ambientes florestais nas terras frias e altas da América Latina. Além de suas relevâncias ecológicas e climáticas, as araucárias também se destacam por seu valor alimentar, por meio da produção de pinhões, que historicamente compuseram a base nutricional de diversas populações indígenas nas Américas. Este trabalho reconhece que os conhecimentos científicos sobre as florestas com araucárias e seus efeitos climáticos ganham profundidade quando articulados com os saberes indígenas que foram acumulados ao longo de gerações, contribuindo para abordagens mais completas e enraizadas na realidade local. O texto sintetiza evidências arqueológicas, ecológicas, etnológicas, indígenas, geológicas e históricas que revelam dinâmicas das florestas com araucárias frente às mudanças climáticas atuais, dissertando sobre ações antrópicas que as alcançam ao longo do tempo e refletindo sobre possíveis caminhos para o futuro.

Keywords:
Araucarias
Climate change
Indigenous peoples

Abstract: This article examines the role of araucaria forests (Araucaria angustifolia and Araucaria araucana) in climate moderation, with an emphasis on efforts to reduce extreme temperatures and create cool microclimates, understanding them as alternatives for controlling climate change. The analyses also consider the historical participation of indigenous peoples in the construction and maintenance of these forest environments in the cold, highlands of Latin America. In addition to their ecological and climatic significance, araucaria forests are also notable for their nutritional value, through the production of pine nuts, which have historically formed the nutritional basis of several indigenous populations in the Americas. This work recognizes that scientific knowledge about araucaria forests and their climatic effects gains depth when articulated with indigenous knowledge accumulated over generations, contributing to more comprehensive approaches rooted in local reality. The text synthesizes archaeological, ecological, ethnological, indigenous, geological, and historical evidence that reveals the dynamics of araucaria forests in the face of current climate change, discussing the anthropic actions that affect them over time and reflecting on possible paths for the future.

Recebido em 6 de agosto de 2025. Aprovado em 15 de outubro de 2025.

* Antropólogo no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jefferson.virgilio@ufsc.br.

Introdução

A crise climática em curso exige respostas urgentes que considerem soluções baseadas na natureza. Entre elas, o reflorestamento e a valorização de espécies nativas com capacidade de regular o microclima tornam-se estratégias centrais (Rossetto, Hasenack e Sobottka, 2025; Su *et alia*, 2025).

A *Araucaria angustifolia*, espécie-símbolo das terras altas e frias da região sul do Brasil, e com florestas presentes por toda a tríplice fronteira, além da *Araucaria araucana*, prima-irmã desta nos territórios chilenos e argentinos da Patagônia, são amplamente reconhecidas por suas resistências ao frio e por formarem florestas com microclimas distintos, especialmente em regiões de maior altitude.

Historicamente associadas aos planaltos dos territórios no sul do Brasil e nos andes de terras chilenas e argentinas, essas espécies coníferas possuem distribuições ecológicas sensíveis às variações de temperatura, precipitação e altitude (Ferreira *et alia*, 2025; Villagrán e Hinojosa, 2025).

Estudos paleoclimáticos e modelagens de nichos indicam que as florestas com araucárias persistiram ao longo de milênios em refúgios frios (*cold spot micro refugia*), mesmo durante períodos de notórios aquecimentos globais (Bernal *et alia*, 2025; Ferreira *et alia*, 2025).

Além dos valores ecológicos, a *Araucaria angustifolia* e a *Araucaria araucana* possuem significados históricos e culturais profundos que se manifestam em suas conexões com os povos indígenas das regiões onde elas se reproduzem.

Essas relações incluem aplicações e usos medicinais específicos por alguns destes povos, sendo também conhecidas dezenas de explorações comerciais possíveis por indústrias farmacêuticas não-indígenas (Bernal *et alia*, 2025; Ghiggi Jr, 2025; Oliveira, 2025; Subramanyam *et alia*, 2025).

Povos indígenas como os Ingaín, os Kanhgág, os Kimdá, os Laklãnõ, os Mbyá, os Ñandevá, os Pewenche e os Yvaparé desempenham papéis fundamentais nas expansões e nos manejos das florestas com araucárias nos atuais territórios do Brasil, do Paraguai, da Argentina e do Chile.

Presenças de representações de artes rupestres com araucárias são encontradas nos territórios de ocupação tradicional indígena, onde se percebe ser de cerca de três mil anos atrás (Pontes *et alia*, 2023).

Os Pewenche são parte do complexo de povos indígenas andinos que é mais conhecido pelo etnônimo Mapuche, que acaba por englobar vários povos sob uma mesma alcunha. Praticamente todo o território atual e ancestral caracterizado como pertencentes aos Pewenche é reconhecido pela massiva presença de *Araucaria araucana*, além de elevadas altitudes e climas gelados.

Os Ingaín e os Kimdá são recorrentemente tidos como povos extintos e em conjunto com os ancestrais dos sobreviventes dos povos Kanhgág e Laklãnõ formam a família linguística Jês meridionais, que está incluída no tronco linguístico Macrojê. Estes povos indígenas limitam seus territórios nos extremos pela presença de largos rios, que raramente eles atravessam, e na zona de ocupação pela presença de florestas de *Araucaria angustifolia*, que formam mosaicos geográficos com campos de altitude.

Os Mbyá, os Ñandevá e os Yvaparé são recorrentemente reduzidos ao etnônimo Guarani, que também inclui outras populações sobreviventes, como os Kaiowá e os Xiripá. São responsáveis pela dispersão das sementes de *Araucaria angustifolia* em largas áreas geográficas de menor altitude e com maior presença de rios, onde os povos do tronco Jê não atuam na mesma intensidade. Além disso, são conhecidos pelo mais recorrente uso de horticultura em florestas. Todos estes povos são descritos como integrantes da família linguística Tupi-Guarani, incluída no tronco Tupi.

Além disso, esses indígenas mantêm por séculos um papel ímpar de levar essas sementes para o conhecimento de outras populações indígenas com as quais mantinham contatos, seja por trocas, seja por absorções de umas populações pelas outras.

Assim, esses povos indígenas não atuam apenas como meros consumidores de recursos, mas como verdadeiros mestres e engenheiros de complexos sistemas ecológicos (Bernal *et alia*, 2025; Corteletti, 2025; DeBlasis *et alia*, 2025; Ladio e Reis, 2023; Oliveira, 2025; Sackser *et alia*, 2025; Taboada, 2025; Virgílio, 2024).

Compreender os ecossistemas nas e das florestas com araucárias demandam escutas atentas às formas indígenas de perceber e de manejar os ambientes ecológicos onde vivem.

Integrar essas perspectivas pode nos permitir romper com a visão hegemônica da ciência ocidental como única forma legítima de conhecimento, promovendo leituras mais plurais das paisagens.

As relações simbólicas e práticas ancestrais com os pinhões, que são as sementes das araucárias, por exemplo, motivam os cultivos seletivos das espécies, o que contribui para os seus predomínios em determinadas áreas (Oliveira, 2025).

Os pinhões representam não apenas recursos simbólicos e culturais, mas também uma importante fonte de alimentação energética tanto para povos indígenas, como para outras espécies animais.

A sua abundância sazonal historicamente permitiu a sustentação de práticas de coleta, caça e armazenamento, influenciando a relação das populações com os ciclos ecológicos naturais das florestas com araucárias (Bernal *et alia*, 2025; Crépeau, 2025; Ladio e Reis, 2023; Oliveira, 2025).

O artigo parte de revisão de evidências empíricas e de registros paleoecológicos sobre as florestas com araucárias para discutir o potencial destas espécies como aliadas, ou mesmo enquanto protagonistas, nas reduções de temperaturas locais e como elementos centrais em paisagens moldadas por práticas ancestrais de manejos de florestas nas terras altas da América do Sul por povos indígenas.

Ao focar nos aspectos térmicos e humanos da existência das florestas com araucárias, a discussão visa enriquecer o debate sobre adaptações climáticas e reflorestamentos com base em espécies nativas de alto valor socioambiental, que permanecem em riscos extremos de extinção, enquanto valoriza a primazia e o protagonismo dos povos indígenas nas ações contra o aquecimento global (Ladio e Reis, 2023).

Contexto histórico

A Mata Atlântica é o bioma mais ameaçado do país e é o quinto bioma mais ameaçado no planeta, com apenas uma pequena fração de sua cobertura florestal original remotamente preservada (Diaz *et alia*, 2025; Ferreira *et alia*, 2025; Oliveira, 2025; Rossetto, Hasenack e Sobottka, 2025; Subramanyam *et alia*, 2025; Vilanova, 2025; Virgílio, 2024).

O Bosque Andino Patagônico ainda que atualmente esteja muito menos agredido que a Mata Atlântica está longe de ter sua sobrevivência futura garantida, especialmente frente ao aumento de temperaturas e do contínuo avanço do modelo de exploração que o desenvolvimento econômico carrega e impõe na região (Fernandez *et alia*, 2025; Miranda *et alia*, 2025; Rick, Sanchez e Tushingham, 2023; Vega, 2025).

No extremo sul do continente, as florestas com araucárias representam uma formação singular, associadas as condições climáticas mais frias, áreas com maiores altitudes e convivendo com uma biodiversidade que é adaptada ao frio e à umidade (DeBlasis *et alia*, 2025; Ferreira *et alia*, 2025; Miranda, Dobbs e Bravo, 2025; Sackser *et alia*, 2025; Vilanova, 2025).

Frente ao avanço das mudanças climáticas, os incentivos para discussões que estimulem a preservação e a restauração dessas florestas são justificados não apenas pelos seus valores ecológicos, mas por seus potenciais capacidades enquanto adequadas amenizadoras contra condições extremas de temperatura, além de excelentes mecanismos de gestão de fontes de água e atuando ainda como uma das raras espécies de plantas que podem ser compreendidas como efetivas geradoras na produção ativa e contínua de neve (Crépeau, 2025; Diaz *et alia*, 2025; Ferreira *et alia*, 2025; Vilanova, 2025).

Iniciativas de restaurações ecológicas nas florestas com araucárias também devem considerar as dimensões alimentares dos pinhões, cujos cultivos tradicionais estão associados à segurança alimentar de populações indígenas.

Os resgates e maiores incentivos nessas práticas podem fortalecer economias locais, indígenas e não-indígenas, além de ampliar a aceitação social, econômica e política de projetos de reflorestamentos nas florestas com araucárias (Muraja *et alia*, 2025; Subramanyam *et alia*, 2025; Taboada, 2025).

Além disso, modelagens climáticas conhecidas apontam para cenários com aquecimentos acentuados em regiões montanhosas, onde as florestas com araucárias ocorrem (Miranda,

Dobbs e Bravo, 2025; Muraja *et alia*, 2025; Vilanova, 2025).

As projeções sugerem ainda que essas florestas sofrerão forte contração de área, com perdas de conectividades e até degradação de micro refúgios térmicos (Bernal *et alia*, 2025; Ferreira *et alia*, 2025; Vilanova, 2025).

Paradoxalmente, são justamente esses micros refúgios que permitiriam o abrigo das espécies que são sensíveis ao calor durante e após o aquecimento global (Bernal *et alia*, 2025; Ferreira *et alia*, 2025; Garver e Derani, 2025; Muraja *et alia*, 2025).

O manejo e a ampliação de florestas com araucárias, notadamente em terras de altitude entre os trezentos e os mil metros acima do nível do mar, e onde estão localizados os *cold spots* de refúgio dessas espécies, se revelam estratégicos (Góes, Carsten e Wroblewski, 2025; Miranda, Dobbs e Bravo, 2025; Muraja *et alia*, 2025; Su *et alia*, 2025).

Ademais, as relevâncias históricas das espécies, tanto vegetais como animais, que habitam as florestas com araucárias são profundamente enraizadas nas culturas de povos indígenas que habitam as terras altas e frias do cone sul, assim como de ancestrais destes e de outros povos indígenas (Bernal *et alia*, 2025; Fernandez *et alia*, 2025; Giordano, 2025; Muraja *et alia*, 2025; Subramanyam *et alia*, 2025; Virgílio, 2024).

Esses povos desenvolveram sistemas de uso dos solos e de convívio nestes espaços que promovem a manutenção das florestas com araucárias e distribuições seletivas de araucárias, moldando os ambientes e assim favorecendo as suas sobrevivências e produtividades (Bernal *et alia*, 2025; Virgílio, 2025).

Saberes indígenas e araucárias

Incluir os saberes indígenas nas formulações de estratégias de adaptações climáticas permitem superar lógicas coloniais de conservação excludente.

Trata-se de reconhecer que esses povos não apenas convivem com as florestas com araucárias, mas a co-constroem como sujeitos históricos e epistemológicos plenos.

Ao reconhecer tais práticas como partes da história dessas paisagens, os reflorestamentos de florestas com araucárias se conectam com processos que vão desde iniciativas por maiores justiças históricas alcançando ainda processos por revalorizações de saberes tradicionais dos povos indígenas da região (Cipolla, Rabelo, 2025; Rick, Sanchez e Tushingham, 2023; Virgílio, 2025).

Portanto, incluir nas discussões sobre alterações climáticas as florestas com araucárias enquanto possibilidade de ser uma espécie-guia e protagonista em ações de preservação e de restauração florestal nas terras altas do sul das Américas, e inclusive nos processos de tentativas de mitigações climáticas, se justifica tanto sob o ponto de vista ecológico quanto social e cultural (Ferreira *et alia*, 2025; Ladio e Reis, 2023; Miranda, Dobbs e Bravo, 2025; Vilanova, 2025).

As capacidades das florestas com araucárias em criarem zonas de resfriamentos, sendo estas associadas aos seus valores simbólicos e culturais, as tornam componentes-chaves para soluções que são climaticamente resilientes, além de também serem ecologicamente e socialmente estratégicas (Bernal *et alia*, 2025; Garver e Derani, 2025; Vilanova, 2025).

Assim, se revela urgente discutir os papeis ecológicos e socioculturais da *Araucaria angustifolia* e da *Araucaria araucana* como alternativas naturais e até mesmo óbvias para os controles e as reduções de temperaturas extremas em regiões de climas subtropicais, especialmente diante dos cenários futuros de aquecimento global. Esta discussão deve levar em conta os saberes e vivências indígenas.

É necessário portanto reforçar a pertinência destas espécies em estratégias de conservação e de adaptação climática com base em soluções naturais e sendo estas orientadas por saberes tradicionais desde epistemologias indígenas, pois é mandatório valorizar os modos indígenas de conhecer e interagir com as florestas com araucárias, compreendendo que tais saberes não são meramente complementares, mas fundamentais para a formulação de respostas justas e contextualizadas à crise climática (Ladio e Reis, 2023; Sackser *et alia*, 2025).

Além de sistematizar as evidências ecológicas sobre o papel das florestas com araucárias nas moderações térmicas e em criações de microclimas frios, é necessário também identificar as condições

ambientais que favorecem as manutenções de micro refúgios térmicos em florestas com araucárias.

Este movimento pode ser realizado ao reunir evidências paleoecológicas, arqueobotânicas e etno-históricas de atuações indígenas nas expansões e nos manejos de florestas com araucárias, permitindo assim analisar quais são as implicações para políticas de reflorestamentos, de justiça climática e de valorização dos saberes indígenas como adaptação às mudanças climáticas que se revelam necessárias.

E por fim, poderemos reconhecer ainda a função alimentar dos pinhões como componentes relevantes para estratégias integradas de reflorestamentos, onde conservações ambientais, reconhecimento de saberes indígenas, combate ao aquecimento global e soberanias alimentares possam caminhar juntas em territórios tradicionais e fomentando o desenvolvimento científico.

Algumas observações metodológicas

Inicialmente é realizada uma revisão de bibliografia, com foco nas pesquisas sobre florestas com *Araucaria angustifolia* e com *Araucaria araucana*, buscando sinais de relações antrópicas que influenciaram expansões de florestas com araucárias no passado na América Latina (Gusenbauer e Gauster, 2025; Ladio e Reis, 2023).

Ao identificar textos em livros, dossiês e outras formas de coletâneas organizados e relacionados com a temática principal, todo o volume é lido e consultado, reproduzindo uma metodologia aplicada anteriormente (Autor, 2023).

Foram priorizados artigos disponíveis em acesso aberto, além daqueles que possuem cópias em repositórios públicos mantidos pelos autores, dando prioridade para os textos publicados nos últimos três anos em periódicos de maior impacto, incluindo autorias indígenas e de nações do sul global quando disponíveis, e buscando ainda remover as duplicações e desvios sobre a proposta temática principal (Ciriminna *et alia*, 2025; Ferreira *et alia*, 2025).

Se priorizou também as incorporações de referências às importâncias históricas e ecológicas dos pinhões como super alimento, especialmente no contexto de usos sustentáveis das florestas com araucárias por povos indígenas (Subramanyam *et alia*, 2025).

O processo metodológico envolveu uma análise seletiva e com recortes temáticos direcionados às funções de regulações térmicas das florestas com araucárias e às participações históricas de povos indígenas nos manejos dessas paisagens nas regiões de terras altas e frias nas partes sul do continente (Dorji *et alia*, 2024; Gusenbauer e Gauster, 2025).

A proposta metodológica não se resume aos aportes de uma área do saber, mas do encontro entre distintas disciplinas, como ao relacionar abordagens etnográficas, arqueológicas, históricas e linguísticas (Balée, 2023; Bernal *et alia*, 2025; Góes, Carsten e Wroblewski, 2025).

Adicionamos ainda, e pelo menos, os conhecimentos obtidos pelas geociências, pelas ecologias e pelas ciências biológicas e naturais.

Por fim, se procurou refletir como parte de uma postura de escuta ativa frente aos registros sobre práticas indígenas, buscando não apenas descrever essas ações, mas reconhecê-las como formas legítimas de produção de conhecimento ecológico (Cipolla, Rabelo, 2025; Dorji *et alia*, 2024; Ladio e Reis, 2023; Lepofsky e Salomon, 2023; Giannini, Figueira e Oliveira, 2023; Pellini, 2025; Unuigbe, 2025).

Neste sentido, foi possível identificar sinais fortes que revelam evidências sobre microclimas frios associados à presença de araucárias, além de eegistros paleoecológicos, arqueobotânicos e etno-históricos que apontem para a presença ativa de povos indígenas na disseminação dessas florestas desde pelo menos quatro mil anos atrás, e por fim, foi possível desenvolver iniciais discussões que podem ser aplicadas às mudanças climáticas, justiça ambiental e à restauração ecológica com base em espécies nativas.

Principais constatações

Dois resultados principais foram mapeados durante a pesquisa. O primeiro deles remete para os efeitos de resfriamentos ambientais que as florestas com araucárias provocam no longo prazo. O segundo resultado indica ativas e intencionais participações indígenas nos manejos e nos esforços de expansões de florestas com araucárias nas

Américas. Estas observações serão comentadas separadamente:

a) Efeitos de resfriamentos locais provocados pelas florestas com araucárias

As florestas com predominância de *Araucaria angustifolia* e *Araucaria araucana* apresentam propriedades singulares de moderações térmicas. Diversos estudos demonstram que essas formações vegetais são associadas às manutenções de temperaturas mais baixas em comparação a áreas vizinhas sem cobertura floresta destas espécies (Diaz *et alia*, 2025).

A estrutura vertical das araucárias, com suas copas abertas, somadas às presenças de bosques densos e em terrenos de elevadas altitudes, contribuem para criações e expansões de microclimas frios - frequentemente classificados como micro refúgios climáticos (Robinson *et alia*, 2025).

Modelagens de distribuição, de expansões e de dados paleoclimáticos reforçam que, mesmo em períodos de aquecimento no holoceno, as florestas com araucárias se mantiveram resilientes em locais de altitudes elevadas, sugerindo as suas adaptabilidades e capacidades de fornecer abrigos climáticos adequados (Bernal *et alia*, 2025; Sarmiento *et alia*, 2025).

Tais áreas funcionam como reservatórios de biodiversidades animais, fúngicas e vegetais, que são sensíveis ao calor, o que reforça a importância estratégica das florestas com araucárias em cenários de possíveis aumentos futuros de temperatura (Ferreira *et alia*, 2025; Muraja *et alia*, 2025; Vilanova, 2025).

Além disso, análises de solos em áreas sob coberturas de florestas com araucárias indicam manutenções de maior umidade, menor amplitude térmica e ciclos mais estáveis de evapotranspirações. Esses fatores, combinados, reforçam o papel dessas espécies nos esforços de mitigações de extremos térmicos regionais e nos equilíbrios hidrotérmicos de ecossistemas locais (Ferreira *et alia*, 2025; Miranda *et alia*, 2025).

b) Participações indígenas nos manejos e nas expansões das florestas com araucárias

Evidências paleoecológicas, etno-históricas e arqueobotânicas indicam que as atuais distribuições das florestas com araucárias, assim como as existentes antes das destruições provocadas nos últimos séculos, não podem ser compreendidas apenas em função de fatores naturais (Bernal *et alia*, 2025; Corteletti, 2024; Sarmiento *et alia*, 2025; Vega, 2025).

As evidências sobre os manejos indígenas das florestas com araucárias mostram que esses saberes operam com lógicas próprias, que acabam sendo invisibilizadas e ignoradas pela ciência ocidental hegemônica e convencional.

Reconhecer essas formas de agir, de viver, de ser, estar e pensar se revela essencial para construir alternativas mais equitativas, avançadas e plurais frente ao modelo de ciência dominante (García e Junqueira, 2023; Ladio e Reis, 2023; Giannini, Figueira e Oliveira, 2023).

A presença de fitólitos, pólen, carvão vegetal e sementes carbonizadas, além de colágenos específicos em ossos humanos e mesmo pilões de pedra em sítios arqueológicos comprova que ancestrais de povos indígenas como os Ingaín, os Kanhgág, os Kimdá, os Laklãnõ, os Mbyá, os Ñandevá, os Pewenche, os Yvarapé não apenas exploravam o pinhão, mas cultivavam e manejavam as espécies relacionadas ativamente (Bernal *et alia*, 2025; DeBlasis *et alia*, 2025; Ladio e Reis, 2023; Oliveira, 2025).

As florestas com araucárias foram, por milênios, parte de questões ambientais centrais nos sistemas agroflorestais indígenas nas terras altas e frias da parte sul do continente americano (Bernal *et alia*, 2025; Ladio e Reis, 2023; Muraja *et alia*, 2025).

Documentos históricos e etnográficos apontam para ações de coletas seletivas, dispersões ativas de sementes e controles de bosques que favorecem os desenvolvimentos de florestas com araucárias em mosaicos florestais, que são distribuídos e organizados entre os denominados campos e os bosques (DeBlasis *et alia*, 2025; Ladio e Reis, 2023; Szczygel *et alia*, 2025; Vilanova, 2025).

Essas práticas resultam em florestas culturalmente moldadas, que hoje podem ser até percebidas como sendo "naturais", mas que carregam em si legados de conhecimentos ecológicos ancestrais indígenas de manejos florestais (Filho *et alia*, 2025; Ladio e Reis, 2023; Robinson *et alia*, 2025).

Esse histórico de manejos intencionais não apenas contribui para a conservação das espécies, como também permite as formações de paisagens com altas diversidades ecológicas e socioculturais que são especialmente adaptadas para os climas frios e as altitudes elevadas, características destes territórios (Ferreira *et alia*, 2025; Ladio e Reis, 2023).

Ao reconhecer o papel histórico e protagonista dos povos indígenas, reforça-se a importância da inclusão de lideranças e de instituições indígenas nas políticas de preservação e de restauração florestais e especificamente nos esforços nacionais, regionais e globais de adaptações climáticas, com as florestas com araucárias atuando como vetores principais de reconexão entre clima, território e cultura (Armstrong, Wickham e Hunter, 2023; Cipolla, Rabelo, 2025; Dorji *et alia*, 2024; Giannini, Figueira e Oliveira, 2023; Ladio e Reis, 2023; Mueller, 2023; Rossetto, Hasenack e Sobottka, 2025).

As relevâncias alimentares dos pinhões reforçam a importância das florestas com araucárias em mosaicos produtivos e dotados de alta biodiversidade, onde práticas de coletas se articulam com os manejos dos territórios.

As presenças de sementes e derivados nos sítios arqueológicos confirmam sua centralidade como alimento humano e animal e ainda como elemento de prova da dispersão controlada pela ação intencional humana (Bernal *et alia*, 2025; Corteletti, Labrador e DeBlasis, 2025; Oliveira, 2025; Vilanova, 2025).

Desafios e limitações

A conservação das florestas com araucárias, dentro ou fora do Brasil, enfrenta intensos conflitos com os interesses econômicos dominantes, sobretudo com as expansões do agronegócio, precariedades generalizadas nas demarcações, ampliações e mesmo na segurança de terras indígenas, e ainda no incentivo pelo plantio de espécies exóticas como os *Pinus spp* e os *Eucalyptus spp* nestes mesmos locais.

Esses modelos de ocupação territorial não-indígena, que são orientados por lógicas de exploração, lucro e exportação, reduzem a viabilidade dos ecossistemas nativos e agridem as populações indígenas, que veem seus territórios tradicionais sendo convertidos em monoculturas que destroem as diversidades ecológicas que foram construídas ao longo de milênios por inúmeras gerações.

Outro desafio é a dificuldade de integrar, de modo efetivo, saberes indígenas às políticas públicas de conservação e reflorestamento. Embora o discurso institucional reconheça essa necessidade, a prática ainda é marcada por barreiras epistemológicas e pela persistência de hierarquias coloniais, cargos de Estado e modelos de negócio que dependem de planilhas de cálculo. A ausência de instrumentos que garantam a participação real das comunidades indígenas nos processos decisórios impede a formulação de estratégias sustentáveis e socialmente justas.

Neste sentido, é que se propõe um modelo de articulação entre conhecimentos científicos e indígenas baseado em três eixos operacionais: escuta, corresponsabilidade e cogestão.

No eixo da escuta, as experiências e os modos de ver o mundo dos povos indígenas são tomados como fundamentos epistemológicos básicos, não sendo reduzidos como objetos de estudo ou contemplação teórica.

No eixo de corresponsabilidade, devem ser previstos os compartilhamentos das decisões, dos benefícios e das responsabilidades ecológicas entre os Estados nacionais e as comunidades indígenas.

Por fim, no eixo da cogestão, a implementação de projetos de reflorestamento deve unir práticas científicas não-indígenas - como modelagens climáticas e análises de solos - com saberes tradicionais - como o os domínios rituais sobre o calendário de plantio e da coleta e manejo de sementes -, buscando desarticular desequilíbrios epistêmicos.

Tal modelo permitiria não apenas conservar as araucárias, mas reconstituir os vínculos culturais e alimentares que sustentam suas florestas e estabelecer relações mais horizontais entre as instituições não-indígenas e as organizações sociais tradicionais.

Direções para pesquisas futuras

As futuras investigações sobre as florestas com araucárias podem priorizar estudos microclimáticos comparativos, dentro e fora das áreas onde estas espécies sobrevivem, que sejam capazes de medir empiricamente as variações térmicas e de umidade entre áreas reflorestadas com araucárias e aquelas ocupadas por espécies exóticas. Esses dados são essenciais para dimensionar o potencial real dessas florestas na mitigação das temperaturas locais e na formação de refúgios climáticos.

Em paralelo, tornam-se urgentes pesquisas dentro da Etnoecologia, e que sejam detalhadas com cada povo indígena mencionada na base bibliográfica - como os Laklãnõ, Kanhgág, Mbyá, Ñandevá, Pewenche e Yvaparé -, além de outros povos e comunidades tradicionais (como outros povos indígenas, as populações quilombolas, populações campeiras e de assentados, povos de terreiros, etc.) com o objetivo de compreender os distintos modos de manejo e simbolização da araucária.

Cada povo estabelece relações singulares com os pinhões, com os rituais de colheita e com as formas de disseminação das sementes, revelando variações que podem enriquecer a formulação de políticas de restauração ecológica mais precisas e plurais.

Se realizada em conjunto com as comunidades indígenas, a análise socioeconômica das cadeias de valor do pinhão, pode trazer resultados positivos. Assim, pesquisas sobre o beneficiamento, o armazenamento e o comércio sustentável desse alimento podem demonstrar sua viabilidade como produto estratégico para o desenvolvimento de economias locais de baixo impacto ambiental, sem a necessidade de derrubar novas árvores.

Por fim, é fundamental que os resultados se desdobrem em ações concretas vinculadas a políticas públicas, como por exemplo o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) e com programas estaduais de restauração ecológica, notadamente nos estados da região sul do país.

Este movimento pode ser protagonizado pelo Paraná, que responde por quase 50% dos indivíduos adultos de araucárias no país, sendo articulado com cidades estratégicas, como Lages e o trio Urupema-Urubici-São Joaquim (SC), além dos Campos Gerais e do Planalto de Guarapuava no Paraná. No Rio Grande do Sul se destaca São Francisco de Paula.

Por fim, pode ser saudável incluir as florestas com araucárias e os saberes indígenas nos instrumentos oficiais de planejamento ambiental, com linhas de financiamento e metas específicas para reflorestamentos de base comunitária, consolidando uma abordagem de justiça climática e patrimonial.

Considerações finais

A *Araucaria angustifolia* e a *Araucaria araucana* representam não apenas um remanescente de paisagens antigas, mas um recurso estratégico para o enfrentamento da crise climática contemporânea.

Seus papéis na criação e na manutenção de microclimas frios, comprovado por dados empíricos e modelagens ecológicas, as tornam em espécies-chaves em programas de mitigação de temperatura, fornecimento de um super alimento através de suas sementes, os pinhões, e ainda adaptação a extremos térmicos (Ferreira *et alia*, 2025).

Além de sua importância ecológica, as florestas com araucárias são também testemunhos vivos das engenhosidades dos povos indígenas que, por milênios, moldaram as florestas da parte meridional das Américas em função de sistemas simbólicos e produtivos que favoreciam a propagação dessa conífera e de suas ricas sementes (Bernal *et alia*, 2025; García e Junqueira, 2023; Oliveira, 2025).

Os reconhecimentos das ações indígenas nas re-configurações dessas paisagens ampliam os entendimentos sobre o que se convencionou chamar

de "florestas naturais", revelando, que são na verdade, ecossistemas profundamente culturais (Armstrong, Wickham e Hunter, 2023; Cipolla, Rabelo, 2025; García e Junqueira, 2023; Sarmiento *et alia*, 2025).

As articulações entre ciências ecológicas e saberes tradicionais indígenas, evidenciadas ao longo deste artigo, indicam caminhos promissores para políticas de reflorestamento com base em justiça climática e inclusão sociocultural.

Ao incorporar saberes indígenas às análises ecológicas das florestas com araucárias, o artigo aponta para a necessidade de superar hierarquias entre modos de conhecer.

Esse esforço de abertura epistêmica é condição para respostas mais enraizadas, plurais e efetivas frente às mudanças climáticas (Armstrong, Wickham e Hunter, 2023; Cipolla, Rabelo, 2025; Dorji *et alia*, 2024; Giacomini, 2025; Mahoney, 2025; Mueller, 2023; Virgílio, 2025; Whitaker, Armstrong e Odonne, 2023).

Além disso, os valores alimentares dos pinhões ampliam os papéis estratégicos das florestas com araucárias como micro refúgio climático de espécies multifuncionais, que contribuem simultaneamente para regulações térmicas, diversidade ecológica e segurança alimentar em contextos de transição climática e reconexão territorial (Bernal *et alia*, 2025; Ladio e Reis, 2023).

Assim, as florestas com araucárias devem ser resgatadas como patrimônios climáticos e culturais, capazes de oferecerem resiliências ecológicas e reconexões históricas em territórios ameaçados pelo aquecimento global, fornecendo um alimento precioso, nutritivo e de fácil armazenamento, enquanto valorizam o reconhecimento de milênios de saberes, práticas e conhecimentos indígenas de convivências ancestrais com estas espécies vegetais (Cipolla, Rabelo, 2025; Vilanova, 2025).

Referências

ARMSTRONG, Chelsey Geralda; WICKHAM, Sara; HUNTER, Kalina. "Ancient and ongoing land-use as climate change mitigation in Ts'msyen, Haíłzaqv, and Wuikinuxv homelands" *In*: WHITAKER, James Andrew; ARMSTRONG, Chelsey Geralda; ODONNE, Guillaume (Orgs.). **Climatic and ecological change in the Americas**: A perspective from historical ecology, Routledge, 2023, p. 120-138. Acesso em: 5 ago. 2025.

BALÉE, William. "Foreword" *In*: WHITAKER, James Andrew; ARMSTRONG, Chelsey Geralda; ODONNE, Guillaume (Orgs.). **Climatic and ecological change in the Americas**: A perspective from historical ecology, Routledge, 2023, p. x-xi. Acesso em: 5 ago. 2025.

BERNAL, Valeria; APORTA, Natalia Brachetta; MOSCARDI, Bruno; VILARIÑO, Martín; D'ABRAMO, Sergio; COBOS, Virginia; GONZALEZ, Paula; PEREZ, Ivan. Human-araucaria interactions during the Holocene in northwest Patagonia, Argentina, **The Holocene**, v. 35, n. 8, p. 808–819, 2025.

CIPOLLA, Craig; RABELO, Luiza Vinhosa. Teorizando as interações indígenas-coloniais nas Américas, **Revista de Arqueologia**, v. 38, n. 2, p. 270-292, 2025.

CIRIMINNA, Rosaria; PETRI, Giovanna Li; ANGELLOTTI, Giuseppe; LUQUE, Rafael; PAGLIARO, Mario. Open and impactful academic publishing, **Frontiers**, v. 10, n. 1, p. 1-8, 2025.

CORTELETTI, Rafael. "Apresentação" In: CORTELETTI, Rafael (organizador). **Paisagens Jê**: Uma arqueologia sobre povos indígenas do sul do Brasil, Habitus, 2024, p. 5-7.

CORTELETTI, Rafael. "Arqueologia dos povos Jê do Sul: Aspectos de uma história de longa duração" *In*: GIORDANO, Ricardo Cid Fernandes; ROSA, Rogério Reus Gonçalves da (organizadores). **Ciclo de debates Jê no Sul**: Territórios, histórias e saberes Kanhgág e Laklãnõ, Habitus, 2025, p. 399-433.

CORTELETTI, Rafael; LABRADOR, Bruno; DEBLASIS, Paulo. "Uma arqueologia das paisagens sociais Jê em Urubici, Santa Catarina" In: CORTELETTI, Rafael (Org.). **Paisagens Jê**: Uma arqueologia sobre povos indígenas do sul do Brasil, Habitus, 2024, p. 11-33.

CRÉPEAU, Robert René. "O rito como contexto de memória das origens" *In*: GIORDANO, Ricardo Cid Fernandes; ROSA, Rogério Reus Gonçalves da (Orgs.). **Ciclo de debates Jê no Sul**: Territórios, histórias e saberes Kanhgág e Laklãnõ, Habitus, 2025, p. 127-152.

DEBLASIS, Paulo; KOZLOWSKI, Henrique; PERIN, Edenir Bagio; CAMPOS, Juliano Bitencourt; GUIMARÃES, Geovan Martins; FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. A ocupação da encosta da Serra Sul catarinense: Encontros culturais no Holoceno tardio, **Revista de Arqueologia**, v. 38, n. 1, p. 108-136, 2025.

DIAZ, Marcelo Bortoluzzi; OLIVEIRA, Pablo Eli Soares de; SOUZA, Vanessa de Arruda; TEICHRIEB, Claudio Alberto; ZIMERMANN, Hans Rogério; VEECK, Gustavo Pujol; MERGEN, Alecsander; PINHEIRO, Maria Eduarda Oliveira; STEFANELLO, Michel Baptistella; MORAES, Osvaldo de; OLIVEIRA, Gabriel de; SANTOS, Celso Augusto Guimarães; ROBERTI, Débora Regina. Contribution of different forest strata on energy and carbon fluxes over an araucaria forest in Southern Brazil, **Forests**, v. 16, n. 6, p. 1-18, 2025.

DORJI, Tashi; RINCHEN, Kinley; SAUNDERS, Angus Morrison; BLAKE, David; BANHAM, Vicki; PELDEN, Sonam. Understanding how indigenous knowledge contributes to climate change adaptation and resilience: A systematic literature review, **Environmental Management**, v. 74, n. 1, p. 1101-1123, 2024.

FERNANDEZ, Romina; JIMENEZ, Yohana; GONZALEZ, Virginia; GRAU, Ricardo. "Non-native plants in the Andes ecoregions: Current patterns and future perspectives" In: CLERICI, Nicola (Org.). **Conservation of Andean forests**, 2025, p. 209-225.

FERREIRA, Gabriela Alves; VANCINE, Maurício Humberto; MOTA, Flávio Mariano Machado; BELLO, Carolina; SOUZA, Thadeu Sobral; PERCEQUILLO, Alexandre; LACHER, Thomas; GALETTI, Mauro; BOVENDORP, Ricardo. From hot to cold spots: Climate change is projected to modify diversity patterns of small mammals in a biodiversity hotspot, **Diversity and Distributions**, v. 31, n. 5, p. 1-13, 2025.

FILHO, Walter Leal; LÜTZ, Johannes; TOTIN, Edmond; AYAL, Desalegn; MENDY, Edward. Obstacles to implementing indigenous knowledge in climate change adaptation in Africa, Journal of **Environmental Management**, v. 373, n. 1, p. 1-7, 2025.

GARCÍA, Victoria Reyes; JUNQUEIRA, André Braga. "Postface: Climatic and Ecological Change in the Americas: A Perspective from Historical Ecology" *In*: WHITAKER, James Andrew; ARMSTRONG, Chelsey Geralda; ODONNE, Guillaume (Orgs.). **Climatic and ecological change in the Americas**: A perspective from historical ecology, Routledge, 2023, p. 229-238.

GARVER, Geoffrey; DERANI, Cristiane. "Moving from monocultures to resilience" In: BOSSELMANN, Klaus; GWIAZDON, Kathryn; ZAMBRANO, Virginia (Orgs.). **Ecological integrity and international law**: Peace, public health, and global security, Routledge, 2025, p. 165-179.

GHIGGI JR, Ari. "Trajetórias e articulações de uma remedieira Kaingang em Santa Catarina, sul do

Brasil" *In*: GIORDANO, Ricardo Cid Fernandes; ROSA, Rogério Reus Gonçalves da (Orgs.). **Ciclo de debates Jê no Sul**: Territórios, histórias e saberes Kanhgág e Laklãnõ, Habitus, 2025, p. 195-219.

GIACOMINI, Giada. "Indigenous peacebuilding and environmental restorative justice" *In*: BOSSELMANN, Klaus; GWIAZDON, Kathryn; ZAMBRANO, Virginia (Orgs.). **Ecological integrity and international law**: Peace, public health, and global security, Routledge, 2025, p. 257-267.

GIANNINI, Luísa; FIGUEIRA, Rickson Rios; OLIVEIRA, Reinaldo da Silva. Saberes indígenas e mudanças climáticas: A incorporação dos conhecimentos tradicionais como pressuposto para a justiça climática, **Textos & Debates**, v. 29, n. 2, p. 1-16, 2023.

GIORDANO, Ricardo Cid Fernandes. "Põ'í: Notas históricas e etnográficas sobre a chefia e o poder entre os Kaingang" *In*: GIORDANO, Ricardo Cid Fernandes; ROSA, Rogério Reus Gonçalves da (Orgs.). **Ciclo de debates Jê no Sul**: Territórios, histórias e saberes Kanhgág e Laklãnõ, Habitus, 2025, p. 127-152.

GÓES, Paulo Roberto Homem de; CARSTEN, Aluízio Alfredo; WROBLEWSKI, Carlos. "Jêografias: Notas comparativas sobre morfologias e territorialidades Jê" *In*: GIORDANO, Ricardo Cid Fernandes; ROSA, Rogério Reus Gonçalves da (Orgs.). **Ciclo de debates Jê no Sul**: Territórios, histórias e saberes Kanhgág e Laklãnõ, Habitus, 2025, p. 27-60.

GUSENBAUER, Michael; GAUSTER, Sebastian. How to search for literature in systematic reviews and meta-analyses: A comprehensive step-by-step guide, **Technological Forecasting & Social Change**, v. 212, n. 1, p. 1-28, 2025.

LADIO, Ana; REIS, Mauricio Sedrez dos. "Different relational models have shaped the biocultural conservation over time of Araucaria araucana forests and their people" *In*: WHITAKER, James Andrew; ARMSTRONG, Chelsey Geralda; ODONNE, Guillaume (Orgs.). **Climatic and ecological change in the Americas**: A perspective from historical ecology, Routledge, 2023, p. 104-119.

LEPOFSKY, Dana; SALOMON, Anne. "Clam gardens across generations and places support social-ecological resilience to global change" *In*: WHITAKER, James Andrew; ARMSTRONG, Chelsey Geralda; ODONNE, Guillaume (Orgs.). **Climatic and ecological change in the Americas**: A perspective from historical ecology, Routledge, 2023, p. 139-157.

MAHONEY, Kathleen. "Teaching peace and public health using indigenous law: The educational and pedagogical challenges" *In*: BOSSELMANN, Klaus; GWIAZDON, Kathryn; ZAMBRANO, Virginia (Orgs.). **Ecological integrity and international law**: Peace, public health, and global security, Routledge, 2025, p. 245-256.

MIRANDA, Marcelo; DOBBS, Cynnamon; BRAVO, Valentina. "Phenology and potential primary productivity response to climate change in the Andean Mediterranean forests: A remote sensing analysis" *In*: CLERICI, Nicola (Org.). **Conservation of Andean forests**, Springer, 2025, p. 191-208.

MUELLER, Natalie. "Indigenous people prevented climate-induced ecological change for millennia evidence from the prairie peninsula and fire-loving forests of Eastern North America" *In*: WHITAKER, James Andrew; ARMSTRONG, Chelsey Geralda; ODONNE, Guillaume (Orgs.). **Climatic and ecological change in the Americas**: A perspective from historical ecology, Routledge, 2023, p. 74-86.

MURAJA, Daniela Oliveira Silva; KLAUSNER, Virginia; PRESTES, Alan; SILVA, Aline Conceição da; LEMES, Cecília Leite. Influence of climate and solar variability on growth rings of Araucaria angustifolia in Três Barras national forest (Brazil), **Atmosphere**, v. 16, n. 3, p. 1-23, 2025.

OLIVEIRA, Ariane Saldanha. "Plantas, paisagens e conservação da vida" *In*: GIORDANO, Ricardo Cid Fernandes; ROSA, Rogério Reus Gonçalves da (Orgs.). **Ciclo de debates Jê no Sul**: Territórios, histórias e saberes Kanhgág e Laklãnõ, Habitus, 2025, p. 221-232.

PELLINI, José Roberto. Sonhar para evitar o fim da arqueologia: Os sonhos como metodologia de pesquisa e produção de conhecimento arqueológico, **Revista de Arqueologia**, v. 38, n. 2, p. 222-239, 2025.

PONTES, Henrique Simão; JUNGHANS, Rodrigo; MASSUQUETO, Laís Luana; MOCHIUTTI, Nair Fernanda Burigo; GUIMARÃES, Rodrigo Aguilar; SILVA, Alesandro Giulliano Chagas; SILVA, Adriane Ribeiro da. First rupestrian representations of Araucaria angustifolia in Southern Brazil. **Caderno de Geografia**, v. 33, n. 72, p. 174-201, 2023.

RICK, Torben; SANCHEZ, Gabriel; TUSHINGHAM, Shannon. "Confronting climatic instability in coastal California through the lens of archaeology and historical ecology" *In*: WHITAKER, James Andrew; ARMSTRONG, Chelsey Geralda; ODONNE, Guillaume (Orgs.). **Climatic and ecological change in the Americas**: A perspective from historical ecology, Routledge, 2023, p. 54-73.

ROBINSON, Mark; SOUZA, Jonas Gregório de; MAEZYMI, Yoshi; CÁRDENAS, Macarena; PESSENDA, Luiz; PRUFER, Keith; CORTELETTI, Rafael; SCUNDERLICK, Deisi; MAYLE, Francis; DEBLASIS, Paulo; IRIARTE, José. "Separando fatores humanos e climáticos na mudança de vegetação do holoceno tardio no sul do Brasil" In: CORTELETTI, Rafael (organizador). **Paisagens Jê**: Uma arqueologia sobre povos indígenas do sul do Brasil, Habitus, 2024, p. 65-85. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/biblio:corteletti-2024-paisagens, Acesso em: 6 ago. 2025.

ROSSETTO, Cristian Luiz Klein; HASENACK, Heinrich; SOBOTTKA, Andréa Michel. Yerba mate agroforestry system: An alternative for conserving the Atlantic Forest biome in Rio Grande do Sul, **Ciência Florestal**, v. 35, n. 1, p. 1-18, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1980509885956, Acesso em: 4 ago. 2025.

SACKSER, Mario Gabriel; ROJAS, Lucas; KELLER, Héctor Alejandro; HILGERT, Norma Inés. Diversity of plant species used as firewood in indigenous colonized communities: An ethnobotanical study in East Misiones, Argentina, **Forest Policy and Economics**, v. 171, n. 1, p. 1-12, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.forpol.2024.103409, Acesso em: 4 ago. 2025.

SARMIENTO, Fausto; CRUZ, Manuel Oliva; AGUIRRE, Christiam; ESQUIVEL, Héctor "The Andean Flanks: Montane Cloud Forests' Untold Biocultural Heritage and Ecological Legacies" In: CLERICI, Nicola (editor). **Conservation of Andean forests**, Springer, 2025, p. 1-29. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-80805-0_1, Acesso em: 6 ago. 2025.

SZCZYGEL, Maicon Telles; CARBONERA, Mirian; BORTOLOTTO, Noelia; RADAESKI, Jefferson; LOPONTE, Daniel. Análise do material construtivo das estruturas monumentais pré-coloniais das terras altas de Santa Catarina, **Revista de Arqueologia**, v. 38, n. 2, p. 183-206, 2025. Disponível em:

https://doi.org/10.24885/sab.v38i2.1246, Acesso em: 5 ago. 2025.

SU, Yongxian; LI, Xueyan; ZHANG, Chaoqun; YAN, Wenting; CIAIS, Philippe; PATTON, Susan Cook; PHILLIPS, Oliver; SHANG, Jiali; CHEN, Jing-Ming; CESCATTI, Alessandro; LIU, Jane; CHAVE, Jerome; DOUGHTY, Christopher; HEINRICH, Viola; TIAN, Feng; LUO, Yiqi; LIU, Yi; YU, Zhen; HAO, Dalei; TAO, Shengli; ZHANG, Yongguang; ZENG, Zhenzhong; LAFORTEZZA, Raffaele; HUANG, Yuanyuan; FAN, Lei; WANG, Xuhui; QIN, Yuanwei; RAN, Qinwei; YAN, Kai; LIU, Xiaoping; LIU, Liyang; YUE, Yuemin; REN, Jiashun; YUAN, Wenping; CHEN, Xiuzhi. Carbon accumulation rate peaks at 1,000-m elevation in tropical planted and regrowth forests, **One Earth**, v. 8, n. 1, p. 1-1479, 2025. Disponível em: Acesso em: https://doi.org/10.1016/j.oneear.2024.11.001, 4 ago. 2025.

SUBRAMANYAM, Sibbala; MADHUSUDHAN, Kalaiah Gari Venkata; MATANGI, Surya Prabha; KUMAR, Ponnaiah Bharath Rathna; YANADAIAH, Janapati Pedda. Pharmacological properties and bioactive compounds of Araucaria angustifolia: A comprehensive review. **Biomedical and Pharmacology**, v. 18, n. 3, 2025. Disponível em: https://biomedpharmajournal.org/vol18no3/, Acesso em: 4 ago. 2025.

TABOADA, Júlia Kuse. **Contribuições dos contextos ambiental e humano para os padrões de diversidade em florestas subtropicais**, Dissertação de mestrado, Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/264607, Acesso em: 6 ago. 2025.

UNUIGBE, Ngozi Finette. Ecological integrity and indigenous farming practices in Africa: Balancing traditional knowledge and scientific methods in climate adaptation" *In*: BOSSELMANN, Klaus; GWIAZDON, Kathryn; ZAMBRANO, Virginia (Orgs.). **Ecological integrity and international law**: Peace, public health, and global security, Routledge, 2025, p. 105-119.

VEGA, Leticia. **L'expansion des déserts andins aux moyennes latitudes de l'Amérique du Sud** : une approximation paléoclimatique, Thèse de doctorat, Géosciences, Université Paris-Saclay et Universidad Nacional de Cuyo, 2025.

VILANOVA, Mateus Ricardo Nogueira. The need for ecohydrological research in Brazilian mountains: The case of the Serra da Mantiqueira range, **Brazilian Archives of Biology and Technology**, v. 68, n. 1, p. 1-14, 2025.

VILLAGRÁN, Carolina; HINOJOSA, Luís Felipe. Historia evolutivo-biogeográfica de la flora de bosques subtropicales de Chile Central, **Gayana Botanica**, v. 82, n. 1, p. 1-23, 2025.

VIRGÍLIO, Jefferson. Os esbulhos dos territórios ancestrais do povo Laklãnõ, **Espaço Ameríndio**, v. 18, n. 1, p. 263-290, 2024.

VIRGÍLIO, Jefferson. Resiliências indígenas contra as monoculturas, **Áskesis**, v. 14, n. 2, p. 1-19, 2025.

WHITAKER, James Andrew; ARMSTRONG, Chelsey Geralda; ODONNE, Guillaume. "Introduction" *In*: WHITAKER, James Andrew; ARMSTRONG, Chelsey Geralda; ODONNE, Guillaume (Orgs.). **Climatic and ecological change in the Americas**: A perspective from historical ecology, Routledge, 2023, p. 1-13.

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.03

Vestígios do Antropoceno à beira-mar: contexto e perspectiva arqueológica

Traces of the Anthropocene at the seashore: an archaeological context and perspective

Adriana Fraga Silva*
Washington Luiz dos Santos Ferreira**

Palavras-chave:
Arqueologia do Lixo
Antropoceno
Poluição Plástica

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre a contribuição da Arqueologia para a análise crítica do lixo costeiro, com foco nos resíduos plásticos, contextualizando a pesquisa na crise climática e na intervenção humana em larga escala no sistema planetário. A partir da Revolução Industrial, o uso de combustíveis fósseis intensificou a relação humana com o ambiente, alterando radicalmente as condições de vida no planeta. Os resíduos sólidos, em particular os plásticos, são abordados não apenas como poluentes, mas como "tecnofósseis" que refletem a produção em massa, o consumo efêmero e o descarte sistemático. A Arqueologia do lixo contemporâneo amplia seu escopo para reconhecer a cultura material do presente como um arquivo denso das práticas e contradições do nosso modo de vida. O Estuário da Lagoa dos Patos e áreas adjacentes (ELPA) serve como um laboratório para a observação desses vestígios do Antropoceno, com a poluição plástica na Praia do Cassino evidenciando dinâmicas de consumo local e turístico, impacto de atividades pesqueiras, transporte por correntes oceânicas e fluviais, e falhas na gestão de resíduos. A análise do plástico como marcador cultural do Antropoceno, sob as perspectivas de Donna Haraway, Bruno Latour e Dipesh Chakrabarty, revela a interdependência entre humanos e não-humanos, a agência dos materiais e a necessidade de repensar a temporalidade diante da crise climática. O artigo conclui que a Arqueologia é fundamental para a conscientização pública, formulação de políticas ambientais e desenvolvimento de estratégias de resiliência, alertando para a necessidade de controle rigoroso sobre a produção industrial de plásticos.

Keywords:
Garbage Archaeology
Anthropocene
Plastic Pollution

Abstract: This paper proposes a reflection on the contribution of Archaeology to the critical analysis of coastal waste, focusing on plastic residues, and contextualizes this research within the climate crisis and large-scale human intervention in the planetary system. Since the Industrial Revolution, the use of fossil fuels has intensified the human relationship with the environment, radically altering the conditions of life on the planet. Solid waste, particularly plastics, is approached not only as a pollutant but as "technofossils" that reflect mass production, ephemeral consumption, and systematic disposal. The Archaeology of contemporary garbage expands its scope to recognize the material culture of the present as a dense archive of the practices and contradictions of our way of life. The Patos Lagoon Estuary and adjacent areas (ELPA) serve as a laboratory for observing these traces of the Anthropocene, with plastic pollution on Cassino Beach revealing the dynamics of local and tourist consumption, the impact of fishing activities, transport by ocean and river currents, and failures in waste management. The analysis of plastic as a cultural marker of the Anthropocene, from the perspectives of Donna Haraway, Bruno Latour, and Dipesh Chakrabarty, reveals the interdependence between humans and non-humans, the agency of materials, and the need to rethink temporality in the face of the climate crisis. The paper concludes that Archaeology is fundamental for public awareness, the formulation of environmental policies, and the development of resilience strategies, highlighting the need for rigorous control over the industrial production of plastics.

Recebido em 14 de agosto de 2025. Aprovado em 18 de novembro de 2025.

* Arqueóloga e Historiadora, Doutora em História (PPGH/PUCRS). Docente no Curso de Bacharelado em Arqueologia (ICHI/FURG). Coordenadora do LASCA – Laboratório de Aprendizagem com Seres, Coisas e Ambientes (ICHI, FURG). Coordenadora de Programas e Projetos de Extensão (DIEX/PROEXC/FURG). E-mail: adrifragasilva@gmail.com ou adrifragasilva@furg.br.
** Oceanógrafo, doutor em Educação Ambiental; doutorando em Arqueologia (PPGAnt-UFPel); bolsista DS - CAPES. Pesquisador associado do LASCA – Laboratório de Aprendizagem com Seres, Coisas e Ambientes. ICHI, FURG – Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: chingksw@gmail.com.

Introdução

A reflexão que aqui propomos se ancora no epicentro de uma conjuntura caracterizada pela intervenção humana em larga escala no sistema planetário. Pretendemos um chamado à reflexão sobre as consequências de um modelo civilizatório caracterizado pela crise eco social. Se, por durante milhões de anos, a influência humana sobre o ambiente foi limitada e localizada, a partir da Revolução Industrial, com o uso intensivo de combustíveis fósseis, essa relação se intensificou drasticamente e alterou os sistemas de nosso planeta (Steffen *et al*., 2011).

A crise climática, com suas manifestações cada vez mais frequentes e intensas é a face mais visível e urgente dessa nova realidade. Segundo o *Intergovernmental Painel on Climate Change* (IPCC), as atividades humanas são a causa inequívoca do aquecimento global, que atingiu 1,1°C acima dos niveis pré-industriais (1850-1900), entre 2011 e 2020 (IPCC, 2023). Os eventos climáticos extremos (ondas de calor, secas, chuvas intensas) estão mais frequentes e intensos. Os impactos são desigualmente distribuídos, uma vez que as comunidades vulneráveis são as mais afetadas. O IPCC (2023) ainda aponta que a segurança alimentar e hídrica já está comprometida, doenças relacionadas ao clima têm aumentado e as áreas urbanas enfrentam riscos crescentes à infraestrutura e à saúde pública.

Os resíduos sólidos, e em particular os plásticos, emergem não apenas como poluentes, mas como materialidade caracterizada pela produção em massa, pelo consumo efêmero e pelo descarte em larga escala. Neste sentido, Zalasiewicz *et al*. (2016) apontam os plásticos como "tecnofósseis": artefatos humanos com valor cronológico, cuja evolução rápida e a diversidade morfológica podem fornecer uma resolução temporal para os estratos sedimentares. Essa singularidade cronológica e material dos plásticos, no entanto, é permeada por um paradoxo temporal central: como um material tão durável se tornou sinônimo de descartável? Hawkins (2006) aprofunda essa questão, investigando como o plástico, embora fisicamente persistente, gerou uma temporalidade de presentismo, onde a valorização do agora oblitera sua origem e seu problemático futuro como resíduo. Compreender essa temporalidade é crucial para a arqueologia do Antropoceno, que se debruça sobre os vestígios de uma conjuntura onde a imediatidade do consumo contrasta dramaticamente com a imortalidade material de seus subprodutos. As zonas costeiras, interfaces dinâmicas entre ecossistemas terrestres e marinhos, tornam-se, assim, palcos privilegiados para a observação e o estudo desses vestígios do Antropoceno, como se evidencia no Estuário da Lagoa dos Patos e áreas adjacentes (ELPA), no estremo sul do Rio Grande do Sul (Figura 1 e Figura 2).

Figura 1 - Estuário da Lagoa dos Patos, RS (em destaque no retângulo central: as Lagoas dos Patos e Mirim - Oceano Atlântico)
Fonte: adaptado por Washington Luiz dos Santos Ferreira, a partir de cartas náuticas – Diretoria de Hidrografia e Navegação, Marinha do Brasil.

A Arqueologia, disciplina tradicionalmente dedicada a abordar passados remotos, tem, ao longo de mais de duas décadas, ampliado seu escopo, para incluir o estudo do passado recente e do contemporâneo, consolidando o campo da *Arqueologia do Contemporâneo* (Buchli & Lucas,

2001; Harrison & Schofield, 2010; González-Ruibal, 2019). Nesta se reconhece que a relação que desenvolvemos com a cultura material contemporânea traz inúmeras possibilidades de elaboração de problemáticas sobre diferentes aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos e ideológicos que nos (re)fazem. Os descartes, longe de serem matéria desprovida de significado, são arquivos densos e complexos das nossas práticas cotidianas, dos nossos valores e das contradições, inerentes ao nosso modo de vida (Rathje & Murphy, 2001). Hawkins (2018), ao debater as ideias de Ingold (2012), propõe que, ao invés de pautarmos os materiais, pensemos a partir deles. E, nesta perspectiva, este artigo aponta a urgência de se compreender a poluição plástica, não como um problema isolado de um poluente específico, mas como parte de dinâmicas mais profundas, enraizadas na lógica do capitalismo global, nas narrativas de progresso e nas ideias de desenvolvimento que sustentaram e mantem o sistema.

O ELPA, com sua vasta extensão e a complexa interação com o Oceano Atlântico no contexto do sistema lagunar Patos-Mirim, configura-se como um laboratório privilegiado para reflexões aprofundadas (Figira 2). A crescente produção científica sobre a contaminação plástica nessa região exige análises que ultrapassem a simples quantificação do problema. Pesquisas como Pinho et al. (2022) são fundamentais para compreender o destino e o impacto desses resíduos. Destaca-se, especialmente, a análise da contaminação por lixo em áreas de marismas da Lagoa dos Patos, ambientes que funcionam como importantes sumidouros para meso e microplásticos na região. Essas pesquisas fornecem uma base para interpretar os significados culturais e as implicações sociais presentes nesses detritos, reforçando que o ELPA não é apenas um repositório de resíduos, mas um ponto focal para a compreensão das complexas interações entre o ambiente e as dinâmicas socioeconômicas.

Figura 2 - Imagem orbital do Sistema Lagunar Patos-Mirim, litoral RS.
Fonte: Google Earth, sd.

Sendo assim, neste artigo temos como objetivo fomentar a discussão sobre a contribuição da Arqueologia para a análise crítica do lixo costeiro, com ênfase nos resíduos plásticos. Examinando o plástico, não apenas como um poluente, mas como um marcador cultural do Antropoceno, refletindo as tensões entre natureza e cultura, produção e descarte. Além disso, torna-se fundamental refletir sobre as dimensões éticas, memoriais e de responsabilidade coletiva, que emergem da persistência desses materiais no ambiente costeiro, dialogando com perspectivas como as de Haraway (2016), Chakrabart (2025) e Latour (2020). Para então, refletir sobre o papel da Arqueologia como uma disciplina capaz de fornecer subsídios para a conscientização pública, a formulação de políticas ambientais e o fomento de estratégias de resiliência e transformação socioecológica.

Uma arqueologia do lixo contemporâneo: para além da superfície do descarte

A arqueologia do lixo contemporâneo, como um campo de estudo, deve-se, em grande medida, ao "The Garbage Project", iniciado por William Rathje na Universidade do Arizona, na década de 1970. Rathje e sua equipe, ao escavarem aterros sanitários e analisarem o lixo doméstico de diversas comunidades, demonstraram empiricamente que os resíduos são um reflexo direto, e muitas vezes mais fidedigno, do comportamento humano do que as informações obtidas por meio de questionários ou entrevistas (Rathje & Murphy, 2001). O estudo confirmou que as pessoas tendem a subestimar o consumo de itens considerados não saudáveis (como álcool e *junk food*) e a superestimar o consumo de outros produtos, como frutas e vegetais frescos. O lixo, contudo, não mentiu: ele revelou as escolhas reais de consumo[1], as taxas de desperdício, a adesão (ou não) a programas de reciclagem e até mesmo as respostas comportamentais a eventos sociais e econômicos, como crises e campanhas de conscientização.

A metodologia da equipe de Rathje envolveu a coleta, triagem, classificação, quantificação e análise dos resíduos, tratando cada item descartado como um artefato repleto de informações. Ao aplicar essa abordagem aos estuários, podemos investigar não apenas "o quê" é descartado, mas também "como", "onde" e, potencialmente, "por quem". A distribuição espacial do descarte, sua associação com diferentes zonas de uso dos espaços (áreas de banho, pesca, quiosques, acessos públicos etc.), e sua variação sazonal nos mostram aspectos das atividades antrópicas e os processos naturais de transporte e deposição. A análise da composição material dos resíduos (tipos de plástico, presença de outros materiais como metal, vidro, borracha etc.), das marcas e rótulos, e do estado de conservação, permite inferências sobre as cadeias de produção e consumo, as origens geográficas dos produtos e o tempo de permanência dos resíduos no ambiente. O lixo contemporâneo, portanto, desde uma perspectiva arqueológica, permite compreender os resíduos como um sintoma de um sistema mundo - o capitalismo -, virtuoso para alguns, porém degradador dos ecossistemas e da dignidade humana de gigantesca parcela populacional.

Neste aspecto reside o que Ruibal (2019) define como “supermodernidade”, a modernidade em sua máxima potência. Uma arqueologia da “supermodernidade”, portanto, não se limita a estudar os locais de produção, mas se volta também às ruínas do capitalismo – fábricas abandonadas, infraestruturas obsoletas, paisagens degradadas e, também, os vastos depósitos de descartes que ele gera. O lixo, sob essa perspectiva, é um produto intrínseco e, portanto, constitutivo do capitalismo, e não um mero subproduto acidental. A lógica da acumulação incessante, da obsolescência programada, da criação constante de novas necessidades de consumo, e da externalização dos custos ambientais e sociais, resulta em um fluxo contínuo de mercadorias, que rapidamente se transformam em resíduos.

Gabrys (2011), por exemplo, aprofunda-se na complexa materialidade dos eletrônicos, rastreando-os desde sua fabricação até o descarte e as variadas formas de "lixo" que produzem. Ela argumenta que, para além do domínio virtual, o descarte desses aparelhos revela a natureza intrinsecamente material e poluidora do mundo digital. A autora destaca as infraestruturas materiais, espaciais, culturais e políticas que sustentam, tanto a

criação quanto a obsolescência dessas tecnologias. Assim, o lixo eletrônico não é apenas um vestígio de seu propósito original, mas um registro vívido das estruturas políticas, ecológicas e econômicas que o geram e perpetuam.

Hetherington (2004), por sua vez, chama nossa atenção para o fato de que o ato de se desfazer de bens (disposição) tem sido uma dimensão negligenciada em diversas áreas nos estudos sobre o consumo. Longe de ser um ponto final para os objetos, o sociólogo propõe que a disposição é um processo complexo e contínuo, que está intrinsecamente ligado à gestão da ausência nas relações sociais. O autor desenvolve sua tese através de um engajamento crítico com o trabalho de teóricos como Mary Douglas, Rolland Munro, Michael Thompson e Robert Hertz. Busca demonstrar que a disposição nunca é final, ao contrário do que a noção de "lixo" pode implicar. Em vez disso, ela envolve:

1) Movimento e Transformação: Objetos descartados não desaparecem; eles se movem para outros lugares, adquirem novos significados ou se transformam em outras formas (por exemplo, em materiais reciclados).

2) Incompletude: O descarte não é um fechamento absoluto. A "ausência" de um objeto pode gerar uma sensação de incompletude ou a possibilidade de seu retorno, seja física ou simbolicamente.

3) Retorno: Itens dispostos podem retornar de várias maneiras, seja por meio de mercados de segunda mão, reciclagem, ou até mesmo como "assombrações" em memórias ou espaços. Isso desafia a ideia de que o lixo é algo sem valor, sem significado ou um ponto final.

Portanto, para o autor, a disposição não é simplesmente sobre "lixo" ou "resíduos", mas sim sobre como as pessoas lidam com a ausência e a presença de coisas e, por extensão, de relações sociais. Os plásticos, com sua produção barata, versatilidade e durabilidade paradoxal (leves e descartáveis no uso, mas persistentes no ambiente), são exemplos emblemáticos dessa dinâmica. Eles materializam a promessa de conveniência e modernidade, ao mesmo tempo em que ocultam os custos de sua produção (majoritariamente a partir de combustíveis fósseis) e de seu descarte.

Ao analisar o lixo plástico nos estuários, questionamos as estruturas que o produzem: Quais indústrias se beneficiam da cultura do descartável? Como as políticas de regulação (ou a falta delas) influenciam a produção e o consumo de plásticos? De que forma as desigualdades sociais e globais se manifestam na distribuição da poluição plástica e na vulnerabilidade a seus impactos?

Liboiron (2021) nos traz muitas reflexões a respeito de questões como as postas acima. Para o autor, a poluição não é um acidente, mas um projeto. É um mecanismo intrínseco às relações coloniais, que assumem e reivindicam o direito de acesso e uso da terra indígena, para propósitos coloniais e de assentamento. Este "acesso" inclui a capacidade de poluí-la, descartar nela e transformá-la em "recurso".

Ao criticar as metodologias e as abordagens ambientais hegemônicas, por frequentemente reproduzirem e perpetuarem relações coloniais, Liboiron nos desafia a ver a poluição, não como algo que simplesmente "acontece" ao meio ambiente, mas como um ato contínuo de violência colonial, que molda nossas relações com a Terra, com o conhecimento e de uns com os outros. A solução, portanto, não está apenas em tecnologias mais limpas ou regulamentações mais rigorosas, mas em uma profunda reorientação das relações sociais e epistêmicas que sustentam o que Ruibal (2019) nos trouxe como “supermodernidade”.

Neste sentido, a “neocolonialiadade” pode ser percebida pela aceitação entusiástica do “Princípio do Poluidor-Pagador”, como instrumento jurídico regulador, pelo entendimento do conglomerado tecnoindustrial transnacional de que o mesmo pode, com as devidas pressões político-econômicas, ser revertido enquanto “Princípio do Pagador-Poluidor” (SILVA FILHO, 2012: 122), ou seja: ao pagar as devidas “taxas”, os empreendedores encontram-se livres para poluir.

A arqueologia, ao observar os resíduos, pode contribuir para uma crítica ao consumismo e para a desnaturalização de práticas de descarte, que se tornaram normalizadas, mas que são historicamente situadas e politicamente carregadas. As coisas, longe de serem passivas, têm agência, delineam as relações sociais e os processos políticos. A materialidade é, portanto, um campo de batalha e de negociação.

Neste sentido, a Arqueologia do Contemporâneo não se limita ao "ontem", mas se volta igualmente para o "agora". Seu cerne reside na intersecção entre a política e a materialidade.

Antropoceno, Plástico e Litoral: a materialidade de uma relação problemática

O plástico é apontado como um marcador estratigráfico do Antropoceno, como assinatura química**.** A busca por um "golden spike" (marco estratigráfico global) para o Antropoceno tem levado a diversas propostas, incluindo os radionucleídeos de testes nucleares, as cinzas volantes da queima de combustíveis fósseis e, de forma cada vez mais convincente, os plásticos (Waters *et al*., 2016[2]; Zalasiewicz *et al*., 2016[3]). A Grande Aceleração do pós-Segunda Guerra Mundial viu um aumento exponencial na produção e consumo de plásticos, que passaram de uma produção anual de cerca de 2 milhões de toneladas em 1950, para quase 400 milhões de toneladas atualmente (Geyer *et al*., 2017)[4]. Essa proliferação massiva de plásticos, especialmente os termoplásticos, é marcada por profunda mudança na percepção de sua 'plasticidade', que - de durável e quase “imortal” -, passou a ser desenhada pela lógica do efêmero e do descarte. Hawkins (2018) destaca que essa transição foi fundamental para a construção da identidade do plástico como o arquétipo da imediatidade e da efemeridade, transformando-o no material de uma 'idade do plástico', onde o valor residia não na durabilidade, mas na rotatividade e no consumo de uso único. Essa massa de material sintético, sem precedentes na história geológica da Terra, está agora dispersa por todos os setores ambientais.

Matt Edgeworth (2020)[5], explora as profundas implicações dessa nova era para a Arqueologia. Os plásticos não são apenas artefatos culturais; eles estão se tornando parte integrante do registro estratigráfico. A formação de plastiglomerados – rochas compostas por plástico derretido, aglutinados a sedimentos naturais, conchas e outros detritos – em praias como a de Kamilo, no Havaí (Corcoran *et al*., 2014), é um exemplo dessa nova estratigrafia. Corcoran *et al*. (2014), troxeram dados empíricos de Kamilo Beach, apontando a ideia de que fenômenos semelhantes ocorrerão em outros locais, contribuindo para a assinatura global do Antropoceno. Camadas de microplásticos em sedimentos marinhos e lacustres, a incorporação de fibras plásticas em solos agrícolas e a presença de resíduos plásticos em depósitos arqueológicos já constituem uma assinatura química e física inconfundível da nossa época. A arqueologia do contemporâneo, por exemplo, vem contribuindo para documentar, analisar e interpretar esses novos tecnofósseis e as narrativas que eles contêm sobre a interação humano-ambiente. Pauta, portanto, que o Antropoceno é, em sua essência, uma questão profunda de materialidade e história.

A persistência dos plásticos no ambiente é uma de suas características mais problemáticas. Teuten *et al.* (2009) apontam que diferentemente de materiais orgânicos que se decompõem rapidamente, os polímeros sintéticos podem levar centenas ou até milhares de anos para se degradar completamente, legando um problema ambiental duradouro. Além do impacto físico e visual, os plásticos podem adsorver poluentes orgânicos persistentes (POPs) da água do mar, por exemplo, e liberar aditivos químicos tóxicos (como ftalatos e bisfenol A) durante sua degradação, potencializando os riscos para os ecossistemas e para a saúde humana). Desta maneira, os autores mudaram fundamentalmente a compreensão da poluição plástica, elevando-a, de um problema de detritos físicos, para uma complexa questão de toxicologia ambiental e transporte de contaminantes. Eles revelam que os plásticos são "pacotes químicos", que liberam seu conteúdo e capturam outros poluentes, tornando-se uma fonte persistente e onipresente de exposição química para os ecossistemas marinhos e seus habitantes.

Os oceanos, cobrindo mais de 70% da superfície terrestre, tornaram-se o destino de uma parcela significativa do lixo plástico gerado em terra. Estimativas sugerem que entre 4,8 e 12,7 milhões de toneladas de plástico entraram nos oceanos, apenas no ano de 2010 (Jambeck *et al*., 2015), e esse fluxo cresce e seguirá aumentando exponenciamentre, se não houver intervenções drásticas. Uma vez no ambiente marinho os plásticos sofrem processos de transporte por correntes e ventos, fragmentação pela radiação UV, ação mecânica das ondas e, em menor

grau, biodegradação. Os macroplásticos (>25mm) podem causar emaranhamento e morte de animais marinhos; os mesoplásticos (5-25mm) e microplásticos (<5mm) – estes últimos podendo ser primários, como os *pellets* usados na indústria, ou secundários, resultantes da fragmentação de itens maiores – são ingeridos por uma vasta gama de organismos, desde o zooplâncton até grandes mamíferos marinhos, entrando na cadeia alimentar (GESAMP, 2015)[6].

Os estuários, enquanto zonas de interface dinâmica entre ambientes terrestres e marinhos, atuam como filtros e áreas de deposição para diversos resíduos, especialmente plásticos. A complexidade do fenômeno se revela na quantidade e na variedade dos materiais encontrados, determinados por fatores como proximidade de fontes urbanas, rios, portos, bem como pelas atividades humanas como pesca e navegação, e ainda, pelas correntes, ventos e morfologia da região. Este cenário torna-se mais intricado quando se considera a condição do plástico como marcador do Antropoceno, caracterizando uma relação problemática entre materialidade, tempo e processos sociais[7].

No contexto do litoral extremo sul do Rio Grande do Sul, observamos o que podemos chamar de microcosmo dos desafios globais impostos pelo plástico. Nesse sentido, o plástico deixa de ser apenas um resíduo físico e passa a ser um traço indelével da interação humana com o ambiente, compondo a própria estratigrafia do planeta. Assim, nos sedimentos das praias, nos solos agrícolas ou mesmo nos depósitos arqueológicos, as camadas de microplásticos e de artefatos plásticos evidenciam como o material se tornou parte integrante do registro cultural de nossa época.

Ao analisar o lixo plástico nos estuários e praias, como a da Praia do Cassino, a perspectiva arqueológica amplia a compreensão dos impactos do consumo e descarte, revelando como as dinâmicas locais se entrelaçam com processos globais de produção, consumo e desigualdade. Essa abordagem evidencia que os resíduos não apenas documentam a cultura material do presente, mas denunciam a persistência de práticas que perpetuam injustiças ambientais e relações colonialistas, tornando a materialidade dos plásticos um campo de negociação e disputa contínua.

Dessa forma, integrar a discussão sobre o Antropoceno, o plástico e o litoral numa mesma linha argumentativa permitem perceber, de forma mais nítida, que a problemática vai muito além da mera presença de resíduos. Trata-se de um processo histórico, social e ambiental que demanda novas formas de compreender a agência dos objetos e os papéis que desempenham na configuração dos nossos modos de vida e das paisagens. A análise arqueológica, ao inserir o plástico nesse panorama, propõe reflexões críticas sobre consumo, descarte e política, promovendo uma leitura mais abrangente das relações ambientais em tempos de profundas transformações.

Os dados disponíveis para a Praia do Cassino corroboram tendências globais: os plásticos são a categoria predominante de lixo marinho. Ramos *et al*. (2021) oferecem um panorama detalhado, indicando, inclusive, a tipológica desses artefatos:

1) Embalagens de uso único: este é, invariavelmente, o grupo mais numeroso. Inclui garrafas PET de bebidas (refrigerantes, água, sucos), embalagens flexíveis de alimentos (salgadinhos, biscoitos, balas), potes de iogurte e margarina, tampas de garrafa, copos e pratos descartáveis, talheres de plástico e canudos. A predominância desses itens reflete diretamente a cultura da conveniência e do "comprar-levar/usar-descartar", impulsionada pela indústria de alimentos e bebidas.
2) Sacolas plásticas: apesar de legislações restritivas em alguns locais, ainda são encontradas em grande número, originárias de comércios locais ou trazidas pelos próprios usuários.
3) Itens de pesca: redes de pesca (principalmente de nylon), linhas, cordas, cabos, boias (de plástico ou isopor) e caixas de isopor para armazenamento de pescado. Esta categoria é particularmente relevante para a Praia do Cassino, dada a importância da atividade pesqueira (de lazer ou como atividade econômica) na região.
4) Itens de higiene pessoal e cosméticos: cotonetes com hastes plásticas, embalagens de xampu, condicionador, protetor solar, fragmentos de absorventes e de fraldas descartáveis.
5) Microplásticos: divididos em primários (pellets de resina plástica, microesferas de cosméticos – embora estas estejam sendo banidas em muitos produtos) e secundários (fragmentos resultantes da

degradação de itens maiores). Sua coleta e análise exigem metodologias específicas (peneiramento de sedimentos, análise microscópica). Estudos no litoral gaúcho já confirmam sua presença e ingestão pela biota e os desafios metodológicos existentes (Instituto Venturi, 2023; Montagner *et al*, 2021).

6) Outros: Brinquedos de praia quebrados, isqueiros descartáveis, bitucas de cigarro (os filtros contêm acetato de celulose, um tipo de plástico), fragmentos de calçados (majoritariamente chinelos), e uma miríade de outros pequenos objetos plásticos, muitas vezes já fragmentados e de difícil identificação.

A seguir, nas figuras 3 a 10, você observará que apreentamos alguns dos itens que identificamos em campo e que dialogam com a tipologia apresentada por Ramos *et al*. (2021).

Figura 3 - Embalagem de Produto de Higiene Pessoal (Embalagens de talco/Praia do Cassino- Rio Grande/RS)
Fonte: Wa Ching (2023). Acervo do fotógrafo.

Figura 4 - Vizinhos? (copo plástico de água mineral e crustáceo/Praia do Cassino - Rio Grande/RS)
Fonte: Wa Ching (2025). Acervo do fotógrafo.

Figura 5 - Plasticos de uso ínico –Embalagens diversas com diferentes graus de degração. (Praia do Cassino - Rio Grande/RS)
Fonte: Adriana Fraga da Silva (2024). Acervo da autora.

Figura 6 - Brinquedos (Praia do Cassino - Rio Grande/RS)
Fonte: Wa Ching (2025). Acervo do fotógrafo.

Figura 7 - Uso pessoal. (Praia do Cassino - Rio Grande/RS)
Fonte: Adriana Fraga da Silva (2024). Acervo da autora.

Cada uma dessas categorias conta uma história sobre produção, consumo e descarte, e sua análise conjunta permite traçar um perfil da cultura material do lixo na Praia do Cassino. Assim, a análise arqueológica dos resíduos nessa praia, mesmo a partir de dados secundários, permite inferir dinâmicas, como:

1) De consumo local e turístico: a maior incidência de embalagens de alimentos e bebidas[8] durante a alta temporada de verão é um indicador claro do impacto do turismo. Marcas específicas revelam preferências de consumo regionais ou a penetração de produtos globais no mercado local. A comparação entre resíduos encontrados em áreas próximas a quiosques e vias de acesso à praia, versus áreas mais remotas, permite diferenciar o lixo gerado *in situ* por turistas, daquele trazido pelas correntes.

2)

Figura 8 - Plásticos de uso único – Descartáveis. (Praia do Cassino - Rio Grande/RS)
Fonte: Adriana Fraga da Silva (2024). Acervo da autora.

3) De impacto das atividades pesqueiras: a presença significativa de petrechos de pesca aponta para uma fonte de poluição diretamente ligada a uma atividade econômica crucial para Rio Grande. O descarte acidental ou intencional de redes e outros equipamentos no mar contribui de forma substancial para a poluição plástica e para os riscos de "pesca fantasma".

Figura 9 - Impacto das Atividades Pesqueiras (fragmentos de rede de pesca – material de nylon – emaranhado em crustáceo/Praia do Cassino- Rio Grande/RS/Praia do Cassino - Rio Grande/RS)
Fonte: Wa Ching (2024). Acervo do fotógrafo.

4) De transporte por correntes oceânicas e fluviais: as correntes oceânicas, podem transportar lixo de longas distâncias, incluindo resíduos de navios e de outros países da costa atlântica da América do Sul. Além disso, a proximidade com a desembocadura da Lagoa dos Patos significa que resíduos gerados nas cidades e áreas agrícolas da bacia hidrográfica podem ser carreados para o mar e,

subsequentemente, depositados na praia. A identificação de itens com rótulos em outros idiomas, ou de produtos não comercializados na região, é uma evidência direta desse transporte transfronteiriço de poluição, corroborando a complexidade das dinâmicas oceanográficas de transporte de detritos no Atlântico Sul.

5) Falhas na gestão de resíduos e comportamentos de descarte: a concentração de lixo em determinados pontos da praia, especialmente próximo a acessos públicos e áreas de lazer sem infraestrutura adequada de coleta, sugere descarte inadequado por parte dos usuários. A insuficiência de lixeiras, a coleta irregular ou a falta de conscientização contribuem para que o lixo deixado na areia seja facilmente disperso pelo vento e pelas marés. O estudo de Santos *et al*. (2003) sobre a geração de resíduos pelos usuários da Praia do Cassino já indicava essa problemática há duas décadas, e a necessidade de melhorias na gestão e educação ambiental persiste. A comparação com estudos, como o de Farias e Barros (2020) em outras praias urbanas brasileiras, pode fornecer *insights* metodológicos sobre como correlacionar tipos de resíduos com práticas específicas de descarte e características socioeconômicas das áreas adjacentes. Os autores investigaram a percepção ambiental dos usuários de duas praias urbanas no Nordeste do Brasil em relação à problemática da poluição. O objetivo principal foi compreender como os frequentadores dessas praias percebem o problema do lixo e a poluição, e como essa percepção pode influenciar seus comportamentos de descarte.

Figura 10: Coisas que vestem e mais plástico: o aglomerado! (descarte de calçados e vestuários com alguns resíduos plásticos como: sacolas e garrafas de água mineral/Praia do Cassino- Rio Grande/RS)
Fonte: Wa Ching (2023). Acervo do fotógrafo.

O que os resíduos plásticos da Praia do Cassino nos mostram? Um diálogo com Haraway, Latour e Chakrabarty

Os plásticos da Praia do Cassino, em suas incontáveis formas e estágios de degradação, transcendem a mera paisagem degradada. Longe de serem apenas uma inconveniência estética ou um problema ecológico restrito, eles emergem como um espelho perturbador da sociedade contemporânea, refletindo não só hábitos de consumo e valores intrínsecos à nossa cultura, mas também problemática teia de relações entre humanos e não-humanos que define o Antropoceno.

Donna Haraway (2023) nos incita a "ficar com o problema", uma provocação que se afasta das narrativas de redenção tecnológica ou de um retorno nostálgico a uma natureza intocada e idealizada. Em vez disso, ela propõe que confrontemos as complexidades e contradições inerentes ao contexto, reconhecendo nossa profunda e inegável interdependência com outras espécies e com os processos materiais que, de forma contínua, sustentam (ou destroem) a vida no planeta. Os plásticos são, nesse sentido, um desses problemas com os quais precisamos urgentemente aprender a "fazer parentesco". Este conceito não implica uma aceitação passiva da degradação, mas sim um chamado à compreensão profunda de suas origens sistêmicas, suas trajetórias complexas e suas consequências multifacetadas, pavimentando o caminho para a busca de formas mais responsáveis e sustentáveis de coexistência. Haraway nos possibilita abandonar a visão redutora do plástico como um mero poluente, para encará-lo como um artefato diagnóstico de uma cultura material globalizada. Portanto, ele não é apenas um lixo, mas um registro material da nossa era, um registro de nossa própria existência e ação. Ou seja: um registro de nós mesmos.

Nesse sentido aprofundado, as narrativas embutidas na persistência dos plásticos na praia revelam facetas sobre nós mesmos: somos seres de conveniência, frequentemente priorizando a gratificação imediata em detrimento da durabilidade, da circularidade e da sustentabilidade. Essa predileção se manifesta na economia linear que

externaliza seus custos ambientais e sociais, transferindo o ônus da poluição para ecossistemas e gerações futuras. Haraway nos ajuda a reforçar a ideia de que os detritos, em sua materialidade, contam histórias profundas e não-ditas sobre nossos valores e modo de vida dominante. "Ficar com o problema", portanto, nos aponta um chamado inadiável à responsabilidade ética e ao engajamento ativo frente à complexidade do contexto. Isso significa, conforme a autora aponta, que não podemos fugir da teia de causalidades e efeitos que produzimos. Sob essa perspectiva, a Arqueologia assume um papel vital, posicionando-se como uma disciplina capaz de fornecer subsídios para a conscientização pública, a formulação de políticas ambientais e o desenvolvimento de estratégias de resiliência e transformação socioecológica, ao expor as camadas de nossa interação material com o planeta ao longo do tempo.

De encontro ao exposto, o pensamento de Haraway, ao desafiar as categorias estabelecidas, encontra um eco nas formulações de Bruno Latour (2020). Latour também critica as dicotomias tradicionais entre natureza e cultura, humano e não-humano. Ao encararmos o plástico como um ator social, aderimos à perspectiva do autor de que: as fronteiras entre o humano e o não-humano, o natural e o artificial, estão não apenas borradas, mas fundamentalmente dissolvidas.

Ao desafiar a tradicional separação entre Natureza e Cultura, Latour argumenta que estamos irremediavelmente emaranhados com uma rede de atores não-humanos, que possuem agência própria e que reagem às nossas ações. O plástico, com sua persistência e a capacidade de se infiltrar em todos os ecossistemas e organismos – desde o fundo do oceano até o ar que respiramos e nossos próprios corpos –, é o protótipo desses atores terrestres que nos confrontam e nos forçam a reavaliar radicalmente nossa posição no mundo. Ele não é apenas um objeto passivo, um "lixo" inerte à espera de descarte; é uma força material viva, um "disponível" Hetherington (2004), que modula paisagens, altera processos ecológicos e impacta diretamente a saúde de seres vivos, incluindo a nossa. Sua materialidade é uma forma de fala, uma comunicação que não podemos ignorar.

Os resíduos plásticos na Praia do Cassino, por exemplo, demonstram de forma inequívoca que nossas antigas noções de controle absoluto sobre a natureza são ilusórias. Eles nos obrigam a reconhecer que o ambiente não é um pano de fundo inerte às atividades humanas, mas sim um sistema complexo, interativo e reativo do qual somos apenas uma parte, e não a parte dominante ou isolada. O plástico manifesta sua agência ao resistir à degradação biológica por séculos, ao ser transportado por correntes oceânicas globais que desafiam fronteiras políticas e geográficas, e ao se fragmentar em micropartículas que penetram a cadeia alimentar, exemplificando como a Terra, na concepção de Latour, reage de forma contundente e sistêmica às nossas intervenções.

Nesse contexto, o plástico torna-se um dos aspectos mais visíveis e tangíveis da reação de Gaia às nossas ações. Ele materializa a nossa irresponsabilidade e a nossa ilusão de controle antropocêntrico, e Gaia nos responde com a ubiquidade, a persistência e os impactos crescentes desses materiais. Para Latour, compreender essa agência dos não-humanos e a própria reatividade da Terra é crucial para abandonarmos a antiga identidade de Modernos que separam natureza e cultura. É um chamado para nos vermos como "terrestres" – seres inseparavelmente conectados e interdependentes de nosso planeta, parte orgânica e sistêmica dele, cujas ações têm reverberações em toda a malha da vida.

A discussão sobre o plástico, ao convocar Haraway e Latour, abre as portas para incorporarmos as reflexões de Dipesh Chakrabarty (2025), quem nos desafia a repensar a própria temporalidade, diante da magnitude e da escala da crise climática, que se manifesta concretamente nos detritos plásticos.

Chakrabarty argumenta que a crise climática nos força a transcender o global – uma escala que ainda pressupõe a agência humana como central e a possibilidade de soluções políticas e econômicas, dentro dos marcos estabelecidos – para adentrar o "planetário". O "planetário" introduz uma escala e uma temporalidade onde as forças geológicas e biológicas, antes consideradas fundos inertes para a história humana, agora se tornam agentes ativos, que moldam fundamentalmente nosso futuro. O

plástico, com sua origem geológica, sua persistência na escala de tempo geológico e sua presença ubíqua em todos os estratos ambientais, é uma manifestação material incontestável do planetário invadindo o global.

Como bem explora Gay (2006, 2018), a paradoxal natureza do plástico – um material de durabilidade inegável que foi cultural e economicamente classificado como transitório e descartável – revela uma temporalidade de presentismo. Essa temporalidade, caracterizada pela fugacidade e pela valorização do agora, em detrimento do passado e do futuro, é intrínseca à lógica da descartabilidade. A idade do plástico, pós-Segunda Guerra Mundial, impulsionada pelos termoplásticos, transformou a percepção da plasticidade, de algo que resistia ao tempo, para algo que se prestava ao descarte imediato, criando uma "tirania de um agora sem fim" (Hartog, 2015 *apud* Hawkins, 2018. p.92). Nesta perspectiva, os resíduos plásticos na Praia do Cassino, portanto, não são apenas um resultado de decisões humanas de consumo e descarte; eles são também o que Latour (2020) chamaria de 'atores terrestres' e o que Chakrabarty (2025) veria como a materialidade de um problema que nos conecta a forças geológicas e biológicas imensas.

Para Chakrabarty, a crise climática, e por extensão a crise do plástico, é um fenômeno que não pode ser compreendido apenas através das lentes da história humana ou do sistema capitalista. Ele introduz a ideia de que a ciência do clima nos confronta com uma temporalidade e uma agência (a da Terra e seus sistemas), que estão além da nossa capacidade de compreensão histórica tradicional.

Chakrabarty sugere que precisamos de uma "história profunda", que se estenda para além das meras ações humanas, incorporando a história da vida e a história da Terra. A presença do plástico na Praia do Cassino é um lembrete contundente de que a história humana não ocorre em um vácuo, mas está intrinsecamente enraizada e interligada com processos biogeofísicos. A própria plasticidade do plástico, sua capacidade de moldar e ser moldado, sua resiliência e sua ubiquidade, são evidências de que a agência não é mais um atributo exclusivo do humano, mas distribuída por toda a rede de seres e materiais que Latour descreveria. O plástico é, portanto, um fator planetário que nos obriga a expandir nossas categorias de análise histórica e social.

Em síntese, os plásticos, observados com ajuda das lentes de Haraway, Latour e Chakrabarty, a partir de uma perspectiva arqueológica, deixam de ser apenas um "lixo" e se transformam em um manifesto material multifacetado. Eles nos convidam a abandonar a ilusão de controle antropocêntrico e a reconhecer a agência dos não-humanos. Nos levam a assumir nossa identidade de terrestres**,** como parte de Gaia (LATOUR, 2020) e a compreender que nossas ações têm reverberações sistêmicas em todo o planeta. E, neste sentido, nos induzem a expandir nossa compreensão histórica, na medida em que a crise do plástico, como parte da crise climática, exige que pensemos em termos de "planetário", incorporando temporalidades e agências que vão além da história humana.

A Arqueologia, neste cenário, é uma disciplina fundamental para fomentar as narrativas complexas da nossa era, fornecendo *insights* essenciais para o reconhecimento da nossa interdependência e para a construção de futuros mais resilientes em um planeta que reage. Ao mesmo tempo, nos alerta para implicações éticas e socioambientais, que envolvem justiça ambiental, justiça social e memória.

A presença massiva de plásticos nos oceanos e nas praias, portanto, levanta questões éticas fundamentais. A primeira delas é a da justiça ambiental. A poluição plástica não afeta a todos da mesma forma. Comunidades costeiras, como as que vivem no entorno do ELPA, por exemplo, que muitas vezes dependem da pesca para sua subsistência, são frequentemente as mais impactadas pela degradação de seus ecossistemas e pela perda de qualidade de vida, embora nem sempre sejam as principais geradoras da poluição, que pode ter origens distantes e globais (Liboiron, 2021). Há também uma dimensão de justiça intergeracional: o plástico que descartamos hoje permanecerá no ambiente por séculos, comprometendo a saúde dos ecossistemas e o bem-estar das futuras gerações, que herdarão um planeta mais poluído e menos resiliente.

Outra implicação crucial é a da memória e do patrimônio. O que estamos legando como registro

material da nossa era? Se a arqueologia do futuro escavar nossos depósitos, encontrará uma "idade do plástico" (Hawkins, 2018), caracterizada pela abundância de materiais sintéticos não biodegradáveis. Este patrimônio do Antropoceno é ambíguo: por um lado, testemunha nossa engenhosidade tecnológica; por outro, denuncia nossa falta de previsão e nossa incapacidade de gerir os subprodutos de nosso próprio sucesso material e tecnológico. A Praia do Cassino, com seus vestígios plásticos, torna-se um arquivo a céu aberto dessa memória incômoda, um lembrete constante das escolhas que fizemos e das responsabilidades que precisamos assumir. A normalização da paisagem poluída representa uma forma de amnésia coletiva, um apagamento da gravidade do problema que a Arqueologia tem o dever de combater, tornando visível o que se tenta ignorar.

Considerações finais

Ao longo desta reflexão, com ênfase nos resíduos plásticos e tendo a Praia do Cassino como referência, buscamos evidenciar o papel fundamental da Arqueologia enquanto prática transformadora no Antropoceno, revelando sua capacidade de articular análise crítica e ação em nosso tempo. Destacamos a Arqueologia como uma ferramenta crítica frente à crise ambiental. Ao se debruçar sobre as materialidades do presente e do passado recente, a Arqueologia emerge com uma abordagem poderosa para a crítica social e ambiental.

No contexto da crise climática e da poluição plástica, essa área assume um papel transformador, capaz de desnaturalizar o lixo, tratando os resíduos não como meros rejeitos, mas como artefatos imbricados de histórias e significados, desafiando a ideia de que o lixo é uma ocorrência natural ou inevitável, mostrando-nos as escolhas sociais, econômicas e tecnológicas que culminaram em uma produção massiva e acumulação persistente no ambiente.

Além disso, a análise arqueológica demonstra que os problemas contemporâneos, como a poluição plástica onipresente, possuem raízes históricas profundas, intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento do capitalismo industrial, à cultura do consumo efêmero e a concepções específicas sobre a relação entre sociedade e natureza. A Arqueologia tem a capacidade única de tornar visível o invisível, revelando as consequências materiais de nossas ações, que frequentemente permanecem ocultas ou distantes do cotidiano. Seja pela escavação sistemática de aterros sanitários, ou pela análise do lixo acumulado nas praias, a disciplina confronta a sociedade com a realidade palpável de seus próprios descartes, revelando o que se tenta ignorar. Tradicionalmente, ao estudar o "outro" – seja ele temporal (o passado distante) ou cultural – a arqueologia sempre incitou a autorreflexão sobre a condição humana. Ao se voltar para o "nós" contemporâneo, através de nossos resíduos, essa reflexividade se torna ainda mais direta, urgente e, por vezes, incômoda.

A crise ambiental, portanto, transcende a condição de um mero tema para a Arqueologia; ela se configura como um imperativo, que redefine sua relevância e suas responsabilidades no século XXI. A aplicação da arqueologia do lixo no ELPA, com foco na Praia do Cassino, não se esgota na produção de conhecimento acadêmico. Ao contrário, ela deve se traduzir em ações concretas, que contribuam para a resiliência socioecológica local e para a mitigação do problema da poluição plástica. Dentre os múltiplos potenciais de ação, destacam-se a capacidade de subsidiar políticas públicas, por meio de dados detalhados sobre a quantidade, tipologia e origem dos resíduos, auxiliando no desenvolvimento de estratégias mais eficazes para a gestão de resíduos sólidos.

A Arqueologia, com sua abordagem material, pode inspirar programas de educação ambiental, utilizando os próprios resíduos como ferramentas pedagógicas para discutir temas cruciais como consumo consciente, ciclos de vida dos materiais e impactos ambientais. Projetos de ciência cidadã, envolvendo ativamente a comunidade na coleta, classificação e análise do lixo, podem catalisar o engajamento e a apropriação coletiva do problema. A pesquisa arqueológica tem o poder de identificar e fortalecer iniciativas já existentes na comunidade, como cooperativas de catadores de materiais recicláveis, ONGs ambientais e grupos de pescadores engajados em práticas mais sustentáveis, orientando

seus esforços e auxiliando na busca por financiamento e reconhecimento.

O reconhecimento da gravidade do problema do lixo pode estimular práticas de turismo mais responsáveis. Ao valorizar a conservação ambiental como um ativo intrínseco da própria atividade turística, é possível fomentar um modelo de desenvolvimento que minimize impactos e promova a sustentabilidade local. Além disso, ao revelar as histórias complexas e, por vezes, incômodas contidas no lixo, a arqueologia pode ajudar a construir narrativas que desafiem a cultura dominante do descarte e promovam uma ética do cuidado e da responsabilidade. Exposições, documentários, materiais didáticos e intervenções artísticas baseadas nos achados arqueológicos podem alcançar um público amplo e sensibilizá-lo para a urgência da questão. A normalização da paisagem poluída, como alertam pesquisadores, representa uma forma de amnésia coletiva, que a arqueologia tem o dever de combater.

Em suma, a Arqueologia do contemporâneo não se limita a diagnosticar um problema; ela se oferece como aliada estratégica na construção de futuros mais sustentáveis. Contudo, é fundamental lembrarmos – nós, pesquisadoras/es e leitoras/es – que, mesmo que todas as iniciativas de educação ambiental, engajamento comunitário e gestão de resíduos sejam amplamente implementadas, o cenário permanecerá sombrio. Isso ocorre porque tais ações, por mais relevantes, não atacam a raiz da questão. Muito se fala sobre o consumismo como vilão central, mas é preciso reconhecer que o "problema" não é autogerado: há um setor diretamente responsável pela produção incessante de plásticos – o conglomerado industrial transnacional[9]. Portanto, torna-se imperativo adotar medidas rigorosas de controle sobre a produção industrial de plásticos, restringindo-a ao estritamente essencial, como materiais médicos - por exemplo, para que os esforços educativos e de gestão ambiental não sejam em vão. Sem políticas eficazes de regulação e limitação externas ao setor produtivo, a enxurrada de plástico continuará a inundar o planeta, tornando insuficientes todos os esforços para reduzir consumo e promover o descarte adequado. Se é realmente nosso objetivo evitar que a estratigrafia do lixo plástico continue a recobrir ambientes, terras e corpos, precisamos circunscrever sua produção ao indispensável e bloquear sua fabricação massiva e supérflua. Só assim poderemos, de fato, avançar para a construção de futuros mais justos e resilientes frente aos desafios do Antropoceno, como propõe o tema central deste dossiê, "Arqueologia e Mudanças Climáticas: Estratégias de Resiliência no Antropoceno".

Notas

1 Como também exibe Veríssimo, 2002, na sua crônica do cotidiano: [...] "de um dia para o outro, começaram a aparecer carteiras de cigarro amassadas no seu lixo. – É verdade! Mas consegui parar outra vez. – Eu, graças a Deus, nunca fumei. – Eu sei. Mas tenho visto uns vidrinhos de comprimidos no seu lixo. – Tranquilizantes: foi uma fase; já passou..." (VERÍSSIMO, 2002, p. 85).

2 Os autores apresentam uma revisão sistemática de evidências, que demonstram que a atividade humana deixou uma "assinatura" global e persistente no registro estratigráfico da Terra, tornando o Antropoceno distinto do Holoceno. Para eles, a formalização do Antropoceno não é apenas uma questão acadêmica de definição de uma era geológica, mas também uma forma de reconhecer a extensão em que a humanidade está impulsionando mudanças rápidas e generalizadas no sistema terrestre, que persistirão e potencialmente se intensificarão no futuro. Esta segunda perspectiva é a que adotamos neste artigo.

3 Para Zalasiewicz et al. (2016), os plásticos não são apenas um problema de poluição contemporânea, mas sim "tecnofósseis", com seu próprio ciclo, capazes de deixar uma assinatura estratigráfica distinta e global no registro da Terra.

4 Geyer, Jambeck e Law trazem um panorama quantitativo sombrio, mas crucial, da escala do problema do plástico no planeta, sublinhando que a maioria do plástico que já foi feito ainda existe e continuará a existir por um tempo geologicamente significativo. Os autores quantificaram, pela primeira vez, a produção global de plásticos em massa, seu uso e o destino do plástico já fabricado. Sintetizam dados dispersos sobre resinas poliméricas, fibras sintéticas e aditivos, para fornecer uma análise abrangente do fluxo de materiais plásticos, desde 1950 até o final de 2015. A pesquisa mostrou a magnitude da produção e do acúmulo de plásticos, demonstrando que a gestão dos resíduos é ineficiente e que a maior parte do plástico produzido acabou em aterros sanitários ou no meio ambiente natural, com sérias implicações para o futuro.

5 O autor reuniu uma coleção de ensaios que investigam como a arqueologia pode contribuir para a compreensão e o debate em torno da proposta de uma nova época geológica dominada pelo impacto humano. A tese central é que o Antropoceno não é apenas uma questão do futuro ou do presente imediato, mas está profundamente entrelaçado com o passado, exigindo que a Arqueologia reavalie suas metodologias, objetos de estudo e relevância social.

6 O Relatório GESAMP de 2015 foi uma avaliação pioneira que confirmou a extensão global da poluição por microplásticos, identificou suas principais fontes e destinos, e documentou as evidências iniciais de seus efeitos adversos na vida marinha. Ao consolidar os dados empíricos existentes, ele forneceu uma base para a conscientização pública e para o desenvolvimento de políticas destinadas a mitigar essa crescente ameaça ambiental.

7 E, ainda, como coloca Chakrabarty (2025), o antropoceno força uma convergência única entre três escalas de tempo distintas: tempo geológico, o tempo histórico e o tempo da vida (biológico). Esta convergência, segundo ele, desestabiliza as narrativas humanas tradicionais e exige uma nova compreensão do nosso lugar no planeta.

8 Na praia, notamos a frequência de copos e talheres descartáveis (Figura 8). Entre os talheres, destacam-se as colheres plásticas roxas, frequentemente distribuídas por vendedores de açaí. Essas colheres se tornam rapidamente resíduos na faixa de areia, e algumas já apresentam descoloração azulada devido à exposição solar.

9 [...] as negociações do tratado sobre plásticos serão retomadas em agosto, em Genebra (Suíça), após a quinta rodada de negociações, em dezembro, não ter alcançado um acordo [...] Mas uma enxurrada de lobistas e organizações da indústria se uniu às negociações, superando em muito o número de delegações nacionais e cientistas [...]. Eles auxiliam um grupo de "petroestados", liderados pela Arábia Saudita, a bloquear o progresso que muitas nações desejam, e fazem parte de um "bloco petroquímico" mais amplo que [...] "está aumentando a produção de plásticos, externalizando os custos da poluição, distorcendo o conhecimento científico e fazendo lobby para inviabilizar as negociações (CARRINGTON, 23/Julho/2025).

Referências

BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin. (Orgs.). **Archaeologies of the contemporary past**. London: Routledge, 2001.

CARRINGTON, Damian. "**Infiltração Total": como a indústria do plástico inundou negociações vitais sobre tratados globais**. The Guardian. Disponível em: https://www.theguardian.com/environment/2025/jul/23/total-infiltration-how-plastics-industry-swamped-vital-global-treaty-talks. Acesso em: 25 jul. 2025

CHAKRABARTY, Dipesh. **O Global e o Planetário**: A História na Era da Crise Climática. Rio de Janeiro: Editora UBU, 2025.

CORCORAN, Patricia. L.; MOORE, Charles J.; JAZVAC, Kelly. An anthropogenic marker horizon in the future rock record. **GSA Today**, v. 24, n. 6, p. 4-8, 2014.

EDGEWORTH, Matt. (Org.). **Archaeology and the Anthropocene**: Entanglements of the Past and Present. London: Routledge, 2020.

GESAMP. **Sources, fate and effects of microplastics in the marine environment: a global assessment**. 2015. Disponível em: http://www.gesamp.org/site/assets/files/1275/sources-fate-and-effects-of-microplastics-in-the-marine-environment-part-2-of-a-global-assessment-en.pdf. Acesso em: maio 2025.

GEYER, Roland; JAMBECK, Jenna R; LAW, Kara Lavander. Production, use, and fate of all plastics ever made. **Science Advances**, v. 3, n. 7, 2017.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. **An Archaeology of the contemporary era**. London: Routledge, 2019.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema: fazer parentes no chthluceno**. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

The ethics of waste: How we relate to rubbish. HAWKINS, Gay. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.

HAWKINS, G. Plastic and Presentism: The Time of Disposability. **Journal of Contemporary Archaeology**. v. 5, v. 1, p. 91–102, 2028.

HETHERINGTON, Kevin. Secondhandedness: consumption, disposal, and absent presence. **Environment and Planning D: Society and Space**. v. 22, n. 1, p. 157-173, 2004.

INSTITUTO VENTURI. Interferência dos micros resíduos de plástico (microplásticos) no ecossistema marinho do Rio Grande do Sul. **Anais FIRS**, 2023. Disponível em: https://institutoventuri.org/ojs/index.php/FIRS/article/download/145/121. Acesso em: 16 maio 2025.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2023:** Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva, Switzerland, 2023.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LIBOIRON, Max. **Pollution is colonialism**. Durham: Duke University Press, 2021.

MONTAGNER, Cassiana; DIAS, Mariana Amaral; PAIVA, Eduardo Maia; VIDAL, Cristiane. Microplásticos: ocorrência ambiental e desafios analíticos. **Química Nova**, v. 44, n. 7, p. 889-904, 2021.

PINHO, Lara; BRITZ, Larissa; AGOSTINI, Vanessa; PÉREZ-PARADA, Andrés; GARCÍA-RODRIGUES, Felipe; GALLOWAY, Tamara; PINHO, Grasiela. Salt marshes as the final watershed fate for meso- and microplastic contamination: A case study from Southern Brazil. **Science of The Total Environment**, v. 838, n. 2, p. 156077, 2022.

RAMOS, Bruna; VIANNA Alencar, Melanie; LAMEIRO, Fábio; LACERDA, Ana Luzia; PROIETTI. **Panorama do lixo na Praia do Cassino**. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.6084/m9.figshare.15149061.v2. Acesso em: maio de 2025.

RATHJE, William Rathje.; MURPHY, Cullen. **Rubbish! The Archaeology of Garbage**. Tucson: University of Arizona Press, 2001.

SILVA FILHO, Carlos da Costa e. O Princípio do Poluidor-Pagador: da eficiência econômica à realização da justiça. **Revista Direito da Cidade**, v. 4, n. 2, p. 111-128, 2012.

STEFFEN, Will.; GRINEVALD, Jacques.; CRUTZEN, Paul; MCNEILL, John. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. **Philosophical Transactions of the Royal Society A:** Mathematical, Physical and Engineering Sciences, v. 369, n. 1938, p. 842-867, 2011.

TEUTEN, Emma L. *et al*. Transport and release of chemicals from plastics to the environment and to wildlife. **Philosophical Transactions of the Royal Society B:** Biological Sciences, v. 364, n. 1526, p. 2027-2045, 2002.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. O Lixo. *In*: VERÍSSIMO, Luis Fernando (Org.). **O Analista de Bagé**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2002.

WATERS, Colin Neil; *et al*. The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. **Science**. . v. 351, n. 6269, p. aad2622, 2016.

ZALASIEWICZ, J. *et al*. The geological cycle of plastics and their use as a stratigraphic indicator of the Anthropocene. **Anthropocene**, v. 13, p. 4-17, 2016.

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.04

No olho do Antropoceno: emergência arqueológica na região da AMACRO

In the Eye of the Anthropocene: Archaeological Emergence in the AMACRO region

Cliverson Pessoa*
Angislaine Freitas Costa**

Palavras-chave:
Arqueologia
Antropoceno
Floresta Tropical

Resumo: Este ensaio examina como os recentes impactos ambientais na Amazônia têm exposto uma série de evidências arqueológicas. Tomando a região conhecida como AMACRO, marcada pela expansão da fronteira agrícola, analisamos de que modo os efeitos do Antropoceno revelam que as trajetórias indígenas foram responsáveis por transformações de larga escala na paisagem. Tais modificações, no entanto, priorizaram a sociobiodiversidade de forma cumulativa, em contraste com as práticas do extrativismo predatório. Nesse contexto, destaca-se a resiliência das estratégias indígenas de manejo da paisagem, ainda perceptíveis na atualidade, capazes de oferecer respostas criativas e de recompor histórias alternativas diante do colapso socioambiental.

Keywords:
Archaeology
Anthropocene
Tropical Forest

Abstract: This essay examines how recent environmental impacts in the Amazon have exposed a range of archaeological evidence. Focusing on the region known as AMACRO, shaped by the expansion of the agricultural frontier, we analyze how the effects of the Anthropocene reveal that Indigenous trajectories were responsible for large-scale landscape transformations. These modifications, however, prioritized sociobiodiversity in cumulative ways, in contrast to predatory extractive practices. In this context, the resilience of Indigenous landscape management strategies stands out, as these practices remain visible today and are capable of offering creative responses and reconstructing alternative histories in the face of socio-environmental collapse.

Recebido em 1º de setembro de 2025. Aprovado em 05 de novembro de 2025.

Introdução

Em abril deste ano, uma manchete expôs a fragilidade da proteção ao patrimônio arqueológico no país: "Somente 7 dos quase 28 mil sítios arqueológicos no Brasil são tombados pelo Iphan". A matéria destaca que esse número é desproporcionalmente baixo quando comparado aos 428 edifícios tombados, categoria que recebe maior proteção, especialmente em um contexto de ameaças crescentes, como mostram os dados do MapBiomas (Bataier, 2025).

Embora todos os sítios arqueológicos sejam protegidos pela Lei nº 3.924, de 1961, conhecida como Lei da Arqueologia, o tombamento funciona como um mecanismo adicional de salvaguarda. Ele pode ser empregado como instrumento de proteção patrimonial de lugares sagrados e sepultamentos, seja em territórios demarcados, seja em áreas reivindicadas (Oliveira & Rocha, 2024, p. 68). Entre os sete sítios arqueológicos oficialmente tombados está o geoglifo Jacó Sá, no estado do Acre. Estruturas de terra como essa tornam-se cada vez mais frequentes na porção ocidental do Arco do Desmatamento e compõem um cenário alarmante: centenas de feições arqueológicas que vêm sendo expostas e rapidamente impactadas pela expansão da fronteira agrícola.

A identificação de centenas de sítios arqueológicos, revelados em grande parte pelo

* Doutor em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. E-mail: cliverson.pessoa@unir.br.
** Doutora em Arqueologia. Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Enérgicas e Nucleares, Universidade de São Paulo. E-mail: angislainefc@gmail.com.

avanço de projetos de infraestrutura financiados por políticas estatais ou pela expansão de economias predatórias associadas à mercantilização da natureza (Becker, 2005), oferece um ponto de referência importante para a análise aqui proposta. O objetivo é mostrar como os vestígios arqueológicos do interflúvio Madeira-Purus, no sudoeste da Amazônia, permitem refletir sobre alternativas de resistência diante da expansão da fronteira desenvolvimentista, um processo que historicamente devastou florestas e modos de vida sem gerar benefícios duradouros para as populações locais, numa lógica que remonta ao período colonial. Ao colocar essas evidências tangíveis no centro do debate, reafirma-se a arqueologia como prática capaz de ultrapassar fronteiras disciplinares e assumir um papel ativo diante dos desafios impostos pelo Antropoceno.

A noção de emergência arqueológica adotada neste trabalho refere-se tanto à urgência própria da disciplina quanto às situações em que os vestígios se tornam visíveis ou ameaçados. Trata-se de sítios que emergem com o avanço do desmatamento, ou de contextos que passam a correr risco de destruição em razão da construção de barragens hidrelétricas, da formação de lagos de represamento ou da intensificação das atividades agrícolas. Nesse sentido, como observa Edgeworth (2014), a própria arqueologia vem sendo interpelada pelas dinâmicas do Antropoceno. A essa ideia que evidencia a urgência que a disciplina enfrenta diante da "Grande Aceleração" das mudanças socioambientais, torna-se imperativo que a arqueologia desenvolva respostas metodológicas inovadoras, integre perspectivas interdisciplinares e dialogue com debates sobre esses eventos, assumindo um papel ativo na preservação e reconhecimento do patrimônio diante de pressões político-econômicas.

Pensar com, contra e a partir do Antropoceno

Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000) introduziram o conceito de Antropoceno para destacar o papel central da humanidade como força transformadora da Terra, capaz de alterar processos geológicos e ecológicos em escala planetária. As mudanças promovidas não se restringem ao mundo natural; elas se entrelaçam também com os domínios culturais e sociais, refletindo a profundidade da influência humana sobre as formas de vida, as paisagens e, inclusive, sobre os modos de pensar e organizar coletivamente a existência. No entanto, essa nomenclatura tem sido alvo de críticas, uma vez que, ao propor uma nova era geológica, sugere que toda a humanidade teria contribuído igualmente para a Grande Aceleração da destruição planetária, o que não corresponde à realidade histórica (Aparicio et al., 2024).

Nesse debate, Donna Haraway (2015) recupera e articula outros conceitos que ajudam a refinar a discussão, deslocando a responsabilidade pelos impactos ambientais de uma suposta humanidade universal para agentes e processos específicos. Entre eles, destacam-se o Capitaloceno, que atribui ao capitalismo moderno, com sua lógica de acumulação, industrialização em larga escala e exploração intensiva da natureza, a centralidade da crise ecológica; e o Plantationoceno, que evidencia como o modelo de exploração agrícola colonial, sustentado pela escravidão e pelo racismo ambiental, substituiu a biodiversidade por monoculturas controladas. Esses termos revelam como lugares e tempos que antes funcionavam como refúgios para humanos e outras espécies foram, ao longo da história, sistematicamente drenados, queimados, exterminados e envenenados (Haraway, 2015).

Desde a obra de Marx, nota-se uma preocupação ecológica ligada à produção humana e às suas condições naturais. Como observou o sociólogo John Bellamy Foster (1999), muitos críticos negligenciaram o caráter interdependente da relação entre seres humanos e natureza presente não só em seus escritos, mas também nos de outros clássicos. Se é possível reconhecer que a literatura dedicada às questões ambientais em Marx se divide em diferentes vertentes, também se destaca aquela que identifica seus argumentos sobre a degradação ambiental na agricultura e na perda de fertilidade dos solos, mostrando como tais ideias de sustentabilidade estavam intrinsecamente conectadas ao conjunto de seu pensamento.

Essa perspectiva se materializa sobretudo no conceito de ruptura metabólica. Marx entendia que a relação entre sociedade e natureza, isto é, uma interação resultante do trabalho humano, estava

sendo ameaçada pela crise da agricultura capitalista europeia de sua época, marcada pela baixa fertilidade do solo, menos por causas naturais e mais por determinações sociais, como o esgotamento de recursos, o aumento populacional e o êxodo rural. A contradição desse sistema econômico, segundo ele, reside no fato de que o capitalismo depende do solo para produzir, mas não consegue conservar as condições que garantem sua fertilidade a longo prazo. Ao degradar o ambiente, o sistema compromete os próprios meios de reprodução do solo. Esse esgotamento gera uma ruptura estrutural no metabolismo socioecológico, de modo mais preciso, no processo de trocas interdependentes entre sociedade e natureza, tornando impossível manter o equilíbrio necessário para sustentar a produção (Foster, 1999).

O Antropoceno, seja ou não reconhecido formalmente como uma nova era geológica, impõe uma reavaliação radical, embora frequentemente ambígua, do papel da humanidade no mundo. Nesse contexto, a Arqueologia pode desempenhar uma posição relevante ao oferecer múltiplos olhares sobre essa condição. Como disciplina, preocupa-se em compreender como as atividades humanas criaram e transformaram mundos em constante interação com outras espécies, como plantas e animais (Hudson, 2014). Isso possibilita tanto estudar o Antropoceno como fenômeno material inscrito em registros sedimentares e culturais quanto refletir sobre como se faz arqueologia no Antropoceno, em meio a crises climáticas, colapso ambiental e ameaças ao patrimônio cultural. Ao mesmo tempo, permite assumir uma postura crítica, problematizando a homogeneização implícita no conceito de humanidade e ressaltando desigualdades históricas e responsabilidades diferenciadas (Aparicio et al., 2024).

Essa narrativa de transformação não deve ser entendida apenas como um quadro de perda irreversível. Apesar dos impactos do capitalismo e do colonialismo, que apagaram ou transformaram diversas formas de vida, organizações sociais e práticas de manejo ambiental, muitos sistemas e redes sociais resistem e persistem, mantendo práticas de cuidado, cultivo e regeneração da floresta. Reconhecer essas continuidades permite imaginar possibilidades de restauração e de convivência equilibrada com a paisagem (Pétursdóttir, 2017), reafirmando que a Amazônia não é marcada apenas pela destruição, mas também pela resiliência e criatividade indígenas que caracterizam sua história de longa duração (Neves, 2022; Stokes et al., 2025).

Haraway (2015, p. 160) aponta que o Antropoceno não deve ser concebido como uma nova era geológica, mas como um evento de fronteira, um divisor de águas na história humana que marca profundas descontinuidades. Nossa tarefa, segundo a autora, é torná-lo o mais breve possível e cultivar relações capazes de restaurar os refúgios que nos foram tirados. O que está em jogo é a própria continuidade da vida, em suas dimensões passadas, presentes e futuras, projetada no conceito de Chthuluceno, um horizonte voltado para a vida multiespécies, para o "fazer parentes" e para a manutenção do cuidado e da interdependência.

O intelectual e ativista indígena Ailton Krenak (2019), em *Ideias para adiar o fim do mundo*, afirma que "tudo é natureza", questionando a própria ontologia moderna que sustenta a separação entre humanidade e natureza, fundamento central da racionalidade ocidental e, em grande medida, do projeto de modernidade que culmina no Antropoceno. A ideia de humanidade, homogeneizada e convertida em sujeito-consumidor, tornou-se a base de uma relação utilitarista com o planeta, obscurecendo a experiência de habitar uma Terra plena de sentidos. Em contraste, os povos indígenas, historicamente classificados como "não civilizados" ou "sub-humanos" pela colonialidade, mantêm vivas cosmovisões que expandem a subjetividade e evidenciam formas alternativas de relação com o mundo. Para esses povos, o "fim do mundo" já se instaurara no século XVI com a invasão colonial; no entanto, sua resistência contínua constitui não apenas um ato de sobrevivência, mas também uma crítica radical ao modelo civilizatório que fundamenta o Antropoceno, oferecendo lições de resiliência e horizontes para pensar futuros possíveis.

Amazônia e as fronteiras dos impactos socioambientais

A Amazônia é um campo crítico para entender o Antropoceno, onde os efeitos de

impactos ambientais aparecem de forma muito concreta. Oscilando entre secas extremas e inundações recorrentes nos últimos anos, a região revela de forma dramática os efeitos combinados das mudanças climáticas globais e das pressões socioeconômicas exercidas pelo capital e pelas políticas de Estado. Com desmatamentos recordes (Figura 1), a floresta tem se tornado uma fonte emissora de carbono para a atmosfera, em vez de atuar como sumidouro (Ometto et al., 2023).

Tais transformações radicais na paisagem se intensificaram desde a ditadura militar (1964–1985), impulsionadas por projetos desenvolvimentistas que favoreceram a concentração de terras públicas nas mãos de poucos latifundiários, em um espaço aberto pelo avanço do capital internacional sobre a floresta, por meio da exploração madeireira (Hecht & Cockburn, 2022; Silva & Costa Silva, 2022). Grandes obras de infraestrutura também deixaram marcas no bioma: rodovias como a Transamazônica cortaram a floresta e serviram de eixo para exportação, enquanto barragens alteraram o fluxo natural dos rios. Somente nesse período, foram construídas 61 usinas hidrelétricas no país, todas financiadas por políticas estatais (Oliveira, 2018, p. 334). A esse quadro somaram-se a exploração intensiva da cassiterita, o garimpo de ouro e outros empreendimentos de mineração, cujos efeitos foram severos. Esses processos resultaram em degradação da floresta, contaminação e assoreamento de rios e nascentes, além da destruição de solos férteis. Os impactos recaíram de forma acentuada sobre os povos indígenas, enquanto seus territórios passaram a constituir alvos centrais desses projetos de exploração (Leonel, 1995; Apuriná, 2022; Silva & Costa Silva, 2022; Kater et al., 2024).

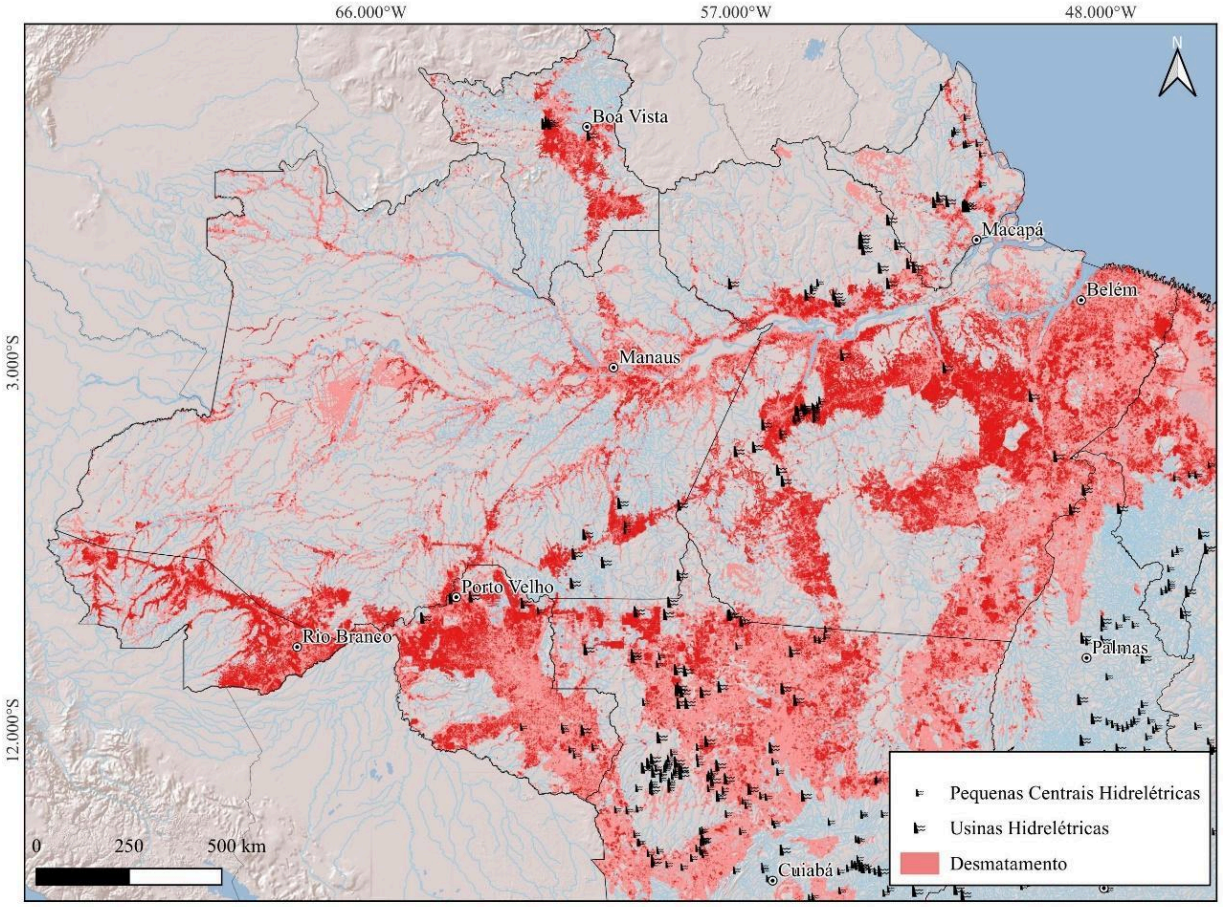


Figura 1 - Proporção do desmatamento e localização de barragens hidrelétricas na Amazônia Legal, a partir de dados PRODES/INPE e Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.
Fonte: elaborado pelos autores.

Essa agenda de projetos comprometeu os modos de vida das populações tradicionais e impactou drasticamente a biodiversidade. A ocupação desordenada da Amazônia, incentivada pela migração de colonos, desencadeou conflitos fundiários e desapropriações de povos indígenas e camponeses, cujas existências foram muitas vezes negadas pelo avanço da fronteira agrícola. Nesse contexto, consolidou-se uma aliança inédita entre indígenas e seringueiros, a Aliança dos Povos da Floresta, que impulsionou o reconhecimento e a demarcação e homologação de Terras Indígenas, bem como a criação de Unidades de Conservação voltadas à proteção dos territórios ocupados por essas populações. Essa ação política tem sido fundamental para manter as florestas em pé e para confrontar as pressões econômicas do Antropoceno, além das ameaças à integridade territorial (Carneiro da Cunha & Almeida, 2002; Honorato & Rocha, 2024).

Durante os primeiros governos Lula (2003–2010), uma série de medidas foi implementada com o objetivo de cumprir compromissos nacionais e internacionais relativos à qualidade ambiental. Entre elas destacaram-se as políticas de controle e monitoramento das queimadas na Amazônia, articuladas ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) (Mello & Artaxo, 2017).

Em contraste, grandes obras de infraestrutura foram projetadas, entre as quais se destacam as usinas hidrelétricas de grande porte impulsionadas pela criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa levou a instalação de hidrelétricas em rios afluentes do Amazonas, como Belo Monte, no Xingu; Santo Antônio e Jirau, no Madeira; e o Complexo Teles Pires, no rio homônimo, que exemplificam a contradição entre a busca por energia renovável e os impactos socioambientais na Amazônia (Fearnside, 2015).

Nesse mesmo período, verificou-se também um crescimento significativo das pesquisas arqueológicas ligadas ao licenciamento ambiental associado a esses megaprojetos. Tais empreendimentos ergueram-se sobre sítios arqueológicos e lugares sagrados de comunidades indígenas, bem como sobre territórios de vivência de ribeirinhos, seringueiros e outras populações tradicionais, desencadeando debates sobre os direitos desses povos à preservação desses lugares persistentes e significativos, com os quais mantêm relações de longa duração (Pugliese & Valle, 2015; Almeida & Mongeló, 2020; Oliveira & Rocha, 2024).

No alto rio Madeira, onde mais de uma centena de sítios arqueológicos foram "resgatados" em razão do licenciamento ambiental das usinas de Santo Antônio e Jirau, metade das vinte cachoeiras foi impactada pela construção das barragens, cujos lagos submergiram permanentemente esses lugares. Os estudos de impacto ambiental apresentados para o licenciamento mostraram-se insuficientes ou subestimaram seus efeitos. Como consequência, intensificaram-se os conflitos socioambientais e verificaram-se desequilíbrios ecológicos graves, incluindo enchentes sem precedentes que afetaram populações ribeirinhas no Brasil e na Bolívia (Fearnside, 2015). Juntas, as duas barragens projetavam uma área de alagamento de 529 km² em razão do represamento de seus lagos a montante. No entanto, levantamentos realizados em 2015 demonstraram que a extensão efetivamente inundada alcançou 870 km², ou seja, 64% acima do previsto pelas estimativas oficiais (Cochrane et al., 2017).

Apesar das medidas implementadas para frear o desmatamento durante a redemocratização, a questão se agravou entre 2019 e 2021, durante o governo Bolsonaro, quando se registrou um aumento de mais de 56% em relação ao mesmo período anterior. O contraste indica o impacto direto da fragilização institucional do Estado em proteger a integridade da floresta e os territórios tradicionais. Esse crescimento deve-se à desestruturação do aparato de fiscalização ambiental e ao estímulo direto às derrubadas (Alencar et al., 2022). Em paralelo, um novo mapa da distribuição de biomassa na Amazônia brasileira, elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) a partir de dados de sensoriamento remoto com tecnologia LiDAR (*Light Detection and Ranging*), possibilitou um levantamento abrangente dos diferentes tipos de vegetação e ofereceu maior precisão na detecção da perda de cobertura florestal

ao longo do avanço do Arco do Desmatamento (Ometto et al., 2023).

Esses dados têm implicações diretas para as estruturas de terra arqueológicas do sudoeste amazônico, tanto no que se refere à sua visibilidade e eventual descaracterização quando mapeadas e analisadas por meio de imagens aéreas, quanto na perspectiva de que as tecnologias de sensoriamento remoto permitem identificar essas formas mesmo sob densa cobertura florestal (Peripato et al., 2023; Pessoa, 2024). A rápida exposição dessas feições em áreas desmatadas, muitas vezes por meio de maquinários pesados, confirma mais uma vez a sua resiliência diante das lógicas de exploração econômica. Acima de tudo, os sítios arqueológicos têm revelado estratégias acumuladas ao longo do tempo pelas populações tradicionais para viver e manejar as florestas, oferecendo importantes lições sobre um convívio mais equilibrado com a paisagem (Moraes & Py-Daniel, 2023).

Esses casos ilustram, em escala regional, dinâmicas frequentemente associadas ao Antropoceno: a transformação acelerada de ecossistemas e a intensificação das pressões econômicas sobre a floresta, articuladas a projetos que combinam "desenvolvimento" e devastação. Ao mesmo tempo, evidenciam a força das resistências indígenas e de outras populações tradicionais, cujas ações persistem em defender e reconstruir seus territórios. Nesses cenários, a arqueologia, constantemente acionada, torna-se uma ferramenta política capaz de compreender e tornar visíveis as rupturas e continuidades históricas produzidas por tais intervenções.

Emergência arqueológica na AMACRO

A região do interflúvio Madeira–Purus, conhecida pelo acrônimo AMACRO, que abrange as divisas dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, tem sido profundamente impactada por queimadas e desmatamento nos últimos anos. Esse processo teve início com a implementação de projetos de assentamento nas décadas de 1960 a 1980, que incentivaram atividades voltadas à agropecuária e à monocultura, e consolidou-se com a expansão da infraestrutura rodoviária das BR-364 e BR-317. Mais recentemente, a construção das barragens no alto rio Madeira ampliou esses impactos ambientais.

Em meio a essas transformações do Capitoloceno, diversos sítios arqueológicos vêm emergindo à superfície (Figura 2): estruturas de terra, solos de terra preta, petróglifos, vestígios cerâmicos, líticos e botânicos, além de paisagens cultivadas e manejadas, reconhecíveis pela concentração de plantas úteis, especialmente palmeiras e castanheiras. Outra dimensão desse quadro é que a região também concentra algumas das mais antigas evidências de domesticação de plantas, relacionadas a ocupações do Holoceno inicial (Watling et al., 2018; Neves et al., 2020).

Sabendo desse cenário antigo da região, constata-se logo que os sítios arqueológicos do rio Madeira guardam longas histórias da presença indígena e de seus modos de se relacionar com a paisagem, caracterizada por diversidade cultural. Alguns desses assentamentos estão alocados sobre áreas de barrancos altos, mostram sinais de intensas atividades, às vezes em várias camadas contendo diferentes tecnologias, o que os torna multicomponenciais. As terras pretas férteis ligadas ao rio Madeira são um bom exemplo: indicam ocupações sucessivas, cujos principais marcadores vêm dos diferentes conjuntos cerâmicos (Almeida & Kater, 2017; Kater et al., 2020; Zuse et al., 2020; Costa, 2022).

Esses sítios não estão em qualquer lugar. É comum encontrá-los próximos a cachoeiras, em ilhas fluviais ou em pontos que se destacam na paisagem. São lugares persistentes e significativos, marcos de importância para esses povos (Almeida & Kater, 2017), em que o rio funcionava como uma rede que conectava pessoas e lugares (Costa, 2022). Alguns sítios com painéis de petróglifos retratam outras maneiras de se relacionar com a paisagem. Eles mostram como o regime das águas era central na vida dessas pessoas, em que as figuras gravadas nos pedrais sugerem uma relação íntima com o ciclo anual, que organizava tanto o espaço quanto o tempo.

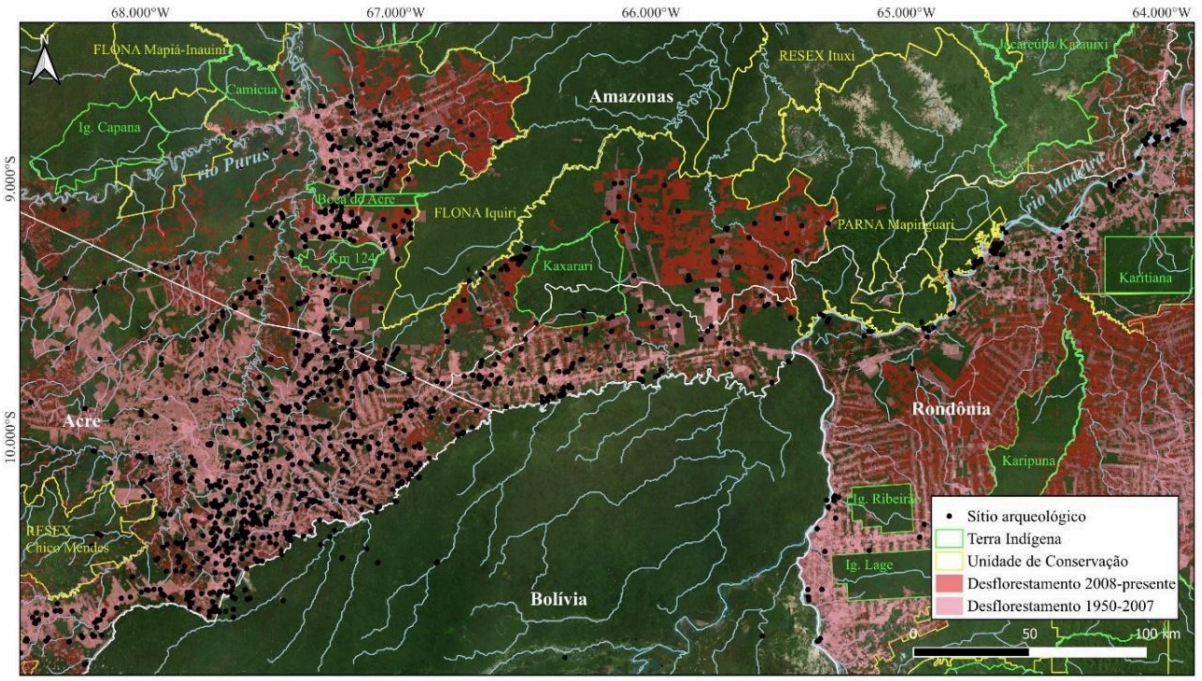


Figura 2 - Extensão do desmatamento por meio de dados PRODES/INPE entre as bacias dos rios Madeira e Purus em relação aos sítios arqueológicos e áreas protegidas.
Fonte: elaborado pelos autores.

Apesar dos estudos prévios, grande parte desses assentamentos antigos foi submersa pelos lagos formados pelas duas hidrelétricas construídas na região, em um processo característico dos licenciamentos ambientais desse tipo de empreendimento, marcado pela destruição de lugares sagrados (Wittman, 2022). Com algumas exceções, sítios arqueológicos permaneceram preservados inclusive em ilhas fluviais, possivelmente em razão da escolha indígena por áreas mais elevadas para habitação, afastadas das grandes cheias do rio Madeira. Essas cheias, no entanto, não se comparam à magnitude do lago artificial formado pelas barragens. O cenário atual evidencia a resiliência desses assentamentos diante de uma paisagem profundamente degradada do ponto de vista ecológico, resultado direto da implantação das usinas.

Outro caso paradigmático que caracteriza a AMACRO refere-se à identificação de sítios com estruturas de terra associados as altas taxas de desmatamento. Essas estruturas arqueológicas podem ser detectadas por meio de imagens de satélite de acesso gratuito, como as do Google Earth, reveladas em áreas desmatadas, principalmente em pastos. Somente nessa região já foram contabilizados mais de 1.500 desses recintos. A maioria dessas feições corresponde a geoglifos, formados por valas escavadas e aterros adjacentes que compõem figuras geométricas, interpretadas como centros cerimoniais. Além disso, registram-se aldeias com montículos e recintos em cota positiva, mais recentes, todos interligados por extensas redes de estradas indígenas (Schaan, 2012; Neves et al., 2016; Saunaluoma et al., 2018, 2021; Iriarte et al., 2020; Pessoa, 2024). Esses padrões de assentamento impressionam não apenas pelo porte, mas também pela simetria e complexidade das relações sociais expressas na própria paisagem.

A arqueóloga Jennifer Watling e colegas (2017, 2018), utilizando abordagens de ecologia histórica alinhadas à teoria dos nichos ecológicos, reconstruíram a história da paisagem, mostrando que, há cerca de 4 mil anos, mesmo antes da construção dos geoglifos, a paisagem já apresentava sinais de domesticação, com palmeiras substituindo parte da vegetação nativa. Esse processo é compreendido como um mecanismo que enriquece e molda a distribuição da vegetação e das plantas úteis na paisagem. Ao longo do uso dessas estruturas, a construção e o manejo de plantas, como palmeiras, intensificaram-se, atraindo pessoas para

esses locais e gerando uma herança ecológica, econômica e simbólica, em que a floresta se tornava mais abundante, sem, no entanto, ser desmatada. Esse manejo declina com o desaparecimento desses primeiros construtores, mas é retomado posteriormente por comunidades responsáveis pelas aldeias com montículos e recintos em cota positiva.

Os dados paleoecológicos de Watling e colegas (2024, p. 159), indicam que, nos sítios geoglifos, o aumento de gramíneas e de partículas de carvão nos primeiros 5 cm do solo, acompanhado pela diminuição de fitólitos de palmeiras, evidencia uma ocupação recente, ocorrida nos últimos 40 anos, marcada por queimadas intensas. Esse processo se insere em um quadro mais amplo de degradação: apenas entre o final da década de 1980 e os anos 1990, a Amazônia Legal perdeu cerca de 18 milhões de hectares de áreas florestadas, sobretudo nas regiões do chamado Arco do Desmatamento (PRODES, 2025; Mello & Artaxo, 2017). Embora se considere que a expansão da pecuária e a monocultura da soja ou do milho constituem os principais vetores dessa destruição (Silva & Costa Silva, 2022), "a maioria das terras desmatadas produz pouco em termos de alimentos e, muitas vezes, ela não foi desmatada para esse fim" (Hecht & Cockburn, 2022, p. 145).

A compreensão das formas contemporâneas de ocupação exige considerar a continuidade histórica das modificações antigas que moldaram essas paisagens. Trata-se, portanto, de uma história de longa duração. Embora haja mudanças culturais evidentes no registro arqueológico desses sítios, eles compartilham a construção de estruturas e antigas estradas de terra (Saunaluoma et al., 2018; Pessoa, 2024). No Acre é comum encontrar geoglifos impactados por rodovias, como a BR-364, que corta o estado de sudeste a noroeste, ou seja, estradas contemporâneas que se sobrepõem às antigas redes de circulação que conectavam esses padrões de assentamentos indígenas (Figura 3). A visibilidade desses sítios em áreas de pastagem, resulta da abertura de grandes clareiras no passado recente e evidencia o contraste entre diferentes formas de ordenar a paisagem. Assim, como observa Aparicio e colegas (2024, p. 21), "se os caminhos e trilhas indígenas são marcas de convivência interespecífica, as estradas e rodovias apresentam uma índole totalmente diferente, pois a sua abertura é o principal vetor de supressão da floresta".

Figura 3 - Sítio arqueológico Alto Alegre, geoglifo circular concêntrico e uma estrada antiga, cortados pela BR-364, localizado em Senador Guiomard, Acre.
Foto: Cliverson Pessoa.

Hoje, sabe-se que essas estruturas se distribuem pelas Terras Indígenas Apurinã, no sul do Amazonas, lugares que mantêm significado histórico e cultural para esses povos. Os Apurinã, que auxiliaram na abertura da BR-317 até Boca do Acre durante os projetos desenvolvimentistas da década de 1960, ajudaram a desviar a estrada dos igarapés e identificar locais adequados para passagem (Apurinã, 2022). Essa construção promoveu integração regional, mas também impulsionou a exploração madeireira e o estabelecimento de atividades agropecuárias. Para os Apurinã, essas obras afastaram os *kusanaty*, pajés que habitavam os *kymyrury*, lugares sagrados e cheios de agência, provocando desequilíbrios nas relações humanas e não-humanas e tornando escassos os recursos essenciais para a reprodução de formas de vida. Os Apurinã destacam que tais lugares e seres devem ser respeitados e incluídos nas políticas públicas, sob pena de comprometimento da própria Terra (Apurinã, 2022). Esses lugares correspondem as estruturas de terra arqueológicas. Elas se situam tanto no entorno quanto no interior das Terras Indígenas e podem ser visualizadas pelo Google Earth devido à intensa taxa de desmatamento em Boca do Acre e Lábrea.

Mesmo nas proximidades de Terras Indígenas demarcadas, como no caso dos Karitiana, o reencontro com lugares transformados no passado, marcados pela presença de materiais arqueológicos e carregados de significados históricos, conecta esses povos a um processo de "contraterritorialização" (Vander Velden, 2010; Karitiana, 2023). Trata-se da reivindicação e reocupação de territórios ancestrais, nos quais suas trajetórias foram interrompidas pelo contato com não indígenas. Esses locais permitem que as comunidades retomem e reafirmem vínculos históricos e culturais, reconstituindo práticas e memórias que a ocupação recente e a fronteira agrícola haviam fragmentado.

A proteção territorial tem se mostrado um elemento decisivo para conter a degradação ambiental. Terras Indígenas e Unidades de Conservação atuam como barreiras efetivas contra o desmatamento e a exploração predatória, preservando a floresta e permitindo a continuidade de práticas culturais e ecológicas ancestrais. Nesse cenário, a arqueologia tem atuado em estreita colaboração com as comunidades locais, contribuindo para o reconhecimento de trajetórias históricas, para o fortalecimento das reivindicações territoriais e para a gestão e salvaguarda do patrimônio arqueológico. Ao promover uma compreensão integrada entre passado e presente, essa práxis patrimonial reforça a proteção jurídica desses lugares (Honorato & Rocha, 2024; Oliveira & Rocha, 2024; Lima et al., 2025).

Fora das áreas protegidas, a manutenção da resiliência florestal depende de tecnologias e estratégias de manejo sustentável, como sistemas agroflorestais, embora a ausência de políticas públicas limite sua expansão e efetividade. Exemplos como o projeto Reflorestamento Econômico e Consorciado Adensado (RECA), implantado em 1989 na Ponta do Abunã, Rondônia, demonstram que é possível conciliar geração de renda e conservação ambiental, mesmo em paisagens historicamente pressionadas pela pecuária (Leite, 2023). Nessas áreas, a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) tem criado "ilhas" de floresta em meio aos pastos, muitas vezes em regiões ricas em sítios arqueológicos, como geoglifos e cotas positivas, sugerindo uma correlação entre antigos cultivos indígenas e a resiliência ecológica observada atualmente (Pessoa, 2024).

Em suma, a noção de emergência arqueológica pode ser compreendida em dois sentidos complementares. No plano material, refere-se ao modo como vestígios arqueológicos vêm literalmente à superfície em decorrência de queimadas, desmatamento, obras de infraestrutura e processos de erosão. Em contextos de descaracterização da paisagem, tornam-se visíveis terras pretas, cerâmicas, geoglifos e outras evidências arqueológicas. Sob essa ótica, a emergência diz respeito à identificação e à proteção desses sítios. No segundo sentido, mais político, o termo expressa uma forma de resistência: essas arqueologias emergem em contraposição às narrativas de destruição e esquecimento, trazendo à tona histórias de manejo, domesticação e resiliência. Em diálogo com os povos indígenas e outras populações tradicionais, reafirmam modos de vida que sempre priorizaram a sociobiodiversidade, a permanência da floresta e o ciclo natural das águas. Desse modo, não se trata apenas de proteger os sítios, mas de construir políticas públicas de patrimônio que envolvam diretamente as comunidades que mantêm vínculos históricos e culturais com esses lugares.

Considerações finais

No interflúvio Madeira–Purus, a arqueologia evidencia lugares marcados por obras de terra, aldeias e estradas indígenas, testemunhos de uma longa história de ocupação e transformação da paisagem. Hoje, essa mesma região é atravessada por outros processos de modificação em larga escala, como as queimadas recorrentes, a expansão agropecuária e a construção de hidrelétricas, que redesenham rios e submergem sítios arqueológicos. A sobreposição acelerada de intervenções contemporâneas sobre vestígios antigos indica, ao mesmo tempo, a emergência desse patrimônio. A memória das comunidades indígenas se confronta diretamente com projetos de destruição e exploração intensiva da floresta. Diante desse cenário, a arqueologia se afirma como instrumento crítico para compreender os impactos do presente e repensar o futuro.

As reflexões em torno do Antropoceno mostram que, além dos impactos em escala global, estamos vivenciando esse processo disruptivo de perto na Amazônia. As histórias que dele emergem revelam a pluralidade de experiências que compõem esse processo. As histórias indígenas evidenciam múltiplas formas de relação com a paisagem, nas quais as florestas não eram meramente exploradas, mas cuidadosamente manejadas, produzindo mais biodiversidade e enriquecendo nichos ecológicos.

Em contraposição, os efeitos contemporâneos do capitalismo, com a expansão das barragens, do desmatamento, da monocultura e da criação de gado, apontam para um modelo de desenvolvimento que desestrutura a diversidade ecológica e cultural. Nesse sentido, conceitos como o Chthuluceno, proposto por Haraway (2015), abrem espaço para pensar outras alianças possíveis, em que humanos e não humanos compartilham histórias e destinos, numa rede de interdependências.

É nesse horizonte que os ensinamentos de Ailton Krenak, ao refletir sobre adiar o fim do mundo, se tornam fundamentais. Sua proposta não é apenas resistir ao colapso ambiental e social, mas reinventar nossas formas de viver, recuperando a capacidade de encantamento com a Terra e o respeito pelas múltiplas existências que a compõem. Esse termo implica reverter a lógica que reduz a floresta a recurso e os rios a mercadorias, reconhecendo que a continuidade da vida se baseia na manutenção da diversidade dos povos, saberes, espécies e outros mundos.

Assim, os sítios arqueológicos oferecem não apenas registros do passado, mas alternativas para pensar o destino do mundo que vivemos. Eles nos lembram que é possível habitar a floresta de forma equilibrada, em oposição ao paradigma do extrativismo predatório. A tensão entre essas duas visões de mundo, de manejo e diversidade, e outra de homogeneização e destruição, é central para elaborar estratégias de preservação e justiça socioambiental. Adiar o fim do mundo, portanto, é um convite a aprender com esses outros modos de existência, a tecer alianças mais-que-humanas e a reconhecer que a própria sobrevivência, nesses tempos, implica escutar as histórias dos povos da floresta.

Referências

ALENCAR, Ane, SILVESTRINI, Rafaella, GOMES, Jarlene, SAVIAN, Gabriela. Amazônia em chamas: o novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia. **Nota Técnica**, n. 9, 2022.

ALMEIDA, Fernando O., & KATER, Thiago. As cachoeiras como bolsões de histórias dos grupos indígenas das terras baixas sul-americanas. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 75, p. 39-67, 2017.

ALMEIDA, Fernando O.; MONGELÓ, Guilherme. Introdução: Arqueologia dos 'pioneiros'e da diversidade do alto rio Madeira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas**, v.15, p. e20190080, 2020.

APARICIO, Miguel, MORAES, Claide de P., PY-DANIEL, Anne R., & NEVES, Eduardo G. Amazônia em simbiose: marcas de humanidades que enfrentam o Antropoceno. **Estudos Avançados,** v. 38, n. 112, p. 7-30, 2024.

APURINÃ, Francisco. **Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos**: os "limites" da Rodovia Federal BR 317 e os povos indígenas. Rio Branco: Nepan, 2022.

BATAIER, Carolina. **Somente 7 dos quase 28 mil sítios arqueológicos no Brasil são tombados pelo IPHAN, diz estudo**. BrasildeFato, 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/04/29/somente-7-dos-quase-28-mil-sitios-arqueologicos-no-brasil-sao-tombados-pelo-iphan-aponta-estudo/. Acesso em: 2 Ago. 2025.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro B. **Enciclopédia da Floresta**. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COCHRANE, Sheylla M., MATRICARDI, Eraldo A., NUMATA, Izaya, & LEFEBVRE, Paul A. Landsat-based analysis of mega dam flooding impacts in the Amazon compared to associated environmental impact assessments: Upper Madeira River example 2006–2015. **Remote Sensing Applications: Society and Environment**, v. 7, p. 1-8, 2017.

COSTA, Angislaine F. **A construção social da paisagem no alto rio Madeira**: ocupações pré-coloniais nas ilhas fluviais. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The "Anthropocene". **GCN,** v.41, p. 19-21, 2000.

DOMANSKA, Ewa. The new age of the Anthropocene. **Journal of Contemporary Archaeology,** v. 1, n. 1, 96-101, 2014.

EDGEWORTH, Matt. Archaeology of the Anthropocene. **Journal of Contemporary Archaeology,** v. 1, n. 1, p. 73-77, 2014.

FEARNSIDE, Philip. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FOSTER, John B. Marx's theory of metabolic rift: Classical foundations for environmental sociology. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 2, p. 366-405.

HARAWAY, Donna. Anthropocene, capitalocene, plantionocene, chthulucene: making kin. **Environmental Humanities**, v. 6, n. 1, p. 59-65, 2015.

HECHT, Susanna, COCKBURN, Alexander. **O destino da floresta:** desenvolvedores, destruidores e defensores da Amazônia. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

HONORATO, Vinicius, ROCHA Bruna. Arqueologia dos Povos da Floresta. **Estudos Avançados,** v.38, n. 112, p. 31-54, 2024.

HUDSON, Mark J. Dark artifacts: hyperobjects and the archaeology of the Anthropocene. **Journal of Contemporary Archaeology,** v. 1, n. 1, p. 82-86, 2014.

IRIARTE, J., ROBINSON, M., DE SOUZA, J. G., DAMASCENO, A., da SILVA, F., NAKAHARA, F., ... ARAGÃO, L. Geometry by design:

Contribution of lidar to the understanding of settlement patterns of the mound villages in SW Amazonia. **Journal of Computer Applications in Archaeology,** v. 3, n. 1, p. 151-69, 2020.

KARITIANA, Jessica de O. **As tecnologias ceramistas Tupi-Arikém:** um estudo etnoarqueológico sobre a cadeia operatória de produção, uso e abandono. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Rondônia, 2023.

KATER, Thiago, ALMEIDA, Fernando, & PESSOA, Cliverson. Deep Histories of the Southwestern Amazonian Tupi. In: BOWSER, Brenda; CAMERON, Catherine (Orgs). **Landscapes of Movement and Predation:** Perspectives from Archaeology, History, and Anthropology. Tucson: The University of Arizona Press, 2024. pp. 81-132.

KATER, Thiago, ALMEIDA, Fernando. O., MONGELÓ, Guilherme Z., WATLING, Jennifer, & NEVES, Eduardo G. Variabilidade estratigráfica e espacial dos contextos cerâmicos no sítio Teotônio. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 1, p. 198-220, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LIMA, Marjorie do N., TAMANAHA, Eduardo K., GOMES, Jaqueline, SILVA, Maurício A. Os fazeres arqueológicos em Unidades de Conservação. **Cadernos do Lepaarq**, v. XXII, n. 43, p. 6-12, 2025.

LEITE, Natalia C. M. **A pecuária e os SAFS no Projeto RECA, Amazônia***:* é o PSA o incentivo que faltava? Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

LEONEL, Mauro. **Etnodicéia Uruéu-au-au:** o endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia. São Paulo: Edusp, 1995.

MELLO, Natália G. R. de, ARTAXO, Paulo. Evolução do plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros***,* v. 66, p. 108-129, 2017.

MORAES, Claide de P.; PY-DANIEL, Anne R. Quando o presente visita o passado. Reflexões da arqueologia sobre o futuro da Amazônia. **digitAR-Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes**, v. 9, p. 276-295, 2023.

NEVES, Eduardo G. **Sob os tempos do equinócio:** oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: UBU, 2022.

NEVES, Eduardo G., PUGLIESE, Francisco Antonio, SCHOCK, Myrtle P., FURQUIM, Laura P., ZIMPEL NETO, Carlos A., CARNEIRO, Carla G. **Pesquisa e Formação nos sítios arqueológicos Espinhara e Sol de Campinas do Acre - PESC.** Relatório final. São Paulo, 2016.

NEVES, Eduardo G., WATLING, Jennifer, ALMEIDA, F. O. Arqueologia do alto Madeira no contexto arqueológico da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, v. 15, n. 2, p. e20190081, 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo M. de, ROCHA, Bruna C. da. **Política Patrimonial e Política Indigenista**: a proteção jurídica dos lugares sagrados e sepultamentos indígenas. Brasília: ISA, 2024.

OLIVEIRA, Nathalia C. C. A Grande Aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**, v. 34, p. 315-346, 2018.

OMETTO, Jean. P., GORGENS, Eric B., DE SOUZA PEREIRA, Francisca R., SATO, Luciane, DE ASSIS, Mauro L. R., CANTINHO, Roberta, LONGO, Marcos, JACON, Aline D., & KELLER, Michael. A biomass map of the Brazilian Amazon from multisource remote sensing. **Scientific Data,** v. 10, n. 1, p. 668, 2023.

PERIPATO, Vinicius, LEVIS, Carolina, MOREIRA, GUIDO A. *et al*. More than 10,000 pre-Columbian earthworks are still hidden throughout Amazonia. **Science**, v. 382, n. 6666, pp. 103-109, 2023.

PESSOA, Cliverson. **Cruzando Fronteiras:** arqueologia das estradas no interflúvio Madeira-Purus. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

PÉTTURSDÓTTIR. Thora. Climate change? Archaeology and Anthropocene. **Archaeological Dialogues**, v. 24, n. 2, p. 175-205, 2017.

PRODES. Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima – MMA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes Acesso em: 20 jul. 2025.

PUGLIESE, Francisco, Valle, Raoni. A gestão do patrimônio arqueológico em territórios indígenas: a resistência Munduruku e a preservação do patrimônio cultural frente ao licenciamento ambiental de empreendimentos em territórios tradicionalmente ocupados. **Revista de Arqueologia**, v. 28, n.1, p. 30-51, 2015.

SAUNALUOMA, Sanna, PÄRSSINEN, Martti, SCHAAN, Denise P. Diversity of Pre-colonial Earthworks in the Brazilian State of Acre, Southwestern Amazonia. **Journal of Field Archaeology,** v. 43, n. 5, p. 362-379, 2018.

SAUNALUOMA, Sanna, MOAT, Justin, PUGLIESE, Francisco, NEVES, Eduardo G. Patterned villagescapes and road networks in ancient southwestern Amazonia. **Latin American Antiquity**, v. 32, n. 1, p. 173-187, 2021.

SCHAAN, Denise P. **Sacred Geography of Ancient Amazonia**: Historical Ecology of Social Complexity. New York: Routledge, 2012.

SILVA Viviane V., COSTA SILVA, Ricardo G. Amazônia, Fronteira e Áreas Protegidas: dialética da expansão econômica e proteção da natureza. **Ambiente & Sociedade,** v. 25, 1-23, 2022.

STOKES, Freg J., BENITES, Sandra, EKMAN, Anita, SURUÍ, Uraan A., FURQUIM, Laura, WINKELMANN, Ricarda, REEN, Jürgen, & ROBERTS, Patrick. Tropical deforestation and Indigenous resistance over the longue durée in South America. **Journal of Global History**, v. 20, n. 2, p. 121-142, 2025.

VANDER VELDEN, Felipe F. De volta para o passado: territorialização e 'contraterritorialização' na história Karitiana. **Sociedade e Cultura**, v. 13, n. 1, p. 55-65, 2010.

WATLING, Jennifer, MAEZUMI, S. Yoshi, SHOCK, Myrtle P., & IRIARTE, José. O que os dados paleoecológicos nos dizem sobre o

Antropoceno na Amazônia? **Estudos Avançados**, v. 38, n. 112, p. 149-172, 2024.

WATLING, Jennifer, SCHOCK, Myrtle P., MONGELÓ, Guilherme Z., ALMEIDA, Fernando O., KATER, Thiago, OLIVEIRA, Paulo E., NEVES, Eduardo G. Direct Archaeological Evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre. **Plos one**, v. 13, n. 7, e0199868, 2018a.

WATLING, Jennifer, MAYLE, Francis E., SCHAAN, Denise P. Historical ecology, human niche construction and landscape in pre-Columbian Amazonia: A case study of the geoglyph builders of Acre, Brazil. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 50, p. 128-139, 2018b.

WATLING, Jennifer, IRIARTE, Francis, MAYLE, Francis, SCHAAN, Denise P., PESSENDA, Luiz, LOADER, Neil, STREET-PERROT, Alayne, DICKAU, Ruth, DAMASCENO, Antonia, RANZI, Alceu. Impact of pre-Columbian "geoglyph" builders on Amazonian forests. **PNAS**, v. 114, p. 1868-1873, 2017.

WITTMANN, Marcus A. S. Passado ponderado, futuro do fim: uma tentativa de (re) ativar estratigrafias de paisagens esvaziadas. **Revista de Arqueologia**, v. 35, n. 3, p. 177-189, 2022.

ZUSE, Silvana, COSTA, Angislaine F., PESSOA, Cliverson, & KIPNIS, Renato. Tecnologias cerâmicas no alto rio Madeira: síntese, cronologia e perspectivas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas,** v. 15, n. 2, e20190082, 2020.

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.05

O papel da borracha natural e sintética no Antropoceno/Plantationoceno: da arqueologia histórica e contemporânea da borracha à emergência climática

The role of natural and synthetic rubber in the Anthropocene/Plantationocene: from historical and contemporary rubber archaeology to the climate emergency

Tiago Silva Alves Muniz*

Palavras-chave:
Ecologia cultural
Cultura material
Gestão de acervos museológicos

Resumo: O artigo analisa a borracha, natural e sintética, como marcador do Antropoceno/Plantationoceno, mostrando como sua produção articula exploração colonial e desafios atuais da crise climática. A partir da arqueologia histórica e contemporânea, evidencia-se como a borracha integrou a Amazônia a redes globais de extração, indústria e consumo, alterando ecossistemas e sociedades. Diferenciam-se dois modelos de exploração: o caboclo, baseado em saberes locais, e o do auge, marcado por hierarquias, aviamento e plantation. O estudo examina também acervos de borracha em museus do Brasil, França e Reino Unido, revelando objetos como testemunhos de mudanças sociais, ambientais e culturais, e permitindo discutir sustentabilidade, colonialidade e reaproveitamento. A pesquisa destaca a borracha como recurso estratégico e campo interdisciplinar para compreender impactos da industrialização, globalização e monoculturas, reforçando o papel da arqueologia e da museologia na relação entre materialidade, memória e crise socioambiental.

Keywords:
Cultural ecology
Material culture
Management of museum collections

Abstract: The article analyzes rubber, both natural and synthetic, as a marker of the Anthropocene/Plantationocene, showing how its production links colonial exploitation to contemporary challenges of the climate crisis. Drawing on historical and contemporary archaeology, it highlights how rubber connected the Amazon to global networks of extraction, industry, and consumption, transforming ecosystems and societies. Two exploitation models are distinguished: the caboclo model, based on local practices and traditional knowledge, and the boom-period model, marked by hierarchical structures, the aviamento system, and plantation techniques. The study also examines rubber collections in museums in Brazil, France, and the United Kingdom, revealing objects as witnesses of social, environmental, and cultural changes, enabling discussions on sustainability, coloniality, and reuse. The research underscores rubber as both a strategic resource and an interdisciplinary field for understanding the impacts of industrialization, globalization, and monoculture regimes, reinforcing the role of archaeology and museology in addressing the relationship between materiality, memory, and socio-environmental crisis.

Recebido em 29 de agosto de 2025. Aprovado em 26 de novembro de 2025.

Introdução

O presente artigo traz uma reflexão crítica sobre como a borracha, em suas formas natural e sintética, pode ser entendida como um marcador material do Antropoceno/Plantationoceno, revelando tanto os processos históricos de exploração colonial quanto alguns desafios contemporâneos frente à emergência climática. A partir da arqueologia histórica e contemporânea, evidencia-se como esse material conecta a Amazônia, ao mundo através de uma rede colonial de extração, industrialização e consumo, que transformou ecossistemas e sociedades. Assim, a borracha não é apenas um produto econômico, mas um vetor de

* Doutor em Antropologia (Arqueologia) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG). E-mail: tiago.samuniz@gmail.com.

profundas transformações sociais e ambientais, inscritas nas paisagens e nos objetos museológicos.

A borracha, natural e sintética, aqui é abordada como um marcador privilegiado para refletir sobre as transformações históricas, sociais e ambientais que caracterizam o Antropoceno/Plantationoceno. Desde sua exploração na Amazônia, ainda no século XIX, até sua expansão em larga escala nas plantations do Sudeste Asiático e sua posterior substituição por versões sintéticas no século XX, a borracha foi central para a constituição de redes globais de extração, circulação e consumo. Esse percurso evidencia não apenas a dimensão econômica desse recurso, mas também sua profunda inscrição nas dinâmicas coloniais, nos processos de industrialização e nas mudanças ecológicas que redefiniram paisagens e modos de vida.

Nesse sentido, a arqueologia histórica e contemporânea oferece ferramentas analíticas fundamentais para compreender a borracha enquanto materialidade que atravessa temporalidades e contextos diversos. Ao investigar práticas de extração, técnicas de beneficiamento, usos industriais e coleções museológicas, é possível identificar como esse recurso conecta diferentes escalas — do local ao global — e diferentes atores — trabalhadores, empresas, Estados e instituições culturais. A borracha, portanto, não deve ser vista apenas como uma matéria-prima estratégica, mas como um objeto que carrega consigo histórias de exploração, criatividade técnica, resistência cultural e degradação ambiental.

As coleções museológicas, ao preservar objetos de borracha natural e sintética, permitem problematizar as transformações tecnológicas e sociais associadas ao material, destacando a passagem de um recurso natural para alternativas industriais e seus impactos na relação entre sociedade e meio ambiente. Nesse quadro, a reflexão sobre a borracha possibilita articular os campos da arqueologia, antropologia, história ambiental e museologia, oferecendo novas perspectivas para pensar a colonialidade, o descarte, a preservação e as práticas de futuro em um planeta marcado pela emergência climática.

Muniz e Saladino (2021) apresentam que a emergência climática é compreendida não apenas como um fenômeno natural, mas como um colapso civilizatório que exige respostas urgentes e integradas. Para tal, os museus ao assumirem seu papel socioeducativo, podem contribuir para essa reflexão crítica, promovendo ações voltadas à sustentabilidade e à sensibilização das comunidades diante da urgência planetária, em diálogo com agendas internacionais como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

O presente artigo visa, portanto, não apenas sistematizar dados que permitem compreender a borracha, em suas formas natural e sintética, como um marcador material do Antropoceno/Plantationoceno, mas também provocar reflexões críticas acerca do papel das coleções museológicas diante da emergência climática. Ao colocar os objetos no centro das discussões contemporâneas, busca-se reforçar sua relevância como testemunhos históricos e agentes de debate social, de modo a fortalecer as práticas de salvaguarda e estimular uma gestão museológica mais engajada, crítica e transformadora.

Por fim, destaca-se que tanto em museus quanto em registros arqueológicos, a discussão aqui apresentada contribui para repensar o papel das instituições de memória diante da crise socioambiental global. Sendo a análise das substituições de matérias-primas e das transformações no fazer técnico evidencia como as coleções podem ser ativadas para discutir sustentabilidade, colonialidade e patrimônio.

Breve histórico sobre a borracha natural e sintética: das *plantations* ao Antropoceno/Plantationoceno

Produto de ampla utilização cotidiana, a borracha está presente em pneus de veículos, equipamentos industriais, artefatos hospitalares, calçados, brinquedos e inúmeros outros itens. Enquanto a borracha natural deriva do látex, a sintética resulta de derivados petroquímicos. Ambas, contudo, transformaram relações entre humanos e não humanos ao expandirem os usos materiais em escala global (Muniz, 2023).

Na América do Sul, o material foi descrito como "ouro negro" (Walle, 1909, 2019; Daou,

1999), fonte de enriquecimento para investidores internacionais. Entretanto, a ascensão das plantations asiáticas levou ao declínio da economia gomífera amazônica no início do século XX. Durante a Segunda Guerra Mundial, esse cenário sofreu reversão temporária, quando o bloqueio japonês ao fornecimento asiático revalorizou a borracha brasileira.

A chamada "luta pela borracha" (Dean, 1987) teve implicações globais, influenciando políticas coloniais, redes de ciência e tecnologia, dinâmicas da globalização, a consolidação da Segunda Revolução Industrial e, mais amplamente, os debates sobre o Antropoceno. É nesse cruzamento entre materialidade, paisagem e história global que este artigo se insere, buscando compreender como a racionalização da produção e a transformação da floresta em plantations moldaram o período da borracha em escala planetária.

No início do século XX, a borracha natural se consolidou como uma indústria-chave para os interesses de diferentes impérios coloniais. Embora várias espécies vegetais produtoras de látex tenham integrado a economia gomífera, a seringueira (*Hevea brasiliensis*) destacou-se como principal fonte de matéria-prima, tornando o controle sobre suas sementes e exemplares adultos um fator decisivo para os lucros dessa atividade (Muniz, 2023). Enquanto no Brasil as árvores cresciam de forma dispersa nas florestas amazônicas, o Império Britânico focou em estabelecer monoculturas de borracha em suas colônias no sudeste asiático. Nesse processo, o Jardim Botânico Real de Kew desempenhou um papel central, reunindo agentes que se tornariam figuras-chave para a trajetória da indústria da borracha (Finlay, 2013).

Entre esses agentes encontra-se Henry A. Wickham, inglês responsável por coletar e enviar cerca de 70.000 sementes de *H. brasiliensis* da Amazônia para Kew em 1876, feito tamanho que lhe rendeu o título de Sir devido à sua relevância para a expansão da heveicultura (Loadman, 2006; Nugent, 2017). Apesar desse grande volume de coleta, apenas, aproximadamente, 4% das sementes coletadas germinaram e ainda assim, Kew Gardens conseguiu direcionar exemplares viáveis para colônias britânicas implementando ali *plantations* a partir de menos de 100 mudas de seringueiras (Seibert, 1947).

A partir da chegada dessas sementes já germinadas que foram transportadas em terrários móveis[1], Henry Nicholas Ridley — mais tarde conhecido como o "pai da indústria da borracha" — conseguiu propagar as mudas no Ceilão (atual Sri Lanka) e, posteriormente, em Singapura, onde desenvolveu métodos de extração ainda utilizados pela indústria (Barlow, 1983). Paralelamente, a França também investiu na heveicultura, especialmente na Indochina - atual Vietnã, Laos e Camboja – (George, 1939) e a posteriori, os Países Baixos também entraram na corrida pela borracha através da implementação de *plantations* nas Índias Orientais Neerlandesas – atual Indonésia – (Cramer, 1941).

O interesse internacional pelas sementes amazônicas envolveu, portanto, distintos atores. Na Amazônia, comunidades judaicas instaladas na região e imigrantes confederados oriundos dos Estados Unidos participaram ativamente do comércio da borracha (Guilhon, 1987; Blay, 2008). Os franceses também se engajaram nesse processo, estabelecendo cultivos tanto em colônias ultramarinas no sudeste Asiático e na África, quanto em áreas do Baixo Amazonas, nas proximidades de Óbidos (George, 1939; Stoll *et al* 2017). Já em meados do século XX, companhias norte-americanas assumiram protagonismo na expansão da heveicultura no sul global, como exemplificam o caso da Firestone na Libéria (Mitman, 2021) e a Companhia Ford na Amazônia brasileira (Grandin, 2009).

No Brasil, a expansão da heveicultura ocorreu sobretudo em "zonas de escape", regiões isentas da incidência do fungo *Microcyclus ulei*, responsável pelo mal-das-folhas. A ocorrência de zonas de escape verifica-se em condições ambientais que, embora favoráveis ao crescimento e à produção econômica da espécie, não permitem o desenvolvimento do patógeno devido a déficit hídrico entre 200 e 300 mm ao longo de quatro a seis meses consecutivos, ou precipitação inferior a 70 mm durante quatro meses seguidos, desde que a seringueira realize a troca foliar nesse período de estiagem, caracterizado como estação seca (Camargo *et al.* 1967; Ortolani, 1986). Tais áreas, localizadas em estados como São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato

Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, tornaram-se polos de produção em larga escala devido à possibilidade de expansão da *plantation* na ausência de um predador endêmico.

O chamado boom da borracha (1850–1920) teve impacto profundo na economia global, acelerando a Revolução Industrial e até mesmo os progressos da medicina. Examinar tal período permite compreender os efeitos da indústria gomífera sobre a transformação de paisagens no que hoje conhecemos por Antropoceno, ou ainda, Plantationoceno (Haraway, 2015). Segundo Zalasiewicz e outros, desde sua formulação inicial, o termo Antropoceno tem ganhado maior aceitação e vem sendo amplamente empregada na literatura científica para designar o impacto cumulativo e irreversível das atividades humanas sobre os processos biológicos, físicos e químicos que ocorrem na superfície terrestre (Zalasiewicz *et al* 2011).

Haraway (2015), por sua vez, propõe o termo Plantationoceno como alternativa crítica ao conceito de Antropoceno argumentando que a crise socioambiental contemporânea não se explica apenas pelo "humano" em geral, mas pela lógica histórica das plantações coloniais. Assim, o termo plantationoceno refere-se a regimes de monocultura que, desde o período colonial, articularam a extração de recursos, a escravização e deslocamento forçado de populações e a devastação de ecossistemas.

Entender o Plantationoceno como objeto de estudo articula como esses regimes de monocultura, baseados em violência colonial, trabalho forçado, deslocamento de populações e devastação ambiental, moldaram relações de poder, formas de exploração do trabalho e interações entre humanos e não-humanos instrumentaliza os debates sobre continuidades entre as plantations e formas contemporâneas de exploração agrícola, extrativismo e destruição ambiental em escala global (Chao *et al* 2024). Nesse sentido, uma abordagem interdisciplinar — que articula debates da arqueologia, da antropologia e da história — possibilita discutir o fenômeno sob a ótica do colonialismo, da antropologia histórica e da globalização (Oliveira, 1999; Chao, 2020).

Nesse contexto, a seguir serão apresentados a seguir dois modelos de extração da borracha e suas consequências para alterações na paisagem, sendo o primeiro um modelo endógeno praticado na Amazônia, enquanto o segundo modelo fora e ainda é praticado em escala global.

A sangria da borracha e as transformações da paisagem

A extração do látex da seringueira, também conhecida como sangria, constitui a etapa inicial do aproveitamento econômico da espécie. O processo é realizado em árvores com idade normalmente entre seis e sete anos, quando o diâmetro do tronco e a capacidade de produção se tornam adequados. A técnica envolve a realização de cortes superficiais na casca do tronco, com inclinação específica, permitindo a liberação do látex de forma contínua.

O fluxo de látex é condicionado por fatores fisiológicos e ambientais. As sangrias ocorrem preferencialmente nas primeiras horas da manhã (a partir das 05:00), quando a pressão interna da árvore favorece a liberação do látex e as temperaturas mais baixas retardam sua coagulação. Nesse período, a menor quantidade de vento contribui para prolongar o tempo de escoamento nos vasos laticíferos. A produção também apresenta variação sazonal, sendo mais intensa durante períodos chuvosos, quando a disponibilidade hídrica favorece o metabolismo da planta, e tende a diminuir na estação seca.

Os cortes feitos superficialmente a fim de preservar a integridade da árvore e permitir a longevidade da planta e, por conseguinte, extrações contínuas ao longo dos anos. Assim, o látex exsuda naturalmente pelos cortes, sendo coletado em recipientes fixados ao tronco. A frequência das sangrias depende da idade da árvore, do padrão de crescimento e das condições climáticas, mas, em geral, ocorre uma vez a cada três dias. Essa etapa é determinante não apenas para a quantidade de látex extraído, mas também para a qualidade do produto, influenciando as etapas subsequentes do processamento industrial.

Após a sangria do látex, inicia-se a etapa de coleta e preservação, fundamental para a manutenção da qualidade do produto até o processamento industrial. O látex, após a sangria, é altamente suscetível à degradação sendo altamente

vulnerável à degradação microbiana (afinal, trata-se do citoplasma das células laticíferas), o que exige medidas imediatas de preservação para manter sua fluidez até o processamento industrial. Atualmente, nos seringais de cultivo, é muito comum o uso de estimulantes químicos, à base de geradores de etileno que forçam a uma maior exsudação por corte, o que permite espaçar mais os dias de sangria das árvores. Por isso, empregam-se conservantes logo após a coleta, sendo a amônia o aditivo mais utilizado, apesar do odor forte e do potencial irritante. Alternativas como o tanino têm sido estudadas por apresentarem menor risco de alergias (Pastore Jr., 2017).

A borracha pode seguir a rota da coagulação, típica da produção de pneus, ou ser mantida em estado líquido para processos como centrifugação e imersão, empregados na fabricação de luvas, preservativos e materiais delicados. No caso da borracha sólida coagulada naturalmente (cernambi)[2], o material carece de beneficiamento para retirar restos orgânicos porventura adicionados (quimicamente denominados "impurezas"). Desses processos de coagulação emergem diferentes tipos de borracha natural: a borracha *crepe*, obtida por coagulação ácida e prensagem em folhas pela ação de rolos estriados; e a borracha *pale latex*, resultante de coagulação parcial seguida de lavagem e prensagem.

Esses coágulos são posteriormente encaminhados para usinas de beneficiamento, onde são submetidos a intensa trituração, lavagem, secagem e prensagem em fardos[3]. Trata-se de um processo que demanda elevado consumo de água e energia. Das usinas são encaminhados para a produção industrial de pneus e inúmeros artefatos de uso industrial. A borracha natural na forma sólida corresponde a aproximadamente 85 a 90% da produção mundial.

Alternativamente, o látex pode ser mantido em estado líquido, permitindo que siga rotas industriais específicas, como luvas, preservativos e balões. Quando destinado ao uso na forma líquida, o látex requer manutenção rigorosa de sua estabilidade, já que micro-organismos podem alterar suas propriedades rapidamente, desde a coleta até o processamento industrial. Quando devidamente preservado, o látex é concentrado em usinas pelo método de centrifugação, processo que dobra o conteúdo de borracha, de 30%, como sai da árvore, para 60%, que é a concentração exigida nos processos industriais. Destes, o mais importante é o método de imersão (*dipping*), através do qual se fabricam itens que exigem maior precisão e delicadeza como luvas, preservativos e balões. Essa rota evita etapas intensas de trituração e secagem típicas da coagulação bruta, preservando propriedades elásticas importantes do material[4].

A borracha na forma líquida pode, ainda, ser coagulado por processos controlados, resultando em mantas e folhas, como a Folha Fumada (*Smoked Sheet*), uma das formas mais puras e com propriedades especiais. Outra modalidade é o crepe claro, utilizado em artefatos nobres, especialmente na área da saúde, ou o crepe mais rústico, empregado em solados de sapato. Nesses casos, a coagulação é realizada com ácido acético, formando blocos de borracha com características específicas (Pastore Jr., informação oral).

Em suma, o processamento industrial do látex constitui a fase final de transformação da matéria-prima em produtos de borracha de aplicação comercial, envolvendo diversas etapas de padronização, coagulação, secagem e acabamento. Inicialmente, o látex líquido é recebido nas unidades industriais, onde passa por triagem e filtragem para remoção de impurezas, como fragmentos de casca, folhas ou insetos, assegurando a qualidade do material. Em seguida, realiza-se a padronização da concentração de sólidos de borracha, ajustando o teor conforme a especificidade do produto desejado.

Por fim, a borracha é organizada em blocos ou folhas, embalada adequadamente e destinada à vulcanização ou à fabricação de produtos, como pneus, tubos, luvas e outros artefatos de consumo e industriais. Este conjunto de procedimentos evidencia não apenas a complexidade tecnológica envolvida, mas também a articulação entre práticas tradicionais de manejo do látex e a demanda contemporânea por produtos padronizados, refletindo a integração entre saberes locais e processos industriais modernos.

Com o avanço da indústria da borracha, o procedimento de defumação se transformou, substituindo a solidificação por calor pelo uso de prensas do tipo calandra e paralelamente, outro método desenvolvido para a confecção de materiais

impermeáveis consistiu na dissolução do látex em solventes líquidos, permitindo a produção de artigos mais finos e específicos (The Rubber Growers' Association, 1926).

Mesmo na contemporaneidade, em que predominam polímeros sintéticos, o látex natural segue indispensável à indústria de pneus: estima-se que sua proporção seja de 50% na fabricação de pneus de aviões, 40% nos de caminhões e 18% nos de automóveis (Michelin, 2023). Pensar as plantations de borracha implica, portanto, fornecer material capaz de fomentar debates sobre a forma como a seringueira imprime padrões específicos na paisagem (Kohn, 2009) e como seus emaranhamentos expressam processos de colaboração e fricção (Tsing, 2004; 2015).

João Pacheco de Oliveira (1979) expõe que as atividades produtivas nos seringais podem ser compreendidas a partir de dois modelos fundamentais: o seringal caboclo e o seringal do apogeu. O primeiro modelo pode ser interpretado como o conjunto de práticas de produção de látex que envolvem tanto a coleta quanto o plantio persistente de seringueiras na paisagem e persistência de saberes e práticas relacionados à borracha. Já o modelo de seringal do apogeu está associado à exploração de borracha cultivada com as estruturas do barracão e maior segmentação social da produção, características mais comuns na primeira metade do século XX. A seguir, ambos os modelos de extrativismo de são caracterizados.

Modelo caboclo

O termo caboclo designa indivíduos de origem mista indígena e europeia ou, em certos casos, indígenas que incorporaram práticas culturais híbridas, constituindo um grupo social historicamente ligado à ocupação rural e à exploração de recursos florestais. De origem Tupi, "o termo deriva de *kaa'boc*, que significa "descendente de brancos" (Staeck, 2022, p. 68). Mais do que uma categoria étnica, o conceito remete a um modo de vida específico, caracterizado pelo desenvolvimento de práticas adotadas no ambiente amazônico, como o manejo de seringueiras, a agricultura itinerante, a pesca e a caça, sustentadas por conhecimentos ecológicos tradicionais transmitidos de geração em geração.

No modelo caboclo, as árvores crescem espontaneamente na área de mata ou são cultivadas nos quintais de casa a fim de facilitar a árdua jornada de trabalho de sangria da borracha. Ainda que apresente árvores cultivadas artificialmente, tais plantas não seguem uma lógica de plantio ocidentalizado constituído de linhas retas (Figura 1). Tem início nas primeiras décadas do *boom* econômico da borracha no Brasil.

Conforme o naturalista Henry Bates (1863) descreveu, as práticas que envolvem tanto a coleta quanto o plantio persistente de seringueiras na paisagem.

> Every morning each person, man or woman, to whom is allotted a certain number of trees, goes the round of the whole and collects in a large vessel the milky sap which trickles from gashes made in the bark on the preceding evening, and which is received in little clay cups, or in *Ampullaria* shells stuck beneath the wounds. The sap, which at first is of the consistence of cream, soon thickens; the collectors are provided with a great number of wooden moulds of the shape in which the rubber is wanted, and when they return to the camp, they dip them into the liquid, laying on, in the course of several days, one coat after another. When this is done, the substance is white and hard; the proper colour and consistency are given by passing it repeatedly through a thick black smoke obtained by burning the nuts of certain palm trees, after which process the article is ready for sale. (Bates,1863, p. 54-55).[5]

O trecho em destaque, além de detalhes da rotina de seringueiros (e seringueiras) durante o terceiro quartil do século XIX, traz informações sobre a cultura material utilizada para a extração do látex da hevea. Apesar de não mencionar o instrumento de corte utilizado, supõe-se que seja um machado de mão convencional[6]. O trecho de Bates traz ainda que seriam utilizadas cerâmicas para coletar o látex ou conchas de *Ampullaria*. Esse fato condiz com a representação de James Wells Champney que também passou por Santarém, Pará, durante o terceiro quartil do XIX retratou o modo de extração de borracha (Figura 2).

Figura 1 - Seringueiro e pesquisador da Universidade de Brasília frente às *Hevea brasiliensis* do Seringal Veneza, Vila de Boim, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Santarém, Pará

Fonte: Autor (2017).

Figura 2 - Coleta de borracha

Fonte: Champney (1860).

Nesse relato visual, Champney (1860) traz uma pessoa que realiza incisões com golpes de machado em uma árvore para coleta de látex com um vasilhame (possivelmente uma cuia de fibra vegetal) e porta uma cestaria do tipo jamanxim para transportar seus vasilhames e látex solidificado. Nesse sentido, percebemos que os materiais e as técnicas utilizadas para a sangria do látex seguem orientação mais empírica sendo influenciada pelo saber local.

Há ainda a observação (ainda a ser mais investigada) que, em comunidades mais próximas das margens dos rios e de cidades de médio a grande porte na Amazônia, a dívida que viria a ser adquirida por parte dos seringueiros durante o apogeu da heveicultra poderia ser menor do que em seringais localizados nas cabeceiras dos rios, isso porquê nestes contextos, mesmo durante o auge da exploração da borracha, as relações interpessoais entre os

seringueiros e seus patrões seringalistas teria sido mais amena (Muniz, 2025).

Ainda assim, os remanescentes de seringueiros no Baixo Amazonas parecem concordar que tudo mudou à medida que estrangeiros chegaram na região e foram transformando as técnicas de extração e mesmo organização dos seringais (Muniz, 2025). Segundo relatam remanescentes de seringueiros da vila de Boim, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, a extração do látex no passado era realizada com o uso de machadinhas, por meio das quais se efetuavam pequenos golpes no tronco da seringueira, de modo a direcionar o leite para calhas confeccionadas em caraná, sem causar grandes danos à árvore (Muniz, 2022). Esse modelo fora descrito por Wickham ao apresentar a Kew Gardens os métodos de sangria praticadas na região (Figura 3).

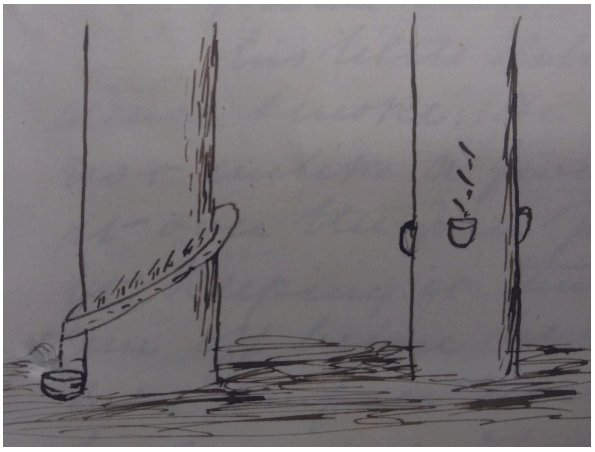


Figura 3 - Esquemas de sangria com uso de machadinha – canalização de látex com uso de caraná e argila (esquerda); colheita direta com uso de trempes e pequenos vasilhames de coleta (direita)
Fonte: Wickham (1876).

Outros exemplos de modelo caboclo foram observados por João Peres Jr. às margens do Tapajós, onde comunidades remanescentes de seringueiros mantêm saberes e práticas tradicionais relacionados à borracha, configurando um sistema produtivo caboclo (Peres Jr, 2019). Cabe destacar ainda que o sistema de assentamento na terra no modelo caboclo envolvia, principalmente, as chamadas "colocações", que consistiam de um conjunto de "estradas de seringa" com cabanas temporárias que forneciam abrigo e local de trabalho na floresta (Figura 4).

Um dos métodos mais difundidos de coagulação consistia na defumação do látex até sua solidificação, processo que expunha os trabalhadores ao calor intenso e à inalação contínua de gases tóxicos da fumaça, sem que houvesse preocupação com medidas de proteção (Figura 4). Embora os efeitos de longo prazo sobre a saúde sejam de difícil mensuração, dada a baixa expectativa de vida da época, sabe-se que o contato prolongado com a fumaça carregada de resíduos químicos ácidos representava riscos significativos, ao mesmo tempo que populações indígenas empregavam coagulantes naturais que se mostravam menos nocivos, mas que foram marginalizados pelas práticas industriais hegemônicas. (Muniz, 2024). Assim, à medida que a produção da borracha fora aumentando, havia o concomitante crescimento dos danos à saúde, ao meio ambiente e o apagamento/substituição de saberes locais.

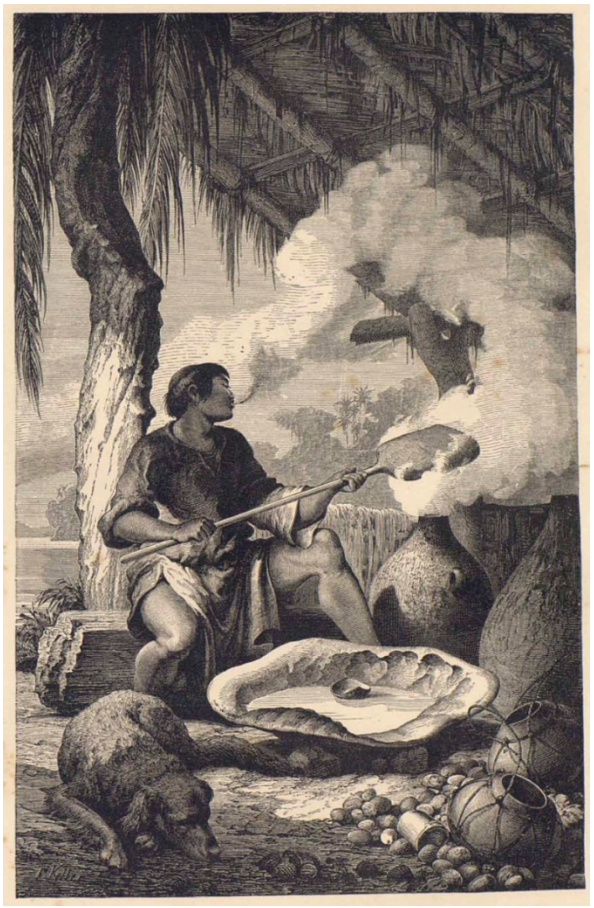


Figura 4 - Defumação de borracha às margens do rio Madeira
Fonte: Keller (1875).

Modelo do apogeu

Em 1879, devido à Grande Seca no nordeste brasileiro, muitas pessoas migraram para a Amazônia para trabalhar nos seringais sendo inaugurado um novo momento de povoamento da Amazônia (Weinstein, 1983) e, por conseguinte, um novo modelo de extrativismo gomífero, o modelo do apogeu. Modelo que se caracteriza primordialmente pela heveicultura seguindo os padrões de uma *plantation* (Figura 5).

Além do modelo de plantio modificado, os materiais e cortes, que eram organizados de modo mais intuitivo, passam a integrar o chamado de sistema de aviamento. O termo "aviar" designava o fornecimento de mercadorias a crédito, abrangendo tanto bens destinados à produção quanto ao consumo, e estabelecia uma hierarquia que ia do micronúcleo extrativista, representado pelo produtor, até o macronúcleo urbano, sediado nas grandes casas aviadoras (Medeiros, 2010).

> O sistema que os ingleses chamam truck (pagamento em gêneros, com reembolso do saldo) vigora por quase toda a Amazônia e é a base de sua organização de trabalho. Ao seringueiro que por ele trabalha, se chama *seringueiro por conta*, para o distinguir do *seringueiro do toco*, que vende diretamente a sua borracha ao patrão, que lhe faz o preço na ocasião da compra, encontrando-se logo o débito do seringueiro com o produto da venda e recebendo o produtor o saldo, se o tiver, em dinheiro ou mercadorias. Para essa liquidação o proprietário toma por base as últimas cotações trazidas pelos vapores, do Pará ou de Manaus (Simões, 1916 *apud* Goulart, 1968).

O sistema de aviamento era financiado quase integralmente por capitais estrangeiros estruturando-se como um mecanismo de dependência que articulava toda a cadeia produtiva da borracha, do seringal ao mercado internacional (Medeiros, 2010). De tal maneira, podemos perceber que claramente há dois modelos de extrativismo da borracha, que inclusive convivem cronologicamente, aquele que chamamos de caboclo, no qual o vínculo do extrativista é direto com o patrão, e o modelo do apogeu, que apresenta intermediários.

Figura 5 - Heveicultura ordenada em linhas de *plantation*, Jardim ABC, Goiás

Fonte: Autor (2019).

Nesse contexto, os trabalhadores recebiam um conjunto padronizado de objetos que compunham o chamado "kit básico" do seringueiro, o qual incluía itens essenciais para o cotidiano e para o trabalho, tais como: um saco de estopa utilizado como mala, duas calças de mescla azul, um chapéu de palha, um prato fundo esmaltado, talheres, uma colher, uma rede, um par de alpargatas de rabicho, uma caneca e um cantil de flandre e uma carteira de cigarros (Medeiros, 2010).

O grau de dependência e de endividamento estava diretamente relacionado à forma como se estabelecia a relação com os patrões, uma vez que estes forneciam mercadorias a crédito — exclusivas de seus armazéns —, cujo pagamento era acertado em trabalho, acrescido de juros. Além disso, para aqueles novos seringueiros que vinham do Nordeste já se chegava endividado devido ao traslado e além disso, poderiam haver restrições impostas ao cultivo da terra, à caça e à pesca, o que intensificava a situação de dependência e acarretavam profundas alterações na dieta local: alimentos tradicionais, como macaxeira, cuscuz, tapioca e mingau de banana, provenientes da produção própria, foram substituídos por gêneros industrializados e enlatados, como sardinha, carne e banha (Maia, 2002).

Os recém-chegados, em geral migrantes nordestinos sem experiência com a extração do látex, eram designados como seringueiros "brabos". Somente após um processo de aprendizagem e adaptação às práticas locais passavam a ser reconhecidos como seringueiros "mansos" (Medeiros, 2010). Esse período de adaptação podia se estender por até três anos, tempo necessário tanto para adquirir habilidades no extrativismo quanto para quitar as dívidas contraídas com sua entrada no sistema (Medeiros, 2010).

A organização do trabalho no seringal baseava-se em diferentes estruturas e funções. Além das colocações na mata, do barracão, do seringalista, do regatão e da casa aviadora, alguns barracões contavam com trabalhadores auxiliares: os comboieiros, responsáveis pelo transporte de mercadorias em áreas de difícil acesso e por tarefas de vigilância; os fiscais, encarregados de supervisionar a produtividade e verificar periodicamente o estado de conservação das estradas; e os diaristas, que atuavam na manutenção das vias e no embarque de mercadorias (Teixeira, 2009).

Assim, a cadeia de aviamento funcionava de forma hierárquica: a casa aviadora (A) fornecia mercadorias ao regatão (B), que as repassava ao seringalista (C); este, por sua vez, podia tanto ser aviado quanto atuar como aviador, arrendando o trabalho dos seringueiros (D), evidenciando a complexa trama de relações sociais e econômicas que estruturava os seringais amazônicos (Santos, 1968 *apud* Teixeira, 2009).

Posteriormente, no vocabulário dos seringais, destaca-se ainda o termo "arigó", derivado do nhengatu "arikó", cujo significado é "ave que fura" (Medeiros, 2010). A expressão, de conotação possivelmente depreciativa, foi incorporada ao cotidiano para designar o trabalhador da borracha e adquiriu uso mais específico ao identificar o seringueiro recrutado como "soldado da borracha" (Medeiros, 2010).

Entre arigós, brabos e mansos, delineava-se um universo social marcado por profundas hierarquias. Os seringueiros encontravam-se vinculados ao sistema de aviamento, iniciando sua trajetória já endividados com os custos de deslocamento até o seringal, somados às despesas com roupas, ferramentas, mantimentos e à taxa de arrendamento da área destinada à sangria, paga ao seringalista. Além disso, normas rígidas proibiam o abandono do posto, impondo dependência estrutural para assegurar a própria subsistência, variável conforme o grau de subordinação frente ao patrão.

Na prática, a dinâmica baseava-se na compra fiada, cujo pagamento era efetuado com a produção da safra seguinte, acrescido de juros e de uma espécie de aluguel pela terra. A situação tornava-se ainda mais grave diante do elevado índice de analfabetismo, condição que favorecia fraudes por parte de seringalistas, que se valiam de contratos obscuros, promissórias manipuladas e dívidas perpetuadas. Esses patrões atuavam como intermediários diretos das casas aviadoras, responsáveis por negociar a borracha e viabilizar seu escoamento para os mercados internacionais.

Nesse sistema profundamente hierarquizado, a seringueira constituía a unidade fundamental, em torno da qual os trabalhadores figuravam na posição

mais subalterna. À medida que a lucratividade cresceu de forma exponencial, os seringais expandiram-se acompanhando a curva econômica e sua organização passou das colocações — cabanas dispersas nas matas nativas — para estruturas centralizadas em barracões, sob controle cada vez mais rigoroso dos seringalistas.

Além da dominação de pessoas e do território, fora necessário dominar também os saberes e as técnicas de extração, sendo padronizado na Amazônia o tipo de corte "rabo de peixe" que seguia uma orientação de duas incisões diagonais simétricas e opostas que partem de um ponto central, formando um desenho em ângulo aberto semelhante à cauda de um peixe. Houve diversos tipos de corte aplicados mundo afora (Figura 6), entre os quais se destacam aqui os cortes amplamente adotados em *plantations*: o espiral, em forma de "V" e o diagonal.

O processo de sangria do modelo do apogeu consistia na realização de incisões na casca da seringueira a fim de expor os vasos laticíferos, procedimento que deve ser feito de forma delicada para não comprometer a vitalidade da árvore. Nos primeiros anos do ciclo da borracha, entretanto, os cortes aplicados eram mais profundos e chegavam a circundar grande parte do tronco (D'auzac *et al.* 1989). A partir da virada do século XX, métodos voltados ao aperfeiçoamento dessa prática começaram a ser sistematizados e descritos na literatura especializada (Ridley, 1900).

Cabe destacar que, fatores como a habilidade e a experiência do seringueiro revelam-se determinantes no processo. Embora certas técnicas tradicionais ainda se mantenham em uso, o recurso a golpes de machado tornou-se obsoleto, sendo atualmente substituído por diferentes padrões de corte e modelos de facas na extração do látex. Para efetuar essa ampla gama de tipos de sangria, se destaca a profusão de materiais associados aos diferentes tipos de corte (Figura 7). Apesar de tamanha diversidade de materiais, o padrão de corte para sangria de látex brasileiro mais utilizado foi o diagonal ou diagonal duplo "rabo de peixe". De tal maneira, os lugares foram sendo transformados e as formas de se relacionar com eles.

Figura 6 - Guia de modos de extração de borracha em *plantations:* espiral (esquerda); em forma de "V" (centro); misto - diagonal (direita superior) e em forma de "V" (direita inferior)
Fonte: Peradeniya Manuals (1906).

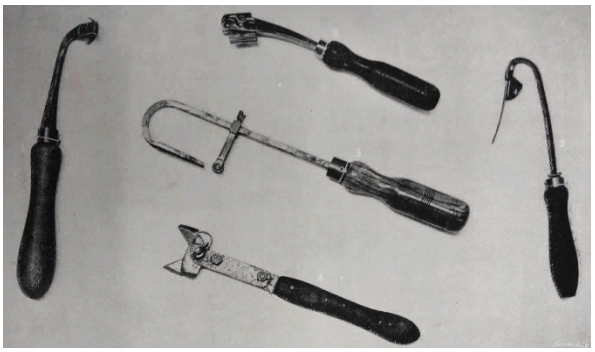


Figura 7 - Modelos de facas para sangria de *Hevea* apresentados na Exposição da Borracha (Ceilão)
Fonte: Willis (1906).

O processo de vulcanização — caracterizado pelo aquecimento do látex com enxofre a fim de aprimorar suas propriedades elásticas — foi descoberto por Charles Goodyear em 1839 e posteriormente patenteado por Thomas Hancock em 1842. Apesar de sua relevância para a indústria da borracha, o conhecimento acerca da difusão e aplicação dessas técnicas, bem como do uso de aditivos químicos associados à vulcanização, permanece pouco documentado no contexto histórico do ciclo da borracha no Brasil. Ainda assim, é possível afirmar que resíduos químicos oriundos desses processos (Hills, 1971) tiveram impacto nas cadeias produtivas e os mesmos podem gerar irritações, problemas respiratórios, cardiovasculares, bioacumulação e até mesmo emissão de gases de efeito estufa.

Embora o ciclo da borracha tenha se estendido até 1920 (Weinstein, 1983), no início do século XX já havia uma percepção que a segunda década do século culminaria no término efetivo do ciclo da borracha, a fim de evitar isso, houve estudos para tentativas de retomada da produção nessa década (Huber, 1912). No entanto, frente ao crescimento das plantações asiáticas, tais esforços revelaram-se inviáveis, tanto devido à escala de produção alcançada nesses centros quanto à padronização e controle de qualidade já estabelecidos na manufatura e exportação do látex.

Outro fator associado à expansão da fronteira agrícola histórica está relacionado ao uso indiscriminado de fogo, através da supressão total da vegetação, o que aumenta as emissões de carbono (Maezumi *et. al.* 2018). No contexto dos seringais, a demanda por borracha tem sido associada ao aumento do desmatamento florestal, visando à expansão das plantações de seringueiras, o que impacta negativamente a biodiversidade. Entretanto, a seringueira apresenta elevada capacidade de sequestro de carbono, contribuindo para a manutenção de comunidades animais locais, podendo funcionar como corredor ecológico, conectando áreas fragmentadas, promovendo a continuidade do habitat e facilitando a migração das populações (Martins *et. al.* 2024).

Ao mesmo tempo que historicamente a expansão da fronteira agrícola da heveicultura tenha impactado a Amazônia nos âmbitos populacional, ambiental e sociocultural, estudos recentes tem demonstrado a capacidade da heveicultura colaborar para captura de carbono (Gomes *et al* 2021, Chiarawipa *et al* 2024). Seria essa finalmente a retomada da heveicultura?

O papel da borracha em coleções museológicas

A pesquisa em acervos de borracha natural/sintética não é uma tarefa simples. Devido à dificuldade de entendimento desse tipo de coleção como um produto a ser salvaguardado por museus, muita coisa não fora preservada. Conforme expõem Muniz e outros (2024), a coleção de objetos de borracha do Museu do Homem evidencia transformações materiais e simbólicas que atravessam tanto a história colonial quanto as práticas contemporâneas de produção e preservação. Inicialmente a coleção fora associada à expansão industrial e à exploração colonial da *Hevea brasiliensis*, no entanto, a substituição progressiva da borracha natural por versões sintéticas derivadas do petróleo, documentada em diferentes objetos da coleção — de artesanatos amazônicos a calçados centro-asiáticos e utensílios africanos —, revela tanto os impactos da industrialização quanto os processos de adaptação cultural diante da escassez de recursos naturais e da superabundância de plásticos.

Para as narrativas museológicas do Museu do Homem, esses deslocamentos materiais situam a borracha como elemento-chave para compreender as relações entre tecnologia, colonialismo e sustentabilidade no contexto do antropoceno. Ao

registrar práticas de reaproveitamento, como o uso de pneus na confecção de chinelos ou de plásticos em cestos e cocares, o museu não apenas documenta a resiliência e criatividade de comunidades locais, mas também constrói narrativas museológicas que refletem sobre as transformações ambientais e sociais contemporâneas. Assim, os objetos em borracha natural e sintética operam como testemunhos da interseção entre cultura, materialidade e crise ecológica, destacando o papel das instituições museológicas na mediação crítica entre passado colonial, presente industrial e futuros possíveis.

Em Paris, se destaca outro museu pela íntima relação com os objetos de borracha: o Palais de la Porte Dorée. Segundo informação oral, Laetitia Ferreira - gerente administrativa do museu que guiou uma visita de pesquisa contando a história do museu, de seus objetos e coleções - apresentou que, por muitas vezes, houve o entendimento que tais produtos de borracha configuravam um produto industrial e não algo museal.

Cabe destacar que o museu Palais de la Porte Dorée foi erguido para a Exposição Internacional de 1931, realizada nas imediações do lago Vincennes, local que recebeu diversas construções com o objetivo de atrair investidores e colonos para as possessões francesas. Tratava-se, em essência, de uma vitrine das relações econômicas com as colônias, destinada tanto à apresentação das matérias-primas a serem exploradas quanto à exibição de outros itens considerados lucrativos, como "objetos arqueológicos" ou "figuras religiosas" classificados sob a categoria de "artes", frequentemente carregados de um viés exótico.

Cada edifício representava uma das colônias francesas que deveriam receber investimentos. Foram construídas edificações completas e réplicas de civilizações antigas, compondo um conjunto que fez da Exposição de 1931 um enorme êxito, alcançando cerca de oito milhões de visitantes ao longo de sua duração. Um dos empreendimentos mais notáveis foi a construção da réplica do templo de Angkor Wat. Do conjunto monumental erguido na ocasião, apenas duas construções às margens do lago sobreviveram: aquelas que representavam Togo e Camarões, hoje transformadas em templos budistas.

Durante a Exposição Colonial de 1931, o primeiro andar destinava-se à narrativa da história da colonização — sob a ótica dos colonizadores —, ao passo que o segundo abrigava a mostra etnológica, na qual havia informações mais detalhadas sobre as plantas. Atualmente, o museu dispõe de poucas informações e arquivos, uma vez que, segundo Laetitia, a maior parte do acervo documental foi transferida para o Museu do Quai Branly após sua criação. Ainda assim, permanecem alguns *panneaux* no espaço, os dioramas - encontravam-se em processo de restauração na época da visita (2023) -, duas pinturas a fresco representando o cacau e a borracha e, quanto à antiga exposição dedicada às madeiras, apenas quatro tipos permanecem em Porte Dorée.

O edifício do museu foi projetado por Alfred Janniot que, embora nunca tenha viajado ao exterior, buscou inspiração no *Jardin des Plantes*, onde consultou desenhos científicos para produzir entalhes o mais realistas possível — objetivo que efetivamente alcançou. A parte externa da construção representa a riqueza proveniente das colônias (Figura 8), enquanto o interior, elaborado na técnica de afresco, apresenta o discurso colonial sobre o que a "mãe França" pretendia levar a esses territórios: liberdade, ciência, comércio, artes, paz, trabalho e indústria.

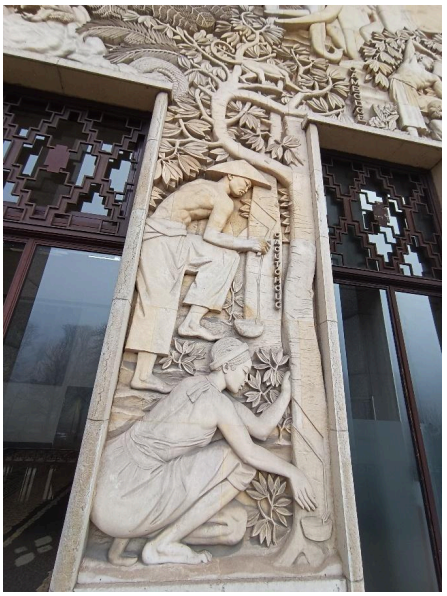


Figura 8 - Detalhe do baixo-relevo no pórtico de entrada do Palais de la Porte Dorée com destaque para a presença da sangria de borracha no Camboja
Fonte: Autor (2023).

Nesse contexto de efêmero de mega construções que foram feitas e desfeitas para as Exposições Coloniais/Universais, boa parte do acervo também se desfez, seja por uma política de acervo que não estava voltada para salvaguardar esse tipo de material, ou porque, parte do material tanto do Museu do Homem quanto do Palais de la Porte Dorée foi redicionado para a criação do museu Quai Branly, inaugurado em 2006, também em Paris.

No museu Quai Branly, encontram-se objetos de borracha como bolotas de borracha, sapatos, instrumentos musicais e algumas fotografias e negativos da borracha em contextos coloniais franceses. Entretanto, persiste uma narrativa étnica e exótica sobre o acervo, sendo a borracha encontrada somente em contexto de populações indígenas. Esse o desafio de trabalhar com coleções de borracha, pouco de salvaguardou e o material escolhido costuma ser muito direcionado apenas para a produção indígena, o que não contempla toda a diversidade de pessoas que foram deslocadas, principalmente do nordeste brasileiro para trabalhar na Amazônia. Ressalta-se ainda que, materiais de borracha por muitas vezes constituem coleções dispersas em museus, como alguns exemplares presentes na Xiloteca do Muséum National d'Histoire Naturelle.

Na Inglaterra, a coleção de Botânica Econômica de Kew Gardens apresenta maior variedade de exemplares, entre eles, subprodutos da indústria de borracha, animais de brinquedos feitos de borracha, cantis e pequenas bolsas de borracha natural, sapatos, dentaduras, luvas, bolas, cartas, correspondências, livros e as próprias sementes germinadas de Wickham. Já no Museum of London Archaeology (MoLA) se destaca enorme coleção de diversos objetos de plástico, inclusive brinquedos, que compõem vasto acervo do século XX.

Em contrapartida, nos museus nacionais brasileiros, especialmente aqueles voltados à história do período da borracha, como o Museu do Seringal (Amazonas), e o Museu da Borracha (Acre) predominam os dados sobre os seringueiros e exemplares de seus utensílios de trabalho e borracha seca destinada à exportação. A ampliação de estudos na área da borracha pode fornecer informações adicionais sobre a preservação e fluxos desses materiais.

Considerações finais

A materialidade da borracha não apenas reconfigurou paisagens e redes de circulação planetária, mas também se inscreveu nas relações de poder coloniais, nos regimes de trabalho forçado e nas práticas industriais que marcaram os séculos XIX e XX. Ao mesmo tempo, a análise das práticas de sangria da borracha e dos diferentes modelos de extrativismo do sistema caboclo e do sistema do apogeu das *plantations* revela como técnicas locais, saberes tradicionais e sistemas hierárquicos de exploração coexistiram e entraram em fricção, transformando territórios e modos de vida. Nesse sentido, os estudos interdisciplinares no campo da borracha constituem um campo fértil para compreender não apenas os efeitos da industrialização e da expansão capitalista sobre ecossistemas e populações humanas, mas também os deslocamentos conceituais que envolvem os debates do Antropoceno e do Plantationoceno.

Do ponto de vista museológico, os objetos de borracha natural e sintética adquirem relevância enquanto testemunhos materiais de processos históricos, sociais e ambientais. Inseridos em coleções etnográficas e históricas, esses artefatos não apenas remetem à expansão colonial e à industrialização, mas também permitem refletir sobre práticas de reaproveitamento, sustentabilidade e resiliência cultural em contextos de crise ecológica. O estudo das coleções de borracha na França, Reino Unido e Brasil demonstram como a borracha opera como mediadora de narrativas sobre colonialismo, globalização, criatividade local e problemáticas ambientais contemporâneas.

Assim, compreender a borracha a partir de sua historicidade, materialidade e circulação museológica possibilita articular um debate interdisciplinar que envolve arqueologia, antropologia, história ambiental e estudos museológicos. Mais do que um recurso natural ou industrial, a borracha se torna um objeto de reflexão sobre os modos de interação entre humanos e não-humanos, sobre a transformação de paisagens no longo prazo e sobre os desafios éticos e políticos da preservação no Antropoceno. Desse modo, a análise aqui desenvolvida aponta para a necessidade de reconstituir criticamente as trajetórias da

borracha, entendendo-a não apenas como matéria-prima da indústria na virada do século XX, mas como chave para repensar o vínculo entre colonialismo, ecologia e museus no presente.

Frente à questão climática, uma reflexão neoliberal pode apontar para os novos potenciais de explorar a borracha através da aquisição de crédito de carbono. Ademais, faz-se necessário levar em conta as relações que operam a colonialidade do ser, saber e do poder que necessitam ser repensadas para rever e contar a história das comunidades locais que, através de seu trabalho, forneceram um material de qualidades ímpares para o mundo e, em troca, não tiveram o devido reconhecimento.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás, ao Projeto Exorigins do Programa Emergence(s) Ville de Paris (2019 – 2023), ao Centre Alexandre-Koyré (EHESS, MNHN, CNRS), ao Laboratório Patrimoines Locaux, Environnement et Globalisation (PALOC – MNHN, IRD), ao Departamento de Ciências Culturais da Linnaeus University, ao Programa Erasmus+ e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. E ao Professor Floriano Pastore Jr pelos comentários e revisão cautelosa do texto final deste artigo.

Notas

1 Os terrários móveis foram uma inovação vital para o sucesso do transporte de mudas. À época, ficaram conhecidos como Caixas de Ward, em homenagem à Nathaniel Ward, que ficou reconhecido como inventor de tais sistemas fechados e precursor dos terrários modernos (Ward, 1852).

2 Esse tipo de borracha deu origem ao Cernambi Virgem Prensado (CVP).

3 Os produtos resultantes desse processamento recebem denominações conforme o país de origem: no Brasil, são conhecidos como Granulado Escuro Brasileiro (GEB); na Malásia, Standard Malaysian Rubber (SMR); e na Tailândia, Standard Thai Rubber (STR), entre outros. Tais produtos, disponíveis em diferentes graus de qualidade, facilitam os processos industriais, especialmente a fabricação de pneus, que pode se beneficiar de insumos com propriedades reprodutíveis e controladas.

4 A trituração intensa pode comprometer as propriedades elásticas da borracha, já que estas dependem do tamanho das moléculas do elastômero: moléculas maiores conferem melhores características elastoméricas (Pastore Jr., informação oral).

5 Tradução direta: "Todas as manhãs, cada pessoa, homem ou mulher, a quem é atribuído um determinado número de árvores, percorre toda a área e coleta, em um grande recipiente, a seiva leitosa que escorre das incisões feitas na casca na noite anterior, a qual é recebida em pequenos copos de barro ou em conchas de Ampullaria colocadas sob os ferimentos. A seiva, que inicialmente apresenta consistência semelhante à do creme, logo se espessa; os coletores dispõem de um grande número de moldes de madeira no formato desejado para a borracha e, ao retornarem ao acampamento, mergulham-nos no líquido, aplicando, ao longo de vários dias, uma camada sobre a outra. Quando esse processo é concluído, a substância torna-se branca e dura; a cor e consistência adequadas são obtidas ao passá-la repetidamente por uma fumaça espessa e negra gerada pela queima das sementes de certas palmeiras, após a qual o produto está pronto para venda". (Bates,1863, p. 54-55).

6 A faca de corte para seringueira seria inventada apenas mais adiante e seria implementada de uso obrigatório durante o modelo do apogeu. Em campo, entre os seringueiros e seus remanescentes no Baixo Tapajós é comum se referir a esse tipo de machado de mão utilizado para sangria do látex como "machadinha".

Referências

BARLOW, Colin. The natural rubber industry. **Outlook on Agriculture**, v. 12, n. 1, p. 2-11, 1983.

BATES, Henry W. **The Naturalist on the River Amazons.** London: John Murray, Albemarle Street. Vol. 1. 1863.

BLAY, Eva Alterman. Judeus na Amazônia. In: SORJ, Bila. **Identidades judaicas no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Perspectiva, pp. 25-56, 2008.

CAMARGO, Angelo; CARDOSO, Rosa Maria G.; SCHMIDT, Nelson C. Comportamento e ecologia do mal-das-folhas da seringueira nas condições climáticas do Planalto Paulista. **Bragantia**, v. 26, p. 1-18, 1967.

CHAMPNEY, James Wells. **The rubber gatherer.** 1860. 1 desenho, aguada e guache, pb. Disponível em: https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22019. Acesso em: 27 ago. 2025.

CHAO, Sophie. A tree of many lives: Vegetal teleontologies in West Papua. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, n. 2, p.514-529. 2020.

CHAO, Sophie. Plantation. **Environmental Humanities,** v. 14, n. 2, p. 361-366, 2022.

CHAO, Sophie; WOLFORD, Wendy; OFSTEHAGE, Andrew; GUTTAL, Shalmali; GONÇALVES, Euclides; AYALA, Fernanda. The Plantationocene as analytical concept: a forum for dialogue and reflection. **The Journal of Peasant Studies**, v. 51, n. 3, p. 541-563, 2024.

CHIARAWIPA, Rawee; SOMBOONSUKE, Buncha; WANDAO, Sirima ; THONGSONG, Apichet ; JIRAKAJOHNKOOL, Supet. Investigating Drivers Impacting Carbon Stock and Carbon Offset in a Large-Scale Rubber Plantation in the Middle South of Thailand. **Tropical Life Sciences Research**, v. 35, n. 1, p. 139-160, 2024.

CRAMER, Pieter Johannes Samuel. La production du caoutchouc aux Indes Néerlandaises (à suivre). **Journal d'agriculture traditionnelle et de botanique appliquée**, v. 21, n. 237, p. 157-206, 1941.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras. 1999.

D'AUZAC, Jean ; JACOB, J. L. ; CHRESTIN, H. **Physiology of rubber tree latex**: the laticiferous cell and latex-a model of cytoplasm. CRC press. 1989.

DEAN, Waren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica.** Studio Nobel. 1989.

FINLAY, Mark R. ; MICHELIN, Dominic. **Guayule et autres plantes à caoutchouc**: de la saga d'hier à l'industrie de demain? 2013.

GEORGE, Pierre. L'industrie française du caoutchouc. **L'information géographique**, v. 3, n.5, p. 195-203, 1939.

GOMES, Karla Mayara Almada; BEZERRA, Talita Godinho; SANTOS, Lizandra Elizeário dos; GAMA, João Ricardo Vasconcellos; PROTÁSIO, Thiago de Paula. Plantios abandonados de Hevea guianensis Aubl. e seu potencial para créditos de carbono na Floresta Nacional do Tapajós. **Revista Forestal Mesoamericana Kurú**, v. 18, n. 42, p. 1-7, 2021.

GOULART, José Alypio. **O regatão (mascate fluvial da Amazônia)**. Vol. 3. Conquista. 1968.

GRANDIN, Greg. **Fordlandia: the rise and fall of Henry Ford's forgotten jungle city**. Macmillan. 2009.

GUILHON, Norma. **Confederados em Santarém**: saga americana na Amazônia. Presença: Brasília. Instituto Nacional do Livro. 1987.

HARAWAY, Donna. Anthropocene, capitalocene, plantationocene, chthulucene: Making kin. **Environmental humanities**, v. 6, n.1, p.159-165. 2015.

HILLS, Dennis. Ashley. **Heat transfer and vulcanisation of rubber**. Elsevier Publishing Company. 1971.

HUBER, Jacques. **Relatorio sobre o estado actual da cultura da Hevea Brasiliensis nos principaes paizes de producção do Oriente, apresentado ao Sr. João Coelho, governador do Estado do Pará.** Impr. Official do Estado. 1912.

KELLER, Franz. **The Amazon and Madeira rivers**: sketches and descriptions from the note-book of an explorer. JB Lippincott and Company. 1875.

LOADMAN, John. **Portrait of the Global Rubber Industry**: Driving the Wheel of the World Economy. International Rubber Research & Development Board. 2006.

MAEZUMI, S. Yoshi; ROBINSON, Mark; DE SOUZA, Jonas; URREGO, Dunia H.; SCHAAN, Denise; ALVES, Daiana; IRIARTE, Jose. New insights from pre-Columbian land use and fire management in Amazonian dark earth forests. **Frontiers in Ecology and Evolution** v. 6, 2018.

MAIA, José Sávio da Costa. **Serigueiros Brasileiros e suas travessias para a Bolívia a formação de novos modos de vida num espaço de lítigios (1970-1995).** 2002.

MARTINS, Ana Carolina Moreira; DA ROCHA, Gabriel Lopes Ferreira; DE OLIVEIRA, Hernani Fernandes Magalhães. Efeito de diferentes distúrbios antrópicos sobre assembleias de morcegos (Mammalia: Chiroptera) em um ecótono Cerrado-Amazônia. **Biodiversidade Brasileira** v. 14, n. 1, p. 107-119, 2024.

MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro: o desbravador da Amazônia**. Rondoforms Ind. Gráfica Ltda. Porto Velho – RO. 2010.

MICHELIN. **L'aventure Michelin.** Exposição. Clermont-Ferrand, França. 2023.

MITMAN, Gregg. **Empire of rubber: Firestone's scramble for land and power in Liberia.** The New Press. 2021.

MUNIZ, Tiago Silva Alves. **Da materialidade do período da borracha (1850-1920) aos agentes do deus elástico durante o século XIX no Baixo Amazonas:** arqueologia e emaranhamentos em um presente emergente. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, 2022.

MUNIZ, Tiago Silva Alves. Materiality of Rubber: An Emerging Past from the Brazilian Amazon that Entangled the World**. International Journal of Historical Archaeology** v. 27, n. 4, p. 1134-1160, 2023.

MUNIZ, Tiago Silva Alves. Rubber as (Toxic) heritage: Amazonian Knowledge and the rubber Industry. In **Toxic Heritage**, pp. 256-260. Routledge, 2023.

MUNIZ, Tiago Silva Alves. **Archaeology of the Amazonian Rubber Boom (1850-1920)**: Historical archaeology in an emerging present**.** BAR Publishing, 2025.

MUNIZ, Tiago Silva Alves; SALADINO, Alejandra. Museus e sustentabilidade: reflexões sobre educação museal e emergência climática. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia** V. 19, n. 1, p. 39-59, 2021.

MUNIZ, Tiago Silva Alves; STOLL, Emilie; BELICHENKO, Olga; DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. O papel da borracha (natural e sintética) para narrativas museológicas: O caso da coleção do Museu do Homem (Musée de l'Homme). **Novos Debates** v. 10, n. 1, 2024.

NUGENT, Stephen. **The rise and fall of the Amazon rubber industry**: An historical anthropology. Routledge. 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaios em antropologia histórica**. Editora UFRJ. 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX.** 1979.

ORTOLANI, Altino Aldo. **Agroclimatologia e cultivo da seringueira**. *In*: Simpósio Sobre A Cultura Da Seringueira No Estado De São Paulo, Piracicaba. Anais. Campinas: Fundação Cargil, p.11-31, 1986.

PASTORE JR, Floriano. **Tratamento do látex de borracha natural com tanino vegetal.** Tese (Doutorado em Química). Universidade de Brasília. 2017.

PERADENIYA MANUALS. **Rubber in the east.** Official account of the Ceylon Rubber Exhibition. 1906.

PERES JR, João Bosco Rodrigues. **Estudo das características do látex e da borracha de Hevea brasiliensis cultivadas e nativas da Amazônia.** Tese (Doutorado em Química). Instituto de Química da Universidade de Brasília, 2019.

RIDLEY, Henry Nicholas. **Annu. Report of the Singapore Botanical Gardens**.1900.

SANTOS, Roberto. **O equilíbrio da firma aviadora e a significação econômico-institucional do aviamento.** Belém: Idesp. 1968.

SEIBERT, Russell Jacob. A study of Hevea (with its economic aspects) in the Republic of Peru. **Annals of the Missouri Botanical Garden**, v. 34, n. 3, p. 261-352, 1947.

SIMÕES, Veiga. **D'aquém e D'além Mar**. Manaus. 1916.

STAECK, Lothar. **Fascination Amazon River**: Its People, Its Animals, Its Plants. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2022.

STOLL, Émilie; FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha; FOLHES, Ricardo Theophilo. Recenser la propriété en Amazonie brésilienne au tournant du XXe Siècle. Des registres de terres de João de Palma Muniz aux cartes de Paul Le Cointe. **Histoire & mesure** v. 32, n. XXXII-1, p. 53-90, 2017.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão humana na selva**: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Valer Editora, 2009.

TSING, Anna. **The Mushroom at the End of the World. In The Mushroom at the End of the World.** Princeton University Press. 2015.

WALLE, Paul. **Au pays de l'or noir. Le caoutchouc du Brésil**, 2e édition, revue, Paris, E. Guilmoto Editeur. 1909.

WALLE, Paul. **No país do ouro negro: Pará, Amazonas e Mato Grosso**. Editora UFRN. 2019.

WARD, Nathaniel Bagshaw. **On the growth of plants in closely glazed cases**. J. Van Voorst. 1852.

WEINSTEIN, Barbara. **The Amazon rubber boom, 1850-1920**. Stanford University Press. 1983.

WICKHAM, Henry Alexander. The Introduction of the Indian Rubber tree into India. **Miscellaneous Reports (MR)**. Kew Archives. Folio 34-42. 1876.

WILLIS, J. C. The Ceylon Rubber Exhibition. **Miscellaneous Reports**, Kew Gardens Archives. p. 1880-1908, p. 121, 1906.

ZALASIEWICZ, Jan; *et al*. Stratigraphy of the Anthropocene. **Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences** v. 369, n. 1938, p. 1036-1055, 2011.

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.06

Vozes da Lagoa: memória, pertencimento e mobilização comunitária. O caso do sítio arqueológico Jacuné, Niterói, RJ

Voices of the Lagoon: memory, belonging and community mobilization. The case of the Jacuné archaeological site, Niterói, RJ

André Conte Zulian*
Michelle Mayumi Tizuka**
Anderson Marques Garcia***

Palavras-chave:
Arqueologia comunitária
Preservação
Patrimônio cultural

Resumo: A intensificação dos eventos climáticos extremos no contexto atual tem afetado não apenas as dinâmicas sociais contemporâneas, mas também o patrimônio arqueológico. Este artigo analisa os impactos combinados das mudanças climáticas e da urbanização no sítio arqueológico Jacuné, que integra o Complexo Arqueológico Lagoa de Itaipu, em Niterói, Rio de Janeiro. A partir da análise da documentação, entrevistas com moradores, identificação e pesquisa arqueológica do sítio, discute-se os desafios da preservação e conservação de sítios arqueológicos em um litoral em constante transformação. Por fim, argumenta-se que a Arqueologia, ao integrar saberes locais e análise científica, pode desempenhar um papel ativo na formulação de estratégias de resiliência socioambiental.

Keywords:
Community archaeology
Conservation
Cultural Heritage

Abstract: The intensification of extreme weather events in the current context has affected not only contemporary social dynamics but also archaeological heritage. This article analyzes the combined impacts of climate change and urbanization on the Jacuné archaeological site, part of the Lagoa de Itaipu Archaeological Complex in Niterói, Rio de Janeiro. Based on documentation analysis, interviews with residents, and archaeological identification and research at the site, the article discusses the challenges of preserving and conserving archaeological sites on an urban and constantly changing coastline. Finally, it argues that archaeology, by integrating local knowledge and scientific analysis, can play an active role in formulating socio-environmental resilience strategies.

Recebido em 30 de agosto de 2025. Aprovado em 12 de novembro de 2025.

Introdução

Os eventos climáticos extremos deixaram de ser uma ameaça abstrata. Enchentes, secas severas, aumento do nível do mar e alterações ecológicas abruptas tornaram-se parte do cotidiano de inúmeras comunidades ao redor do mundo. No Brasil, as consequências desses fenômenos já se fazem sentir de maneira dramática, com implicações diretas sobre populações costeiras e ecossistemas frágeis.

O 6º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023), destaca que mudanças sem precedentes no clima da Terra estão sendo observadas em todas as regiões do planeta, impactando todos os ecossistemas e sociedades, e continuarão a se intensificar com o aquecimento global. Estas mudanças relacionadas ao clima estão aumentando a incidência de desastres naturais, que, por sua vez, aumentam os conflitos humanos, deslocamentos e impactos na saúde, incluindo a perda de vidas. A intensidade e a frequência de eventos extremos tendem a aumentar em função de cenários de mudanças climáticas.

* Graduando em Arqueologia pela DArq/UERJ. Estagiário do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas Indígenas - NuPAI/UERJ. E-mail: andrezulain@gmail.com.
** Doutora em Ciências da Computação pela PGC/IC/UFF. Pesquisadora do Instituto Floresta Darcy Ribeiro e do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas Indígenas - NuPAI/UERJ. E-mail: mmtizuka@gmail.com.
*** Doutor em Arqueologia pela PPGARQ/MN/UFRJ. Professor do Departamento de Arqueologia - DArq/UERJ e pesquisador do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas Indígenas - NuPAI/UERJ. E-mail: andersonmarquesgarcia@gmail.com.

Dados do IPCC (2021) e levantamentos no Brasil, como os do Ministério de Ciência & Tecnologia, apontam claramente esse aumento de eventos climáticos extremos sem precedentes nas últimas décadas. Em Niterói, há evidências iniciais de ocorrência com maior frequência e intensidade de chuvas em forma de pancadas localmente fortes, ressacas e ventos intensos, provocando danos na cidade. O Centro de Monitoramento e Operações da Defesa Civil de Niterói tem reportado com frequência valores de precipitação significativamente elevados na cidade, ultrapassando em alguns meses (como em outubro de 2023) quase o dobro da precipitação média do mês.

Em paralelo, o patrimônio arqueológico — especialmente aquele localizado em áreas costeiras — tem enfrentado deterioração acelerada. Essa destruição não é apenas resultado das mudanças naturais, mas é amplificada por intervenções humanas. Neste contexto, a Arqueologia é convocada não apenas a documentar e preservar vestígios do passado, mas também a propor estratégias para o futuro.

Sítios arqueológicos costeiros no estado do Rio de Janeiro vêm sendo impactados ao longo do tempo por mudanças climáticas, urbanização desordenada, queimadas e grandes obras de engenharia — muitos desses impactos resultando em danos diretos ou invisíveis no registro arqueológico. Em Niterói, modificações na paisagem como a urbanização acelerada, descaracterização de paisagens, assoreamento e redução da vegetação de restinga, entre outros, comprometem diretamente os contextos estratigráficos e a integridade dos sedimentos onde os vestígios culturais estão depositados, mesmo sem drenagens ou dragagens explícitas.

Esses exemplos demonstram que, no território estadual e municipal do Rio de Janeiro, a arqueologia enfrenta múltiplas vulnerabilidades: desde transformações físicas por obras e urbanização até perdas simbólicas causadas por eventos climáticos extremos e negligência histórica, como o caso do Sambaqui de Camboinhas e de Duna Grande (Tizuka, 2024; Garcia 2024), que vêm sofrendo constantes ameaças e impactos ao longo dos últimos 40 anos, frente a especulação imobiliária, invasões irregulares, incêndios e falta de reconhecimento do próprio poder público (Tizuka et al. 2019). Mesmo com o avanço importante de pesquisas arqueológicas na Região Oceânica de Niterói, desde as décadas de 1960 e 1970, com importantes contribuições de Dias (1968), Kneip et al. (1981), Macario et al. (2021), Andrade e Gaspar (2019), Tizuka et al. (2024), Garcia (2024) e Leles et al. (2025), a preservação desses sítios depende de uma atuação ética e integradora, que articule escavações preventivas, diálogo com comunidades, políticas públicas e planejamento urbano que respeite a fragilidade desses patrimônios costeiros.

É nesse contexto que apresentamos o estudo de caso do sítio arqueológico Jacuné, um dos que pertence ao Complexo Arqueológico Lagoa de Itaipu (Garcia, 2024), cujas pesquisas apontam que parte significativa do sítio sofreu seccionamento físico, resultando na interrupção da continuidade estratigráfica horizontal e na perda de porções de seu contexto original, devido a abertura do canal artificial do Camboatá na década de 1940. Estudos como o de Dutra (2017) mostram que intervenções como a abertura do Canal do Camboatá, dragagens, além de alterações climáticas projetadas (elevação do nível do mar entre 1,20 e 1,80 m até o ano 2100), expõe sítios costeiros a riscos de inundação permanente, salinização e erosão acelerada. Estes processos reduzem a profundidade da lagoa, afetam a circulação hídrica e degradam áreas sensíveis de preservação patrimonial e arqueológica.

Situado em uma região de intensa pressão urbana e sujeito a alterações ambientais profundas e novas intervenções em seu entorno, o sítio Jacuné reúne as condições ideais para se pensar a atuação da Arqueologia frente às urgências impostas pelas mudanças climáticas e pela expansão urbana.

Contexto histórico-geoambiental do sítio Jacuné

Geologicamente, a área é formada por depósitos quaternários holocênicos, compostos por sedimentos arenosos, silto-argilosos e orgânicos. A geomorfologia apresenta planícies arenosas costeiras, cordões litorâneos, dunas fixas e móveis, parcialmente estabilizadas por vegetação, e margens lagunares baixas suscetíveis à erosão e assoreamento.

O clima é tropical úmido, com média anual de temperatura entre 23 °C e 24 °C e precipitação anual entre 1.200 e 1.500 mm, concentrada no verão. Ventos predominantes de Leste e Nordeste influenciam a dinâmica sedimentar, enquanto ressacas oceânicas e tempestades de verão podem causar inundações e erosão.

Antes da abertura, o sistema era caracterizado por uma barreira arenosa e restingas contínuas, que isolavam a lagoa do mar, exceto por canais temporários formados por ressacas. A obra rompeu essa dinâmica natural, permitindo uma troca de águas constante e alterando o equilíbrio entre águas doces e salgadas.

O canal foi aberto artificialmente na década de 1940 com o objetivo de melhorar a renovação das águas da lagoa, favorecer a pesca e a navegação. A obra buscava reduzir a estagnação das águas, aumentar a salinidade e, teoricamente, recuperar a qualidade ambiental da lagoa. Ao longo das décadas, a lagoa sofreu dragagens e alargamentos sem estudos ambientais integrados, alterando a hidrodinâmica, o gradiente salino e a sedimentação, com efeitos diretos sobre as margens e o sítio arqueológico.

Com a abertura do Canal do Camboatá, parte significativa do sítio arqueológico Jacuné sofreu seccionamento físico, resultando na interrupção da continuidade estratigráfica e na perda de porções de seu contexto original. A intervenção alterou de forma irreversível a configuração espacial do sítio, comprometendo a integridade dos depósitos arqueológicos. Considera-se provável que outros sítios arqueológicos do entorno tenham experimentado impactos similares, em decorrência direta tanto das modificações hidrodinâmicas promovidas pelo canal quanto da implantação subsequente de empreendimentos imobiliários, como os condomínios locais, que implicaram remoção de sedimentos, aterros e supressão de vegetação associada aos vestígios culturais.

Hidrologicamente, o canal estabelece hoje uma conexão permanente entre as lagoas, sendo que a Lagoa de Itaipu tem a sua abertura permanente com o mar (desde a sua abertura no final da década de 1970), aumentando a salinidade e modificando ecossistemas aquáticos e marginais. A vegetação do entorno do sítio é composta por remanescentes de restinga, manguezais e vegetação paludosa, que atuam como proteção natural contra erosão, mas que vêm sendo reduzidos pela urbanização.

Essas condições combinadas tornam o sítio Jacuné vulnerável a inundações, erosão acelerada, intrusão salina e perda de contexto arqueológico, evidenciando a necessidade de estratégias de preservação integradas. Assim, o contexto histórico-geoambiental do canal é inseparável da história recente do Jacuné — um sítio que, por séculos protegido por um sistema lagunar fechado, passou a sofrer pressões ambientais e antrópicas intensas a partir de meados do século XX.

Em 1946, realizou-se a primeira intervenção no sistema lagunar Piratininga-Itaipu com a abertura de um canal de ligação entre a Lagoa de Itaipu e de Piratininga: o Canal de Camboatá (Andrade, 2017). A obra de construção do canal, idealizada pelo então Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), teve o intuito de escoar água no sentido Piratininga-Itaipu, evitar enchentes e alagamentos no entorno das lagoas, e desta forma, conter epidemias de doenças transmitidas por mosquitos, em especial a malária (Hidroscience, 2018; Oliveira, 1948). Também se buscava possibilitar o tráfego de embarcações entre as lagoas, contudo, já em 1947, a passagem de canoas quase não era possível, pois a ligação havia sido tomada por vegetação (Andrade, 2017). Com a inauguração da ponte Rio-Niterói em 1974, a região oceânica de Niterói sofreu com uma intensa valorização imobiliária e acelerado crescimento urbano, e as décadas seguintes foram marcadas pelo crescimento dos bairros de Camboinhas, Itaipu e Piratininga (Hidroscience, 2018). Mais específicamente, no caso do Canal do Camboatá, foram construídos condomínios em grande parte de suas margens voltadas ao bairro de Camboinhas, e em Itaipu, foram construídas diversas casas na região conhecida como Jacuné.

A segunda grande intervenção, motivada pela valorização da região, foram os aterros e a abertura do Canal de Itaipu, realizados em 1979 pela empresa Veplan, como parte do projeto Plano Estrutural de Itaipu (Andrade, 2017). Esse novo canal conectou permanentemente a Lagoa de Itaipu ao mar, alterando de forma definitiva o ecossistema das lagoas e de seus arredores. Historicamente, os pescadores locais periodicamente sangravam as lagoas, escavando canais usando enxadas e pás, com o

objetivo de drenar e controlar o nível d'água e prevenir o alagamento de seus terrenos (Oliveira, 1948). Entretanto, estas alterações eram temporárias. Há relatos que em uma semana o mar depositava areia suficiente para fechar o sangradouro (Oliveira, 1948). Diferente da solução temporária obtida pelas práticas dos pescadores, a abertura do Canal de Itaipu sujeitou a Lagoa de Itaipu e, por meio do Canal de Camboatá, a Lagoa de Piratininga, aos movimentos de maré, sofrendo salinização devido à entrada da água do mar, tornando-se lagunas. A condição salobra da Lagoa de Itaipu modificou drasticamente os espaços no entorno do Canal de Camboatá, onde antes abrigava areais com vegetação rasteira e praias com flora típica de lagoas, como a taboa (*Typha domingensis*), deram lugar à um manguezal de mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue-preto (*Avicennia schaueriana*) e mangue-branco (*Laguncularia racemosa)* com solo de lama arenosa e material orgânico em decomposição (Prefeitura Municipal de Niterói, 2017).

Após obras de modernização e a instalação de comportas para controle de fluxo d'água do canal em 1992 (hoje abandonadas), atualmente o Canal de Camboatá conta com as seguintes dimensões: cerca de 2,15km de extensão, largura média de 9,5m e profundidade média de 0,4 m (Andrade, 2017; Hidroscience, 2018). Ao comparar mapas atuais (Figura 1) à folha 22° 55' do Serviço Geográfico do Exército de 1933 (Figura 2), observa-se uma drenagem pré-existente no Noroeste da Lagoa de Itaipu que está alinhada com o curso atual do canal, a qual foi muito provavelmente aproveitada para a abertura deste trecho (Serviço Geográfico do Exército, 1933).

Figura 1 - Extensão do Canal do Camboatá e localização (seta azul) do sítio arqueológico Jacuné
Fonte: Autor (2025).

Figura 2 - Sobreposição do mapa atual com à folha 22° 55' do Serviço Geográfico do Exército de 1933 (Figura 2), observa-se uma drenagem pré-existente no Noroeste da Lagoa de Itaipu que está alinhada com o curso atual do canal, esta foi muito provavelmente aproveitada para a abertura deste trecho
Fonte: Adaptado de Serviço Geográfico do Exército, 1933.

Metodologia

O presente trabalho adota uma abordagem interdisciplinar, com análise de conteúdo qualitativa, envolvendo comunidades locais na pesquisa arqueológica, indo além da simples coleta e interpretação dos dados. A investigação foi estruturada em duas frentes complementares, descritas a seguir.

Entrevistas com moradores locais e pescadores artesanais

Realizadas com duas pessoas moradoras da região, as entrevistas semiestruturadas buscaram compreender transformações ambientais percebidas, memória de usos e ocupações do território, e percepções sobre o patrimônio arqueológico. Além disso, promoveu-se a condução de uma delas no sítio arqueológico durante as escavações, com a aproximação de uma discussão coletiva sobre os resultados preliminares da pesquisa, fortalecendo vínculos de pertencimento e mobilização comunitária para a preservação. Também foram entrevistados três pescadores artesanais da Lagoa de Itaipu, que evidenciaram uma resposta organizada e afetiva ao colapso ambiental que o sistema lagunar Itaipu-Piratininga vem sofrendo nos últimos anos. As entrevistas foram gravadas por voz, com o termo de consentimento livre e esclarecido apresentado aos entrevistados, assim como a coleta de autorização para uso de voz para a presente pesquisa. Posteriormente, foram transcritas e interpretadas por meio de seus significados a partir de uma codificação manual e classificadas de acordo com as categorias de análise estabelecidas previamente, tais como: presença de sítio arqueológico na região, situação ambiental da Lagoa de Itaipu e Canal do Camboatá e perspectivas de ações colaborativas que poderão ser realizadas.

Identificação e pesquisas arqueológicas no Sítio Jacuné

Identificação, delimitação e escavações do sítio Jacuné (RJ-3303302-BA-ST-00022), com registro estratigráfico detalhado, coleta de amostras e análise dos processos de formação e de alteração do sítio. Foram identificadas e mapeadas áreas impactadas por dragagens, assoreamento, bioturbação, poluição das águas e expansão urbana.

Resultados

As múltiplas vozes e perspectivas sobre o local

Os depoimentos dados pelos antigos moradores da região em torno do Canal do Camboatá constituem uma história de transformação do espaço, de uma mudança ambiental brusca e de um crescimento urbano descontrolado. A questão da movimentação através do espaço e a interrupção desta movimentação, causada por mudanças no ecossistema do canal e pela urbanização de suas margens, foi uma pauta recorrente durante nossas conversas. O crescimento do manguezal e as alterações do solo, assim como a construção de casas e condomínios, inviabilizaram antigas trilhas, pontos de pesca e de maneira geral o estilo de vida dos antigos moradores.

> "Quando eu era pequena, com uns dez anos assim, você podia transitar. Porque era um terreno [...] era uma coisa socada, tá? Tanto que a gente, os meninos aqui de casa, todo mundo, andavam ali pela Lagoa ali, você não afundava, era uma coisa mais, era um terreno socado assim, entendeu? Não ficava como lama."

Nos últimos cinquenta anos houve grandes mudanças no ambiente, na flora e fauna do Canal do Camboatá. A transformação deste espaço foi vivida pelos moradores antigos dessa região e teve repercussão na maneira como estes utilizam tal espaço.

> "E a vegetação era diferente, tinha muita taboa, muita, muita. As garças ficavam muito aqui, marreco, flamingo, tinha isso tudo, entendeu? Depois da abertura do canal, não. [...] Mas a gente conseguia sim andar, entendeu? [...] De quando eu atravessava ali, a água vinha aqui [apontando mais ou menos para a altura do joelho], entendeu? E era bem mais largo, bem mais largo do que ele é hoje, entendeu? E hoje você não consegue chegar, você tem medo de chegar."

Estas modificações do ambiente, seja por meio da urbanização ou de mudanças climáticas, pluralmente impactam o patrimônio arqueológico. Através de depoimentos como esses, de membros da comunidade local, conseguimos enxergar um panorama do passado recente que se aproxima da realidade dos primeiros ocupantes da região, tanto em termos de recursos disponíveis quanto de paisagem e utilização do espaço.

> "A lembrança que eu tenho, que é muito, muito viva, assim, eu acho engraçado porque você criança lembrar disso tempos depois, então essa imagem veio na minha cabeça, deu caminhando com meu pai, papai mostrando falando pra gente não se aproximar porque ali era um sítio. Cercadinho com uns mourãozinhos, não era grande, eram uns mourões pequenos de cimento e ele fala que a gente não se aproximasse, que aquilo ali era sítio arqueológico. Essa é uma lembrança. Depois quando essa lembrança se reacendeu? Quando começaram a construir o Ubá Camboinhas. Que eu falei "caramba, será que vão passar por cima, construir em cima desse sítio?"

> "Porque não tinha caranguejo, eu não lembro disso de caranguejo. Eu lembro de muita acará, a gente pegava o barquinho, tinha um casal de filhos de uns espanhóis que tinha casa aqui, e eles tinham um barquinho de alumínio e a gente ia, né? Isso já com doze, treze anos assim, a gente ia montava no barquinho ali, quando cê chegava ali na saída pra lagoa acará pulava, sabe? Pra dentro do barco. Pulava. Era muita coisa, muita coisa. Então são essas as lembranças que eu tenho."

A travessia do canal fazia parte de sua rotineira caminhada à praia de Camboinhas.

> "[...] eu cheguei aqui com 8 para 9 anos. Aí papai é, me atravessava ali pra gente ir pra Camboinhas a pé pra praia. Então eu entrava dentro do Camboatá, ainda era possível."

Já as entrevistas realizadas com três pescadores artesanais da Lagoa de Itaipu revelam um profundo vínculo afetivo, histórico e ecológico com a paisagem e o ecossistema. Relatos como os deles e dos moradores reforçam que a região é não apenas um espaço de trabalho, mas também de ancestralidade e luta coletiva. Como relatou um deles:

> "A gente podia unir nós aí, ver se salva essa Lagoa, porque a gente ganhou tanto dinheiro e a Lagoa está morrendo [...] faz parte da nossa natureza, aqui a gente somos da natureza, somos cria" (pescador 1, 2024).

As narrativas também trazem informações ecológicas valiosas: o declínio de recursos pesqueiros como cherne, robalo e camarão, o assoreamento da lagoa, a entrada de tilápia e a perda da oxigenação da água são apontados como consequências diretas da obstrução do canal e da urbanização acelerada.

> "É o que tem muito agora aqui na Lagoa é jacaré, o peixe realmente sumiu, tem poucos peixes, não tem água suficiente, não tem oxigenação. Você vê que é ó lá, aí, água que está descendo aí. Essa água escura, não tem oxigenação nenhuma. Então, quer dizer, nós precisamos urgentemente desse canal aberto. Que tá acabando até com os poucos criação que tem, tá acabando. Não tem água, não é? Não tem oxigênio mais para sobrevivência de peixe na Lagoa. " (pescador 3, 2024).

Mais do que testemunhos, essas vozes evidenciam uma resposta organizada e afetiva ao colapso ambiental, fortalecendo a proposta de uma arqueologia engajada, aliada à comunidade e promotora da resiliência.

> "Agora nós estamos vivendo uma outra história desde o momento que o canal, né? É fechou, está tendo outro ciclo, porque vai ter que ser necessário fazer uma obra. Para que a pescaria continue, mas também dentro do parâmetro que... organizado, para não ter gente pescando, indevidamente, tipo de rede que não convém pescar na Lagoa. Para não ter a pesca predatória [...] mas uma pesca organizada para que todos tiram proveito da pesca. [...] porque né, nós estamos testemunho, né? Ocular. E chega no verão uma safra aqui do camarão, vem gente de tudo quanto é lugar pescar aqui na Lagoa. Vira uma bagunça danada. [...] E não é só organizar pra pescar, pra tirar da Lagoa, ou pescar no mar, mas também, né? Tá como um vigilante, tá vendo esse detalhe pra que, né? As coisas esteja sempre uma união e o bem-estar de todos, né? Não só do pescador, mas dos frequentadores também, né. E a vida da Lagoa." (pescador 2, 2024).

Do ponto de vista histórico, o canal do Camboatá, originalmente aberto na década de 1940 com o intuito de facilitar a renovação da água da lagoa e melhorar as condições para a pesca e navegação, foi ao longo do tempo sendo modificado por sucessivas dragagens, sem planejamento ambiental integrado. Essas intervenções contribuíram para alterações significativas na hidrodinâmica do sistema lagunar, impactando tanto o ecossistema como os sítios arqueológicos nas suas margens .

A pesquisa no sítio arqueológico Jacuné

Em 2024, o projeto "Complexo Arqueológico Lagoa de Itaipu: diferentes sociedades ou diferentes áreas de atividades pré-coloniais na Região Oceânica de Niterói – RJ?" (Garcia, 2024; 2025), estabeleceu uma nova fase de investigação na área. Foi nesse contexto que o sítio Jacuné foi identificado pela primeira vez.

Localizado nos fundos dos condomínios Ubá Camboinhas e Jardim Camboatá, próximo ao canal de Camboatá, o sítio apresenta vestígios importantes das ocupações pré-coloniais, registrado a partir da identificação de uma grande quantidade de artefatos líticos lascados em quartzo e valvas de bivalves como *Epicodakia pectinate* e *Anomalocardia.*

Entre os dias 25 de novembro e 9 de dezembro de 2024 foram realizadas escavações e prospecções no entorno do sítio Jacuné. Dentro dessa etapa de pesquisa, se deram os trabalhos que levaram a identificação e caracterização inicial de outros dois sítios: Restinga e Sambaqui do Camboatá (Garcia, 2025).

De modo acessório as quadrículas abertas também foram realizados novos caminhamentos e abertos poços-teste no entorno do Jacuné para refinar seus limites poligonais até então conhecidos. Na Figura 3, podemos observar o panorama inicial preparado para abordar o sítio através de escavações em área e sondagens por poços-teste. Já na Figura 4, observa-se a delimitação atual desse sítio, expandida para Oeste a partir da identificação, em superfície, de

novas séries de artefatos líticos e conchas de bivalves, junto a sedimentos similares aos já conhecidos para o Jacuné. Os pontos amarelos que vemos na porção Oeste são parte dos pré-plotados que se vê na imagem anterior, e que não puderam ainda ser averiguados por estarem na margem oposta do canal do Camboatá. Os pontos brancos representam sondagens negativas e os vermelhos positivas, mas com características distintas dos conhecidos no Jacuné e sugerem a existência de uma outra área de atividade, o sítio Restinga. Relacionado diretamente ao sítio Jacuné foram abertas 12 sondagens sistemáticas (pré-plotadas), três sondagens assistemáticas com posicionamentos decididos em campo, e oito pontos de coletas de superfície em área externa ao polígono já conhecido.

Encontram-se em estágio inicial de curadoria os artefatos líticos, totalizando 2.685kg, 165g de materiais zooarqueológicos e 8.101kg de amostras malacológicas. Carvões e otólitos coletados do sítio foram encaminhados à datação por radiocarbono. Com as unidades estratigráficas identificadas, observa-se que àquelas cujo contexto deposicional é original e *in situ*, localizam-se a apenas 5m a Leste dos limites atuais do Condomínio Ubá Camboinhas, o que permite a interpretação de que a construção pode ter, de fato, impactado uma parcela do sítio arqueológico.

Concluindo essa primeira etapa de campo do sítio Jacuné, e com os registros dos sítios Restinga e Sambaqui do Camboatá, nos deparamos com um grande polígono em ferradura formado pelo contato entre os três, cercando os fundos dos condomínios Ubá Camboinhas e Jardim Camboatá. Com tal constatação, maior força ganhou a hipótese levantada no início dos trabalhos no Jacuné, de que a urbanização dessa porção da cidade cresceu sobre terrenos ocupados em um período pré-colonial, como pode ser visualizado na Figura 4.

Desafios na preservação dos sítios frente a intensa urbanização e transformações da paisagem

Apesar de sua importância, o sítio Jacuné encontra-se sob constante ameaça. Três processos principais comprometem sua integridade: novas intervenções previstas pelo Poder Municipal para evitar o assoreamento do canal do Camboatá, na entrada junto a Lagoa de Piratininga; a intensa urbanização, que desde a década de 1990 cresce a cada ano e os atuais processos bióticos como bioturbação por caranguejos, frente a transformação deste ecossistema para um ambiente de manguezal.

Esses elementos, somados ao aumento das chuvas torrenciais, à elevação do nível do mar e à degradação da vegetação de restinga, apontam para um cenário de risco constante para os vestígios arqueológicos. Entrevistas com moradores antigos da região confirmam alterações significativas nas margens da lagoa, atribuídas à canalização e à urbanização.

Além disso, estudos recentes demonstram que o novo marco legal aprovado no município (Lei Urbanística de Niterói – PL 221/2023), responsável por disciplinar o uso do solo, não considerou os cenários de mudanças climáticas projetados para a região, ignorando previsões de elevação do nível do mar entre 1,20 e 1,80 metros nas próximas décadas. Essa omissão ameaça áreas já reconhecidas como frágeis, incluindo sítios arqueológicos registrados e zonas de preservação permanente no entorno da Lagoa de Itaipu.

Entre as ações propostas durante as reuniões participativas junto à comunidade local, se destacou a necessidade de integração da arqueologia ao planejamento, desde a etapa do projeto executivo em questão. Dessa forma, o sítio Jacuné poderá vir a ser um núcleo interpretativo e educativo dentro do projeto, com sinalização, trilhas guiadas e atividades de educação patrimonial, além de placas informativas, fotografias e dados da pesquisa arqueológica, que fortalecem o sentimento de pertencimento e participação comunitária, despertando a curiosidade de se conhecer mais sobre o patrimônio cultural da região.

Levantou-se a necessidade também das exigências de estudos de impacto arqueológico e ambiental prévios, incluindo análises de vulnerabilidade climática, estabelecendo e respeitando as zonas de amortecimento e áreas de preservação permanente em torno do sítio, e que também são da própria Lagoa, como a delimitação da faixa marginal de proteção.

Solicitou-se, ainda, a intensificação da fiscalização contra aterros, dragagens não autorizadas

e remoção de vegetação nativa. Ações essas que contribuem para que licenças urbanísticas se adequem para contemplar cenários de mudanças climáticas, evitando ocupações em áreas de risco.

Ao articular preservação patrimonial, uso sustentável e participação social, essas medidas permitem que o recém anunciado *Projeto Parque Lagoa de Itaipu* seja não apenas uma intervenção paisagística, mas também um exemplo de gestão integrada do patrimônio arqueológico e ambiental.

A combinação dessas abordagens permitiu relacionar dados materiais, contextos históricos e perspectivas sociais, ampliando a compreensão sobre os riscos atuais e potenciais ao patrimônio arqueológico na região, ao mesmo tempo em que promoveu a apropriação comunitária do processo de pesquisa, bem como o envolvimento nas pesquisas arqueológicas e nas políticas de representação do patrimônio cultural. Essa dimensão participativa é essencial para integrar o conhecimento científico ao saber local e fomentar o engajamento social na elaboração do diagnóstico de gestão do sítio arqueológico Jacuné.

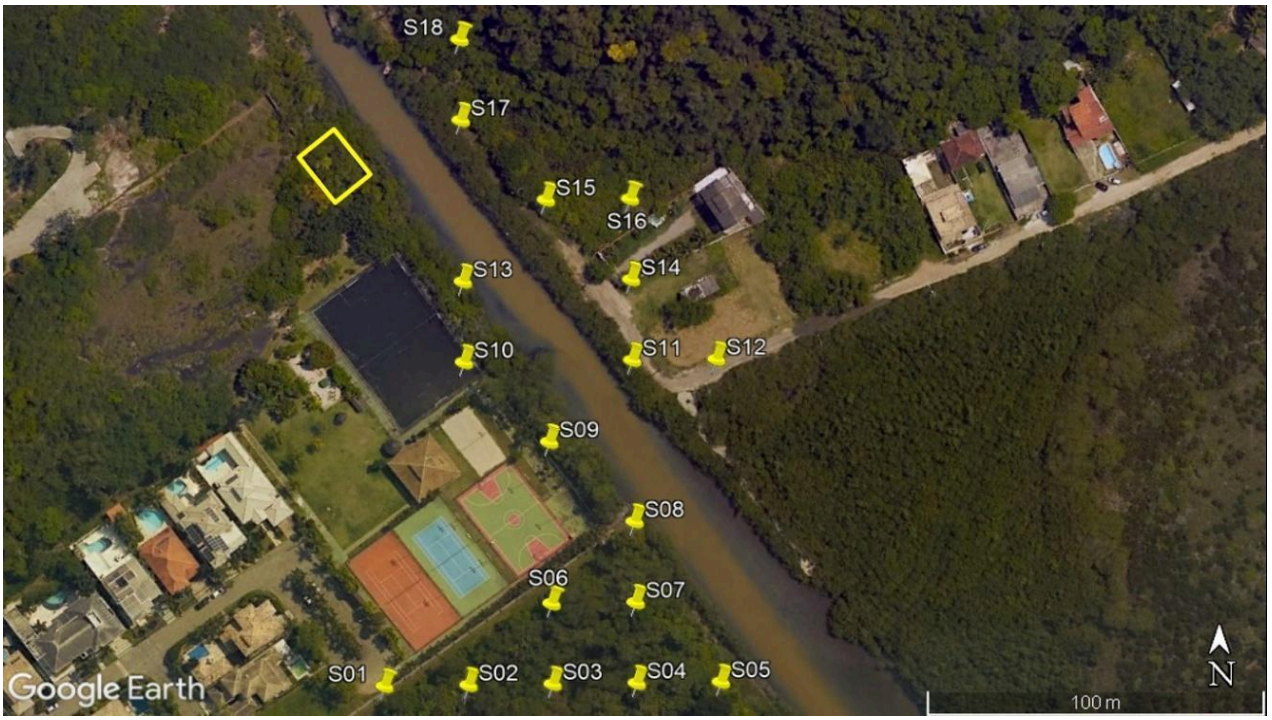


Figura 3 - Área inicial de implementação da malha para escavação do Jacuné delimitada por polígono e pontos pré plotados equidistantes em 25m para averiguação da subsuperfície ao entorno
Fonte: Autores (2025).

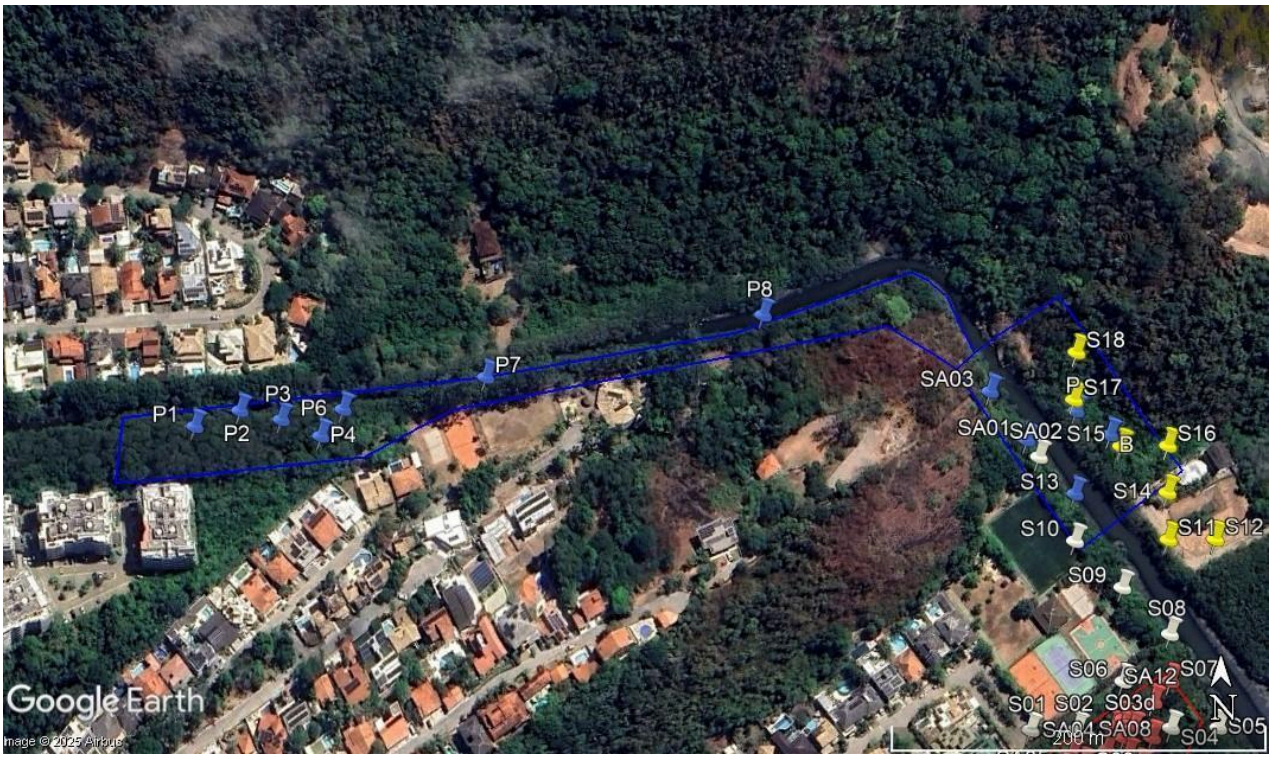


Figura 4 - Área final com materialidades associadas ao sítio Jacuné delimitada por polígono azul. Juntamente vemos os pontos positivos para o sítio Jacuné (azul), negativos (brancos), não escavados (amarelo) e positivos para o sítio Restinga (vermelho)

Fonte: Autores (2025).

Discussão

A escavação do sítio Jacuné se insere em um contexto marcado por múltiplas pressões sobre o território, incluindo o projeto agora denominado *Parque da Lagoa de Itaipu*, com a instalação de uma ciclovia e travessia no entorno imediato do sítio arqueológico. Embora iniciativas de mobilidade urbana sejam geralmente associadas à sustentabilidade, sua implementação em áreas de alta sensibilidade arqueológica e ecológica exige uma reflexão mais profunda.

Neste cenário, a Arqueologia não pode se limitar ao papel de registradora de evidências ameaçadas. Ela deve atuar como prática ética e de resistência, chamando atenção para os potenciais conflitos entre a conservação do patrimônio e os interesses urbanísticos imediatistas, frequentemente impulsionados sem consulta pública adequada ou estudos de impacto arqueológico consistentes.

A noção de resiliência, nesse caso, não se aplica apenas às populações humanas ou aos ecossistemas costeiros, mas também às estratégias desenvolvidas pelos arqueólogos e pelas comunidades locais para manter vivos os sentidos históricos e afetivos dos sítios. A escavação, nesse sentido, torna-se uma ferramenta política e pedagógica: serve não apenas para produzir conhecimento técnico, mas para dar visibilidade a narrativas apagadas, convocar o debate público e tensionar decisões que, sob a justificativa do "progresso", podem resultar em perdas irreversíveis.

Como indicam os relatos de moradores entrevistados, há uma forte percepção de que a Lagoa de Itaipu e seus arredores vêm sendo alterados pela urbanização sem diálogo com os que ali vivem e conhecem o território. Frente a isso, arqueólogos podem se posicionar como mediadores, articulando saberes locais e técnicos para questionar projetos de infraestrutura que, mesmo sob roupagem ecológica (como ciclovias), podem representar riscos substanciais ao patrimônio cultural.

Essa escuta ativa fortalece a Arqueologia Pública e Comunitária como abordagem essencial em tempos de crise. Ao envolver as comunidades, amplia-se o sentido da preservação e reconhece-se

que o patrimônio não é apenas um registro do passado, mas um recurso vivo, ligado à identidade e aos modos de vida locais (Garcia, 2024; Tizuka et al., 2024).

Uma das principais contribuições da Arqueologia frente às mudanças climáticas é a capacidade de documentar transformações ao longo do tempo. No Jacuné, o cruzamento com registros históricos e entrevistas permitiu identificar o sítio, além de áreas potenciais afetadas por diferentes intervenções. Futuras investigações, como datações e continuidade das pesquisas relacionadas aos processos de formação do sítio, irão subsidiar novas discussões e permitir a ampliação do conhecimento técnico, gerar divulgação científica e ações de educação patrimonial nestas localidades.

A iminente implantação do *Projeto Parque Lagoa de Itaipu* e o avanço de empreendimentos imobiliários, como novos condomínios na região, representam oportunidades e riscos simultâneos para o patrimônio arqueológico local. Para que o sítio Jacuné não seja comprometido, é essencial que políticas públicas, gestão territorial e prática arqueológica atuem de forma articulada.

Tais práticas articuladas, são fundamentais para construir diagnósticos de risco, subsidiar políticas de proteção e orientar futuras intervenções e ações educativas com comunidades locais, além de contribuírem para gerar modelos replicáveis em outras regiões costeiras.

Considerações finais

O caso do sítio Jacuné convida a Arqueologia brasileira a repensar suas práticas diante do colapso ambiental. Ao estudar como sociedades humanas lidaram com transformações ambientais no passado, a Arqueologia oferece *insights* poderosos sobre estratégias de resiliência. Mais do que relatar perdas, é necessário propor alternativas: educativas, políticas e técnicas. Diante de um litoral em constante transformação, escavar é também resistir. E resistir é construir futuros possíveis.

Entre as ações possíveis, destacam-se possibilidades de se desenvolver uma educação patrimonial continuada, como implementação de programas permanentes de educação patrimonial com escolas e associações locais, incluindo oficinas, exposições itinerantes e escavações simuladas. Além disso, produção de materiais acessíveis, a exemplo de Leles et al (2025), que relacionem patrimônio, mudanças climáticas e memória comunitária.

Fomentar a participação comunitária por meio da arqueologia pública e comunitária, que garantam que decisões sobre preservação de sítios incluam também moradores, pescadores e lideranças locais. Estabelecer protocolos de monitoramento participativo, nos quais a comunidade registre alterações ambientais e possíveis danos aos sítios ainda é um desafio por envolver recursos, porém uma incidência política e articulação institucional já tem sido realizada, como por exemplo, incluir nas pautas de apresentações de projetos executivos junto a órgãos municipais e estaduais para incluir a variável "mudanças climáticas" no licenciamento ambiental e urbanístico de áreas arqueológicas costeiras, além de propor instrumentos de proteção especial (como tombamentos ou zonas de amortecimento) para áreas de alta vulnerabilidade arqueológica.

A equipe de pesquisa está ainda desenvolvendo a preservação preventiva, por meio de técnicas e aplicação de métodos de registro digital (fotogrametria, escaneamento 3D), para salvaguardar informações dos sítios e acervos.

Essas ações transformam a prática arqueológica de uma atividade meramente reativa para uma atuação propositiva, integrando ciência, memória e cidadania na construção de respostas concretas às crises ambientais.

Agradecimentos

Agradecemos aos moradores locais de Jacuné e à comunidade de pescadores e pescadoras artesanais de Itaipu, que se disponibilizou a participar de entrevistas e colaborar com esta pesquisa, em prol da preservação do patrimônio arqueológico e ambiental da Lagoa de Itaipu e arredores. Agradecemos também a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que através do programa Prodocência – e sua Bolsa de Articulação Acadêmico-Profissional (BAAP) – apoiou a realização desse trabalho.

Referências

ANDRADE, Marcela Nogueira; GASPAR, Maria Dulce. O protagonismo do Museu Nacional entre a pesquisa e a defesa pela preservação do patrimônio arqueológico de Itaipu (Niterói/RJ). **Revista de Arqueologia**, v. 32, n. 2, 2019.

ANDRADE, José Joaquim Dutra de. **Evolução ambiental das lagoas de Piratininga e Itaipu, determinação da linha de base e seus entornos.** Dissertação (Mestrado em Dinâmica dos Oceanos e da Terra). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

DUTRA, José. **A influência das intervenções humanas no sistema lagunar Itaipu–Piratininga:** diagnóstico ambiental e proposições de requalificação. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

GARCIA, Anderson Marques. Relatório de Pesquisa entregue ao IPHAN. Rio de Janeiro: UERJ/NuPAI, 2025.

GARCIA, Anderson Marques. Projeto de Pesquisa: Complexo Arqueológico Lagoa de Itaipu. Submetido ao IPHAN. Rio de Janeiro: UERJ/NuPAI, 2024.

HIDROSCIENCE CONSULTORIA E RESTAURAÇÃO AMBIENTAL EIRELI. **Evolução histórica dos usos do sistema lagunas e seu entorno.** CONTRATO SEXEC N° 07/2018 - Elaboração de estudos para análise da condição ambiental do sistema perilagunar Piratininga-Itaipu – Niterói. Preparado para: Prefeitura Municipal de Niterói, RJ. Porto Alegre, RS, 2018.

MASSON-DELMOTTE, Valérie; *et al*. **IPCC**. Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2021. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SPM_final.pdf. Acesso em: 10 de fev. de 2024.

IPCC, 2023: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change IPCC, Geneva, Switzerland, 184 pp. Disponível em: doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647. Acesso em: 10 fev. 2024.

LELES, Daniela; *et al*. Rediscovering forgotten collections and their impact on society for the preservation of threatened archaeological sites. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 97, v. 1, 2025.

OLIVEIRA, Lejeune P. H. de. Estudo hidrobiológico das lagoas de Piratininga e Itaipú. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. **Fundação Oswaldo Cruz,** Ministério da Saúde, v. 46, n. 4. Rio de Janeiro, RJ, 1948.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade. **Restauração Ecológica Do Município De Niterói** - RJ, Niterói, RJ, 2015.

SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO. Folha 22° 55'. Niterói, RJ, 1933. Escala 1:50.000.

TIZUKA, Michele; *et al*. O recadastramento dos sítios arqueológicos de Duna Pequena e Sambaqui

de Camboinhas, Niterói, RJ. **Revista Noctua**, v. 1, n. 9, 2024.a.

TIZUKA, Michele., JAMEL, Carlos; CANTELE, Fernando J.; SOLTYS, Fernando A.; NUNES, Maria; COSTA, André P.; QUEIROZ, Felipe. **Sítios arqueológicos em unidades de conservação, como preservar: o caso da Duna Grande de Itaipu e do sítio sambaqui Camboinhas, Niterói-RJ.** *In:* Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico, 2019.

CADERNOS DO CEOM Título da edição (a ser preenchido pelos editores) - ISSN 2175-0173
DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.07

Entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, a baía de Guanabara: considerações acerca da sua ocupação, exploração e os efeitos ambientais na modernidade

Between the Serra do Mar and the Atlantic Ocean, the Guanabara Bay: considerations abour its occupation, exploration and environmental effects in modernity

Luan Sancho Ouverney*

Palavras-chave:
Arqueologia
Baía de Guanabara
Modernidade

Resumo: As mudanças climáticas aceleradas pelas ações da humanidade impactam severamente o planeta, reverberando na ameaça à existência e preservação do patrimônio cultural e ambiental. Isso é uma realidade e precisamos enfrentá-la. Partindo dessa premissa, esse trabalho propõe uma reflexão acerca do processo de ocupação e exploração da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, intensificado após o contato europeu no século XVI, destacando as alterações provocadas nesse ambiente segundo as orientações econômicas e políticas que causaram efeitos colaterais que repercutem na atualidade. Dando atenção aos caminhos utilizados nesse processo, tanto pelas vias aquáticas quanto terrestres, pretende-se elencar a tecnologia empregada na circulação e consumo de bens, e como ela interagiu com a gênese e com o abandono de localidades no entorno do recôncavo, especialmente após o emaranhamento paulatino das práticas capitalistas ao longo do século XIX. Avançando no processo de tomada do território é apresentada uma análise acerca do adensamento populacional desenfreado e dos efeitos predatórios que causaram nos corpos d'água que alimentam a baía, reverberando no cenário impactado que convivemos no cotidiano. Propondo uma avaliação de um processo local e sua relação com o contexto global, esse trabalho se encaminha destacando a Arqueologia Histórica e sua potência em contribuir nos debates acerca dessa temática.

Keywords:
Archaeology
Guanabara Bay
Modernity

Abstract: Climate change, accelerated by human actions, is severely impacting the planet, threatening the existence and preservation of cultural and environmental heritage. This is a reality, and we must confront it. Against this backdrop, this paper proposes a reflection on the occupation and exploitation of Guanabara Bay in Rio de Janeiro, which intensified after European contact in the 16th century. It highlights the changes wrought in this environment by economic and political orientations, resulting in side effects that continue to resonate today. Focusing on the pathways used in this process, both by water and land, I intend to highlight the technology employed in the circulation and consumption of goods and how it interacted with the genesis and abandonment of localities surrounding the Recôncavo, especially after the gradual entanglement of capitalist practices throughout the 19th century. Advancing the process of territorial seizure, this paper presents an analysis of the rampant population density and the predatory effects it has had on the water bodies that feed the bay, reverberating in the impacted landscape we experience daily. Proposing an assessment of a local process and its relationship to the global context, this work highlights Historical Archaeology and its potential to contribute to debates on this topic.

Recebido em 12 de agosto de 2025. Aprovado em 12 de dezembro de 2025.

* Doutorando em Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: lnouverney@gmail.com.

Introdução

Ao romper do século XVI da Era Cristã, as águas da baía Guanabara receberam as primeiras embarcações feitas de madeira estrangeira que trouxeram a bordo seres humanos com uma perspectiva cultural, política e religiosa bastante diferente dos seres humanos que aqui habitavam. Nesse contexto, o movimento de cruzar os pórticos naturais da entrada da boca da barra, na confluência das águas atlânticas com as guanabarinas, significou o início de um período que desencadeou mudanças imagináveis e inimagináveis que tiveram sua gênese a mais de quatrocentos anos atrás e que notavelmente tem repercussões nos dias atuais.

É certo que tanto o processo histórico de ocupação e exploração do recôncavo guanabarino, quanto os efeitos colaterais gerados por ele, já foram abordados por diversos trabalhos de diferentes áreas do conhecimento (Alencar, 2021; Amador, 2013; Bernardino e Franz, 2016; Carvalho, 1996; Carvalho e Neto, 2016; Coelho, 2007; Baptista Filho *et al.*, 2020; Lamego, 1964; Russo e Amador, 2000; Young e Medeiros, 2017;). No entanto, por ser uma temática com múltiplas possibilidades e considerando que coexistimos em um cenário global marcado por incertezas políticas, sociais e econômicas que interagem com os efeitos das mudanças climáticas e que põem em risco a biodiversidade, a existência animal e o patrimônio cultural, minha intenção nesse artigo é avaliar aspectos da trajetória da tomada, ocupação e exploração do território guanabarino após o contato europeu, destacando como o cenário atual tem conexão as mudanças do clima impulsionadas pela atividade humana, que no planeta imprime suas marcas e efeitos irreversíveis.

Diante desse contexto, cabe dar destaque para o fato de que do universo de bens culturais tombados e protegidos em âmbito federal, estadual ou municipal, centenas deles estão na localizados na região do recôncavo (para mais detalhes consultar as bases de dados: Data.Rio, 2025; Inepac, 2025; Iphan, 2025a; b). Desde as ocupações sambaquieiras, passando pelos monumentos históricos ao patrimônio imaterial, são muitas as evidências que remetem a interação da humanidade com o território guanabarino. Plantados ou registrados nas bordas continentais, ilhas, ou até mesmo nas baixadas, planícies e serras que compõem esse cenário, estão constantemente sujeitos à riscos, tanto pela inação e cumprimento de ações de preservação, tanto pelo contexto ambiental alterado.

Tratando-se das áreas em declives, alagadiças, de ganho de massa, aumento de nível da baía, ou até mesmo as submersas, abrigam patrimônios em risco e descortinam uma urgência em sua gestão e figuração nas pautas de preservação e ações mitigadoras. Em compasso, considerando a trajetória complexa de interação dos humanos com esse ambiente e, ainda que haja um reconhecimento de parte do patrimônio cultural guanabarino, torna-se necessário visibilizar diversos bens que ainda não gozam de proteção ou registro. Nesse ponto, a Arqueologia tem um papel essencial a desempenhar contribuindo para ações de identificação, reconhecimento, proteção a partir de evidencias materiais.

Sendo assim, é com essa premissa que esse trabalho se encaminhará, navegando pelo recôncavo avaliando as ações tomadas junto a ele, os efeitos e os resultados que impactaram tanto o patrimônio cultural, quanto o natural, destacando vias e pontos de circulação de pessoas e coisas que ao longo da emergência do capitalismo e da modernidade interagiram e deram forma ao cenário que experienciamos na atualidade.

Contato e exploração do território guanabarino

Imagine perceber "terra à vista" quando se chega pelo mar depois de dias ou meses navegando. Um pouco mais além, imagine um acidente geográfico como o Pão de Açúcar e a pedra onde hoje é a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, separados por uma barra d'água com cerca de dois mil metros, formando um verdadeiro portal para um ambiente completamente desconhecido. Aqui entendo que a vista de uma porção de terra, quando percebida do mar, tem um aspecto dual, significando um fim e um começo. Sugiro que essa vista esteve diante do navio de Gaspar de Lemos e Americo Vespúcio quando chegaram a boca da barra com sua tripulação em 1 de janeiro de 1502, denotando o

início da trajetória histórica a qual me refiro agora (Young e Medeiros, 2017, p.184). O que eles encontraram? Certamente uma baía bastante diferente do que é hoje.

Nesse período, inaugurando a exploração do território brasileiro foram os portugueses e franceses que circularam pelo litoral suprimindo muito da vegetação nativa em busca do pau-brasil (Junior, 1981, p.24-30). Associado à economia de exportação e interagindo com as dinâmicas de transporte, tal artigo participou da inauguração de rotas atlânticas que muito serviram ao fluxo de envio e recebimento de itens nos anos e séculos posteriores. Nesse compasso, após ter sido fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565, se desenrolaram os processos de ocupação que tiveram como base uma estratégia política, econômica e religiosa instituída pela metrópole portuguesa com base na lógica mercantilista e no pacto colonial (Junior, 1961, p.15-26). Datam desse período a concessão das primeiras sesmarias[1], a implantação dos primeiros engenhos de açúcar, a fundação de templos religiosos e a instalação de fortificações militares, notavelmente atividades que interferiram e deram início ao processo de remodelação do meio ambiente e da paisagem guanabarina pela ação estrangeira. Nesse ponto, a interação humana com o espaço provocou a reformulação do contorno de morros, pedras e várzeas, marcando a paisagem com interferências associadas a ocupação militar e religiosa lusitana. Data dessa época, por exemplo, o início da obra da Fortaleza de Santa Cruz da Barra que foi instalada em uma rocha na porção leste da entrada da baía e passou a ocupar uma área com cerca de sete mil metros quadrados ao final de sua construção (Almeida e Almeida, 2012; Costa, 2018, p.131).

A paulatina tomada de território na Guanabara ao longo do século XVI inaugurou a ocupação de áreas próximas e um pouco mais distantes do núcleo formativo da cidade do Rio. Foi ao longo deste século que as áreas com potencial hídrico ganharam destaque pela concessão do seu uso, garantindo espacialmente a implantação dos primeiros engenhos próximos as vias de escoamento, como foi o caso dos vales da região de Macacu e do Iguaçu, a leste do território (Abreu, 2010, p.216). Naturalmente, os caminhos por terra firme por onde os indígenas brasileiros circulavam há muito tempo, compuseram as primeiras picadas para exploração. Em compasso, ganharam destaque os rios tributários da baía e os caminhos oferecidos pela água que também favoreceram a ocupação inicial estrangeira nos vales dos rios Meriti, Iguaçu, Pilar, Inhomirim, Saracuruna e Suruí (Abreu, 2010, p.220).

Inserção tecnológica e articulação efetiva dos fluxos comerciais

Considerando a navegação como o principal meio de conexão entre as áreas produtivas no entorno do recôncavo, a posição estratégica e as condições ambientais favoráveis ao trânsito de embarcações de pequeno, médio e grande porte fizeram com que o porto do Rio de Janeiro e seus auxiliares ganhassem uma projeção que foi sendo cada vez mais ampliada nos períodos seguintes. Foi ao longo do século XVIII por exemplo, que sua estruturação mais efetiva foi impulsionada pela descoberta dos depósitos de ouro no planalto mineiro e pelo seu sucessivo escoamento, em conjunto com a transferência da capital política e administrativa da colônia portuguesa para essa cidade no ano de 1763. Conhecido também nesse período como o "porto das minas", o Rio tornou-se ponto fundamental no Atlântico Sul para a circulação comercial lusitana, sendo um eixo poderoso que conectou localidades africanas e europeias no ultramar, até às mais próximas com os portos das cidades no território brasileiro como Salvador, Recife, Campos dos Goytacazes e Parati (Cavalcanti, 2004, p.219).

Ao avançar dos anos, já em meados do século XIX, a capital do Império Brasileiro, à época o maior centro urbano do Brasil, assimilou os efeitos do avanço tecnológico impulsionado pela Segunda Revolução Industrial, evento esse que muito influenciou a política e a economia de transportes. Descortinando um cenário em função da injeção econômica provocada pela exportação do café, em conjunto com a Lei de Terras e a organização, pela primeira vez, de um Código Comercial, foi dado início a um período de diversos empreendimentos ligados a iniciativa pública e privada no território brasileiro (Fausto, 2012, p.169-171). Destaco para

essa abordagem que no plano tecnológico foram instalados os motores a vapor, facilitando a integração entre as embarcações e os trens, dinamizando a estrutura de transporte de uma maneira não vista antes.

A cabo desses investimentos, tal aproximação proporcionou o transporte de maiores quantidades de carga e facilitou a circulação de gêneros, aproximando cada vez mais lugares e pessoas através dos portos situados nas bordas continentais, cursos dos rios e ilhas. Naturalmente a nova dinâmica instituída exigiu o emprego de mão-de-obra, o que ocasionou o paulatino adensamento populacional em torno das áreas portuárias e ao longo das estações ferroviárias, dinamizando a oferta e a procura de trabalho e criando polos de negociação comercial.

Ao avançar dos Oitocentos permeado pela paulatina inserção das práticas capitalistas, o Rio de Janeiro tornou-se eixo para o recebimento e exportação de comodities, especialmente oriundos e destinados ao Norte Global e alimentou também o comércio de cabotagem oferecendo gêneros às empresas que distribuíam essas mercadorias ao longo da costa brasileira (Lamarão, 2006, p.55). Esse movimento assimilou tanto o recebimento, quanto o escoamento e distribuição das que eram produzidas no interior fluminense, e no caso da Guanabara, os diferentes portos associados às fozes ou cursos dos rios nascentes nas serras e arredores, tornaram-se verdadeiros pontos nodais na rede de circulação comercial interna. Nesse compasso, as comodities passaram a circular enquanto objetos feitos para o comércio, exercendo influencias em nível regional, nacional e internacional. Imbuídas de cargas simbólicas remeteram tanto ao desejo de consumo pela utilidade do produto, como também pelo desejo de projeção ou pertencimento a alguma aspiração segundo os princípios de modernidade e capitalismo que orientaram as práticas modernas (Orser, 1996, p.112-114).

Nesse ponto, para avançar aos propósitos desse trabalho sugiro, adotarmos a perspectiva global e regional para entender os processos locais e sua relação com o contexto mais amplo em que estão inseridos (Orser, 1996, p.183), considerando a lógica capitalista instituída paulatinamente ao logo do século XIX como agenciadora de diversas mudanças, especialmente na economia e tecnologia. Por outro lado, entendendo que o capitalismo e a modernidade estão estreitamente relacionados aos efeitos mais latentes e recentes que dão forma ao antropoceno, pretendo assimilar esse conceito por expandir a percepção acerca dos problemas globais causados pela destrutividade da humanidade nos últimos 250 anos (Gonzalez-Ruibal, 2018, p.2).

O ambiente natural e a paisagem guanabarina

A Baía de Guanabara é uma porção de água salobra que possui cerca 380km^2 e está localizada no sudeste do Brasil (figura 1), sendo um dos corpos d'água mais importantes para o Estado e para a cidade do Rio de Janeiro. Nela são desenvolvidas diferentes atividades econômicas que variam em escalas. Seres humanos são transportados diariamente de um lado a outro pela baía ou entre as ilhas que ainda existem. Possível também é navegar por alguns rios que nela desaguam, importantes rotas que em um passado nem tão distante constituíram os principais caminhos para o interior fluminense. Navios chegam por ela, trazendo e levando todo o tipo de coisas em um fluxo que atualmente chama a atenção pelo porte das embarcações de ferro carregadas com centenas de containers que conectam, através dessas coisas, ideias, lugares e pessoas (Appadurai, 2008, p.17). A Guanabara é lugar desses navios, dessas cargas com alto valor que historicamente servem a economia nacional e estrangeira. Por outro lado, é também lugar dos pequenos barcos, feitos em madeira e movidos a remo que remetem às primeiras circulações por esses corpos d'água indicando a atividade da pesca artesanal como subsistência e resistência face à degradação ambiental e aos efeitos do mundo moderno.

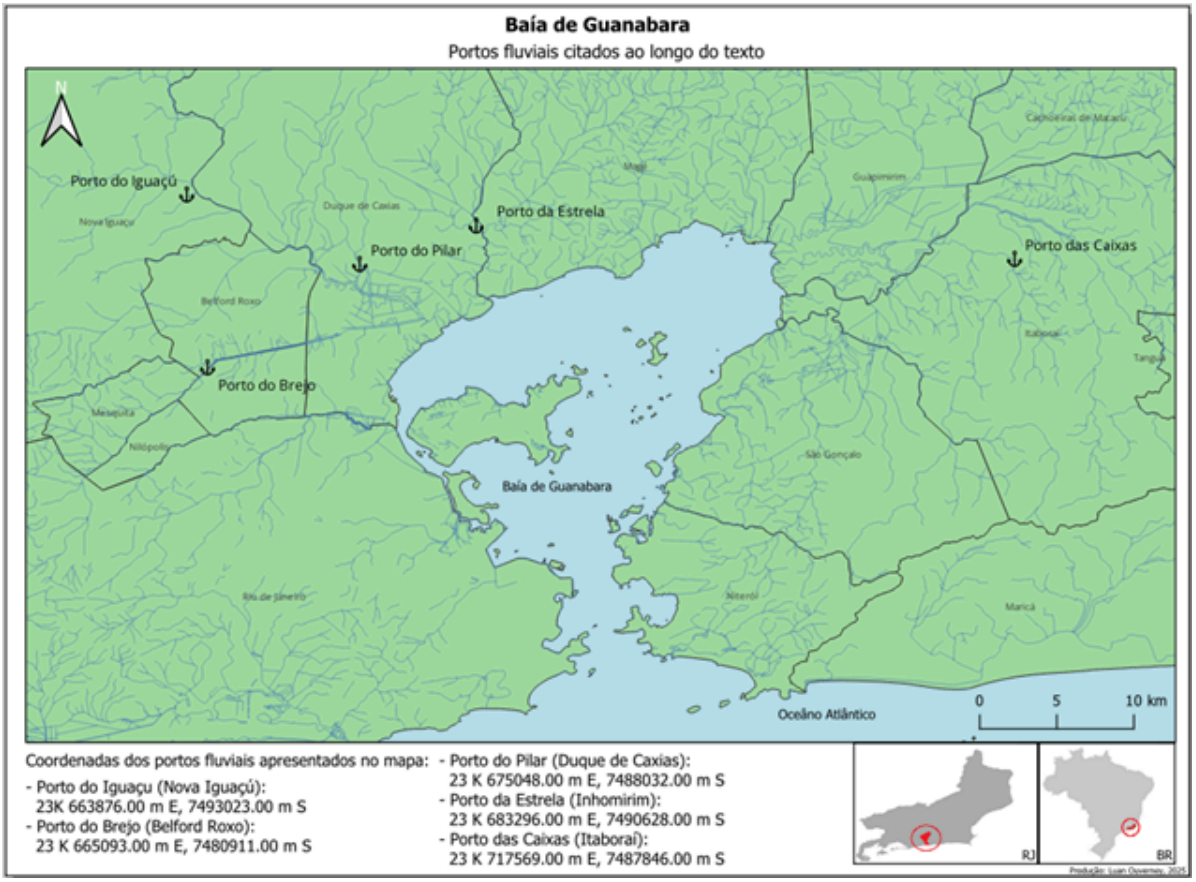


Figura 1 - Mapa de localização da baía de Guanabara com indicação dos municípios que a circundam
Destaque em azul para os corpos d'água que compõem esse cenário. Pontuados nos cursos fluviais são os portos citados ao longo deste trabalho com suas respectivas coordenadas geográficas na parte inferior da imagem.
Fonte: produzido pelo autor (2025).

Do ponto de vista ambiental, notavelmente todo o seu entorno, experiência os efeitos das ações que impactaram o ambiente natural ao longo do tempo, tendo sido provocadas em sua grande maioria pelo adensamento populacional, pelos sucessivos desmontes de morros, pela formação de aterros e pelos consequentes assoreamentos que interferiram tanto na percepção e interação humana com a paisagem, quanto no equilíbrio, na diversidade e na estabilidade ecológica do meio ambiente (Young e Medeiros, 2017, p.188). Torna-se indispensável pontuar aqui que a condição atual no que diz respeito a qualidade ambiental da baía de Guanabara não é resultado de ações recentes, de uma ou duas décadas atrás e por isso serão aqui compreendidos como efeitos colaterais resultantes da capacidade humana de transformar o meio onde se instala por meio de ações que são estimuladas por estratégias econômicas e que tem a exploração dos recursos naturais como principal força motriz.

Emaranhado a essa apreciação, considero a importância e a potência que uma análise do meio ambiente a partir da Arqueologia Histórica por ter condições de iluminar as relações infinitamente recursivas entre pessoas e seus ambientes durante o período histórico por meio de uma metologia onde as fontes documentais interajam com os dados arqueológicos e biológicos (Deagan, 2008, p.21), e por isso recorro à outras disciplinas enquanto pares no campo da história, biologia e geografia. Nesse compasso, me alinho a ideia de que a arqueologia pode ajudar a definir os limites e os desafios das respostas sociais às mudanças climáticas por meio da avaliação de experiências passadas (Rick e Sandweiss, 2020, p.8252). Aqui, entendo que as alterações provocadas pela atividade humana, especialmente após o contato europeu, deram forma ao cenário correspondente, e são um caso em potencial para avaliação da trajetória que resulta nas condições ambientais que diretamente interagem com o

fenômeno global das mudanças climáticas. Entendo também que tal avaliação tem condições de projetar tomadas de decisões em torno de ações de mitigação dos impactos e proteção do patrimônio arqueológico guanabarino, já que a Arqueologia Histórica tem muito a oferecer acerca desse debate, tanto em termos de pensamento quanto de evidência material (Souza e Costa, 2018, p.12).

Circulação fluvial e os efeitos do impacto tecnológico

Permeando essa abordagem farei menção a rede de conexão promovida por alguns dos mais de noventa e um rios e canais que são tributários da baía de Guanabara (Baptista Filho *et al.*, 2020, p.48), tanto por terem sido rotas onde foram traçados caminhos pela água, quanto pela importância na participação nos processos ecossistêmicos que interagem e compõem a baía. Nascidos nas montanhas e planícies que circundam o recôncavo, esses rios fluem descendo pelas serras atravessando várzeas, brejos, bosques, manguezais e outros ecossistemas que trazem a dimensão do fluxo e da fertilidade do percurso. Atraindo a atenção e curiosidade de diversos grupos humanos, essas rotas naturais estimularam e foram essenciais no processo de ocupação das margens e do interior do território guanabarino.

Tais caminhos naturais indicaram a construção de portos, píeres e trapiches que possuem ligação direta com o desenvolvimento e estabelecimento de pontos de convergência de negociações comerciais, movimentando recursos e constituindo referências locais. Um exemplo de uma dinâmica econômica que alimentou e impulsionou o movimento e a estruturação dos eixos de negociação. Nesse contexto, a circulação de pessoas, capital e coisas, nos oferece a dimensão de movimento e que o movimento em si provoca e estimula a interação. No caso guanabarino foi também por conta dos recursos oferecidos pela paisagem e apropriados em favor da logística dos transportes que relações foram estabelecidas.

Aqui clareia a percepção de que pontos de convergência de mercadorias são pontos de convergência de pessoas (Adams, 1973, p. 338; 1976, p. 99). São espaços dinâmicos que agregam relações de trabalho e de poder que foram amplamente influenciadas pela ordem econômica, promovendo a circulação e o consumo de artigos impulsionadores da economia responsáveis tanto pela estruturação, quanto pelo arrasamento dos caminhos, vilas, atividades produtivas e comerciais em diferentes localidades.

Núcleos populacionais estabelecidos no entorno dos portos fluviais em várias regiões do recôncavo que foram utilizados por décadas experimentaram um período de ascenção, estruturação e desenvolvimento ao longo do período colonial e parte do imperial. No entanto, mudanças na estrutura política e tecnológica, influenciadas, dentre outras, pela implantação e sucessiva expansão do sistema ferroviário acontecido a partir da década de 1850 (Rodriguez, 2004, p.16-20), fizeram com que o eixo das rotas de fluxo fosse alterado e, ao passo que novos núcleos populacionais e comerciais foram estabelecidos, outros foram abandonados. Antes do final do século XIX, vilas no entorno da baía que tinham como referência os portos fluviais viram suas terras serem cortadas pelos trilhos de ferro. Esse foi o caso de São Gonçalo, Itaboraí, Macacu, Guapimirim, Magé, Inhomirim, Nova Iguassú e Rio de Janeiro, que entre as décadas de 1870 e 1880, estavam conectados pelo sistema ferroviário (Rodriguez, 2004). A criação dessas linhas, para além do incentivo econômico, ambientalmente significou remoções e movimentos de terra, construção de pontes por rotas que antes eram navegáveis e migração das negociações e circulação de capital para próximo das estações. Algumas localidades mantiveram por um tempo o funcionamento de seus portos em uma circulação local, mas nada comparado ao período de pujança econômica vinculada ao transporte dos minérios ou café.

Com o avançar dos anos rotas que antes eram navegáveis, foram intensamente impactadas pelo assoreamento dos rios, poluição e até mesmo alteração em seus cursos, fazendo com que o movimento fosse praticamente extinto. Desses portos, os que estavam assentados próximos às margens da baía foram utilizados por mais tempo. Diferente destino foi o daqueles instalados em pontos mais avançados do curso dos rios, hoje

isolados ou completamente engolidos pelo adensamento urbano. Como exemplo notável temos o Porto do Pilar, Porto do Iguassú, Porto do Brejo e Porto das Caixas, dos quais restam apenas as ruínas de um período nem tão distante (ver figura 1 para localização).

Entrelaçadas às motivações de ordem econômica e tecnológica, o abandono de vilas e localidades foram afetadas pelos surtos epidêmicos que atingiram grande parte da população das vilas e povoados em meados do século XIX, especialmente associadas às epidemias de febre amarela e cólera-morbo entre os anos de 1850 e 1870 (Rego, 1872, p.51-62; 145-172). Exemplo do acontecido foi na vila de Iguassú, que no início da década de 1850 já enfrentava os casos de febre amarela e que em 1855 foi atingida pela epidemia de cólera-morbo, que assolou grande parte dessa freguesia rural (Lamego, 1964, p.200-201). O preludio foi anunciado pela vila de Santo Antônio de Sá, do outro lado da baía, que vinte anos antes foi seriamente abalada pela epidemia que foi, em parte, responsável pelo abandono da localidade. Destino semelhante foi também o da vila da Estrela, em Inhomirim, que ao reunir os fatores de transição do eixo comercial, em conjunto com a falta de manutenção dos canais e subitamente abalada pelas epidemias, tão logo foi abandonada, restando hoje no local apenas as ruínas de onde estava instalado o porto e o povoado (Ouverney, 2021, p.64-73).

Acerca de Estrela, temos uma localidade que foi estruturada a partir de um intenso movimento de mercadorias e pessoas entre os séculos XVII e XIX, enquanto um ponto de negociações do mundo mercantilista e capitalista. Passado o período áureo de escoamento do ouro e do café provindos do interior mineiro e do Vale do Paraíba, foi paulatinamente abandonada e anexada a municípios adjacentes ao final do século XIX. Devido a sua condição, será tomada aqui como exemplo pontual quanto ao seu estado nos dias atuais (Figura 2). Sendo um patrimônio cultural guanabarino e ainda que suas estruturas remanescentes gozem de proteção federal por meio do registro como sítio arqueológico (Iphan, 2025c), o conjunto de interesse arqueológico e histórico do porto e vila da Estrela se apresenta como um caso em potencial para avaliação de exposição a riscos de diferentes naturezas.

Figura 2 - Fotografias das ruínas do antigo porto da Vila da Estrela, hoje município de Magé-RJ
Na imagem à esquerda pode-se notar um trecho do rio Inhomirim tomado por vegetação aquática e em condições de assoreamento. Na Imagem à direita destaque para as portas de acesso ao antigo galpão que servia ao porto, atualmente em estado de ruínas, tomado pela vegetação e sujeito à ação do tempo.
Fonte: Acervo do autor (2021).

Plantado em um ponto isolado a noroeste da baía, para além de estar sujeito à prospecção ilegal, depredação, saqueamento ou uso indevido, a própria condição ambiental torna difícil sua conservação, manutenção e acesso, já que a vegetação torna inacessível certas porções do terreno. Compondo o cenário, figura o assoreamento do rio Inhomirim, já há muito sem manutenção e constantemente recebendo resíduos sólidos, macro e micros das atividades cotidianas do seu entorno, dando resultado a um ambiente propício a propagação de doenças, especialmente pela ação de vetores existentes na região caracterizada pelo clima úmido e com temperaturas que variam de amenas a elevadas.

A realidade de Estrela, se apresenta como um dos exemplos de diversos outros patrimônios distribuídos ao longo do curso dos rios, bordas continentais ou ilhas da Guanabara. Esquecidos, invisibilizados ou abandonados, estão constantemente ameaçados por diversos fatores, resultado de ações ou inações constantes que figuram na trajetória histórica de ocupação e exploração do território guanabarino. Ademais, ainda que essa seja uma tentativa de avaliação de um processo e seus resultados, torna-se eminente pontuar para além de como chegamos até aqui, o que faremos daqui para frente, já que os efeitos da mudança no clima repercutem em precipitações cada vez mais constantes e poderosas, amplitudes térmicas drásticas e variação no nível do mar, para citar apenas essas. Diante dessa realidade a preocupação e o anseio por ações de mitigação e enfrentamento se apresentam com urgência quando tratamos de um caso como Estrela, isolada em meio a vegetação, esquecida e posta à mercê dos efeitos que já estão em curso e dos muitos outros que ainda estão por vir.

Efeitos resultantes e o cenário atual

Do ponto de vista ambiental, e estreitamente associado com o contexto acima apresentado, cursos d'água que antes serviam rotas ou fontes de abastecimento tornaram-se cada vez mais utilizados como vias de escoamento de dejetos por conta da expansão da cidade do Rio de Janeiro e das vilas do recôncavo, em grande parte não planejadas, que tornaram os rios verdadeiros captadores de resquícios poluentes resultantes das atividades humanas. Nesse quesito, o crescimento populacional desordenado, em conjunto com o partilhamento do território, grilagem, desmatamento e a intensificação na produção de esgoto foram, e ainda continuam sendo, um dos principais responsáveis pela poluição e degradação das águas da Guanabara.

Reflexo do cenário global, o ambiente Guanabarino, como experienciamos na segunda década século XXI indica um ponto irreversível ao cenário natural dos primeiros anos do século XVI, se aproximando da percepção de uma transformação em escala da Terra além do limiar da recuperação (Ehrlich e Ehrlich, 2013). Aqui, ao assimilarmos o conceito de impacto ambiental definido pela resolução do CONAMA nº 1 de 1986[2], temos plenas condições, mais uma vez, de definir que a configuração percebida nos dias atuais é resultado de um longo processo, em parte agenciado pelas lógicas econômicas exploratórias aqui instituídas e que foram, nos anos, décadas e séculos seguintes ao contato europeu executadas servindo à apropriação e a exploração com pouco ou nenhum planejamento e mitigação dos efeitos colaterais resultantes dessas atividades.

Acessível a observação humana, não é preciso muito esforço para perceber os impactos atuais nesse cenário. Moradores ou visitantes que tenham circulado pelas vias que margeiam a baía, por suas ilhas e até mesmo próximos aos cursos dos rios, em sua maioria completamente tomados pela urbanização, se deparam com os resíduos sólidos e líquidos, macros e micros, que expõem o descaso, a negligência e os efeitos resultantes da interação predatória. Flutuando por esses cursos são comuns as garrafas e sacolas plásticas, mobiliários, restos de comida e manchas de óleo que marcam os componentes da paisagem. Nesse ambiente, os manguezais, para além da sua função natural, assimilam a penosa filtragem de dejetos, pendurando em suas raízes suspensas muito do que é despejado por esses caminhos d'água. Ademais, são tantos os vestígios materiais do cotidiano da sociedade moderna, que as praias e ilhas ficam abarrotadas de resíduos sólidos (Figura 3).

Figura 3 - Imagens tomadas em dois diferentes pontos da baía de Guanabara
à esquerda: Ilha de Santa Rosa, próxima ao litoral oeste da baía de Guanabara. à direita: praia da ilha do Catolão, também no litoral oeste da baía. Destaque nas imagens para os resíduos sólidos depositados pelo movimento das marés, resultantes do descarte impróprio.
Fonte: Acervo do autor (2024).

Para além do que os olhos podem captar, o olfato se torna sensível ao experienciar, em algumas áreas, o odor pútrefe de charcos e porções de água assoreadas, que mesmo sentidos em poucas respirações, já despertam o desejo de afastamento. No mesmo plano, objetos submersos e enterrados, há muito ou pouco tempo depositados, tornam-se registro da ocupação, apropriação e depredação do meio ambiente.

Da mesma maneira, convivendo com esses impactos, transitamos por vias que acompanham rios completamente poluídos que fluem a céu aberto e nem sentimos falta dos cursos que foram canalizados e escondidos por debaixo das ruas e avenidas. Invisibilizados, assoreados, retilinizados, desviados e poluídos parecem ter sido esquecidos enquanto cursos componentes da paisagem natural carioca. Nesse ponto, uma reflexão é indispensável: se chegamos até esse ponto é porque em algum momento foi dado início a um processo e os efeitos que causamos até os dias atuais são resultado de uma percepção, de um planejamento - ou falta dele - e de uma apropriação dos recursos concedidos pela natureza que, dada a situação atual, não parecem estar em compasso com o progresso e desenvolvimento humano considerando sua capacidade de criação e administração tecnológica.

Diante dessa trajetória, considero indispensável pontuar, face a análise do processo histórico de degradação do recôncavo da Guanabara, a intensificação dos impactos ambientais ocorridos ao longo do século XX. Reunindo fatores como o contínuo e histórico crescimento vertiginoso da população, em conjunto com a instalação de fábricas e quase nenhuma estrutura de tratamento das águas dos tributários e da própria baía, o século XX se apresenta como um marco de um período de desastre ecológico, talvez o pior século desde o início do processo de degradação deflagrado pela chegada dos europeus aos pórticos da baía.

Foi ao avançar do segundo milênio que o desenvolvimento econômico pautado no modelo urbano-industrial executou megaprojetos de estruturação urbana e expansão de indústrias que

despejaram na baía toneladas de poluentes sem nenhum tratamento. Dos aterros realizados e que mais impactaram a circulação das águas, a supressão do habitat de diversas espécies e a piora da qualidade dos serviços ecossistêmicos, cabe menção aos projetos executados durante o que ficou conhecido como a Reforma Pereira Passos, tendo remodelado grande parte da área litorânea do porto do Rio de Janeiro desfigurando e extinguindo sacos e praias tais como os de São Diogo, Gamboa, Saúde, Glória, Valongo, Valonguinho e Prainha (Alencar, 2016, p.39).

Resultado de aterros que interferiram no meio ambiente nas décadas posteriores foram também os aeroportos de Manguinhos (1936), Santos Dumont (1936) e Tom Jobim (1977), o Aterro do Flamengo (1965) e a Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1952), que uniu oito ilhas entre a década de 1940 e 1950. Construídas sobre espaços que antes eram mangues, foram também as avenidas que até hoje são movimentados eixos de circulação na capital carioca, destacando-se entre todas elas, a Avenida Brasil, inaugurada em 1946. Na mesma década, surgiram as principais fábricas beneficiando produtos químicos, farmacêuticos e alimentícios que muito despejaram seus dejetos diretamente na baía ou em seus tributários. Também datam desse século as primeiras refinarias de petróleo do recôncavo Guanabarino, tendo sido instaladas em 1945 em Manguinhos e 1961 em Duque de Caxias, com desastres de derramamento de óleo que figuram na memória coletiva fluminense.

Quanto ao século XXI e a condição atual, torna-se necessário destacar que diariamente ainda chegam às águas da Guanabara um grande volume de poluentes líquidos e sólidos resultantes de atividades domésticas, industriais e pesqueiras que são desenvolvidas em todo o seu entorno. Um dado de 2021 estima que só de esgoto sanitário sejam despejados em suas águas cerca de dezoito mil litros por segundo (Alencar, 2021, p.9). Contribuindo a esse despejo, dos municípios que compõem a região hidrográfica da baía, todos ainda apresentam déficit na coleta e tratamento do esgotamento sanitário.

De acordo com dados apurados em 2025 do painel de indicadores do SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico) alguns municípios circundantes chamam a atenção, como o caso de Magé que possui mais de 230 mil habitantes com uma rede de coleta de apenas 5,86%, ou Itaboraí que possui apenas 1,06% de rede coletora para mais de 220 mil habitantes (Sinisa, 2025). Dando atenção aos índices e reconhecendo, por meio de uma análise minuciosa, que por mais que tenha havido progresso no sistema de esgotamento desde os primeiros levantamentos realizados a partir de 2014, os números atuais ainda alarmam pela falta de estrutura sanitária e a consequente necessidade do tratamento e destino dos efluentes produzidos. Ademais, se levarmos em consideração a extensa bacia hidrográfica que alimenta a baía com os diversos cursos d'água que tem nascentes nas serras e planícies do entorno guanabarino e que fluem por localidades que também não possuem sistemas de esgotamento sanitário estruturados, ampliamos drasticamente a área contributiva de impacto negativo.

Avaliações ambientais e seus impactos

Diante desse impactante cenário e fazendo parte da tomada de consciência que pode projetar ações de enfrentamento, ganharam força nos últimos anos pesquisas avaliando a presença de contaminantes que ameaçam ecossistemas e a saúde do ser humano, avaliando os impactos em nível microscópico e macroscópico a partir do estudo do ambiente aquático e terrestre. Acerca das análises micro destacam-se aquelas que dão atenção a avaliação dos metais pesados que estão presentes em sedimentos depositados e que são considerados reservatórios de substâncias que indicam níveis de poluição oriundos de atividades antrópicas, sendo encontrados tanto em áreas próximas a costa, quanto em cursos de rios. Essas substancias podem interferir seriamente na saúde humana, causando problemas neurológicos e diferentes tipos de câncer (Melo *et al.*, 2015; Neto *et al.*, 2006; Porto *et al.*, 2014;). Outros estudos indicam a concentração de microplásticos e desreguladores endócrinos que são extremamente nocivos a biota marinha e, consequentemente à cadeia alimentar para qual ela se expande, incluindo o ser humano (Carvalho e Neto, 2016; Drabinski *et al.*, 2023; Santos *et al.*, 2023). Cabe destaque também às análises sedimentares de mangues para quantificação de poluentes orgânicos persistentes,

como hidrocarbonetos, bifelinas e pesticidas resultados de atividades agropecuárias e industriais (Pinto *et al.*, 2022). No tocante as pesquisas macro, alarmam os levantamentos do despejo de resíduos sólidos altamente tóxicos e poluentes que impactam severamente os corpos hídricos, as ilhas e toda a região costeira da baía (Bernardino e Franz, 2016; Ferreira *et al.*, 2011; Neto e Fonseca, 2011;).

A ausência e o descaso com o tratamento do esgoto em conjunto com os desafios sociais e estruturais enfrentados na atualidade geram efeitos socioambientais negativos interferindo na preservação do meio ambiente e, sucessivamente ameaçando a saúde pública, impactando as atividades de subsistência já existentes que dependem da qualidade ambiental e no desenvolvimento de outras em potencial, como turismo e lazer. Entrelaçado a essa dinâmica o impacto no meio ambiente põe em risco o patrimônio ambiental e o patrimônio cultural, já que a degradação ambiental, aqui entendida pela supressão da vegetação, movimentos de terra e assoreamento das águas interagem com o acesso e a proteção do patrimônio material. No conjunto, as mudanças climáticas interferem nos serviços ecossistêmicos colocando em risco a manutenção de ofícios e saberes tradicionais que dependem da qualidade ambiental para manutenção de suas práticas.

Nesse escopo, para além da falta de estrutura de drenagem associada ao esgotamento contribuir no aumento dos índices poluentes, expõe diversos grupos que habitam as áreas de insegurança hídrica, sujeitando-os a eventos climáticos extremos que podem provocar enchentes, deslizamentos, alagamentos e sucessivas perdas, além da constante exposição a doenças transmitidas pela má qualidade da água. Nesse ponto, atingimos uma conjuntura altamente preocupante que reflete em escala local o cenário global de enfrentamento aos efeitos colaterais provocados pela ação humana que interfere e influencia o meio ambiente. No caso fluminense, convivemos com uma baía que diariamente é afetada. Seja pelo esgoto sanitário não tratado, pelos resíduos sólidos, atividades industriais, derramamentos de óleo ou supressão da vegetação, o impacto é constante e ainda que existam iniciativas de mitigação, continua sofrendo ações de depredação.

Considerações finais

Existimos em um contexto permeado por muitas inseguranças e desafios, sejam eles políticos, ambientais, econômicos ou sociais. Isso é uma realidade e precisamos enfrentá-la. A análise aqui proposta apresentou um cenário real, impactado, preocupante e desolador, tendo como referência processos impulsionados pela emergência do capitalismo e da modernidade entrelaçados ao antropoceno. No entanto, nesse momento faz-se necessária uma aproximação à Alfredo González-Ruibal (2018) quando avalia que tal conceito distribui de forma igualitária e injusta a responsabilidade atribuída a todos os humanos pelas alterações irreversíveis causadas no planeta. Segundo esse autor "Torna toda a humanidade culpada de algo pela qual muitos não são – na verdade são as vítimas" (Gonzalez-Ruibal, 2018, p.4). Desse modo, entendo ser necessário pontuar que a interação com um ambiente pode ser permeada por orientações que nem sempre causam efeitos negativos, reverberando em pessoas ou grupos determinados a preservar e conduzir a coexistência com o meio ambiente da forma mais harmônica no que diz respeito a exploração dos seus recursos e destino de dejetos.

Ainda que o cenário atual tenha significado, até o momento, o auge de uma trajetória histórica com intensas transformações nas terras e águas guanabarinas, foi nele também onde ganharam espaço os debates acerca da conservação e preservação, resultando na criação de dispositivos legais, áreas de proteção ambiental e programas educacionais. Foi nesse contexto, em especial ao desenrolar do século XX, depois de muitas agressões e séculos de impunidade, que começou haver alguma resistência efetiva.Junto à criação e administração de áreas por meio de iniciativas públicas e privadas, como a Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim, a Estação Ecológica da Guanabara (Icmbio, 2024) e as Áreas de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) no entorno na baía, também ganharam projeção os diversos projetos de

educação ambiental e despoluição que visam principalmente a conscientização da produção e tratamento de resíduos em conjunto com ações para a preservação dos ecossistemas que tem o potencial de auxiliar no enfrentamento das mudanças climáticas.

Por fim, embora aponte que a ação humana na Guanabara ao longo dos tempos foi extremamente predatória e impactante, com resultados severamente negativos do ponto de vista ambiental, minha intenção aqui não é apenas criticar negativamente o ser humano e suas ações. Embora reconheça que interagir e consequentemente transformar o ambiente natural é inerente à existência humana, essa análise propôs criticar a maneira como essa transformação tem sido operada, seus estímulos, consequências e continuidade.

Em paralelo, tem-se que reconhecer que embora muitos tenham sidos os impactos negativos, algumas intervenções na paisagem e no meio ambiente repercutem positivamente no imaginário guanabarino, tornando-se símbolos de identidade cultural. A título de exemplo, destaco alguns lugares construídos que figuram no imaginário regional, nacional e internacional como símbolos das terras brasileiras e orgulho nacional. Aqui cabe menção ao Cristo Redentor que no alto do morro do corcovado imponentemente marca a paisagem carioca; à igreja da Penha cravada no alto de uma pedra como símbolo do referência na Zona Norte; ao aterro do Flamengo serpenteando pela borda da baía de Guanabara e à ponte Rio-Niterói e Avenida Brasil que embora sejam mais conhecidas pelos seus constantes engarrafamentos são vias que mantém a fluidez de muitas pessoas que se descolam diariamente entre a capital e o interior, fazendo o Rio acontecer.

Notas

1 A sesmaria se caracteriza como um instrumento jurídico utilizado para distribuição de terra, considerada virgem, na intenção de promover o povoamento e sob a qual era necessário ser pago um dízimo como tributo. No Rio de Janeiro, ao longo do século XVI, Estácio de Sá concedeu sesmarias que se estendiam desde a barra da Tijuca às imediações de Piratininga, em Niterói "ocupando todo o entorno da baía de Guanabara", abraçando suas principais ilhas e penetrando pelos vales fluviais (Abreu, 2010, p.205-216).

2 Segundo a Resolução do CONAMA nº 1 de 1986: "[...] considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I- a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II- as atividades sociais e econômicas; III- a biota; IV- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V- a qualidade dos recursos ambientais." (Conama, 1986).

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. v1. 420p.

ADAMS, William. An Ethnoarchaeological Study of a Rural American Community: Silcott, Washington, 1900-1930. **Ethnohistory,** v. 20, n. 4, p. 335-346, 1973.

ADAMS, William. Trade Networks and Interaction Spheres - A View from Silcott. **Historical Archaeology,** v. 10, p. 99-112, 1976.

ALENCAR, Emanuel. **Baía de Guanabara: descaso e resistência**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. 124 p.

ALENCAR, Emanuel. **Baía de Guanabara: descaso e resistência**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Mórula: Fundação Heinrich Boll, 2021. 152 p.

ALMEIDA, Soraya.; ALMEIDA, Camilla Man. D. Fortaleza de Santa Cruz: Patrimônio Histórico e Geológico de Niterói, RJ. **Anuário do Instituto de Geociências,** v. 35, p. 222-235, 2012.

AMADOR, Elmo da Silva. **Baía de Guanabara**: ocupação histórica e avaliação ambiental. 1 Ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008.

BERNARDINO, Dandara.; FRANZ, Barbara. Lixo flutuante na Baía de Guanabara: passado, presente e perspectivas para o futuro. **Desenvolvimento Meio Ambiente,** v. 38, p. 231-252, 2016.

CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de. A Baía de Guanabara: os itinerários da memória. **Revista USP,** v. 30, p. 156-169, 1996.

CARVALHO, Diego Gomes de.; NETO, José Antonio Baptista. Microplastic pollution of the beaches of Guanabara Bay, Southeast Brazil. **Ocean & Costal Management,** v. 128, p. 10-16, 2016.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista**: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 443 p.

COELHO, Victor Monteiro. **Baía de Guanabara**: uma história de agressão ambiental. 1 Ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. 278 p.

CONAMA. **Resolução CONAMA n. 1, de 23 de Janeiro**. Diário Oficial da União: Brasil**:** 2548-2549 p. 1986.

COSTA, Fernanda Chagas da. **Projeto de intervenção para um marco histórico da cidade do Rio de Janeiro:** a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. 2018. 270p. Dissertação (Mestrado Profissional em Arquitetura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

DATA RIO. **Bens Tombados**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://www.data.rio/datasets/PCRJ::bens-tombados/explore. Acesso em: 4 ago. 2025.

DEAGAN, Kathleen. Environmental Archaeology and Historical Archaeology. *In*: REITZ, Elizabeth.; SCUDDER, Sylvia; SCARRY, Margaret. (Orgs.). **Case Studies in Environmental Archaeology**. 2 Ed. New York: Springer, 2008. p.21-42.

DRABINSKI, Thiago Lutz; *et al*. Microplastics in freshwater river in Rio de Janeiro and its role as a source of microplastic pollution in Guanabara Bay, SE Brazil. **Micro,** v. 3, p. 208-223, 2023.

EHRLICH, Paul. R.; EHRLICH, Anne. H. Can a collapse of global civilization be avoided? **Royal Society**, p. 1-9, 2013.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 Edição. São Paulo EdUSP, 2012. 688 p.

FERREIRA, Jamylle de Almeida.; SILVA, Catia Antonia da; RESENDE, Alberto Toledo. Projeto Baía Limpa: monitoração de ambientes marinhos degredados por resíduos sólidos da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada,** v. 11, n. 1, p. 103-113, 2011.

BAPTISTA FILHO, Luis Saavedra.; BAPTISTA NETO, José Antônio; MARTINS, Maria Virgínia Alves; GERALDES, Mauro Cesar. O histórico das intervenções humanas na Baía Guanabara (Brasil) e o registro do antropoceno em quatro unidades sedimentares. **Journal of Human and Environment of Tropical Bays**, n. 1, p. 46-80, 2020.

GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. Beyond the Anthropocene: Defining the Age of Destruction. **Norwegian Archaeological Review**, p. 1-12, 2018.

ICMBIO. **Área de proteção ambiental de Guapi-Mirim.** 2024. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/ . Acesso em: 4 ago. 2025.

INEPAC. I**nstituto Estadual do Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php. Acesso em: 4 ago. 2025.

IPHAN. **Bens Culturais Imateriais Registrados**. Brasil, 2025a. Disponível em: https://bcr.iphan.gov.br/bens-culturais/?perpage=12&view_mode=table&order=ASC&orderby=date&fetch_only_meta=65736%2C65773&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_7447&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=4028&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN&paged=1&fetch_only=thumbnail . Acesso em: 4 ago. 2025.

IPHAN. **Rio de Janeiro (RJ)**. Brasil, 2025b. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/383/. Acesso em: Acesso em: 4 ago. 2025.

IPHAN. **SICG - Vila da Estrela.** Brasil, 2025c. Disponível em: https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/40090#&panel1-1 .Acesso em: Acesso em: 4 ago. 2025.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 6 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. 392 p.

JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 364 p.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto**: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. 2 Ed. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal das Culturas (RJ), 2006. 172 p.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. 2 Edição. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, 1964. 415 p.

MELO, Gustavo; NETO, José Antonio Baptista; MALM, Olaf.; FERNANDEZ, Marcos Antonio S.; PATCHINEELAM, Soraya. Composition and behaviour of heavy metals in suspended sediments in a tropical estuarine system. **Environment Earth Science,** v. 73, p. 1331-1344, 2015.

NETO, José Antonio Baptista.; FONSECA, Estefan Monteiro. Variação sazonal, espacial e composicional de lixo ao longo das praias da margem oriental da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro) no período de 1999-2008. **Revista de Gestão Costeira Integrada,** v. 11, p. 31-39, 2011.

NETO, José Antonio Baptista; GINGELE, Franz Xaver; LEIPE, Thomas; Brehme, Isa. Spatial distribution of heavy metals in surficial sediments from Guanabara Bay: Rio de Janeiro, Brazil. **Environment Geology,** v. 49, p. 1051-1063, 2006.

ORSER, Charles E. **A historical archaeology of the modern world**. New York: Plenum Press, 1996. 247 p.

OUVERNEY, Luan Sancho. **Consumo e commodities em unidade rurais fluminenses**: tecendo uma narrativa a partir dos vidros. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ.

PINTO, Fernando Neves; MASSONE, Carlos German; SENEZ-MELLO, Thaise.; SILVA, Frederico Sobrinha da.; CRAPEZ, Mirian Araujo Carlos. Interferência da ocupação urbana na distribuição de poluentes orgânicos persistentes em manguezal. **Engenharia Sanitária Ambiental,** v. 27, n. 1, p. 395-402, 2022.

PORTO, Liliane Jucá Lemos da Silva; ALMEIDA, Cýcera Neise de.; DEZOTTI, Maria Walquiria de Carvalho.; CORRÊA, José Augusto Martins.; FAIAL, Kelson do Carmo Freitas.Distribuição de metais pesados nos sedimentos de fundo dos rios Caceribu e Guaxindiba, afluentes da Baía de Guanabara - Rio de Janeiro, Brasil. **Geochimica Brasiliensis,** v. 28, n. 2, p. 171-188, 2014.

REGO, José Pereira. **Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. 217p.

RICK, Torben; SANDWEISS, Daniel. Archaeology, climate, and global change in the Age of Humans. **PNAS,** v. 117, n. 15, p. 8250-8253, 2020.

RODRIGUEZ, Helio Suêvo. **A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro**: o Resgate da sua Memória. Rio de Janeiro: Open Plus Gráfica e Editora Ltda., 2004. 194 p.

RUSSO, Paulo Roberto; AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara: uma luta de 30 anos. **Revista do Departamento de Geografia - Geo UERJ**, n. 7, p. 89-102, 2000.

SANTOS, Ana Dalva dos; *et al*. Presence and quantification of the microplastics and bisphenol-A in sediments along Guanabara Bay, Brazil. **Geochimica Brasiliensis,** v. 32, p. 1-11, 2023.

SINISA. **Painel de Indicadores - Atendimento de população total com rede coletora de esgoto** (IES0001). Brasil, 2025. Disponível em: https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/dashboard?modulo=esgoto. Acesso em: 24 jul. 2025.

SOUZA, Marcos André Torres; COSTA, Diogo Menezes. Introduction: historical archaeology and evironment. *In*: SOUZA, Marcos André Torres; COSTA, Diogo Menezes. (Orgs.). **Historical archaeology and environment**: Springer, 2018. p.1-15.

YOUNG, Carlos; MEDEIROS, Rodrigo. Baía de Guanabara: um olhar econômico. *In*: JAKONSSON, Andrea. (Org.). **Baía de Guanabara**: passado, presente, futuros. Conservação Internacional, 2017. p.184-199.

Conservação e monitoramento do patrimônio rupestre no microclima da caatinga frente às mudanças climáticas: o caso do Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí - Brasil)

Conservation and monitoring of rock art heritage in the caatinga microclimate in the face of climate change: the case of Serra da Capivara National Park (Piauí - Brazil)

David Almeida Eleutério*
Leandro Surya**
Gustavo Nunes Pacheco***
Claudia Cecilia Caro Vera****
Jaciara Andrade Silva*****

Palavras-chave:
Arte Rupestre
Bioma da Caatinga
Mudanças Climáticas

Resumo: O atual contexto de mudanças climáticas impõe novos desafios à conservação preventiva e ao monitoramento integrado do Patrimônio Natural e Arqueológico. Os dados apresentados no IPCC AR6 fazem ressalvas à vulnerabilidade do semiárido brasileiro, sendo o bioma nacional da Caatinga o mais suscetível às mudanças climáticas, podendo registar um aumento das temperaturas de 2ºC à 4ºC, maior amplitude térmica e déficit pluviométrico entre 20 à 30% até 2100. O somatório desses fatores ocasionará tanto a redução do nível de água nos reservatórios subterrâneos e consecutiva degradação do solo, como transformações da cobertura vegetal, que enquanto agente termorregulador de temperatura, acarretará o aumento da exposição aos agentes atmosféricos do acervo gráfico e pictórico rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no sudeste do Piauí. Este artigo aporta dados recentes no âmbito do sensoriamento remoto e da análise de elementos climáticos coletados ao longo do último quadriênio (2002-2025) no Desfiladeiro da Capivara, nos atendo ao caso da Toca da Entrada do Pajaú, e propõe mecanismos em prol da conservação e monitoramento do acervo rupestre.

Keywords:
Rock Art
Caatinga Biome
Climate Changes

Abstract: The current context of climate change poses new challenges for preventive conservation and integrated monitoring of Natural and Archaeological Heritage. The data presented in IPCC AR6 highlights the vulnerability of the Brazilian semi-arid region, with the Caatinga national biome being the most susceptible to climate change, temperatures expected to rise by 2ºC to 4ºC, greater temperature range and rainfall deficit of between 20 and 30% by 2100. The sum of these factors will cause both a reduction in the water level in underground reservoirs and consequent soil degradation, as well as changes in land cover, which, as a temperature-regulating agent, will lead to increased exposure to atmospheric agents of the graphic and pictorial rock art of the Serra da Capivara National Park, located in southeastern Piauí. This article provides recent data on remote sensing and the analysis of climatic elements collected over the last four years (2002-2025) in the Desfiladeiro da Capivara, focusing on the case of Toca da Entrada do Pajaú, and proposes mechanisms for the conservation and monitoring of the rock art heritage.

Recebido em 15 de agosto de 2025. Aprovado em 11 de novembro de 2025.

* Pós-doutorando em Arqueologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: davideleuterio88@gmail.com.
** Professor Associado IV do Colegiado de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: leandro.surya@univasf.edu.br.
*** Graduando de Engenharia Ambiental e Sanitarista da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: pacheco.gustavo@graduacao.uerj.br.
**** Professora Principal de Biologia da Universidade Nacional Agrária La Molina (UNALM). E-mail: ccaro@lamolina.edu.pe.
***** Professora Adjunto IV do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: jaciara.andrade@univasf.edu.br.

Introdução

O Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no sudoeste piauiense (figura 1), ocupa uma área de aproximadamente 130 mil hectares, que abrange os municípios de Brejo do Piauí, Coronel José Dias, João da Costa e São Raimundo Nonato (Figueiredo, 2022). Este vasto território, geomorfologicamente se constitui enquanto um front de Cuesta, de clima atual semiárido e inserido no bioma nacional da Caatinga (Behling *et al*., 2000; Bélo, 2012; Da Costa, 2017; Griggo *et al.*, 2018; Lourdeau, 2019).

Desde a década de 1970, o Parque Nacional, se tem destacado pelo pioneirismo de Niède Guidon e da criação da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), cujo amplo investimento, tanto a nível de recursos humanos como das consideráveis frentes de pesquisa tem feito, nas últimas décadas, avançar consideravelmente o processo de identificação e registro dos painéis de arte rupestre, ao que se seguiram pontuais escavações arqueológicas (Guidon *et al.*, 2002; 2007; Lage, 1998a; 2007). É patente o potencial do Parque Nacional da Serra da Capivara na revisão da ocupação humana no continente americano e da sua adaptação num contexto cuja biodiversidade é singular, sendo prioritário a implantação de um sistema de registro integrado, de rápido e simples acesso, capaz de garantir o monitoramento e respectiva salvaguarda integral do patrimônio reconhecido o impacto das mudanças climáticas no bioma nacional da Caatinga (Bueno *et al.*, 2013; Chaves, 2002; Santos, 2007).

Não obstante, há ausência da implantação do monitoramento dos agentes atmosféricos e biofísicos, possui direto impacto na conservação do vasto e heterogêneo acervo de arte rupestre (Lage *et al*. 2005; 2007). Por monitoramento entendemos o acompanhamento contínuo e sistemático da ação dos referidos agentes sob o patrimônio rupestre, tendo em vista mitigar atempadamente problemas, danos ou riscos acrescidos sobre o acervo gráfico e pictórico (Surya *et al.* 2018; 2019). É certo, que estamos diante de um Parque Nacional que dispõe de quarenta e cinco anos desde a sua criação e cujas dimensões impõe inúmeros desafios de sistematização e de catalogação (Gomes, 2001; Grohmann, 2008). Razão pela qual, é de vital importância iniciativas que estabeleçam seções de análise e busquem identificar as dinâmicas de enquadramento e gestão no território (Pellerin, 2014; Pessis, 2013; Santos, 2007).

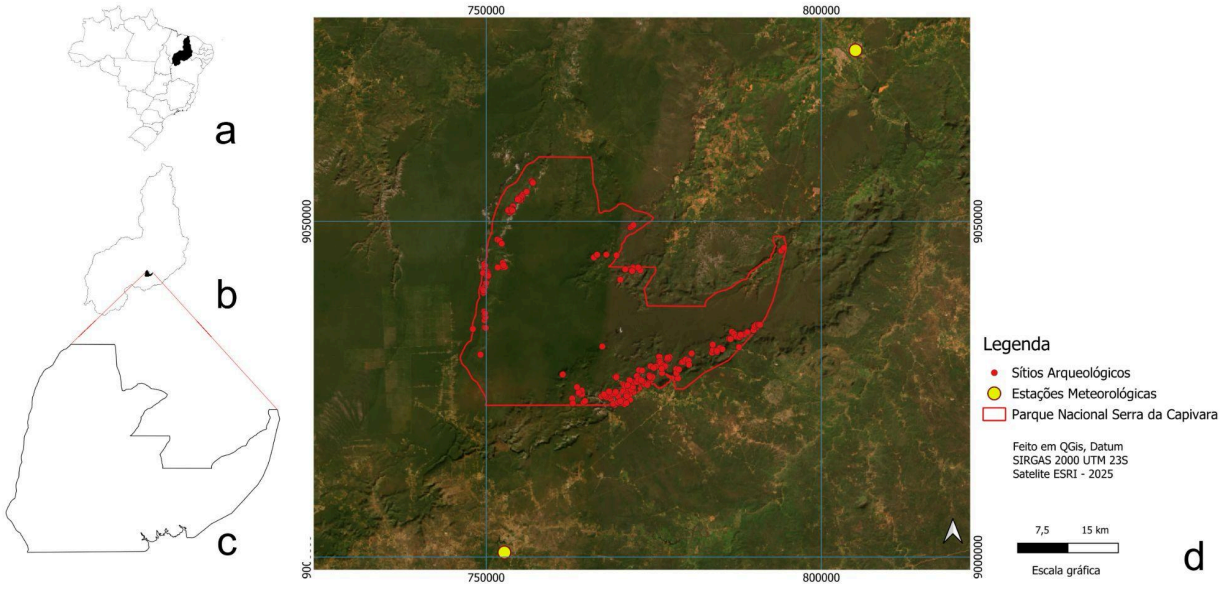


Figura 1 - Parque Nacional Serra da Capivara com a localização dos sítios arqueológicos e das estações meteorológicas de referência do Instituto Nacional de Meteorologia

Fonte: Autores (2025).

Acresce ainda, a iminente urgência de pôr em prática um quadro metodológico voltado ao monitoramento de sítios arqueológicos visando à conservação preventiva do patrimônio rupestre (figura 2). A coleta de dados, acompanhada do respectivo registro fotográfico, apresenta inúmeras vantagens, sendo promissora na identificação de alterações no suporte rochoso, nas gravuras e pinturas rupestres (Surya *et al.*, 2018). No caso da Arqueologia, o seu potencial começa a ser utilizado (Van Havre *et al.*, 2021). Sem dúvida, as técnicas para um registro adequado no monitoramento segundo esta técnica podem assumir inúmeros contornos, inclusive para uma leitura integrada do Patrimônio Natural e Arqueológico (Surya *et al.*, 2019).

Neste sentido, a integração do mapeamento por meio do Sistema de Informação Geográfica (SIG) e de avaliação do estado de conservação recorrendo ao Índice de Estabilidade de Arte Rupestre (RASI), nos põe à disposição ferramentas de simples manuseio, que integradas ao monitoramento dos dados atmosféricos, hidrológicos, fenológicos e pedológicos comporão um banco de dados comparativo da evolução do estado de conservação de rápido acesso, passível de novos aportes por grupos de pesquisas e pelos agentes responsáveis pela tutela (Dorn *et al.*, 2008; Zerboni *et al.*, 2022). Este quadro metodológico atende às atuais diretrizes normativas nacionais e internacionais, respeitando as adequações dos princípios orientadores para a preservação frente às mudanças climáticas.

Adequação da conservação e do monitoramento do patrimônio rupestre face às mudanças climáticas

Na última década os principais organismos internacionais têm buscado instaurar um quadro operativo voltado à gestão do patrimônio face às mudanças climáticas em curso, como é exemplo as novas "Estratégias de ação sobre as mudanças climáticas" (UNESCO, 2017a), instrumento em vista da adoção de medidas urgentes em prol da mitigação dos impactos através da educação, ciências, cultura, informação e comunicação, em conformidade com as obrigações dos Estados-membros ao abrigo do Acordo de Paris (2015) e no contexto geral da Agenda 2030, da ONU, para o Desenvolvimento Sustentável.

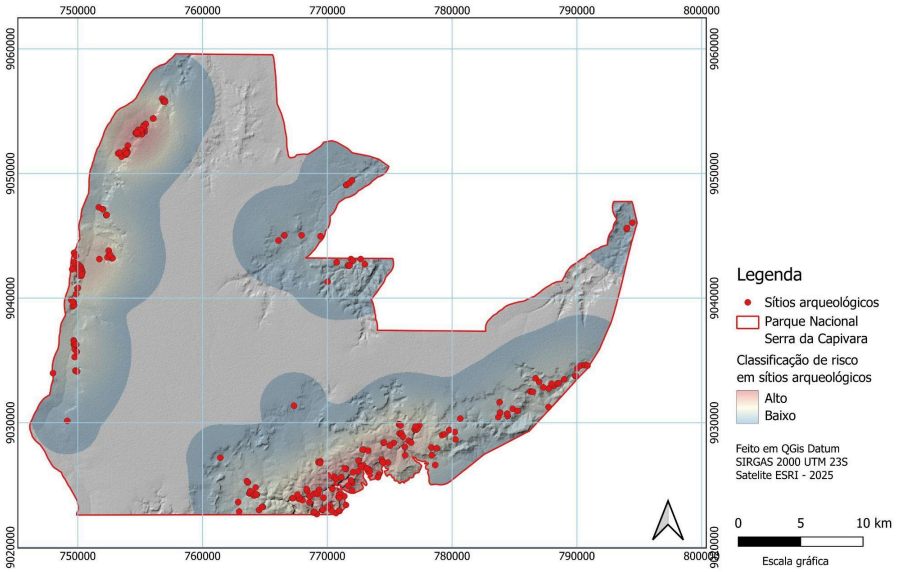


Figura 2 - Dispersão dos sítios arqueológicos no Parque Nacional Serra da Capivara, com a respectiva classificação de risco
Fonte: Autores (2025).

Documento em linha conquanto estabelecido na 39ª sessão da Conferência Geral, na qual foi aprovada a "Declaração sobre os princípios éticos em relação à mudança climática" (UNESCO, 2017b) e na "Decisão 40 COM 7", apresentada na consecutiva 40ª sessão, relativa ao monitoramento do estado de conservação dos bens do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2016). Orientações que devem ser lidas à luz das atualizações que constam no capítulo 4º das Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2025).

Todo o presente quadro normativo pressupõe uma mudança de paradigma, como bem enuncia a própria UNESCO, ao publicar *"changing minds, not the climate"*, apelo à mobilização face a iminente crise climática, que pressupõe uma ação conjunta perante aos novos desafios impostos à conservação e monitoramento do patrimônio classificado (UNESCO, 2019). Razão pela qual a "Avaliação da Estratégia de Ação da UNESCO sobre Alterações Climáticas" (UNESCO 2021), iniciativa conjunta com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e com o Grupo Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), visa incluir e promover ações locais como elementos fundamentais e recursos potenciais para a mitigação e adaptação às alterações climáticas (ICOMOS, 2019a; 2019b; 2022).

No Brasil, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (2016), os Diálogos sobre Patrimônios e Ações Climáticas, desenvolvido pelo Comitê de Mudanças Climáticas e Patrimônio do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-Br) e pelo Departamento de Articulação, Fomento e Educação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), realizados em 2023, bem como a recente edição da Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas (2025), apresentam um quadro orientador para a formulação de estratégias de adaptação voltadas à proteção de sítios patrimoniais frente aos riscos climáticos.

De fato, o Artigo 1º, inciso 3º, da Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas, que concerne aos princípios orientadores, diz que:

> a pesquisa científica é fundamental para a compreensão de vulnerabilidades, exposição e perigos e para a análise de consequências e a proposição de medidas de mitigação de riscos e de adaptação para os bens culturais, considerando também os impactos das mudanças climáticas, a participação das comunidades locais e o uso de tecnologias para monitoramento e preservação" (ICOMOS-Br, 2025, p. 3).

Já no Artigo 3º, relativo aos desafios e impactos por território, no inciso 6º, atinente ao bioma da Caatinga, os principais perigos aos quais devemos fazer face são: "desertificação, escassez hídrica, aumento de temperaturas extremas, queimadas, degradação do solo" (ICOMOS-Br, 2025, p. 8). Fatores que já começam a ser objeto de consideração em outros contextos com repertórios pictóricos e gráficos rupestres, como é o caso australiano e dos territórios setentrionais do continente africano (Aïn-Séba, 2022; Taçon *et al.*, 2021).

No caso australiano, a região de Terra de Arnhem, que contém alguns dos mais notáveis e antigos conjuntos patrimoniais rupestres nacionais, como é referência o sítio arqueológico de Djarrng, estima que mais de 50% das pinturas e cerca de 70% dos pigmentos sofreram degradação desde que o ciclone tropical Mônica, que removeu boa parte da cobertura vegetal no ano de 2006 e deixou os painéis sob a ação direta dos agentes atmosféricos (Taçon *et al.*, 2021, p. 124). É notório o desgaste eólico e pluvial sofrido pelos paredões ao compararmos os registros fotográficos efetuados desde o ano de 1965 (Brandl, 1973; Chaloupka, 1984; 1993; White, 1967;).

Já no caso argelino e demais territórios norte africanos, as mudanças climáticas e o seu impacto direto nos ecossistemas é perceptível nas representações dos períodos figurativos: do Bubalino, com a sua grande fauna do tipo savana, ao Boviano, com os seus extensos rebanhos, ao que sucede o Cabalino, com o aparecimento de cavalos domesticados e, finalmente, o Camelino, com a predominância de camelos, um animal desértico por excelência, o que atesta o desaparecimento de certas espécies com o avanço da desertificação (Aïn-Séba, 2022, p. 315). Fato que também podemos verificar no Parque Nacional Serra da Capivara, no sítio

arqueológico da Toca da Entrada do Baixão da Vaca, onde identificamos a existência outrora de fauna fluvial, com representações pictóricas de peixes e caranguejos, registros rupestres que testemunham a reconfiguração em curso no Desfiladeiro da Capivara (Pessis *et al.*, 2018; Justamand *et al.*, 2022).

O caso do patrimônio rupestre no Desfiladeiro da Capivara

Nos atendo ao contexto do Desfiladeiro da Capivara é importante ter em consideração que, geomorfologicamente, este pertence ao grupo Serra Grande, pelo que se caracteriza por um relevo cuestiforme, se enquadra na Bacia Sedimentar do Rio Parnaíba, e se encontra na sub-bacia hidrográfica dos rios Piauí e Canindé (Santos, 2007). Embora os registros pictóricos do sítio da Toca da Entrada do Baixão da Vaca evidenciem a existência, outrora, de fauna fluvial, atualmente o território em questão não dispõe de nenhum rio permanente, mas apenas de esparsos olhos d´água temporários e, de algumas cavernas, aflora água proveniente das galerias inferiores, ao que acresce os aspectos bióticos característicos do bioma da Caatinga: tapete herbáceo, estratificação arbustiva e arbórea, composta por espécies caducifólias e subcaducifólias, com a presença de suculentas e xerófilas, abrigando, a nível faunístico, populações da maioria dos endemismos da Caatinga (Behling *et al.*, 2000; Chaves, 2002; Pellerin, 2014; Pessis, 2013; Souza *et al.*, 2023).

Relativamente ao monitoramento do patrimônio rupestre, no ano de 2017, Leandro Surya, iniciou a recolha e o tratamento de dados meteorológicos em quatro sítios arqueológicos: Toca do Paraguaio, Toca do Barro, Toca da Entrada do Pajaú e Toca do Pajaú (Surya *et al.*, 2019). Hoje, já se encontram sob verificação contínua mais três sítios arqueológicos dispersos ao longo do adjacente braço do Desfiladeiro: Toca da Entrada do Baixão da Vaca, Toca do Deitado e Toca das Eminhas Azuis (figura 3). Os sítios elencados pertencem à tradição Agreste e Nordeste, cujos grafismos e pinturas se encontram sob formações areníticas finas e conglomerados, apresentam temáticas antropomórficas, geométricas e zoomórficas, as quais estão distribuídas pelas paredes e tetos dos abrigos, recorrendo a pigmentos de tons amarelo e vermelho, cujos suportes não foram objeto de preparação prévia (Lima *et al.,* 2020; Pessis *et al.,* 2018).

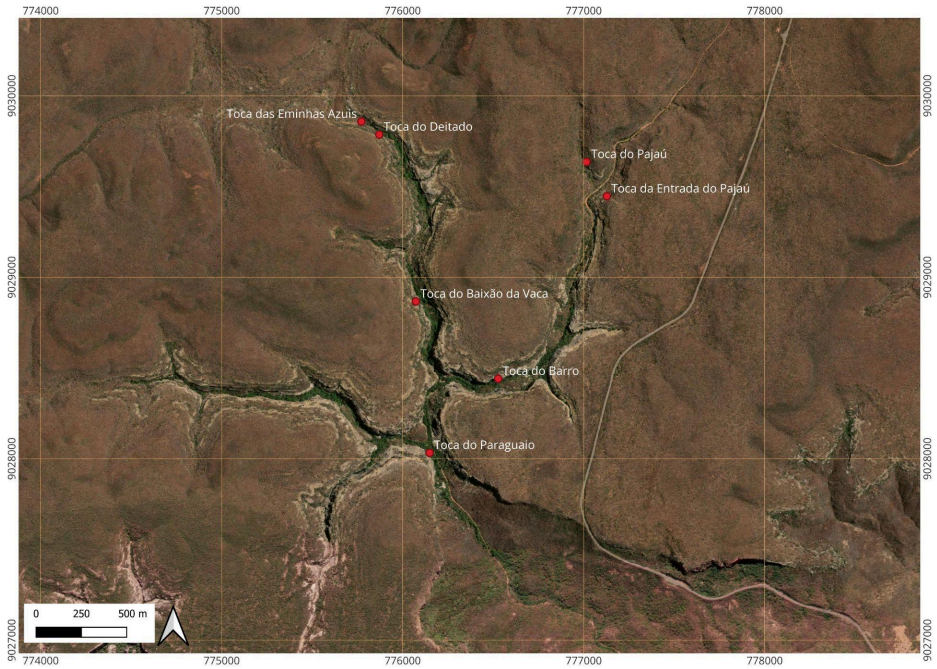


Figura 3 - Localização dos sítios arqueológicos monitorizados no Desfiladeiro da Capivara
Fonte: Autores (2025).

No que concerne a conservação dos grafismos e pinturas, verificamos que os sítios arqueológicos foram objeto de intervenções pontuais de consolidação e restauro. Neste âmbito é importante ter em consideração que a Toca do Paraguaio foi o primeiro abrigo reconhecido por Niède Guidon, aquando da sua visita ao Piauí, em 1970. E, acerca da conservação do acervo rupestre, a mesma afirmou na sua tese de doutoramento, publicada cinco anos depois, que: *"la Toca do Paraguaio contient, au total, 745 figures qui ont été relevées; nous calculons qu'à peu pres trente pour cent des peintures ont été abimées ou ont disparu"* (Guidon, 1975, p. 68). Já nos casos dos sítios da Toca da Entrada do Pajaú e da Toca da Entrada do Baixão da Vaca a arqueóloga refere que: *"la Toca da Entrada do Pajaú présentait, à l'époque du relevé, en avril 1973, un total de 504 figures, mais à peu près autant doivent avoir été détruites"* (Guidon, 1975, p. 100). No que concerne ao segundo sítio: *"on trouve dans la Toca da Entrada do Baixão da Vaca, un total de 749 figures; il se peut qu'un nombre égal ait disparu sous l'action du temps ou sous les nids de guêpes"* (Guidon, 1975, p. 110).

Fato é que desde a publicação deste primeiro levantamento do patrimônio rupestre do Desfiladeiro da Capivara, o estado de conservação das gravuras e pinturas continua a sofrer com agravantes de ação natural e antrópica, como são exemplos: cristalização de sais; desplacamento; deposição de sedimentos; erosão eólica; percolação da água pluvial; insolação; marcas de fuligem; oxidação; verniz desértico; ação de cupins e vespas; colmeias de abelhas e marimbondos; fungos e outros animais; acréscimo de elementos gráficos e danos decorrentes da própria fruição turística (Lima *et al.,* 2020, Macedo *et al.,* 2019).

Em âmbito conservativo, nas últimas décadas, no Parque Nacional Serra da Capivara, se destacam os esforços de Lage (1998a, 1998b, 1999), em colaboração com a Missão Francesa (2002) e com Borges, Guidon e Rocha Júnior (2005; 2007). Recentemente, devemos fazer particular referência ao trabalho de Cisneiros, Krempser e Tavares (2021), no quesito diagnóstico do estado de conservação do sítio arqueológico da Toca da Entrada do Pajaú, enquanto sítio piloto escolhido para implementação do plano de ação do grande projeto "Documentação e conservação dos sítios com Arte Rupestre no Parque Nacional Serra da Capivara" (Cisneiros, 2021, p. 29). É importante considerar, que o referido sítio arqueológico já havia sido objeto de uma primeira intervenção de consolidação dos suportes rochosos em 1993 e, de uma segunda a partir do ano de 2001, no âmbito do projeto "Consolidação estrutural da Toca da Entrada do Pajaú", executado pela equipe dirigida por Maria Conceição Lage, em parceria com a FUMDHAM e o IPHAN, com um custo total de R$ 22.941,06 (Da Luz, 2012, p.56; Figueiredo & Puccioni, 2006).

Este histórico de procedimentos de consolidação no sítio da Toca da Entrada do Pajaú, se dá num contexto morfológico sujeito a contínua ação da variação térmica, eólica, hídrica e de intensa incidência solar. De fato, o sítio se localiza numa alta vertente, na cota dos 510 m. Trata-se de um abrigo arenítico conglomerático, que assume a forma de anfiteatro com uma profundidade de 13 m, um comprimento de 20 m e uma altura máxima de 15 m (figura 4). Estamos perante um suporte rochoso sujeito a contínuo estresse físico-químico devido a amplitude térmica do microclima local, com picos de calor e contínua variação de umidade.

Figura 4 - Sítio da Toca da Entrada do Pajaú
Fonte: Autores (2025).

Caso distinto do que verificamos na Toca do Paraguaio, que se localiza numa zona de média vertente, na cota dos 460m, tratando-se de um sítio do tipo parede, cuja cobertura vegetal arbórea do vale lhe garante uma relativa proteção contra a ação direta dos agentes atmosféricos. A profundidade do sítio não ultrapassa os 9 m, possuindo um comprimento de 73 m e uma altura de cerca de 10 m (figura 5). Trata-se de um abrigo de arenito fino conglomerático com registro pictórico em ambas superfícies rochosas, disperso pela parede vertical e o teto, cuja pavimentação se dispõe em dois níveis: o lajeado e o passadiço instalado para a visitação.

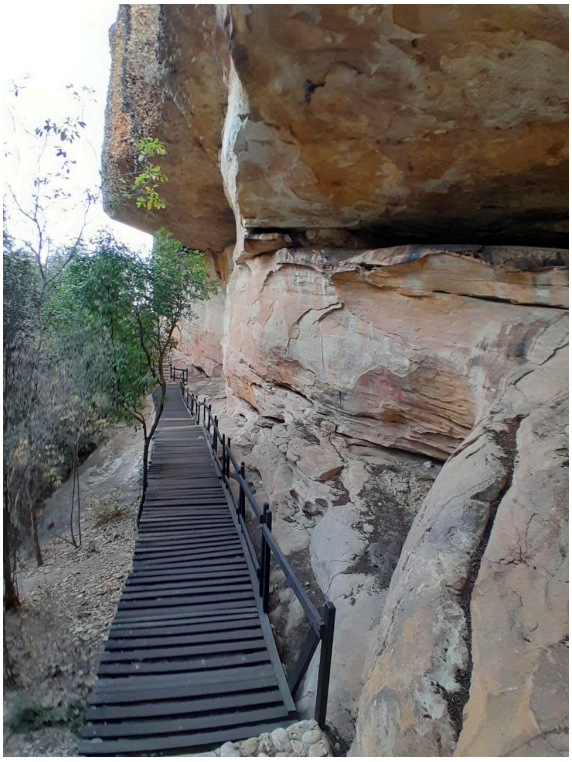


Figura 5 - Sítio da Toca do Paraguaio
Fonte: Autores (2025).

Analisando estes dois contextos arqueológicos, verificamos que há uma considerável diferenciação da ação dos agentes naturais, o que adverte para a necessária verificação da ação decorrente dos fatores microclimáticos aquando da definição da metodologia conservativa a ser adotada em cada sítio. Pelo que é fundamental proceder a coleta de dados em campo tendo por base a contextualização orográfica: 1. Áreas de chapada; 2. Áreas limítrofes ao cânion, 3. Áreas localizadas no interior dos cânions; bem como, a integração no banco de dados dos tipos de cobertura terrestre (*land covers*) associados aos sítios arqueológicos. A análise integral dos contextos contribui para a elaboração de mapas globais de maior detalhe, os quais devem conter múltiplas variáveis: identificação dos níveis de risco, mapeamento dos habitats e rastreamento das mudanças climáticas.

De fato, o atual contexto climático torna imprescindível o contínuo monitoramento dos dados meteorológicos e biofísicos, considerando que a ciclicidade anual da variação da amplitude térmica e a sazonalidade entre os meses secos e o período do ano chuvoso tende a tornar-se cada vez mais irregular considerando que dentre os biomas brasileiros, a Caatinga é aquele mais suscetível às mudanças climáticas:

> *the climatic changes under way, causing a tendency for aridization and alteration in the composition and structure of vegetation, combined with the anthropogenic destruction and natural vulnerability, lead to an expectation of total collapse of the diversity of plants in the Caatinga biome by the end of this century, unless effective preventive action is taken* (Cavalcante *et al.*, 2020, p. 2)

De fato, tanto o relatório do IPCC AR6 (2022), quanto o relatório 'Mudança do Clima no Brasil - Síntese Atualizada e Perspectivas para Decisões Estratégicas' (2024) apresentam dados alarmantes relativamente à preservação do bioma da Caatinga. Um terço do bioma tem alto potencial de desertificação, reconhecida a suscetibilidade da cobertura vegetal face às variações térmicas e pluviométricas, tendo já perdido aproximadamente 50% da flora original (Coelho *et al.,* 2024; Mirzabaev *et al.,* 2022). Razões que nos levam a considerar impreterível a monitorização dos dados atmosféricos tendo em vista o risco a que estão sujeitos os acervos rupestres.

Método

Nesse contexto, o método de coleta dos dados foi feito com dataloggers da marca Akso modelo 172, foram registrados durante o período de estudo a cada hora a temperatura em graus celsius (ºC) e umidade relativa do ar (%), cada registro foi associado ao seu respectivo ano e mês e à hora

visando análises temporais detalhadas. Para avaliar tendências de temperatura e umidade, foram calculadas estatísticas anuais, incluindo máximo, mínimo, média e os percentis 5 e 95. No que diz respeito às análises e apresentação dos dados, estas foram realizadas utilizando linguagem *Python*, com as bibliotecas *pandas* (manipulação de dados), *matplotlib* e *seaborn* (visualização gráfica). Para garantir a reprodutibilidade, todos os códigos utilizados neste estudo estão disponíveis no repositório do GitHub: https://github.com/GustavoNess/analise-exploratoria-temperatura-umidade.

Para a identificação de *outliers* e extremos mensais foi construído gráficos *boxplots* mensais de temperatura e umidade. Os *outliers* foram representados por símbolos circulares de cor amarela e os extremos por símbolos circulares vermelhos, permitindo identificar valores atípicos sem prejudicar a visualização da tendência central e da dispersão dos dados, e os extremos foram definidos pelos percentis 5 e 95. Para o cálculo de *outliers* foram definidos pelo intervalo interquartílico -IQR - (eq. 01):

IQR=Q3 – Q1, *Outlier* se o Valor < Q1 – 1.5 · IQR ou se o Valor > Q3 +1.5 · IQR (eq. 01)

Além disso, a variação horária da temperatura foi obtida como a diferença entre o valor máximo e mínimo registrado em cada hora do dia para cada mês (eq. 02):

$$Variação_{m,h} = \max(Temperatura_{m,h}) - \min(Temperatura_{m,h})$$

(eq. 02)

Essa variação foi apresentada em *heatmap*, permitindo identificar meses que tem horários com maior instabilidade térmica ao longo do dia. Essa abordagem é relevante para avaliar potenciais efeitos de dilatação térmica em superfícies sensíveis.

Resultados

Considerando o monitoramento da Toca da Entrada do Pajaú, verificamos uma tendência de aumento gradual da temperatura máxima, mínima e média para o microclima do sítio, como podemos verificar em base aos dados estatísticos anuais do último quadriênio (2022-2025). De fato, no ano de 2022, a temperatura máxima foi de 34,9ºC, ao que se seguiram dois anos com temperaturas máximas superiores em 2,9ºC e 2,5ºC, tendo no presente ano de 2025 já sido registada uma temperatura máxima de 35,7ºC. As temperaturas mínimas apresentaram, igualmente, uma elevação ao longo dos anos, fatores que indicam um aumento gradual da temperatura média nesta zona de alta vertente do Desfiladeiro do Capivara (tabela 1).

Tabela 1: Estatísticas anuais de temperatura (°C) no sítio da Toca da Entrada do Pajaú

Ano	Máx. temp. (ºC)	Mín. temp. (ºC)	P95	P05	Média temp. (ºC)
2022	34.9	17.3	31.9	24.5	26.27
2023	37.8	19.5	34.6	22.9	28.36
2024	37.4	18.8	33.3	22.8	27.38
2025	35.7	19.5	33.3	22.8	27.25

Fonte: Autores (2025).

Com relação a umidade relativa, verificamos uma grande amplitude com variações entre os 15% e 96%, com mínimas elevadas intercaladas com quedas acentuadas, o que indica uma variabilidade ambiental ao longo do tempo no microclima da Toca da Entrada do Pajaú (tabela 2).

Tabela 2: Estatísticas anuais de umidade relativa do ar (%) no sítio da Toca da Entrada do Pajaú.

Ano	Máx. umid. (%)	Mín. umid. (%)	P95	P05	Média umid. (%)
2022	96.1	16.8	89.5	33.5	63.70
2023	85.6	15.7	74.1	30.2	50.51
2024	94.5	15.1	88.1	33.0	61.11
2025	93.8	19.1	85.9	35.2	60.61

Fonte: Autores (2025).

Em síntese, o aumento gradual da temperatura, ainda que observado em uma série temporal curta, pode potencializar processos de dilatação e contração térmica nas superfícies rochosas, contribuindo para o intemperismo, além do comprometimento do acervo gráfico e pictórico rupestre, caso recentemente objeto de análise em outro contexto semiárido (Almeida *et al.*, 2023).

Discussão

Os dados indicam tendências preliminares de alterações climáticas, que podem afetar a preservação do sítio da Toca da Entrada do Pajaú, reforçando a necessidade de monitoramento contínuo e medidas preventivas. Essa amplitude de umidade também contribui significativamente nos processos de degradação física, uma vez que a alternância entre períodos úmidos e secos acelera a fissuração e a descamação das superfícies rochosas.

Os *boxplots* mensais de temperatura (figura 6) e umidade relativa do ar (figura 7) revelaram variações significativas em todos os meses, com presença de *outliers* e extremos indicando valores atípicos dentro de cada período. Observa-se que, recentemente, há picos de variação de temperatura maiores e mais frequentes, enquanto a umidade apresenta flutuações amplas, com máximos elevados, mas também quedas abruptas. Essas oscilações podem estar associadas a padrões sazonais naturais, à própria variabilidade típica dessas variáveis meteorológicas, ou ainda a possíveis intensificações decorrentes das mudanças climáticas.

Essas variações abruptas podem intensificar processos físicos nos suportes rochosos do sítio da Toca da Entrada do Pajaú. Em particular, mudanças rápidas de temperatura promovem dilatação e contração térmica dos suportes, enquanto oscilações de umidade podem contribuir para expansão e retração dos minerais e causar microfissuras. Juntas, essas dinâmicas favorecem o desgaste, a descamação e a degradação dos grafismos e superfícies pictóricas, tornando os eventos climáticos extremos agravantes no processo de conservação do acervo rupestre. Além disso, tendências recentes de aumento da frequência e magnitude de variações podem estar associadas às mudanças climáticas, intensificando os riscos de degradação física em períodos críticos do ano.

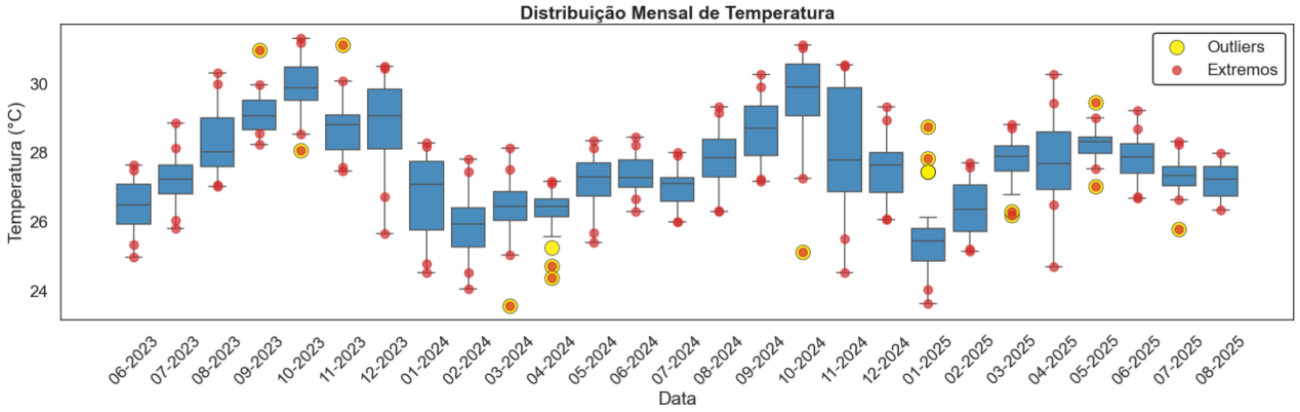


Figura 6 - Distribuição mensal de temperatura na Toca da Entrada do Pajaú, com *outliers* e extremos
Fonte: Autores (2025).

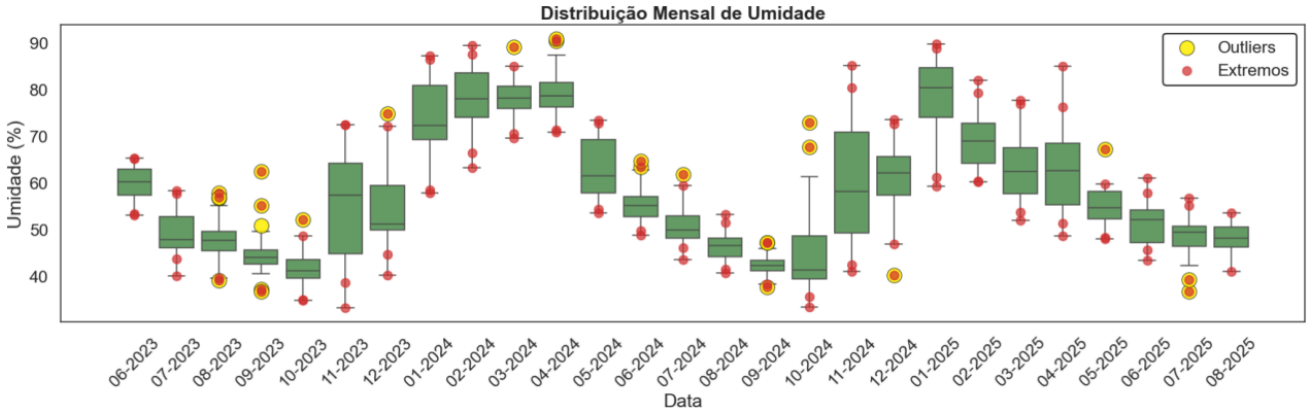


Figura 7 - Distribuição mensal de umidade relativa do ar na Toca da Entrada do Pajaú, com *outliers* e extremos
Fonte: Autores (2025).

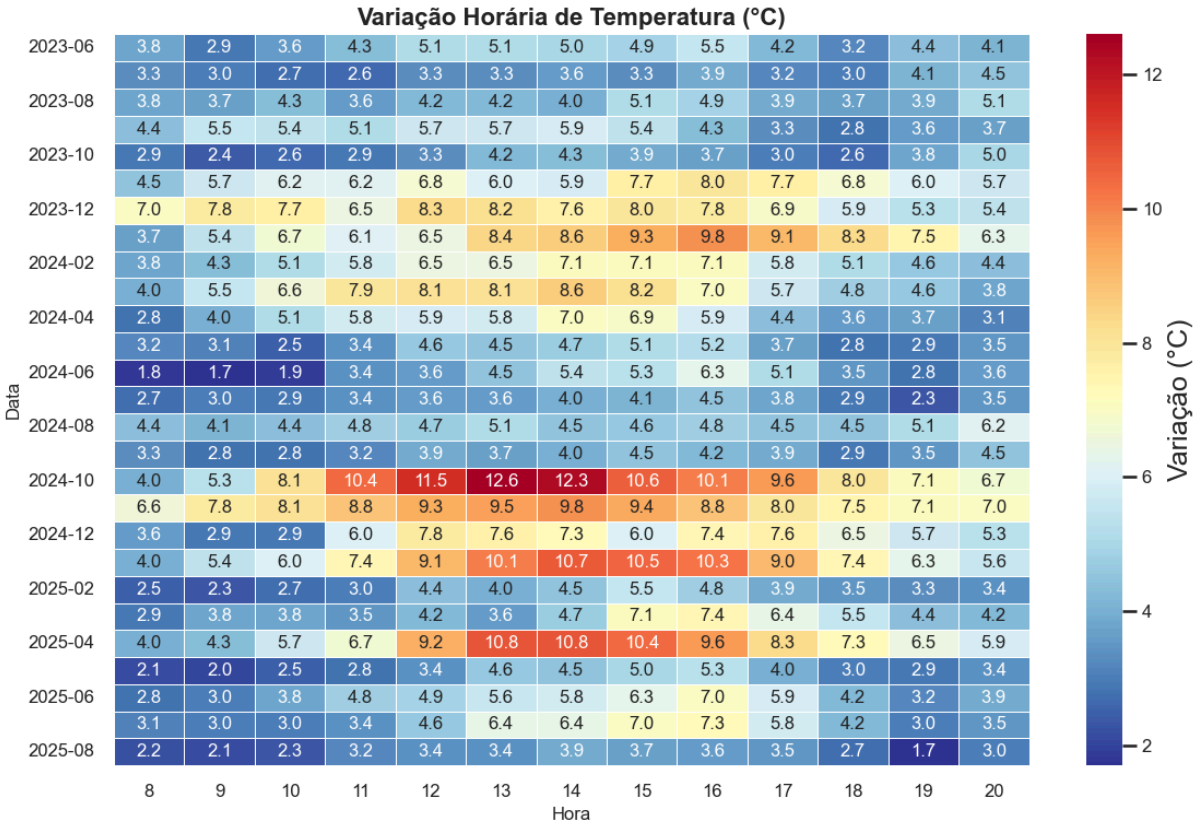


Figura 8 - *Heatmap* de variação horária de temperatura (°C) por mês na Toca da Entrada do Pajaú
Fonte: Autores (2025).

Em complemento, o *heatmap* de variação horária (figura 8) indica que os picos de instabilidade térmica se intensificaram em outubro de 2024, atingindo até 12,6°C, enquanto no mesmo período e horário de 2023 o máximo foi de apenas 4,3°C. Ao final de 2023, os máximos chegaram a cerca de 8°C, atingindo 9,8°C em janeiro de 2024. Esse aumento na amplitude térmica, que deverá tornar-se cada vez mais frequente mediante a ocorrência de eventos extremos, potencializa a dilatação e a contração térmica das superfícies rochosas e acelera o desgaste de gravuras e pinturas rupestres. Fenômenos climáticos como *El Niño* e *La Niña* podem contribuir para essas variações de temperatura e umidade relativa, alteram padrões regionais de aquecimento e precipitação (Seneviratne *et al.*, 2012). Esses efeitos, aliados às tendências de mudanças climáticas, reforçam o risco de alterações do microclima da Toca da Entrada do Pajaú e, em decorrência, da conservação do acervo rupestre.

Considerações finais

O somatório dos dados apresentados demonstra o quão necessário é instituir um novo quadro metodológico e normativo em prol da conservação e monitoramento do Patrimônio Natural e Arqueológico frente às mudanças climáticas em curso no Parque Nacional Serra da Capivara. É crucial entender como a degradação acontece para conseguir antecipar o comportamento dos materiais e proceder a conservação preventiva de forma eficaz (Chen *et al,* 2024). A degradação dos suportes rochosos se intensifica com as mudanças climáticas, que cada vez causam eventos meteorológicos mais frequentes e severos (Hollesen, 2022). Os resultados do tratamento dos dados do último quadriênio (2022-2025) reafirmam que a conservação dos acervos rupestres depende tanto dos mecanismos de transferência e regulação do clima, como de fatores pedológicos, geohidrológicos e fenológicos (Bertolin, 2019).

De fato, o acervo gráfico e pictórico rupestre está intrinsecamente ligado à preservação ambiental.

O patrimônio rupestre presente no Desfiladeiro da Capivara é extremamente sensível a alterações no seu entorno. A cobertura vegetal ao redor dos sítios de arte rupestre atuam como um escudo protetor que regula a temperatura e umidade relativa do ar no interior dos abrigos, criando um microclima mais estável. A perda de vegetação pode levar a um aumento da erosão eólica, da ação pluviométrica, bem como da incidência solar, fatores que acarretam a aceleração de processos de meteorização físico-química dos suportes rochosos (Cisneiros *et al.,* 2022).

Como pudemos verificar no sítio da Toca da Entrada do Pajaú, grandes flutuações de temperatura como as decorrentes no ano de 2024 podem causar a expansão e contração da rocha, gerando fissuras e o desprendimento de camadas superficiais (Lage & Farias Filho, 2018). A ação termorreguladora das plantas cria uma barreira natural, que evita a prolongada incidência de luz solar, causadora do desvanecimento das cores e a degradação dos pigmentos minerais utilizados nas pinturas (Almeida *et al.,* 2023). Por esta razão, a preservação da cobertura vegetal e o monitoramento integral é fundamental nas áreas próximas aos sítios arqueológicos.

Se a vegetação está conservada, esta poderá oferecer serviços ecossistêmicos essenciais associados para a conservação da arte rupestre: termorregulação, prevenção da erosão, controle de pragas e mantimento da integridade do solo (Samuels & Platts, 2022). Um ecossistema saudável regula a qualidade do ar, a água e a temperatura, protegendo o patrimônio rupestre de danos ambientais. A estes serviços de regulação, é necessário o fomento da produção científica e da educação patrimonial, enquanto estratégias de resiliência, uma vez que sítios bem preservados são laboratórios vivos que ensinam sobre a história da humanidade e a evolução dos ecossistemas.

Referências

AÏN-SÉBA, Nagète. Saharan Rock Art, a reflection of climate change in the Sahara. **Revista Tabona**, v. 22, p. 303–317, 2022.

ALMEIDA, Danyel; LAGE, Maria Conceição; FILHO, Benedito; BARROS, Wilkins. Aplicação de ferramentas arqueométricas no estudo e na conservação do sítio Morro do Letreiro, Palmeiras, Piauí: um estudo de caso. **Revista de Arqueologia,** v. 36, n. 2, p. 83–102, 2023.

BEHLING, Hermann; ARZ, Helge.; PÄTZOLD, Jürgen; WEFER, Gerold. Late Quaternary Vegetational and Climate Dynamics in Northeastern Brazil, Inferences from Marine Core GeoB 3104-1. **Quaternary Science Reviews,** Amsterdam, v. 19, n. 10, p. 981-994, 2000.

BÉLO, Pétrius. **Alterações Antrópicas em Restos Fósseis da Megafauna: Tafonomia do Sítio Arqueológico e Paleontológico "Toca da Janela da Barra do Antonião", Área Arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2012.

BERTOLIN, Chiara. Preservation of Cultural Heritage and Resources Threatened by Climate Change. **Geosciences**, v. 9, n. 6, p. 1-11, 2019.

BRANDL, Eric Joseph. **Australian Aboriginal Paintings in Western and Central Arnhem Land, Temporal Sequences and Elements of Style in Cadell River and Deaf Adder Creek Art**. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1973.

BUENO, Lucas; DIAS, Adriana; STEELE, James. The late Pleistocene/Early Holocene Archaeological Record in Brazil: a Geo-refenced Database. **Quaternary International,** v. 301, p. 74-93, 2013.

CAVALCANTE, Arnóbio; DUARTE, Aryberg; OMETTO, Jean Pierre. Modeling the potential distribution of *Epiphyllum phyllanthus* (L.) Haw

under future climate scenarios in the Caatinga biome. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 92, n. 2, p. 1–12, 2020.

CISNEIROS, Daniela; TAVARES, Bruno; KREMPSER, Eduardo. Documentação e diagnóstico de conservação do sítio Toca da Entrada do Pajaú, Parque Nacional Serra da Capivara – PI, Brasil. **Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio**, v. 2, n. 6, p. 27–53, 2021.

CISNEIROS, Daniela; TAVARES, Bruno; COSTA, Hercules. A utilização do ocre na pré-história da Serra da Capivara, Piauí, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 17, n. 3, 2022.

CHALOUPKA, George. **From Palaeoart to Casual Paintings**. Darwin: Northern Territory Museum of Arts and Sciences (Monograph Series, 1), 1984.

CHALOUPKA, George. **Journey in Time: The World's Longest Continuing Art Tradition: The 50,000-Year Story of the Australian Aboriginal Rock Art of Arnhem Land**. Chatswood, Reed, 1993.

CHAVES, SÉRGIO. História das Caatingas: a Reconstituição Paleoambiental da Região Arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara através da Palinologia. **Fundhamentos**, v. 1, n. 2, p. 85-103, 2002.

CHEN, Guolong; FU, Bo; JIANG, Yunwei; SUO, Xinhao; LAI, Yuqin; CHEN, Zhiwei; LI, Jingyi; LI, Longsheng; LU, Mengmeng; TANG, Yunwei; GUO, Huadong; YANG, Ruixia; LI, Bengang. Natural World Heritage Sites are at risk from climate change globally. **Communications Earth & Environment,** v. 5, n. 760, p. 1–8, 2024.

COELHO, Cíntia; MOLLETA, Danielly; OMETTO, Jean; ROGÉRIO, Josicléia; CALDAS, Julia; CRUZ, Márcio; COPERTINO, Margareth; ARAÚJO, Moacyr; CARMO, Sofia. **Mudança do clima no Brasil: síntese atualizada e perspectivas para decisões estratégicas**. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024.

DA COSTA, Amélie. **Rupture technique et dynamiques d'occupation au cours del'Holocènem oyen au Brésil.** Tese (Doutorado em Pré-História). Universidade de Paris Nanterre, Paris 2017.

DA LUZ, Carolina. Sítios arqueológicos de registro rupestre: gestão compartilhada e as ações de preservação do IPHAN no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno – Piauí, Brasil. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Piauí, 2012.

DORN, Ronald; WHITLEY, David; CERVENY, Niccole; GORDON, Steven. The Rock Art Stability Index: a new strategy for maximizing the sustainability of rock art. **Heritage Management,** v. 1, n. 1, p. 37–70, 2008.

FIGUEIREDO, Diva; PUCCIONI, Silvia (orgs.) **Consolidação Estrutural da Toca da Entrada do Pajaú: diagnóstico e proposta de intervenção**. Cadernos do Patrimônio Cultural do Piauí. Teresina: IPHAN, 2006.

GOMES, Otávio. **Processamento e Análise de Imagens Aplicados à Caracterização Automática de Materiais,** Dissertação (Mestre em Ciências da Engenharia Metalúrgica), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

GROHMANN, Carlos. **Introdução a análise digital de terreno com GRASS-SIG.** Instituto de Geociências, USP: São Paulo, 2008.

GRIGGO, Christophe; DE SOUZA, Ideerlan; BOËDA, Éric; FONTUGNE, Michel; HATTÉ, Christine; LOURDEAU, Antoine; GUIDON, Niède. La Faune du Pléistocène Supérieur - Holocène Ancien de la Toca da Pena (Piauí, Brésil) - Étude Paléontologique. **Quaternaire,** v. 29, n. 3, p. 205-216, 2018.

GUIDON, Niède. **Peintures rupestres de Varzea Grande Piauí, Brésil. Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud**, n. 3. França: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1975. p. 1–174.

GUIDON, Niède; VIDAL, Irma; BUCO, Cristiane; SALVIA, Eliany; FELICE, Gisele; PINHEIRO, Patricia. Notas sobre a pré-história do Parque Nacional Serra da Capivara. **Fundhamentos**, v. 1, n. 2, p. 105-141, 2002.

GUIDON, Niède; BUCO, Cristiane; IGNÁCIO, Elaine. Escavações em três abrigos da Serra Branca. **Fundhamentos**, v. 6, p. 52-73, 2007.

HOLLESEN, Jørgen. Climate change and the loss of archaeological sites and landscapes: a global perspective. **Antiquity**, v. 96, n. 390, p. 1382–1395, 2022.

ICOMOS. (a) Climate Change and Cultural Heritage Working Group, "**The Future of Our Pasts: Engaging cultural heritage in climate action**". Paris, 1 jul. 2019a.

ICOMOS. (b) "**ICOMOS work on Climate change**". 13 set. 2019b.

ICOMOS. ICOMOS Working Groups, "**Climate Action Working Group**". 23 mar. 2022.

ICOMOS-Br. **Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas.** 2025.

JUSTAMAND, Michel; BALBINO, Ana; BUCO, Cris.; OLIVEIRA, Gabriel; ALMEIDA, Vitor.; PAIVA, Leandro. A economia ancestral e os registros rupestres. **Anuário de Arqueología**, v. 14, p. 65–77, 2022.

LAGE, Maria da Conceição. (a) **Preservação de sítios de arte rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí – Brasil**. *In*: Congresso Internacional de Arte Rupestre, 1998, Vila Real, Portugal. Anais do Congresso Internacional de Arte Rupestre. Vila Real: Editora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, v. 1. p. 58, 1998a.

LAGE, Maria da Conceição. (b) **Datações de pinturas rupestres da área do PARNA Serra da Capivara**. CLIO. Série arqueológica (UFPE), Recife, v. 1, n. 13, p. 203–213, 1998b.

LAGE, Maria da Conceição. Dating of the prehistoric paintings of the archaeological area of the Serra da Capivara National Park. In: Matthias Stuecker; Paul Bahn (orgs.). **Dating and the earliest known rock art**. 1. ed. Londres: Oxford, 1999. v. 1. p. 49–52.

LAGE, Maria da Conceição. A conservação de sítios de arte rupestre. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, p. 95–107, 2007.

LAGE, Maria da Conceição; BORGES, Jóina; ROCHA JÚNIOR, Simplício. **Sítios de registros rupestres: monitoramento e conservação**. Mneme (Caicó. Online), Recife, v. 1, n. 1, p. 1–24, 2005.

LAGE, Maria da Conceição; GUIDON, Niède; BORGES, Jóina. Safeguard and conservation of the rock art at the Serra da Capivara National Park. **Fumdhamentos**, v. 1, p. 47–56, 2007.

LAGE, Maria da Conceição; PUCCIONI, Sívia; FIGUEIREDO, Diva Maria; ARRAES, Maria das Graças; FERREIRA, Marco Antônio; PÁDUA, Luís; CARVALHO, Eulália Maria; MEDEIROS, Elizabeth. Intervention de Conservation sur un site: la Toca da Entrada du Pajaú – Parc National de la Serra da Capivara (Piauí, Brésil). *In*: Régine Hocquette; Marcel Stefanaggi; Pascal Bieret; Jacques Brunet (orgs.). **L'Art avant l'Histoire: la conservation de l'Art Préhistorique**. 1. ed. Paris: Éditions SFIIC, 2002. v. (não especificado). p. 159–163.

LAGE, Maria Conceição; FARIAS FILHO, Benedito. Arqueometria aplicada à conservação de sítios de arte rupestre. **Cadernos do Lepaarq**, v. 15, n. 30, p. 327–343, 2018.

LIMA, Dhara; SANTOS, Janaína; LINKE, Vanessa. Contexto paisagístico de sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil: o circuito turístico do Desfiladeiro. In: Mageste, L. E. C.; Amaral, A. M.; Cardoso, R. A. (orgs.). **Arqueologia e Patrimônio**. Vol. I – Experiências, Métodos e Teorias. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2020. p. 52–76.

LOURDEAU, Antoine. A Serra da Capivara e os primeiros povoamentos sul-americanos: uma revisão bibliográfica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 14, n. 2, p. 367-398, 2019.

MACEDO, Andréia; BARBOSA, Maria Fátima; FELICE, Gisele. Agentes naturais de degradação em sítios rupestres: exemplos no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí – Brasil. **Fumdhamentos**, v. 16, n. 1, p. 89–125, 2019.

MIRZABAEV, Alisher; STRINGER, Lindsay; BENJAMINSEN, Tor; GONZALEZ, Patrick; HARRIS, Rebecca; JAFARI, Mostafa; STEVENS, Nicola; TIRADO, Cristina; ZAKIELDEEN, Sumaya. Cross-Chapter Paper 3: Deserts, Semiarid Areas and Desertification. In: **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability.** Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner et al. (eds.)]. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. p. 2195–2231.

PELLERIN, Joel. **Unidades de relevo e formações superficiais.** In: PESSIS, A.M.; MARTIN, G.; GUIDON, N. (org.). Os biomas e as sociedades humanas na pré-história: região do Parque Nacional Serra da Capivara, Brasil. São Paulo: A&A, v. II-A, p. 58-67, 2014.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da Pré-história: os biomas e as sociedades humanas no Parque Nacional Serra da Capivara**. São Paulo: FUMDHAM: Ed. São Paulo, 2013.

PESSIS, Anne-Marie; CISNEIROS, Daniela; MUTZEENBERG, Demétrio. **Identidades gráficas nos registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil**. FUMDHAMentos, v. 15, n. 2, p. 33–54, 2018.

SAMUELS, Kathryn; PLATTS, Ellen. **Global climate change and UNESCO World Heritage**. International Journal of Cultural Property, Cambridge University Press, v. 29, n. 4, p. 409–432, 2022.

SANTOS, Janaíma. **O Quaternário do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil: morfoestratigrafia, sedimentologia, geocronologia e paleoambientes**. Tese (Doutorado em Geociências) Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2007.

SENEVIRATNE, Sonia; NICHOLLS, Neville; EASTERLING, David; GOODESS, Clare; KANAE, Shinjiro; KOSSIN, Janes; LUO, Yali; MARENGO, Jose; MCLNNES, Katheleen; RAHIMI, Mohammad; REICHSTEIN, Markus; SORTEBERG, Asgeir; VERA, Carolina; ZHANG, Xuebin. Changes in climate extremes and their impacts on the natural physical environment. In: **Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation** [Field, C. B. *et al*. (Orgs.)]. Cambridge; New York: Cambridge University Press, pp. 109–230, 2012.

SOUZA, Daniel.; SPINOLA, Diogo; SANTOS, Janaina; TATUMI, Sonia; YEE, Marcio; OLIVEIRA, Raquel; ELTINK, Estevan; LOPES, Davi; SPÖTL, Christoph; CHERKINSKY, Alex; REIS, Hilda; SILVA, Jhonathan; AULER, Augusto; CRUZ, Francisco. Relict soil features in cave sediments record periods of wet climate and dense vegetation over the last 100 kyr in a presente-day semiarid region of northeast Brazil. **Catena**, v. 226, p. 107092, 2023.

SURYA, Leandro; CARRÉRA, Mércia; FLOQUET, Sérgio. Avaliação de uma metodologia de monitoramento com imagens digitais para a conservação preventiva de pinturas rupestres. **Cadernos do Lepaarq**, v. 15, n. 30, p. 147–161, 2018.

SURYA, Leandro; MAGALHÃES, Danilo; MACÊDO, Renê; ARRUDA, Jota. **D**ados de elementos climáticos para a conservação de sítios arqueológicos na área do Parque Nacional Serra da Capivara – PI. **Revista de Geologia**, v. 32, n. 2, p. 269–276, 2019.

TAÇON, Paul; MAY, Sally; WESLEY, Daryl; JALANDONI, Andrea; ROXANNE, Tsang. MANGIRU, Kenneth. History disappearing: the rapid loss of Australian contact period rock art. **Journal of Field Archaeology**, v. 46, n. 2, p. 119–131, 2021.

UNESCO. "**Decision 40 COM 7 State of Conservation of World Heritage Properties**". 40th Session of the World Heritage Committee (40 COM), 2016.

UNESCO. (a) **"UNESCO Strategy for Action on Climate Change"**. 39th Session General Conference. Paris, 2 out. 2017a.

UNESCO. (b) **"Declaration of Ethical Principles in relation to Climate Change".** 39th Session General Conference. Paris, 13 nov. 2017b.

UNESCO. **"Changing minds, not the climate: UNESCO mobilizes to address the climate crisis".** Paris, 2019.

UNESCO. **"Evaluation of UNESCO's Strategy for Action on Climate Change"** (2018–2021), IOS/EVS/PI 196. Paris, mai. 2021.

UNESCO. **"Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention".** World Heritage Centre. Paris, 3 jul. 2025.

VAN HAVRE, Grégoire; BARBOSA, Rute; MONTEIRO, Kleython. Modelos Preditivos Espaciais: Arqueologia e Geografia em Perspectiva. *In*: NETTO, C.X.A.; VAN HAVRE, G. (Orgs.). **De Ingá a Arqueologia Inclusiva: Novas Linguagens.** V. 2. Arqueologia e Humanidades Digitais, p. 46-73, 2021.

WHITE, Carmel. "**Plateau and Plain: Prehistoric Investigations in Arnhem Land, Northern**

Territory." PhD diss., Australian National University, Canberra, 1967.

ZERBONI, Andrea; VILLA, Federica; WU, Ying-Li; SOLOMON, Tadele; TREENTINI, Andrea; RIZZI, Alessandro; CAPPELLI, Francesca; GALLINARO, Marina. The Sustainability of Rock Art: Preservation and Research. **Sustainability**, v. 14, p. 6035, 2022.

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.09

Biodiversidade como impulsionador das mudanças climáticas em Moçambique

Biodiversity as a driver of climate change in Mozambique

Resmino Maximiliano*

Palavras chave:
Biodiversidade
Mudanças climáticas
Conservação ambiental

Resumo: O presente estudo intitulado *"Biodiversidade como impulsionador das mudanças climáticas em Moçambique"* analisa a relação entre a degradação dos ecossistemas e o agravamento das alterações climáticas no contexto moçambicano. Destaca a importância da biodiversidade como elemento essencial para o equilíbrio ambiental e a mitigação dos impactos climáticos, evidenciando como sua perda acelera processos de desertificação, erosão e instabilidade ecológica. O principal objetivo da pesquisa foi compreender de que forma a redução da biodiversidade contribui para as mudanças climáticas, bem como identificar políticas e estratégias nacionais voltadas à conservação ambiental. A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica e análise documental, recorrendo a fontes primárias e secundárias, como relatórios governamentais, estudos científicos e dados de organismos internacionais. Os resultados indicam que o desmatamento, a exploração insustentável dos recursos naturais e a expansão agrícola desordenada têm reduzido significativamente a cobertura vegetal e alterado o ciclo natural do carbono. Conclui-se que, em Moçambique, a perda de biodiversidade é simultaneamente causa e consequência das mudanças climáticas. Assim, o fortalecimento das políticas de conservação, a educação ambiental e o manejo sustentável dos recursos naturais constituem medidas fundamentais para promover a resiliência ecológica e assegurar o desenvolvimento sustentável do país.

Keywords:
Biodiversity
Climate change
Environmental conservation

Abstract: The present study entitled "*Biodiversity as a driver of climate change in Mozambique*" analyzes the relationship between ecosystem degradation and the worsening of climate change in the Mozambican context. It highlights the importance of biodiversity as an essential element for environmental balance and for mitigating climate impacts, showing how its loss accelerates processes of desertification, erosion, and ecological instability. The main objective of the research was to understand how biodiversity loss contributes to climate change, as well as to identify national policies and strategies aimed at environmental conservation. The methodology was based on a bibliographic review and document analysis, using primary and secondary sources such as government reports, scientific studies, and data from international organizations. The results indicate that deforestation, unsustainable exploitation of natural resources, and unplanned agricultural expansion have significantly reduced vegetation cover and altered the natural carbon cycle. It is concluded that, in Mozambique, biodiversity loss is both a cause and a consequence of climate change. Therefore, strengthening conservation policies, environmental education, and the sustainable management of natural resources are fundamental measures to promote ecological resilience and ensure the country's sustainable development.

Recebido em 09 de agosto de 2025. Aprovado em 12 de novembro de 2025.

* Doutorando em Curso de Graduação de Ciências Políticas e Relações Internacionais em Quelimane, Mestre em Administração Publica na extensao de Gurué- Universidade Católica de Moçambique, Licenciado em Língua Portuguesa no Centro de Ensino à Distância de Milange. E-mail: resmimunteia@gmail.com / 709220214@ucm.ac.mz.

Introdução

A biodiversidade desempenha um papel central na manutenção dos ecossistemas e na regulação do clima global. Em Moçambique, país caracterizado por uma rica diversidade biológica, que inclui florestas tropicais, manguezais, savanas e uma extensa linha costeira, os ecossistemas naturais têm sofrido crescente pressão devido à degradação ambiental e às mudanças climáticas. A perda de espécies, a fragmentação dos habitats e a exploração insustentável dos recursos naturais têm alterado a capacidade desses ecossistemas de sequestrar carbono e regular processos climáticos, tornando a biodiversidade um fator que pode intensificar os efeitos das mudanças climáticas.

Diante desse contexto, surge a questão problemática que orienta o estudo: *De que forma a perda de diversidade biológica em Moçambique influencia os processos climáticos e quais estratégias podem ser adotadas para mitigar esses impactos?*

O objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre biodiversidade e mudanças climáticas em Moçambique, destacando os impactos da degradação da diversidade biológica sobre o clima. Especificamente, busca-se: (i) identificar os principais ecossistemas moçambicanos em risco e sua relação com o clima; (ii) avaliar como a perda de biodiversidade influência a emissão de gases de efeito estufa e outros fatores climáticos; e (iii) propor estratégias de conservação e restauração ecológica que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas.

A relevância do estudo está na necessidade de compreender a interdependência entre biodiversidade e clima no contexto moçambicano, visando orientar políticas públicas, planos de conservação e práticas de gestão ambiental. Considerando os impactos sociais, econômicos e ecológicos das mudanças climáticas, especialmente em um país vulnerável como Moçambique, este estudo contribui para o fortalecimento da ciência ambiental e para a formulação de estratégias de adaptação sustentáveis, promovendo o equilíbrio entre desenvolvimento humano e preservação ecológica.

A pesquisa apresenta uma abordagem metodológica baseada em revisão bibliográfica e análise de dados de diferentes fontes primárias e secundárias, adequadas para a proposta, tendo em vista que permite articular dimensões ecológicas, climáticas e socioeconômicas.

O artigo esta estruturado em cinco partes: a primeira parte introdução, onde foram destacados a contextualização do problema de pesquisa, a questão de investigação, os objetivos e a justificativa. Segunda parte Referencial teórico, para estabelecer uma base consistente para nossa análise. Depois apontaremos as diversidades biológicas, com ênfase especial nas diversidades terrestres, ecossistemas aquáticos e pescas artesanais; saúde pública e ecossistemas; bem como estratégias de migração e conservação. Terceira parte Metodologias, onde foram abordados os métodos que concretizaram o presente estudo. Quarta parte Discussão dos Resultados. Quinta parte tem-se Conclusão e Recomendações, finalizando com as Referências Bibliográficas.

Referencial Teórico

A análise da biodiversidade e sua relação com as mudanças climáticas é fundamental para compreender de que forma Moçambique pode enfrentar e mitigar os efeitos dessas alterações ambientais. Este referencial teórico aborda quatro eixos centrais: (i) biodiversidade e mudanças climáticas em Moçambique; (ii) impactos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade (terrestre, aquática e pesca artesanal); (iii) relação entre saúde pública e ecossistemas; e (iv) estratégias de migração e conservação.

Biodiversidade e mudanças climáticas em Moçambique

A biodiversidade desempenha um papel essencial na manutenção dos ecossistemas e na provisão de serviços ambientais indispensáveis à vida humana. Segundo o MICOA (2012), Moçambique é caracterizado por uma vasta diversidade biológica e ecossistemas variados, como florestas tropicais, mangais, savanas e zonas costeiras. No entanto, as mudanças climáticas têm provocado impactos significativos sobre a fauna, a flora e os modos de

vida das populações locais. Outrossim, além dos aspectos socioeconómicos, Moçambique apresenta uma rica diversidade biológica, expressa em ecossistemas variados, como florestas tropicais, mangais, savanas e zonas costeiras, que desempenham papel crucial na sustentabilidade ambiental do país.

As alterações no regime de chuvas, o aumento das temperaturas médias e a ocorrência de fenómenos climáticos extremos, como ciclones e secas, contribuem para a degradação dos habitats naturais, colocando diversas espécies em risco de extinção e comprometendo os serviços ecossistêmicos essenciais (IPCC, 2022). Assim, a variabilidade climática tem promovido a fragmentação de habitats, a perda de biodiversidade e a diminuição da capacidade de provisão dos serviços ambientais, afetando diretamente a subsistência humana.

De acordo com o Ministério da Terra e Ambiente (MITA, 2020), a vulnerabilidade de Moçambique resulta tanto da sua localização geográfica — frequentemente exposta a desastres naturais — quanto da dependência da população rural dos recursos naturais para subsistência e desenvolvimento económico. Essa vulnerabilidade é agravada por práticas humanas insustentáveis, como o desmatamento, a agricultura extensiva e o uso desordenado dos recursos naturais.

Apesar da existência de instrumentos como o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, persistem fragilidades na implementação local, sobretudo na gestão comunitária de recursos naturais (Mbanze & Lemos, 2021). Esse cenário é mais grave nas províncias da Zambézia e Nampula, onde as práticas humanas intensificam a vulnerabilidade ambiental (Chongo, 2023). A FAO (2021) acrescenta que as mudanças climáticas aumentam as pressões sobre a biodiversidade, agravando a perda de cobertura vegetal, a erosão dos solos e a redução dos recursos pesqueiros — com impactos diretos sobre a segurança alimentar e a economia local.

Políticas integradas de conservação e mitigação são, portanto, essenciais para garantir a resiliência das comunidades e dos ecossistemas (Silva & Nhantumbo, 2023). A compreensão da relação entre biodiversidade e mudanças climáticas em Moçambique é crucial para a formulação de políticas públicas eficazes que conciliem conservação ambiental e desenvolvimento sustentável (Machava, 2022).

Impactos das mudanças climáticas na biodiversidade em Moçambique

As mudanças climáticas em Moçambique afetam diretamente a biodiversidade terrestre e aquática, a pesca artesanal, a saúde pública e as estratégias de conservação.

Biodiversidade terrestre

A biodiversidade terrestre constitui um pilar do equilíbrio ecológico e da manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais à vida humana. Segundo Primack e Rodrigues (2022), a diversidade biológica terrestre garante funções como regulação climática, fertilidade do solo e polinização. Já Wilson (2016) observa que a perda acelerada de espécies, decorrente da conversão de habitats para agricultura e urbanização, é um dos maiores desafios ambientais globais. Neste contexto, percebe-se que a perda acelerada de espécies, decorrente da conversão de habitats para agricultura e urbanização, representa um dos maiores desafios ambientais globais, pois compromete diretamente a biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas. Essa conversão reduz a disponibilidade de habitats naturais, fragmenta paisagens e limita a capacidade de muitas espécies de sobreviver, reproduzir-se e manter suas populações. Além disso, a redução da biodiversidade interfere nos serviços ecossistêmicos, essenciais para a manutenção da vida humana, como a polinização, o controle de pragas, a regulação hídrica e a fertilidade do solo.

Nas chamadas “hotspots de biodiversidade”, áreas com elevada riqueza de espécies, a pressão antrópica é intensa (Myers et al., 2000). Por isso, o Ministério do Meio Ambiente (2020) recomenda políticas integradas que conciliem conservação e uso sustentável dos recursos. Em Moçambique, Zacarias (2018) aponta que espécies vegetais e animais estão mudando de distribuição em resposta às alterações

climáticas. No Parque Nacional da Gorongosa, observam-se modificações na fauna e flora devido à perda de habitats e à variabilidade climática (Rádio Moçambique, 2025; Martins da Silva et al., 2023), o que compromete a estabilidade ecológica e os serviços ecossistêmicos.

Ecossistemas aquáticos e pesca artesanal

A pesca artesanal em Moçambique apresenta uma dinâmica crescente, refletindo sua importância econômica e social para as comunidades costeiras e ribeirinhas. No entanto, como destaca Rungo (2020, p. 25), "a atividade pesqueira é exercida com maior dinamismo ... contudo ... grande parte dos pescadores artesanais ainda enfrentam várias limitações socioeconómicas". Porém, evidencia-se desafios ligados à renda, acesso a equipamentos adequados e à infraestrutura de apoio, que comprometem a sustentabilidade e a segurança alimentar local. Rungo & Chitata (2021, p. 10) destacam que "a pesca artesanal tem forte ligação às tradições culturais e à organização comunitária, sendo essencial para a segurança alimentar local". Além disso, de acordo com Alberto & De Oliveira Amado (2022, p. 90), "os pescadores artesanais da Baía de Pemba percebem que as mudanças climáticas alteram o padrão das capturas e a segurança alimentar", evidenciando a vulnerabilidade socioambiental dessas comunidades. Complementando, Mocuba et al. (2024) afirmam que "o uso complementar de artes de pesca ativa e fixa revela diferenças estatísticas na abundância, biomassa e presença/ausência de espécies locais socioeconomicamente importantes". Nisso, compreende-se a importância da diversidade de técnicas para a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e para a segurança alimentar das populações locais. Odum & Barrett (2011) entendem que os ecossistemas aquáticos são vitais para a manutenção da biodiversidade e o sustento humano, desempenhando papel essencial na regulação ambiental.

A pesca artesanal, diretamente associada a esses ecossistemas, representa uma importante fonte de renda e segurança alimentar (FAO, 2020).

Contudo, a degradação ambiental, a poluição e a sobrepesca ameaçam esses recursos, comprometendo a sobrevivência de comunidades ribeirinhas e costeiras (Diegues, 2004; Ministério da Pesca e Aquicultura, 2014). Na baía de Pemba, por exemplo, o aumento da temperatura das águas e a destruição de habitats costeiros têm reduzido a disponibilidade de peixes (Alberto & Amado, 2022). Essa realidade coloca em risco a segurança alimentar e econômica das famílias dependentes da pesca artesanal.

Saúde pública e ecossistemas

Moçambique enfrenta vulnerabilidades significativas relacionadas à saúde pública que estão diretamente e indiretamente ligadas aos ecossistemas e ao ambiente natural. Ainda, é o pais mais vulnerável a impactos das mudanças climáticas com mais destaque que abrange à disponibilidade de água, as cheias, secas, à elevação do nível de mar que afetam saneamento, recursos hídricos e, consequentemente, a saúde humana. A saúde humana deve ser compreendida de maneira integrada aos ecossistemas nos quais se vive, trabalha e se desenvolve, pois "a saúde ... não é apenas a ausência de doença e sim a busca incessante do equilíbrio das necessidades humanas ancorada no conjunto das relações dos elementos que constituem o ecossistema" (Heckler de Siqueira et al., 2018, p. 559). Nesse sentido, "a realização histórica da ideologia do desenvolvimento tem implicado em profundas transformações do território, com sérias repercussões sobre a saúde das populações e dos ecossistemas" (Rigotto & Augusto, 2007). As sociedades modernas enfrentam desafios cada vez maiores para integrar saúde e ambiente, visto que "as interfaces entre questões de saúde e ambiente vêm se marcando cada vez mais ... exigindo visão abrangente dos problemas" (Freitas & Porto, 2006, p. 15). No contexto moçambicano, observa-se que "o país detém um vasto património natural ... que não apenas sustenta a vida de milhões de moçambicanos, mas também desempenha funções ecológicas globais". A relação entre saúde pública e ecossistemas tem sido amplamente discutida, ressaltando a importância da preservação ambiental

para o bem-estar humano em Moçambique. Ferreira e Andrade (2022) defendem que a degradação ambiental compromete a segurança alimentar e o controle de doenças. Por sua vez, Santos e Oliveira (2021) observam que comunidades vulneráveis, com infraestrutura sanitária precária, são as mais afetadas.

Segundo a OMS (2020), cerca de 24% das doenças globais estão associadas a fatores ambientais preveníveis. A abordagem "Saúde Única" (*One Health*) é, portanto, estratégica por integrar saúde humana, animal e ambiental (Lima et al., 2019; Brasil, 2022). A eficácia das políticas ambientais depende da integração entre ciência e saberes locais (Nhantumbo, 2019; Mbanze, 2021; MICOA, 2020). A percepção pública dessas políticas está diretamente ligada à participação comunitária e ao respeito pelas práticas tradicionais de gestão de recursos. Quando essa interação é fraca, surgem lacunas de comunicação e confiança, reduzindo a eficácia das ações ambientais e sanitárias.

A OMS (2022) destaca que o sucesso das políticas públicas depende de processos participativos e da promoção de comportamentos sustentáveis. O fortalecimento da educação ambiental e a descentralização das decisões são, assim, fundamentais para políticas mais inclusivas e eficazes (MICOA, 2020; Mbanze, 2021).

Estratégias de migração e conservação

A análise profunda das estratégias de migração e conservação em Moçambique, de acordo nas perspetivas dos inúmeros autores citados, revelam uma diversa teia de interconexões dos seus conceitos. Segundo Ngwenya (2024) confessa que a combinação entre políticas de migração planejada e conservação ambiental constitui um eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável e para a mitigação dos impactos climáticos. Na mesma senda, Fearnside (2019), as estratégias ambientais precisam alinhar a restauração ecológica às dimensões sociais, econômicas e migratórias. Conforme Ramos (2020) advoga que a migração ambiental constitui uma das respostas sociais mais evidentes à degradação ecológica e às mudanças climáticas. Assim sendo, insinuamos que a mobilidade ambiental surge como uma resposta social relevante frente à deterioração ambiental e às transformações climáticas, funcionando como mecanismo de adaptação para comunidades vulneráveis. Para a OIM (2024), as estratégias de migração planejada devem ser incorporadas às políticas públicas como medidas de adaptação e de redução de vulnerabilidades climáticas.

No mesmo pensamento, a migração ambiental constitui uma das respostas sociais mais evidentes à degradação ecológica e às mudanças climáticas, revelando-se como um mecanismo de adaptação diante da perda de meios de subsistência e da deterioração dos ecossistemas (RAMOS, 2020; OIM, 2024). Em Moçambique, as estratégias de migração e conservação têm evoluído como mecanismos complementares para enfrentar as mudanças climáticas, envolvendo a restauração ecológica, migração planejada e gestão comunitária dos recursos naturais (RAMOS, 2020; LEMES; LOYOLA, 2015; OIM, 2024; REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2023). É neste diapasão que esses autores demonstram que estas abordagens incluem iniciativas de restauração ecológica, que buscam recuperar ecossistemas degradados; a migração planejada, como forma de adaptação das comunidades vulneráveis a áreas ambientalmente mais seguras; e a gestão comunitária dos recursos naturais, promovendo a participação local na conservação e no uso sustentável dos recursos. Ainda, a combinação dessas estratégias evidência uma resposta social e ambiental integrada, alinhando a proteção da biodiversidade à resiliência das populações afetadas.

Moçambique tem desenvolvido políticas ambientais alinhadas a compromissos internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Acordo de Paris, promovendo projetos de restauração de manguezais e ecossistemas degradados como medidas de adaptação natural (ONU Moçambique, 2022; UNEP, 2024).

O manejo participativo das áreas protegidas tem mostrado resultados positivos, tanto na conservação da biodiversidade quanto na geração de renda, reforçando a importância da integração entre políticas ambientais e desenvolvimento comunitário (República de Moçambique, 2023). A migração ambiental, segundo Ramos (2020), deve ser

compreendida como uma estratégia de adaptação diante da degradação irreversível dos ecossistemas. Essa visão é partilhada por Black et al. (2011) a migração ambiental não apenas como um deslocamento forçado, mas também como uma resposta adaptativa e planejada frente às mudanças climáticas. Nesse contexto, a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024) defende a integração da migração ambiental nas políticas públicas, associando-a à governança climática e à adaptação socioambiental. De forma semelhante, Tacoli (2009) e Adger et al. (2020) argumentam que as estratégias de migração planejada podem reduzir riscos sociais e fortalecer as capacidades locais de adaptação, especialmente em países vulneráveis como Moçambique. A criação de corredores ecológicos e a restauração florestal, apontadas por Lemes e Loyola (2015), são mecanismos essenciais para fortalecer a resiliência ecológica e assegurar a conectividade dos ecossistemas. Em Moçambique, estudos de Nhantumbo e Soto (2019) destacam que a restauração de florestas comunitárias e a gestão integrada dos recursos naturais têm contribuído para reduzir a vulnerabilidade ambiental e criar alternativas sustentáveis de renda rural. Nesse sentido, a combinação entre migração planejada, restauração ecológica, agricultura sustentável e desenvolvimento comunitário constitui um conjunto estratégico para reduzir a vulnerabilidade climática e conservar a biodiversidade (Ngwenya, 2024; Fearnside, 2018). Segundo Fearnside (2018), a conservação de ecossistemas tropicais não pode ser dissociada das dimensões sociais e econômicas das comunidades locais, pois o êxito das políticas ambientais depende diretamente da inclusão social, da equidade e da justiça ambiental. Assim, a abordagem integrada entre políticas de migração e conservação surge como caminho essencial para a sustentabilidade ecológica e humana em Moçambique.

Metodologia

A presente pesquisa fundamenta-se numa abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender a relação entre a biodiversidade e as mudanças climáticas em Moçambique. Essa abordagem permite interpretar os significados e contextos que envolvem fenômenos ambientais e sociais complexos. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa visa compreender fenômenos sociais de maneira abrangente, interpretando as suas dimensões contextuais e subjetivas.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, sustentada na análise de fontes secundárias, como livros, artigos científicos, relatórios de instituições ambientais e documentos governamentais. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica possibilita ao investigador recolher e sistematizar conhecimentos já elaborados, permitindo a formulação de uma base teórica sólida e atualizada. A pesquisa documental também foi utilizada, com destaque para relatórios e planos estratégicos do Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique (MITA, 2020) e do Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA, 2018), bem como publicações do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, 2020), que apresentam dados sobre a perda da biodiversidade e os impactos climáticos no contexto africano e moçambicano.

A abordagem adotada é interdisciplinar, articulando as áreas das ciências ambientais, biológicas e sociais. Conforme Morin (2015), a complexidade dos fenômenos ambientais exige uma visão integradora que una aspectos ecológicos, políticos e socioculturais. Assim, a análise desenvolvida neste estudo integra interpretações teóricas e evidências empíricas relacionadas ao contexto moçambicano, especialmente nas províncias da Zambézia e Sofala, onde os efeitos das mudanças climáticas se manifestam de forma mais acentuada.

Os procedimentos metodológicos envolveram três etapas principais: (1) levantamento bibliográfico em bases científicas, para reunir estudos relevantes sobre biodiversidade e mudanças climáticas; (2) análise documental de relatórios ambientais nacionais e internacionais; e (3) interpretação crítica dos dados obtidos, buscando compreender como a degradação ambiental e a perda de ecossistemas naturais contribuem para a intensificação dos fenômenos climáticos extremos em Moçambique.

A pesquisa segue o método dedutivo, partindo de referênciais teóricos gerais sobre a relação entre biodiversidade e mudanças climáticas até chegar à realidade específica moçambicana. Para Severino (2018), a metodologia deve garantir coerência entre os objetivos e os meios de investigação, assegurando que os resultados representem de forma rigorosa a realidade estudada.

Reconhece-se, entretanto, a existência de limitações relacionadas à escassez de dados sistematizados sobre biodiversidade em algumas regiões do país e à dependência de fontes secundárias. Apesar disso, essas limitações não comprometem a validade dos resultados, pois as informações foram trianguladas entre diferentes fontes nacionais e internacionais, assegurando consistência e credibilidade científica.

Discussão dos resultados

A abordagem metodológica baseou-se em uma revisão bibliográfica e na análise de dados provenientes de diferentes fontes primárias e secundárias, selecionadas de forma criteriosa para atender aos objetivos da pesquisa. Essa estratégia possibilitou um entendimento mais aprofundado das práticas e estratégias adotadas na seleção e interpretação dos dados, bem como dos fundamentos teóricos que sustentam os diversos posicionamentos dos autores consultados. Embora tenham sido identificadas controvérsias significativas entre as perspectivas analisadas, observou-se uma complementaridade entre elas, o que enriqueceu a discussão e forneceu subsídios consistentes para a construção de uma reflexão crítica e contextualizada sobre o tema em investigação.

No que aponta sobre a análise da biodiversidade e sua relação com as mudanças climáticas é fundamental para compreender como Moçambique pode enfrentar e mitigar os efeitos dessas alterações ambientais. O país apresenta uma rica diversidade biológica, com ecossistemas como florestas tropicais, mangais, savanas e zonas costeiras, que fornecem serviços ambientais essenciais à vida humana (MICOA, 2012; MITA, 2020). Entretanto, alterações no regime de chuvas, aumento das temperaturas médias e fenômenos climáticos extremos, como ciclones e secas, têm provocado degradação de habitats, perda de espécies e redução da capacidade de provisão dos serviços ecossistêmicos, afetando diretamente a subsistência das populações locais (IPCC, 2022; FAO, 2021). A vulnerabilidade ambiental é agravada por práticas humanas insustentáveis, como desmatamento, agricultura extensiva e uso desordenado dos recursos naturais, sendo mais intensa em regiões como Zambézia e Nampula (Chongo, 2023; Mbanze & Lemos, 2021).

No que concerne a biodiversidade terrestre e aquático, os dados analisados demonstram, de forma recorrente para o comprometimento da resiliência. No entanto, segundo Primack & Rodrigues (2022); Wilson (2016) ; Myers et al. (2000), compreendem que a biodiversidade terrestre é essencial para o equilíbrio ecológico, regulação climática, fertilidade do solo e polinização, mas a conversão de habitats para agricultura e urbanização compromete a resiliência dos ecossistemas. No Parque Nacional da Gorongosa, por exemplo, observam-se alterações significativas na fauna e flora devido à fragmentação de habitats e à variabilidade climática (Rádio Moçambique, 2025; Martins da Silva et al., 2023). Nos ecossistemas aquáticos, a pesca artesanal sustenta comunidades costeiras e ribeirinhas, mas enfrenta desafios relacionados à sobrepesca, poluição e mudanças nos padrões de captura devido ao aumento da temperatura das águas e destruição de habitats (Rungo, 2020; Alberto & Amado, 2022; Mocuba et al., 2024).

No que respeita em torno da saúde pública e ecossistemas, os dados evidenciam que a saúde humana em Moçambique está diretamente ligada à integridade dos ecossistemas. No entanto, a degradação ambiental compromete a disponibilidade de água, o saneamento e a segurança alimentar, aumentando a incidência de doenças preveníveis (Heckler de Siqueira et al., 2018; OMS, 2020; Ferreira & Andrade, 2022). Nesta linha, Lima et al. (2019); Nhantumbo (2019); Mbanze (2021) a abordagem "Saúde Única" (One Health) destaca a interdependência entre saúde humana, animal e ambiental, reforçando a necessidade de integração entre políticas ambientais e sanitárias, com participação comunitária e respeito pelos saberes locais.

Com relação as estratégias de migração e conservação ambiental, continua a observar-se o surgimento de mecanismos complementares para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. A restauração ecológica, a criação de corredores ecológicos, a agricultura sustentável e a gestão comunitária dos recursos naturais fortalecem a resiliência ecológica e socioeconômica das comunidades vulneráveis (Ngwenya, 2024; Fearnside, 2018; Lemes & Loyola, 2015; Ramos, 2020; OIM, 2024). Na mesma senda, Projetos de restauração de manguezais e florestas comunitárias, alinhados a compromissos internacionais como a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Acordo de Paris, demonstram que políticas integradas podem conciliar conservação da biodiversidade, adaptação climática e desenvolvimento local (ONU Moçambique, 2022; UNEP, 2024; República de Moçambique, 2023). Comtudo, em análise dos resultados da discussão, evidenciam que a perda de biodiversidade em Moçambique intensifica os efeitos das mudanças climáticas, impactando ecossistemas, segurança alimentar e saúde pública. Estratégias integradas de conservação, restauração ecológica e migração planejada mostram-se fundamentais para promover a resiliência ambiental e socioeconômica, demonstrando que a proteção da biodiversidade está intrinsecamente ligada à sustentabilidade e ao bem-estar das populações moçambicanas.

Considerações finais

A análise apresentada neste estudo reforça a importância de compreender a profunda interdependência entre biodiversidade e mudanças climáticas, especialmente no contexto moçambicano, onde os desafios ambientais se entrelaçam com fatores sociais, econômicos e políticos. Moçambique, por sua localização geográfica e características ecológicas, encontra-se particularmente exposto aos impactos das alterações climáticas, fenômenos como secas prolongadas, ciclones, inundações e erosão costeira intensificam-se, agravando a vulnerabilidade das comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência. Nesse sentido, a perda da biodiversidade não é apenas uma questão ecológica, mas também um problema de segurança alimentar, saúde pública e justiça social.

Os resultados discutidos ao longo do trabalho evidenciam que práticas insustentáveis, como o desmatamento, a queima descontrolada, a expansão agrícola não planejada e a sobrepesca, têm contribuído significativamente para a degradação dos ecossistemas e o desequilíbrio climático. Tais práticas não apenas reduzem a capacidade dos ecossistemas de sequestrar carbono, mas também comprometem os serviços ambientais essenciais tais como a regulação do ciclo da água, a polinização e a fertilidade dos solos. Esse quadro exige, portanto, uma mudança paradigmática nas formas de gestão ambiental, incorporando a conservação da biodiversidade como eixo central das estratégias de mitigação e adaptação climática.

Ao mesmo tempo, as políticas públicas voltadas à sustentabilidade em Moçambique ainda enfrentam limitações significativas, seja pela insuficiência de recursos financeiros e humanos, seja pela falta de integração entre os diferentes setores governamentais. Embora o país tenha aderido a compromissos internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Acordo de Paris, a implementação efetiva dessas diretrizes esbarra em desafios institucionais e na necessidade de uma governança ambiental mais participativa. A inclusão das comunidades locais na formulação e execução de políticas é crucial, uma vez que o conhecimento tradicional pode oferecer soluções adaptadas às realidades regionais e contribuir para práticas mais resilientes e sustentáveis.

A pesquisa também evidencia a importância das chamadas “soluções baseadas na natureza” que utilizam processos ecológicos e restauração de ecossistemas para mitigar impactos climáticos, proteger a biodiversidade e melhorar o bem-estar humano. Tais estratégias, como o reflorestamento, a recuperação de manguezais e a agricultura sustentável, podem desempenhar um papel fundamental na redução da vulnerabilidade socioambiental, promovendo benefícios tanto ecológicos quanto econômicos. A adoção de tais medidas requer, contudo, o fortalecimento da educação ambiental, o investimento em ciência e tecnologia e a criação de incentivos que estimulem práticas produtivas alinhadas à conservação.

Além disso, é necessário reconhecer que a biodiversidade constitui o alicerce do desenvolvimento sustentável. Preservar a diversidade biológica significa garantir a continuidade dos processos ecológicos que sustentam a vida e o desenvolvimento humano. Nesse contexto, as universidades, centros de pesquisa e organizações não governamentais têm papel relevante na produção e disseminação de conhecimento científico e técnico que apoie políticas públicas e ações comunitárias. A articulação entre ciência, política e sociedade civil representa um caminho promissor para a construção de uma governança ambiental mais inclusiva e eficaz.

Portanto, as reflexões aqui apresentadas indicam que a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade em Moçambique exigem esforços coordenados, multissetoriais e sustentáveis. A implementação de políticas ambientais deve considerar as especificidades culturais e territoriais do país, valorizando o saber local e promovendo a equidade social. A construção de uma resiliência ecológica e comunitária não depende apenas de medidas técnicas, mas também de um compromisso ético e político com a justiça ambiental e a solidariedade intergeracional.

Conclui-se ainda, o artigo contribui para reforçar o entendimento de que o futuro ambiental de Moçambique depende da capacidade coletiva de equilibrar desenvolvimento e conservação, reconhecendo que a biodiversidade é o elemento vital que sustenta a vida, a economia e a estabilidade climática. A preservação dos ecossistemas deve, portanto, ser vista como uma prioridade nacional e global, e não como uma escolha opcional. Somente por meio de uma ação integrada, consciente e comprometida será possível garantir um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras.

Referências

ADGER, W. N.; ARNELL, N. W.; BLACK, R.; DERCON, S.; GEDDES, A.; THOMAS, D. Human migration as an adaptive response to climate change. **Nature Climate Change**, v. 10, n. 2, p. 90-99, 2020.

ALBERTO, Ernesto; DE OLIVEIRA AMADO, José. **Percepções dos pescadores artesanais da Baía de Pemba sobre as mudanças climáticas e a segurança alimentar.** Maputo: Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, 2022.

ALBERTO, Domingas Narciso; AMADO, Nielete Ana. Mudanças climáticas e seus impactos na pesca artesanal em Moçambique: percepções dos pescadores da baía de Pemba. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade,** v. 11, n. 22, p. 85–100, 2022.

BLACK, Richard; ADGER, W. Neil; ARNELL, Nigel; DERCON, Stefan; GEDDES, Andrew; THOMAS, David. The effect of environmental change on human migration. **Global Environmental Change**, v. 21, p. S3–S11, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Única (One Health)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

CHONGO, Orlando Eduardo. Impactos da perda de biodiversidade nos ecossistemas de Moçambique. **Revista Moçambicana de Ciências Ambientais**, v. 5, n. 2, p. 45-59, 2023.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2004.

FAO. **O estado da biodiversidade para a alimentação e agricultura no mundo.** Roma: FAO, 2021.

FAO. T**he State of World Fisheries and Aquaculture 2020**: Sustainability in action. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2020.

FEARNSIDE, Philip M. **Conservação ambiental e desenvolvimento sustentável na Amazônia:** lições para países tropicais. Manaus: INPA, 2019.

FEARNSIDE, Philip M. A vulnerabilidade das florestas tropicais e o papel da restauração ecológica na mitigação das mudanças climáticas. **Acta Amazônica**, v. 48, n. 2, p. 89–102, 2018.

FERREIRA, J. P.; ANDRADE, L. M. Saúde pública e conservação dos ecossistemas: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Saúde e Meio Ambiente**, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2022.

FREITAS, Carlos Machado; PORTO, Marcelo Firpo **Saúde, ambiente e sustentabilidade:** uma perspectiva ecossistêmica. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

GIL, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2022:** Impacts, Adaptation and Vulnerability. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

HECKLER DE SIQUEIRA, Hedi C.; BERGMANN THUROW, Mara R.; FERRAZ DE PAULA, Saul; ZAMBERLAN, Cláudia; CALVETTI DE MEDEIROS, Adriane; CECAGNO, Diana; DANDA SAMPAIO, Aurélia; FONTOURA PERIM, Laura. A saúde do ser humano e o meio ambiente: inter-relações e desafios para a sustentabilidade. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, v. 12, n. 2, p. 556–562, 2018.

IPCC. **Climate Change 2022:** Impacts, Adaptation and Vulnerability. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M de A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEMES, Priscila; LOYOLA, Rafaela. Mudanças climáticas e prioridades para a conservação da biodiversidade. **Revista de Biologia Neotropical**, v. 11, n. 1, p. 47–57, 2015.

LIMA, R. A.; FONSECA, M. J.; ALMEIDA, P. C. Interações entre saúde pública e ecossistemas: uma análise integrada. **Revista Brasileira de Saúde Ambiental**, v. 14, n. 2, p. 45-59, 2019.

LIMA, S. R.; MARTINS, J. P.; COSTA, D. F. **Saúde única (One Health):** integração entre saúde humana, animal e ambiental. São Paulo: Atheneu, 2019.

MACHAVA, L. Biodiversidade e mudanças climáticas: desafios e perspectivas em Moçambique. **Revista de Estudos Ambientais**, v. 8, n. 1, p. 78-94, 2022.

MARTINS DA SILVA, Pedro; *et al*. Long droughts decrease tiger and ground beetle' beta diversity and community body size in savannas of the Gorongosa National Park (Mozambique). **Journal of Insect Conservation**, v. 27, p. 927–940, 2023.

MBANZE, C. **Governança ambiental e percepção pública das políticas de sustentabilidade em Moçambique**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2021.

MBANZE, J.; LEMOS, F. Gestão comunitária de recursos naturais em Moçambique: avanços e limitações. **Revista Africana de Sustentabilidade e Desenvolvimento**, v. 4, n. 3, p. 102-118, 2021.

MBANZE, J. **Educação ambiental e participação comunitária na gestão dos recursos naturais em Moçambique**. Quelimane: Universidade Católica de Moçambique, 2021.

MICOA - Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental. **Relatório Nacional sobre o Estado do Ambiente em Moçambique.** Maputo: MICOA, 2020.

MICOA – Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental. **Relatório do Estado do Ambiente em Moçambique.** Maputo: MICOA, 2018.

MICOA. **Relatório do Estado do Ambiente em Moçambique.** Maputo: Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, 2012.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). **Plano de Gestão da Pesca Artesanal no Brasil**. Brasília: MPA, 2014.

MITA – Ministério da Terra e Ambiente. **Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas (2020–2030)**. Maputo: MITA, 2020.

MITA – Ministério da Terra e Ambiente. **Plano Estratégico de Biodiversidade e Mudanças Climáticas em Moçambique 2020–2030.** Maputo: MITA, 2020.

MITA. **Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas**. Maputo: Ministério da Terra e Ambiente, 2020.

MOCUBA, Armando; MANGUE, Celina; SANTOS, Paulo; CHILUNDO, Ernesto. Avaliação da pesca artesanal em Moçambique: análise da abundância e biomassa de espécies locais. **Revista Moçambicana de Ciências Marinhas**, v. 12, n. 2, p. 45–60, 2024.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MYERS, Norman; MITTERMEIER, Russel. A.; MITTERMEIER, Cristina G.; FONSECA, Gustavo; KENT, Jennifer. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853-858, 2000.

NGWENYA, Fatima. Biodiversity conservation strategies and their impact on ecosystem health in Mozambique. **International Journal of Natural Sciences**, v. 4, n. 1, p. 32–45, 2024.

NGWENYA, Fatima. **Migração planejada e conservação ambiental em Moçambique:** estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2024.

NHANTUMBO, E; SOTO, J. **Gestão comunitária e restauração florestal em Moçambique:** caminhos para a resiliência ambiental e social. Beira: Universidade Católica de Moçambique, 2019.

NHANTUMBO, I. **Gestão ambiental e participação comunitária**: desafios e perspectivas em Moçambique. Beira: Universidade Católica de Moçambique, 2019.

NHANTUMBO, E. **Saberes locais e políticas ambientais em Moçambique**: desafios de

integração comunitária. Beira: Universidade Católica de Moçambique, 2019.

ODUM, Eugene; BARRETT, Gary W. Fundamentos de Ecologia. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **Relatório sobre migração ambiental e políticas de adaptação em Moçambique**. Maputo: OIM, 2024.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Health, Environment and Sustainable Development:** Policy Directions. Genebra: OMS, 2022.

OMS - **Organização Mundial da Saúde. Saúde ambiental e mudanças climáticas em África:** relatório regional. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2022.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Global Health Observatory:** Environmental Determinants of Health. Genebra: OMS, 2020.

ONU (PNUMA). S**oluções baseadas na natureza ajudam a proteger Moçambique das mudanças climáticas.** Maputo: ONU/PNUMA, s.d. Disponível em: https://mozambique.un.org. Acesso em: 5 ago. 2025.

ONU MOÇAMBIQUE. **"Temos de nos preparar: Moçambique aposta na natureza como defesa contra as mudanças climáticas.**" Maputo: ONU, 2022. Disponível em: https://mozambique.un.org/. Acesso em: 5 ago. 2025.

ONU MOÇAMBIQUE. **Relatório sobre políticas de adaptação climática e restauração de ecossistemas. Maputo:** Escritório das Nações Unidas em Moçambique, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Estratégia institucional sobre migração, meio ambiente e mudança do clima 2021–2030.** Publicado em: 17 abr. 2024. Disponível em: https://brazil.iom.int/. Acesso em: 5 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Preventing disease through healthy environments: a global assessment of the burden of disease from environmental risks**. Geneva: WHO, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial de saúde e ambiente: riscos e soluções.** Genebra: OMS, 2020.

PRIMACK, Richard. B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. 4. ed. Londrina: Editora Planta, 2022.

RÁDIO MOÇAMBIQUE. **Sofala: mudanças climáticas afetam fauna, flora e comunidades do Parque Nacional da Gorongosa**. Maputo: RM, 2025.

RAMOS, Érika Pires. **Migração ambiental:** a realidade brasileira. Heinrich Böll Stiftung, Rio de Janeiro, 19 fev. 2020. Disponível em: https://br.boell.org/. Acesso em: 5 ago. 2025.

RAMOS, J. Migração ambiental e mudanças climáticas em Moçambique: desafios e estratégias de adaptação. Quelimane: Universidade Católica de Moçambique, 2020.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Ameaças à biodiversidade em Moçambique.** Maputo: SIB-Mozambique, 2023.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas 2023–2030.** Maputo: Ministério da Terra e Ambiente, 2023.

RIGOTTO, Raquel M.; AUGUSTO, Lia G. da S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e desigualdade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. S4, p. S475–S485, 2007.

RUNGO, A; CHITATA, F. Pesca artesanal e segurança alimentar nas comunidades costeiras moçambicanas. **Revista de Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 7–18, 2021.

RUNGO, A. **Desafios socioeconómicos da pesca artesanal em Moçambique**. Beira: Universidade Católica de Moçambique, 2020.

SANTOS, E; OLIVEIRA, T. **Determinantes ambientais e vulnerabilidade sanitária em comunidades costeiras de Moçambique**. Maputo: Instituto Nacional de Saúde, 2021.

SEVERINO, Antonio Joaquina. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, A. R.; MOURA, K. L. Ecossistemas e saúde: interações e perspectivas na prevenção de zoonoses. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 14, n. 1, p. 1-12, 2023.

SILVA, J; NHANTUMBO, F. Conservação da biodiversidade e resiliência climática em Moçambique. Revista Moçambicana de Ciências Ambientais, Maputo, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2023.

TACOLI, Cecilia. Crisis or adaptation? Migration and climate change in a context of high mobility. **Environment and Urbanization**, v. 21, n. 2, p. 513–525, 2009.

UNEP – United Nations Environment Programme. **Ecosystem Restoration and Climate Adaptation**: Global Outlook 2024. Nairobi: UNEP, 2024.

UNEP. Ecosystem-based A**daptation in Mozambique:** Building Resilience in the Coastal Zone. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2024.

UNEP – United Nations Environment Programme. **Global Environment Outlook:** Regional Assessment for Africa. Nairobi: UNEP, 2020.

WILSON, Edward Osborne. **Half-Earth:** Our Planet's Fight for Life. New York: W.W. Norton & Company, 2016.

ZACARIAS, Daniel Augusta. **Efeito das mudanças climáticas na composição e associação de plantas superiores em Moçambique:** implicações para conservação. *In*: X Conferência Científica da Universidade Eduardo Mondlane, 2018.

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.10

Do Antropoceno ao Dataceno: corpos, algoritmos e a ficção do capitalismo verde

From the Anthropocene to the Datacene: Bodies, Algorithms and the Fiction of Green Capitalism

Tiago Negrão Andrade*
Maria Cristina Gobbi**

Palavras-chave:
Colonialidade digital
Plataformização da natureza
IA climática

Resumo: A emergência de infraestruturas digitais aplicadas à gestão ambiental — como inteligência artificial climática, blockchain ecológico, sensores remotos e plataformas de monitoramento — tem consolidado um novo regime sociotécnico que algoritmiza territórios, corpos e ecossistemas. Este artigo analisa criticamente como essas tecnologias, inseridas na lógica do capitalismo de plataforma, reproduzem dinâmicas de colonialidade digital, financeirização da natureza e biopolítica algorítmica. Fundamentado em uma abordagem teórica, qualitativa e crítica, mobiliza referenciais dos estudos sobre colonialidade dos dados, curadoria algorítmica e epistemologias do Sul para investigar os impactos ontológicos, epistêmicos e políticos da plataformização da natureza e do patrimônio cultural no Antropoceno. Os resultados indicam que a conversão de ecossistemas em ativos digitais — por meio de NFTs, créditos de carbono e modelos preditivos — não apenas intensifica as desigualdades socioambientais, mas também aprofunda assimetrias epistêmicas e tecnopolíticas. Entretanto, emergem contra-hegemonias que articulam soberania dos dados, justiça climática e cosmopolíticas digitais como alternativas possíveis. Como limitação, destaca-se a natureza predominantemente teórica do estudo, sendo recomendada a realização de investigações empíricas futuras, especialmente etnografias digitais e estudos de caso em territórios diretamente impactados.

Keywords:
Digital coloniality
Platformization of nature
Climate AI

Abstract: The emergence of digital infrastructures applied to environmental management — such as climate artificial intelligence, ecological blockchain, remote sensing, and monitoring platforms — has consolidated a new sociotechnical regime that algorithmically transforms territories, bodies, and ecosystems. This article critically analyzes how these technologies, embedded within platform capitalism, reproduce dynamics of digital coloniality, the financialization of nature, and algorithmic biopolitics. Based on a qualitative, theoretical, and critical approach, it draws from frameworks in data colonialism, algorithmic curation, and Southern epistemologies to investigate the ontological, epistemic, and political impacts of the platformization of nature and cultural heritage in the Anthropocene. Findings indicate that converting ecosystems into digital assets — through NFTs, carbon credits, and predictive models — not only intensifies socio-environmental inequalities but also deepens epistemic and technopolitical asymmetries. However, counter-hegemonic practices are emerging, articulating data sovereignty, climate justice, and digital cosmopolitics as potential alternatives. The study's main limitation lies in its predominantly theoretical nature, highlighting the need for future empirical research, particularly digital ethnographies and case studies in territories directly affected by these technologies.

Recebido em 25 de maio de 2025. Aprovado em 10 de novembro de 2025.

* Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade de Sorocaba (Uniso). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5352-9798 Lattes: http://lattes.cnpq.br/6885654276116955. E-mail: tiago.negrao@unesp.br.
** Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática pela UNESP pela Unesp. Chefa no Departamento de Jornalismo e professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da mesma instituição. Bolsista de Produtividade do CNPq e Bolsista Fapesp (Processo 22/08397-6). Diretora Administrativa da ALAIC. Integra o INCT Caleidoscópio. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5629-5010 Lattes: http://lattes.cnpq.br/2302756561160804. E-mail: cristina.gobi@unesp.br.

Introdução

Nas últimas décadas, a intensificação dos processos de digitalização, plataformização e virtualização das práticas sociais, culturais e econômicas tem produzido profundas transformações na maneira como sociedades contemporâneas organizam suas relações com o conhecimento, a memória e os territórios. Esse movimento, impulsionado pela expansão de tecnologias como inteligência artificial, blockchain, realidade virtual e big data, impacta diretamente o campo do patrimônio cultural, reconfigurando suas práticas de preservação, mediação e acesso (Couldry; Mejias, 2019; Harrison, 2013; Cameron; Kenderdine, 2007).

No contexto da economia dos dados, consolida-se um regime sociotécnico que informatiza, mercantiliza e governa a memória coletiva, os saberes e os bens culturais por meio de plataformas digitais e sistemas algorítmicos (Zuboff, 2019; Couldry; Mejias, 2019). Nesse ecossistema, emergem conceitos estruturantes que permitem compreender as novas formas de mediação e valoração cultural: blockchain, entendido como livro-razão distribuído que assegura rastreabilidade e autenticidade de registros; NFTs (tokens não fungíveis), que conferem escassez e singularidade a ativos digitais; créditos de carbono, concebidos como títulos de redução ou remoção certificada de emissões; capitalismo verde e greenwashing, expressões que designam a instrumentalização discursiva da sustentabilidade em narrativas de mercado; biopolítica algorítmica, que governa a vida a partir de modelos preditivos e classificatórios; e ecologia de dados, que descreve o acoplamento entre fluxos informacionais, infraestruturas e territórios. Nesse arranjo, a Internet das Coisas (IoT) adiciona uma camada de sensores e dispositivos capazes de traduzir processos ecológicos e culturais em dados operáveis, ampliando a automatização da vida e da memória.

Para efeitos conceituais, adota-se aqui a noção de blockchain ecológico como a aplicação de registros distribuídos à rastreabilidade ambiental e aos mercados de carbono; NFT/token como instrumento de singularização e negociabilidade de ativos digitais; crédito de carbono como título de compensação verificada; greenwashing como retórica ambiental desprovida de lastro empírico; biopolítica algorítmica como forma de governo da vida mediada por predição e vigilância; ecologia de dados como estrutura infraestrutural que interliga fluxos informacionais e ecossistemas; e IoT como rede de sensores responsável por transformar interações ecológicas e culturais em métricas operacionais (Ricaurte, 2019; Amoore, 2020).

Para o patrimônio cultural, essas tecnologias deslocam o foco da materialidade e da autenticidade para lógicas de visibilidade, circulação e valoração mediadas por dados. A curadoria algorítmica passa a ordenar acervos e atribuir relevância segundo métricas opacas, reconfigurando práticas de preservação, mediação e acesso (Cameron; Kenderdine, 2007; Parikka, 2012; Harrison, 2013; Smith, 2006). O risco é a conversão de bens culturais em ativos digitais voláteis, enquanto patrimônios imateriais são reduzidos a metadados descontextualizados e pouco sensíveis às suas origens socioculturais (Lowenthal, 1998).

Historicamente, o campo do patrimônio cultural desenvolveu-se a partir de paradigmas centrados na materialidade dos objetos, na autenticidade documental e na preservação física dos bens culturais (Lowenthal, 1998; Harrison, 2013). Contudo, com a incorporação das tecnologias digitais, esse paradigma foi profundamente tensionado. A emergência da chamada curadoria algorítmica — caracterizada pela delegação de processos de organização, recomendação e visibilização dos acervos a sistemas automáticos — introduziu um novo conjunto de desafios epistemológicos, éticos e políticos, que reposicionam o próprio conceito de patrimônio (Smith, 2006; Cameron; Kenderdine, 2007; Parikka, 2012).

O objeto de análise deste artigo é, portanto, a virtualização do patrimônio cultural no contexto das infraestruturas digitais contemporâneas, com especial atenção para seus impactos epistemológicos, ontológicos e políticos. Isso inclui as práticas de reprodução digital, a criação de museus virtuais, a conversão de bens patrimoniais em NFTs[1] e a circulação de acervos culturais em plataformas do metaverso. Tais processos não se limitam a questões técnicas de digitalização, mas envolvem disputas

sobre representação, soberania informacional, colonialidade dos dados e justiça epistêmica[2] (Couldry; Mejias, 2019; Mignolo, 2018; Azoulay, 2019).

Diferentemente de alternativas analógicas ou mesmo dos modelos tradicionais de mediação museológica, os ambientes digitais e imersivos operam segundo lógicas tecnológicas e econômicas profundamente imbricadas nas dinâmicas do capitalismo de plataforma[3] (Zuboff, 2019). Enquanto os museus físicos se ancoram na presença material, na experiência sensorial e na autenticidade do objeto, os museus digitais e os patrimônios culturalmente digitalizados vêm sendo reconceptualizados como infraestruturas de dados interligados. A lógica contemporânea de interoperabilidade e recombinação — sustentada por padrões FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable) — transforma coleções em fluxos informacionais abertos e moduláveis, que podem ser reconfigurados em diferentes contextos curatoriais e tecnológicos. Em alguns casos, tais ativos digitais passam também a ser tokenizados e geridos por contratos inteligentes, incorporando mecanismos de rastreabilidade e autenticidade baseados em blockchain (Stublić; Bilogrivić; Zlodi, 2023; Genovese et al., 2024).

Enquanto os museus presenciais continuam a fundamentar sua legitimidade na materialidade, na experiência tátil e na autenticidade física do objeto, os museus virtuais e os patrimônios digitalizados assumem formas distintas: eles operam como redes de dados, suscetíveis à recombinação, à interoperabilidade e — em algumas instâncias — à incorporação de mecanismos digitais de rastreabilidade e autenticação. No Brasil, estudos têm mostrado que essas coleções digitais permitem manipulações simbólicas, interatividade e apropriação pelos usuários (Martinez; Lopes, 2025), enquanto que pesquisas em mediação da informação precisaram reconfigurar o papel museológico diante das plataformas digitais para promover acessibilidade e apropriação cidadã (Lima; Bernardino, 2023).

Essa transformação altera não apenas a experiência sensível e estética do patrimônio, mas também suas estruturas de valor, seus regimes de circulação e suas condições de pertencimento.

Essa transição, entretanto, não está isenta de controvérsias. Estudos de Noble (2018) e Benjamin (2019) demonstram como os sistemas algorítmicos, longe de serem neutros, reproduzem assimetrias raciais, de gênero e epistêmicas, atualizando dinâmicas coloniais sob a aparência de inovação tecnológica. Do mesmo modo, Couldry e Mejias (2019) argumentam que a lógica do extrativismo de dados — característica do capitalismo de plataforma — é uma extensão direta da colonialidade, agora operada em escala algorítmica. Essa perspectiva é corroborada por Mignolo (2018) e Quijano (2005), que identificam na colonialidade do saber a persistência de estruturas epistêmicas que continuam a marginalizar, invisibilizar e subalternizar cosmologias, epistemologias e práticas culturais do Sul Global, inclusive no ambiente digital.

Diante desse quadro, o presente artigo tem como propósito central analisar criticamente os impactos da virtualização e da plataformização do patrimônio cultural, considerando seus efeitos sobre as práticas de preservação, os regimes de memória e os processos de reprodução das desigualdades epistêmicas. Busca-se, assim, responder às seguintes questões: **(i)** de que modo os ambientes imersivos e as infraestruturas digitais reconfiguram os conceitos de patrimônio, autenticidade e memória?; **(ii)** como a colonialidade digital se manifesta nas práticas de curadoria, mediação e governança patrimonial?; e **(iii)** quais alternativas, práticas insurgentes e modelos de governança comunitária podem ser mobilizados para enfrentar as desigualdades e promover justiça epistêmica no campo do patrimônio digital?

A partir desse percurso, pretende-se contribuir para os debates contemporâneos sobre patrimônio, tecnologias digitais e colonialidade, propondo uma reflexão crítica orientada pela articulação entre epistemologias do Sul, ética patrimonial e soberania informacional no contexto da plataformização da cultura.

Este artigo mapeia e analisa criticamente plataformas e arranjos tecnossociais que operam na fronteira entre governança climática e valoração digital de natureza e cultura: Climate TRACE (IA e sensoriamento remoto para rastrear emissões), Verra (padrões/certificação de créditos de carbono),

Pachama (monitoramento florestal com IA e sensoriamento; integração a mercados), e Toucan Protocol (tokenização de créditos de carbono em blockchain). Para cada uma, descrevemos origem/setor, tecnologia mobilizada (IA, satélites, *machine learning*, IoT, blockchain), função nos mercados de carbono e implicações críticas para a dupla dimensão patrimônio natural–cultural.

Metodologia

O estudo adota uma abordagem qualitativa, teórica, documental e crítica, fundamentada nos campos da colonialidade, governança digital, sociologia da tecnologia e teoria crítica da informação. O protocolo metodológico seguiu as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, conforme o modelo PRISMA 2020, com ênfase em rigor, transparência e replicabilidade analítica.

1. Identificação:

Foram localizados 327 documentos nas bases Scopus, Web of Science, SciELO, Redalyc e Google Scholar, entre 2010 e 2025, por meio dos descritores combinados por operadores booleanos: *"digital heritage"*, *"coloniality of data"*, *"platformization of culture"*, *"algorithmic curation"*, *"NFT and culture"*, *"metaverse heritage"* e *"environmental algorithmic governance"*.

2. Triagem:

Após exclusão de duplicatas e filtragem de relevância, 94 publicações foram lidas integralmente. Excluíram-se textos de natureza estritamente técnica ou descritiva, sem problematização sociopolítica.

3. Elegibilidade:

Foram selecionadas produções que analisam criticamente a colonialidade digital (Mignolo, 2018; Quijano, 2005), o capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019), a curadoria algorítmica e o patrimônio digital (Cameron; Kenderdine, 2007; Harrison, 2013; Parikka, 2012; Lowenthal, 1998), a biopolítica e necropolítica ambiental (Mbembe, 2011; Amoore, 2020), e as ecologias comunicativas e infoambientais (Di Felice, 2012; Gabrys, 2016; Haraway, 2016; Bratton, 2016). Permaneceram 47 documentos convergentes com o escopo teórico-empírico do estudo.

4. Inclusão (n = 41):

Foram incluídas 41 referências finais, que articulam autores da colonialidade do saber (Mignolo, 2018; Santos, 2019; Quijano, 2005), da crítica da governança algorítmica (Couldry; Mejias, 2019; Ricaurte, 2019), da curadoria e patrimonialização digital (Cameron; Kenderdine, 2007; Smith, 2006; Azoulay, 2019), e da tecnopolítica ambiental (Haraway, 2016; Malm, 2022; Brayne, 2021).

A análise foi conduzida segundo os procedimentos da análise crítica do discurso (Foucault, 2008) e da análise temática qualitativa, com codificação manual em torno de quatro eixos teóricos: *colonialidade digital*, *governança algorítmica ambiental*, *financeirização verde* e *soberania informacional*.

Essa estratégia metodológica visa compreender como as infraestruturas digitais de preservação cultural e ambiental reproduzem ou tensionam dinâmicas de desigualdade epistêmica e tecnopolítica, contribuindo para uma reflexão sobre ética patrimonial, justiça cognitiva e governança ecológica de dados.

Resultados e Discussão

A tessitura analítica que emerge do confronto entre os dados empíricos e os referenciais teóricos revela que os processos contemporâneos de digitalização do meio ambiente não se limitam à captura ou à representação de informações sobre a natureza, mas instauram uma lógica de performatividade algorítmica que redefine as próprias condições de existência, agência e governança dos corpos e dos territórios no Antropoceno[4]. As camadas de vigilância, financeirização e controle, operacionalizadas por infraestruturas digitais — como inteligência artificial climática, blockchain ecológico e redes de sensores —, articulam-se de maneira complexa às dinâmicas de colonialidade dos dados, aprofundando assimetrias epistêmicas, econômicas e geopolíticas. Nesse contexto, torna-se evidente que a inscrição dos

corpos no regime informacional contemporâneo não ocorre de forma homogênea, mas é profundamente atravessada por processos de racialização, descarte e hierarquização ontológica, os quais materializam-se tanto nas estruturas algorítmicas quanto nas materialidades tóxicas que afetam desigualmente populações e ecossistemas. Ao mesmo tempo, os achados indicam que as arquiteturas digitais ambientais produzem não apenas novos circuitos de governança e vigilância, mas também reconfigurações profundas na morfologia do social, instaurando info-ecologias onde humanos, não humanos e objetos técnicos compartilham agências, riscos e responsabilidades na produção e na manutenção dos mundos habitáveis. Essa ambivalência estrutural, que simultaneamente habilita práticas de cooperação interespécies e intensifica mecanismos de expropriação e controle, delimita o campo de tensões que orienta as reflexões críticas desenvolvidas na interlocução entre os dados, as teorias e as epistemologias analisadas.

Corpos em Dados: Algoritmização da Terra

A emergência de tecnologias digitais aplicadas à gestão ambiental, como inteligência artificial (IA) climática, blockchain ecológico, satélites, drones e sensores remotos, tem instaurado um novo regime epistêmico que transforma territórios, ecossistemas, corpos humanos e outros-que-humanos em bancos de dados. Essa dinâmica, que se intensifica no contexto do Antropoceno, revela a consolidação de uma nova camada de colonialidade, na qual a própria natureza é convertida em ativo informacional, operacionalizado por plataformas tecnológicas inseridas na lógica do capitalismo verde (Couldry; Mejias, 2019; Haraway, 2016; Ricaurte, 2019).

As plataformas analisadas neste estudo configuram o núcleo empírico do debate sobre a digitalização ambiental e o capitalismo verde. A Climate TRACE, lançada em 2021 por uma coalizão internacional, utiliza inteligência artificial e sensoriamento remoto por satélite para estimar emissões de gases de efeito estufa em tempo quase real, setorial e geograficamente, oferecendo um banco de dados aberto sobre os principais emissores globais (Climate Trace, 2025). A Verra, por sua vez, é responsável pelos padrões internacionais de certificação de créditos de carbono, como o Verified Carbon Standard (VCS) e o REDD+, sendo alvo de críticas por superavaliação de projetos e greenwashing no mercado voluntário de carbono (Verra, 2025). Já a Pachama opera com base em algoritmos de machine learning e imagens de satélite para monitorar florestas e conectar projetos de conservação aos mercados de carbono, porém enfrenta questionamentos sobre a abstração dos ecossistemas vivos em métricas financeiras (Pachama, 2025). O Toucan Protocol, criado em 2021, tokeniza créditos de carbono em blockchain, permitindo sua negociação como ativos digitais; o modelo é visto como símbolo da financeirização e desmaterialização da natureza, deslocando os debates de justiça climática para arenas tecnofinanceiras (Toucan Protocol, 2025).

No contexto brasileiro, o estado do Pará vem ampliando programas de compra e certificação de créditos de carbono vinculados a projetos florestais, em consonância com a preparação para a COP30 em Belém, que reforça a agenda de sustentabilidade digital e mercados verdes (Brasil, 2025). Paralelamente, a instalação de data centers em regiões como o Ceará levanta debates sobre consumo energético e hídrico, reafirmando as tensões entre soberania informacional, sustentabilidade e colonialidade digital (Couldry; Mejias, 2019; Mignolo, 2018). Esses casos se alinham e tensionam metas de desenvolvimento sustentável/Agenda 2030, evidenciando desafios de integridade, repartição de benefícios e direitos culturais no desenho de infraestruturas digitais ambientais.

A figura 1 mapeia as dinâmicas da Colonialidade Digital Ambiental, conceito que articula os aportes de Couldry & Mejias (2019) e Haraway (2016) sobre como as infraestruturas digitais reproduzem lógicas coloniais no contexto da governança ambiental. Esse regime é sustentado por uma combinação entre tecnologias extrativistas, como IA climática, satélites, drones e blockchain ecológico, que operam a transformação dos territórios em bancos de dados e ativos financeiros, e dinâmicas de financeirização, como a criação de

créditos de carbono e NFTs de biodiversidade, sob os marcos do capitalismo verde (Zuboff, 2019; Malm, 2022). Ao mesmo tempo, a figura destaca como esse aparato técnico se articula a uma biopolítica algorítmica, que exerce monitoramento de corpos e necropolítica digital (Mbembe, 2011; Amoore, 2020), produzindo cartografias do risco e da vida que são racializadas e geopolíticas. Entretanto, emergem também contra-hegemonias, fundamentadas em ecologias de saberes e práticas de soberania dos dados, conforme proposto por Santos (2019) e Mignolo (2018), que buscam subverter as dinâmicas de apagamento e controle impostas pela colonialidade dos dados. As referências-chave que estruturam essa análise — Tsing (2016) sobre o Antropoceno, Ricaurte (2019) sobre colonialidade dos dados e Brayne (2021) sobre vigilância ambiental — fornecem os fundamentos teóricos para compreender a articulação entre tecnologia, colonialidade e poder. A figura evidencia, assim, uma tensão central entre a digitalização ambiental e a justiça epistêmica, que atravessa os debates contemporâneos sobre tecnologias, natureza e governança no Antropoceno.

Ao traduzir florestas, rios, ciclos biológicos e comunidades humanas em fluxos de dados, essas tecnologias instauram uma ontologia extrativista baseada na abstração algorítmica da vida. Nesse processo, torna-se possível calcular, prever, classificar e, sobretudo, mercantilizar elementos vitais — carbono, biodiversidade, água — por meio de dispositivos que prometem mitigar os efeitos da crise climática, mas que frequentemente operam como extensões das mesmas lógicas que a produziram (Tsing, 2016; Malm, 2022). Exemplos emblemáticos dessa tendência são plataformas como a Climate TRACE, que utiliza IA para monitoramento de emissões em tempo real, e o Toucan Protocol, que converte créditos de carbono em NFTs negociáveis em mercados financeiros digitais.

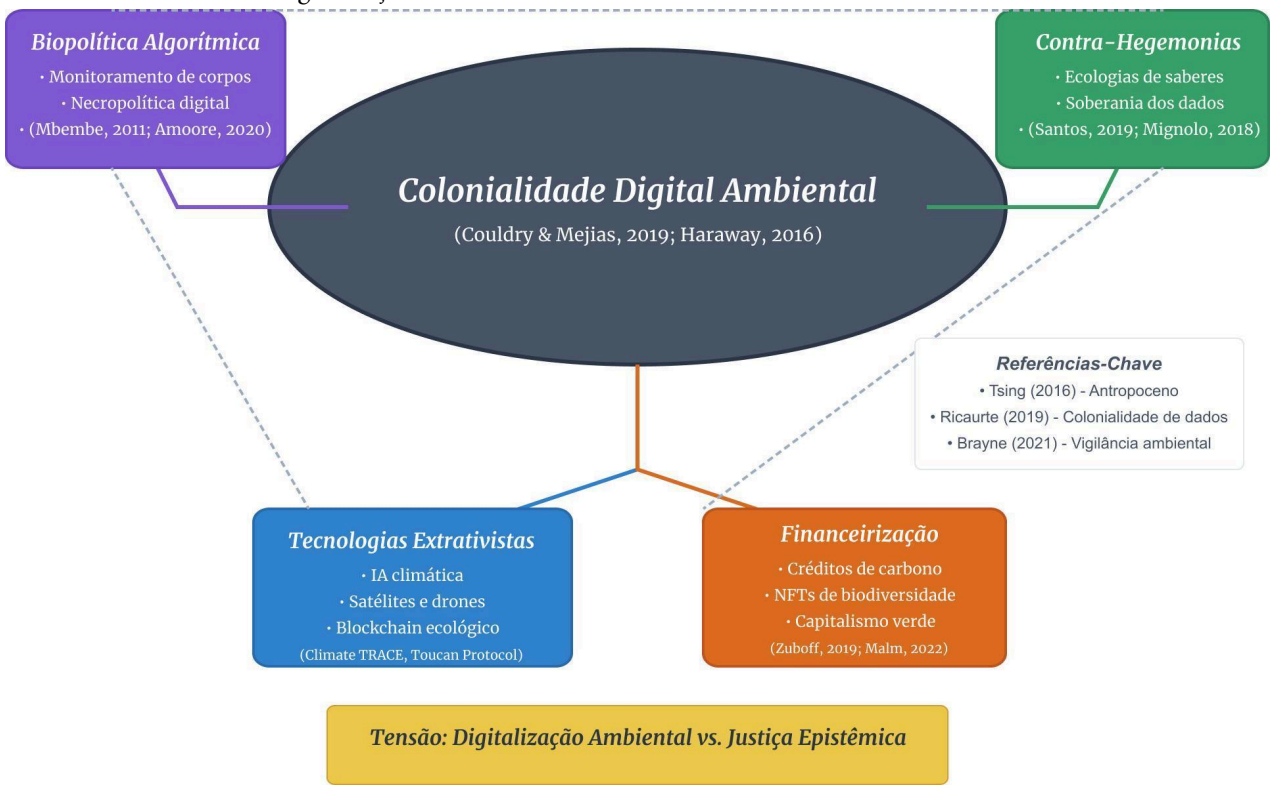


Figura 1 - Corpos em Dados: Algoritmização da Terra
Fonte: Os autores, baseado em Mbembe (2021), Amoore (2020), Zuboff (2019), Malm (2022), Tsing (2016), Ricaurte (2019), Brayne (2021), Santos (2019) e Mignolo (2018).

Esse regime tecnopolítico se sustenta na crença de que a crise ambiental pode ser governada e

resolvida via uma lógica de data governance, na qual sensores, satélites e blockchain configuram um aparato de vigilância ambiental global. Entretanto, longe de serem neutras ou objetivas, essas tecnologias reproduzem assimetrias coloniais e geopolíticas, já que seus algoritmos são desenhados, treinados e operacionalizados a partir de epistemologias situadas, majoritariamente centradas no Norte Global (Couldry; Mejias, 2019; Ricaurte, 2019; Amoore, 2020).

A conversão da natureza em dado opera, portanto, como uma forma de colonialidade digital, que desloca saberes ancestrais, conhecimentos tradicionais e práticas de manejo local, impondo classificações algorítmicas que não apenas desconsideram, mas frequentemente invisibilizam as ecologias de saberes do Sul Global (Santos, 2019; Mignolo, 2018). Isso é particularmente evidente nos projetos de monitoramento florestal baseados em blockchain, como os operados por startups como a Pachama, que transformam ecossistemas vivos em certificados digitais comercializáveis, desvinculados das complexidades socioecológicas que lhes conferem existência.

Ademais, a intensificação da biometria ambiental, através do uso de sensores, drones e satélites de alta resolução, instaura uma ecologia de vigilância planetária que não se restringe aos fluxos ambientais, mas que incide diretamente sobre corpos racializados, populações tradicionais e territórios periféricos (Brayne, 2021; Amoore, 2020). O que se configura, portanto, é uma biopolítica algorítmica na qual corpos e territórios tornam-se simultaneamente objetos de monitoramento, fontes de dados e alvos de controle, reforçando dinâmicas necropolíticas que distribuem desigualmente os riscos, os impactos e os próprios direitos à existência no contexto da crise climática (Mbembe, 2011; Roberts, 2017).

Esse quadro é agravado pela financeirização dos dados ambientais, que não apenas quantificam e classificam a natureza, mas a convertem em ativos especulativos nos mercados globais. Iniciativas como o mercado de créditos de carbono baseado em blockchain ou a criação de NFTs de biodiversidade materializam uma nova fase do capitalismo verde, em que o valor das existências não é medido por sua vitalidade, mas pela sua capacidade de gerar rendimentos financeiros futuros (Zuboff, 2019; Malm, 2022). Sob esse regime, a própria crise ecológica é convertida em oportunidade de acumulação, aprofundando as desigualdades estruturais que sustentam tanto o colapso climático quanto a colonialidade digital.

Os efeitos sobre o patrimônio cultural são diretos: ao tokenizar bens e hierarquizar relevância por métricas de engajamento, acervos e práticas imateriais tornam-se suscetíveis a valoração especulativa e governança algorítmica, com risco de apagamentos e hierarquias que penalizam repertórios indígenas, quilombolas e periféricos (Azoulay, 2019; Lowenthal, 1998; Smith, 2006).

Plataformas de Monitoramento Ambiental, Blockchain Ecológico e IA Climática

O avanço das tecnologias digitais no campo da governança ambiental tem dado origem a um regime sociotécnico em que plataformas, inteligência artificial (IA) climática e blockchain ecológico se tornam os principais mediadores da relação entre humanos, não humanos e os territórios. Sob a promessa de mitigar os efeitos da crise climática, essas tecnologias operam transformando florestas, rios, animais e populações em bancos de dados, ativos digitais e métricas de risco, consolidando um modelo de governança algorítmica que, longe de ser neutro, reproduz desigualdades históricas e colonialidades epistêmicas (Couldry; Mejias, 2019; Ricaurte, 2019; Haraway, 2016).

A figura 2 sintetiza o processo de Plataformização da Natureza, conceito que descreve como a gestão ambiental é crescentemente mediada por plataformas digitais, segundo Couldry & Mejias (2019) e Ricaurte (2019). Esse processo mobiliza tecnologias como IA climática, blockchain ecológico e sistemas de vigilância ambiental — incluindo drones, satélites e biometria ecológica (Brayne, 2021) —, que transformam territórios, ecossistemas e ciclos naturais em fluxos de dados e ativos financeiros. A IA climática, amparada por modelos preditivos e redução ontológica (Amoore, 2020; Tsing, 2016), opera abstraindo a complexidade ecológica em parâmetros computacionais. O

blockchain ecológico sustenta a financeirização da biodiversidade e do carbono, permitindo a criação de NFTs ambientais e tokens de carbono, como no Toucan Protocol, aprofundando a lógica de mercantilização da natureza (Malm, 2022; Zuboff, 2019). A figura também aponta para casos emblemáticos, como Climate TRACE, Verra e Pachama, este último associado ao blockchain florestal, todos ilustrando os desafios e contradições desse modelo. Frente a esse cenário, emergem resistências pautadas na soberania dos dados e nas epistemologias do Sul (Santos, 2019), que questionam a legitimação dessas plataformas como respostas para a crise climática. A crítica central sublinha que as tecnologias climáticas operam como extensões do capitalismo verde, reproduzindo dinâmicas coloniais ao transformar a natureza em ativo financeiro, sem resolver as desigualdades socioambientais que sustentam tanto a crise climática quanto a crise epistêmica.

A emergência da IA climática é central nesse processo. Algoritmos de aprendizado de máquina e modelos preditivos processam quantidades massivas de dados ambientais — imagens de satélite, sensores de umidade, padrões de desmatamento, níveis de emissões — com o objetivo de mapear riscos, prever desastres e modelar cenários climáticos. Contudo, essa tradução da natureza em padrões computacionais implica uma redução ontológica que simplifica ecossistemas complexos em variáveis controláveis, frequentemente desconsiderando as relações sociais, culturais e epistemológicas que dão sentido à vida nesses territórios (Amoore, 2020; Tsing, 2016).

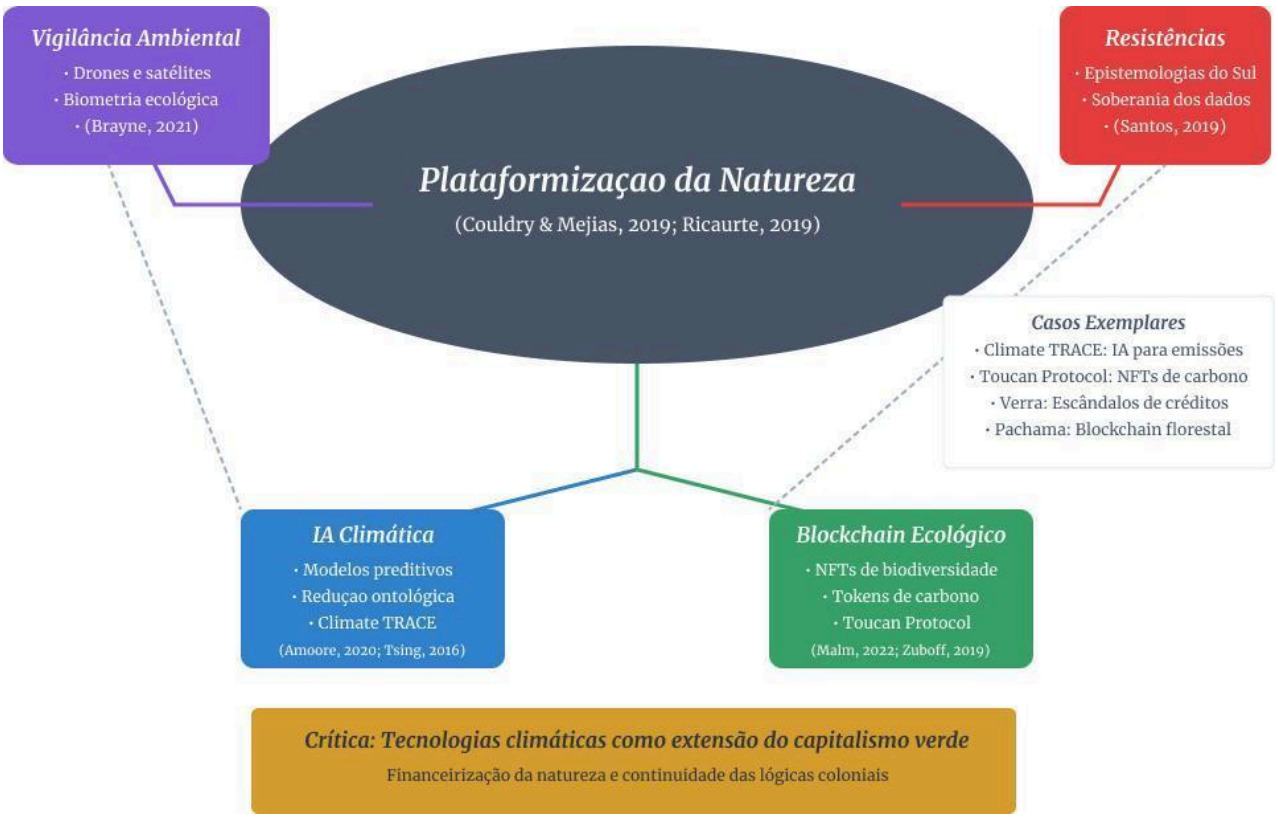


Figura 2 - Plataformas Ambientais: Colonialidade Digital na Governança Climática
Fonte: Os autores, baseado em Brayne (2021), Couldry & Mejias (2019), Ricaurte (2019), Amoore (2020), Tsing (2016), Malm (2022), Zuboff (2019) e Santos (2019)

Plataformas como Climate TRACE, que rastreia emissões em tempo real utilizando IA,

exemplificam esse fenômeno. Embora apresentem uma narrativa de transparência e eficiência climática, suas operações dependem de datasets que carregam vieses geopolíticos, históricos e epistêmicos, alinhando-se aos interesses de grandes corporações e países do Norte Global (Couldry; Mejias, 2019). A construção de modelos preditivos sobre o clima global, portanto, não é apenas um exercício técnico, mas uma prática profundamente política, que define quais dados importam, quais riscos são priorizados e, sobretudo, quais vidas e territórios são considerados na governança planetária do risco (Ricaurte, 2019).

Paralelamente, o blockchain ecológico emerge como ferramenta central na financeirização da natureza. A conversão de créditos de carbono em tokens digitais, NFTs de biodiversidade ou ativos ambientais ocorre dentro de uma lógica que dissocia ecossistemas vivos de suas dimensões territoriais, comunitárias e culturais. A plataforma Toucan Protocol, por exemplo, permite transformar créditos de carbono em NFTs comercializados em bolsas de ativos digitais, desvinculando completamente esses créditos de uma relação direta com os territórios onde supostamente deveriam gerar benefícios ambientais (Malm, 2022; Zuboff, 2019).

Essa operação não apenas intensifica a abstração financeira da natureza, mas também desloca os debates sobre justiça climática para arenas tecnofinanceiras altamente especulativas, nas quais o valor de uma floresta ou de uma biodiversidade é calculado por sua capacidade de gerar rendimentos futuros no mercado digital, e não pela sua vitalidade ecológica ou pelos vínculos socioculturais que sustenta (Tsing, 2016; Haraway, 2016). Debates sobre padrões de certificação (como Verra) revelam superavaliação e inconsistências metodológicas em frações do mercado voluntário, expondo vulnerabilidades de um sistema que busca resolver o clima por contabilidade (Malm, 2022; Tsing, 2016). No Brasil, a expansão de projetos de carbono recoloca direitos culturais, repartição de benefícios, consulta livre, prévia e informada e integridade ecológica de paisagens culturais (Latour, 1999; Stengers, 1999; Serres, 2004).

As plataformas de monitoramento ambiental, apoiadas por IA, blockchain e sensores remotos, também instauram regimes de vigilância ecológica que extrapolam o controle sobre os fluxos ambientais e incidem diretamente sobre corpos, territórios e populações. A chamada biometria ambiental — operada por drones, satélites de alta resolução e dispositivos IoT — classifica espaços como "produtivos", "ameaçados" ou "em risco" segundo lógicas que combinam segurança ambiental, rentabilidade econômica e previsibilidade algorítmica (Brayne, 2021; Amoore, 2020).

Esse mapeamento não é apenas cartográfico, mas profundamente biopolítico e necropolítico. Ao hierarquizar quais territórios devem ser preservados, compensados ou sacrificados, esses sistemas reforçam estruturas de poder que historicamente precarizam corpos racializados, povos indígenas, quilombolas e comunidades periféricas, especialmente no Sul Global (Mbembe, 2011; Roberts, 2017). Ainda que parte dessas tecnologias seja mobilizada por movimentos de resistência, como ocorre com povos indígenas na Amazônia que utilizam drones para monitorar invasões, o design estrutural dessas plataformas permanece ancorado em epistemologias que priorizam a gestão corporativa e o controle securitário dos territórios (Ricaurte, 2019; Santos, 2019).

Essa dimensão epistêmica é, de fato, central para compreender a colonialidade algorítmica que sustenta a plataformização ambiental. A própria construção dos datasets, dos modelos de IA e das cadeias de blockchain é orientada por epistemologias do risco formuladas a partir de visões eurocêntricas, que reduzem o clima, os territórios e as populações a objetos de cálculo, monitoramento e gestão (Mignolo, 2018; Couldry; Mejias, 2019). Ao mesmo tempo, saberes ancestrais, cosmologias indígenas, epistemologias quilombolas e práticas agroecológicas são sistematicamente invisibilizadas ou apropriadas de forma tokenizada, funcionando mais como elementos de legitimação discursiva do que como fundamentos operacionais dessas tecnologias (Santos, 2019; Haraway, 2016).

Portanto, a plataformização da crise climática não representa uma solução técnica neutra, mas sim uma reconfiguração das relações de poder, conhecimento e valor que estruturam a governança planetária no Antropoceno. Ao mesmo tempo que prometem mitigar o colapso ecológico, essas plataformas digitalizam, financeirizam e controlam corpos e territórios, aprofundando as assimetrias que

sustentam tanto a crise climática quanto as suas supostas soluções. Frente a isso, torna-se urgente construir alternativas pautadas em soberania dos dados, epistemologias do Sul e práticas de justiça climática que enfrentem não apenas a emergência ambiental, mas também os regimes algorítmicos que a sustentam.

Corpos Algorítmicos, Biopolítica e Necropolítica

O avanço das tecnologias de monitoramento ambiental, inteligência artificial e blockchain, no contexto da crise climática, não apenas redefine os modos de gestão dos territórios, como também institui regimes de controle e gestão dos corpos, profundamente enredados nas dinâmicas biopolíticas e necropolíticas do Antropoceno. As plataformas que prometem mapear, proteger e otimizar a natureza operam, na prática, a classificação e a hierarquização de corpos e territórios, definindo quem deve ser monitorado, quem deve ser controlado e quem pode ser descartado no gerenciamento algorítmico do colapso climático (Amoore, 2020; Couldry; Mejias, 2019).

A figura 3 estrutura o conceito de Governança Algorítmica Ambiental, fundamentado nos trabalhos de Couldry & Mejias (2019) e Ricaurte (2019), que analisam como os algoritmos, as infraestruturas digitais e a circulação de dados moldam as práticas de gestão ambiental no contexto do Antropoceno. A governança algorítmica é atravessada por dinâmicas de poder, que combinam a necropolítica digital (Mbembe, 2011) com os imperativos do capitalismo verde, reproduzindo desigualdades globais. Esse regime de governança é sustentado por sistemas de vigilância ambiental, que incluem drones, satélites e biometria ecológica, segundo Brayne (2021). Tecnologias como a IA climática e o blockchain ecológico operam como pilares desse modelo, estruturando práticas de monitoramento e financeirização da natureza. A IA climática, baseada em modelos preditivos e redução ontológica (Amoore, 2020; Tsing, 2016), transforma ecossistemas e ciclos biológicos em dados gerenciáveis. Paralelamente, o blockchain ecológico viabiliza a criação de NFTs de biodiversidade e tokens de carbono, como no Toucan Protocol, expandindo a lógica financeira para os bens comuns ambientais (Malm, 2022; Zuboff, 2019). A figura também apresenta casos exemplares, como a Climate TRACE, que usa IA para rastrear emissões; e denúncias envolvendo a Verra, que expõem falhas nos sistemas de certificação ambiental. Em contraposição, emergem resistências fundamentadas na soberania dos dados e nas epistemologias do Sul (Santos, 2019), que reivindicam modelos alternativos de gestão, centrados na justiça epistêmica e climática. No centro do diagrama, destaca-se a tensão entre soluções tecnológicas e demandas por justiça epistêmica e climática, evidenciando os limites e contradições da governança algorítmica ambiental.

A biopolítica algorítmica instaurada por essas infraestruturas digitais não se limita à regulação da vida no sentido clássico proposto por Foucault. Ela se articula, hoje, à lógica da predição, da vigilância contínua e da otimização dos fluxos de carbono, biodiversidade e risco. Plataformas como Global Forest Watch e Climate TRACE, associadas a cadeias de blockchain ecológico, utilizam satélites, IA e sensores para definir quais territórios devem ser protegidos, explorados ou compensados, transformando corpos e ecossistemas em variáveis gerenciáveis dentro de modelos computacionais (Rouvroy, 2013; Zuboff, 2019).

Esses sistemas operam uma cartografia algorítmica que produz corpos-objetos de gestão: corpos-floresta, corpos-rio, corpos-carbono. Contudo, essa gestão não é distribuída de maneira equânime. Ela recai, de forma sistematicamente desproporcional, sobre corpos racializados, populações do Sul Global, territórios indígenas, quilombolas e periféricos, que são simultaneamente hipervisibilizados como zonas de risco ambiental e, paradoxalmente, invisibilizados nos processos decisórios e nas modelagens globais (Mbembe, 2011; Roberts, 2017; Ricaurte, 2019).

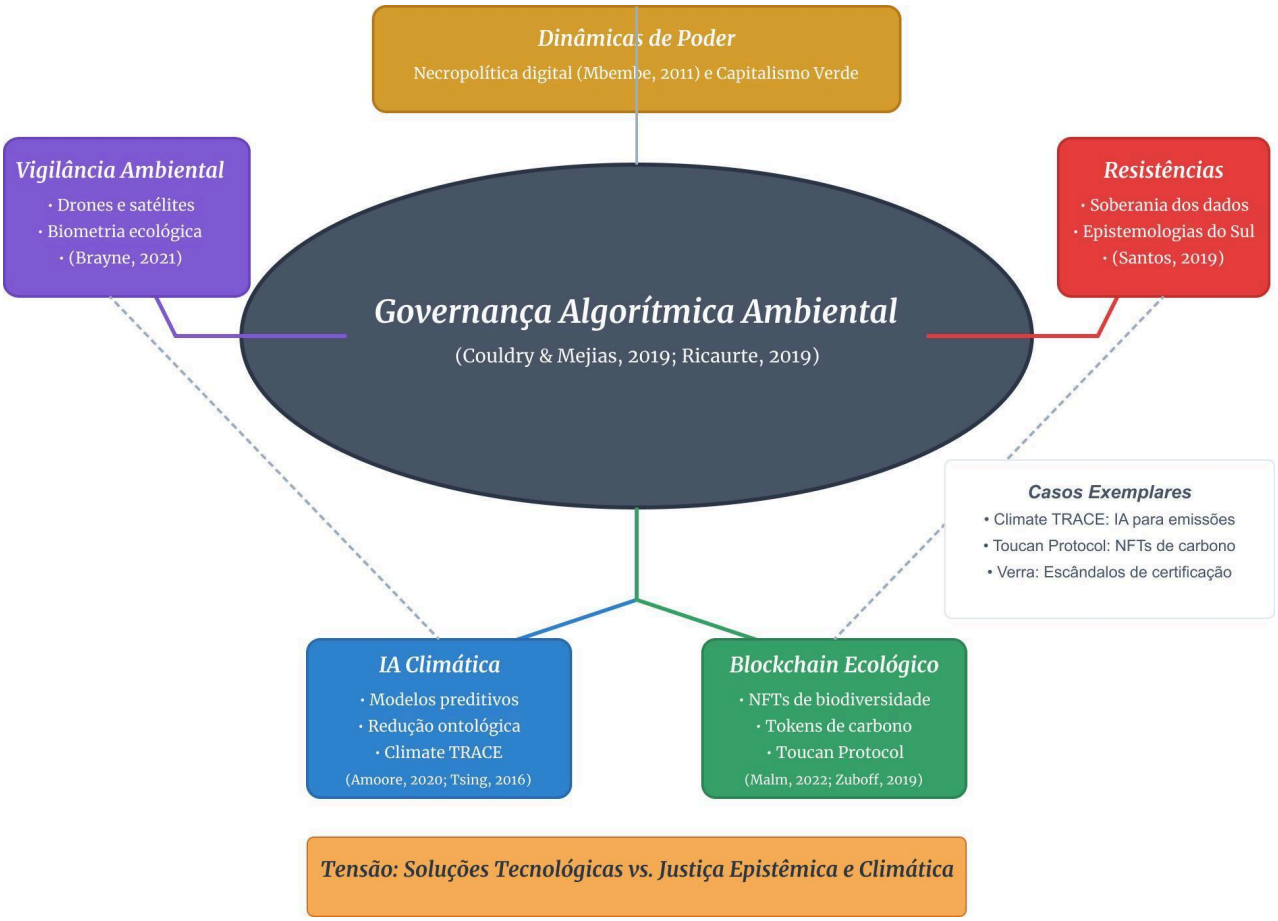


Figura 3 - Governança algorítmica Ambiental

Fonte: Os autres baseado em Brayne (2021), Amoore (2020), Tsing (2016), Malm (2022), Zuboff (2019) e Santos (2019).

A necropolítica digital se torna evidente quando observamos quem é incluído e quem é excluído dos mapas de monitoramento, das modelagens de risco e das cadeias de valor da economia verde digital. Enquanto certas populações e territórios são incessantemente vigiados sob a justificativa da proteção ambiental, outras são simplesmente apagadas, descartadas dos mapas, dos modelos e das soluções tecnológicas. Esse apagamento não é neutro: ele reflete uma colonialidade dos dados que perpetua as hierarquias epistêmicas e raciais do sistema-mundo (Couldry; Mejias, 2019; Mignolo, 2018).

A distribuição desigual dos riscos, dos dados e da própria vida é, portanto, constitutiva desses sistemas. As populações do Norte Global, que operam e lucram com essas infraestruturas digitais, tornam-se menos expostas aos impactos diretos da crise — protegidas por muros de dados, infraestrutura e capital. Já os corpos-territórios do Sul Global são duplamente precarizados: pelas materialidades da crise climática (enchentes, secas, incêndios, contaminação) e pela arquitetura digital que decide quem merece atenção, proteção ou abandono (Santos, 2019; Tsing, 2016).

Essa precarização não se dá apenas no plano físico, mas também no plano informacional. A toxicidade do Antropoceno se expressa, de forma articulada, tanto na contaminação dos corpos por mercúrio, metais pesados, microplásticos e agrotóxicos, quanto nas formas de violência algorítmica — apagamentos, invisibilizações, vigilância assimétrica e exploração dos dados ambientais extraídos desses territórios (Benjamin, 2019; Roberts, 2017). Trata-se de uma ecologia da toxicidade que é ao mesmo tempo material e digital, ambiental e epistêmica, inscrita nos corpos e nos dados que circulam (ou não) nas infraestruturas globais.

Essa condição de corpos-alvo, corpos-risco e corpos-descartáveis é reforçada por uma lógica tecnopolítica que desconsidera epistemologias indígenas, quilombolas e campesinas, substituindo-as por modelos preditivos baseados em epistemologias eurocêntricas, mercantis e extrativistas (Mignolo, 2018; Santos, 2019). As próprias soluções tecnológicas — como blockchain ecológico, mercados de carbono digitais e IA climática — não apenas falham em enfrentar essas desigualdades, como frequentemente as aprofundam, convertendo o próprio colapso ambiental em uma nova fronteira de acumulação de dados, capital e controle (Malm, 2022; Zuboff, 2019).

Diante disso, a plataformização climática deve ser lida como governança de vidas e memórias. No patrimônio, isso implica proveniência de dados, salvaguardas digitais e interoperabilidade que respeitem cosmologias locais e direitos culturais (Azoulay, 2019; Lowenthal, 1998). No ambiental, exige integridade de créditos, traçabilidade verificável e accountability sobre impactos energéticos/hídricos de data centers e cadeias IA-blockchain (Zuboff, 2019; Rouvroy, 2013).

Ecologias de Dados, Infraestruturas Digitais e Governança Eco-Algorítmica

A crescente informatização do meio ambiente, sustentada pela proliferação de sensores, redes inteligentes, blockchain ecológico e infraestruturas digitais, tem instaurado uma nova morfologia do social, na qual as fronteiras entre humanos, não humanos e dados tornam-se cada vez mais porosas e interdependentes. Trata-se do advento de um regime sociotécnico em que o meio ambiente é performado como uma ecologia de dados, na qual informações, territórios, agentes vivos e artefatos digitais se entrelaçam em sistemas distribuídos de monitoramento, governança e interação (DI FELICE, 2012; GABRYS, 2016).

A figura 4 apresenta o conceito de Infraestruturas Digitais Ambientais como arranjos sociotécnicos que reorganizam as relações entre humanos, não humanos e tecnologias, a partir da mediação de dados e da informatização dos ecossistemas. Essas infraestruturas estão ancoradas em três referências fundamentais — Di Felice (2020), Gabrys (2016) e Bratton (2016) — que discutem as info-ecologias e os modos como dispositivos digitais participam da constituição dos ambientes. A figura evidencia que essas infraestruturas operam em meio a uma tensão entre modelagens abstratas e ontologias relacionais, que contrapõem a abstração em dados à agência dos seres não humanos. As tecnologias constituintes, como Internet das Coisas (IoT), blockchain ecológico e inteligência artificial climática, desempenham papel central na coleta, processamento e gestão de dados ambientais. Esse processo não ocorre de forma neutra, mas atravessado por disputas epistêmicas, especialmente no embate entre epistemologias digitais colonialistas e saberes não hegemônicos, como os saberes indígenas, conforme discutido por Couldry & Mejias. A figura também ressalta a importância das ontologias híbridas, inspiradas em conceitos como o Parlamento das Coisas (Latour), a Cosmopolítica (Stengers) e o Contrato Natural (Serres), que propõem uma reconfiguração das fronteiras entre natureza, sociedade e tecnologia. Nesse contexto, emergem também práticas alternativas, como a simpoiese[5] e o cuidado digital (Haraway, 2016), que orientam formas de interação mais simétricas entre humanos e não humanos. A consolidação dessas infraestruturas se articula, por fim, à construção de uma Cidadania Ecossistêmica Digital, na qual humanos e não humanos são reconhecidos como co-participantes na governança dos sistemas socioecológicos mediados por dados.

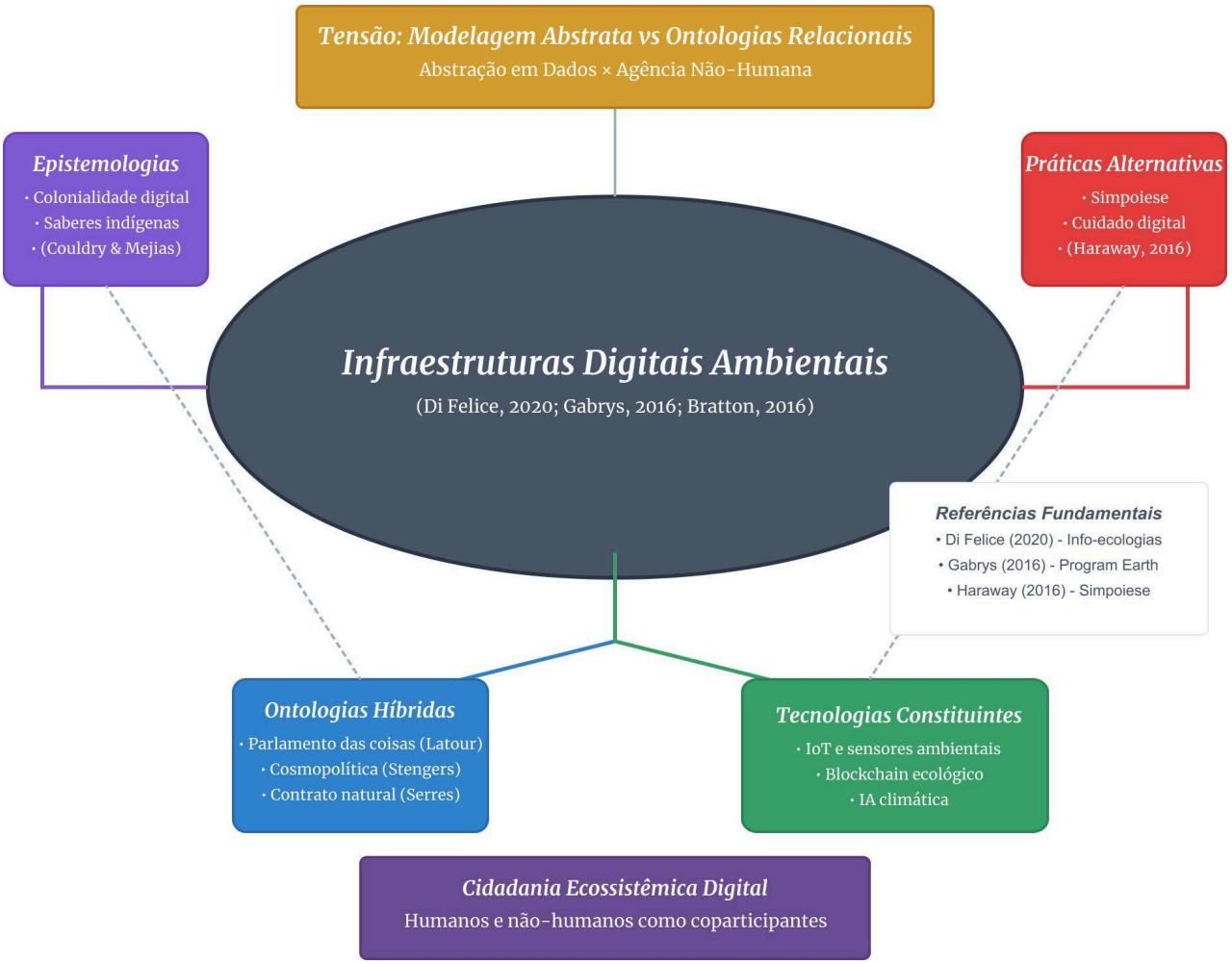


Figura 4 - Ecologias de Dados e Governança Eco-Algorítmica

Fonte: Os autores, baseado em Couldry & Mejias (2019), Di Filice (2020), Gabrys (2016), Haraway (2016) e Bratton (2016).

Diferentemente das formas anteriores de mediação tecnológica da natureza, as arquiteturas digitais contemporâneas não se limitam a representar o meio ambiente, mas passam a constituí-lo ativamente. Redes de sensores, dispositivos de Internet das Coisas (IoT), algoritmos de inteligência artificial e cadeias de blockchain operam como infraestruturas ambientais, reorganizando fluxos, interações e valores. Nesse processo, florestas, rios, animais e objetos tornam-se não apenas observáveis, mas agentes participantes de ecossistemas computacionais, mediados por plataformas que coletam, interpretam e redistribuem dados em tempo real (Bratton, 2016; Gabrys, 2016; Di Felice, 2020).

Essa nova ecologia informacional não é apenas uma extensão dos sistemas técnicos, mas uma reconfiguração profunda da própria ideia de meio ambiente e de sociedade. A emergência de uma governança eco-algorítmica — baseada na mediação de dados, na automação de processos e na interoperabilidade de agentes — desloca os paradigmas clássicos do contrato social para formas de co-governança entre humanos, não humanos e artefatos digitais (Latour, 1999; Stengers, 1999; Serres, 2004).

Nesse Cenário, Conceitos Como O Contrato Natural (Serres, 2004), O Parlamento Das Coisas (Latour, 1999) E A Cosmopolítica (Stengers, 1999) Ganham Centralidade Ao Descrever Arranjos Sociotécnicos que incorporam agentes não humanos — sejam eles rios, florestas, sensores, satélites ou algoritmos — na produção de mundos e na gestão compartilhada da vida planetária. Essa perspectiva rompe com a visão moderna que separa natureza e sociedade, propondo, em seu lugar, coletivos híbridos mediados por dados e plataformas digitais.

A governança eco-algorítmica, nesse sentido, não se restringe à administração de recursos naturais, mas institui uma ecologia normativa na qual dados, algoritmos e protocolos operam como infraestruturas regulatórias. Smart contracts ambientais, plataformas de rastreabilidade via blockchain, redes de monitoramento climático e sensores distribuídos são exemplos concretos dessa nova infraestrutura de governança, que regula, em tempo real, os fluxos de carbono, de biodiversidade e de resíduos, produzindo uma cidadania digital ecossistêmica (Tapscott, 2018; Di Felice, 2020).

Contudo, essa reorganização informacional do meio ambiente não é isenta de contradições. De um lado, abre a possibilidade de construção de arranjos colaborativos, nos quais humanos e não humanos participam da gestão dos territórios de forma distribuída, transparente e automatizada. De outro, reproduz e, em alguns casos, intensifica assimetrias históricas, epistemológicas e geopolíticas, especialmente quando essas infraestruturas são desenhadas a partir de epistemologias coloniais, centradas no Norte Global, e capturadas por lógicas corporativas (Couldry; Mejias, 2019; Ricaurte, 2019).

Essa tensão torna-se particularmente evidente quando colocamos em diálogo as info-ecologias digitais com as epistemologias indígenas, quilombolas e campesinas. Enquanto a lógica tecnocientífica opera uma modelagem do ambiente baseada na abstração de dados e na gestão algorítmica dos fluxos, as cosmologias indígenas, por exemplo, entendem os territórios como coletivos vivos, compostos por redes de reciprocidade, agência distribuída e ontologias relacionais (Di Felice; Pereira, 2017; Mancuso, 2017; Latour, 2016).

Para gestores públicos, startups e ONGs, diretrizes operacionais: (i) cláusulas de soberania de dados e licenças culturais com direitos de comunidade; (ii) avaliação energética/hídrica de infraestruturas digitais com metas locais; (iii) exigência de proveniência/auditoria aberta para créditos tokenizados; (iv) participação deliberativa de comunidades custodiais em decisões curatoriais/ambientais; (v) adoção de ontologias relacionais natureza-cultura na modelagem (Latour, 1999; Stengers, 1999; Serres, 2004).

Esse deslocamento epistêmico e ontológico implica repensar a própria noção de cidadania na era das info-ecologias. Aqui, cidadania não é mais um atributo exclusivamente humano, mas um regime de participação distribuída, no qual rios, florestas, animais e sensores tornam-se coparticipantes dos processos de decisão, gestão e governança dos sistemas socioecológicos digitais (Di Felice, 2020; Gabrys, 2016). Trata-se, portanto, da transição de uma lógica de contrato social antropocêntrico para uma cosmopolítica dos dados, na qual humanos e não humanos, vivos e não vivos, materiais e digitais, produzem, em conjunto, as condições de existência no Antropoceno informacional.

Considerações finais

A análise das dinâmicas de digitalização ambiental e cultural mostra que IA climática, blockchain ecológico e vigilância não apenas transformam a gestão de ecossistemas, mas reconfiguram regimes de memória, valor e pertencimento. A financeirização de natureza e cultura produz cadeias digitais de valor (créditos, *tokens*, NFTs) que podem colidir com integridade ecológica e salvaguardas patrimoniais quando operadas por lógicas opacas e extrativistas (Couldry; Mejias, 2019; Zuboff, 2019).

Os achados revelam que a conversão de florestas, ciclos ecológicos e populações em bancos de dados e ativos digitais não é um processo neutro ou universal, mas profundamente atravessado por assimetrias epistêmicas, econômicas e geopolíticas. A financeirização da natureza, mediada por blockchain e IA, reorganiza os ecossistemas como cadeias de valor digitalizadas, nas quais créditos de carbono, NFTs de biodiversidade e métricas ambientais circulam como instrumentos de especulação financeira dissociados dos territórios e de suas complexidades socioecológicas. Esse modelo, embora mobilizado sob a retórica da sustentabilidade e da eficiência climática, reproduz dinâmicas de colonialidade digital, apagamento de saberes locais e expansão dos regimes de governança algorítmica ambiental.

Paralelamente, observa-se que tais infraestruturas operam como dispositivos biopolíticos e necropolíticos, na medida em que

classificam, hierarquizam e controlam corpos e territórios a partir de padrões algorítmicos. A chamada biometria ambiental, sustentada por sensores, satélites e IA, redefine quais territórios devem ser protegidos, compensados ou descartados, produzindo cartografias do risco que reproduzem as mesmas hierarquias raciais, coloniais e econômicas que historicamente estruturaram o sistema-mundo moderno-colonial. Essa governança eco-algorítmica, portanto, distribui de forma assimétrica tanto os impactos da crise climática quanto os próprios benefícios das soluções tecnológicas, aprofundando a precarização de populações racializadas, indígenas, quilombolas e periféricas.

No entanto, o estudo também identifica a emergência de práticas contra-hegemônicas que tensionam os fundamentos desse regime digital-colonial. Movimentos por soberania dos dados, ecologias de saberes e justiça climática mobilizam alternativas que articulam tecnologias emergentes com epistemologias do Sul, propondo modelos de governança baseados na reciprocidade, na agência dos não humanos e na coprodução dos mundos habitáveis. As cosmopolíticas digitais, fundamentadas na simpoiese, no cuidado e na coabitação, aparecem como horizontes possíveis para subverter as lógicas extrativistas e colonialistas que informam as arquiteturas digitais atuais.

Para políticas públicas, integrar patrimônio cultural às políticas climáticas (inventários, salvaguardas digitais, participação comunitária). Para gestores e startups, adotar transparência (proveniência, auditoria, *impact reporting*) e design responsável (energia/água). Para organizações da sociedade civil, fortalecer peritagem em dados, IA e blockchain, assegurando controle social e direitos culturais em projetos de carbono e digitalização de acervos (Noble, 2018; Benjamin, 2019)."

Por fim, as conclusões deste estudo apontam que a algoritmização da natureza não é uma solução neutra ou suficiente para enfrentar a crise climática, mas antes uma extensão das lógicas de governança colonial, racial e capitalista que estruturam tanto o Antropoceno quanto sua tradução digital — o Dataceno. Em síntese, a algoritmização de natureza e cultura prolonga governanças coloniais sob gramáticas digitais (Mignolo, 2018; Quijano, 2005).

Existem limitações nas abordagem teórico-documental e uso de casos secundários. Futuras pesquisas: etnografias digitais com comunidades custodiais, auditorias de plataformas (IA/satélite/blockchain), avaliações energéticas/hídricas de data centers e prototipagem de salvaguardas de patrimônio digital com soberania de dados e consulta livre, prévia e informada (Haraway, 2016; Ricaurte, 2019; Tsing, 2016; Malm, 2022).

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC/UNESP e ao professor Dr. José Osvando Morais *(in memoriam)*. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Proc. 2022/08397-6) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Proc. 305265/2023-7).

Notas

1 Token não fungível, ativo digital único registrado via blockchain, utilizado para certificar autenticidade e propriedade de itens digitais ou físicos no ambiente virtual.

2 Conceito que descreve como práticas de coleta, classificação e uso de dados reproduzem lógicas coloniais, subordinando saberes, territórios e populações, especialmente do Sul Global, às epistemologias e interesses do Norte Global.

3 Modelo econômico baseado na intermediação digital, no qual plataformas controlam fluxos de dados, trabalho e valor, extraindo renda a partir da captura e da mercantilização de interações, informações e serviços.

4 Termo geológico e filosófico que define a atual era na qual as atividades humanas se tornaram força geológica capaz de alterar significativamente os sistemas planetários.

5 Conceito desenvolvido por Donna Haraway que significa 'fazer-com', descrevendo sistemas que se constroem a partir de relações recíprocas, colaborativas e interdependentes entre humanos, não humanos e tecnologias.

Referências

AMOORE, Louise. **Cloud Ethics**: Algorithms and the Attributes of Ourselves and Others. Durham: Duke University Press, 2020.

AZOULAY, Ariella Aïsha. **Potential History**: Unlearning Imperialism. London; New York: Verso, 2019.

BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology**: Abolitionist Tools for the New Jim Code. Cambridge: Polity Press, 2019.

BRATTON, Benjamin H. **The Stack**: On Software and Sovereignty. Cambridge: MIT Press, 2016.

BRAYNE, Sarah. **Predict and Surveil**: Data, Discretion, and the Future of Policing. Oxford: Oxford University Press, 2021.

BRASIL. **Brasil contrata plataforma de hospedagem oficial para a COP30 em Belém.** Brasília, DF: Governo Federal, 2025. Disponível em: https://cop30.br/en/news-about-cop30/brasil-hires-lodging-platform-for-cop30. Acesso em: 17 out. 2025.

CLIMATE TRACE. **Methodology and approach for emissions tracking.** 2025. Disponível em: https://climatetrace.org/approach. Acesso em: 17 out. 2025.

CLIMATE TRACE. **Data portal:** global greenhouse gas emissions by source and country. 2025. Disponível em: https://climatetrace.org/data. Acesso em: 17 out. 2025.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The Costs of Connection**: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.

DI FELICE, Massimo. **Redes digitais e sustentabilidade.** São Paulo: Annablume, 2012.

DI FELICE, Massimo. **A cidadania digital**: A crise da ideia ocidental de sociedade e a construção de uma nova governança. São Paulo: Paulus, 2020.

DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Edson. **Redes e ecologias comunicativas indígenas.** São Paulo: Paulus, 2017.

GABRYS, Jennifer. **Program Earth**: Environmental Sensing Technology and the Making of a Computational Planet. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

GENOVESE, G.; HEIBI, I.; PERONI, S.; PESCARIN, S. **Leveraging virtual technologies to enhance museums and art collections: insights from project CHANGES**. *arXiv preprint*, 2024. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2412.05880. Acesso em: 17 out. 2025.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble**: Making Kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press, 2016.

HARRISON, Rodney. **Heritage**: Critical Approaches. London; New York: Routledge, 2013.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos.** São Paulo: Editora 34, 2012.

LATOUR, Bruno. **Política da Natureza**: como fazer ciência na democracia. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria-ator-rede. Salvador: EDUFBA, 2016.

MARTINEZ, Lis Yana de Lima; LOPES, Ricardo Cortez. Museus virtuais e patrimônio cultural: um estudo de caso do Google Arts & Culture. *CEHD* – **Revista de Cultura, Educação e Humanidades,** v. 1, n. 7, 2025.

LIMA, Izabel França de; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Mediação da informação patrimonial em museus virtuais. **RICI – Revista de Informação e Cultura,** v. 16, n. 3, 2023.

LOWENTHAL, David. **The Heritage Crusade and the Spoils of History.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MALM, Andreas. **Fossil Capital**: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming. Londres: Verso, 2022.

MANCUSO, Stefano. **A Revolução das Plantas.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2011.

MIGNOLO, Walter. Epistemologias do Sul e colonialidade do saber: repensando o mundo a partir da diferença colonial. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2018. p. 64-89.

NOBLE, Safiya Umoja**. Algorithms of Oppression**: How Search Engines Reinforce Racism. New York: New York University Press, 2018.

PACHAMA. **Our technology**: AI and satellite monitoring for forest conservation. San Francisco, 2025. Disponível em: https://pachama.com/technology. Acesso em: 17 out. 2025.

PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, London, v. 372, n. 71, p. 1–9, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 201–246.

RICAURTE, Paola. Data epistemologies, the coloniality of power, and resistance. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 350–365, 2019.

ROBERTS, Celia. **Bioinformationalism**: Data, Bodies, and the Politics of Reproduction. Durham: Duke University Press, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo**: A Afirmação das Epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SERRES, Michel. **O contrato natural.** Lisboa: Piaget, 2004.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitique.** Paris: La Découverte, 1999.

STUBLIĆ, H.; BILOGRIVIĆ, M.; ZLODI, G. **Blockchain and NFTs in the Cultural Heritage Domain**: A Review of Current Research Topics. *Heritage*, v. 6, n. 4, p. 3920-3945, 2023.

TAPSCOTT, Don. **Blockchain Revolution**: como a tecnologia por trás do bitcoin está mudando o dinheiro, os negócios e o mundo. São Paulo: SENAI-SP Editora, 2018.

TOUCAN PROTOCOL. **Bridging carbon credits to Web3**: project overview and documentation. 2025. Disponível em: https://toucan.earth/. Acesso em: 17 out. 2025.

TSING, Anna. **The Mushroom at the End of the World**: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins. Princeton: Princeton University Press, 2016.

VERRA. **Brazil's moment to lead with carbon markets.** Washington, DC: Verra, 2025. Disponível em: https://verra.org/verra-views/brazils-moment-to-lead-with-carbon-markets. Acesso em: 17 out. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. Nova York: PublicAffairs, 2019.

Mudanças climáticas e ética da responsabilidade: uma leitura de Hans Jonas

Climate change and ethics of responsibility: a reading of Hans Jonas

João Raniery Elias da Silva*

Palavras-chave:
Meio ambiente
Clima
Responsabilidade

Resumo: O presente estudo pretende refletir sobre as contribuições da filosofia de Hans Jonas acerca do meio ambiente, de forma especial, sobre as mudanças climáticas. Partindo da obra *"A ética da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica"* objetiva-se responder quanto as possíveis considerações que poderiam ser feitas a partir filosofia – propriamente de Jonas – como resposta aos apelos climáticos atuais, tendo como base a obra "A ética da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica". Inicialmente, discute-se o conceito de mudança climática e sua expressão no contexto brasileiro, bem como os agentes envolvidos na mitigação dos efeitos climáticos. Em seguida, examina-se a proposta ética de Jonas, centrada na responsabilidade intergeracional e na relação entre técnica e ética. A pesquisa, de cunho bibliográfico, propõe uma reflexão crítica sobre a necessidade de uma ação ética diante da ameaça ambiental global.

Keywords:
Environment
Climate
Responsibility

Abstract: This study aims to reflect on the contributions of Hans Jonas' philosophy regarding the environment, especially regarding climate change. Based on the work "The Ethics of Responsibility: An Essay on an Ethics for Technological Civilization", the aim is to respond to possible considerations that could be made based on philosophy – specifically Jonas' philosophy – as a response to current climate appeals, based on the work "The Ethics of Responsibility: An Essay on an Ethics for Technological Civilization". Initially, the concept of climate change and its expression in the Brazilian context are discussed, as well as the agents involved in mitigating climate effects. Next, Jonas' ethical proposal is examined, centered on intergenerational responsibility and the relationship between technology and ethics. The research, of a bibliographic nature, proposes a critical reflection on the need for ethical action in the face of the global environmental threat.

Recebido em 25 de junho de 2025. Aprovado em 26 de setembro de 2025.

Uma introdução: breves considerações acerca das mudanças climáticas e seus desdobramentos

O aquecimento global é um problema geopolítico que perpassa toda a humanidade (Barnett, 2009). As mudanças no clima, por sua vez, são uma das ameaças mundiais mais importantes do século XXI. Elas se referem às alterações significativas e duradouras nos padrões climáticos da terra. Tais padrões incluem temperaturas extremas, altas precipitações e eventos naturais catastróficos. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em seu documento final, registra: "Mudança climática refere-se a uma mudança no estado do clima que pode ser identificada (por exemplo, por meio de testes estatísticos) por mudanças nas médias e/ou variabilidade de suas propriedades e que persiste por um período prolongado, tipicamente décadas ou mais" (IPCC, 2024). É um fato: as alterações no clima estão a todo vapor e em todo o globo; seus efeitos são possíveis perceber nos ecossistemas e já na organização socioeconômica.

* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) *campus* Porto Nacional. E-mail: joao.elias@ifto.edu.br.

Alterações climáticas: um alerta dos dias atuais.

O relatório do IPCC (2021, p. 5) acentua que "é inequívoco que a influência humana aqueceu a atmosfera, os oceanos e a terra". Chama a atenção para o rápido aumento da temperatura média global que já cresce cerca de 1,1ºC desde o momento pré-industrial, com perspectivas desse número ultrapassar os 1,5ºC nas próximas décadas, isso se nada for feito para que haja uma redução considerável das emissões de gases de efeito estufa. O que se vê é um aceleramento rumo a pontos críticos com resultados catastróficos. A título de exemplo, 2023 foi o ano mais quente registrado, sendo superado por 2024. Ou seja, ano após ano a temperatura só aumenta, chegando mais rápido do que se imaginava ao limite estabelecido pelo Acordo de Paris[1].

A elevação na temperatura não é algo distante. O Brasil, em seu território continental, já percebe isso, o que tem provocado efeitos significativos em suas diversas regiões, afetando ecossistemas, atividades socioeconômicas e população em situação de vulnerabilidade. Um exemplo disso é o seminário nordestino que, com o crescimento da temperatura e a escassez hídrica faz com que haja o agravamento nos processos de desertificação, afetando a agricultura de subsistência e deixando seu povo ainda mais vulnerável (Alvalá et al., 2019). Nobre e Sampaio (2021) cita os estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para afirmar que a frequência e a intensidade das secas na região farão com que essa vulnerabilidade da população no semiárido brasileiro cresça nas próximas décadas, caso não tenha redução nas emissões de gases de efeito estufa.

As mudanças climáticas também interferem na região amazônica, potencializam a degradação florestal e o aumento das queimadas, favorecendo a redução da biodiversidade. Tais alterações ambientais, fazem com que se elevem as médias das temperaturas e diminuam as chuvas, comprometendo o bioma amazônico em seu equilíbrio hidrológico (Artaxo, 2019). Lovejoy e Nobre (2018) alertam para outra situação nessa região: o risco considerável de, por tanta degradação, a floresta atingir um ponto de não retorno, transformando-se progressivamente em uma savana, com severas consequências para o clima global e a conservação ambiental.

E até o litoral brasileiro não escapa dos impactos significativos impostos pelo atual clima. Com a elevação do nível do mar e a intensificação de eventos extremos, como ressacas e inundações costeiras, as regiões litorâneas brasileiras, em suas comunidades tradicionais e infraestrutura urbana, são ameaçadas (Muehe, 2020). Cidades como Recife e Santos já enfrentam desafios relacionados à erosão costeira e à necessidade de adaptação climática (Braga et al., 2021). Todos esses fatos denunciam a urgência de políticas públicas que visem dirimir e se adaptar a essas novas realidades climáticas.

Não obstante a isso, pode-se destacar várias causas para os crescentes números no que tange o clima. Mas, é a ação humana uma das significativas para essa escalada preocupante. (1) A queima de combustíveis fósseis como o carvão, o petróleo e o gás natural; (2) o desmatamento restringindo a capacidade natural do planeta de remover CO_2 da atmosfera; (3) a agropecuária intensiva com seu uso de fertilizantes nitrogenados: (4) a liberação de óxidos de nitrogênio (N_2O), além de converter florestas em pastagens; (5) a industrialização desenfreada com suas inserções de CO_2 e outros gases como subprodutos de processos químicos; (6) o descarte de resíduos sólidos e falta tratamento de esgoto; (7) o uso excessivo de energia levando a mais queima de combustíveis fósseis; e o (8) uso de veículos movidos a gasolina e diesel contribuindo diretamente para a emissão de CO_2, são algumas das atividades humanas que impulsionam o aumento da concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera.

> As evidências científicas demonstram, de forma inequívoca, que o aquecimento do sistema climático é real, e que esse aquecimento recente é, em grande parte, resultado de atividades humanas. As concentrações atmosféricas de dióxido de carbono, metano e óxidos de nitrogênio aumentaram consideravelmente desde 1750 como resultado direto de ações antrópicas, principalmente da queima de combustíveis fósseis e mudanças no uso da terra. (Magnusson et. al., 2013, p. 25).

Essas ações impactam todo o planeta. Contudo, as referidas evidências não são suficientes para uma parcela da sociedade que objetivam negar os citados problemas.

A negação das mudanças climáticas e o papel dos organismos sociais

O negacionismo climático rejeita, minimiza e descredencia nas evidências científicas sobre as mudanças climáticas provocadas por atividades humanas. Apesar do amplo consenso científico acerca da influência antrópica no aquecimento global, discursos negacionistas continuam a ganhar espaço na esfera política, midiática e social, dificultando a formulação e a implementação de políticas ambientais eficazes. Apoiados em desinformações, teorias conspiratórias e interesses econômicos, sustentam a ideia de que as mudanças climáticas são naturais ou irrelevantes. Esses discursos são especialmente alimentados por setores industriais ligados aos combustíveis fósseis, que temem prejuízos com a transição energética.

A propagação do negacionismo tem efeitos concretos e prejudiciais. Em nível político, contribui para o enfraquecimento de acordos internacionais, como o Acordo de Paris, e para a implementação de políticas públicas ineficazes ou inexistentes em relação à mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Em países como o Brasil, observou-se, nos últimos anos, o desmonte de órgãos ambientais e o aumento do desmatamento, impulsionado por discursos que negam ou minimizam os impactos ambientais (Philippi Jr. et al., 2021). Do ponto de vista social, o negacionismo também gera confusão na opinião pública, dificultando a formação de uma consciência ecológica coletiva. E ainda mais, como afirma Leis (2018, p. 92), "o negacionismo representa um retrocesso civilizatório, pois ignora as advertências da ciência e compromete o futuro das próximas gerações".

Além disso, os efeitos do negacionismo não se limitam à esfera ambiental: há impactos na saúde pública, na segurança alimentar e na economia global (Silva; Ferreira, 2020). Negar os problemas retarda a adoção de medidas adaptativas e aumenta os custos sociais e econômicos das catástrofes climáticas.

Ora, seria bem possível que a situação fosse ainda mais alarmante se órgãos não se juntassem para contribuir no melhoramento das reflexões, formações de consciências e ações dirimizadoras. Diversas fundações e companhias já atuam no combate ao aquecimento global. Organismos internacionais como o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) e a ONU (com suas agências internas) procuram influenciar políticas públicas com base em dados científicos, negociando acordos climáticos internacionais e promovendo projetos sustentáveis. Soma-se a esses, organizações não-governamentais como o Greenpeace, o WWF e o Climate Reality Project; ONG's que atuam em campanhas de proteção ambiental, trabalham com conservação da biodiversidade e combatem as mudanças climáticas com foco na educação e mobilização contra a crise climática. Além, também, de organismos governamentais de iniciativa nacional, movimentos sociais e populares que juntam forças na luta por um clima mais sustentável. Esses são, apenas, alguns exemplos de um vasto rol que traz à luz os modelos de organização da sociedade em busca de uma proteção do planeta.

Contudo, o que se pode constatar é que o surgimento dessas organizações não tem se tornado suficiente para diminuir a intensificação gradativa da temperatura global. Como observado, o clima atmosférico reclama por ajuda. Ao passo que, caso esse protesto não seja ouvido, corre o risco deste mundo se tornar um lugar inabitável, em um futuro não muito distante. Tal crise em que todo o globo está envolvido é uma questão de justiça social e de dar atenção à ciência que, por muito tempo, alerta para os efeitos nefastos. Um possível caminho é o dos indivíduos assumirem, para si, o comprometimento frente a essa questão. Urge-se, portanto, uma ética da responsabilidade como forma de responder a esse grito de socorro emitido pelo clima mundial.

A ética da responsabilidade e a sua contribuição

Hans Jonas, em sua obra emblemática "O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica" (2006) propõe uma nova fundamentação ética para lidar com os desafios impostos pela tecnologia moderna e pelo poder humano sobre a natureza. A ética da responsabilidade, assume assim, em seus escritos, um papel central para se pensar a relação do homem com o meio ambiente. Não diferente dos tempos atuais, Jonas escreve esse texto em/para uma sociedade marcada por significativas mudanças. Testemunhou, no século XX, uma aceleração crescente – e sem precedentes – no desenvolvimento tecnológico (como a energia nuclear, biotecnologias, informática, engenharia genética) e a progressiva preocupação emergencial acerca da poluição e da degradação ambiental.

O filósofo alemão percebe que as éticas tradicionais (como a kantiana ou a utilitarista) são insuficientes para lidar com as novas formas de ação humana, pois foram formuladas para um contexto pré-tecnológico. O pensamento ético de Immanuel Kant, a seu turno, considera as ações humanas de alcance limitado e efeitos previsíveis (ética deontológica). Já o utilitarismo de John Stuart Mill compreendia a ética sendo fundamentada na autonomia do indivíduo e na sua relação direta com outros seres humanos. Ora, a tecnologia moderna, por sua vez, compele uma nova forma de pensar o elemento ético, já que ela (a tecnologia) dá ao ser humano um poder sem precedentes, capaz de transformar e até destruir a natureza e a própria humanidade. E é aqui em que se situa a originalidade do pensamento jonasiano: anunciar a "responsabilidade" do indivíduo para com o outro humano, e até o não-humano, e com a biosfera encarando a "responsabilidade" – nesta feita para ele – como um caráter moral, estabelecido no agora da vida, em vista de um futuro.

> A originalidade de seu pensamento está em indicar que o ser humano, ao intervir com a técnica na natureza e na saúde humana, responde não apenas pelas consequências imediatas e limitadas ao tempo presente, mas ao contrário, no horizonte temporal ampliado para que a vida humana tenha continuidade no futuro. A responsabilidade assume uma característica moral no horizonte temporal e não apenas em relação ao ser humano, mas também em relação aos seres não-humanos e com a bioesfera no seu todo e em suas partes. (Huffer; Engelmann, 2017)

Ora, no mundo contemporâneo, em que as ações humanas, rapidamente, afetam milhões de pessoas e futuras gerações, modifica diretamente nos processos naturais e geram riscos irreversíveis, Hans Jonas sugere uma nova ética que leve em conta, não apenas as intenções ou as consequências imediatas e próximas, mas considere o impacto a longo prazo e global das ações antrópicas[2]. Ou seja, uma ética que pense o futuro da humanidade como um todo. Que tenha como preocupação cabedal a preservação da biosfera e dê a responsabilidade a quem é de dever, pelo poder tecnológico empreendido.

A centralidade da proposta ética de Jonas se encontra naquilo que pode ser chamado de "imperativo da responsabilidade"[3]: "Age de modo que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana na Terra" (Jonas, 2006, p. 45). Esse imperativo descortina novas possibilidades daquelas implantadas pela ética tradicional. Inclui, nesse comando ético, as futuras gerações e a natureza como sujeitos indiretos de consideração moral. O ecossistema, nesse sentido, não é apenas um cenário ou recurso, mas o "suporte da vida", cujo destruir significaria comprometer a própria possibilidade de existência do homem na terra. Algumas considerações acerca de "O Princípio Responsabilidade" (2006), podem responder a questões climáticas emergentes.

A natureza como o objeto de responsabilidade

Um dos primeiros pontos a serem analisados, tendo como base o Princípio Responsabilidade é a compreensão que o objeto-foco dessa responsabilidade é a própria natureza. Hans Jonas identifica, em sua análise, que a ética – em toda sua historicidade – se preocupou com a ação imediata entre os indivíduos próximos, no tempo e no espaço, deixando de lado as consequências dessas mesmas ações em realidades futuras e de modo coletivo.

Porém, com o avanço tecnológico, o homem passou a deter a intervenção sobre o ambiente natural e o que lhe cerca, de modo tão amplo e profundo que pode comprometer as condições de existências das futuras gerações. "O poder da técnica moderna é de tal ordem que as consequências da ação humana extrapolam os limites imediatos, incidindo sobre o próprio sistema natural e sobre a continuidade da vida na Terra" (Jonas, 2006, p. 28).

Considerar isso, é dar às gerações vindouras o direito de reivindicar – mesmo ainda não vivendo – a existência neste mundo e a preservação dos sistemas vivos para que possam, um dia, usufruir daquilo que hoje esta descendência desfruta. Esse novo contexto e essa "voz de direito" às futuras gerações devem apontar para uma ética encarnada na realidade concreta de uma sociedade em moldes tecnológicos. De fato, pensar o ambiente natural como o foco da responsabilidade é, necessariamente, repensar o estatuto ético da natureza. Isso se estabelece porque, se antes ela era percebida como um elemento inesgotável, certeza de ter no futuro e autossuficiente às ações humanas; agora é percebida tal como é: frágil, vulnerável à destruição e, por isso, com possibilidade de não se ter no futuro. Exige-se, portanto, responsabilidade.

Assumir, por conseguinte, um compromisso na manutenção de um futuro natural perpassaria, como afirma Coitinho (2024, p.4), por uma "ética das virtudes". Com efeito, é partindo do cultivo de alguns traços de caráter individual que poder-se-á contribuir para melhorar o vínculo ético entre seres humanos e o ambiente natural. Isso porque – o tempo atual já denuncia – há uma ineficiência do apelo através das obrigações legais/normativas (próprio de um elemento utilitário) e da ineficácia do apelo aos direitos universais (próprio de uma razão deontológica). Nem utilitarismo e nem deontologismo atingiram a mobilização necessária para preservação da natureza. De acordo com esse autor, é preciso um intercâmbio despertando em cada indivíduo duas realidades: a virtude ecológica privada e a virtude ecológica pública. De fato, a urgência do tema requer descobertas de novas abordagens, colocando o ambiente natural como foco/objeto de comprometimento real e palpável.

Ora, como constatado, o poder humano sobre o natural representa risco para a própria biosfera. Não existe mais espaço e nem tempo – à revelia de um planeta insustentável – da natureza ser encarada como um objeto de uso ao prazer e devaneios capitalistas da sociedade. Jonas chama a atenção para a necessidade de o mundo natural ser reconhecido como um "objeto de dever moral". Ele afirma: "Agora, com o poder de transformar ou até extinguir a própria natureza, o homem se vê obrigado a cuidar dela, a assumir responsabilidade por sua preservação e integridade" (Jonas, 2006, p. 40).

Responsabilizar-se, aqui, não advém do direito da natureza *per si*, já que ela mesma não possui consciência e nem vontade. Responsabilizar-se, decorre da obrigação humana, portanto moral, de preservar as condições de continuidade da vida. O que Hans Jonas pretende alertar é para a necessidade em se compreender a natureza como um bem por si mesma, sem qualquer outro elemento a não ser a preservação por sua "dignidade ontológica", uma preservação porque o ser da natureza merece isso. A ética da responsabilidade trata-se, portanto, de uma ética "voltada para o ser" e não apenas para o bem-estar humano imediato. É preciso, talvez, de uma ecologia profunda:

> A ecologia profunda desafia a visão antropocêntrica tradicional, insistindo que os seres não humanos têm direito intrínseco à existência e ao florescimento. O valor da natureza não depende de seu valor instrumental para os seres humanos, mas existe em si mesmo, como parte de um todo inter-relacionado e dinâmico. (...) O princípio fundamental da ecologia profunda é que a diversidade e a riqueza das formas de vida têm um valor intrínseco, independentemente de sua utilidade para fins humanos, e que os seres humanos não têm o direito de reduzir essa diversidade, exceto para satisfazer necessidades vitais (Naess, 1989, p. 174/ p. 28).

Tanto Naess (1989) quanto Jonas (2006) concordam quando atribuem a natureza o status ontológico. Pensar em uma "ecologia profunda" é valorar a natureza pela própria natureza, em sua "ontologia". O dever moral de preservar o ecossistema, nesse sentido, se estabelece por reconhecer que o indivíduo humano – por ser parte

e guardião do que é natural – tem uma responsabilidade que transcende seus interesses imediatos, mas centra-se no dever em prover a continuidade do mundo. "O ser humano deve assumir a responsabilidade não só por si, mas por tudo aquilo que sua ação pode afetar. A natureza, que até agora foi apenas objeto de domínio, deve tornar-se também objeto de cuidado" (Jonas, 2006, p. 88). O meio ambiente, dessa forma, passa a ser objeto-foco de responsabilidade porque as ações humanas, orientadas pela tecnologia, podem comprometer de forma irreparável aos ecossistemas e, por consequência, a vida humana e não-humana. A natureza, como objeto de responsabilidade, passa a ser reconhecida como uma alteridade que impõe deveres e não apenas oferece recursos.

A Responsabilidade entre atos e consequências

Hans Jonas compreende que ser responsável é se responsabilizar por algo. E que, quaisquer que sejam as atitudes frente a isso, repercutirá em consequências. Em um contexto da civilização tecnológica, isso se torna ainda mais claro. Decisões relativas ao meio ambiente, à manipulação genética ou ao uso de energia nuclear produzem efeitos que extrapolam gerações. Esse modelo ético, orientado para o "aqui e agora", torna-se insuficiente diante das ações humanas na era tecnológica, cujas consequências são amplas, complexas e frequentemente irreversíveis. Faz-se necessário, portanto, um imperativo ético que antecipe e avalie as consequências das ações humanas antes que se realizem. Já que é preciso concordar que, o agente moral, em questão, não pode mais se fixar em avaliar intenções e defeitos do agora, ou daquilo que já passou. É necessário projetar sua análise para um futuro da humanidade.

Em consonância a isso, Jonas adverte que, em tempos tecnológicos, "o poder de fazer implica o dever de prever" (Jonas, 2006, p. 89). A relação entre ato e consequência ganha uma dimensão inédita: o agir humano é tecnicamente potente, mas eticamente frágil, pois muitas vezes desconhece ou subestima os efeitos a longo prazo. A fragilidade humana, aqui sublinhada por Jonas – não apenas física, mas também existencial – traz foco para a compreensão de ser ele o único que tem plena consciência de sua finitude e das ameaças que podem comprometer sua existência. Tal reconhecimento da vulnerabilidade humana é o que fundamenta, para esse filósofo alemão, a necessidade de um *ethos* de precaução e de humildade diante do poder tecnológico. Há uma condição paradoxal do indivíduo humano: é detentor de poder, mas substancialmente vulnerável. A existência humana, portanto, é ao mesmo tempo um elemento potente e ameaçado.

Por se compreender o homem em sua fragilidade, Hans Jonas reconhece a dificuldade em prever todas as consequências que o indivíduo terá por suas ações. Sobre a relação "ato-consequência" admite que a "incerteza" é uma característica que não se pode isentar. Mas, no todo, o elemento incerto não seria um mal, para esse autor. Jonas acentua que o agente moral da responsabilidade, quando lidando com as incertezas provenientes do existir, deve despertar uma atitude de prudência e precaução. Uma espécie de "heurística do medo"[4]: "O medo, ao contrário da esperança, é o mais avisado dos conselheiros, quando se trata de prognosticar o perigo potencial das novas ações tecnológicas". (Jonas, 2006, p. 63) Com tudo, é importante frisar, que para o autor, essa heurística não se trata de uma paralisação diante do risco. Mas, antes, a necessidade de considerar, com seriedade, os potenciais efeitos negativos das ações do agente. Principalmente, quando essas ações repercutem em consequências que podem ser catastróficas e/ou irreversíveis.

Tem-se, então, que uma sociedade marcada por uma relação de atos e consequências precisa está preparada para assumir os riscos que isso advém. Beck (1986), em sua obra "Sociedade de risco", chama a atenção para a necessidade de uma ética centrada na responsabilidade dos atos e das consequências nas ações humanas, especialmente no contexto de uma sociedade tão global quanto a que se tem hoje. Em concordância com Jonas, Beck defende que o poder tecnológico criou uma situação na qual o futuro da humanidade depende criticamente da consideração e gestão consciente das consequências potenciais. "Na sociedade de risco, nenhuma decisão pode ser tomada sem avaliar os efeitos colaterais e os riscos futuros. Isso exige uma

ética da responsabilidade que considere não apenas as gerações presentes, mas também as futuras e a integridade do meio ambiente" (Beck, 2010, p. 48). Há, portanto, uma necessidade latente de responsabilidade quanto aos riscos.

Não distante do que Jonas e Beck, cada um a seu turno, tratam acerca dos atos e das consequências das ações humanas e de como deve ser responsabilizada; Jürgen Habermas também tece reflexões importantes sobre o tema. Embora suas análises se concentrem na ética comunicativa, Habermas reconhece a centralidade das consequências na moralidade. Em "Consciência moral e agir comunicativo" (2002) compartilha da reflexão jonasiana: "Toda ética responsável deve pressupor a capacidade dos agentes de antecipar os efeitos de suas ações e de submeter tais efeitos a uma deliberação pública racional" (Habermas, 2002, p. 112). Muito embora haja uma diferença da proposta ontológica de Jonas, Habermas comunga da preocupação com a análise prospectiva das consequências como critério de legitimidade moral.

Diante de tudo isso, a relação "ato-consequência" deve adquirir, como solicitado por Hans Jonas, uma amplitude global e temporal, fazendo com que o indivíduo humano se torne responsável por um futuro que ele mesmo pode comprometer e assumir. Embora exigente, tal proposta ética assegurará a continuidade da vida humana e do mundo natural. Torna-se inaceitável, aos moldes jonasianos, uma postura que despreze os atos e suas consequências.

> "O ser humano moderno deve assumir a responsabilidade pelas consequências de seus atos, mesmo quando estas transcendam sua presença física e alcancem as gerações futuras. A ausência de previsão ou o desprezo pelas consequências remotas já não podem ser admitidos, sob pena de colocarmos em risco a própria possibilidade da vida humana sobre a Terra" (Jonas, 2006, p. 44).

Há um reforço, por tanto, a partir disso, no vínculo entre ato e consequência não como apenas uma questão ética, mas uma necessidade vital da espécie humana. Essa articulação do ato moral à consideração responsável de suas consequências deve permear a ação do agente no mundo. Em uma modernidade tecnológica, a responsabilidade ética não pode mais ignorar os efeitos futuros e coletivos das ações humanas.

A responsabilidade por meio da independência da reciprocidade

Não é difícil perceber a originalidade e perspicácia da proposta de uma ética da responsabilidade em Hans Jonas. Todavia, é preciso deixar claro que tal disposição propositiva não deve se submeter a comportamentos outros externos ao próprio indivíduo. E é aqui – na possibilidade de não se generalizar comportamentos e nem esperar que o sujeito outro, além de si próprio, seja o motivo para que se realize uma ação ética responsável – que se situa a crítica à ética tradicional. Uma verdadeira ruptura com o paradigma clássico da ética fundamentada na reciprocidade imediata entre sujeitos morais.

Conforme Jonas analisa, a ética compreendida na tradição é fundamentada, de modo geral, na ideia de uma ação recíproca. Um indivíduo age moralmente correto com outro, esperando que esse outro faça o mesmo. Tal comportamento é sustentado pela máxima kantiana: "aja de tal modo que a máxima de tua ação possa valer como uma lei universal" (Kant, 2003, p. 51). Porém, frente às novas condições criadas pela tecnologia moderna e a capacidade de afetar a vida humana em escala planetária e transgeracional, Jonas enfatiza que a reciprocidade de ações já não é mais suficiente como fundamento ético. Assim, "os destinatários potenciais de nossas ações incluem agora seres que não podem retribuir [por estarem em um tempo futuro] nem mesmo apelar à nossa responsabilidade" (Jonas, 2006, p. 40).

Nesse sentido, pensar em uma independência da reciprocidade é dar significado para a obrigação moral como não dependente de retorno, de benefício mútuo ou de um pacto entre agentes racionais. A responsabilidade ética, assim, passa a ter como foco, não apenas aqueles que convivem no tempo presente, com agentes contemporâneos, mas às futuras gerações, indivíduos não nascidos por meio da própria natureza como condição de possibilidade de vida humana. Essa ética proposta é unilateral. "A nova responsabilidade é, por essência,

unilateral: ela é por aqueles que não podem retribuir, que talvez nem sequer venham a existir, mas cuja existência futura depende das condições que nossas ações presentes criam ou destroem" (Jonas, 2006, p. 41). E essa unilateralidade é caracterizada como uma independência da reciprocidade. Com isso, não há mais necessidade de que o outro, o destinatário da ação, seja capaz de retribuir, de entrar numa relação simétrica de troca ou mesmo de formular reivindicações.

Emmanuel Levinas elucida acerca de uma ética sem condicionalidades e plena de independência. Propõe que, para que se haja uma ética responsável, é preciso de uma relação assimétrica e incondicional, o que faz ter – inevitavelmente – uma independência da reciprocidade. Embora um dos focos do pensamento filosófico levinasiano seja a alteridade imediata compreendido a partir do "rosto do outro", suas análises abrem espaço para uma ética que considera os efeitos das ações sobre aqueles que não podem responder.

> Ser responsável significa ser responsável por outrem, mesmo quando este não pode responder, quando este não pode sequer acusar ou reivindicar. O sentido originário da ética não está na reciprocidade, mas na exposição à alteridade, na obrigação que me interpela mesmo sem a promessa de retorno ou de reconhecimento. (Levinas, 2008, p. 122)

É no "não esperar retorno" que se deve situar a responsabilidade como ética. É preciso que haja, em termos jonasianos, a passagem de uma ética do contrato, do formalismo e da reciprocidade para uma ética da responsabilidade irrestrita, ancorada na antecipação das consequências e no cuidado com a vulnerabilidade do outro.

Em outros termos, a compreensão da independência de reciprocidade proposta por Jonas procura ser uma resposta à crise ecológica e aos riscos civilizacionais provocados pela tecnociência. Rompe com a limitação tradicional da ética no espaço da convivência imediata e amplia a noção de responsabilidade para uma dimensão temporal inédita. A independência de reciprocidade, como elaborada por Hans Jonas, é um dos pilares centrais da ética da responsabilidade. Ela desloca a moralidade do campo da troca para o campo do cuidado e da preservação da vida, estabelecendo um compromisso unilateral com aqueles que não podem participar das decisões que os afetarão. Em tempos de crise ambiental e risco existencial, essa proposta ética continua a oferecer uma reflexão necessária sobre as obrigações humanas para além das fronteiras do espaço e do tempo.

A relação entre responsabilidade, técnica e ética

Como visto até agora, Jonas tece reflexões em sua obra "O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma Ética para a Civilização Tecnológica" (1979) com o objetivo de uma reformulação da ética tradicional diante dos novos desafios impostos pelo avanço técnico-científico. Suas análises alertam para o poder inédito da técnica moderna, o que faz urgir uma nova significação para "responsabilidade", correlacionando de forma intrínseca a ética ao domínio da técnica.

Levando isso em conta, Hans Jonas adverte que o poder técnico tem transformado radicalmente a natureza com a ação humana. Não há mais uma simples ação com efeito momentâneo. Em tempos tecnológicos seus efeitos são ilimitados, projetados para o futuro distante. "O poder que o homem possui atualmente sobre a natureza não é comparável a nenhum outro poder anterior: ele é um poder de outra ordem, um poder que, pela primeira vez, pode destruir ou alterar a própria base da existência humana" (Jonas, 2006, p. 29). A técnica, para Jonas, portanto, não é mais apenas uma ferramenta subordinada à vontade humana, mas uma força autônoma, capaz de modificar a própria essência da natureza e da existência humana.

A técnica, nesses termos, não é apenas um conjunto de instrumentos ou procedimentos, mas uma forma de ação humana que adquiriu proporções inéditas na modernidade, transformando radicalmente a relação do homem com a natureza e consigo mesmo. De fato, segundo esse pensamento, o que distingue a técnica moderna das outras conceituações de "técnica" anteriores é sua capacidade de intervir na natureza em escala global e de maneira irreversível. Ao contrário das técnicas artesanais ou tradicionais, que tinham alcance

limitado e cujos efeitos eram, em grande medida, previsíveis e reversíveis, a técnica contemporânea possui um poder expansivo, cumulativo e muitas vezes incontrolável. A técnica moderna, ao se tornar autônoma e autoacelerada, rompe com a natural limitação da ação humana.

Nesse mesmo sentido, Martin Heidegger, em sua conferência "A questão da técnica" antecipa reflexões que inspiram e dialogam com Hans Jonas. Heidegger também vê a técnica moderna como uma força que altera radicalmente a relação do homem com o mundo, demandando uma atitude reflexiva e crítica.

> A essência da técnica moderna não é nada de técnico. A técnica é uma maneira de desvelamento. Onde a técnica reina, aí se dá um desvelamento no sentido de provocar, que arranca da natureza uma energia que é então acumulada, transformada, distribuída e novamente armazenada. [...] A partir desta essência da técnica, impende sobre o homem um modo de relação com a realidade que o coloca em perigo de considerar tudo como mero recurso disponível, inclusive a si mesmo. (Heidegger, 2002, p. 21-22).

Concordando com Jonas, Heidegger vê que a técnica moderna transforma a natureza em um "fundo de reserva" (*Bestand*), ou seja, um conjunto de recursos manipuláveis, e alerta para o risco do homem se esquecer de si mesmo e de sua autenticidade. As reflexões heideggerianas ainda vão mais além, quando adverte quanto ao uso desse tipo de técnica por ameaçar não apenas o meio ambiente, mas o próprio ser do homem, já que na modernidade sua técnica convida a conceber tudo – inclusive o indivíduo – como mais um simples recurso a ser manipulado (Cf. Heidegger, 2002, p. 27).

Por conseguinte, a técnica se apresenta como uma força que obriga a repensar os limites da ação humana e, como consequência, os fundamentos da ética. Tal força se estabelece por ela possuir uma dinâmica própria, relativamente independente do controle humano consciente. Autoalimenta-se e se automultiplica. Cada avanço técnico cria condições e necessidades para novos avanços, num processo que Jonas descreve como "autonomia do progresso técnico". "O progresso técnico não se detém, uma vez iniciado, mas se impulsiona a si mesmo, numa sequência ininterrupta de inovação e superação dos limites anteriores" (Jonas, 2006, p. 40). Aqui há, portanto, um desafio ético sem precedentes: essa automação do desenvolvimento técnico, criador da técnica, torna o homem refém de seu próprio poder, incapaz de prever ou controlar, plenamente, suas consequências.

Conforme compreendido, Hans Jonas percebe que a técnica moderna não é neutra, mas representa um poder transformador que cria novos riscos e novas responsabilidades para a humanidade. Faz-se necessário, portanto, repensar a ética diante da potência incontrolada da tecnicidade, alertando para as consequências imprevisíveis e muitas vezes catastróficas de seu progresso desvinculado de uma reflexão profunda. Sabendo, pois, que esse modo moderno de fazer as coisas representa um poder sem precedentes, que desafia os limites tradicionais da ação humana e da reflexão no campo da moralidade – longe, inclusive, de ser apenas um meio neutro – a técnica se torna uma força histórica e civilizacional, exigindo um novo *éthos* em que se pense a responsabilidade. Dessa forma, a ética deve guiar o desenvolvimento técnico, subordinando-o aos valores da preservação da vida, do respeito à natureza e do cuidado com o futuro da humanidade. Já que, para Jonas, o que se pretende não é uma rejeição ou condenação da técnica, mas deixá-la submissa à prudência e à responsabilidade ética.

Mudanças climáticas e a ética da responsabilidade.

Viver em tempos atuais, em que a evolução tecnológica e os arroubos maquinários tomam a vez, é um desafio sempre latente. O meio ambiente, nessa nova realidade, torna-se o principal afetado pelas ações humanas. Os eventos climáticos extremos que se têm visto – como o aumento da temperatura média global, enchentes, secas prolongadas, derretimento das calotas polares e acidificação dos oceanos — são, em larga medida, reação ao modelo de desenvolvimento tecnológico e econômico que caracteriza a modernidade. Diante dessa crise ambiental global, a ética da responsabilidade, proposta pelo filósofo alemão Hans Jonas,

apresenta-se com uma contribuição importante (como discutido neste estudo) para se pensar nos deveres éticos do ser humano em relação à natureza e às gerações futuras.

A atual crise climática, como visto, é também fruto de ações humanas sobre a natureza. Como visto, Jonas adverte que não se deve mais agir como se o impacto ambiental fosse irrelevante ou limitado. Destaca a necessidade de considerar os direitos das gerações futuras, impondo uma obrigação ética de agir hoje para evitar o agravamento das catástrofes ambientais no futuro. A ética da responsabilidade, dessa forma, critica o otimismo cego no progresso tecnológico, que muitas vezes não considera os danos ambientais. Como analisado, para Jonas é preciso rever o uso das tecnologias e seus impactos sobre os sistemas ecológicos. Partindo das incertezas científicas sobre todos os efeitos do aquecimento global, propõe a prudência. Assim, sua ética fundamenta políticas de mitigação das emissões de carbono e de adaptação às mudanças climáticas.

Os efeitos das mudanças climáticas e as contribuições reflexivas de Jonas

A destruição da Amazônia, por exemplo, constitui um caso evidente de violação do Princípio Responsabilidade. O desmatamento, as queimadas e a exploração ilegal de recursos naturais comprometem o equilíbrio climático global, afetam diretamente comunidades indígenas e biodiversidade, e contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Para Jonas, mesmo diante de incertezas científicas, deve-se optar pela precaução e pela preservação dos sistemas naturais essenciais à vida (Jonas, 2006). Assim, a proteção da Amazônia deve ser tratada não apenas como um dever ambiental ou econômico, mas como um compromisso ético com a continuidade da humanidade.

No plano internacional, as Conferências das Partes (COPs), organizadas sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), tentam estabelecer metas de mitigação das emissões de carbono. No entanto, as negociações frequentemente esbarram em interesses econômicos e na falta de cumprimento efetivo dos acordos. Para Jonas, isso demonstra uma falência do princípio da responsabilidade, pois decisões políticas são tomadas com base no curto prazo, ignorando os efeitos futuros de grande escala que podem resultar em catástrofes ambientais irreversíveis (Jonas, 2006).

Outro fenômeno alarmante é o crescimento dos refugiados climáticos — pessoas forçadas a abandonar suas terras devido a secas, inundações, desertificação ou elevação do nível do mar. Para eles, até mesmo o direito de ser reconhecido como um grupo em estado de vulnerabilidade, se torna um desafio. Os que são obrigados a sair de seu lugar original, por motivos climáticos, não são protegidos por leis específicas e nem por políticas públicas efetivas. No texto *"Refugiados climáticos: desafios, legislação e colonialismo"*, a pesquisadora Carpentieri, fazendo uma análise sobre as enchentes recorrentes dos últimos anos no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, acentua:

> É fundamental que possamos estabelecer uma forma outra de ser, viver e saber, entendendo que a crise climática não é apenas uma questão ambiental, mas um problema de justiça social e direitos humanos. O desastre no Rio Grande do Sul serve como um alerta para a necessidade urgente de reconhecimento e proteção dos deslocados climáticos, tanto em nível internacional quanto doméstico. Nesse sentido, a integração de princípios de justiça social e ambiental nas políticas públicas e na legislação é essencial para garantir um futuro mais justo e sustentável para todos. (Carpentieri, 2024, p. 10)

A Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024) estima que dezenas de milhões de pessoas já foram deslocadas por eventos climáticos extremos. A ética de Jonas chama a atenção para uma reflexão sobre a responsabilidade coletiva diante desse sofrimento: as escolhas energéticas, de consumo e políticas têm impacto direto sobre a vida de populações vulneráveis em todas as partes do mundo. Ignorar isso seria uma forma de negligência ética.

Ainda mais, a teoria de Hans Jonas é particularmente útil para pensar a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos, que, ao longo dos séculos, foram os principais emissores de gases de

efeito estufa. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, as nações industrializadas são responsáveis por mais de dois terços das emissões acumuladas de CO_2 desde a Revolução Industrial (IPCC, 2023). "O poder de causar exige responsabilidade de conter" (Jonas, 2006, p. 161). Argumenta, dessa forma, que quanto maior o poder, maior é a responsabilidade moral. Assim, os países ricos têm o dever de liderar os esforços de mitigação, financiar ações climáticas nos países em desenvolvimento e promover a transferência de tecnologias limpas — não como concessão política, mas como reparação ética.

Ora, tal reparação se estabelece como uma questão de justiça social. Isso porque os impactos do aquecimento global recaem de forma desproporcional sobre os países mais pobres, comunidades indígenas, populações ribeirinhas, mulheres e jovens — justamente aqueles que menos contribuíram historicamente para a degradação do planeta. Diante desse desequilíbrio, torna-se urgente afirmar a necessidade de uma justiça climática, que articule ética, responsabilidade histórica e solidariedade global. Isso implica, portanto, ações concretas como preservar ecossistemas essenciais, ouvir as populações afetadas, garantir políticas climáticas eficazes e cobrar dos países historicamente mais poluentes a reparação de sua dívida ecológica. A justiça climática não deve ser uma utopia, mas um imperativo moral e político.

A teoria de Hans Jonas, nesses termos, fornece um arcabouço filosófico potente para enfrentar os dilemas ambientais contemporâneos. A responsabilidade moral pela preservação da vida na Terra exige ações imediatas, comprometidas com o futuro, baseadas no princípio da precaução e da solidariedade intergeracional e internacional. Sem essa transformação ética, não será possível garantir a continuidade da civilização humana frente à crise climática global.

Não obstante isso, fica evidenciada uma direta correlação entre a ética da responsabilidade e a atual crise climática. Já que para Jonas, a responsabilidade ética deve ultrapassar as fronteiras do tempo e incluir aqueles que ainda não nasceram. O filósofo escreve: "A existência futura do homem se tornou dependente da nossa presente decisão e ação; não é mais uma certeza natural. Por isso, ela se tornou objeto da responsabilidade" (Jonas, 2006, p. 37). Esse pensamento se relaciona diretamente com a urgência das políticas de redução das mudanças climáticas.

Hans Jonas sob a ótica de Latour, Serres e Morin

Em um importante estudo sobre os limites entre cuidado com a natureza e desenvolvimento econômico da sociedade, Bruno Latour (2019) critica a separação moderna entre natureza e sociedade, e convoca a humanidade a redefinir suas relações com a Terra. Afirma: "Os fenômenos climáticos extremos são sinais de que o planeta deixou de ser um fundo passivo e se tornou um ator político com quem devemos negociar" (Latour, 2019, p. 25). Essa visão se aproxima de Jonas ao exigir uma ética que reconheça os limites do planeta e a necessidade de uma coexistência responsável.

Ainda em suas análises, Jonas antecipa o que, posteriormente, seria amplamente discutido no campo das políticas ambientais como o princípio da precaução. Afirma: "Quando as previsões são incertas, mas o perigo potencial é imenso, devemos preferir a renúncia a ações de consequências desconhecidas do que confiar cegamente no sucesso ou na ausência de efeitos negativos" (Jonas, 2006, p. 65). Aplicado à questão climática, esse princípio sugere que, mesmo diante das incertezas científicas sobre todas as consequências das mudanças climáticas, as sociedades devem optar por políticas preventivas, reduzindo as emissões de carbono e limitando os riscos ambientais.

O filósofo francês Michel Serres propõe, em "O contrato natural" (1990), que a humanidade estabeleça um contrato com a natureza, semelhante ao contrato social; e mais que isso, reconheça a necessidade de garantir direitos à Terra e aos seres não-humanos: "Nós devemos dar à natureza os mesmos direitos que nos outorgamos entre nós. Caso contrário, a destruição será o preço de nossa arrogância" (Serres, 1990, p. 47). Essa proposta complementa a ideia de Jonas ao defender juridicamente a responsabilidade para com a natureza. Some-se a isso as análises de Edgar Morin, especialmente em seu texto *"A via: para o futuro da humanidade"* (2011), quando propõe a necessidade

de uma "ética da Terra", fundada no reconhecimento da interdependência entre todos os sistemas vivos. Ele afirma: "A Terra é ao mesmo tempo o nosso habitat e a nossa comunidade de destino. Não há saída fora do reconhecimento dessa solidariedade planetária" (Morin, 2011, p. 88). Morin complementa Jonas ao defender uma visão complexa da crise ambiental, que envolve aspectos éticos, científicos, culturais e espirituais.

Com efeito, o autor de "Princípio Responsabilidade" critica a ideia moderna de progresso técnico como um bem absoluto e inquestionável. Hans Jonas adverte: "O poder da técnica, que já não conhece limites internos, deve agora ser controlado por limites éticos, sob pena de transformar a Terra em um deserto inabitável" (Jonas, 2006, p. 78). A atual crise climática evidencia a pertinência dessa crítica. O modelo de desenvolvimento baseado em combustíveis fósseis, na extração desenfreada de recursos naturais e na mercantilização da natureza levou a um desequilíbrio ecológico de grandes proporções. É preciso repensar um novo modelo de desenvolvimento em que a vida das futuras gerações seja garantida pelas ações já realizadas no hoje da história humana.

Considerações finais

Os eventos climáticos são os desafios que urgem dos dias atuais. Organismos da sociedade, movimentos sociais, pessoas no mundo inteiro, percebem que ou se alicerça o objetivo em reconduzir a rota e construir uma nova relação com o meio ambiente ou não haverá meio ambiente para se refazer e reconstruir. Chega-se numa etapa crucial em que não cabe mais postergar: o nada fazer implica deixar que o curso catastrófico do clima tome seu rumo e não dê oportunidade para que futuras gerações possam existir. Em tempos como estes se acredita que a resposta para a resolução de tais questões só pode ser encontrada nas novas tecnologias, produtos, processos, serviços inovadores e protótipos. Como se o problema fosse resolvido fazendo uso, indiscriminado, da própria fonte do problema (a tecnologia).

Como compreendido nesta pesquisa, Hans Jonas evidencia os perigos em se viver uma técnica sem uma devida reflexão ética. Ao propor uma natureza como objeto/foco de responsabilidade, inaugura uma nova ética voltada para o futuro. A proposta é romper com a visão clássica da ética como algo subjetivo e, exclusivamente, do agora; e demonstra a necessidade de introduzir um imperativo de cuidado com a natureza, em virtude do poder transmutável, por vezes, destrutivo da técnica moderna.

O pensamento jonasiano alerta para a necessidade de uma pausa reflexiva, em meio à correria frenética da atualidade, para uma mudança de posturas. Jonas não pretende condenar a técnica. Pelo contrário, o que ele deseja é propiciar elementos para que os indivíduos, dentro de uma era tecnológica, não se transformem em máquinas destruidoras de futuros. Uma resposta lúcida para o grito de socorro que o clima mundial evoca e para os desafios de uma era tecnicista compreendendo a responsabilidade como princípio fundamental em busca de frear a lógica autônoma e, muitas vezes, cega do desenvolvimento técnico.

Portanto, a filosofia de Hans Jonas responde com profundidade aos clamores climáticos contribuindo com a instauração de uma nova ética que se projeta no tempo, abarcando o futuro da humanidade e do planeta. O ser humano é, assim, convocado a agir com responsabilidade diante do mundo natural, garantindo a sua integridade e a possibilidade de vida para as gerações vindouras. Pois, assim, atendendo ao clamor da natureza, em seu clima, respondendo com uma postura de responsabilidade e consciência de uma ecologia global, o indivíduo humano poderá ser um referencial para enfrentar os desafios e eventos climáticos que caracterizam o hoje e repercutirão no amanhã.

Notas

1 O Acordo de Paris é um tratado internacional sobre mudanças climáticas, adotado em 12 de dezembro de 2015, durante a 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Paris, França. Ele entrou em vigor em 4 de novembro de 2016. Seus principais objetivos são: conter o aumento da

temperatura média global; fortalecer a capacidade de adaptação e alinhar os fluxos financeiros apoiando o desenvolvimento sustentável. Praticamente todos os países aderiram, embora alguns tenham entrado e saindo algumas vezes (como é caso dos Estados Unidos).

2 É importante considerar que Hans Jonas não tem o objetivo de anular a ética tradicional (aqui citado a de Kant e a de Mill). A proposta jonasiana é ter uma devida precaução quanto a ação humana. A formulação indicada por ele é que a ética, em sua tradicionalidade, não teve acesso às atividades dos homens e ao desenvolvimento tecnológico. "Hans Jonas não nega as premissas da ética tradicional, mas busca uma ponderação sobre o significado dessas mudanças para a nossa condição moral. Grande parte do pensamento ético de Jonas nasce de uma crítica de toda história da filosofia moral da ação humana". (Battestin; Ghiggi, 2010, p. 71).

3 A ideia desse imperativo têm raízes nos formulados por Immanuel Kant. Ele desenvolve o conceito de imperativo categórico como um princípio supremo da moralidade, válido universalmente e independentemente de interesses ou desejos particulares. "Age de tal modo que a máxima de tua ação possa sempre valer como princípio universal de conduta" (KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de J. Guinsburg e Valerio Rohden. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 59). O que Hans Jonas pretende é complementar e atualizar o projeto kantiano, ajustado aos desafios éticos contemporâneos — sobretudo à crise ambiental e ao poder destrutivo da tecnologia, que Kant não podia prever.

4 Esse termo é um conceito central na filosofia ética de Hans Jonas. O referido filósofo entende como um medo racional e antecipatório das consequências negativas das ações humanas que deve servir como um critério orientador da responsabilidade ética. Não se trata de paralisar pela emoção, mas de um temor racional que promove a prudência. Possuir tal heuristia possibilitaria evitar ações que colocariam em risco a continuidade da vida humana e não-humana; guiaria decisões políticas científicas e tecnológicas assegurando a sustentabilidade e assumiria uma responsabilidade ética pelas gerações futuras e pela integridade da natureza. Dessa forma, a "heurística do medo" torna-se fundamental para uma boa prática em vista de uma ética da responsabilidade.

Referências

ALVALÁ, Regina C. dos S. *et al*. Desertificação no Semiárido brasileiro: diagnóstico e perspectivas. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 24, p. 171-190, 2019.

ARTAXO, Paulo. **Mudanças climáticas e políticas públicas**: desafios para o Brasil. Estudos Avançados, v. 33, n. 97, p. 125-142, 2019.

BARNETT, Jon. The prize of peace (is eternal vigilance): a cautionary editorial essay on climate geopolitics. **Climatic Change,** v. 96, p. 1-6, 2009.

BATTESTIN, Cláudia; GHIGGI, Gomercindo. O Princípio Responsabilidade de Hans Jonas: um princípio ético para os novos tempos. **Thaumazein:** Revista Online de Filosofia, v. 3, n. 6, p. 69–85, 2010.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRAGA, Fabrício et al. Impactos das mudanças climáticas no litoral brasileiro: riscos e medidas de adaptação. **Cadernos Metrópole**, v. 23, n. 50, p. 443-465, 2021.

CARPENTIERI, Isabella Martins. **Refugiados climáticos: desafios, legislação e colonialismo.** Jornal da Universidade, Porto Alegre: UFRGS, ano 32, n. 290, p. 10, maio 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/281800. Acesso em: 03 set. 2025.

COITINHO, Denis. Mudanças Climáticas e o Papel das Virtudes | Climate change and the role of virtue ethics. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 36, p. e202431752, 2024.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** Tradução de Luiz Repa e Rodnei

Nascimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. *In*: HEIDEGGER, Martin. **Ensaios e conferências.** Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 13-46.

HUPFER, Haide Maria; ENGELMANN, Wilson. O princípio responsabilidade de H. Jonas como contraponto ao avanço (ir)responsável das nanotecnologias. **Revista Direito e Práx**, v. 8, n. 4, 2017.

IPCC – **Intergovernmental Panel on Climate Change.** Climate Change 2014: Synthesis Report. Geneva: IPCC, 2014.

IPCC – Relatório de Síntese do AR6 – **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas**. 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/. Acesso em: 01 set. 2025.

JONAS, Hans. **O princípio da responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa. 2. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Vozes, 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2003.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno.** Tradução de Marcio Pochmann. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

LEIS, Héctor Ricardo. **O labirinto do tempo**: a crise da civilização moderna. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2018.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito:** ensaio sobre a exterioridade. Tradução de José E. R. da Fonseca. Lisboa: Edições 70, 2008.

MAGNUSSON, William; *et al*. **Biodiversidade e mudanças climáticas: impactos e adaptações.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2013. 144 p. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/smcq_climaticas/_publicacao/150_publicacao12082013105906.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

MORIN, Edgar. **A via:** para o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MUEHE, Dieter. Impactos das mudanças climáticas nas zonas costeiras brasileiras. *In*: AMBRIZZI, Tércio; ARAÚJO, Miriam; OLIVEIRA, George. **Mudanças climáticas no Brasil: bases científicas e desafios.** São Paulo: Oficina de Textos, 2020. p. 185-210.

NAESS, Arne. **Ecology, community and lifestyle**: outline of an ecosophy. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NALINI, José Renato. **Hans Jonas:** vida, filosofia e ética da responsabilidade. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2021.

NOBRE, Carlos A.; SAMPAIO, Gilvan. O futuro climático da Amazônia e do semiárido: riscos e oportunidades. **Ciência e Cultura,** v. 73, n. 1, p. 34-39, 2021.

OIM – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Relatório Mundial sobre Migrações 2024**. Genebra: OIM, 2024. Disponível em: https://www.iom.int. Acesso em: 01 set. 2025.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Mauro; BRUNA, Gisele. **Política ambiental e desenvolvimento sustentável no Brasil**. São Paulo: Manole, 2021.

RICHTER, Gisela Cristina; SILVA, Joel Dias da. Modelos de indicadores de Educação Ambiental e Sustentabilidade para políticas públicas. **Ambiente & Educação**, v. 30, n. 2, p. 62–82, maio/ago. 2025. Disponível em: https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/17956. Acesso em: 1 set. 2025.

SERRES, Michel. **O contrato natural.** Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SILVA, Amanda R.; FERREIRA, Thiago M. Mudanças climáticas e saúde: uma abordagem intersetorial. **Revista Brasileira de Saúde Ambiental**, v. 25, n. 1, p. 45–58, 2020.

SILVA, Carlos Eduardo; SILVA, Rafael Rocha; SILVA, Carlos Alberto. A responsabilidade intergeracional como dimensão da sustentabilidade e da ética ambiental. **Justitia Liber**, v. 10, n. 19, p. 245–264, 2024.

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.12

A Identidade Nacional e seus impactos nas memórias Kaingang: resistências e desnaturalizações no Oeste Catarinense

National Identity and its impacts on Kaingang memories: resistance and denaturalization in Western Santa Catarina

Teresa Machado da Silva Dill*

Palavras-chave:
Identidade nacional
Povo Kaingang
Consciência histórica

Resumo: O artigo problematiza a formação da identidade nacional brasileira, analisa como ela incide sobre as memórias Kaingang, evidencia processos de silenciamento, resistência e ressalta a necessidade de desnaturalizar práticas preconceituosas no Oeste catarinense. A partir de uma abordagem historiográfica e da escuta de vozes indígenas, evidencia-se como a construção da ideia de nação foi marcada por processos de homogeneização cultural que invisibilizaram as diferenças étnicas e relegaram os povos originários a papeis secundários ou folclorizados. Nesse contexto, analisa-se a persistência de estereótipos, o apagamento cultural e as formas sutis de exclusão no tempo presente, muitas vezes disfarçadas sob discursos de integração e progresso. O texto articula teoria e prática por meio do diálogo com autores de referência e com as evidências do cotidiano, destaca as estratégias de resistência Kaingang na defesa de seus territórios, no fortalecimento da língua e na preservação da cultura ancestral. Conclui-se que o respeito à diversidade e a superação do preconceito requerem compreensão histórica crítica, bem como a desnaturalização de pensamentos e práticas eurocentradas que ainda estruturam a sociedade brasileira.

Keywords:
National identity
Kaingang people
Historical consciousness

Abstract: This article problematizes the formation of Brazilian national identity, analyzes how it impacts Kaingang memories, highlights processes of silencing and resistance, and emphasizes the need to denaturalize prejudiced practices in western Santa Catarina. Through a historiographical approach and listening to Indigenous voices, it demonstrates how the construction of the idea of nation was marked by processes of cultural homogenization that rendered ethnic differences invisible and relegated Indigenous peoples to secondary or folklorized roles. In this context, it analyzes the persistence of stereotypes, cultural erasure, and subtle forms of exclusion in the present time, often disguised under discourses of integration and progress. The text articulates theory and practice through dialogue with reference authors and everyday evidence, highlighting Kaingang resistance strategies in defending their territories, strengthening their language, and preserving their ancestral culture. It is concluded that respect for diversity and overcoming prejudice require a critical historical understanding, as well as the denaturalization of Eurocentric thoughts and practices that still structure Brazilian society.

Recebido em 14 de setembro de 2025. Aprovado em 13 de novembro de 2025.

* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo -UPF. Professora e coordenadora das Licenciaturas Interculturais na Unochapecó. E-mail: teredill@unochapeco.edu.br e 51638@upf.br.

Introdução

Desde o período colonial, os povos originários foram submetidos a processos contínuos de dominação cultural, expropriação territorial e violência que transformaram profundamente suas formas de vida e suas estruturas sociais. Essa lógica se cristalizou nos projetos de construção da identidade nacional no Brasil e em outros países da América Latina. Políticas de integração forçada e práticas de marginalização promoveram o apagamento de culturas e afetaram, de modo direto as cosmologias indígenas.

A concepção de uma identidade nacional homogênea orientou discursos e práticas que negaram a diversidade étnica e impuseram valores, línguas e modos de vida distantes das tradições indígenas. Ainda assim, eles sustentaram formas de resistência que mantêm viva a continuidade e a afirmação de suas culturas.

A partir da segunda metade do século XX, movimentos em defesa dos direitos civis e humanos ampliaram o debate sobre diversidade, inclusão e respeito às diferenças. Nesse cenário, a pluralidade cultural passou a ser reconhecida como dimensão essencial da vida social e política, recolocando em pauta discussões sobre pertencimento, memória e desigualdades históricas no país.

É nesse contexto que o artigo discute como os projetos de construção da identidade nacional brasileira incidem sobre as memórias Kaingang, especialmente no Oeste catarinense. A análise evidencia formas impositivas que marcaram a história desse povo e questiona representações estereotipadas naturalizadas pela sociedade não indígena. O texto destaca a importância histórica Kaingang na região e os mecanismos de negação cultural sustentados por narrativas de matriz eurocentrada.

O estudo examina os mecanismos que alimentam práticas discriminatórias nas representações sociais e reforça a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade cultural. Busca-se promover, entre leitores indígenas e não indígenas, a compreensão das raízes históricas das desigualdades presentes no cotidiano e estimular a formação de uma consciência histórica sobre visões preconceituosas do “outro”. Espera-se que essas reflexões ampliem o diálogo e fortaleçam relações mais respeitosas e equitativas.

A justificativa deste estudo organiza-se em dois eixos. O primeiro nasce dos diálogos com acadêmicos Kaingang e anciãos, que frequentemente expressam sentimentos de exclusão e preocupação diante do risco de aniquilamento cultural. O segundo decorre da necessidade de compartilhar essas inquietações e ampliar a compreensão sobre as origens e a persistência sobre práticas preconceituosas.

Metodologicamente, o texto articula reflexões teóricas, experiências vividas e escutas sensíveis que buscam promover visibilidade às vozes indígenas e às suas narrativas. A estrutura do artigo está organizada em três partes: a análise da construção da identidade nacional e seus impactos sobre os povos originários; a inserção do povo Kaingang nesse panorama; e a trajetória desse povo e sua luta por reconhecimento no Oeste catarinense.

A construção da identidade nacional e os impactos sobre os povos originários

A concepção de identidade nacional no contexto brasileiro emerge de discursos de homogeneização cultural e, ao longo do tempo, tornou-se objeto de amplos debates nas áreas de História, Sociologia e Antropologia, com destaque para autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Roberto DaMatta e Marilena Chaui. Somam-se a essas contribuições as reflexões de pesquisadores internacionais, como Benedict Anderson, Stuart Hall e Zygmunt Bauman, essenciais para compreender as estratégias para a construção das nações e das identidades nacionais, bem como os efeitos desses projetos sobre as diversidades culturais.

As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais vivenciadas no início do novo milênio, especialmente no âmbito das políticas públicas, voltadas ao reconhecimento e ao respeito à diversidade, convidam o historiador a problematizar e denunciar discursos superficiais, oportunistas e descontextualizados, nos quais o respeito à diferença é frequentemente apresentado de forma vaga e imprecisa. Como historiadora, entendo que tais

abordagens limitadas não contribuem para o desenvolvimento da consciência histórica, compreendida por Rüsen (2001, p. 59) como o "[...] trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir de acordo com a experiência do tempo". Nesse sentido, torna-se necessário investigar como, historicamente, foram constituídas as formas de pensar e de produzir determinadas narrativas, neste caso, aquelas relativas à identidade nacional.

É importante lembrar que, na América Latina, especialmente no final do século XIX, os grupos dirigentes idealizaram a formação da identidade nacional a partir de um olhar de depreciação e deformação dos povos locais, buscou-se adequá-los aos modelos de nações modernas, "civilizadas" e brancas. Nesse contexto, consolidou-se a política do branqueamento, que naturalizou a superioridade atribuída à "raça" branca, enquanto povos indígenas e africanos foram classificados como inferiores e, portanto, marginalizados.

O discurso político e historiográfico da época manteve-se alinhado ao ideal de uma nação "civilizada" em oposição à "barbárie". O mito do progresso e das "luzes" foi amplamente difundido por uma narrativa modernizadora, orientada pelos valores da sociedade ocidental (WASSERMAN, 2003). A autora destaca ainda, que os enunciados produzidos pelas frações dominantes não eram consensuais, e que posicionamentos divergentes do modelo de nação estabelecido, eram frequentemente reprimidos por meio de práticas coercitivas. Indivíduos e grupos que não se ajustavam ao padrão imposto eram severamente penalizados. Assim, interesses políticos e econômicos interferiram diretamente na produção do saber e reconfiguraram os valores dos diversos segmentos sociais. Conforme Wasserman (2003), em toda forma de identidade tradicionalmente constituída havia uma parcela de dogmatismo.

Em Raízes do Brasil (1936), Sérgio Buarque de Holanda analisa os fundamentos da formação cultural brasileira, destaca como nossas instituições e formas de convivência foram influenciadas por valores importados de países distantes. Holanda afirma que 'toda cultura só absorve, assimila e elabora, em geral, os traços de outras culturas quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida' (HOLANDA, 1995, p. 40). Embora formulada há quase um século, essa constatação permanece atual, pois dialoga com as resistências culturais observadas no contexto contemporâneo e com os desafios enfrentados pelos Kaingang.

Em diferentes contextos históricos e sociais, observa-se que indivíduos e grupos pertencentes a culturas historicamente subalternizadas, buscam se aproximar de modos de vida, valores e práticas de grupos considerados superiores. Frequentemente, esses movimentos são motivados pelo desejo de inclusão e reconhecimento, mas podem gerar silenciamentos, negações ou descaracterizações das próprias identidades culturais. Frantz Fanon (2008) discute como essa busca por aceitação no espaço do "outro" pode resultar na internalização de padrões coloniais e na rejeição de elementos da própria cultura. De modo complementar, Homi Bhabha (1998) analisa tais processos a partir da noção de hibridismo cultural, evidenciando que, embora a aproximação entre culturas gere novas configurações identitárias, ela também revela tensões, conflitos e profundas assimetrias de poder.

Nessa mesma linha, o artigo "O Nome dos Outros", de Silvia Duschatzky e Carlos Skliar (2000), aprofunda o debate sobre a alteridade e mostra como a modernidade produziu múltiplas estratégias de regulação e controle da diferença que, embora sutis, operam dentro de uma narrativa dominante. Entre essas formas de controle, destacam-se a demonização do outro; sua transformação em sujeito ausente, quando as diferenças são apagadas nos discursos sobre cultura; a criação de mecanismos que limitam a diversidade; a invenção de identidades dependentes de traduções oficiais; e a fixação da diferença em estereótipos que reforçam identidades homogêneas e estáveis.

As representações da alteridade não atuam apenas como descrições externas, mas como dispositivos que organizam relações de poder. Longe de serem neutras, elas operam na produção de distanciamentos, diluem conflitos históricos e estabelecem fronteiras simbólicas que regulam pertencimentos e exclusões. Nessa perspectiva, Bhabha (1994) enfatiza que a cultura constitui um território marcado por disputas de tradução e de

autoridade. A pergunta sobre "quem traduz quem e a partir de quais sentidos" não é retórica: ela revela que o controle dessas traduções permite à sociedade majoritária definir quais identidades serão reconhecidas e quais permanecerão invisibilizadas, o que legitima hierarquias culturais que estruturam desigualdades.

Essas representações, sustentadas por discursos oficiais e por políticas de integração, buscaram redefinir os povos originários segundo parâmetros coloniais de civilização e progresso. Contudo, tais iniciativas nunca se efetivaram plenamente: diante das imposições externas, os Kaingang afirmaram suas identidades por meio da preservação de saberes, línguas e formas próprias de organização social. Suas resistências revelam que a tentativa de uniformizar a nação produziu contradições profundas, expondo os limites de um projeto que, ao negar a diversidade, negou também parte essencial da própria história brasileira

As traduções oficiais sobre esses grupos, muitas vezes eufemizadas ou distorcidas, tiveram impactos concretos: marginalização cotidiana, negação de direitos territoriais e obstáculos persistentes à afirmação de seus modos próprios de existir. Nesse processo, os Kaingang não apenas tiveram suas identidades definidas pelo olhar externo, mas foram inseridos em estruturas que naturalizaram desigualdades de poder.

Ao mesmo tempo, a assimilação cultural não constitui um mecanismo simples de imposição. Como argumenta Sérgio Buarque de Holanda (1985), a cultura possui formas internas de seleção que permitem resistir, reinterpretar ou recusar elementos externos. Essa perspectiva abre espaço para compreender os Kaingang não apenas como vítimas de processos de apagamento, mas como agentes que acionam estratégias de continuidade cultural, ressignificação de práticas e afirmação identitária, frente as pressões históricas.

O tensionamento entre coerção e agência, entre tradução hegemônica e tradução própria, constitui hoje um dos pontos centrais para entender tanto a persistência das desigualdades quanto as formas de resistência dos Kaingang no cenário contemporâneo. Essas desigualdades têm raízes profundas nas narrativas que moldaram o imaginário da nação, como as interpretações de Gilberto Freyre sobre a mestiçagem e a formação do Brasil.

Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933), apresenta a mestiçagem como elemento estruturante da identidade brasileira. Para o autor, "mesmo o branco [...] traz na alma, senão no corpo [...] a integração de três raças" (FREYRE, 1998, p. 383). Embora reconheça a presença indígena e africana na composição social do país, sua interpretação precisa ser problematizada. A noção de "integração das raças" tende a romantizar a escravidão, naturalizar desigualdades e encobrir as formas de violência que marcaram a colonização — entre elas, o estupro sistemático de mulheres indígenas e negras e a desumanização imposta a esses grupos. Ao transformar a violência em símbolo de harmonia racial, o discurso freyriano contribuiu para consolidar um ideal de nação que valoriza a mestiçagem como traço identitário, ao mesmo tempo em que silencia as assimetrias históricas que sustentam esse mito.

Marilena Chaui, em Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária (2000), aprofunda essa crítica ao evidenciar que a ideia de uma sociedade racialmente harmoniosa funciona como ficção ideológica construída pelas elites para legitimar privilégios e ocultar conflitos estruturais. Para a autora, o autoritarismo brasileiro — presente desde o período colonial — produz mecanismos de exclusão que limitam a participação democrática e marginalizam grupos historicamente oprimidos, como negros e povos indígenas.

Com base em Bauman (2005), entende-se que a identidade não é algo fixo, mas um processo em constante transformação. No contexto da chamada "modernidade líquida", as referências que antes pareciam estáveis tornam-se mutáveis, gerando, ao mesmo tempo, sentimentos de incerteza e possibilidades de criação de novos modos de pertencimento e ação.

Autores como Benedict Anderson, Ernest Gellner e Eric Hobsbawm reforçam que a identidade nacional não surge de modo espontâneo, mas é construída historicamente por meio de escolhas políticas. Anderson (1983) descreve a nação como uma "comunidade imaginada", sustentada por narrativas, símbolos e rituais que produzem a sensação de pertencimento. Gellner acrescenta que o

Estado desempenha papel decisivo nesse processo ao padronizar culturas e modos de vida, sobretudo por meio do sistema educacional. Hobsbawm (1990) completa essa discussão ao mostrar que muitas tradições consideradas antigas são, na verdade, criações recentes, formuladas para gerar coesão social e legitimar determinados projetos políticos.

As interpretações analisadas convergem ao demonstrar que a identidade nacional não é natural, neutra ou estável, mas uma construção histórica moldada por disputas simbólicas e relações de poder. Se, por um lado, pode gerar sentimento de pertencimento, por outro, também pode legitimar exclusões, ocultar desigualdades e sustentar hierarquias.

Nesse cenário, torna-se indispensável examinar como esses discursos, ao longo do tempo, impactaram povos originários como os Kaingang, cujas memórias, línguas e práticas culturais foram frequentemente silenciadas pelos projetos hegemônicos de construção da nação.

A formação da Identidade brasileira e a marginalização dos povos originários

A compreensão de que a identidade nacional brasileira é fruto de disputas de poder, narrativas seletivas e processos de exclusão permite, observar como esses discursos se traduziram em práticas concretas de controle e assimilação.

É importante ressaltar que a independência política do Brasil não rompeu com as concepções coloniais de inferiorização dos povos indígenas; ao contrário, reafirmou-as sob novas formas discursivas. As imagens ontológicas construídas desde o século XVI — que definiam o indígena como primitivo, atrasado ou incapaz de autogoverno — permaneceram como fundamentos simbólicos da identidade nacional.

Nesse contexto, a oposição entre civilização e barbárie foi atualizada para legitimar o projeto de modernização do Estado e sustentar a ideia de uma nação homogênea e "civilizada". Assim, políticas de integração e tutela substituíram o extermínio direto, mas continuaram operando como dispositivos de controle, negando às populações indígenas o direito de existir segundo suas próprias cosmologias e sistemas de conhecimento.

Ao longo da formação do Estado brasileiro, especialmente a partir do final do século XIX, políticas públicas, discursos oficiais e ações colonizatórias , enquadraram os povos originários em modelos culturais considerados legítimos pela sociedade nacional. Para povos como os Kaingang, isso significou enfrentar intervenções que afetaram diretamente seus territórios, modos de vida e sistemas de conhecimento.

Nesse período, a definição do que seria "o Brasil" veio acompanhada de efeitos violentos sobre diferentes grupos étnico-culturais. A consolidação da República intensificou a expropriação de terras indígenas, o deslocamento forçado de comunidades, a imposição da língua portuguesa e a valorização exclusiva de práticas ocidentais. Muitas dessas ações foram legitimadas por narrativas que retratavam os povos indígenas como obstáculos ao progresso, naturalizavam a desigualdades e apagavam culturais.

As representações sobre os povos originários, produzidas desde os primeiros contatos, já carregavam estigmas que serviram de base para para sustentar os padrões estabelecidos pelo regime republicano. Os indígenas foram descritos como bárbaros, preguiçosos, violentos, atrasados ou essencialmente ligados à natureza, onde tais percepções foram sintetizadas na categoria genérica "índios". Trata-se de um conceito eurocentrado que uniformiza a diversidade indígena e legitima sua subalternização. A reprodução desses estereótipos se fortaleceu também na escola, onde livros didáticos e discursos docentes frequentemente reforçaram visões romantizadas ou depreciativas, sem problematizar as relações de poder que lhes davam origem.

Para compreender de modo situado como esses processos se materializaram, é necessário observar a trajetória histórica dos Kaingang. Trata-se de um povo do tronco linguístico Jê, com presença majoritária na região Sul do Brasil, que historicamente ocupou amplas áreas de florestas de araucária em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seu modo de vida estava profundamente vinculado à terra, às matas e aos seres naturais, elementos centrais de sua cosmologia.

O antropólogo Darcy Ribeiro (2006) contextualiza a relação dos Kaingang com os ciclos econômicos e seus impactos ao território sulista, especialmente a partir do século XIX. Ele destaca que, embora inicialmente pouco visados como mão de obra escravizada, os Kaingang foram diretamente afetados pela expansão da pecuária, pelo avanço das plantações de café e pela construção das ferrovias. Nesses processos, o território Kaingang foi cercado por criadores de gado e cafeicultores, resultando em confrontos, deslocamentos e rupturas culturais.

O avanço das frentes de colonização, impulsionado por engenheiros, agrimensores e proprietários rurais, tornou-se cada vez mais intrusivo. Os registros analisados por Ribeiro mostram que, no início do século XX, conflitos envolvendo agrimensores e colonos se intensificaram, com saldo desproporcional de violências cometidas contra os indígenas. O surgimento de grupos de bugreiros, especializados em chacinar aldeias, revela o grau extremo de brutalidade mobilizado para liberar terras para a economia agroexportadora. Esses ataques eram planejados e financiados publicamente, por meio da articulação entre interesses econômicos e discursos civilizatórios.

Paralelamente, empresas ferroviárias e fazendeiros difundiram a imagem dos Kaingang como inimigos do progresso, responsáveis pelo atrasos da construção de estradas de ferro. Esse enquadramento consolidou representações que atravessaram gerações, reforçando a ideia de que os indígenas seriam incapazes de "usar adequadamente" a terra. Expressões ainda presentes no cotidiano, como "Por que dar terras para os índios se eles não plantam?", se alimentam dessa herança histórica. Tais discursos ignoram os modos próprios de manejo ambiental, sustentam preconceitos e reforçam uma lógica de devastação que produz impactos ambientais que hoje recaem sobre toda a sociedade.

Para enfrentar essas percepções, é essencial construir uma consciência histórica capaz de desnaturalizar visões cristalizadas, denunciar e combater os processos de dominação que estruturaram o passado e ainda moldam o presente. Como explica Rüsen (2001), essa consciência oferece meios para interpretar as transformações ao longo do tempo e orientar ações mais responsáveis. Sob essa perspectiva, compreender como a identidade nacional brasileira produziu e ainda produz narrativas sobre os povos originários torna-se decisivo para superar estereótipos e favorecer relações mais justas e respeitosas.

À luz dessa leitura crítica, torna-se possível reconhecer que a história Kaingang não se resume a episódios de violência e expropriação, mas é também uma história de resistência. Mesmo diante de tentativas de assimilação e apagamento, o povo Kaingang preservou sua memória, seus saberes e suas práticas culturais, reafirmando sua presença no território.

As falas dos grupos focais desta pesquisa evidenciam essa vitalidade: suas narrativas desafiam estruturas coloniais ainda ativas e apontam para a urgência de reconhecer o protagonismo Kaingang na formação histórica e cultural do Oeste catarinense. Escutar suas vozes é um passo importante para construir o presente e o futuro com reconhecimento, respeito e dignidade.

O povo Kaingang e a luta por reconhecimento no Oeste catarinense

Ao longo da história, inúmeros mitos foram construídos sobre o povo Kaingang, os quais alimentaram estereótipos e distorções. Reconhecer esses impasses é essencial para superar a exclusão e reconstruir relações baseadas no respeito e na justiça. Esta seção evidencia como o povo Kaingang se percebe, interpreta sua relação com a sociedade não indígena e resiste para manter viva sua cultura ancestral.

O povo Kaingang é um dos mais antigos habitantes da região Sul do Brasil, com presença ancestral no Oeste de Santa Catarina. A chegada dos colonizadores, seguida pela ocupação sistemática das terras indígenas e pela negação da presença originária dos Kaingang, desencadeou processos de expropriação e aprofundou sua invisibilização.

Apesar dessas pressões históricas, o povo Kaingang preservou práticas culturais, vínculos comunitários e formas próprias de organização social e política. Sua continuidade demonstra a força de uma memória coletiva que resiste às tentativas de

apagamento e afirma, no presente, modos de vida construídos ao longo de séculos.

Atualmente, esse povo mantém presença significativa em cinco áreas no Oeste catarinense: Terra Indígena Xapecó (Ipuaçu), Reserva Indígena Toldo Imbu (Abelardo Luz), Reserva Indígena Kondá (Chapecó), Terra Indígena Toldo Chimbangue (Chapecó) e Terra Indígena Pinhal (Seara). Mais de 7.000 pessoas vivem nessas áreas, lutando diariamente pelo reconhecimento de seus direitos territoriais, culturais e identitários.

Para compreender de que modo o povo Kaingang interpreta sua experiência no presente e enfrenta os desafios contemporâneos, realizei uma pesquisa com três grupos focais.— dois na Terra Indígena Xapecó e um na Terra Indígena Kondá — envolvendo cerca de 100 participantes. Foram propostas três questões: "O que significa para você ser Kaingang?", "O que mais lhe dá orgulho na cultura Kaingang?" e "Você sente que sua identidade é respeitada fora da comunidade?".

Os relatos dos participantes revelam que, hoje, ser Kaingang está profundamente ligado à defesa de direitos, ao reconhecimento social e ao tratamento equitativo fora das comunidades. O orgulho aparece associado à força da cultura, à união do povo e à longa trajetória de resistência. Ao mesmo tempo, muitos afirmam não se sentirem respeitados em espaços não indígenas, onde enfrentam olhares preconceituosos, desconfiança e julgamentos baseados na aparência. Como sintetizou um participante: "Ainda somos vistos com olhares preconceituosos, com inferioridade. Existe muito julgamento sobre nós."

Essas falas evidenciam uma tensão central na experiência Kaingang contemporânea: a afirmação identitária convive com a persistência de estruturas sociais que deslegitimam sua presença. O orgulho cultural não é apenas um sentimento interno, mas uma estratégia de sobrevivência diante de práticas discriminatórias que seguem atuando no cotidiano. Ao reclamar por reconhecimento, os Kaingang denunciam a distância entre discursos formais de inclusão e a realidade concreta marcada por racismo, estereótipos e desigualdades históricas. Suas falas também mostram que a identidade não se resume à autodeclaração; ela se afirma em relação a um outro que, muitas vezes, insiste em negar seu valor. Essa leitura reforça a necessidade de compreender a resistência Kaingang não como um traço isolado, mas como uma resposta contínua às formas de exclusão impostas pela sociedade envolvente.

Os anciãos expressaram forte preocupação com o enfraquecimento de práticas que consideram vitais para a continuidade do povo. Para eles, a perda do uso cotidiano da língua é um sinal alarmante: "Os nossos índios têm vergonha de falar o Kaingang fora da aldeia. Temos que ter orgulho de cultivar nossa língua." Também lamentam o abandono de conhecimentos tradicionais, especialmente os ligados à cura: "É muito triste ver nossos parentes fazendo filas nos postos de saúde. Muitos não querem mais fazer o chá caseiro, sabendo que nossas ervas medicinais curam de verdade."

Essas falas revelam um sentimento que vai além da nostalgia; são alertas sobre os riscos de ruptura entre gerações. A língua e os conhecimentos de cura aparecem como elementos que costuram o pertencimento e a memória coletiva. Quando esses fios começam a se desgastar, os anciãos percebem uma ameaça não apenas cultural, mas existencial, como se partes essenciais do mundo Kaingang estivessem sendo silenciadas. Suas palavras sugerem que a resistência não é apenas política, mas também cotidiana, feita no esforço de manter viva a língua na conversa simples e os saberes tradicionais nos cuidados do dia a dia. Ao expor essas preocupações, eles mostram que preservar a cultura não é um gesto de retorno ao passado, mas um modo de garantir continuidade, dignidade e autonomia no presente.

Ailton Krenak (2019) lembra que a sobrevivência indígena depende da criatividade e das estratégias herdadas dos antepassados, que permitem manter dignidade e autonomia diante da colonização e do apagamento cultural contemporâneo. Essa perspectiva dialoga diretamente com as preocupações expressas pelos anciãos Kaingang, que veem na língua, nas práticas medicinais e nos vínculos comunitários os pilares que sustentam a continuidade do povo.

Nessa direção, os relatos Kaingang reforçam que a resistência atual se desdobra não só frente à colonização histórica, mas também diante de formas mais sutis de apagamento, como o preconceito cotidiano, o avanço de valores consumistas e o enfraquecimento das relações comunitárias. Esses

desafios revelam que a continuidade cultural é um movimento ativo, que exige coragem, escolha e renovação permanente.

Embora inseridos nas dinâmicas contemporâneas, os Kaingang enfrentam o desafio de preservar elementos centrais de sua cultura, como a língua, o uso de ervas medicinais, os vínculos comunitários e a filosofia do bem viver. Essa preservação é também uma reivindicação de reconhecimento e respeito às suas formas próprias de existir. Krenak (2022) enfatiza que esse movimento de autorreconhecimento fortalece o autorrespeito e sustenta a continuidade das existências indígenas.

A interculturalidade crítica de Catherine Walsh oferece um passo adicional. Para além da convivência superficial entre culturas, ela propõe desestabilizar estruturas de poder e enfrentar a colonialidade que molda relações sociais e epistemológicas na América Latina. Sob essa lente, as experiências Kaingang não são apenas respostas aos desafios atuais, mas práticas que tensionam desigualdades históricas e afirmam projetos próprios de futuro.

Os relatos evidenciam, portanto, uma dinâmica marcada tanto pela permanência de saberes quanto pelos dilemas provocados por pressões externas. Essa combinação revela como interferências do mundo envolvente produzem perdas simbólicas, mas também como a consciência histórica e a ação coletiva abrem caminhos de fortalecimento cultural e político.

Considerações finais

A análise das narrativas de identidade nacional e de seus impactos nas memórias dos Kaingang do Oeste de Santa Catarina evidencia que retóricas frequentemente apresentadas como eufemismos criam a impressão de transformações sociais profundas, quando, na realidade, estruturas de exclusão e hierarquização permanecem ativas. Esse cenário exige uma reflexão crítica sobre nossas representações da alteridade, pois estereótipos e políticas de inclusão meramente formais podem, paradoxalmente, reforçar mecanismos de marginalização.

No caso dos Kaingang, as memórias coletivas de apagamento, violência e silenciamento demonstram que a simples adoção de vocabulários ou diretrizes inclusivas não garante o reconhecimento pleno de suas identidades. É nesse tensionamento entre discurso e prática que emergem estratégias de resistência e afirmação cultural, essenciais para compreender os desafios contemporâneos vividos por esse povo e sua persistência diante de projetos homogeneizadores de identidade nacional.

A articulação entre teoria e prática revela que a compreensão histórica constitui instrumento indispensável para refletir sobre as implicações da construção da identidade nacional no presente. Reconhecer como essas questões se formaram historicamente permite valorizar a diversidade étnica e cultural do Brasil e estabelecer caminhos para a ruptura de preconceitos e desigualdades. Nesse processo, a consciência histórica torna visíveis narrativas marcadas por juízos de valor sobre os povos indígenas e questiona os referenciais que sustentam modelos eurocentrados de nação.

Não basta reconhecer que a diversidade sempre existiu; é preciso promovê-la na prática. Isso se concretiza na valorização das expressões culturais, na representatividade nos meios de comunicação e no fortalecimento de uma educação inclusiva, antirracista e sensível às identidades originárias. Questionar padrões coloniais, assim como noções lineares e hierarquizantes de tempo e progresso, torna-se fundamental para construir novas formas de convivência social.

As percepções Kaingang sobre identidade e nação não se alinham à lógica eurocentrada. Para eles, identidade significa fortalecer a própria cultura em meio à pluralidade de povos, enquanto a noção de nação se vincula à retomada territorial e à construção da vida orientada pelo bem viver. Essa perspectiva evidencia que, ao longo dos processos de contato e colonização, os povos indígenas passaram por mutações culturais, redefinições do ethos e novas formas de pertencimento (RIBEIRO, 1970). A construção da nação brasileira, ao impor uma identidade homogênea, operou a partir da negação dessa diversidade. Superar tal negação, significar compreender, que a valorização da diferença é um processo contínuo, que demanda diálogo,

conscientização e ações concretas para a redução das desigualdades.

No início do novo milênio, a presença crescente de imigrantes haitianos, venezuelanos, sírios, senegaleses e de outras nacionalidades amplia o debate sobre como o Brasil, em especial a região Oeste de Santa Catarina, lida com a diferença. Esses fluxos tornam mais visíveis as tensões próprias da fluidez identitária descrita por Bauman e mostram que a identidade nacional segue sendo negociada em um campo de forças desigual, no qual alguns modos de existir obtêm reconhecimento enquanto outros permanecem marginalizados.

Esse panorama revela, por contraste, a longa permanência de práticas de exclusão que atingem povos originários como os Kaingang. Aproximar passado e presente evidencia que a construção de uma nação verdadeiramente plural depende do enfrentamento dessas desigualdades e da valorização efetiva das diferenças culturais. Reconhecer a resistência Kaingang e seus modos de viver como parte integral da história brasileira é essencial para que políticas, educação e práticas sociais promovam equidade, respeito e pluralidade de perspectivas.

Sob uma leitura mais ampla, a análise mostra que as tensões entre identidade nacional, memória e diversidade não são circunstâncias isoladas, mas expressões de processos históricos de longa duração. As experiências Kaingang revelam os limites de projetos de integração baseados na homogeneização cultural e destacam a importância de perspectivas que valorizem epistemologias, narrativas e temporalidades indígenas. Esse movimento contribui para desestabilizar concepções rígidas de nação e amplia os horizontes de reflexão sobre pertencimento e cidadania.

De modo propositivo, este estudo sugere que políticas públicas, currículos escolares, práticas institucionais e ações sociais devem incorporar, de forma contínua e efetiva, o reconhecimento dos povos originários como sujeitos de direitos, produtores de conhecimento e agentes fundamentais da história nacional. Isso inclui o fortalecimento das línguas indígenas, a garantia de territórios, a ampliação de espaços de participação e o combate sistemático ao racismo. A escuta das narrativas Kaingang aponta caminhos para reimaginar o Brasil como um país plural, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade que sempre o constituiu.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. **Os nomes dos outros**: reflexões sobre os usos escolares da diversidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

HELLER, Agnes. **História e vida cotidiana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. Oxford: Blackwell, 1983.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: população indígena. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 9 set. 2025.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton; PIÚBA, Márcio. **O futuro é ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. Original publicado em 1970.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história III. Brasília: Editora UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

TAYLOR, Charles. **O multiculturalismo e a política do reconhecimento**. São Paulo: UNESP, 1994.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad:** luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.

WASSERMAN, Claudia. **Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional e identitária na América Latina**: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. Porto Alegre, dez. 2003.

GRUPO FOCAL KAINGANG. **Entrevista realizada em 19 de Março de 2005, na Reserva Indígena Kondá, município de Chapecó - SC**. Acervo da autora.

GRUPO FOCAL KAINGANG. **Entrevista realizada em 24 de Abril de 2005, na Terra Indígena Xapecó, município de Ipuaçu - SC**. Acervo da autora.

GRUPO FOCAL KAINGANG. **Entrevista realizada em 28 de Abril de 2005, na Terra Indígena Xapecó, município de Ipuaçu - SC**. Acervo da autora.

Adiando o fim do mundo: uma cartografia afetiva em memória de minha avó

Postponing the end of the world: an affective cartography in memory of my grandmother

Antonia Sammya Ferreira*
Ticiane Rodrigues Nunes**

Palavras-chaves:
Cartografia Afetiva
Escrevivência
Ancestralidade

Resumo: Este artigo objetivou refletir sobre as práticas religiosas de meus antepassados, realizando uma reflexão de uma herança cultural que foi e é subjugada na sociedade e no seio familiar. Praticamos aqui uma escrevivência, dialogando com autores como Evaristo, (2020), Krenak (2020; 2022), com a perspectiva do futuro ancestral e da cartografia afetiva, e utilizando a etnografia da duração da memória de Ercket; Rocha (2000) procurei reconstruir por meio de relatos, a vida e as práticas religiosas de minha avó paterna, apresentando sua convivência e relação com os seres encantados ao longo de sua vida. Através de assimilações com as religiões afro-brasileiras, encontrei, na Umbanda, elementos e práticas similares aos de meus antepassados, o que gerou uma reflexão sobre o poder do silenciamento e apagamento de tais religiões em nossa sociedade. Reconhecer nossa ancestralidade e nossa herança cultural é, portanto, condição urgente de nos encontrar no mundo e resistir.

Keywords:
Affective Cartography
Escrevivência
Ancestry

Abstract: This article aims to reflect on the religious practices of my ancestors, recovering a cultural heritage that was and is subjugated in society and within the family. We engage in a form of writing, engaging with authors such as Evaristo (2020) and Krenak (2020, 2022) from the perspective of ancestral futures and affective cartography. Using the ethnography of memory duration by Ercket Rocha (2000), I sought to reconstruct, through narratives, the life and religious practices of my paternal grandmother, presenting her coexistence and relationship with enchanted beings throughout her life. Through assimilation with Afro-Brazilian religions, I found elements and practices in Umbanda similar to those of my ancestors, prompting a reflection on the power of silencing and erasing such religions in our society. Recognizing our ancestry and cultural heritage is, therefore, an urgent condition for finding ourselves in the world and resisting.

Recebido em 14 de setembro de 2025. Aprovado em 25 de novembro de 2025.

* Mestranda Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL/UECE). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (2017) e especialização em Gestão e Coordenação escolar pela Faculdade PLUS (2021). Atualmente é professora da Educação Básica da prefeitura municipal de Quixadá. E-mail: sammya.ferreira@aluno.uece.br.

** Mestra e doutora em Linguística Aplicada pela UECE e pós-doutoranda em Educação e Ensino pelo Mestrado Intercampi em Educação e Ensino (MAIE/UECE). Graduada em Letras Português-Francês (UECE); professora assistente do curso de Letras da Universidade Regional do Cariri - Campus Missão Velha, professora do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da UECE. E-mail: ticiane.nunes@urca.br.

Introdução

Escrevivência indígena

Ao escrever
dou conta da ancestralidade,
do caminho de volta,
do meu lugar no mundo.
(Graça Graúna, 2019).

Este trabalho é fruto de uma escrevivência sobre meus antepassados com o objetivo de refletir acerca de minhas referências ancestrais e como elas atuam na minha formação identitária. Ailton Krenak, no livro intitulado *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020), em uma passagem, diz: "Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos" (2020a, p. 14).

Depois de ler a afirmação de Krenak (2020), fiquei reflexiva sobre a problemática de minha ancestralidade. O que ela quer me dizer? É apenas a história da minha família? E o que isso importa para a tessitura da minha identidade? Terminei o livro, mas as inquietações continuaram latentes sobre minha ancestralidade

Mais tarde, deparei-me com o livro *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, e obtive uma resposta concreta para as minhas indagações. Tudo nesta obra chamava-me atenção e prendia-me na leitura. No entanto, minha maior surpresa residiu em um personagem e foi por meio dela que iniciei os primeiros passos em um processo de reconhecimento e pertencimento do que era meu por direito e da minha história.

Foi Zeca Chapéu Grande, o patriarca da família, homem trabalhador, curandeiro e um guia espiritual, e toda a simbologia mística e encantada que o seguia, o que abriu meus olhos e me possibilitou uma reconexão com minha ancestralidade.

Eu já conhecia a história, eu já conhecia a personagem, nada me era diferente ou assustador, só estava coberto com uma cortina de neblina: a personagem era minha avó, Dona Maria Joaquina, uma mulher que, por tanto tempo, viveu presente apenas em vagas lembranças, mas que se materializava no livro através de Zeca Chapéu, e quantas outras pessoas não fizeram o mesmo. Foi um reencontro entre minha avó, eu e minha tão inquietante ancestralidade.

Para este trabalho, utilizei como metodologia o referencial teórico bibliográfico com autores como Krenak (2020a), Franco (2021), Goldman (2021), entre outros. Também utilizei o romance *Torto Arado* (2019) de Itamar Vieira Júnior, na tentativa de estabelecer paralelos entre as práticas religiosas com os personagens da ficção, em especial Zeca Chapéu Grande e minha avó, buscando os elementos que me remetem a minha própria genealogia. Fazendo uso da etnografia da duração (Ercke; Rocha, 2000), busco, pelos relatos e experiências narradas sobre minha ancestral, refletir sobre a convivência com práticas, simbologias, seres encantados e toda uma cultura contra-hegemônica que, por muito tempo, foi e é silenciada não apenas na sociedade, mas também no seio familiar.

Ainda no mesmo livro, Krenak (2020a), me inquieta a sua provocação sobre adiar o fim do mundo, dizendo que ela "(...) é exatamente sempre poder contar uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim" (2020a, p. 27). Este artigo é o convite aceito da provocação do grande líder indígena, através do qual tentarei adiar o fim do mundo, e peço licença para contar uma história, não uma história qualquer, mas a de uma mulher encantada, minha avó.

Uma vida encantada: convivendo com as entidades

Ao tentar resgatar os passos da vida de minha avó paterna, algumas imagens são nítidas, como se fossem fotografias. Lembro que ela era diferente: tinha longos cabelos brancos que tomavam todas as suas costas e viviam presos por um pente em um coque no alto de sua cabeça. Minha avó só soltava seus cabelos, e este era o primeiro sinal de que algo diferente acontecia, quando algum ser encantado a incorporava.

Esta é a principal imagem que tenho dela, sentada em sua rede, soltando seus longos cabelos brancos, penteando-os com o pente que antes os prendiam e entoando cânticos que nunca tinha

ouvido antes. Seu corpo estava ali, mas quem habitava era outro ser. E foi assim que cresci observando esses momentos que hoje me parecem tão mágicos, mas que, no dia a dia, chegava a ser comum por boa parte da família.

É por isso que o livro *Torto Arado* (2019) foi um divisor de águas na minha vida, principalmente no reconhecimento da minha ancestralidade. Ao ler este romance, deparei-me com o personagem Zeca Chapéu, um curandeiro que incorporava uma entidade, que era central na vida religiosa de seu povo quilombola e de uma grande espiritualidade. E cada vez que ele aparecia em cena, soava-me familiar. Foi então que percebi como aquilo não se tratava apenas de ficção, mas era uma parte da riqueza cultural da minha família e que por tanto tempo foi esquecida.

Quando minha avó morreu, aos 91 anos, eu ainda era bastante pequena e infelizmente pouco convivi com ela. A maior parte de suas histórias (e das memórias que trago neste texto) é repassada por minha mãe, sua nora, que a acompanhou durante boa parte de sua vida. E que agora compartilharei, entrelaçando escrevivência e cartografando afetivamente estas memórias (Evaristo, 2020; Krenak, 2022).

Para iniciar este breve relato sobre o percurso de vida de minha ancestral, é preciso que compreendamos que, assim como milhares de famílias brasileiras, temos em nossa formação/origem genealógica as marcas da violência colonial. Violência esta que deixou seus rastros até os dias atuais, seja por meio de violências físicas, seja por meio de violências simbólicas, como o silenciamento e esquecimento. Foi por esta violência e de tantas que minha família paterna se originou.

Cresci ouvindo a frase: "ela foi pega a dente de cachorro", "foi pega no laço" e, no começo, não entendia o que isso significava até que alguém relatou que era uma prática comum e significava que minha antepassada tinha sido indígena. Portanto, passei a acreditar que era a comprovação que tinha laços diretos com os povos originários. Esta era a história que minha avó contava, que sua avó teria sido uma mulher indígena e que "foi pega a dente de cachorro".

Nascimento (2023) menciona a fala da indígena Vanda Cariri, quando esta reflete sobre a origem da frase supracitada:

> (...) histórias que geralmente são contadas pelas pessoas mais velhas quando vão falar de sua ancestralidade "pega a dente de cachorro", diz respeito às práticas recorrentes de sequestro de mulheres indígenas, tirando-as do seu lugar de origem e obrigando-as a viverem em fazendas ou engenhos. Esse ato é uma característica das relações de exploração e violência colonial (Nascimento, 2023, p. 123).

É o que Daniel Munduruku (2020) nos diz, que "somos uma nação parida à força", ou seja, somos frutos da violência colonialista, que se impôs para as mulheres indígenas e negras. E que é de tal forma arraigada em nossa sociedade que muitas vezes escutamos esse discurso de sequestro e estupro pelos quais passaram as mulheres negras e indígenas e não realizamos a devida reflexão crítica sobre o que isso significou e significa para a nossa construção e formação identitária em meio a um cemitério continental (Krenak, 2022).

Adotei neste trabalho o conceito de etnografia da lembrança da duração, termo cunhado por Ercket e Rocha (2000), que o concebem como "(...) o tratamento da memória como conhecimento de si e do mundo, a partir do trabalho de recordar narradas pelos sujeitos (...)" (Ercket, Rocha, 2000, p. 13).

As autoras, em concordância com os estudos de Barchelard (1988), indicam que o ato de reviver o passado implica reaver um tema afetivo do presente, ou seja, revivemos o passado a partir das experiências do presente, por exemplo, a leitura no presente do livro *Torto Arado* despertou o interesse por esse passado, motivando, desse modo, a pesquisa.

Outro fato foi que, por meio das narrações das memórias de minha mãe sobre minha avó, consegui traçar um perfil dessa mulher que foi tão importante para a sua comunidade e família, e as experiências do presente tornaram possíveis esse movimento de resgate da minha ancestralidade.

Nesse sentido, continuando o relato sobre a vida de minha avó com base nas lembranças de sua nora, é preciso que compreendamos que a memória é "(...) resultado de uma dada hierarquia de

instantes, configurando-se numa dialética da duração, isto é, sobreposição rítmica de um tempo subjetivo e de um tempo do mundo, através da ondulação complexa de ordenações múltiplas que se confirmam umas às outras" (Ercket; Rocha; 2000, p. 13). Portanto, o relato aqui compartilhado é uma junção de memórias sobrepostas, fatos do cotidiano, conversas travadas e experiências compartilhadas.

Realizar esse relato da vida de minha avó foi a possibilidade de refletir sobre minha própria existência, nas palavras de Martins (2021) a falar sobre a curvatura do tempo espiralar:

> A ancestralidade é clivada por um tempo curvo, recorrente, anelado; um tempo espiralar, que retorna, restabelece e também transforma, e que em tudo incide (Martins, 2021, p. 135).

No movimento de reaver as memórias de minha avó, mais do que relembrar, refaço um percurso não cronológico, porém, espiral, onde me encontro com a minha avó, mas também comigo mesma, nessa experiência, me visto de ancestralidade.

Maria Joaquina, também conhecida como Maria Paraibana, nasceu em 13 de agosto (por volta de 1913) em Catolé do Rocha, na Paraíba. Aos 13 anos, ela fugiu de casa para se casar com Joaquim, homem mais velho, viúvo e com filhos pequenos, e, assim, consolidava a crendice de sua mãe de que "*quem nasce em agosto só tem ou dá desgosto",* pois, para sua mãe, foi um grande desgosto a fuga de sua filha.

Com Joaquim, teve filhos e manteve uma vida de andarilhos. Passaram por diversas cidades, até que se estabeleceram em uma localidade no interior do Ceará, uma comunidade chamada São Gonçalves (na cidade de Ibaretama, no Sertão Central), local em que viveu por muitos anos, criou seus filhos e foi ali que minha mãe a conheceu e estabeleceu contato, futuramente se casando com um de seus filhos.

Posteriormente se mudou para outra cidade vizinha, onde morou, atuou como curandeira, cuidou de seus netos e viveu até o fim da sua vida terrestre.

A forma de subsistência de meus avós vinha de garrafadas e trabalhos realizados para a comunidade, na sua maior parte voltados para cura de doenças. Meus avós levavam o nome de *charlatões*, uma fala que demonstrava o preconceito com os saberes populares, bem como resquícios do processo colonialista eurocêntrico, definido por Quijano (2005) como

> (...) uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (Quijano, 2005, p. 19).

Na tentativa de traçar um perfil para essa mulher que, por muitos anos, viveu apenas no meu imaginário, fui ouvindo e resgatando falas das experiências de minha mãe. Reuni aqui alguns elementos de sua vida religiosa, mas a minha mãe não soube dizer de que religião se tratava, ou quais os principais elementos, ela apenas narrou os fatos como ela viu e concebia.

Assim como Salustiana Nicolau, em *Torto Arado* (2019)[1], herdou e aprendeu o ofício de parteira de seu esposo, como podemos ver na seguinte passagem do livro: "Naquele tempo, minha mãe já havia assumido em definitivo o ofício de parteira. Meu pai, que era o parteiro até então, *transferiu* a responsabilidade para Salu" (Vieira Júnior, 2019, p. 56. Grifo nosso), minha avó, ao que tudo indica, herdou de meu avô o ofício de curandeira, aprendendo com ele e praticando.

A transferência de saberes entre os familiares, companheiros e comunidade é bastante comum entre as pessoas, geralmente passando de geração em geração, principalmente pelo uso da oralidade.

De acordo com Silva (2020):

> A oralidade é o modo de produção e transmissão de conhecimento predominante entre grupos tradicionais, como indígenas de diferentes etnias, quilombolas, candomblecistas, capoeiristas, dentre outros. Trata-se de um conhecimento que se constrói a partir do encontro, da conexão, da troca, em que todas as partes envolvidas contribuem e são transformadas nesta relação (Silva, 2020, p. 149).

Foi dessa troca de saberes que minha avó aprendeu e desenvolveu ao longo da sua vida, mas, infelizmente, esse saber plural ficou com ela, não houve na família que seguisse seus passos, e tal

transmissão de saberes e tradição não foi transmitido para as novas gerações.

Este fato demonstra a força do silenciamento de práticas culturais que diferem das eurocristãs, perdendo a força dentro deste contexto hegemônico e sendo substituídas e, na maioria das famílias, esquecidas. A violência simbólica é sentida durante a pesquisa, quando os relatos sobre meus antepassados são tão escassos, rodeados de tabus e pouco lembrados.

A tentativa de narrar a história dessa figura feminina, minha avó, e trazer à tona sua espiritualidade e vida é uma forma que encontrei não apenas de refletir sobre nossas raízes ancestrais, mas um movimento de luta e reivindicação desse lugar de saberes plurais, sendo, então, um ato de resistência a esse sistema hegemônico dominante que impede o acesso ao nosso legado cultural rico em diversidade e pluralidade.

É importante salientar que, em todo o percurso da pesquisa, nunca foi nomeada a religião ao qual meus avós pertenciam, visto que minha mãe não soube dizer, e algumas falas, inclusive, demonstram a falta de conhecimento sobre o assunto. O que é bastante comum, sejam as religiões de matrizes africanas, sejam indígenas, elas sofrem de boicote por parte da população, sempre as relegando às margens, em local de misticismos, magia e tabu, o que nos é explicado por Franco (2021), pois,

> No processo de hierarquização cultural, o padrão eurocêntrico se tornou modelo de sociedade e tudo aquilo que pertencia a cultura africana e indígena passou a ser visto com um olhar de inferioridade e sem nenhum ar de civilidade (Franco, 2021, p. 35).

É na tentativa de reconstruir esta conexão, resgatar os laços com uma herança cultural subjugada e esquecida e que faz parte da minha ancestralidade que utilizei a etnografia da lembrança de duração e consegui alguns relatos, a partir de diversas conversas com minha mãe, que marcavam as práticas religiosas de meus entes.

Alguns relatos, principalmente sobre as práticas religiosas, foram estes: "*não tomavam banhos dia de sexta-feira, para não quebrar as forças"*, prática seguida rigorosamente por meus avós todas as sextas-feiras.

As garrafadas que produziam para venda eram principalmente para cura de doenças, mas também serviam para fazer e desfazer casamentos, e nesse relato minha mãe ressalta que eram bastante convocados para atender essa demanda matrimonial.

Sobre os rituais, eles foram descritos como: *"eles abriam a mesa com uma oração, tinha um cigarro de papel, mas o fogo era diferente, o fogo ficava na boca, não entendia muito bem. A mesa abria com a oração do guerreiro militar São Sebastião"*.

Sobre a incorporação de entidades, ela me contou: "*Eles recebiam espíritos, uma, que lembro bem, era a Tapuia, uma menina que pedia bombom e bebia água na cuia"*. Nos relatos, outro ser encantado que aparecia era o *Fura Barreira*, dito por ela como um caboclo.

Muitos eram os cânticos entoados, mas que, infelizmente, minha mãe não conseguiu mais se recordar. Sobre um que ela disse que mais ouvia, lembrou apenas de frases, como: *eu vim de longe,* e fazendo menção a *Jurema,* não soube explicar mais.

Quanto às vestimentas específicas nesses rituais, não as tinham, os momentos aconteciam no terreiro de casa, e muitas pessoas tinham medo e chamavam de macumba, termo comumente utilizado pela população para designar religiões de matrizes africanas, geralmente com cunho pejorativo, racista e preconceituoso. Outro viés histórico e etimológico do termo está relacionado às práticas religiosas advindas do povo banto no Brasil (Maroneze, Nunes, 2025).

Além dessas práticas relatadas, uma que talvez tenha tido maior reconhecimento foi de rezadeira, ofício que minha avó praticou por toda sua vida e que fortemente ficou marcada na memória de seus netos. A imagem dela com a *folha de pião* e uma criança nos braços era costume entre nós. O convívio com as entidades fazia parte do cotidiano, práticas que se perderam no véu do tempo, mas que falam muito sobre nossas origens e nossa ancestralidade.

Depois de observar todos esses elementos e buscar na memória resquícios da ancestralidade potente, percebi quão forte o apagamento dessas religiões, sejam de matrizes africanas, sejam indígenas, sofreram e ainda sofrem em nossa sociedade. O berço de nossa cultura, nossas raízes foram substituídas por um padrão europeu que não diz respeito e que subjuga todas as outras formas. O

que aconteceu e ainda acontece em nossa sociedade mercadológica é um movimento de extermínio:

> O movimento conceitual de extermínio e não validação das narrativas das experiências coletivas dos povos originários é propositalmente articulado pelo "mundo moderno". As narrativas do "mundo moderno" são pautadas na sua ciência, ou seja, naquilo que pode ser replicado, reproduzido, tornando esse movimento conceitual de reprodução "oficial". O genérico é a característica do modo de produção artificial de vida do Estado-Mercado (Takariju, 2021, p. 123).

Em nossa sociedade regida pelo mercado, os extermínios das narrativas ancestrais acontecem constantemente. Estamos ficando cada vez mais distantes de nossas raízes, e somos regidos por uma ordem capitalista de viver. "É como se tivesse elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade" (Krenak, 2020b, p. 10).

Nossos ancestrais são concebidos com essa sub-humanidade, os povos indígenas, os quilombolas, e tantos outros povos que vivem de forma contrária a essa ordem hegemônica são relegados às margens e têm seus direitos constantemente violados. Resgatar nosso passado, nossas histórias e origens são, pois, nossas formas de resistência e luta, porque nosso futuro, antes de tudo, é ancestral (Krenak, 2022).

Assim como Donana, mãe de Zeca Chapéu Grande, "Donana se perde na sua imaginação. Donana vive no passado" (Vieira Júnior, 2019, p. 125), minha avó viveu seus últimos anos perdida em sua imaginação, pois não se recordava de muitas coisas e, aos poucos, foi perdendo toda sua memória recente, ficando por muito tempo morando em seu passado, no seu próprio mundo encantado.

A última lembrança que ficou gravada em minha memória são as de seus últimos dias de vida. Uma senhora que parecia tão frágil, mas que permaneceu fortemente escanchada em sua rede, de cabeça baixa, cabelos soltos, ficando, assim, por oito dias consecutivos, sem comer e bebendo o mínimo possível de água, até seu último suspiro, e partiu, encantada que era, no auge de seus 91 anos, levando com ela a tradição das rezas e das curas.

Por uma cartografia afetiva: (re)visitando a religiosidade de minha avó

Depois de ouvir a história de minha avó e suas experiências como rezadeira em sua comunidade, de como ela atuava com rituais de cura e bençãos e as práticas que realizava, fiquei bastante curiosa para entender se tais práticas atendiam a alguma religião e se, sim, qual ou quais seriam estas.

É nessa tentativa de cartografar afetivamente os saberes, as tradições e as experiências ancestrais da minha família que procurei realizar este estudo, a fim de averiguar e, também, nomear estas práticas religiosas, no sentido de dar visibilidade para as religiões de matrizes africanas e indígenas que podem ter sido influências na vida religiosa de meus ancestrais.

É verdade que o estudo sobre diferentes tipos de religiões, principalmente as de matrizes africanas e indígenas, é rodeado de lacunas, que, muitas vezes, são preenchidas pelo preconceito, racismo, intolerância e muita desinformação.

Afinal, conforme afirma Krenak (2022),

> Se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável foi o de afirmar que somos todos iguais. Agora a gente vai ter que desmentir isso e evocar os mundos das cartografias efetivas, nas quais o rio pode escapar ao dano, a vida, à bala perdida, e liberdade não seja só uma condição de aceitação do sujeito, mas uma experiência tão radical que nos leve além da ideia de finitude (Krenak, 2022, p.43).

Para o meu contexto, dar um nome a tais práticas religiosas de meus avós é uma tentativa não de enquadrá-las em caixas específicas e que talvez não façam sentido, mas de dar poder: quando nomeio, dou poder e quebro com alguns paradigmas impostos por essa sociedade eurocristã colonialista enquanto apresento um ponto de vista decolonial na medida em que tento vislumbrar aspectos de uma religião que foi subjugada do seio familiar.

Ao reivindicar esse lugar e essa herança cultural, propondo o que Krenak (2022) chama de cartografias afetivas, isto é, "(...) camadas de mundos, nas quais as narrativas sejam tão plurais que não precisamos entrar em conflito ao evocar diferentes

histórias de fundação" (2022, p. 32). O intento é expor este processo de apagamento cultural, que nos nega nossas raízes e nossa identidade.

Franco (2021) assevera que muitos dos praticantes de religiões afro-brasileiras ainda negam e omitem suas religiões, mesmo nos dias atuais, por medo de retaliações e violências. Sobre o medo, tem-se abaixo um trecho da obra *Torto Arado* (2019):

> O medo atravessou o tempo e fez parte de nossa história desde sempre. Era o medo de quem foi arrancado do seu chão. Medo de não resistir à travessia por mar e terra. Medo dos castigos, dos trabalhos, do sol escaldante, dos espíritos daquela gente. Medo de andar, medo de desagradar, medo de existir. Medo de que não gostassem de você, do que fazia, que não gostassem do seu cheiro, do seu cabelo, de sua cor. Que não gostassem de seus filhos, das cantigas, da nossa irmandade. Aonde quer que fôssemos, encontrávamos um parente, nunca estávamos sós. Quando não éramos parentes, nos fazíamos parentes. Foi a nossa valência poder se adaptar, poder construir essa irmandade, mesmo sendo alvos da vigilância dos que queriam nos enfraquecer. Por isso espalhavam o medo (Vieira Júnior, 2019, p. 178).

Inicialmente, esta tentativa de omissão e negação era uma via de sobrevivência, pois foram os meios pelos quais as religiões de matrizes africanas resistiram. Porém, em um país como o Brasil, marcado pelo sincretismo religioso[2], ou, nas palavras de Goldman (2021), pelas relações afroindígenas, que não podem ser resumidas apenas à relação entre africanos e indígenas, esta articulação é compreendida apenas

> [...]como quase natural que a mistura leva à integração e que o múltiplo só serve para fazer o um. O que se pretende, ao contrário, é desfazer esse privilégio concedido à fusão e à integração a fim de enfatizar a constância da diferenciação (Goldman, 2021, p. 03).

Há que de compreender que tal movimento, na perspectiva de Goldman (2021), envolve movimentos modulares de diferença, em que há, em sua formação, uma infinidade de religiões, origens, saberes plurais e heranças culturais advindas, sejam dos povos originários, sejam da diáspora africana e que tais saberes não podem ser concebidos apenas no plano do sincretismo, da mistura, que resulta em um todo, mas são únicos e devem ser analisados em suas particularidades.

Dito isso, o preconceito e a intolerância religiosa levam seus praticantes a negarem suas potências ancestrais, e isso é um fato incabível e inaceitável. Por estas e outras razões, busquei, por meio desse movimento de escrevivência, estender laços e buscar compreender quais eram as práticas religiosas de meus ancestrais e como posso percebê-las em algumas religiões, não como um movimento de determinar qual seja, mas de elaborar reflexões a partir das narrativas.

Ao fazer isso, assim como Conceição Evaristo, estou fazendo o movimento de acordar a casa-grande dos seus sonhos injustos (Evaristo, 2020), uma vez que me proponho a declarar o que antes permanecia esquecido e silenciado como forma de resistência e luta.

Ao pesquisar algumas das experiências realizadas por eles e relatadas anteriormente, não nos foi possível rastear, de forma mais concisa, à qual, ou às quais religiões pertenciam. Este fato diz muito sobre o processo de apagamento de religiões de matrizes africanas e indígenas em nossa sociedade, principalmente no seio familiar de uma família denominada cristã, fruto do racismo religioso e epistêmico (Silva, 2019).

Entre alguns relatos, a resposta obtida quando perguntado se sabia qual era a religião praticada por minha avó, a resposta foi a mesma: "*eles diziam que eram católicos, a religião era a católica".* A ênfase dada ao Cristianismo faz parte do processo de colonialismo que domina as famílias brasileiras e levam ao processo de violência simbólica e apagamento das nossas raízes ancestrais.

Algumas características apresentadas na narrativa levaram-me às religiões de práticas umbandistas e, também, da jurema sagrada, religião bastante presente no Nordeste brasileiro.

Sobre a umbanda, Franco (2021) diz que ela "surge como uma religião tipicamente brasileira, nascida num momento em que o Brasil passava por um momento de industrialização e urbanização" (Franco, 2021, p. 34).

> Herdamos das culturas indígena e africana a forte ligação com a natureza, o uso das ervas, cachimbos (maracás para os indígenas), os rituais de cura, as danças, os cânticos sagrados, as vestimentas, o transe, a crença na vida após a morte e a comunicação com os mortos, as crenças nos ancestrais, a diversidade de deuses (indígenas) ou orixás (africanos), os preceitos ofertados aos ancestrais (oferendas), a magia. Da cultura branca europeia, herdamos alguns elementos da concepção cristã católica, como a ligação com os santos que no sincretismo são relacionados com os orixás, as rezas, as imagens, maniqueísmo (bem e mal), dentre outros. E ainda uma influência do Kardecismo: ligação com os mortos, crença na reencarnação, rituais de cura (Ribeiro, 2013, p. 98).

Compreendemos, assim como Goldman (2021), que é um erro tentar reduzir as práticas religiosas de meus avós ao nível cognitivo, ou seja, denominar ou classificar à qual religião eles pertenciam. Por meio apenas de relatos, pode-se gerar mais do que equívocos epistemológicos, ou seja, a limitação dessas "sofisticadas elaborações de mundo alternativas" (Goldman, 2021, p. 12).

Sobre a Jurema Sagrada, é importante o que diz Silva (2019):

> A Jurema Sagrada é uma religião que possui forte vínculo com a natureza, para os/as juremeiros/as a Mãe Natureza é considerada sagrada, é fonte de cura, é morada das Entidades, o que pode ser explicado por sua vinculação às cosmologias indígenas do Nordeste brasileiro (Silva, 2019, p. 273).

Pensando nisso, minha proposta é estabelecer conexões, a partir das práticas religiosas de minha avó, com as religiões de matrizes africanas e indígenas, entre elas, a umbanda e a jurema sagrada, por suas semelhanças com as experiências descritas, bem como por sua forte presença no sertão nordestino.

Algumas das características marcantes da umbanda e da jurema sagrada subjazem nos rituais religiosos de meus ancestrais. Por exemplo, retomo alguns dos elementos já citados, como a presença constante de ervas e garrafadas na preparação dos ritos, destinadas a doentes e na promoção da cura. Silva (2019) ressalta a importância da flora medicinal nos ritos da jurema, especialmente no que se refere à produção das garrafadas "para fins específicos de cura física ou espiritual, e para mediar o contato com o mundo espiritual" (2019, p. 274).

Garrafas que também podem ser consideradas como uma estratégia que evidenciava as ligações com seu passado, "reinventando-se para não sucumbirem à hegemonia médico-centrada e à dilapidação de sua imagem pelo cristianismo" (Câmara; Fiuza Fialho, 2021, p. 02).

Outro elemento que se assemelha a práticas umbandistas é a incorporação de entidades. Segundo os relatos, minha avó recebia uma entidade denominada *Tapuia*, uma entidade encantada que era criança e, quando incorporada, pedia bombom aos presentes. Segundo Godim (2016), Tapuia é considerada uma entidade encantada da umbanda.

Outra entidade que aparecia com constância nos momentos era um caboclo chamado *Fura barreira*. Outra figura importante na descrição dos rituais era o do guerreiro São Sebastião.

Estes momentos aconteciam no terreiro de sua casa, às portas fechadas, e, segundo relatou minha mãe, eles abriam a mesa com uma oração ao santo guerreiro militar.

> Os caboclos de São Sebastião são considerados como espíritos indígenas ou representantes das culturas indígenas e caboclas brasileiras, e são muitas vezes vistos como guias espirituais que oferecem orientação, cura e proteção aos praticantes da Umbanda. Eles são conhecidos por seu profundo conhecimento das ervas, da natureza e das técnicas de cura tradicionais (Artese, 2024, s. p).

O ofício de rezadeira é outra imagem presente em meu imaginário ao lembrar de minha avó. Os gestos com as mãos, que mais se assemelhavam a uma dança no ar, eram guardados de mistério e devoção, quando estava realizando uma cura, ou desfazendo um *quebrante*. O movimento com a folha de pião que era retirada de um pé em frente à sua casa, a criança no colo de sua mãe, e a reza baixinha que só ela sabia e recitava são lembranças singelas e que guardam o valor de uma vida dedicada à cura.

A mulher, uma agente de cura (Câmara, 2020), era um importante símbolo na comunidade,

e sua reza era considerada uma das mais fortes, pois sempre tinha alguém em sua casa atrás de seus serviços, feitos sempre gratuitamente e com bastante zelo. Porém, tais práticas, hoje, tornam-se cada vez mais raras dentro de nossa sociedade.

> Esse tipo de mundo mágico é negado por uma forma de enxergar a realidade, por uma forma de enxergar a realidade, por exemplo, pelos instrumentos de laboratório, que classificam plantas como um aglomerado celular e negam sua capacidade de ser entidade, de ser linguagem e sua forma peculiar de cuidar do mundo, o que a perspectiva indígena desafia (...) É inegável, há um mundo que não podemos mais suportar e outro ao qual precisamos nos conectar para não deixarmos de existir (Rodrigues; Lima, 2022, p. 152).

Portanto, a junção de tais elementos, com os termos, os nomes dos encantados[3], as situações e as experiências relatadas me levam a estabelecer uma profunda relação entre meus avós e as religiões de matrizes africanas e indígenas, como é o caso da umbanda e da jurema sagrada, ressaltando, porém, que não há elemento comprovador de que foram estas religiões, podendo ser outras, uma vez que nosso país é plural e rico em diversidades étnicas e religiosas.

O que mais me chamou a atenção foi que, ao longo da minha vida, em nenhum momento, me foi apresentado, ou falado de forma explícita sobre meus avós e o que eles representavam. Percebo como a força hegemônica age de maneira contundente dentro da sociedade e atravessa a família, negando nossa ancestralidade.

Krenak (2022) nos explica:

> Estamos vivendo num mundo onde somos obrigados a mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de recriar mundos possíveis. Acontece que, nas narrativas de mundo onde só o humano age, essa centralidade silencia todas as outras presenças. Querem silenciar inclusive os encantados (...) (Krenak, 2022, p. 37).

O silenciamento de nossa ancestralidade é real, é uma concretude. Quantos de nós passamos a vida inteira sem compreender, ou mesmo sem saber sobre nossas origens, nossa ancestralidade? Narrativas como essa, de resgate da história, são fundamentais na elaboração de um projeto verdadeiro de identidade.

Somos frutos deste entrelaçamento de pessoas, religiões, origens e saberes plurais. É preciso, pois, que resgatemos a ancestralidade diversa e que possamos cada vez mais nos aproximar e construir uma identidade para além de uma hegemonia cultural imposta.

O mundo dos encantes, das curas e rezadeira em minha família se findou na figura de minha avó, mas, mais do que isso, esse mundo, por muito tempo, foi encoberto e esquecido. Ainda hoje, na família, percebo a dificuldade em falar das práticas de minha avó, pois ainda parece um assunto tabu e que deve permanecer em silêncio.

No entanto, hoje, realizo este trabalho na perspectiva não só de homenagear meus entes e lembrá-los, mas de dar vozes a eles, os reconhecendo como sujeitos plurais que eram.

Considerações finais

Este trabalho é fruto de uma escrevivência minha. Como Evaristo (2020) explica, a "Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera" (Evaristo, 2020, p. 35).

Muitas interrogações, ao longo dos anos, foram surgindo. As principais sempre em torno de minha ancestralidade, que, por tanto tempo, foi apagada da memória e que ainda hoje é assunto tido com tabu dentro de minha família.

Existe um provérbio africano amplamente conhecido que diz: *"Quando não souberes para onde ir, olha para trás e saiba pelo menos de onde vens"*. Eu não sabia de onde vinha, e é isso que nossa sociedade faz: apaga e silencia nossas heranças africanas e indígenas e tornam cada vez mais difícil reconhecer esse lugar, se reconectar com ele.

Na tentativa de compreender minha história, o lugar de onde venho e como essa ligação contribui para a formação da identidade, me deparei com um mundo não tão novo, mas que me era escondido. Narrar, mesmo que de forma singela, o percurso de

vida de minha avó me levou a um lugar de reencontro com meu eu.

Ao longo das seções, tentei entrever elementos das práticas religiosas realizadas por meus antepassados e como elas impactavam a comunidade. Reconhecer minha avó como uma mulher que conviveu diariamente com as entidades e encantados, que tinha como ofício ser rezadeira com dom da cura e que suas práticas se revelaram como parte de uma religião subjugada, como a umbanda ou jurema, é uma forma homenagear e, ao mesmo tempo, resistir.

Resistir ao apagamento cultural e silenciamento de religiões de matrizes afro-brasileiras, resistir a uma cultura hegemônica eurocêntrica que marginaliza e subjuga os saberes de nossos ancestrais, compreender que nossa ancestralidade é um saber vivo, uma força criativa (Ribeiro, 2020).

Portanto, reivindicar nossa ancestralidade é reivindicar nossos saberes, nossas crenças, e nosso lugar no mundo. Por isso que se faz necessária a ampliação de estudos sobre as culturas afroindígenas, religiosidade e os saberes como fonte potente de reconexão e pertencimento.

Notas

1 Muitos são os personagens interessantes e importantes para o enredo do livro de Itamar Vieira Júnior, no entanto, alguns se destacam em nosso texto justamente pela similaridade com minha avó.

2 Para melhor entendimento do termo, ver Márcio Goldman (2021).

3 Segundo Gondim (2016), o termo *encantado* é comumente utilizado entre as populações indígenas para se referirem a entidades espirituais. "São entidades que permeiam as ontologias de vários grupos, muitos deles, ameríndios, sobretudo na região Nordeste do Brasil, embora os registros sobre o termo sejam encontrados em todas as regiões do país (2016, p. 10).

Referências

ARTESE, Leo. São Sebastião – O Curador Guerreiro. **Xamanismo**. 16 jan. 2024. Disponível em: https://www.xamanismo.com.br/sao-sebastiao-o-curador-guerreiro/. Acesso em: 13 jun. 2024.

CÂMARA, Yls Rabelo. A cura por meio da benzeção feminina: um estudo de caso com uma rezadeira de Fortaleza. **Revista do GELNE**, v. 22, n. 2, p. 189-201, jul., 2020.

CÂMARA, Yls Rabelo; FIUZA FIALHO, Lia Machado. O papel sanitário das rezadeiras brasileiras outrora e agora: ressignificações e continuidades. **Eccos - Revista Científica**, n. 59, p. 1-19, 2021.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Imagens do Tempo nos Meandros da Memória: Por uma Etnografia da Duração. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2000.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FRANCO, Gilciana Paulo. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. **Sacrilegens**, v. 18, n. 1, p. 30–46, 2021.

GOLDMAN, Marcio. "Nada é igual". Variações sobre a relação afroindígena". **Mana**. Estudos de antropologia social, v. 27, n. 2, p. 1-39, 2021.

GONDIM, Juliana Monteiro. **Seguindo trilhas encantadas**: humanos, encantados e as formas de habitar a Almofaia dos Tremembé. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

LOURES, Marisa. Graça Graúna: "Ao escrever, dou conta da ancestralidade, do caminho de volta, do meu lugar no mundo". **Tribuna de Minas,** 06 ago. 2019. Disponível em: https://tribunademinas.com.br/colunas/sala-de-leitura/06-08-2019/graca-grauna-ao-escrever-dou-conta-da-ancestralidade-do-caminho-de-volta-do-meu-lugar-no-mundo.html. Acesso em: 21 nov. 2025.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MUNDURUKU, D. **Crônicas indígenas para rir e refletir na escola.** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

NASCIMENTO, José Ítalo dos Santos. "Pega a dente de cachorro": mulheres indígenas no Ceará colonial, início do século XVIII. **Em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco–Acre, v. 6, n.2, p. 120-130, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Eduardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Fernanda Lemos. **Umbanda e teologia da felicidade**. São Paulo: Arché, 2013.

RIBEIRO, Katiúscia. O futuro é ancestral. LeMond – Diplomatique. **Caderno Oralituras**. 19 nov. 2020, Brasil. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-futuro-e-ancestral/. Acesso em: 27 jun. 2024.

RODRIGUES, Leandro Soares; LIMA, Ronaldo de Queiroz. Toré na terra Anacé: vivência ancestral e encontros espirituais. *In*: KRENAK, Ailton; PIÚBA, Fabiano (Orgs.). **Desnaturada**: cultura e natureza. Fortaleza: SECULT/CE, 2022.

SILVA, Deyvson Barreto Simões da. A Jurema Sagrada: religião ancestral indígena do Nordeste do Brasil no enfrentamento ao Racismo Religioso e Epistêmico. **XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, Lima, 2019.

SILVA, Viviane Pereira da. Pesquisa em conexão: uma perspectiva em construção. *In*: SANTOS, Abrahão de Oliveira (Orgs). **Saberes plurais e epistemologias aterradas**: caminhos de pesquisa na psicologia e ciências humanas. Niterói: Eduff, 2020.

Takariju, Felipe Coelho Iaru Yê. **Alienindi**: Os portais dos mundos. Ponta Grossa: UEPG-PROEX, 2021.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

"Aqui em casa todo mundo tem terra, se quiserem podem plantar": reprodução social de trabalhadores rurais pós-trabalho assalariado na dendeicultura

"Here at home everyone has land, if they want they can plant": social reproduction of rural workers after wage labor in oil palm cultivation

Laiane Bezerra Ribeiro*
Dalva Maria da Mota**
Éberton da Costa Moreira***

Palavras-chave:
Dendê
Trabalho rural
Nordeste Paraense

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar evidências recentes de reprodução social de trabalhadores rurais no pós-trabalho assalariado na dendeicultura na vila rural de Belenzinho, Acará (PA), no Nordeste Paraense. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso na vila rural de Belenzinho no município do Acará, no nordeste paraense no período entre 2021 e 2023. Privilegiamos a observação direta, o registro de conversas informais e entrevistas por meio de questionários semiestruturados com 18 trabalhadores que vivenciavam o pós-trabalho assalariado na dendeicultura. As principais conclusões mostram que esses trabalhadores rurais, ao se desligarem do assalariamento, têm sua reprodução social vinculada à agricultura por meio da produção de culturas alimentares e comerciais ligadas, respectivamente, à tradição e às recentes exigências de mercados globais: mandioca, açaí e dendê. Relações de trabalho entrelaçam-se com o trabalho familiar em terras próprias e arrendadas para garantir alimento, renda e permanência nos lugares de origem.

Keywords:
Palm oil
Rural work
Northeast Pará

Abstract: The objective of this article is to analyze recent evidence of social reproduction of rural workers after their salaried work in oil palm farming in the rural village of Belenzinho, Acará (PA), in northeastern Pará. The research was carried out through a case study in the rural village of Belenzinho in the municipality of Acará, in northeastern Pará, between 2021 and 2023. We prioritized direct observation, the recording of informal conversations, and interviews through semi-structured questionnaires with 18 workers who experienced post-salaried work in oil palm farming. The main conclusions show that these rural workers, upon leaving their salaried employment, have their social reproduction linked to agriculture through the production of food and commercial crops linked, respectively, to tradition and to the recent demands of global markets: cassava, açaí, and oil palm. Labor relations are intertwined with family work on their own and rented lands to guarantee food, income, and permanence in their places of origin.

Recebido em 14 de abril de 2025. Aprovado em 14 de outubro de 2025.

Introdução

O tema deste artigo é a reprodução social de trabalhadores rurais que vivem a situação de pós-trabalho assalariado na dendeicultura numa comunidade da Amazônia Paraense. Historicamente associada à conservação e à coexistência do extrativismo com a agricultura, a região é alvo da expansão de grandes projetos, entre os quais a produção de dendê (*Elaeis guineensis*), *commodity*

* Doutora em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora adjunta da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), campus Rurópolis. E-mail: laiane.ribeiro@ufopa.edu.br.
** Pós-doutorado na University of London, Inglaterra. Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária da Amazônia Oriental (Embrapa Amazônia Oriental). Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: dalva.mota@embrapa.br.
*** Sociólogo, doutorando em Sociologia (PPGS-Universidade Federal de São Carlos) e mestre em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável (PPGAA-UFPA). E-mail: costaeberton12@gmail.com.

utilizada para alimentos, aplicações industriais (indústrias de cosméticos e materiais de limpeza) e biocombustíveis no mundo global (Oliveira Neto, 2022; Ritchie, 2021). Não é novidade que a Amazônia tem sido, ao longo de décadas, alvo de interesses nacionais e internacionais para a produção de *commodities* que contribuem diretamente para a devastação da floresta (Silva, 2011).

Edna Ramos de Castro e Carlos Potiara Castro (2022) avalia que existem conexões entre os territórios devastados, o mercado global e a dominância dos movimentos de brasileiros voltados para a exportação de *commodities* de carne, de grãos e de minérios com o objetivo de ocupar terras públicas e de comunidades locais. A autora destaca que a tendência principal permanece sendo a conversão da floresta em pastagens, em campos de agricultura intensiva e em áreas degradadas. Mais recentemente, as pastagens e áreas de sistemas agroflorestais foram substituídas pela monocultura de dendê, soja, milho, pínus e eucalipto, ou por outras espécies madeireiras selecionadas para usos específicos, como produzir papel de celulose e atender à demanda do mercado global.

A produção de dendê no Nordeste Paraense intensifica-se a partir de 2004 em decorrência de incentivos do governo federal[1]. Nessa expansão, o estado do Pará torna-se o maior produtor de dendê do Brasil e faz parte de uma divisão internacional do trabalho, na qual a Ásia, a África e a América Latina produzem e exportam o "óleo de palma" principalmente para a Índia, a China e a União Europeia (Mota, 2022). Não obstante, há controvérsias quanto aos efeitos da expansão da palma na região. Por um lado, há estudos que indicam a dendeicultura como uma possibilidade de reflorestamento e de desenvolvimento socioeconômico sustentável (Becker, 2010; Ferreira; Azevedo-Ramos, 2020; Silva Junior, 2020; Villela, 2014); por outro, pesquisas relacionam negativamente a monocultura a problemas socioambientais, como conflitos de degradação ambiental (Damiani *et al.*, 2020; Silva, 2020), concentração fundiária (Moreira; Schmitz, 2025; Silva; Magalhães; Farias, 2016), transformações em atividades econômicas tradicionais (Sampaio, 2014; Silva, 2016) e rupturas contratuais (Guimarães *et al.*, 2025).

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a dendeicultura é uma das atividades que mais geram empregos na área rural do Pará (Caged, 2023). No entanto, é uma das ocupações com menores saldos positivos de emprego/ano. Portanto, apesar de admitir, também desliga muitos, concorrendo para uma alta rotatividade entre os trabalhadores. Mota (2022) salienta que um membro da Federação dos Trabalhadores Empregados e Empregadas Rurais do Estado do Pará (Feterpa), em informação oral, afirmou que persistem cerca de 20.000 empregos formais, com carteira assinada.

Esses trabalhadores rurais são predominantemente do Pará e das áreas rurais dos municípios onde a dendeicultura está instalada (Carvalho; Nahum, 2019; Mota; Balsadi; Mourão Júnior, 2019). Por isso, residem próximo ao seu local de trabalho diferentemente dos trabalhadores que migram para trabalhar na dendeicultura em outros países, como a Malásia e a Indonésia (Budidarsono; Susanti; Zoomers, 2013; El Pebrian; Yahya; Siang, 2014; Puder, 2021).

A condição de residir perto do trabalho nos monocultivos dota as estratégias de reprodução social dos trabalhadores de particularidades, especialmente no pós-trabalho assalariado, quando retomam atividades nos estabelecimentos familiares em terras próprias ou de terceiros (Ribeiro; Mota, 2024). Considerando-se que as estratégias de reprodução social da agricultura familiar estão relacionadas às atividades cotidianas para a garantia dos recursos necessários à manutenção do estabelecimento familiar e de seus membros, este artigo tem como objetivo analisar evidências recentes de reprodução social de trabalhadores rurais no pós-trabalho assalariado na dendeicultura na vila rural de Belenzinho, Acará (PA), no Nordeste Paraense.

Para analisar o fenômeno da reprodução social, recorremos aos estudos de Bourdieu (2007, 2020) para quem a reprodução social diz respeito a um conjunto de estratégias que visam perpetuar ou melhorar a posição social das famílias. Em adição, recorremos ao estudo de Almeida (1986), que afirma: na agricultura familiar, a reprodução social pode ser relacionada às atividades cotidianas de curta duração para produção e consumo e, também, à

sucessão no estabelecimento, por meio de casamento, morte ou herança. Logo, a reprodução social garante a continuidade do estabelecimento pela transmissão do patrimônio aos descendentes.

Neste artigo, analisaremos a reprodução social de curto e longo prazo, focando, especialmente, as atividades agrícolas de trabalhadores que encerram um vínculo assalariado na dendeicultura e combinam trabalho, recursos naturais e conhecimento para atender ao consumo familiar e à venda do excedente. Por pós-trabalho assalariado na dendeicultura, entendemos o momento a partir do qual os trabalhadores que têm a relação trabalhista rompida, por opção ou não, passam a desenvolver outras atividades. Para Novaes (2009) e Froes (2017), que estudaram os trabalhadores rurais da cana-de-açúcar e do café e do eucalipto, respectivamente, esse período de desemprego rural é uma fase de descanso, essencial para recompor as energias para outra jornada extensiva de trabalho. Mas também é um momento dedicado à realização de atividades agrícolas nos próprios estabelecimentos. Na análise de Reis (2018), o pós-trabalho é relacionado às doenças adquiridas pelo esforço no trabalho que levam ao fim das relações de trabalho, o que representa para esses trabalhadores um descarte e um tempo de procura por seus direitos.

O artigo está estruturado em cinco seções: a primeira é esta introdução; na segunda seção, é exposta a metodologia de pesquisa; a terceira contém um referencial teórico sobre reprodução social; a quarta traz a pesquisa sobre reprodução social de ciclo curto e longo em Belenzinho; na quinta e última, apresentam-se as principais conclusões do artigo.

Metodologia

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso na vila rural de Belenzinho no município do Acará, Nordeste Paraense, no período de 2021 a 2023. Segundo Becker (1994), o estudo de caso é uma análise profunda de um caso: parte-se da exploração intensa de um único caso com o intuito de compreender de uma forma abrangente todo o grupo estudado.

O município do Acará destaca-se na produção de açaí, dendê e mandioca – no Brasil, é o maior produtor de mandioca (*Manihot esculenta*) (IBGE, 2024), item essencial na mesa do paraense e do nortista. Em tempos passados, o município também se destacou pela extração de madeira de lei, pelo cultivo de cana-de-açúcar, cacau e algodão, num esquema de agricultura comercial que girava em torno do trabalho de pequenas e médias unidades e de dezenas de sítios dos quais dependiam os engenhos e engenhocas de cana-de-açúcar (Acevedo Marin, 2000).

A vila de Belenzinho está localizada na região conhecida como Baixo Acará, mais precisamente na região do Araxiteua. O acesso principal à vila é feito por meio da rodovia PA-483, também conhecida como Alça Viária (complexo viário de pontes e estradas que interligam a região metropolitana de Belém ao Sul, Sudeste e Oeste do Pará).

No decorrer da pesquisa de campo, visitamos moradores e trabalhadores rurais que viviam o pós-trabalho assalariado na dendeicultura. Privilegiamos a observação direta e o registro de conversas informais. Entrevistamos 18 trabalhadores que vivenciavam o pós-trabalho assalariado na dendeicultura, além de fazer observação direta por meio de um olhar e de um ouvir disciplinados (Oliveira, 1996).

Os principais conteúdos de pesquisa foram relacionados à reprodução social dos trabalhadores rurais que estavam no pós-trabalho assalariado na dendeicultura. Por isso, enfatizamos a coleta de dados referente ao cotidiano de trabalho na agricultura e às relações de trabalho. Nesse contexto, a escrita considerou o debate sobre reprodução social e trabalho rural, com base em autores como Almeida (1986), Bourdieu (2007, 2020), Paulilo (1987), Santos Júnior (2018, 2020), entre outros.

Os dados das entrevistas foram analisados horizontal e verticalmente, interpretando a fala de cada entrevistado na sua totalidade. Posteriormente, foram comparados de acordo com cada tema (Michelat, 1987). Os demais foram analisados de modo complementar para apreender padrões que se estabeleciam.

A reprodução social

A reprodução social tem sido objeto de amplo debate e é definida de distintas formas, com objetivos diferenciados. Para Bourdieu (2007), a reprodução social diz respeito a um conjunto de estratégias que visam perpetuar ou melhorar a posição social, levando a transformações que afetam tanto a situação de classe quanto a estrutura patrimonial da família ou do indivíduo. O autor destaca que existe um "sistema de estratégias de reprodução social", no qual funcionam distintas estratégias de forma interdependente, constituindo complexas interações sociais que se combinam para a manutenção do grupo. "As estratégias de reprodução têm, por princípio, não uma intenção consciente e racional, mas as disposições do *habitus*, que tende espontaneamente a reproduzir as condições de sua própria produção" (Bourdieu, 2020, p. 26).

No que se refere à agricultura familiar, a partir da leitura de Almeida (1986), compreende-se que a reprodução social pode ser analisada por meio do ciclo anual ou cotidiano e do ciclo longo. No primeiro, o autor evidencia como se reproduz a unidade familiar, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo. Segundo o autor, a reprodução cotidiana engloba elementos relacionados ao trabalho e ao consumo. A reprodução social de ciclo longo refere-se à persistência das famílias por meio do nascimento, do casamento, da morte e da herança, aspectos centrais na transmissão do patrimônio entre os descendentes (Almeida, 1986).

Brumer e Anjos (2008), analisando a reprodução social, dão ênfase aos processos sucessórios (ciclo longo) e seus diferentes aspectos, como as formas ou estratégias de sucessão entre gerações na agricultura e suas mudanças, as articulações dessas estratégias de sucessão com outras estratégias familiares de reprodução, ou seja, com outras formas de atividade social dos filhos e das filhas com origem na agricultura familiar. As autoras também mostram como essas estratégias de reprodução social pressupõem diferenças entre os sexos.

Na Amazônia, a reprodução social dos agricultores familiares está interligada ao uso dos diferentes ecossistemas da região. Em clássico estudo sobre comunidades rurais amazônicas, Charles Wagley (1988) já destacava a diversidade nas dinâmicas produtivas. Segundo o autor, o agricultor provê a sua reprodução social por meio de uma agricultura, que ele denomina primitiva, da caça, da pesca e da extração de produtos da floresta, como o látex. Na agricultura, o autor ressalta o cultivo da mandioca como principal alimento para os povos da Amazônia. No entanto, poucas pessoas viviam exclusivamente da lavoura de mandioca, a caça, a pesca e a extração de produtos da floresta eram essenciais para o próprio consumo e para a venda, garantindo a reprodução social.

Pereira e Witkoski (2012) observam que a reprodução social na Amazônia também está relacionada à dinâmicas das marés: enchente, cheia, vazante e seca regulam o ritmo de vida das comunidades. A fauna aquática desempenha importante papel na reprodução ecológica de várzea e nas demais reproduções, na dispersão de sementes, na base da dieta alimentar da população, na fonte de renda, na organização comunitária e sindical em torno da pesca ou também como símbolo do imaginário popular. No inverno, as atividades nas várzeas amazônicas predominam de modo "anfíbio", parte terrestre e parte fluvial. No verão, em um ambiente mais terrestre, os camponeses desenvolvem outras estratégias produtivas, voltadas para o cultivo e o manejo de espécies vegetais que não toleram solos alagados (Pereira; Witkoski, 2012).

Recentemente, entretanto, transformações climáticas têm imposto regime de seca extrema, agravando a vulnerabilidade na reprodução social da agricultura familiar na Amazônia. Em estudos sobre as mudanças do clima, Evangelista-Vale *et al*. (2021) observam que, ao longo das últimas décadas, a duração da estação seca e sua intensidade aumentaram, enquanto a precipitação tornou-se mais intensa durante a estação chuvosa na Amazônia. Consequentemente, uma das plantações mais típicas da Amazônia, o açaí (*Euterpe oleracea*), já está sendo afetada. A dependência de um alto volume hídrico, no período certo, para seu desenvolvimento faz com o que o açaí seja totalmente influenciado pela variação climática, o

que compromete a reprodução social de diversas famílias de camponeses amazônicos e favorece a ação de médios e grandes produtores no processo de "açaização" ou monocultivo do açaí em terra firme (Escada; Amaral; Fernandes, 2023).

De forma geral, os estudos sobre reprodução social preocupam-se com as formas pelas quais se dá a continuidade de estruturas, práticas e instituições sociais. Medeiros *et al.* (2022), por exemplo, entendem por reprodução social a continuidade da produção de bens para o consumo ao longo do tempo, que varia historicamente, com base, por um lado, na articulação entre tecnologia, matéria-prima e trabalho e, por outro, nas formas sociais de produção, incluindo a organização social, ou seja, a relação do homem com a natureza e a relação dos homens entre si.

A agricultura familiar, embora preserve seus princípios relativos à manutenção do grupo doméstico, está sujeita ao sistema dominante (Pais, 2008). Logo, transformações externas à unidade de produção poderão afetar as estratégias de reprodução social, como, por exemplo, o recurso ao trabalho assalariado na dendeicultura no caso em que estamos analisando. A expansão capitalista sobre áreas rurais tem afetado a reprodução social de grupos camponeses, levando-os a adotar novas estratégias (Chambati; Mazwi; Mberi, 2018; Fletes Ocón; Hernández Méndez, 2023; Ojeda, 2022) que dependem da disponibilidade de recursos e das oportunidades das quais a família dispõe, isto é, dos capitais (Bourdieu, 2020).

No contexto da dendeicultura no Nordeste Paraense, estudos demonstram mudanças para aqueles que aderiram à agricultura por contrato (Vieira, 2015), para quem rompeu com as agroindústrias (Guimarães *et al.*, 2025) e ainda para aqueles que venderam os estabelecimentos (Moreira, 2022). O estudo de Vieira (2015) comprova a complexidade e a assimetria das relações entre agricultores integrados e agroindústrias, o que pode levar a alterações na organização dos estabelecimentos camponeses. Por sua vez, para Guimarães *et al.* (2025), a ruptura nos contratos com as agroindústrias representa uma estratégia de reprodução que conduz o grupo doméstico a novas realidades e estratégias de reprodução social, vinculadas ou não à agricultura. Por fim, segundo Moreira (2022), aqueles que venderam os estabelecimentos no contexto de expansão dos plantios da palma de óleo precisaram adaptar suas estratégias aos novos contextos após a venda.

Neste estudo, o foco é a reprodução social (Almeida, 1986) de trabalhadores no pós-trabalho assalariado na dendeicultura, destacando a sucessão e a continuidade nos trabalhos agrícolas, por meio de cultivos de roça, da intensificação do cultivo de frutíferas e do arrendamento de áreas de dendê, tudo realizado com o objetivo de garantir o aprovisionamento das famílias no ciclo anual, ou seja, como estratégias de reprodução de ciclo curto.

Estratégias de reprodução social em Belenzinho

Reprodução social de ciclo curto

Produção de frutíferas

Quando os trabalhadores deixam o assalariamento na dendeicultura, priorizam certas atividades, entre as quais o cultivo de frutíferas, em alguns casos incentivados por organizações sociais. 11% dos entrevistados (2) relataram que, após o assalariamento na dendeicultura, passaram a fazer parte de uma associação de trabalhadores rurais com sede em uma vila rural próxima, Bom Jesus. Dessa associação, participam cerca de 100 sócios de várias vilas rurais da região do Araxiteua. O projeto é resultado de uma parceria entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e a prefeitura do Acará que tem por finalidade a criação de uma associação, o treinamento dos sócios sobre os tratos culturais de frutíferas e a construção de um viveiro de mudas frutíferas de açaí, cacau e cupuaçu. Após o período adequado de crescimento, as mudas serão distribuídas entre os sócios com o objetivo de diversificar o cultivo agrícola, aumentar a renda e servir de projeto-piloto aos demais agricultores da região que têm como base agrícola a mandioca.

> Olha, estamos com uma associação ali no Bom Jesus, temos um viveiro lá, nesse temos que fazer 25 mil mudas de açaí, 25 mil de cacau, que já temos. Essas mudas vão ser dividida entre os sócios

> lá, vai vir um trator para aradar nossa terra e fazer o plantio (R. P. S, 39 anos).

> A gente foi convidado, era 10 pessoas de cada comunidade, aí estavam perguntando quem queria. Tem muita gente que diz que não vai pra lá e põe logo o pé atrás, mas muita das vezes o cara não tem a experiência e tem que ver como é né (D. P., 42 anos).

Participar de associações não estava no horizonte dos trabalhadores enquanto assalariados da dendeicultura, pois não tinham tempo nem disposição para participar de outras atividades de trabalho e sociais que não estivessem ligadas à dendeicultura. A atividade social é vista como uma maneira de contribuir com a reprodução social familiar e comunitária: a primeira por meio do aumento da renda familiar e a segunda para uma maior diversificação das atividades agrícolas dos demais trabalhadores rurais de Belenzinho.

A participação em associações nas quais é possível conseguir apoio para as atividades reprodutivas cotidianas configura-se numa estratégia de investimento econômico, uma vez que se investe na manutenção das relações sociais que podem ser mobilizadas no curto prazo (Bourdieu, 2020). Observa-se ainda que, por meio da participação em tais organizações, obtêm-se o conhecimento e os recursos para a adoção de novas práticas agrícolas, isto é, ampliam-se o capital e a base de recursos úteis à reprodução social do grupo.

Além dos novos cultivos incentivados por organizações sociais, 83% (15) dos trabalhadores entrevistados iniciaram cultivos como uma experiência em pequenas áreas, geralmente, nos quintais das casas e sem atender ao manejo do açaí, como espaçamento e adubação, entre outros tratos culturais.

> Minha área de açaí, eu comecei em 2016, tiro mais para o consumo que ele ainda está um pouco fraco. Se a gente tivesse um plantio mesmo bom, vem empresa para comprar aqui. Por enquanto tenho seis tarefas, só que ainda falta terminar de fechar o plantio. Hoje eu estou organizando em carreiras, não estou mais plantando aleatório porque fica ruim de cuidar, na linha é melhor porque é bom de trabalhar (J. M. C. B., 51 anos)

O açaí sempre esteve presente no cotidiano desses trabalhadores por meio dos açaizais nativos. Porém, era utilizado apenas para o consumo, como lembra um entrevistado: "Ninguém vendia açaí em Belém porque ninguém queria comprar, o açaí não era valorizado, não se pagava nem R$ 1,00 no litro do açaí" (B. M. S, 72 anos).

A partir de 2018, o cultivo de frutíferas, como o açaí, passa a se destacar entre as atividades agrícolas não somente nas plantações espontâneas, mas também nas áreas planejadas em terra firme e alagadas, conforme critérios de espaçamento e número de estipes por touceiras, entre outros tratos culturais passam a ser seguidos para se obter uma maior produtividade por área. Segundo Escada, Amaral e Fernandes (2023), com o aumento da demanda do mercado local e internacional, foram desenvolvidas variedades de palmeiras adaptadas à terra firme, o que expandiu a produção de açaí. Essa dinâmica e a valorização do açaí, bem como o estabelecimento de indústrias que compram e processam esse fruto localmente, têm levado à intensificação do manejo e à substituição de palmeiras e árvores pelo açaizeiro, contribuindo para uma menor biodiversidade. É o processo de monocultivo do açaí, também chamado "açaização" da paisagem.

Por estarem vinculadas aos mercados capitalistas, as unidades de produção podem adaptar-se para melhor integração aos mercados locais. A adoção de determinadas estratégias de reprodução depende do ambiente no qual as famílias estão inseridas, considerando-se o mercado. Para Schneider (2003), trata-se de interações que resultam em estratégias nas quais a família é fundamental. Em nosso caso, observamos que a adoção de cultivos de açaí está relacionada tanto a demandas do mercado quanto a problemas com a cultura da mandioca e ainda à importância do fruto na cultura alimentar das famílias.

Assim, os motivos que levam os trabalhadores rurais a optar por tais cultivos, após o assalariamento na dendeicultura, devem-se à maior procura e à valorização do açaí nos últimos anos, à menor penosidade comparada à cultura da mandioca e às áreas disponíveis e aptas para o cultivo. Essa última opção pode estar relacionada também às áreas que antes eram destinadas ao cultivo de mandioca. Por

reterem mais umidade ou serem mais propícias ao alagamento, causavam a podridão das raízes. Por isso, o cultivo de açaí tornou-se uma opção. "O comprador do açaí vem pegar na localidade, eu também posso fazer um ponto de açaí, minha família pode consumir, hoje tenho seis tarefas de açaí e pretendo aumentar" (A. R, 46 anos).

O discurso acima enfatiza a facilidade que existe em 2023 para a venda desse produto, não sendo necessário sair da vila para vender, pois a grande procura pelo fruto do açaí faz os negociantes irem até o lote do trabalhador rural e comprar diversas safras.

Além de fazer parte do cotidiano alimentar das famílias de Belenzinho, a cultura do açaí é requisitada regional e mundialmente, destacando-se uma corrida para a produção do fruto.

Arrendamento do dendezal

Passada mais de uma década da instalação da dendeicultura no Nordeste Paraense, novas dinâmicas têm sido observadas, como o aumento dos conflitos, rupturas contratuais entre agricultores e agroindústrias, a apropriação de áreas de plantios das empresas e arrendamentos de áreas de agricultores com contratos (Guimarães *et al.*, 2025; Moreira; Guimarães; Moraes, 2025). Os destinos dos trabalhadores rurais vivendo o pós-trabalho assalariado e as dinâmicas relacionadas a essa condição podem ser entendidos no conjunto das novas dinâmicas decorrentes da dendeicultura.

Em 2021, 55% (10) dos trabalhadores rurais que vivenciavam o pós-trabalho assalariado na dendeicultura da vila de Belenzinho resolveram unir-se a outros 17 trabalhadores rurais e assumiram uma área de dendê, considerada abandonada por uma empresa que atuava na região (Biopalma). Em 2020, essa área passara a fazer parte dos domínios da Brasil BioFuels (BBF)[2]. Esses trabalhadores rurais, que recentemente haviam saído de um emprego formal na dendeicultura, resolveram conjugar os conhecimentos adquiridos enquanto assalariados da dendeicultura e aplicá-los nessa área até então "esquecida" pela empresa proprietária.

Segundo os entrevistados, assumir essa área foi resultado da influência de outros trabalhadores rurais de uma vila rural próxima, chamada Bucaia. A vila do Bucaia passou por sérios problemas de conflitos agrários com a empresa proprietária da área de dendê nas proximidades da vila. No entanto, os trabalhadores rurais de Belenzinho, até 2021, ainda estavam realizando os tratos culturais no dendezal e colhendo os cachos do fruto.

O depoimento de um trabalhador destaca o motivo de assumirem tal área de dendê:

> Nós decidimos cuidar porque a empresa (Biopalma) plantou e abandonou e todo ano se tocava fogo nessa fazenda e fazia muita fumaça e aí nós resolvemos, como é que se diz assim, proteger a área, porque cada queimada era um monte de dendê perdido. Aí nos reunimos na vila aqui e no Icuí, e passamos a limpar a área. Agora a empresa nos procurou para negociar nossa saída da área, mas o dendê tá gerando uma renda pra nós, estava ruim porque estávamos desempregados, a mandioca estava apodrecendo e era só do que a gente estava sobrevivendo e aí graças a Deus tá dando uma ajuda pra gente o dendê. É cerca de 1000 pé por família, mas tem muito pé queimado, a quadra é grande, mas queimou muito (A. R, 46 anos).

Um outro trabalhador rural salienta:

> Quando era da Biopalma, estava abandonado. Acredito que quando era Biopalma ela não ia se interessar muito como não se interessou, porque para eles não era negócio, a Vale era do seguimento do minério e não sei nem por que se envolveu. Aí é isso, a gente fica triste se acabar, se isso acontecer lá na frente e o que a gente espera da empresa é que eles venham aqui com a gente da comunidade ter um diálogo, pois vai ser uma parceria que vai ser bom para eles e pra gente (F. C. M. L, 36 anos).

Os entrevistados não souberam ao certo informar o tamanho da área que cada família assumiu, geralmente, como citado acima, a média é de 1000 pés por família, dos quais retiram de 700 a 1200 cachos por mês. Para o corte e o carreamento dos cachos e a limpeza das áreas, recorrem ao pagamento de diárias aos moradores da própria vila de Belenzinho. Dos 18 entrevistados, 22% (4) afirmam que sempre que podem prestam diárias nas áreas de dendê para limpeza e coleta dos cachos. Eles explicam rapidamente sua trajetória na

dendeicultura e como iniciou o trabalho na área de dendê abandonado:

> Só trabalhei na empresa mesmo. Fui para a empresa, saí da empresa e voltei para a roça. As vezes faço umas diárias. Tenho um amigo que pegou uma área de dendê e ele sempre chama a gente para fazer uns serviços aqui, outro acolá (J. M. S, 26 anos).

> Pegaram porque a empresa abandonou, desde 2011, a empresa só plantou e deixou aí e nunca veio cuidar deles, aí agora em 2020 o povo se reuniu daqui com o povo do Bucaia e pegaram. Eu só trabalho mesmo, não tenho área. Começaram em 2020. Até agora a empresa não entrou em acordo, disse que vinha, mas até agora nada (D. S, 50 anos).

Assumir essas áreas de dendê influiu diretamente não somente nos trabalhadores rurais envolvidos, mas também na reprodução social dos demais moradores da vila:

> Depois do dendê [arrendado], o movimento financeiro foi bem melhor, a gente conseguiu comprar alguns bens, coisa que antes a gente não tinha, hoje a gente consegue comprar, movimenta os comércios, movimenta a economia e a gente gera emprego direto e indireto, os outros pais se aproximam pra trabalhar no dendê e consegue tirar de lá o sustento da família. Inclusive o rapaz da padaria que se instalou aqui, ele está vendendo muito porque a cada 15 dias tem corte e isso gera lucro, quando ele faz o pagamento e isso gera para as pessoas que trabalham direto e indiretamente que são os diaristas pais de família. Há mais de dois anos que as pessoas deixaram de trabalhar na agricultura para ajudar a gente no dendê porque é um recurso, gera recurso financeiro, tem ajudado muita gente, e a gente fica até triste de falar, se um dia eles vierem assim e tirar como tira uma mamadeira de uma criança, não vai ser fácil. (F. C. M. L, 36 anos).

Segundo os entrevistados, esses dois cortes de dendê ao mês geram cerca de dois salários mínimos para cada trabalhador. A venda desses cachos, antes do arrendamento, não podia ser realizada diretamente com as empresas da região. Por isso, era repassada para um atravessador, chamado Gavião, um agricultor com contrato de integração[3] que vende o dendê como se fosse de sua área para a empresa com a qual tem o contrato firmado. "Eles vendem para a empresa XXXX, tem o atravessador que atravessa, o Gavião, ele tem a agricultura familiar e já mete o nosso dendê junto com o dele" (I. A. A. C, 37 anos).

Apesar de admitirem estar atuando em terras alheias, a iniciativa mostra uma certa resistência cotidiana, como explica Santos Júnior (2020), ao abandono dessas áreas se questionados pela empresa proprietária. Os entrevistados enfatizam que não entraram em conflito direto com a empresa, mas reconhecem que pretendem conseguir algo em troca, pois já investiram tempo e trabalho nessas áreas:

> A proposta que a gente colocou para empresa é a gente vender o fruto pra, pra BBF, por um preço mais baixo que o preço que eles pagam para os agricultores integrados. Só que eles levaram a proposta pra lá e até agora não falaram mais nada (A. R, 46 anos).

> Eu fiz uma proposta assim, de a gente ficar por mais um tempo pra pelo menos pagar o trabalho que a gente investiu lá, porque estava muito feio, foi na coragem mesmo, porque a gente estava vendo que era muito desperdício, ficou 10 anos abandonado, só fizeram plantar e nunca colheram, tivemos um trabalho muito grande. Tiramos muito cacho podre, palha e isso já servia de adubo. Estamos esperando outra reunião agora. A última faz uns três meses (A. R, 46 anos).

Quando retornamos à vila de Belenzinho em janeiro de 2023, essa prática dos trabalhadores tinha gerado efeitos. A empresa havia entrado em contato com os moradores que estavam trabalhando nos dendezais abandonados e sugerido o trabalho por meio do arrendamento. Assim, a produção de dendê passou a ser comercializada diretamente com a empresa detentora da área.

Os trabalhadores ficam responsáveis pela limpeza da área, poda, adubação, colheita, entre os demais tratos culturais, e vendem os cachos diretamente à BBF. A empresa, por sua vez, fornece o transporte dos cachos e os adubos necessários para a planta. Esses valores são descontados no valor pago pela colheita em cada parcela de agricultor. Essa atividade assemelha-se ao trabalho desenvolvido quando os trabalhadores eram assalariados na

dendeicultura. No entanto, destacam que agora podem trabalhar em horários flexíveis e podem permanecer mais tempo em família, o que suscita a sensação de trabalhar em algo "próprio".

Quando questionados sobre a penosidade do trabalho assalariado no dendê e no trabalho por conta própria no dendezal abandonado, eles afirmam:

> Mudou bastante, mudou cotidiano, rotina, foi alterado para melhor, né, questão que você vai pro dendê, trabalha até 12h e à tarde você está livre pro lazer, futebol, antes não, na roça e mandioca era diferente, pois você tem um extenso trabalho e não tem retorno e, quando você trabalha no dendê, você tem uma expectativa de poder ter uma alimentação boa, pagar uma conta e isso ameaçado pra gente é muito ruim (F. C. M. L, 36 anos).

Assim, o arrendamento das áreas de dendê pode aliar-se a diferentes arranjos instituídos pelos trabalhadores rurais que vivem o pós-trabalho assalariado na dendeicultura como formas de reprodução social. Evitam, assim, as incertezas que o desemprego ocasiona, conciliando seu saber com as oportunidades que ocorrem, como destaca Almeida (1986).

Trabalho na roça

O trabalho na agricultura é baseado na roça, especialmente de mandioca; recentemente, tem sido dada ênfase às culturas de ciclo longo, sobretudo ao cultivo de frutíferas. O trabalho na agricultura é realizado, preferencialmente, no período da manhã. Os 18 entrevistados relatam que a manhã é dedicada ao trabalho na terra, porque à tarde o sol "castiga mais". Executar os trabalhos agrícolas implica, portanto, um maior desconforto. Excepcionalmente, quando há uma necessidade, os entrevistados trabalham também pela parte da tarde. O trabalho no período da tarde é mais comum entre os que arrendaram lotes de dendê da BBF[4].

O trabalho inicia logo cedo, em torno das cinco da manhã. A mulher começa a fazer o café da manhã, quem vai trabalhar se levanta e vai despertando devagar. Logo após o desjejum, pai, mãe e às vezes os filhos saem para o dia de trabalho na agricultura. A partir das 10 horas da manhã, começa-se a ver os membros da família retornando do "centro", como costumam chamar os locais de roça[5].

> De manhã eu sempre saio para trabalhar seja no dendê ou na roça, umas 6h, até as vezes 11h ou 15h, conforme o trabalho. À tarde às vezes a gente não faz nada mesmo, a noite é em casa, igreja, de casa pra igreja (J. M. S, 26 anos).

A mulher de um dos entrevistados relatou sua dupla jornada de trabalho, pois, além do trabalho doméstico, atua também de maneira cotidiana nos trabalhos da roça:

> Eu prefiro trabalhar pela manhã, o sol está menos quente, faço o que tenho que fazer, capino minha roça de mandioca, limpo meus pés de açaí, e quando chego em casa preparo o almoço das crianças. À tarde não quero saber de serviço na roça, também é só chuva à tarde, aí prefiro ficar assistindo meus programas, lavar uma roupa, fazer o dever das crianças e por aí vai...

As mulheres dos entrevistados são responsáveis pelos serviços domésticos. No entanto, na maioria das vezes, estão com os maridos trabalhando no roçado, dividindo o tempo entre os trabalhos de casa e da roça. Apenas 29% (5) afirmaram que trabalhavam somente em casa; 71% (12) disseram que trabalham tanto em casa quanto na roça, dividindo o tempo em 50% para cada atividade.

O período da tarde, para as mulheres, é dedicado aos filhos (tarefas escolares remotas), ao descanso, ao lazer e aos afazeres domésticos. Em um único caso, a mulher assumiu por completo o trabalho na roça, pois o marido estava doente (doença adquirida enquanto trabalhava como assalariado no dendê), não podendo mais trabalhar na agricultura e no extrativismo. A mulher, nesse caso, assumiu as principais atividades na roça e na colheita do açaí.

Na maioria das vezes, porém, as mulheres assumem posições consideradas como uma "ajuda" ao trabalho "pesado" do marido:

> Pra roça às vezes eu vou, quando ele [o marido] está plantando, às vezes eu semeio, eu corto a maniva, quando ele vai fazer farinha, eu vou tirar a

> mandioca do pé, não é uma coisa muito boa, mas dá pra sobreviver porque a gente não tem outra coisa, ele não está mais empregado, não tem carteira assinada, a gente depende disso pra sobreviver (esposa de J. M. S, 26 anos).

Para Paulilo (1987), independentemente de regiões ou de culturas, existe uma distinção entre trabalho "leve" e "pesado": o primeiro é atribuição de mulheres e crianças, o segundo é para os homens. Segundo a autora, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são "leves" as atividades executadas por mão de obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho "pesado", menor para o "leve", mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro (Paulilo, 1987).

As crianças também participam das atividades da agricultura, limpando, por exemplo, as áreas de mandioca; os maiores ajudam fazendo farinha ou na colheita do açaí. Quando chegam da roça, enquanto o almoço não sai, a brincadeira das crianças começa, principalmente de bola pelos quintais das casas.

No que diz respeito à idade, não parece haver uma ordem cronológica que fixa uma determinada idade como indicador da aptidão ao trabalho. De fato, o que há é uma demarcação que associa a força física ao conhecimento das atividades requeridas na roça. Trata-se, portanto, de uma representação simbólica do momento tido como propício ao início das atividades laborais. Nesse modo de escalonar o tempo, ser "mais novo" ou "mais velho" significa ser considerado ou não apto ao trabalho (Santos Júnior, 2018).

No período da pesquisa, o açaí estava na safra e fazia parte do cotidiano alimentar das famílias dos trabalhadores rurais, estando presente no almoço, no jantar e, algumas vezes, também no lanche. O açaí era a principal fonte de alimento nesse período, o acompanhamento era peixe seco, mortadela, frango e outros, mas o açaí era sempre a principal fonte de alimento e o mais pedido pelas crianças, que às vezes nem esperavam o fruto ser batido para consumi-lo.

As famílias se reúnem para bater[6] o fruto do açaí a fim de retirar a polpa. Nessa etapa, os pais e os filhos mais velhos são os que têm a responsabilidade de subir nos pés de açaí[7] e realizar a coleta do cacho. As mulheres reúnem-se para bater o fruto: enquanto uma realiza o processo de branqueamento[8] e lavagem dos frutos, a outra bate o açaí em máquina apropriada. As crianças sempre estão por perto e comem o fruto, antes de ser batido, com farinha. Após esse processo, a polpa do açaí é repartida entre os familiares mais próximos, e uma boa quantidade é armazenada na geladeira e no freezer.

Observa-se, portanto, a marcada divisão por gênero na atribuição das atividades. O trabalho das mulheres e das meninas relaciona-se, predominantemente, com o espaço doméstico, o cuidado e o preparo de alimentos para a família. Brumer e Anjos (2008) chamaram a atenção para essa configuração das atividades na reprodução social da agricultura familiar. É importante destacar também que, para 50% das nossas entrevistadas, o trabalho doméstico é somado ao trabalho na roça. Logo, as mulheres acumulam o trabalho nas roças e o trabalho do cuidado com as famílias.

O município do Acará é o maior produtor de mandioca do Brasil. Dessa forma, a mandioca é um dos produtos de maior importância para diversos trabalhadores rurais do município. A sua produção é uma das atividades mais antigas em Belenzinho, atravessando os anos. Mesmo quando os trabalhadores rurais estavam assalariados na dendeicultura, em poucos casos, a mandioca deixou de estar presente entre as atividades agrícolas. As dificuldades para sua produção são inegáveis e relatadas por aqueles que com ela trabalham. No entanto, a atividade persiste, pois envolve, além da venda, hábitos alimentares tradicionais. O cultivo da mandioca ultrapassa a questão financeira, abrangendo o consumo da farinha e a produção de comidas típicas com a folha que dá origem à maniçoba e à extração do tucupi, base para diversas comidas, como o tacacá.

Apenas 22% (4) dos trabalhadores rurais deixaram de plantar a mandioca enquanto estavam assalariados na dendeicultura. Dos 18 entrevistados, somente 5,5 % (1) não tinham um roçado de mandioca no momento da pesquisa. O entrevistado alegava muito trabalho para pouco retorno econômico.

A depender do contexto e das possibilidades, os agricultores combinam diferentes atividades

visando a reprodução do grupo no ciclo curto, ou seja, recorrem à pluriatividade. O trabalho assalariado é uma das possibilidades; há ainda o trabalho como diaristas, pequenos comércios e outras ocupações não agrícolas (Fletes Ocón; Hernández Méndez, 2023).

O cultivo da mandioca está associado à diversificação do produto e à valorização do preço nos últimos anos. Não à toa os moradores de Belenzinho que trabalham na produção da mandioca, principalmente do produto beneficiado, como a farinha e o tucupi, mostram alguma satisfação: segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), um pacote de 50 quilos de farinha que já foi vendido a R$ 39 entre 2009 e 2010, recentemente, entre 2021 e 2023, podia chegar a custar na feira do município de Acará e na capital paraense cerca de R$ 150.

Essa é uma atividade que é transmitida de pai para filho, envolve diversos membros da família em sua produção e ocupa, geralmente, a parte da manhã, dedicada ao plantio e ao beneficiamento da raiz de mandioca. As áreas destinadas ao plantio de mandioca são sempre medidas em tarefas, a média encontrada em Belenzinho foi de quatro tarefas por família.

Reprodução social de ciclo longo

As estratégias de reprodução social de ciclo longo são aquelas cujo objetivo é a manutenção do grupo a longo prazo. Conforme Bourdieu (2020), essas estratégias referem-se aos cuidados com a saúde, à decisão de ter ou não ter filhos (investimento biológico), à transmissão do patrimônio (sucessórias), à educação dos filhos (educativas). Há ainda algumas estratégias de manutenção das relações sociais visando obter e assegurar obrigações ou direitos no futuro (estratégias matrimoniais). É importante salientar que as distintas classes de estratégias operam de forma interdependente, de forma que podem influenciar-se mutuamente. Neste estudo, analisamos o histórico das famílias e as tendências quanto à sucessão.

A vila rural de Belenzinho, assim como tantas outras na Amazônia, caracteriza-se por seus vínculos iniciais de formação com o uso dos rios e a produção de mandioca. Para os 18 entrevistados, a produção dessa raiz é lembrada como a primeira atividade agrícola transmitida de pai para filho e um dos motivos para continuarem na vila.

Os trabalhadores rurais que estavam no pós-trabalho assalariado na dendeicultura não sabem ao certo como seus pais ou avós adquiriram as terras em Belenzinho. É comum o emprego de expressões como “meus avós já moravam aqui e os pais deles também” ou “meu pai é nascido, nato aqui da vila, meu avô eu não conheci, mas era filho de Belenzinho”. O mais provável é que a terra tenha sido herdada de seus antepassados e depois foi aumentada pela compra de terras próximas.

Os pais dos trabalhadores rurais que vivem o pós-trabalho assalariado na dendeicultura têm suas origens ligadas à vila rural de Belenzinho. Alguns poucos casos mostram a saída dos pais de vilas rurais próximas a Belenzinho. Nesses casos, um dos dois, o pai ou a mãe, era da vila de Belenzinho.

Dos entrevistados, 100% são de origem rural e são filhos de pais que tinham terras e que trabalhavam na agricultura. Todos os entrevistados nasceram na própria vila de Belenzinho, ou em vilas próximas, e começaram a trabalhar na agricultura, inicialmente “ajudando” os pais e, posteriormente, ao casarem, assumindo seus roçados próprios na terra dos pais, especialmente com o plantio de mandioca para a produção de farinha:

> Aqui em casa todo mundo tem terra, se quiserem podem plantar, somos sete irmãos, as mulheres foram todas pra Belém, só ficou eu e meus irmãos, comecei plantando na terra da família, a terra é do papai e da mamãe, mas até hoje podemos plantar, não tem esse negócio de divisão não, se minhas irmãs voltarem e quiserem plantar, elas podem (R, P. S., 39 anos).

Como destacado por Almeida (1986), a reprodução social de ciclo longo é resultado da persistência das famílias por meio do nascimento, do casamento, da morte e da herança. Em Belenzinho, as esposas dos entrevistados são, em sua maioria, da própria vila, o que sugere a possibilidade de as

famílias permanecerem na vila e, posteriormente, os filhos assumirem os trabalhos agrícolas.

Dos trabalhadores rurais entrevistados, 94% (17) estavam vivendo em família, casados na igreja, no civil, ou em união estável. Apenas um dos entrevistados estava solteiro e sem filhos. As famílias dos trabalhadores rurais eram compostas em média de quatro membros: o pai (entrevistado), a esposa e, geralmente, dois filhos. Dos trabalhadores rurais casados, 83% (15) têm filhos morando na mesma residência, e suas famílias não são numerosas – considerando que 22% (4) têm somente um filho, 56% (10) têm de dois a três filhos e 17% (3) não tinham filhos morando na residência.

Segundo Woortmann (1994), a sucessão constitui a assunção de uma nova geração de agricultores no comando da unidade produtiva, concluída com a transferência do patrimônio, a saída da geração anterior da gestão do estabelecimento e a continuidade da família e da atividade na terra. A sucessão, também compreendida como uma reprodução social de ciclo longo (Almeida, 1986), completa-se com a redução do trabalho e do mando de uma geração sobre os ativos da unidade de produção. O propósito da sucessão é fazer com que pelo menos um herdeiro reproduza a unidade familiar.

A partir dos dados acima, é possível indicar algumas tendências. A totalidade dos entrevistados casaram-se com mulheres da própria vila, o que demonstra que, nesse grupo, o casamento não influi em migrações. Além disso, o casamento leva à fragmentação na propriedade dos pais, o que pode causar o enfraquecimento das atividades agrícolas no futuro devido à indisponibilidade de áreas disponíveis. Por outro lado, a fecundidade das famílias é baixa, e os filhos são socializados na agricultura desde cedo, o que indica uma tendência para a permanência na agricultura e reforça a possibilidade de diminuição nas áreas disponíveis para a agricultura no futuro.

Considerações finais

Os estudos referentes à reprodução social têm mostrado diferenças no modo de reprodução da agricultura familiar brasileira, especialmente por inúmeras mudanças causadas diariamente pelo processo de modernização da agricultura. Na Amazônia, o processo não é diferente, o avanço das *commodities* tem alterado a reprodução social de trabalhadores rurais que, no caso da dendeicultura, podem assalariar-se, integrar-se ao monocultivo e ainda vender suas propriedades.

Compreendendo que a reprodução social das famílias oriundas da agricultura familiar é a mais atingida pelo avanço das *commodities*, nosso objetivo neste artigo foi analisar evidências recentes de reprodução social de trabalhadores rurais no pós-trabalho assalariado na dendeicultura na vila rural de Belenzinho, Acará (PA), no Nordeste Paraense. Com base nas entrevistas, nos dados analisados e na literatura consultada, constatamos que a reprodução social dos trabalhadores rurais que vivem o pós-trabalho assalariado na dendeicultura apoia-se em mudanças relacionadas a fatores locais e globais, mas também em continuidades atreladas a modos de fazer transmitidos de pai para filho.

As famílias dos trabalhadores que vivem o pós-trabalho assalariado na dendeicultura possuem uma organização do trabalho em que todos os membros assumem uma função para que consigam reproduzir-se socialmente. Os trabalhadores rurais, em quase todos os casos, já possuíam famílias e atuavam no trabalho da roça, no da casa ou em ambos. Aos homens, cabia a "liderança" e a decisão sobre o quê, onde e quanto plantar; a eles, também competiam os trabalhos da roça considerados "pesados", como a colheita, a limpeza da área e a produção da farinha de mandioca.

A atividade das mulheres, por sua vez, mesmo quando acompanhavam os maridos no trabalho na roça, era considerada "ajuda", assim como a das crianças. As mulheres e as meninas também eram responsáveis pelos trabalhos domésticos. Além disso, as mulheres e as crianças eram as responsáveis por uma das principais fontes de reprodução social das famílias de Belenzinho: a colheita e a transformação do açaí em polpa. Ao longo dos anos, o fruto do açaí tem-se destacado com o aumento da área de produção, não somente em Belenzinho, mas em todos os municípios do Pará, ocasionando a chamada "açaização da paisagem". O que antes era algo encontrado somente nas áreas alagadas dos ribeirinhos, hoje se expande para diversas áreas de

terra firme, reflexo também encontrado nas áreas dos trabalhadores rurais de Belenzinho.

A reprodução social por meio do cultivo da mandioca é cultural entre os agricultores amazônicos, especialmente aqueles do município do Acará, que se destaca por ser o maior produtor do Brasil. O cultivo mostrou-se essencial para a base da alimentação desses trabalhadores que vivem o pós-trabalho assalariado e suas famílias, mesmo que em pequenas áreas, para não faltar na alimentação da família. A valorização monetária do produto nos últimos anos também concorreu para que os trabalhadores permanecessem no cultivo.

A reprodução social foi perceptível por meio da priorização do cultivo de frutíferas incentivado por organizações sociais ou por conta própria e pelo arrendamento de áreas de dendê. Os motivos que levam os trabalhadores rurais a optar pelas frutíferas após o assalariamento na dendeicultura devem-se à maior procura e à valorização dessas culturas nos últimos anos, à menor penosidade, se comparada a atividade à cultura da mandioca, e às áreas disponíveis e aptas para o cultivo.

O arrendamento de áreas de dendê inicialmente ocorreu de forma "clandestina"; posteriormente, a resistência cotidiana a não entrar em conflito direto com a empresa resultou em contratos de arrendamento das áreas. Os trabalhadores ficam responsáveis pela limpeza da área, pela poda, pela adubação e pela colheita, entre os demais tratos culturais, e vendem os cachos diretamente à BBF. A empresa, por sua vez, fornece o transporte dos cachos e os adubos necessários para a planta, esses valores são descontados no valor pago pelos cachos colhidos para cada parcela de agricultor. Esse trabalho assemelha-se ao trabalho desenvolvido quando os entrevistados eram assalariados na dendeicultura. No entanto, destacam que agora podem trabalhar em horários flexíveis e podem permanecer mais tempo em família, o que suscita a sensação de trabalhar em algo "próprio". Porém, não recebem os benefícios trabalhistas.

Em relação à reprodução social de ciclo longo, verificamos que os trabalhadores que vivenciavam o pós-trabalho assalariado tiveram suas origens atreladas ao trabalho na agricultura. Começaram a trabalhar na roça e construíram as famílias por meio do casamento com pessoas da própria vila ou de vilas vizinhas. Observou-se também que os filhos dos entrevistados podem permanecer na vila de Belenzinho, pois muitos já ajudavam os pais no trabalho agrícola.

Destacamos que esses trabalhadores entrevistados são aqueles que não foram expropriados de suas áreas, mas apenas eram pluriativos. Por isso, puderam retornar ao seu trabalho de agricultor familiar ao serem desligados do assalariamento na dendeicultura.

Os trabalhadores que vivem o pós-trabalho assalariado na dendeicultura continuam seu trabalho na agricultura familiar, aplicando os conhecimentos adquiridos na dendeicultura como forma de permanecer em seu local de origem e de arrecadar possíveis retornos financeiros. Assim, a reprodução social não requer um discurso, representa antes uma decisão de adotar as diferentes estratégias possíveis ante a estrutura de oportunidades que se apresentam.

Notas

1 A primeira política de incentivo é o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), que visa estimular o cultivo de certas oleaginosas, como girassol, soja e dendê, tendo em vista a produção de biodiesel. A segunda política de expressão para a expansão da dendeicultura é o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP), lançado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, no município de Tomé-Açu (PA). O PPSOP objetiva a produção do óleo de palma por vias consideradas sustentáveis, inclusive integrando agricultores familiares ao cultivo de dendê.

2 Até outubro de 2021, essa atividade no dendezal considerado "abandonado" era realizado de forma "clandestina", sem o consentimento da empresa. Quando retornamos em janeiro de 2023, a empresa BBF já havia legalizado o trabalho desses trabalhadores rurais por meio do arrendamento.

3 Segundo Aquino (2013), a integração é concretizada por meio de um modelo de exclusividade e de garantia de compra e venda da produção de determinados agricultores por uma indústria. Geralmente, esse compromisso é estabelecido mediante contratos.

4 Mais adiante, explicamos essa relação.

5 Tal dinâmica influenciou também os horários de pesquisa. Constatou-se que os trabalhadores rurais que viviam o pós-trabalho assalariado na dendeicultura não

seriam encontrados nos dias de semana pela parte da manhã em suas casas, justamente porque estavam nos trabalhos agrícolas. Por isso, as entrevistas foram realizadas, quase sempre, no período da tarde, horário mais comum para encontrar os trabalhadores rurais em suas casas.

6 O fruto do açaí é batido, nesse caso, em máquina apropriada.

7 Existe uma preferência para que as crianças, por serem mais leves, subam nos pés dos açaizeiros e assim evitem o tombamento do estipe do açaí.

8 O branqueamento é o processo de mergulhar o açaí em água quente a fim de eliminar micro-organismos causadores de doenças, como o protozoário responsável pela doença de Chagas.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabetg. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Paper do NAEA**, [Belém], n. 153, p. 1-29, out. 2000.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa Redescobrindo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-93, 1986.

AQUINO, Silva Lima. de. Estratégias empresariais e efeitos locais: a integração de pequenos agricultores à indústria fabricante de papel e celulose. **Revista IDeAS**, v. 7, n. 3, p. 158-197, 2013.

BECKER, Bertha. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confins**: Revue Franco-Brésilienne de Géographie, n. 10, 2010.

BECKER, Howard S. Observação social e estudos de caso sociais. *In*: BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 117-134.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)**. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Estratégias de reprodução e modos de dominação. **RePOCS**: Revista Pós Ciências Sociais, v. 17, n. 33, p. 21-36, 2020.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008. DOI: https://doi.org/10.47946/rnera.v0i12.1396 .

BUDIDARSONO, Susane.; SUSANTI, Ari; ZOOMERS, Annelies. Oil Palm Plantations in Indonesia: The Implications for Migration, Settlement/Resettlement and Local Economic Development. *In*: FANG, Zheng. (Org.). **Biofuels**: Economy, Environment and Sustainability. China: Nanjing Agricultural University, 2013. Chapter 6.

CARVALHO, Ana Cláudia Alves de; NAHUM, João Santos. Dendeicultura e migração em Tomé-Açu (Pará): o caso da Vila Forquilha. **InterEspaço**: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, Grajaú, v. 5, n. 16, p. 1-23, 2019.

CASTRO, Edina Maria Ramos de; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de *commodities*. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 1, p. 11-36, 2022.

CHAMBATI, Walter; MAZWI, Freedom; MBERI, Sifiso. Agrarian Accumulation and Peasant Resistance in Africa. *In*: GUMEDE, Vusi. (Org.).

Inclusive Development in Africa: Transformation of Global Relations. HSRC, 2018. p.104-132.

DAMIANI, Sandra.; GUIMARÃES, Sílvia; MONTALVÃO, Maria; PASSOS, Carlos. "Ficou só chão e céu": dendeicultura e impactos socioambientais sobre Território Tembé na Amazônia. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, p. 1-24, 2020.

EL PEBRIAN, Darius.; YAHYA, Azmi.; SIANG, Tan Chun. Workers'Workload and Productivity in Oil Palm Cultivation in Malaysia. **Journal of Agricultural Safety and Health**, v. 20, n. 4, p. 235-254, 2014.

ESCADA, Maria Isabel; AMARAL, Silvana; FERNANDES, Danilo. Dinâmicas de ocupação e as transformações das paisagens na Amazônia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p 1-5, 2023.

EVANGELISTA-VALE, Jôine Cariele. *et al*. Climate change may affect the future of extractivism in the Brazilian Amazon. **Biological Conservation**, v. 257, 2021.

FERREIRA, Sandra Crisitna; AZEVEDO-RAMOS, Carlos Alberto. sustentabilidade na cadeia produtiva de óleo de palma no Brasil: o caso da Agropalma. **Papers do NAEA**, v. 29, n. 1, p. 142-155, 2020.

FLETES OCÓN, Héctor; HERNÁNDEZ MÉNDEZ, Clara. Pluriactividad y reproducción social en localidades rurales de Ocosingo, Chiapas. **HorizonTes Territoriales**, v. 3, n. 6, p. 1-20, 2023.

FROES, Lívia. Tecendo caminhos, ocupações e percepções: a diversidade das experiências de trabalhadores rurais temporários do Norte de Minas Gerais. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 37, n. 1, p. 39-53, 2017.

GUIMARÃES, Jamilly; MOTA, Dalva; MOREIRA, Éberton; SCHMITZ, Heribert. "O dendê era um sonho": agricultores familiares e rupturas com as agroindústrias de dendê no Pará, Amazônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 63, e288908, p. 1-22, 2025.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. 1.ª edição: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE, **Produção Agrícola Municipal 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024

MEDEIROS, Marcílio; *et al.* A reprodução social como perspectiva metodológica para análise contextualizada das condições de vida e de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 10, p. 1-12, 2022.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. *In*: THIOLLENT, Michel (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-211.

MOREIRA, Éberton da Costa. **Para onde foram os camponeses?** As reconfigurações nas estratégias de reprodução social após venda dos estabelecimentos no processo de expansão da dendeicultura na Amazônia paraense. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 2022.

MOREIRA, Éberton da Costa; GUIMARÃES, Jamilly; MORAES, Lucas. Dinâmicas recentes do extrativismo agrário na Amazônia Oriental: o caso da dendeicultura no Nordeste Paraense. **Mundo Agrario**, La Plata, 2025. No prelo.

MOREIRA, E. da C.; SCHMITZ, H. Apropriação de terras para a dendeicultura: resistência e destino dos camponeses na Amazônia brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, 2025. No prelo.

MOTA, Dalva Maria da. Sociabilidades entrecortadas em vilas rurais sob o afluxo de migrantes para trabalhar na dendeicultura no Pará. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 42, n. especial, p. 489-506, 2022.

MOTA, Dalva Maria da; BALSADI, Otávio; MOURÃO JÚNIOR, Moisés. Transformações na estrutura ocupacional do Norte do Brasil com foco na dendeicultura. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 39, n. 2, p. 289-312, 2019.

NOVAES, José. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **RURIS**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 105-127, 2009.

OJEDA, Diana. Reproducción social, despojo y el funcionamiento generizado del extractivismo agrario en Colombia. *In*: MCKAY, Briget; ALONSO-FRADEJAS, Alonso; EZQUERRO-CAÑETE, Ana (Orgs.), Extrativismo agrario en America Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Canadá: University of Calgary; Social Sciences and Humanities Research Council, 2022.

OLIVEIRA NETO, Adolfo. Dispossession and Agricultural Commodities: The Case of Oil Palm Farming in the Brazilian Amazon. *In*: IORIS, Antonio.; FERNANDES, Bernando. (ed.). **Agriculture, Environment and Development**: International Perspectives on Water, Land and Politics.Palgrave MacMillan, 2022. p. 265-280.

OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PAIS, Alfredo. Arrancados del suelo: el desarrollo del capitalismo agrario y sus consecuencias en las estrategias de reproducción de campesinos criollos e indígenas en territorio salteño. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, v. 29, p. 99-121, 2008.

PAULILO, Maria. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PEREIRA, Marta Silva; WITKOSKI, Andréa Construção de paisagem, espaço e lugar na várzea do rio Solimões-Amazonas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, p. 273-290, 2012. DOI: http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v15i1.10836.

PUDER, Janina. Superexploitation in Bio-Based Industries: The Case of Oil Palm and Labour Migration in Malaysia. *In*: BACKHOUSE, M. *et al.* (ed.). **Bioeconomy and Global Inequalities**, . p. 195-215, 2021 DOI: 10.1007/978-3-030-68944-5.

REIS, Tainá. **Ceifando a cana... Tecendo a vida**: um estudo sobre o *pós-trabalho* nos canaviais. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

RIBEIRO, Laiane Bezerra; MOTA, Dalva Entre o trabalho familiar e o assalariamento: trajetória de trabalhadores rurais no município do Acará (PA). **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 32, e024024, p. 1-27, 2024.

RITCHIE, Hannah. Palm Oil. **Our Word in Data**, Feb. 2021. Disponível em: https://ourworldindata.org/palm-oil. Acesso em: 15 fev. 2025.

SAMPAIO, Irã. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu (PA)**: efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SANTOS JÚNIOR, Jaime. A dimensão esquecida: a questão da *agência* no trabalho do corte da cana-de-açúcar. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 83, p. 389–406, 2018.

SANTOS JÚNIOR, Jaime. Fissuras do cotidiano: nos meandros das estruturas de dominação. *In*: PALERMO, Hernán.; CAPOGROSSI, María (Orgs.). **Tratado latinoamericano de Antropología del Trabajo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO ; CEIL ; CONICET , 2020. p. 705-732.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SILVA, Edfranklin Moreira da. **Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, Elielson Pereira da. **Necrosaber e regimes de veridição**: governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SILVA, Elielson Pereira da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FARIAS, André Luís Assunção de. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 11, n. 23, p. 165-195, 2016.

SILVA, José Ribamar Sá. Produção de commodities, desmatamento e insegurança alimentar na Amazônia Brasileira. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, v. 2, p. 1-15, 2011.

SILVA JUNIOR, José de Ribamar Bento da. A inserção da matriz produtiva do dendê em áreas antropizadas: aspectos relevantes na perspectiva da dimensão ambiental. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 37-56, 2020.

VIEIRA, Ana Carolina Casemiro. **A integração camponesa ao monocultivo do dendê**: subordinação e transformação do campesinato amazônico. (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

VILLELA, Alberto Arruda. **Expansão da palma na Amazônia Oriental para fins energéticos**. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1988.

WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec, 1994.

Arqueogenealogia da Política Indigenista: poder, discurso e tutela no Relatório Figueiredo

An Archaeogenealogy of Indigenous Policy: Power, Discourse, and Tutelage in the Figueiredo Report

Elvis Gomes Marques Filho*

Palavras-chave:
Relatório Figueiredo
Biopoder
Desterritorialização

Resumo: Este artigo analisa como a política indigenista no Brasil transformou os conceitos de tutela, integração e desenvolvimento em formas de governança que acabaram por violar territórios tradicionais. A partir do Relatório Figueiredo de 1967, ele utiliza uma abordagem de arqueogenealogia do poder, combinando etnografia documental com uma leitura histórico-estrutural para traçar um mapa das racionalidades, dispositivos e seus efeitos. No sul do antigo Mato Grosso, demonstra que demarcações inadequadas, arrendamentos, expulsões, cercamentos, fome e mortes evitáveis sofridas pelos Kaiowá, Terena e Kadiwéu não foram exceções, mas sim parte de uma rotina institucionalizada por regimes de verdade que racializam e hierarquizam as vidas. Além disso, revela as continuidades entre o SPI e a FUNAI, sugerindo que políticas indigenistas precisam romper com a lógica de tutela e se alinhar aos modos de ser e de viver dos povos indígenas.

Keywords:
Figueiredo Report
Biopower
Dispossession

Abstract: This article analyzes how indigenist policy in Brazil transformed the concepts of tutelage, integration, and development into forms of governance that ultimately violated traditional territories. Drawing from the 1967 Figueiredo Report, it employs an archaeogenealogy of power, combining documentary ethnography with a historical-structural reading to trace a map of the rationalities, dispositives, and their effects. In the southern region of the former state of Mato Grosso, it demonstrates that inadequate demarcations, land leasing, expulsions, enclosures, starvation, and avoidable deaths suffered by the Kaiowá, Terena, and Kadiwéu were not exceptions, but rather part of an institutionalized routine underpinned by regimes of truth that racialize and hierarchize lives. Furthermore, it reveals the continuities between the SPI and FUNAI, suggesting that indigenist policies must break with the logic of tutelage and align with the ways of being and living of indigenous peoples.

Recebido em 1º de outubro de 2025. Aprovado em 03 de novembro de 2025.

Introdução

Neste artigo, analisou-se como a política indigenista brasileira – operacionalizada por normas, rotinas institucionais e decisões burocráticas – articulou-se a processos de violação do direito aos territórios tradicionais, tomando o Relatório Figueiredo (RF) como *corpus* central. O enquadramento teórico-metodológico mobilizou a arqueogenealogia do poder para rastrear a formação de racionalidades e dispositivos estatais, conectando documentos, práticas e enunciados a regimes de verdade que conformam o colonialismo interno. Nesse horizonte, essa integração foi examinada como tecnologia de governo sob o desenvolvimentismo, convertendo territórios tradicionais em recursos e populações indígenas em variáveis de gestão; e a violência institucional foi tratada como gramática ordinária das relações de poder, em diálogo com a literatura sobre violência cotidiana (Scheper-Hughes, 1992) e violência estrutural (Farmer, 2009).

* Doutorando pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Mestre pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), ambos com área de concentração em Direitos Humanos. Professor Dedicação Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: elvisfilho@pcs.uespi.br.

Do ponto de vista metodológico, o estudo combinou etnografia documental e análise histórico-estrutural para organizar o RF em trilhas documentais – sequências que ligam atos administrativos, justificativas e efeitos prático-jurídicos – e para reconstituir continuidades e deslocamentos entre o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Como recorte empírico, a investigação se concentra em casos referentes aos Kaiowá, Terena e Kadiwéu, no sul do antigo Mato Grosso, a fim de qualificar o exame das formas de tutela, dos arranjos de gestão territorial e de suas implicações políticas.

O avanço principal da pesquisa está na proposição de uma matriz analítica "racionalidades–dispositivos–efeitos" aplicada ao RF, capaz de integrar descrição arquivística, crítica conceitual e reconstrução de práticas administrativas. Essa matriz forneceu um modo verificável de relacionar discursos governamentais, técnicas de gestão e seus desdobramentos sobre os direitos territoriais, o que permitiu refinar o debate sobre colonialismo interno, racismo institucional e desenvolvimentismo sem reduzir o problema a categorias exclusivamente jurídicas ou morais.

Assim, o objetivo deste estudo consistiu em examinar, por meio da arqueogenealogia aplicada ao RF, em que medida racionalidades governamentais, dispositivos e práticas estatais conformaram e legitimaram a violação do direito aos territórios tradicionais de povos indígenas, com ênfase nos casos Kaiowá, Terena e Kadiwéu, no século XX.

Mister, ainda, ressaltar que, neste trabalho, "arqueologia" é tomada no sentido foucaultiano de descrição das condições históricas de emergência dos enunciados – isto é, das regras que tornam possível, em certo momento, falar de "índio", "reserva", "arrendamento" e "proteção" como se fossem objetos dados (Foucault, 2008a). Já "arqueogenealogia" indica o deslocamento dessa análise para as correlações de saber-poder, buscando mostrar como esses enunciados passam a operar em dispositivos de governo – Inspetorias Regionais, portarias e comissões investigativas, por exemplo – que produzem efeitos reais sobre os corpos indígenas e os seus respectivos territórios tradicionais (Foucault, 1999; 2008b; 2008c). Em outras palavras, não se trata apenas de reconstituir o que o RF narra, mas de identificar as condições que permitem ao Estado dizer a verdade sobre os povos indígenas e, com isso, autorizar práticas de desterritorialização, sob o regime tutelar.

Ademais, é relevante destacar que, neste artigo, o "sul do antigo Mato Grosso" é entendido como o atual Mato Grosso do Sul, mas nomeado dessa forma porque, à época dos fatos descritos pelo RF, este estado ainda não existia como unidade federativa autônoma – ele só seria criado em 11 de outubro de 1977, pela desmembração do antigo Mato Grosso.

A delimitação geográfica se trata, desse modo, da porção meridional do então Mato Grosso, administrada pela 5.ª Inspetoria Regional (IR-5) do SPI, e correspondente às reservas e áreas indígenas ali vinculadas. Esse recorte coincide com os Postos Indígenas (PI) listados no Ofício n.º 311, de 7 de maio de 1963, expedido pelo Diretor do SPI ao Deputado Valério Magalhães, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de 1963, e transcrito no RF (Brasil, 1967, v. 1, fl. 47-48 e 71-73), abrangendo: Taunay, Ipegue , Cachoeirinha, Lalima, Capitão Vitorino, Alves de Barros, Nalique, São João, Buriti, Francisco Horta, José Bonifácio, Benjamin Constant, Simões Lopes, Marechal Rondon, José Bezerra, General Gomes Carneiro, Galdino Pimentel, Piebaga, General Couto Magalhães, Major Libâneo Coloizorocê, Pirineus de Souza, Fraternidade Indígena e Dr. Barbosa de Farias (Brasil, 1967, v. 18, fl. 4376-4381).

Essa delimitação não é apenas geográfica; ela coincide com o circuito de poder SPI-IR-PI que o RF identifica como o principal vetor de desterritorialização dos Kaiowá, Terena e Kadiwéu, entre os anos 1910 e 1960.

A gramática da opressão: a política indigenista a partir do Relatório Figueiredo

A pacificação foi estabelecida como o pilar do projeto colonizador desde que os portugueses invadiram o Brasil, no início do século XVI. Em 1548, o Regimento do Governador-Geral, conjunto de leis emitida em 17 de dezembro, já dizia que,

depois da "guerra justa" contra os povos que resistissem, deveriam ser criadas aldeias sob a supervisão de missionários, em que os indígenas seriam "batizados, ensinados na língua e nos costumes dos colonizadores" e mantidos sob estrito controle para "não voltarem a seus antigos vícios" (Oliveira, 2016, p. 347).

No século XIX, o discurso da pacificação foi legitimado pelo enunciado do "índio bravo" como um símbolo de uma alteridade que precisava ser domesticada pelo Estado.

> As ações de pacificação passaram a ser a marca distintiva do indigenismo brasileiro, símbolo de um tratamento fraterno dado às populações mais primitivas, quando, na realidade, eram operações de controle e expropriação de suas terras (Oliveira, 2016, p. 326).

Embora essa prática fosse apresentada, no discurso jurídico, como um ato benevolente, na verdade, tratava-se de um exercício de dominação sobre os indígenas, em que era cerceado o seu direito à autodeterminação[1], transformando-os, mediante o emprego de tecnologias do poder tutelar, em objetos (Oliveira, 2016, p. 325).

Esse poder tutelar constrói um discurso de uma aparente benevolência, da "proteção fraternal", que esconde um regime de dominação: "a proteção fraternal aos índios teve pouco da proteção que um leitor mais desavisado poderia lhe emprestar" (Lima, 1995, p. 18). Essa afirmação sugere que a violência institucional se manifestava no cotidiano de portarias, regulamentos e boletins internos do SPI, e não somente em casos excepcionais. Desse forma, o Estado tutela, a partir de um cálculo racional, ao mesmo tempo em que cria uma rede de IRs e PIs que regula o acesso a direitos e redefine, de fora para dentro, quem é considerado "índio" e como deve existir (Lima, 1995, p. 21, p. 39-42).

O aspecto técnico desse poder se torna evidente quando utiliza os PIs como tecnologias de exclusão, ao segregar povos indígenas em unidades administrativas e, ao mesmo tempo, inclusão, ao conectá-los a um sistema nacional de vigilância, controle e normalização.

> Como nas sociedades de soberania, este poder incide sobre espaços, estabelecendo-lhes limites, muitas vezes com o emprego de processos fundamentalmente de exibição e teatralização, criando assim territórios para e pela função de administrá-los. Mas isto é feito excluindo/incluindo uma população à qual se atribui um *status* específico. O exercício *do poder tutelar* implica obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá (Lima, 1995, p. 74).

Desse modo, o poder tutelar "exclui ao criar postos indígenas [...] [e] inclui populações e terras numa rede nacional de vigilância e controle, a partir de um centro único de poder". Desse modo, a administração não só governa pessoas; também transforma espaços em "territórios" e lhes impõe fronteiras, registros e cadastros, formando um estoque fundiário estatal que pode ser mobilizado, arrendado ou explorado (Lima, 1995, p. 74-75).

Um dos resultados mais evidentes da dinâmica desse poder tutelar é, sem dúvida, a própria noção de reservas indígenas. Essas áreas são reconhecidas pelo Estado, através de seus diversos órgãos, como terras pertencentes aos povos indígenas, que legalmente lhes são atribuídas para o seu uso e conservação. O que ocorre é que essas terras são delimitadas, muitas vezes, em detrimento das dinâmicas internas das comunidades indígenas, pois fazem parte de um sistema de controle e de apropriação fundiária, e não de proteção dos territórios tradicionais. A intenção aqui é regular o acesso e a utilização das terras, ao mesmo tempo que se tenta controlar sua mercantilização, com a implementação de sistemas de registro e cadastramento (Lima, 1995, p. 76).

Essas reservas indígenas também representam grandes fontes de riqueza, oferecendo terras para agricultura, pecuária e mineração, além de florestas que podem ser exploradas para a extração de madeira, borracha, castanha e outros recursos. Por conseguinte, esse poder tutelar mantém esses recursos disponíveis para exploração, seja de forma direta ou indireta, por meio de arrendamentos e da mão de obra escravizada dos indígenas, por exemplo, sempre sob a justificativa de que isso os beneficiará (Lima, 1995, p. 76).

Essas relações de poder revelam um padrão recorrente: a tutela transforma proteção em gestão econômica de territórios e corpos indígenas, por

meio de arrendamentos, intermediações e retenção de rendas, e de outras formas de controle, sob a justificativa do "interesse do índio".

Para justificar a dominação do indígena, o Estado, a partir de marcadores étnico-raciais estigmatizantes, constrói a matriz classificatória que compõe a gramática jurídica de "indios nomades" até os "indios pertencentes a centros agricolas ou que vivem promiscuamente com civilisados" (art. 2.º), consolidada no Decreto n.º 5.484, de 27 de junho de 1928, que regula a situação dos indígenas nascidos no território nacional (Lima, 1995, p. 124).

Essa tipologia não é apenas descritiva, mas discursiva: define trajetórias de assimilação, condiciona políticas indigenistas e legitima a subalternização. A síntese desse discurso está no relatório do tenente Alípio Bandeira, inspetor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) – posteriormente, SPI, a partir de 1918 –, no Amazonas, direcionado ao ministro da Agricultura: "quanto mais afastados da civilização madrasta, melhores e mais assimiláveis à sociedade são os índios e, quanto mais ligados a ela, menos suscetíveis de aproveitamento" (Lima, 1995, p. 125).

Essas classificações se ligam à política de transformá-los em trabalhadores nacionais por meio de centros agrícolas, o que revela a estreita conexão entre tutela e mobilização compulsória do trabalho (Lima, 1995, p. 126-127). Em outras palavras, a tutela funciona como um canal de proletarização e de inserção subordinada no mercado. No final das contas, a figura do "trabalhador nacional" oculta a diluição planejada das identidades indígenas, convertendo-os de sujeitos de direito em força de trabalho escravizada (Lima, 1995, p. 126-127).

No que diz respeito ao território, o poder tutelar também está ligado à lógica geopolítica: PIs e IRs são estabelecidos em áreas de fronteira mediante o discurso estatal de fazer respeitar a soberania nacional. Aqui, subalternizar indígenas é também dominar fronteiras: pacificar, fixar, registrar e, acima de tudo, cartografar. Não é à toa que o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon resume a política indigenista como "grande cerco de paz" e "assédio extenso e paciente", ao projetar no tempo e no espaço a continuidade da invasão dos territórios tradicionais dos povos indígenas (Lima, 1995, p. 130).

Essa continuidade se manifesta também no repertório cênico do poder. Por exemplo, o uso ritualizado de símbolos nacionais (como o Hino Nacional em gramofone durante as frentes de colonização) para "acalmar" e atrair os indígenas, trocando a coerção explícita por uma pedagogia da presença estatal (Lima, 1995, p. 38). Na mesma linha, o SPI usou a retórica humanitarista como um ativo político-administrativo, criando histórias oficiais de bravura e sacrifício para encobrir conflitos territoriais e justificar a espoliação das terras indígenas (Lima, 1995, p. 19-23, p. 116).

Esse contexto de violência institucional não é um desvio, mas uma função do regime tutelar: ela semantiza a diferença, codifica a vida coletiva e patrimonializa o território em nome da proteção. Ao excluir por desterritorialização e incluir por dominação, a tutela gera ao mesmo tempo dependência e usurpação das terras indígenas.

Em consequência, diante da estrutura formal de interação triangular entre o Estado, as comunidades indígenas e terceiros, o poder tutelar se manifesta de três maneiras: primeiro, através da mediação "neutra" de conflitos, que evita um alinhamento direto e, assim, possibilita um crescimento gradual da capacidade de decisão; segundo, pela arbitragem, em que se toma partido e se define um resultado que favorece um dos lados; e, por último, pela apropriação oportunista das disputas, aproveitando-as para obter benefícios próprios (Lima, 1995, p. 55, p. 75).

Ao analisar a sociogênese do poder tutelar, o RF demonstra que, a partir desse regime, houve uma normalização da violência institucional, praticada pelo SPI e por outros órgãos estatais, como Congresso Nacional, Assembleia Legislativa de Mato Grosso e Poder Judiciário local: a transformação de territórios em reservas exploráveis; a intermediação compulsória do trabalho e da renda; a manipulação de classificações legais para restringir direitos e dissolver coletividades; a morosidade e a inércia na demarcação das terras indígenas; o questionamento judicial infindável dessas áreas já demarcadas; e o uso da "proteção" como uma máscara para coerções, omissões e violências que o próprio Estado gerava (Lima, 1995, p. 7, p. 74-76, p. 119-127, p. 130).

O SPI manteve essa lógica institucional, ao definir a sua missão como "morrer se preciso for, matar nunca" nas expedições de contato, sob a justificativa humanitária de evitar "o extermínio do indígena", mas impondo, na prática, um regime de controle e de confinamento em reservas (Oliveira, 2016, p. 326-327).

Nesse contexto, o RF traz regularidades enunciativas que descrevem os povos indígenas como "obstáculos ao progresso" e "invasores de terras alheias", com vistas a legitimar as operações militares e as práticas de genocídio e de etnocídio, sob o pretexto de "restabelecer a ordem" (Oliveira, 2016, p. 320).

Os discursos construídos no RF relatam "choques constantes com a expansão natural de uma civilização", o que reflete a narrativa colonizadora de que os indígenas precisam ser domesticados e aculturados, de modo a serem assimilados como se brancos fossem (Oliveira, 2016, p. 321). Em termos práticos, o regime tutelar e o poder pacificado, descritos no RF e disfarçados como proteção e integração, são baseados em uma lógica de subjugação e de violenta desterritorialização dos corpos e das terras indígenas.

A política indigenista brasileira, descrita no RF e materializada pelo SPI, entre 1910 e 1967, constituiu-se como um mecanismo complexo de controle das populações indígenas. Isso porque o Estado brasileiro não formula um conjunto neutro de medidas – supostamente – protetivas; ele é moldado por "aparelhos de poder" que seguem "rotinas e saberes coloniais", organizando papéis, recursos e indivíduos de acordo com lógicas institucionais que, muitas vezes, não refletem os interesses de quem diz representar. No plano institucional, esse poder é exercido a partir do deslocamento e da supressão das vontades individuais e coletivas dos povos indígenas, em contextos descritos pelo RF (Oliveira, 1998, p. 8).

Antes do Estatuto do Índio, a norma que tratava da situação jurídica dos indígenas era o Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928. Esse decreto regulava a situação dos indígenas nascidos no Brasil e estabelecia questões como tutela, categorias e emancipação, com o SPI desempenhando um papel central no controle desses povos. Além disso, o Código Civil de 1916 já via os indígenas, chamados de "silvícolas", como relativamente incapazes e sujeitos a um regime tutelar, pautado em uma perspectiva integracionista e assimilacionista.

No RF, essas diferentes formas de dominação do ser indígena pelo Estado também podem ser exemplificadas: na esfera jurídica, ao tratar os indígenas como sujeitos tutelados pelo SPI[2]; em termos patrimoniais, na maioria das vezes, ao limitar a propriedade plena das terras indígenas, que são submetidas a um regime de patrimônio da União; além disso, os bens materiais, que compunham o Patrimônio Indígena, juntamente com a renda indígena, eram geridos exclusivamente pelo SPI, conforme amplamente descrito pelo RF (Oliveira, 1998, p. 20-21). O resultado é um sistema que, ao reconhecer direitos em tese, também os controla por estruturas estatais.

Esse controle estatal também é efetivado pelas demarcações das terras indígenas realizadas pelo SPI, que são sempre realizadas aquém da área abrangida pelos territórios tradicionais. Um exemplo disso é que, no sul do antigo Mato Grosso, "13 reservas" somam "pouco mais de 31 mil hectares" e abrigam uma população significativa, revelando áreas que funcionam "mais como uma reserva de mão-de-obra do que como uma reserva territorial", forçando os indígenas a aceitarem trabalhos precarizados para sobreviver (Oliveira, 1998, p. 30).

Além das demarcações em áreas inferiores às necessárias para a territorialização dos povos indígenas, há uma demora significativa no processo de delimitação geográfica. Dentro do SPI, esse processo administrativo se trata de um "funil" de controle fundiário que limita essas demandas. Isso porque se constituem como "mecanismos internos de controle e contenção das demandas indígenas por terra, assim como as identificações e propostas de áreas feitas pelos funcionários" (Oliveira, 1998, p. 36).

Os efeitos desse afunilamento são mensuráveis: se as identificações técnicas seguissem com base nas normas legais existentes, a projeção chegaria a 44,5 milhões de hectares; levando em conta as burocracias estatais limitadoras, esse número cairia para 35,8 milhões. Desse forma, as terras efetivamente demarcadas somariam apenas 27,6% daquele total inicial, e apenas 13,8% teriam

sido homologadas por Decreto-lei (Oliveira, 1998, p. 38-39). Em suma, quanto mais os processos demarcatórios aguardam engavetados nas instâncias administrativas, mais eles são comprimidos por esses mecanismos de poder.

Essa identificação das terras indígenas impõe a inserção do indígena em um sistema de controle fundiário, a partir de gradientes de "aculturação" que conferem "indianidade". Ao transformar a etnicidade – uma categoria analítica relacional e dinâmica – em um status jurídico-administrativo fixo, os relatórios de identificação, elaborados por um "corpo de especialistas", tornam-se tecnologias do poder, combinando a definição legal do "índio" com técnicas de identificação fundiária para validar uma "indianidade genérica" (Oliveira, 1998, p. 265).

Nesse discurso jurídico, a "esquizofrenia" do indigenismo surge da discrepância entre um direito indigenista – supostamente – protecionista e a política estatal que o reduz a uma letra morta. Esse mecanismo, colocado em prática especialmente pela FUNAI, – ostentação normativa combinada a sabotagem administrativa – é o mesmo que o RF já descrevia nas práticas do SPI: o regime tutelar e assimilacionista se constitui como uma tecnologia do poder estatal para confinar, silenciar e facilitar a desterrritorialização dos Kaiowá, Terena e Kadiwéu.

A interdiscursividade presente nessas narrativas estatais, construídas e sustentadas pelo SPI/FUNAI, auxilia no entendimento da genealogia dos saberes subjugados. Os padrões enunciativos desenvolvidos no RF oscilam entre liberalismo e positivismo na condução das políticas indigenistas, culminando em 1964 com a sacralização da Pátria (Ramos, 1998, p. 181-197). Esse arranjo ideológico sustentou o indigenismo no sul do antigo Mato Grosso: integração como assimilação; emancipação como desproteção; demarcação como confinamento; e desenvolvimento como expansão da agroindústria.

Com a justificativa de proteger, o Estado brasileiro aplica uma política indigenista que acaba subordinando, despolitizando e regulando, o que resulta em violação ao direito ao território tradicional, além de outros direitos humanos e fundamentais, através de processos administrativos de demarcação. Isso mantém os povos indígenas sob um regime tutelar que restringe seu direito à autodeterminação, pois limita a sua autonomia em questões territoriais, políticas e econômicas. Dentro desse cenário, a delimitação de terras indígenas, que, no discurso estatal, é proferida como um reconhecimento, na verdade atua como uma ferramenta de controle, aprisionando esses povos em reservas que não refletem seus territórios tradicionais.

A produção da verdade sobre o indígena: arqueogenealogia do Relatório Figueiredo

A violência institucional enfrentada pelos povos indígenas, conforme descrito no RF, seguiu padrões repetitivos, envolvendo ações como usurpação de terras indígenas, militarização das políticas indigenistas, remoções forçadas, falhas estruturais na assistência médico-sanitária e encobrimento de mortes, pois "sob o pretexto de proteger, acabou matando e destruindo" (Valente, 2017, p. 10).

Um importante vetor da violência institucional descrita no RF foi a política estatal fundiária. O "convênio" de 1966, publicado no Diário Oficial estadual, firmado entre o Ministério da Agricultura e o governo do antigo Mato Grosso, concedeu títulos de propriedade para colonos, usurpando mais da metade da terra indígena Teresa Cristina, dos indígenas Bororo, em troca de "um trator" e algumas reses para o SPI. Trata-se de um exemplo de como as terras indígenas são utilizadas como moeda de troca nessa política desenvolvimentista (Valente, 2017, p. 39).

Ademais, cita-se o exemplo dos Xavante de Marãiwatsédé, em 1966, como uma clara fusão entre interesses fundiários da agroindústria e do Estado. Com a anuência do SPI e apoio de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), centenas de pessoas foram deslocadas para a Missão Salesiana de São Marcos. Algumas semanas depois, um surto de sarampo causou dezenas de mortes, com relatos variando entre 70 e 160 óbitos, além de sepultamentos em valas comuns (Valente, 2017, p. 488).

Nesse caso, o Estado permitiu esses deslocamentos forçados e, em seguida, impediu o retorno desses povos aos seus territórios tradicionais, o que facilitou a rápida instalação da fazenda

Suiá-Missú e de novas frentes colonizadoras, criando, uma usurpação de terras indígenas, com a conivência do órgão estatal responsável pela proteção dos indígenas (Valente, 2017, p. 34).

Além disso, o RF revelou outras formas de violência institucional que estavam entranhadas no cotidiano do SPI: havia tráfico humano de crianças e adultos indígenas, entregues a particulares e prostíbulos; torturas e castigos, como o uso do tronco que prensava os tornozelos, palmatórias, câmaras escuras e celas sujas; além de banimentos arbitrários e trabalhos forçados (Valente, 2017, p. 45).

Esses fatos eram de conhecimento do Estado, pois, em uma carta datada de 5 de setembro de 1966, o coronel Hamilton de Oliveira Castro, que foi o último diretor do SPI, escreveu ao ministro da Agricultura reconhecendo que "O índio brasileiro está morrendo à míngua. A fome, a doença, a falta de higiene e a ganância de maus brasileiros está dizimando tribos inteiras. É deprimente e até vexatória a situação de nossos silvícolas" (Valente, 2017, p. 49). Por conseguinte, o RF capturou um padrão sistêmico de violações de direitos humanos e fundamentais dos povos indígenas, que se somava à omissão e ao encobrimento do Estado diante dessas situações.

Nesse sentido, o RF destaca que a conduta estatal não correspondia a "desvios" isolados, mas a um arranjo jurídico-administrativo e político coerente, legitimado pela gramática da "proteção" e da "integração", por meio da qual se produziram epidemias, fome, expropriações e mortes.

Evidencia-se que, ao articular narrativas, documentos e depoimentos, o RF não constituiu um mero interregno moralizador, mas antes um espelho de práticas correntes sob a anuência – e, não raramente, o estímulo – do SPI. Registram-se prisões disciplinares e castigos corporais em PIs; sequestro de crianças indígenas para satisfazer a lascívia de particulares autodenominados "civilizados"; banimentos como forma de punição; insegurança alimentar crônica resultante de arrendamentos compulsórios das roças e confisco da produção dos indígenas; além da redução da política indigenista a metas de "integração" que, em última instância, operavam a assimilação forçada e o apagamento físico e simbólico desses povos.

A criação da FUNAI, em dezembro de 1967, alterou a gramática institucional, porém não rompeu a coalizão entre a ocupação econômica e a tutela autoritária do Estado. Episódios subsequentes envolvendo rodovias, garimpos e atividades agropecuárias mantiveram-se como vetores de mortes evitáveis.

O SPI foi extinto em 1967, após uma forte repercussão na mídia nacional e internacional sobre os "escândalos" do RF, mas a FUNAI herdou seus conflitos e contradições, incluindo a subordinação ao Ministério do Interior.

> Ao verificar as condições de trabalho do posto da Funai na região, ela [antropóloga Isa Maria Pacheco Rogedo, em junho de 1976] chegou a conclusões que em nada ficam a dever aos piores momentos do extinto SPI. Os militares repetiam os mesmos erros tão condenados apenas uma década antes (Valente, 2017, p. 239).

Para concluir, a arqueogenealogia do RF mostra que a chamada "produção de verdade" sobre os indígenas foi moldada por uma dinâmica de poder-saber, que organizou a violência como uma política de Estado (Foucault, 1980, p. 92-94). Dentro desse contexto de proteção e integração, pareceres, inquéritos, convênios e rotinas administrativas transformaram terras em ativos e vidas em variáveis de gestão, legitimando assim expropriações, remoções e mortes que poderiam ser evitadas. Em consequência, o RF não apenas documentou essas violências institucionais; ele revelou o mecanismo que as torna recorrentes: a autoridade pericial que decide quem se qualifica como "índio", o que se entende por "progresso" e quais sofrimentos são aceitáveis. Dessa forma, a verdade oficial funciona como uma ferramenta de governo que consolida o racismo institucional, naturaliza a disponibilização de terras e transforma o extermínio silencioso em um resultado comum da política indigenista.

O palco dos (des)interesses: da fazenda ao parlamento na CPI de 1963

Em 1963, instaurou-se a CPI para investigar o SPI, órgão indigenista estabelecido pelo Decreto n.º

8.072 de 20 de junho de 1910. A Resolução n.º 1/1963 da Câmara dos Deputados instituiu formalmente essa CPI, sob a justificativa de que documentos da época apontavam sérias falhas administrativas e operacionais no SPI. O Diretor-Chefe do órgão, Coronel Moacyr Ribeiro Coelho (1961-1963), admitia publicamente que havia problemas no funcionamento da instituição, mencionando que existiam irregularidades em diversos casos e que a crise era de pessoal, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Para investigar essas denúncias, foram abertos 23 inquéritos e sindicâncias administrativas.

Essa Resolução afirma que as condições das comunidades indígenas atendidas pelo SPI também eram alarmantes: estimativas indicavam que havia cerca de 300.000 indígenas no Brasil enfrentando doenças como tuberculose e malária, além de questões de subnutrição. A despeito disso, o orçamento público para manter o SPI era em torno de meio bilhão de cruzeiros, o que levantava questionamentos sobre a eficácia do uso desses recursos na "proteção" das comunidades indígenas.

Ademais, de acordo com essa Resolução, as terras indígenas eram um dos tópicos mais emergentes na administração do SPI: as reservas indígenas, como a dos Kadiwéu, com cerca de 360.000 hectares, eram arrendadas a fazendeiros e pecuaristas por períodos que nunca eram inferiores a 6 anos, em troca de um pagamento equivalente a 3% da lotação de gado, sempre com um mínimo de 400 cabeças. Essas operações financeiras geravam receitas significativas para o SPI, com estimativas de 50 a 60 mil cabeças de gado nessa região do sul do antigo Mato Grosso.

A Resolução n.º 1/1963 ainda afirma que havia denúncias sobre conflitos internos no SPI relacionados aos arrendamentos, com disputas envolvendo a saída de arrendatários antigos e a entrada de novos interessados. Esses conflitos teriam levado a situações extremas, incluindo episódios de violência físicas contra os indígenas nas próprias dependências do órgão.

A documentação da época, em conformidade com essa Resolução, sugeria que o descaso político em relação às questões indígenas era, em parte, devido à falta de representação eleitoral dessas populações, criando uma lacuna na atenção do governo para com essa parte da população brasileira. Essa situação exigia uma intervenção parlamentar para assegurar que houvesse a devida fiscalização das ações governamentais voltadas aos povos indígenas e a aplicação adequada dos recursos públicos destinados a essa causa.

A proposta teve 136 assinaturas de deputados que estavam – supostamente – interessados em trazer mais transparência às ações do SPI. Vale ressaltar que as investigações parlamentares se concentraram nos anos de 1962 e 1963, abrangendo as IRs do sul do antigo Mato Grosso e São Paulo (IR-5), Mato Grosso (IR-6) e Amazonas (IR-1).

Em virtude do recorte desta pesquisa, privilegiaram-se os dados do RF concernentes – ainda que de modo indireto – ao sul do antigo Mato Grosso (IR-5), com ênfase nos conflitos fundiários incidentes sobre os territórios tradicionais dos povos Kaiowá, Terena e Kadiwéu.

A composição da CPI de 1963 refletia o pluripartidarismo e os interesses regionais. Sob a presidência de Valério Magalhães (PSD/AC) e relatoria de Celso Amaral (PTB-ARENA/SP). Os demais membros efetivos incluíam Edgard Pereira (PSD-MDB/BA), Antônio Bresolin (PTB-MDB/RS) e Wilson Martins (UDN-ARENA/MT), enquanto os suplentes eram Rachid Mamed (PSD-ARENA/MT) e Luiz Bronzeado (UDN-ARENA/PB). Vale frisar que esses membros não foram escolhidos de modo aleatório: possuíam, direta ou indiretamente, interesses antagônicos ao objeto de investigação da CPI.

Na biografia oficial do deputado Edgard Pereira, disponível na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa da Bahia, suas principais atividades econômicas são descritas como proprietário rural e pecuarista. Além disso, a atuação desse deputado no Legislativo reforça essa afinidade com a agroindústria. Ele foi ativo na Comissão de Agricultura e Política Rural, tanto na Assembleia Legislativa da Bahia quanto na Câmara Federal. Além disso, fez parte da Comissão Especial da Bacia do São Francisco, que foi uma área crucial para a expansão da agricultura e pecuária em territórios tradicionais de povos indígenas.

Ter um pecuarista e proprietário rural, cuja carreira política se dedicou a promover interesses do

agronegócio, em uma comissão que investiga crimes de usurpação de terras pela agropecuária é bastante emblemático. Isso ilustra o poder da elite rural no Brasil, que consegue se colocar em posições chave de fiscalização, permitindo que supervisione e, eventualmente, neutralize inquéritos policiais ou administrativos que possam ameaçar seus interesses.

Segundo o Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto n.º 62.699, de 14 de maio de 1968, no âmbito da FUNAI, com o objetivo de delimitar, demarcar, levantar topograficamente as áreas ocupadas pelos indígenas e as medidas de proteção à posse das mesmas, o deputado Rachid Mamed teria se beneficiado diretamente de sua posição política para se apropriar de terras. Ele teria feito requerimentos em seu próprio nome e de parentes.

> Em Campo Grande, exibindo o texto da lei, fizeram mais de uma centena de requerimentos de concessão de lotes entre 2 e 5 mil hectares de terras dos Kadiwéu. Rachid Mamede, que sancionara a lei, fêz vários requerimentos em seu nome e outros tantos beneficiando a parentes; o mesmo fez a maioria dos deputados que votara a favor da lei [estadual n.º 1.077, de 10 de abril de 1958] (Brasil, 1968, p. 13).

Esse tipo de acusação é particularmente grave, ao apontar que um membro da CPI de 1963, designada para investigar a usurpação de patrimônio indígena, estaria se envolvendo em práticas de apropriação de terras, usando sua influência legislativa para enriquecer tanto a si quanto à sua família. Esse relato vai além de uma simples afinidade ideológica com interesses agrários; mostra a participação ativa desse deputado no mesmo tipo de crime que o SPI era acusado de facilitar. Isso revela que a corrupção e a usurpação de terras não se limitavam à burocracia do órgão indigenista, mas também alcançavam o próprio Poder Legislativo.

Rachid Mamede, quando presidia a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, encabeçou um grupo de deputados, nos anos 1950, com o objetivo de aprovar leis que, na prática, resultariam na perda de cerca de 100 mil hectares das terras indígenas dos Kadiwéu – quase um terço de sua extensão total (Valente, 2019, p. 47).

Essa informação foi confirmada pelo termo de inquirição de testemunha José Fernando da Cruz, conduzido pela Comissão de Inquérito (CI) de 1967, instaurada pela Portaria Ministerial n.º 154, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 24 de julho de 1967, que consta no RF.

> Deputado Rachid Mamed, este presidia a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso quando da farsa intentada com a publicação de um número do Diário Oficial que reloteava a reserva dos índios Kadiuéus (Brasil, 1967, v. 5, fl. 936).

O próximo depoente, o deputado Edison Garcia compareceu, em 25 de abril de 1963, perante a CPI.

Em seu discurso, esse deputado procura legitimar as invasões de terras indígenas, no sul do antigo Mato Grosso, por fazendeiros, a partir de 1956. Amparado em um discurso desenvolvimentista, sustenta que a extensão territorial das áreas indígenas seria desproporcional ao reduzido contingente populacional que nelas vivia, argumento mobilizado para relativizar a proteção jurídica desses territórios tradicionais.

Vale frisar que, em 15 de maio de 1963, José Fernando da Cruz, ex-Chefe da 5.ª IR, em depoimento prestado perante a CPI, acusou o deputado Edson Garcia de Brito de defender "80 mil hectares de terras invadidas pelo seu sogro Manoel Orellano da Costa" (Brasil, 1967, v. 3, fl. 460). Conforme declaração do próprio parlamentar, seu sogro era "líder de toda essa classe de posseiros", atuando na defesa de seus interesses e na mobilização da opinião pública com o propósito de constranger o Estado a regularizar a situação das terras por ele ocupadas.

Esses discursos evidenciam um interesse privado-familiar do deputado Edison Garcia, alinhado a práticas de usurpação de terras indígenas – eixo da economia agrária regional do sul do antigo Mato Grosso –, em manifesta colisão com os territórios tradicionais.

No campo discursivo-parlamentar, as intervenções do deputado Edison Garcia, durante a CPI de 1963, alinhavam-se à agenda de "aproveitamento racional" de áreas reservadas e de redução da extensão das terras indígenas quando

contrapostas às demandas de pecuaristas do sul do antigo Mato Grosso.

Ao descrever os PIs Limão Verde, Cachoeirinha, Ipegue e Bananal, nos municípios de Aquidauana e de Miranda, no sul do antigo Mato Grosso, afirmou não existir ali indígena "em estado semi-civilizado", mas "índios completamente civilizados, índios que lêem, que escrevem, que são eleitores", questionando a pertinência de recursos públicos nesses PIs (Brasil, 1967, v. 1, fl. 106).

Esse discurso conjuga, de um lado, a desqualificação da necessidade de proteção territorial e, de outro, a defesa de uma integração produtivista compatível com a expansão da pecuária e da ocupação privada, em prol do agronegócio do sul do antigo Mato Grosso.

O depoente seguinte, José Maria da Gama Malcher, apresentou-se à CPI em 11 de junho de 1963. Em seu relato, declarou pertencer aos quadros do SPI desde 1940, quando tomou posse no cargo efetivo de Inspetor de Índios; afirmou exercer, desde 1957, a função de Secretário do Conselho de Proteção aos Índios. Acrescentou ter dirigido o SPI entre fevereiro de 1951 e julho de 1955. Anteriormente, chefiou a IR-2 (novembro de 1940 a 1947) e, na sequência, a Seção de Orientação e Assistência do SPI (1947 a 1951) (Brasil, 1967, v. 3, fl. 567).

Em seu discurso, Malcher destaca a questão fundiária no sul do antigo Mato Grosso e os interesses privados dos políticos por detrás das terras indígenas.

> Nessa época [entre 1951 e 1955], denunciei o Governo de Mato Grosso de estar vendendo terras do Estado acima de 10 mil hectares, denúncia essa que encaminhei ao Presidente Café Filho [1954-1955], por intermédio do Ministro. [...] Havia até escritórios para venda de terras. Os jornais trazem tudo isso. Essa minha denúncia mexeu com setores políticos. Sei que depois abriram um inquérito para apurar uma série de denúncias contra mim. Não fui ouvido (Brasil, 1967, v. 3, fl. 580).

O discurso de José Maria da Gama Malcher forma um regime de veridicção que permite a certos indivíduos (como funcionários do SPI, parlamentares e fazendeiros) afirmar o que é verdadeiro sobre "terra indígena", "aculturação" e "integração". De uma perspectiva arqueológica, isso vai além de apenas descrever fatos; é sobre a produção discursiva dos próprios conceitos – como "reserva", "devolutas", "índio integrável" e "missão eficiente" – através de regras que organizam posições de fala hierárquicas e suportes técnico-jurídicos (atas, pareceres, contratos) (Foucault, 2008a, p. 103, 126).

A intersecção entre o que se denuncia como "aparelhamento" do SPI e a "pressão" política sobre cargos-chave sugere que os discursos a respeito de compra e venda de terras, arrendamentos e redefinição de fronteiras não operam fora da legalidade, mas como parte da mecânica ordinária de administração fundiária. Nessa dinâmica, disputas cartográficas e reclassificações administrativas atuam como tecnologias para gerir tanto o território quanto seus habitantes. Essa gestão transfere a disputa do campo da proibição para o da segurança: mapas, perímetros e cronogramas administrativos passam a regular riscos e benefícios para diferentes agentes, estabilizando conflitos em vez de resolvê-los (Foucault, 2008b, p. 47-56).

Esse discurso revela, ainda, o "jogo de verdade" que faz com que a terra se apresente tanto como um problema público quanto como um ativo comercializável, ao articular posições de fala autorizadas e suportes técnico-jurídicos (CPI, diretoria, conselhos) – exatamente o tipo de regra de formação que, na arqueologia, define o que pode ser dito e por quem (Foucault, 2008a, p. 111-112).

O próximo ato da peça teatral: a (des)continuidade da CI de 1967 e a racionalidade governamental

Em 28 de julho de 1967, a Portaria n.º 154, publicada no Diário Oficial da União, nomeou os seguintes servidores: Jader de Figueiredo Correia, Procurador da Categoria; Francisco de Paula Pessoa, Técnico de Administração; e Udmar Vieira de Lima Técnico de Contabilidade, todos do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) (Brasil, 1967, v.1, fl. 1-3). Além disso, o servidor Max Luiz Almeida Nóbrega, que era datilógrafo do DNOCS, foi escolhido pelo presidente da CI de 1967 para ser o Secretário (Brasil, 1967, v. 1, fl. 13).

Sob a liderança de Figueiredo, formaram uma CI para investigar irregularidades no SPI, que foram anteriormente levantadas pela CPI de 1963, conforme a Resolução n.º 142/1965 e o Projeto de Resolução n.º 65/1964, que aprovavam as conclusões desta Comissão (Brasil, 1967, v. 1, fl. 4-12v).

A CI foi estendida pela Portaria n.º 222 e novamente instituída pela Portaria n.º 239, ambas de 1967, que nomeou, mais uma vez, Jader de Figueiredo Correia como presidente e trouxe Juarez Távora Barroso de Albuquerque Ferreira, assistente técnico no DNOCS, e Alfredo Lemos de Amorim, tesoureiro do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), para serem membros. Beatriz Gorini de Almeida, que trabalhava como escrevente-datilógrafa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi escolhida pelo presidente para ser a secretária. Posteriormente, os trabalhos foram reabertos pela Portaria n.º 78/1968. Ressalte-se que os resultados obtidos pela CI de 1967 constituíram a gênese do RF (Brasil, 1967, v. 20, fl. 4911-4978).

A partir de 3 de novembro de 1967, quando foi instalada, a CI iniciou suas investigações, que focaram em um período bem específico – os anos de 1962 e 1963 – e deram maior atenção às 1.ª, 5.ª e 6.ª IRs do SPI, com sede em Manaus, Campo Grande e Cuiabá, respectivamente (art. 3.º, do Decreto n.º 10.652/1942) (Brasil, 1967, v. 20, fl. 4911-4912). Cumpre salientar, contudo, que as irregularidades apuradas pelo RF não se circunscreveram ao referido intervalo temporal nem às regiões mencionadas, extrapolando ambos os recortes.

Dada a delimitação temática desta pesquisa, priorizaram-se as informações do RF, direta ou indiretamente, relacionadas ao sul do antigo Mato Grosso (IR-5), com foco nos conflitos fundiários presentes nos territórios tradicionais dos Kaiowá, Terena e Kadiwéu.

Em 25 de setembro de 1967, perante a CI, José Fernando da Cruz corroborou o relato de José Maria da Gama Malcher acerca dos arrendamentos irregulares de terras indígenas na IR-5 e acrescentou que as ilegalidades praticadas por servidores do SPI eram acobertadas pela ausência de registro cartorial dos títulos das propriedades rurais.

> [...] que, voltando ao caso da **IR-5** em **Campo Grande**, o depoente confirma haver encontrado irregularidades de toda a ordem; que essas **irregularidades** residiam nos contratos de arrendamento das terras dos **Kadiuéus**; que no elenco das irregularidades existia, por exemplo, o contrato celebrado com um menino de cinco anos de idade, filho do Presidente da Associação de Criadores [de Mato Grosso], Senhor Leôncio; que é possível que já hajam retirado esses e outros papéis irregulares porque **não estavam registrados no cartório e podem ser substituídos** [...] (Brasil, 1967, v. 5, fl. 925, grifos meus).

O silêncio das autoridades públicas, tal como assinalado por Malcher, pode ser compreendido – à luz do depoimento infra de José Batista Ferreira Filho perante a CI de 1967 – como forma de conivência diante das invasões aos territórios tradicionais dos Kaiowá, Terena e Kadiwéu, no sul do antigo Mato Grosso.

> [...] que dessas invasões em que as autoridades de Mato Grosso foram **coniventes**, o patrimônio indígena foi diminuído de cerca de 35.000 hectares; que em 1965 o Major Luiz Vinhas Neves fez um acordo com o Governo de Mato Grosso, ficando legalizada a perda dos 35.000 hectares; que **dentre os invasores de terras existiam familiares das autoridades mato-grossenses**, podendo citar o Sr. Gastão Muller, **sobrinho do Senador Filinto Muller** [...] (Brasil, 1967, v. 5, fl. 991, grifos meus).

A análise dos depoimentos supracitados, no contexto da CI de 1967, sob a lente da arqueogenealogia, auxilia na compreensão de como os discursos sobre os povos indígenas no RF são permeados por relações de poder, conhecimento e práticas institucionais que moldam formas específicas de subjetivação e exclusão. Em termos práticos, esse *corpus* textual deve ser visto não como um documento - um registro direto de eventos passados - mas como um monumento (Foucault, 2008a, p. 75, 127).

Essa distinção é crucial, pois o monumento não é apenas um reflexo do passado; ele é, na verdade, o resultado de um conjunto complexo de práticas, relações de poder e formas de conhecimento que o moldaram. Portanto, a tarefa

analítica não é desvendar o que os textos "realmente significam", mas sim investigar as condições que permitiram sua existência, questionando por que certos enunciados foram feitos, por quem, em um determinado momento e de uma maneira específica.

A criação da CI de 1967, nesse contexto, é um ato de poder que, enquanto investiga, também produz um discurso oficial sobre as "irregularidades no SPI", enquadrando-as em uma lógica administrativa e jurídica que reafirma a soberania do Estado. Ao destacar "graves delitos na aplicação da renda indígena" (Brasil, 1967, v. 4, fl. 840-841) e atribuir a culpa a servidores específicos, a investigação desvia a atenção da violência estrutural e institucional do projeto colonial, reforçando, ironicamente, a legitimidade do sistema que permite esse tipo de violência.

À vista disso, os depoimentos supramencionados da CI de 1967 inserem-se em uma formação discursiva do Estado que, mesmo ao denunciar abusos, acaba reproduzindo a lógica de controle jurídico-administrativo sobre os corpos e os territórios tradicionais dos indígenas. A própria estrutura dos documentos, com suas referências e linguagem técnica, sugere um saber que se quer objetivo, mas que está profundamente entrelaçado nas estratégias de poder que historicamente marginalizam esses povos. A genealogia foucaultiana, por outro lado, ajuda a rastrear como o poder se infiltra nas práticas diárias, nas instituições e nos saberes, levando a uma normalização dos comportamentos e uma hierarquização dos sujeitos.

Outrossim, os relatos sobre arrendamentos irregulares, falsificação de documentos e usurpação de terras indígenas mostram práticas de poder que não atuam apenas pela força, mas também pela burocracia, pela legalidade, e pela invisibilidade institucional. No plano institucional, o poder disciplinar não se limita a punir; ele organiza espaços, distribui corpos e cria subjetividades que são úteis ao projeto colonial e desenvolvimentista do Estado (Foucault, 1987, p. 152-153).

Ademais, a análise dos discursos aludidos revelam um mecanismo de gerenciamento da vida dos povos indígenas, que afetam os Kaiowá, Terena e Kadiwéu, que são submetidos a políticas indigenistas que os reterritorializam para áreas inadequadas e inviáveis para a continuidade da vida comunitária. A redução da aldeia Moreira a 57 hectares para 78 indígenas Terena exemplifica uma gestão estatal que compromete a sobrevivência física e cultural dessas comunidades, expondo uma racionalidade política que coloca certos corpos em risco de morte, fenômeno denominado de tanatopolítica (Agamben, 2002, p. 127-131). Essa racionalização da morte ocorre, conforme descrito no RF, dentre outras formas, por práticas de etnocídio e de genocídio desses povos indígenas, no sul do antigo Mato Grosso. Trata-se aqui de leitura atual do arquivo, não de categoria empregada pela CI de 1967.

No fundo dessa lógica de poder, encontra-se o biopoder, que se aplica à vida não para oprimi-la, mas para administrá-la, otimizá-la e multiplicá-la, sob a máxima de "fazer viver e deixar morrer" (Foucault, 1999, p. 287). O paradoxo de como um poder que visa a vida pode também matar é resolvido através do racismo institucional. Este não é só um preconceito, mas uma tecnologia de poder que divide o contínuo biológico da população, separando a raça cuja vida deve ser preservada da que, sendo vista como uma ameaça biológica, pode ser exposta à morte para a segurança coletiva (Foucault, 1999, p. 289).

É aqui que o conceito de biopoder se torna mais claro: o Estado não se preocupa em "administrar" as populações indígenas para protegê-las. O foco é, na verdade, confiná-las em áreas cada vez mais restritas, sob constante vigilância e controle. Nesse contexto, as reservas indígenas são tratadas como "estoque" de mão de obra barata ou escravizada para frentes de colonização e para obras públicas, com o fito de atender a lógica desenvolvimentista do Estado. Quando esses indígenas resistem, acabam sendo eliminados, física e culturalmente. Essa é uma forma de racismo institucional que decide, de antemão, quais vidas podem ser mantidas em confinamento e quais podem ser extintas – sob pretexto da segurança das fronteiras, da ocupação dos "vazios demográficos" e do desenvolvimento.

Na relação entre biopoder e racismo institucional, denota-se que a cumplicidade das autoridades com as invasões de terras indígenas, como mostram os depoimentos supratranscritos, revela uma institucionalização da violência contra os

povos indígenas, em nome do progresso, da colonização e da propriedade privada. A menção a familiares de políticos como beneficiários das desapropriações ilustra como o poder político se entrelaça com interesses econômicos, o que promove uma violação sistemática dos direitos humanos e fundamentais dos indígenas, em especial o atinente ao território tradicional (Foucault, 2008c, p. 258-262).

A política indigenista do SPI, assim, revela-se como a continuação da guerra por outros meios (Foucault, 1999, p. 23), uma guerra silenciosa onde os povos indígenas são apresentados como inimigos internos. A lei que destinava os Kadiwéu a "uma zona de charcos onde não poderiam sobreviver" (Brasil, 1967, v. 16, fl. 3780-3781) é um exemplo claro de biopolítica racista em sua forma mais pura: não um assassinato direto, mas uma gestão do ambiente que gera a inviabilidade da vida de um grupo.

Assim sendo, o racismo de Estado se manifesta como uma prática dentro das instituições, unindo o interesse econômico privado à ação política e à lógica de uma guerra racial por terra. O território tradicional é racializado como improdutivo, um espaço que deve "morrer" para que a vida da população nacional possa se expandir. Com isso, trata-se de uma política de morte disfarçada de legalidade e desenvolvimento (Foucault, 1999, p. 294-297).

Por fim, a análise desse arquivo da CI de 1967 revela que não se trata apenas de um registro de corrupção, mas de um monumento à complexa máquina de poder do Estado. Essa maquinaria articula formações discursivas que traduzem a violência na linguagem da administração, tecnologias disciplinares que individualizam a culpa, e estratégias governamentais que gerenciam a desterritorialização. No cerne disso tudo, há um biopoder fundamentado no racismo institucional que promove uma guerra silenciosa pela vida e pelo território. O arquivo, por si só, é uma tecnologia de poder, produzindo uma verdade estatal que, ao se concentrar em desvios, oculta a violência estrutural do sistema. Assim as dinâmicas de poder que se revelam no RF não são relíquias do passado, mas permaneceram, adaptadas, nos conflitos posteriores, sob a administração da FUNAI, mostrando a relevância contínua de uma análise crítica que percebe na paz aparente a continuidade da guerra por outros meios.

Considerações finais

A arqueogenealogia do RF revela que a tutela, a integração e o desenvolvimento formaram uma lógica de governança que transformou a "proteção" em administração dos corpos e dos territórios. Com o passar das décadas, o Estado criou um regime de verdade em que reservas, demarcações abaixo do ideal, arrendamentos e "regularizações" atuaram como estratégias de segurança, normalizando a usurpação e a precarização das terras indígenas. A desterritorialização não é apenas um desvio, mas sim uma consequência previsível dos dispositivos administrativos que transformaram conflitos políticos em rotinas burocráticas.

O levantamento das trilhas documentais destaca a importância do racismo institucional na atuação do biopoder: diferenciar para governar, garantindo a vida de alguns enquanto expõe outros à morte social e física. Dessa forma, a política indigenista se tornou uma extensão de uma guerra interna por terras, onde a linguagem da legalidade mascarou práticas de expulsão, confinamento e exploração do trabalho. O RF revela essa dinâmica: pareceres, contratos e inquéritos transformam a violência em "procedimento", e omissões repetidas em "limitações administrativas".

Do ponto de vista histórico-institucional, há uma continuidade entre o SPI e a FUNAI que coloca em xeque as narrativas de ruptura. A mudança organizacional não interrompeu a ligação entre ocupação econômica e tutela autoritária; apenas reescreveu os discursos que a legitimam. Os casos analisados no sul do antigo Mato Grosso mostram como decisões administrativas e articulações políticas regionais, apoiadas por classificações e perímetros flexíveis, mantiveram a usurpação de terras e a degradação das condições de vida dos povos afetados.

Em termos de contribuição, o estudo propõe uma matriz analítica (racionalidades–dispositivos–efeitos) que pode ser aplicada a outros contextos, além de oferecer uma

base empírica que pode ser auditada para discussões jurídicas e políticas sobre demarcação, reparação e garantias de não repetição. As implicações são diretas: políticas de integridade territorial e autodeterminação precisam romper com os discursos tutelares e seus instrumentos de "gestão do invisível" – como arquivística seletiva, cartografia oportunista e cadastros que despolitizam o conflito. Mudanças normativas isoladas não são suficientes se não forem acompanhadas de transformações nas rotinas e incentivos que atualmente reproduzem a violência como forma de administração.

Vale frisar que as questões que o RF classificou como "arrendamentos irregulares", "redução indevida de perímetros" ou "pressões políticas sobre terras indígenas" voltam a surgir no século XXI, agora com novas interpretações legais – como a tese do marco temporal, que tem sido usada repetidamente para limitar o reconhecimento de terras historicamente ocupadas por povos indígenas, com base na data da promulgação da atual Constituição Federal, qual seja, 5 de outubro de 1988. Embora este artigo se concentre no período de 1910 a 1967, em especial nas Comissões de 1963 e 1967, é bem claro que há uma continuidade entre aquelas práticas institucionais e a situação atual dos Kaiowá, Terena e Kadiwéu no Mato Grosso do Sul: demarcações inadequadas, reservas indígenas superpovoadas, grande número de arrendatários irregulares e a constante judicialização das terras indígenas. Falar sobre essa atualidade não é um anacronismo, mas sim uma forma de evidenciar a continuidade da estratégia de desterritorialização que o RF descreveu.

Por fim, encarar o RF como um monumento – e não apenas como um documento – ajuda a entender que a verdade oficial é, antes de tudo, uma tecnologia de poder utilizada pelo Estado. Mudar seus efeitos exige desestabilizar os regimes de veridicção que naturalizam cercas e remoções, ao reconectar direito, prova e memória ao modo de ser e de viver dos povos indígenas.

Notas

1 O direito à autodeterminação é uma norma fundamental do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) que estabelece que cada povo deve ter a liberdade de escolher seu próprio caminho, sem ser forçado por fatores externos. Isso envolve tanto a autodeterminação externa, que pode incluir independência, quanto a interna, que abrange autogoverno e a proteção da identidade étnico-racial. Essa ideia é consagrada no artigo 1.º do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, embora internalizados no Brasil apenas em 1992, bem como pelo art. 1.º, item 2, da Carta das Nações Unidas, de 1945.

2 Mesmo que os indígenas estejam lutando por suas terras, não são considerados plenamente capazes em juízo, sendo "substituídos por um órgão" cujos interesses podem não coincidir com os deles (Oliveira, 1998, p. 157-158). Isso resulta em um processo punitivo que vai da plena capacidade à "integração", passando pela "desindianização" e culminando na perda do direito ao território tradicional, restando apenas as vias de aquisição do direito civil comum (Oliveira, 1998, p. 158).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BRASIL. Decreto n.º 8.072, de 20 de junho de 1910. **Crêa o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1910.

BRASIL. Decreto n.º 5.484, de 27 de junho de 1928. **Approva o regulamento do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1928.

BRASIL. Código Civil (1916). Lei n.º 3.071, de 1.º de janeiro de 1916. **Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 5 jan. 1916.

BRASIL. Ministério do Interior. Portaria Ministerial n.º 154, de 24 de julho de 1967.

Instaura Comissão de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 1967.

BRASIL. Ministério do Interior. Portaria n.º 222, de 1967. **Nomeia membros da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria Ministerial n.º 154, de 24 de julho de 1967**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1967a.

BRASIL. Ministério do Interior. Portaria n.º 239, de 1967. **Altera a nomeação dos membros da Comissão de Inquérito do SPI.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1967b.

BRASIL. Ministério do Interior. Portaria n.º 78, de 1968. **Reabre os trabalhos da Comissão de Inquérito instaurada em 1967 para apurar irregularidades no SPI**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1968.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Relatório final do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto n.º 62.699, de 14 de maio de 1968**. Brasília: [s.n.], 1968.

BRASIL. Ministério do Interior. **Relatório da Comissão de Inquérito encarregada de apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios (Relatório Figueiredo)**. Brasília, 1967. 30 v.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). Resolução n.º 1, de 1963. **Institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios**. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 1963.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). Resolução n.º 142, de 1965. **Dispõe sobre o funcionamento e a prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1963 (SPI)**. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 1965.

FARMER, Paul. On Suffering and Structural Violence: A View from Below. **Race/Ethnicity: Multidisciplinary Global Contexts**, v. 3, n. 1, p. 11–28, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Power/knowledge**: selected interviews and other writings, 1972-1977. New York: Pantheon, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes

coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Nova York, 16 dez. 1966. Aprovado pela Resolução 2200 A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf. Acesso em: 1 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**. Nova York, 16 dez. 1966. Aprovado pela Resolução 2200 A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-civil-and-political-rights. Acesso em: 1 nov. 2025.

RAMOS, Alcida Rita. **Indigenism**: Ethnic Politics in Brazil. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death without weeping**: the violence of everyday life in Brazil. Berkeley: University of California Press, 1992.

VALENTE, Rubens. Agonia e extinção do Serviço de Proteção aos Índios no regime militar. **Campos – Revista de Antropologia Social**, v. 20, n. 2, p. 37-58, 2019.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.16

Ecosofía, decolonialidad y complejidad, ¿qué trascendencias ocupan en la educación actualmente?

Ecosophy, decoloniality, and complexity: what transcendences do they hold in education today?

Milagros Elena Rodríguez*
Ivan Fortunato**

Palabras clave:
Ecosofía
Complejidad
Decolonialidad

Resumen: Como objetivo de la indagación, se sostiene la tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad y su trascendencia en la educación hoy. Esta construcción se realiza mediante el transmétodo de la hermenéutica comprensiva, ecosófica y diatópica, pasando por los momentos analítico-empírico y propositivos. Tras consultar varias obras de autores con fuerte formación liberadora, contraponemos sus contribuciones con la experiencia de los autores. La enseñanza debe evitar la simplificación y abrazar la complejidad del aprendizaje, respetando diferencias y promoviendo un pensamiento dialógico y dialéctico. En el momento propositivo, la tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad como trascendencia en la educación abarca: la enseñanza del arte de vivir; la enseñanza de la comprensión; la enseñanza de la racionalidad; la enseñanza inclusiva de los invisibilizados por la modernidad, del sur global; y la enseñanza de la concordancia de supuestos contrarios. Se destaca la importancia de educar desde la diversidad cultural, rescatando conocimientos ancestrales y superando la colonialidad del saber. La crítica se centra en la necesidad de una reforma educativa que permita liberación y un entendimiento más amplio de la humanidad y del planeta, a través de una hermenéutica ecosófica y diatópica.

Keywords:
Ecosophy
Complexity
Decoloniality

Abstract: The objective of the investigation is based on the triad of ecosophy-decoloniality-complexity and its transcendence in education today. This construction is carried out through the transmethod of comprehensive, ecosophic, and diatopic hermeneutics, moving through analytical-empirical and propositional phases. After consulting various works by authors with strong liberatory training, we contrast their contributions with the authors' experiences. Teaching must avoid simplification and embrace the complexity of learning, respecting differences and promoting dialogical and dialectical thinking. In the propositional phase, the triad of ecosophy-decoloniality-complexity as transcendence in education includes: teaching the art of living; teaching understanding; teaching rationality; inclusive teaching of those invisibilized by modernity, from the global south; and teaching the concordance of supposed opposites. The importance of educating from cultural diversity is emphasized, rescuing ancestral knowledge and overcoming the coloniality of knowledge. The critique focuses on the need for educational reform that enables liberation and a broader understanding of humanity and the planet through ecosophic and diatopic hermeneutics.

Recebido em 20 de maio de 2025. Aprovado em 25 de junho de 2025.

* Docente Investigadora Titular de la UDO. Postdoctora en las nuevas tendencias y corrientes integradoras de pensamiento y sus concreciones (UJML). Postdoctora en Educación Matemática, Pensamiento y Religaje en la Transmodernidad (UNEY). Postdoctora en Ciencias de la Educación (UNEFA). Doctora en Patrimonio Cultural (ULAC). Doctora en Innovaciones Educativas (UNEFA). Magiste Scietiarum en Matemáticas (UDO). Grupo de Pesquisas Formação de Professores para o Ensino básico, técnico, tecnológico e superior (FoPeTec). E-mail. melenamate@hotmail.com.

** Professor de Educação/Pedagogia do IFSP Itapetininga. Doutor em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (FFLCH/USP, 2022), Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias (IB/UNESP, 2018) e Doutor em Geografia (IGCE/UNESP, 2014). E-mail: ivanfrt@yahoo.com.br.

Epígrafes fundamentales para comprender la urgente y necesaria decolonialidad

> También les contó una parábola: Nadie corta un retazo de un vestido nuevo para remendar un vestido viejo. Si lo hace, no solamente arruinará el vestido nuevo, sino que el remiendo no quedará bien en el vestido viejo. Ni tampoco se echa vino nuevo en odres viejos, porque el vino nuevo hará que se revienten los odres; entonces el vino se derramará, y los odres se echarán a perder. El vino nuevo debe echarse en odres nuevos. Así, tanto el vino como los odres se conservan (Lucas 5: 36-38).

> No podemos decolonizar sin nos des-ligarnos de las mentes coloniales y las prácticas opresivas, para re-ligar a la liberación; por ello es urgente des-elitizar, re-ligar, des-ligar con las disciplinas, conjuncionándolas, indisciplinando las disciplinas; rompiendo sus fronteras fuera del pensamiento abismal que las separa, y que la colonialidad global amplia y declara lo irreconciliable de su complejidad (Rodríguez, 2022).

> La disyunción y especialización cerrada. El conocimiento especializado se centra estrictamente en su objeto de estudio y termina por apartarse del contexto y acción práctica en la realidad, se muestra entonces un conocimiento parcelado y fragmentado que se olvida del conjunto y la complejidad que conforma al ser humano y en tanto separa el objeto de estudio del hombre lo cual lo hace inútil e ineficaz (Morín, 2001, p. 43).

> La ecosofía se vuelca a buscar y educar el difícil arte de habitar en el plantea como constante y des-ligador de los nuevos instrumentos de colonialidad global, ejercicio en la Educación Decolonial Planetaria Compleja; donde lo social, ambiental y espiritual van a la educación de toda la complejidad del ser humano: naturaleza-cuerpo-mente-alma-espíritu-Dios (Rodríguez, 2023, p. 87).

> El pensamiento mutilado no es inofensivo: desemboca tarde o temprano en acciones ciegas que ignoran que aquello que ignoran actúa y retroactúan sobre la realidad social, y conduce a acciones mutilantes que despedazan, cortan y suprimen en vivo el tejido social y el sufrimiento humano (Morín, 1982, p. 115).

> La idea de que los blancos europeos podían salir a colonizar el resto del mundo estaba sustentada en la premisa de que existía una humanidad iluminada que debía encontrarse con la humanidad oscurecida, llevándola hacia esa luz increíble. Este llamado al seno de la civilización siempre fue justificado por la noción de que existe una manera de estar aquí en la Tierra, una cierta verdad, o una concepción de la verdad, que ha guiado muchas de las decisiones tomadas en diferentes períodos de la historia (Krenak, 2019, p. 8).
> Se trata de la propia burocracia que, creada por los seres humanos para intentar mantener el poder y el control sobre los demás, creó un monstruo más grande y más fuerte que la propia especie (Fortunato, 2024, p. 27).

Arpegio. Las necesidades urgentes de la educación hoy, y sus carencias de la ecosofía, decolonialidad y complejidad

En la consonancia con la complejidad de la vida, de la educación vamos en el arpegio actual a presentar nuestras motivaciones en la investigación; y lo es en nuestro sentipensar, pues intentamos ser docentes de pasión, profesión y ejemplo decolonial en ejercicios des-ligándonos de los diferentes instrumentos coloniales que se van presentando; confesamos que no es fácil, así ser maestro es una profesión de ejemplo con nuestro Señor Jesucristo, en medio del oprobio, de la ignominia y de la escasa recompensa; más que el convencimiento del deber cumplido; del servicio al ser humano: pues como dice la palabra acudiendo a la sabiduría sagrada: es mejor dar que recibir y venimos a servir.

Nota importante: no hablamos de religión, poderoso instrumento colonizador, que cobra diezmos, presenta dioses castigadores, impone verdades absolutas, silencia otras espiritualidades, justifica guerras y oprime cuerpos, deseos y saberes que no encajan en su moral.

Hablamos de fe y esperanza.

Escribimos sobre Dios porque la primera autora es cristiana y manifiesta su fe en los escritos. Si tuviéramos una fe basada cualquier otra

cosmovisión, también la manifestaríamos con la misma convicción. No se trata de imponer una perspectiva religiosa, sino de reconocer que toda fe, cuando nace del respeto y del compromiso con la vida, merece ser expresada.

Ser maestro es también una profesión de resistencia y liberación, tal como nos inspira a seguir sus pasos de andariego de la educación, el patrono de la educación brasileña, Paulo Freire. En medio de un mundo de colonización biopolítica de mentes y cuerpos (Fortunato; Rodríguez, 2024), de opresión capitalista masiva que coloniza el trabajo, de escuelas que inculcan un modo de existencia soberano de cada uno por sí mismo, de gobiernos que se gobiernan por sí mismos y por los poderosos que dejan al pueblo en la miseria... Freire nos mostró un camino, la lucha por la liberación, por el fin de la opresión, por una vida decolonizada. Todo esto sólo por el amor a la vida y la creencia en la humanidad que puede volverse humana.

Hablamos en palabras elevadas, con convicción y amor, en ejercicio de la compasión en medio de convulsionados hechos planetarios, muchos de los legalizados injustamente en la educación. En la que como Quijotes batallamos con el arma más poderosa: la palabra. De esa ecosofía, como arte de habitar en planeta hablamos, nos dirimimos y anhelamos en la educación esa sensibilidad, que en la praxis hacemos camino al andar.

Con el ánimo de evidenciar en esta presentación que la tríada: ecosofía, decolonialidad y complejidad no ha tenido cabida de justicia en la educación hoy, exhibimos la indagación en siete (7) epígrafes. Comenzamos, en *el primer epígrafe*, con la Sagrada Palabra de Dios que nos habla de la urgente necesidad de vaciarnos de nuestros propios fantasmas y ejercicios de autoritarismo en la educación. Así, en el primer epígrafe, trata Lucas 5: 36-38; en la que haciendo la parábola con la educación tenemos parches a la gran crisis: nuevos instrumentos bajo la misma mente colonial, llena de injusticias, reduccionismos en todos sentidos. Y hasta que no nos vaciemos de esos oprobios no podremos ejercer una educación liberadora que sea propicia en el ejercicio de la tríada: ecosofía-decolonialidad-complejidad.

Nos hace entender la Sagrada Palabra de Dios en Lucas 5: 36-38 que cada vez que queremos ejercer una educación decolonial, ecosófica y compleja nos encontramos llenos de viejos vicios, de viejas didácticas incambiables, de instrumentos fijos para implementar competencias inhumanas; y escaseamos de sabidurías para adquirir tales excelencias; es que vamos sucios para portar ese vestido nuevo; y somos envases contaminados de autoritarismo; constantemente repetimos: así me educaron a mi así voy a enseñar yo.

Otra vez en medio de la colonialidad e imposición de la religión como opresión, sobre todo en la mentes desconocedoras del valor de la creación; corremos el riesgo de ser mal entendidos que expresen que insólitamente usamos a la religión opresiva para decolonizar. Pues no, no. La fe y el reconocimiento de Dios en el libro sagrado que ha marcado la historia de la humanidad, lleno de ciencia, astronomía, el contenido más sabio que viene de nuestra raíz, *Arché* es el que usamos para dignificar la humanidad desde su Creador. Y resaltamos: no es religión, es relación; significancia de vida, eticidad; ecosofía en lo espiritual. Es la salvaguarda de la naturaleza de la vida. Es más, pues las Sagradas Escrituras son bases de las transmetodologías decoloniales planetaria complejas, como veamos esa explicabilidad más adelante en el artículo.

En el segundo epígrafe, siguiendo la Sagrada Palabra de Dios, de la obra *Transepistemologías de los conocimientos-saberes emergentes con los transmétodos de indagación*, nos habla que en la educación no podemos decolonizar sin nos des-ligarnos de las mentes coloniales y las prácticas opresivas. Eso pasa por considerar lo encubierto de la modernidad-postmodernidad, esto es los saberes, las civilizaciones minimizadas. Para re-ligar a la liberación de la educación, por ello es urgente des-elitizar, re-ligar, des-ligar con las disciplinas, conjuncionándolas. Debemos insubordinar los conocimientos occidentales y del Norte, rompiendo sus fronteras e ir fuera del pensamiento abismal que las separa. Con ello hoy estar alerta de que la colonialidad global amplia la brecha del encubrimiento y declara lo irreconciliable de su complejidad. Más aún atenta contra la naturaleza de la creación (Rodríguez, 2022).

En el tercer epígrafe, de la obra titulada: *Los siete saberes necesarios para la educación del futuro*, Edgar Morín nos habla de uno de los problemas en la educación referidos a los conocimientos, como es la disyunción y especialización cerrada. Se traen los conocimientos de las ciencias y de esa manera se imponen en la educación. Por medio de las disciplinas el conocimiento especializado se centra estrictamente en su objeto de estudio y desecha, abstrae el contexto y la acción práctica en la vida de los educandos. Así, entonces, se muestra un conocimiento parcelado y fragmentado, separado de los saberes de los discentes. Con ello "se olvida del conjunto y la complejidad que conforma al ser humano y en tanto separa el objeto de estudio del hombre lo cual lo hace inútil e ineficaz" (Morín, 2001, p. 43). En ello, el discente no sabe que sabe en sus saberes previos, pues no le son relacionados y comienza a enajenarse de su propia educación.

Con *el cuarto epígrafe*, Milagros Elena Rodríguez, en la obra titulada: *Educación decolonial planetaria compleja y sus re-ligajes ecosóficos*, habla que uno de los elementos de la tríada en cuestión: la ecosofía. Es la que emergemos en la necesidad de educar, y volcarnos a buscar y educar el difícil arte de habitar en el plantea como constante. Para ello enlazamos con el epígrafe 1 y la necesidad de y des-ligarnos de los nuevos instrumentos de colonialidad global. Todo ello es una misión al estilo Moriniano de la Educación Decolonial Planetaria Compleja, en la que con las tres ecologías de Félix Guattari – social, ambiental y espiritual – vayamos a la educación del ser humano en toda su complejidad; esto es la hexa relacionalidad: *naturaleza-cuerpo-mente-alma-espíritu-Dios* (Rodríguez, 2023).

Con Edgar Morín, en *el quinto epígrafe* de su obra: *Para salir del siglo XX*, tan vigente en pleno siglo de la tecnología, vimos las consecuencias de evadir la complejidad de la vida, de los sistemas, del ser humano; y nos dice que el pensamiento reduccionista mutila los saberes y conocimientos, que no es inofensivo; ya que confluye en acciones ciegas que ignoran aquello que desconocen, que desde luego actúan y retroactúan sobre la realidad social y educativa, y "conduce a acciones mutilantes que despedazan, cortan y suprimen en vivo el tejido social y el sufrimiento humano" (Morín, 1982, p. 115).

En ello Edgar Morín lleva un legado pidiendo auxilio en la necesaria reforma de la educación, que es la reforma de la mente. Como ya había afirmado Vanin (2004, p. 161): "Morin plantea la educación como un desafío complejo y enfoca la necesidad de cuestionar las 'certezas'. Destaca la importancia de la incertidumbre en la construcción de una nueva mirada hacia el ser humano y el mundo". Y aquí vamos a mostrar cómo *la tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad* urge en la educación actualmente con un espacio de especialísima tarea en dicha reforma. Hemos venido emergiendo en ello, en acciones que develen la escasa formación del docente y las inhumanas políticas educativas, falsas y opresivas, al fin dirigidas al desarrollo de la colonialidad global. Por ello, hablar de ecosofía en los grupos de educandos es una estupidez si las mentes que lo adoctrinan siguen encasilladas en la colonialidad de las mentes; del hacer, ser, educar, pensar, soñar y vivir.

En el sexto epígrafe, con las palabras del intelectual indígena brasileño, Ailton Krenak, vimos que el mundo tal como lo conocemos hoy, supuestamente civilizado, es el resultado de una visión simplificada de la cultura, el progreso y, sobre todo, la humanidad. La colonización, como imposición de una forma única de ver el mundo, codiciosa, competitiva, injusta y violenta, es el modelo de vida que nos ha llegado; una herencia maldita que recibimos desde el nacimiento, y que desde la primera infancia somos adoctrinados a aceptar como única y verdadera.

Esto es tan evidente que aceptamos, sin siquiera indignarnos, que 1.600 millones de personas vivan en favelas, sin el mínimo de condiciones dignas de existencia; así como habitamos ciudades casi inhóspitas, de las cuales alrededor de 3.500 millones de personas enfrentan (o enfrentarán) problemas de salud relacionados con el cambio climático, resultantes exclusivamente de nuestro modelo colonizador de vida en el mundo. Estos datos son del informe de 2022 del Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, ONU-Hábitat.

En el último, *séptimo epígrafe*, Ivan Fortunato, inspirado en Paulo Freire, Edgar Morín,

entre otros, que han permeado su formación, en su obra titulada: *¿A quién le interesa la burocracia en la educación?* Nos responde que se trata de la propia burocracia inventada por los seres humanos, con la intención de custodiar el poder y el control sobre los demás, para oprimir; pero que con ello se ha creado un monstruo más grande y más fuerte que la propia especie humana (Fortunato, 2024). Con ello, únicamente como aporte a la problemática, podemos inferir que la burocracia hace difícil que la ecosofía, decolonialidad y complejidad tengan una trascendencia importante en la educación hoy.

Ante tal arpegio, presentación que llevamos en la indagación construyendo en rizomas, vamos rupturando para complejizar lo encubierto de la educación colonial. Investigamos entramado, más allá de las reducciones de indagaciones impuestas divididas irrestrictamente en: introducción, metodología, resultados y conclusiones, trajinamos con los rizomas donde "nada de punto de origen o de principio primero que gobierna todo el pensamiento; nada de avanzada significativa que por tanto se haga por bifurcación, encuentro imprevisible" (Zourabichvili, 2007, p. 94).

En ese sentido, en el proyecto decolonial planetario complejo que nos promueve la conformación en la educación del ciudadano planetario como urgente constructo complejo-ecosófico en la Tierra-Patria (Rodríguez, 2021), la educación ha sido ciega frente al desarrollo global. Por eso, la decolonialidad planetaria promueve la inclusión del Sur, del sur global en general, de los desmitificados del planeta y de sus cosmovisiones, así como de todos los pueblos soslayados, fruto de la racionalización *occidentalcéntrica* sin razón moral y ética, sino genocida. Por ello,

> La superioridad debe abandonarse en el respeto por la cosmovisión y respeto por la vida y el planeta tierra con ello. Esas maneras de ser y estar en la tierra no está divorciada de la ciencia, a menos que esta siga pensándose como la rectora de la cientificidad y las viejas políticas soslayadoras e inhumanas las que creen tener la forma de vivir que ya ha fracasado (Rodríguez, 2021, p. 1356).

En dicho proyecto decolonial planetario-complejidad vamos como objetivo de indagación a sustentar *la tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad* y su trascendencia, emergencia en la educación hoy. Vamos a explicitar la transmetodología de indagación.

Transmetodologías. La hermenéutica comprensiva ecosófica y diatópica en el proyecto decolonial planetario-complejidad

Como especificamos las transmetodologías decoloniales planetario complejo tienen significancia en la *Parábola de la Odre* en las Sagradas Escrituras; des-ligamos para re-ligar, echamos vino nuevo en odre nueva. No hay posibilidad de sabiduría expedita y complejidad en el pensar en la colonialidad; vamos así más allá de las metodologías a salvaguardar lo execrado de las metodologías y de los métodos; a dignificar la complejidad de la vida, el ser humano; la inclusión de la naturaleza de la vida.

El transparadigma complejo, la transmetodología y los transmétodos tienen significancia con el prefijo Dulseniano trans, que significa más allá; pero que en el espacio de la decolonialidad planetaria proyecto de la transmodernidad, "ese más allá (trans) indica el punto de arranque desde la exterioridad de la modernidad, desde lo que la modernidad excluyó, negó, ignoró como insignificante, sinsentido, bárbaro, no cultural, alteridad opaca por desconocida" (Dussel, 2004, p. 222); en ello sigue explicando el Maestro de la filosofía de la liberación que ese trans va a la salvaguarda de lo que la modernidad consideró "evaluada como salvaje, incivilizada, subdesarrollada, inferior, mero despotismo oriental, modo de producción asiático, etc. Diversos nombres puestos a lo no humano, a lo irrecuperable, a lo sin historia" (Dussel, 2004, p. 222).

En ese sentido, las transmetodologías van a la exterioridad de la modernidad-postmodernidad a salvaguardar lo que las metodologías encubrieron, excluyeron, negaron como no valioso e insignificantes como el propio sujeto investigador, como el sentipensar, los saberes soterrados, la complejidad de las categorías; entre otros. En tanto

el transparadigma, "la complejidad no es únicamente el problema del objeto de conocimiento; es también el problema del método de conocimiento necesario para este objeto" (Morín, 2006, p. 251); y esos objetos junto a sus categorías que se entrelazan no los reducimos.

Pero, ¿qué son los transmétodos? Comenzando en el proyecto decolonial planetario-complejo, en Rodríguez (2017) los transmétodos van más allá de los métodos reduccionistas, no los desmitificamos, los deconstruimos, nos desligamos de su imposición y regularización del sujeto investigador, objetivándolo como objeto, y ratificamos su significancia Dulseniana con rescatar lo encubierto de los métodos y concordar los *topoi* separados. Los transmétodos ayudan a la salvaguarda del sentipensar, des-elitizar, re-ligar, des-ligar con las disciplinas, conjuncionándolas, indisciplinando las disciplinas; desgarrando sus fronteras fuera del pensamiento abismal que las aísla (Rodríguez, 2022).

Como se afirmó en el homenaje titulado Milagros Elena Rodríguez: *Matemático con alma compleja y sentipensar decolonial planetario*, en la Revista Entretextos de la Universidad de la Guajira, en su artículo titulado Lecciones de transmétodo: qué se puede aprender de Milagros Elena Rodríguez, "la segunda lección es precisamente la de los rizomas como forma de producir conocimiento decolonial, superando el tradicionalismo académico" (Fortunato, 2022, p. 48). El transmétodo de la indagación es la hermenéutica comprensiva ecosófica y diatópica (Rodríguez, 2017, 2020, 2024a).

La hermenéutica comprensiva ecosófica y diatópica conjunciona la hermenéutica ecosófica y diatópica ambas originarias en Raimón Panikkar, quien tendrá gran influencia en la pesquisa. Así, tenemos los momentos analíticos-empíricos y propositivos. En el primero consultamos obras de reconocidas trayectorias y contraponemos sus ideas con la experiencia y sentipensar de los autores. Luego, en los momentos propositivos desprendernos de los autores y cumplir con un piso investigativo inicial del objeto complejo de la indagación: *la tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad y su trascendencia, emergencia en la educación hoy.*

Momento analítico-comprensivo. La educación colonial, antiecosófica y reduccionista hoy

Seguimos en el momento analítico-empírico de la hermenéutica comprensiva, ecosófica y diatópica; declaramos que reconocemos los esfuerzos de grandes educadores, pedagogos que han imprimido liberación a la educación y que han sido ejemplo de decolonialidad. Pero, así como ellos, también reconocemos que la colonialidad global a arropado en su intencionalidad la educación en la tierra, y esta se compone de instrumentos novedosos coloniales; se separan en *topoi* las disciplinas, los conocimientos y saberes, lo abstracto de lo concreto; se seleccionan los que son o no capaces de aprender por raza, civilización.

Reconocemos, con Paim y Luis (2020, p. 38), que los colonizadores, agresivos, invadieron los territorios "apoderándose y encarcelando tanto los cuerpos como las mentes, las tierras y la naturaleza". Y seguimos colonizados, bajo poderes económicos, industriales, mentales, biopolítico, etc.

Se enajena al ser de su historia, cotidianidad, saberes ancestrales, y se impone una educación inhumana humanista llena de competencias. Es un vandalismo en sentido generalizado, con sus sabias excepciones.

Una educación que irrespeta y fragmenta la complejidad del ser humano: naturaleza-cuerpo-mente-alma-espíritu-Dios; sin duda acciones carentes de sabiduría que aniquilan la razón del ser que se aloja en dicha complejidad; "antigua sabiduría, la que nos dice que el hombre es tierra y no sólo que habita sobre la tierra. Esto está en armonía con nuestra intuición anterior, el hombre no habita sólo en una ciudad, sino que es polis" (Panikkar, 1999, p. 107). Pero, pese a ello, se separa el ser de la naturaleza, de Dios nuestra Raíz, *Archê*, fundamento de vida. Se evade el concepto complejo de la razón y se funda sólo en la mente, contraria a las concepciones de los antiguos pensadores. "Por eso la necesidad para cualquier educación de despejar los grandes interrogantes sobre nuestra posibilidad de conocer. Practicar estas interrogaciones se constituye en oxígeno para cualquier empresa de conocimiento" (Morín, 2001, p. 11).

Separar el ser humano de la naturaleza ha hecho mucho daño a la educación y ha llevado a la colaboración expedita del ataque a dicha naturaleza, a la incomprensión de esta, ya que la naturaleza no nos origina componentes aislados, sino que más bien se nos asoma como una compleja trama de relaciones entre las diversas partes de un todo unificado (Capra, 1998). En ello estamos imbricados, y desde la naturaleza lo podemos comprender. Es como ha dicho Ailton Krenak: "no puedo imaginarnos separados de la naturaleza. Podemos distinguirnos de ella incluso en nuestra cabeza, pero no como organismo" (Krenak, 2020, p. 32).

En la incomprensión del ser humano, de su complejidad de cómo aprende, de esta manera tenemos la educación de la incomprensión, sin embargo "comprender al otro es comprender, a la vez, su identidad y su diferencia respecto a nosotros" (Morín, 2011, p. 159). Incomprendidos y desconocidos los proyectos de vidas de los estudiantes, sus riesgos a los que se ve sometido; sus carencias y opresiones; se les pide que se enajenen en la escuela, denominada así cualquier institución educativa. Con ello, la escuela es la reforma de la mente, en la que la vida decadente no importa. Esto es la escuela, que es la primera y principal institución de colonización de la mente.

Es de hacer notar que "la educación para la comprensión [...] se halla ausente de nuestras enseñanzas. Dada la importancia de la educación para la comprensión en todos los niveles educativos y en todas las edades, el desarrollo de la comprensión requiere una reforma de las mentalidades" (Morín, 2015, p. 58). Eso es la reforma del conocimiento, comprendiendo el conocimiento de estos. Desde luego, "la comprensión mutua entre humanos, tanto cercanos como extraños, es vital para que las relaciones humanas salgan de su estado de barbarie" (Morín, 2015, p. 58). Ello nos lleva a educar en la generalidad pensando en la diversidad; la generalidad humana, en tanto comprender como aprende cada quien, para luego atender problemas comunes de la tierra.

La decolonialidad de la educación es la emergencia como urgencia de una pedagogía decolonial (Ortiz; Arias; Pedrozo, 2018a), en la que el concepto clásico mismo de pedagogía lleva imbricado el concepto de epistemicidio. Esa pedagogía occidental no es la pedagogía de la urgencia, menos aún la emergencia por la salvaguarda de la vida. Y es un proceso lleno de burocracia y repetición de conceptos incomprendidos, reducidos a recetas, a un mero algoritmo en el que el más exitoso es el que mejor repite la receta del docente. Como pueden ver *la tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad es enajenada de la educación.*

La educación está llena irónicamente y de manera no sabía de una burocracia; y nos preguntamos hoy: *¿A quién le interesa la burocracia en la educación?* (Fortunato, 2024). Burocracia heredera de la colonialidad, hija privilegiada de las falsas políticas educativas, en las que muchos directivos atenientes a la educación; en general docentes le siguen el juego de aplicarla. Para nada sabias las acciones cuando el estudiante espera que sus vidas puedan mejorarse; los sistemas educativos llenos de ideología e intenciones alienantes se imponen para sostener los planes de la colonialidad global, y de los mal denominados gobiernos decoloniales; con taras coloniales sofisticadas.

La educación anti-ecosófica hoy por hoy no enseña una "política del hombre en el devenir del mundo" (Morín, 1965, p. 10). Esa antropolítica que en la educación compleja sería de comprensión expedita es negada en la reducción del servicio de la vida, de su salvaguarda en el aula. Urge que los docentes, incluyéndonos a nosotros, autores de esta investigación, "reconozcamos la pluralidad y diversidad de formas de vivir, estar, ser, pensar de nuestros estudiantes, para no incurrir en estas acciones excluyentes en las que subyace la colonialidad en alguna de sus dimensiones" (Ortiz, Arias & Pedrozo, 2018b, p. 195). Pero, ¿realmente consideramos importantes los saberes ancestrales, cotidianos, subjetivos, etnomatemáticos como para llevarlos al aula en el mismo orden de importancia que los conocimientos occidentales y del Norte?

La educación ecosófica se presenta en todas las áreas del saber con urgente necesidad, por ejemplo, en el arte, *Re-imaginando la educación científica: el proyecto Tell-us, un viaje hacia el aprendizaje a través del arte* (Ruiz, 2024). Se sabe que "el arte, con su capacidad para evocar emociones y provocar reflexiones, se convierte en un medio poderoso para interpretar y comunicar conceptos

científicos" (Ruiz, 2024, p. 3). Ejemplos en la educación ecosófica encontramos por ejemplo en la necesaria ecosofía en la educación ambiental, oír y ser tocado: desviaciones perceptivas en educación ambiental (Fernandes & Hoepers, 2024).

Entre la crisis, tenemos una educación de disociación de la vida del estudiante, donde se disocia, se disuelve y se incomunica: sujeto-objeto, alma-cuerpo, espíritu-materia, calidad-cantidad, finalidad-causalidad, sentimiento-razón, libertad-determinismo, existencia-esencia (Morín, 2001). Es la imposición de la concordancia del pensamiento abismal que hace de la educación parcelas de conocimientos donde el enseñar lleva el paradigma simplificador de la vida.

En la obra Enseñar a vivir: manifiesto para cambiar la educación, Morin nos habla de uno de los males de la educación hoy, "nuestra educación no nos enseña sino muy parcial e insuficientemente a vivir, se aparta de la vida ignorando los problemas permanentes del vivir que acabamos de evocar y recortando los conocimientos en tajadas separadas" (Morín, 2015, p. 22). Enseñar a vivir y no sobrevivir; para ello la humanidad de la humanidad debe develarse, en tanto la esperanza Moríniana, de que tenemos esperanza para el futuro pues vivimos en la etapa prehistórica del espíritu humano.

El humanismo, en su reducción del ser humano, ha impuesto un modelo educativo centrado en competencias. Se trata de una imposición acabada de conocimientos como verdades inamovibles obviando la complejidad de ellos, carente de diálogos dialógicos-dialécticos. Una imposición fuerta, "sin diálogo, el ser humano se asfixia y las religiones se anquilosan" (Panikkar, 1993, p. 148).

Por ello, la misión expedita de la sabiduría ecosófica es la salvaguarda de la vida. Nos lleva a reflexionar sobre nuestra responsabilidad ética de vivir, sin denigración, y mucho menos de nuestros orígenes. Nos desligamos de la "muerte de Dios" presente en el ateísmo del humanismo, el transhumanismo, la colonialidad global y el globalismo. En ese sentido, tomamos conciencia de que las religiones también han avalado una educación orientada a la destrucción de la naturaleza de la vida. Así, como docentes, muchas veces reproducimos acciones antihumanas, carentes de compasión, donde, "la doctrinalidad es la cara oculta de la formación" (Ortiz; Maloof; Mejía, 2021, p. 5). Esto evidencia el peligro de que cualquiera de nosotros pueda ser docente sin reverencia por la vida y ciegos ante una humanidad en crisis, permisivos frente al ataque a la naturaleza de la vida.

Esa cara oculta, ya no tan oculta de la enseñanza es aplicada en el inconformismo de los salarios ínfimos, del maltrato al docente; de la marginalización de su oficio por las falsas políticas de estado; donde el docente oprimido necesita ser rescatado. En esa falsa educación, los estudiantes claman en silencio por el rescate de su propia educación que los llena de falsas creencias; de dolor ante ver su incapacidad instaurada en su mente para liberarse; pues la inyección colonial ha sido más fuerte. Aun así, tenemos fe en los estudiantes y los creemos subversivos, así como tenemos fe en los profesores y las profesoras, que caminan con Paulo Freire por un suelo epistemológico de liberación.

Irónicamente de humanidad carece la educación humanista, "todo lo que tiene de humanista nuestra enseñanza sufre dos presiones gigantescas, una que quiere colonizarla en su interior, la de la economía llamada liberal y del tecnocratismo dominantes, la otra que la corroe y la reduce desde el exterior, la de los medios y de Internet" (Morín, 2015, p.49). En tal sentido, la educación debe decolonizarse para emerger buscando el arte de habitar en el planeta, para ello hacer germinar y provocar desde el potencial del ser humano la sabiduría "la ecosofía va mucho más allá de la visión de la Tierra como un ser vivo; ella nos revela la materia como un factor de lo real tan esencial como la consciencia o lo que solemos llamar divino" (Panikkar, 2005, p. 202).

Y en ello, la sabiduría nos revela con el Espíritu Santo, nuestro Padre, de lo que somos capaces de ser, "el Espíritu del Señor está sobre mí, Por cuanto me ha ungido para dar buenas nuevas a los pobres; Me ha enviado a sanar a los quebrantados de corazón; A pregonar libertad a los cautivos, Y vista a los ciegos; A poner en libertad a los oprimidos; A predicar el año agradable del Señor" (Lucas 4:18-19).

Volvemos así a un hermoso y sumamente importante pasaje para la humanidad, tomado del último escrito dejado por Paulo Freire:

> [...] qué urgente es que asumamos el deber de luchar por los principios éticos más fundamentales como el respeto a la vida de los seres humanos, a la vida de los demás animales, a la vida de las aves, a la vida de los ríos y a los bosques. No creo en el amor entre mujeres y hombres, entre seres humanos, si no somos capaces de amar al mundo (Freire, 2000, p. 31).

Con Paulo Freire, insistimos en liberar la educación, porque sólo así podremos romper con el estancamiento colonial que aprisiona nuestras mentes y cuerpos, y nos hace seguir la corriente impuesta por la visión única del mundo. Peor aún, una visión que nos obliga a creer que necesitamos, a toda costa, luchar por el progreso técnico y tecnológico y superar a los demás, como si fueran nuestros enemigos.

Sigamos buscando una educación liberadora, día a día, en la que imbricando al ser con su potencial

> los oprimidos van descubriendo el mundo de la opresión y se van comprometiendo, en la praxis, con su transformación y, el segundo, en que una vez transformada la realidad opresora, esta pedagogía deja de ser del oprimido y pasa a ser la pedagogía de los hombres en proceso de permanente liberación (Freire, 1992, p. 35).

Esa esperanza surge de la imperiosa necesidad de llevar a la escuela no solo conocimientos curriculares colonizados, sino también la responsabilidad de formar seres humanos conscientes y comprometidos. Estos individuos, empoderados en su capacidad de acción y reflexión, estarán preparados para enfrentar los grandes desafíos que afectan nuestro planeta, con un profundo sentido de responsabilidad hacia la preservación de la vida en la Tierra. Solo así podremos forjar una nueva generación de ciudadanos que valore la coexistencia, la sostenibilidad y el bienestar de todas las formas de vida. Pero no es nada fácil, ya que requiere un enorme y complejo esfuerzo para enfrentar una sociedad que ya ha naturalizado su condición colonial.

Desde la decolonialidad es urgente pensar en la salvaguarda de la vida y despertar esa concientización-concienciación en la educación. En ello "la ecosofía es una voz profética contra la intención pragmática de la ecología que busca una explotación "racional" de las riquezas naturales bajo el concepto de explotación blanda" (Panikkar, 1994, p. 114). De allí, *la tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad* será intermediaria a la vez que voces del silencio de los oprimidos en medio de la decadente enseñanza.

La educación ha emergido en la racionalización separada de la racionalidad, pero

> [...] la racionalización es cerrada, la racionalidad es abierta. La racionalización toma las mismas fuentes de la racionalidad, pero constituye una de las fuentes de errores y de ilusiones más poderosas. De esta manera, una doctrina que obedece a un modelo mecanicista y determinista para considerar el mundo no es racional sino racionalizadora (Morín, 2001, p. 7).

Una de las misiones fundamentales de la educación, considerando la complejidad del ser humano, es que "la educación para la vida debe favorecer, estimular una de las misiones de toda educación: la autonomía y la libertad de espíritu" (Morín, 2015, p. 39). En ello, hemos venido develando una racionalización educable únicamente en la mente; y el alma y espíritu han sido aguijoneados en las creencias y rechazo a lo que el estudiante se siente enajenado de su vida. Este enfoque nos invita a reflexionar sobre cómo la educación debe ir más allá del mero acúmulo de conocimientos técnicos, buscando cultivar la capacidad de los individuos de pensar críticamente y de actuar de manera independiente.

Sin embargo, hemos observado que, a lo largo del proceso educativo, muchas veces la racionalización se limita a la esfera de la mente, mientras que aspectos esenciales del ser humano, como el alma y el espíritu, quedan relegados a un segundo plano. Estos elementos, frecuentemente heridos por creencias limitantes y por las imposiciones de un sistema colonizador que rechaza la individualidad, hacen que los estudiantes se sientan alienados de sus propias vidas. Es esencial que la educación no solo reconozca esta complejidad, sino que también cree espacios para la expresión plena del ser, donde cada estudiante pueda integrar sus sentimientos, creencias y experiencias.

Para culminar el momento analítico-empírico de la hermenéutica comprensiva, queremos culminar generalizando con Edgar Morín, que "en el corazón de la crisis de la enseñanza está la crisis de la educación. En el corazón de la crisis de la educación están las debilidades en la enseñanza a vivir" (Morín, 2015, p. 52). Ahora nos desprendemos de la basta consulta de autores de la crisis, en tanto en lo que sigue en los momentos propositivos, con indicios en los rizomas anteriores elementos de *la tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad* que den centro a una educación liberadora, compleja, sabia y decolonial.

Momento propositivo. La tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad como urgencia en la educación hoy

No debe extrañar a los lectores que construyamos este rizoma sin usar citas de autores, pues el transmétodo da voz a los autores, que con su sentipensar y experiencia de vieja data en la educación conjugan en la construcción del objeto de estudio; en un devenir de los rizomas que se entrelazan para conformar sólidos entramados. *La tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad como trascendencia en la educación hoy* pasa por la enseñanza del arte de vivir, en esa privilegiada tarea es importante que eduquemos comprendiendo al ser humano, su devenir, y las causas consecuencias de los problemas que nos aquejan.

En ello conviene ir pensando en vivir solidariamente, con amor por nuestra tierra que es patria y el mandamiento de amarnos los unos por los otros; en la claridad que tenemos reglas para vivir; y las Sagradas Escrituras nos dan ese manual de cómo comprendernos. No hablamos de religiones, nos distanciamos de las religiones todas opresivas. Buscamos una relacionalidad con nuestro *Arché*, como ya se especificó. Bien sabemos que, al adquirir un artefacto, revisa su manual de fábrica para asegurar su correcto funcionamiento y duración. En el caso del ser humano, existen diversos libros sagrados que funcionan como manuales espirituales y guían la vida y la ética de sus seguidores. Sin embargo, la Biblia en particular se encuentra presente en hospitales, cárceles, tribunales y hasta en hoteles. ¿Por qué entonces se extrae de la enseñanza este manual divino, al que se debe obedecer, y se descuida en estos espacios tan cruciales para la vida humana?

La tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad como trascendencia en la educación hoy pasa por la enseñanza de la comprensión. Esta está unida a la enseñanza del arte de vivir bien, comprendiendo al ser humano primeramente para ver como aprende, de allí como enseñarle. Es urgente que intervenga toda la complejidad del ser humano, en la compleja manera de conocer, de enseñar y de los conocimientos-saberes. Desde los primeros niveles educativos la enseñanza debe basarse en actividades pertinentes a su vida, e ir ascendiendo poco a poco a la abstracción desde la concreción.

Se debe eliminar la simplificación y evitar las preguntas sobre la vida estudiantil. Y también evitar la burocratización. Comprender la vida y la cultura del aprendiz nos proporciona una ecología fácil para conectarnos con la complejidad en la forma de pensar y prepararse para aprender en su espacio intersubjetivo no físico, que es el espíritu social del aula; ¿O qué es una extensión del aula con mentalidad social, donde está involucrada toda la complejidad? Hacer al ser humano. La comprensión debe incluir actividades que desarrollen el arte de pensar profundamente, a través de diálogos dialógico-dialécticos; entre ellos, el respeto por las diferentes maneras de pensar sobre un mismo problema, con sus soluciones.

La comprensión en la enseñanza nos propende una valía como seres humanos y nos impulsa a la liberación como seres humanos; y a la liberación ontoepistemológica de los saberes; en ello estamos comprometidos sabiamente para ir en la comprensibilidad de *la tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad* que sin duda transciende de manera expedita en el hacer educativo

La tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad como trascendencia en la educación hoy pasa por la enseñanza de la racionalidad. En ello racionalidad-racionalización deben ir juntas, ya que muchas veces la enseñanza colonial se basa sólo en la racionalización obviando la racionalidad. Pero también de sentipensar en la enseñanza a la luz de filosofar sabiamente los conceptos, sus ejemplos, sus problemas, de conectar y el bagaje de saberes.

Aperturando, deconstruyendo el autoritarismo y excluyente de los conocimientos. Para que estos, de forma unitiva, conecten con los saberes y en la salvaguarda de los aportes de las civilizaciones podamos educar en la complejidad del ser humano. En la alegría, en la fe en el educando, motivándole y llevándole a creer en sí mismo. En que su historia de vida, por muy llena de dificultades, puede ser liberada en una educación para la libertad.

La tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad como trascendencia en la educación hoy pasa por la enseñanza inclusiva de los encubiertos de la modernidad-postmodernidad, del sur global. Esta apertura está relacionada con todas las anteriores. En tanto, enseñando a vivir, enseñando a comprender en la diversidad de la creación, podemos solidarizarnos con el dolor de nuestros congéneres. Así cómo podemos ir pensando en cómo aperturar la diversidad cultural sabiamente, sin asimilacionismo ni minimizaciones.

Los hechos vergonzosos que ocultaron la valía de los saberes ancestrales y que nos llevó a convencernos que existimos como: los condenados de la tierra, seres de segunda; incivilizados que llevamos a la doble culpabilidad de la que el investigador Enrique Dussel habla de la doble culpabilidad: culpable por ser de menor valía, culpable por oponerse y resistirse a la masacre. Ello ha de ser des-ligado de las prácticas inhumanas de la educación; para eso debemos insistir en conocernos para comprendernos.

La tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad como trascendencia en la educación hoy pasa por la enseñanza de la concordancia de los supuestos contrarios, tales como los que ya mencionamos. En ello, volvemos a los principios de la complejidad siempre para recursivamente comprender la conectividad Heracliana en la concordancia; en la que Edgar Morín ha regresado para beber las aguas de Heráclito de Éfeso y de Raimón Panikkar.

En ello debemos educar en la diversidad de transepistemes, eso es más allá de las epistemes coloniales, develando lo encubierto de los conocimientos, la exclusión y colonialidad. En la diversidad de transepistemes, urge la ruptura asignificativa de los rizomas como aperturas, como comunidades de aprendizaje. Pero, sobre todo, se destaca su integralidad profundamente multiplicativa. Se trata de apertura y construcciones de aportes a un fin ilustre por salvaguardar la tierra, con su inmensa diversidad. Con ello, se impulsa la búsqueda y provocación de una política nacional y comunitaria, que trascienda y deconstruye la sociedad capitalista. Esto puede permitir avanzar en la construcción de transepistemes como cultura solidaria, formando comunidades de salvaguarda de la naturaleza de la creación. Ciudadanos planetarios con mentes decoloniales que investiguen desde la vida y para la vida.

La diversidad transepistémica se nutre del axioma epistemológico: la complejidad, el tercer pilar de la transdisciplinariedad; esto es la transdisciplina en la habilidad, que traspasa transversalmente mediante un diálogo de saberes; minimizando el pensamiento abismal que impedía la conjunción transdisciplinar y transversal. Al mismo tiempo el pensamiento complejo se distinguen tres principios en la transdisciplinariedad decolonial: el dialógico, que a diferencia de la dialéctica, que abraza los opuestos ahora conjuncionándolas en la diversidad transepistémica, que son complementarios y antagonistas y de esa manera aceptados sin cobrar preeminencia; donde la recursividad organizacional que es un proceso circular, donde la causa es efecto y el efecto causa, se considera la ecología de la acción: los productos son productores y los productores son productos y el principio hologramático.

Vamos a concluir inconclusamente; en tanto hemos dejado rupturas en los rizomas para seguir conociendo, entramando; las indagaciones transmetódicas no buscan verdades acabas, sino que danzan al ritmo de la vida cambiante, de las mutaciones y permutaciones de nuestra tierra.

Momento propositivo conclusivo. Seguimos en las líneas de investigación: *hacemos camino al andar*

Como objetivo de la indagación se ha sustentado *la tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad y su trascendencia en la educación actualmente.* El hecho de haber investigado desde el transmétodo la hermenéutica comprensiva, ecosófica y diatópica; pasando por los momentos analítico-empírico y los propositivos. Para ello hemos consultado una gran

cantidad de obras originales en autores de alta formación liberadora, contraponemos sus aportes con la experiencia de los autores. En el momento propositivo tenemos *la tríada ecosofía-decolonialidad-complejidad como trascendencia en la educación hoy pasa por: la enseñanza del arte de vivir; la enseñanza de la comprensión; la enseñanza de la racionalidad; la enseñanza inclusiva de los encubiertos de la modernidad-postmodernidad, del sur global; la enseñanza de la concordancia de los supuestos contrarios.*

En todas estas posibilidades para dar inclusión a dicha tríada en la educación manifestamos una hermenéutica comprensiva. En ella, la que la hermenéutica ecosófica y la hermenéutica diatópica han aportado las categorías ecosófica y diatópica. Estas, además de estar presente en dicha tríada, nos inducen a la comprensión de la crisis de la educación y de sus urgentes necesidades. Necesidades a las que bien puede responder la propuesta ecosofía-decolonialidad-complejidad, como aporte al difícil arte de vivir. La gran crisis mencionada pasa en primer lugar por la reforma del pensamiento; el difícil arte de pensar en tanto dialógica y dialéctica que nos lleve a procesos metacognitivos profundos para aportar en los diversos problemas planetarios, su comprensión y en la conformación de un ciudadano planetario.

Nótese la vasta necesidad de continuar el estudio de las líneas de investigación. En la ruptura y apertura de los rizomas, se abre la posibilidad de seguir investigando. En ello, los rizomas ofrecen una complejidad abierta y una inclusión que emerge de la necesidad de comprender, ante todo con una mente reformada, cómo la educación en general, excepto en grandes transformaciones, ha llegado a ser lo que es. Un depositario de competencias e ideologías, con el fin de formar para la colonialidad global y la complacencia con sus planes, que atentan contra la naturaleza de la creación. Hacemos camino al andar al estilo Antonio Machado. Y, al estilo de Paulo Freire, no abandonamos el camino a pesar de las dificultades impuestas colonialmente; Al contrario, resistimos y esperanzamos que haya un mundo de liberación por encontrar.

Exvoto: La autora sabiendo que la liberación total la salvación la ha cedido Dios amado con su Hijo Jesucristo en la cruz, que es la verdad y la vida coadyuvamos en re-vindicar la creación; nos despedimos sabiendo que es imperativo acatar la Palabra: "La palabra de Cristo more en abundancia en vosotros, enseñándoos y exhortándoos unos a otros en toda sabiduría, cantando con gracia en vuestros corazones al Señor con salmos e himnos y cánticos espirituales" (Colosenses 3:16). Como autora dedico a Dios con toda mi complejidad llena de sabiduría del Espíritu Santo en humildad, y labrar caminos en medio de la desolación y el oprobio; y expreso mis deseos de usar mis dones dados a favor de la humanidad, "te alabaré, oh Jehová, con todo mi corazón; contaré todas tus maravillas" (Salmos 9:1). El autor ofrece este escrito a la poderosa manera de esperanzar de Paulo Freire y la elocuente manera de educar, sin colonizar las mentes.

Referencias

CAPRA, Fritjof. **La trama de la vida**. Barcelona: Anagrama, 1998.

DUSSEL, Enrique. Sistema-mundo y Transmodernidad. En: BANERJEE-DUBE, Ishita; MIGNOLO, Walter. **Modernidades coloniales:** otros pasados, historias presentes. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2004.

FERNANDES, Michele; HOEPERS, Ana. Tocar e ser tocado: desvios perceptivos em educação ambiental. **Areté Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, v. 23, n.37, e24014, p.1-21, 2024.

FORTUNATO, Ivan. Lecciones de transmétodo: qué se puede aprender de Milagros Elena Rodríguez. **Entretextos**, v. 16, n. 30, p. 46-55, 2022.

FORTUNATO, Ivan. ¿A quién le interesa la burocracia en la educación? **Revista @mbienteeducação**, v. 17, e023004, p. 1-30, 2024.

FORTUNATO, Ivan; RODRIGUEZ, Milagros Elena. Biopolítica, decolonización y escuela: ¿Cuál es el lugar de la enseñanza?. **Revista Espirales**, v. 8, n. 1, p. 13–34, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogía del oprimido**. Siglo XXI, Madrid, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: editora UNESP, 2000.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MORÍN, Edgar. **Introduction à une politique de l'homme**. París: Seuil, 1965.

MORÍN, Edgar. **Para salir del siglo XX**. Barcelona: Editorial Kairós, 1982.

MORÍN, Edgar. **Los siete saberes necesarios para la educación del futuro**. Bogotá: Magisterio, 2001.

MORÍN, Edgar. **El método 3:** el conocimiento del conocimiento. Madrid: Cátedra, 2006.

MORÍN, Edgar. **La vía para el futuro de la humanidad**. Barcelona: Ediciones Paidós, 2011.

MORÍN, Edgar. **Enseñar a vivir:** manifiesto para cambiar la educación. Buenos Aires: Nueva Visión, 2015.

PAIM, Elison Antonio; LUÍZ, Solange Evangelista. Decolonizando tempos, espaços e memórias: diálogos entre os saberes escolares e os saberes comunitários na Província da Huíla em Angola. **Cadernos do Ceom**, v. 33, n. 53, p. 36-50, 2020.

PANIKKAR, Raimón. Diálogo intrarreligioso. En: Floristán, C.; Tamayo, J. (Org.). **Conceptos fundamentales del cristianismo**. Madrid: Trotta, 1993.

PANIKKAR, Raimón. **Ecosofía:** para una espiritualidad de la Tierra. Barcelona: San Pablo, 1994.

PANIKKAR, Raimón. **El espíritu de la política:** homo politicus. Barcelona: Península, 1999.

PANIKKAR, Raimón. **De la mística:** experiencia plena de vida. Herder. España, 2005.

ORTIZ; Alexandre; ARIAS, Maria; PEDROZO, Zaira. **Decolonialidad de la educación:** emergencia/urgencia de una pedagogía decolonial. Magdalena: Editorial Unimagdalena, 2018a.

ORTIZ; Alexandre; ARIAS, Maria; PEDROZO, Zaira. Hacia una pedagogía decolonial en/desde el sur global. **Revista NuestrAmérica**, v. 6, n. 12, p.195-222, 2018b.

ORTIZ; Alexandre; MALOOF, Ana; MEJÍA Habib. Decolonizar las ciencias de la educación: pedagogía, altersofía y hacer educativo decolonial. **Boletín REDIPE**, v. 10, n. 12, p.58-87, 2021.

RODRÍGUEZ, Milagros Elena. **Fundamentos epistemológicos de la relación patrimonio cultural, identidad y ciudadanía:** hacia una Educación Patrimonial Transcompleja en la ciudad. Tesis (Doctorado), Universidad Latinoamericana y el Caribe, Venezuela, 2017.

RODRIGUEZ, Milagros Elena. La hermenéutica comprensiva, ecosófica y diatópica: un transmétodo rizomático en la transmodernidad. **Revista Perspectivas Metodológicas**, v. 19, p. 1-15, 2020.

RODRÍGUEZ, Milagros Elena. El ciudadano planetario: urgente constructo complejo-ecosófico en la Tierra-Patria. **Educar Mais**, v. 5, n. 5, p. 1348-1362, 2021.

RODRÍGUEZ, Milagros Elena. Transepistemologías de los conocimientos-saberes emergentes con los transmétodos de indagación. **Diálogos Sobre Educación**, n. 25, p. 1-14, 2022.

RODRIGUEZ, Milagros Elena. Complex planetary decolonial educationand its ecosophical relinks. **Boletín REDIPE**, v. 12, n. 2, p. 87-99, 2023.

RODRIGUEZ, Milagros Elena. **La hermenéutica comprensiva, ecosófica y diatópica:** un transmétodo decolonial-complejo. Durango: Instituto Universitario Anglo Español, 2024a.

RODRIGUEZ, Milagros Elena. Ancestral knowledge - ecosophy: planetary decolonial re-linkages. **PEMO: Prácticas educativas, memorias y oralidades**, v. 6, e10821, p. 1-22, 2024b.

RUIZ, María. Reimaginando la educación científica: el proyecto tell-us, un viaje hacia el aprendizaje a través del arte. **Areté Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, v. 23, n. 37, e24023, p.1-21, 2024.

SOCIEDADES BÍBLICAS UNIDAS. **Santa Biblia**. Caracas: Versión Reina-Valera, 1960.

VANIN, Elza Antonia Spagnol. Educação, articulação e complexidade por Edgar Morin. **Cadernos do Ceom**, v. 17, n. 20, p. 159-163, 2004.

ZOURABICHVILI, Francois. **El vocabulario de Deleuze**. Buenos Aires: Ediciones Atuel, 2007.

Estado, revolução e a organização de competições esportivas em Cuba (1960-1979)

State, revolution and the organization of sports competitions in Cuba (1960-1979)

Renato Beschizza Valentin*

Palavras-chave:
Esporte
Revolução Cubana
Estado

Resumo: O presente artigo contém uma análise sobre a organização de competições esportivas em Cuba entre as décadas de 1960 e 1970. A partir de uma investigação junto à imprensa cubana (sobretudo a imprensa esportiva) e aos documentos de inteligência do governo dos Estados Unidos, focalizamos o funcionamento do Estado cubano com vistas à realização de competições esportivas. Através deste artigo, procuramos lançar um foco de luz sobre algumas das principais competições esportivas promovidas pelo governo cubano durante as duas décadas que se seguiram após a revolução, de modo a desvendar as iniciativas e parcerias entre instituições governamentais, sindicatos e organizações de massa, bem como examinar a retórica oficial propagada para o público interno em função de tais eventos esportivos. Durante o recorte cronológico da pesquisa, a organização de atividades esportivas subordinou-se à busca pela ampliação da quantidade de competidores e adeptos da prática esportiva, à descoberta de talentos que poderiam representar Cuba nas competições internacionais e, por fim, à difusão ideológica no interior do país.

Keywords:
Sport
Cuban Revolution
State

Abstract: This article analyzes the organization of sports competitions in Cuba between the 1960s and 1970s. Based on research conducted with the Cuban press (particularly the sports press) and the intelligence documents of the US government, we focus on the Cuban state's operations regarding the organization of sports competitions. Through this article, we seek to shed light on some of the major sports competitions promoted by the Cuban government during the two decades following the revolution, uncovering the initiatives and partnerships between government institutions, unions, and mass organizations, as well as examining the official rhetoric propagated to the domestic public regarding these sporting events. Throughout the chronological framework of the research, the organization of sports activities was subordinated to the pursuit of increasing the number of competitors and sports enthusiasts, the discovery of talents who could represent Cuba in international competitions, and, finally, the dissemination of ideology within the country.

Recebido em 07 de agosto de 2025. Aprovado em 25 de setembro de 2025.

Introdução

O processo de esportivização da sociedade cubana teve o seu início na segunda metade do século XIX e apresentou características similares ao processo de esportivização dos Estados Unidos, inclusive a predileção por determinadas modalidades esportivas, como o beisebol, por exemplo. Segundo a literatura, a popularidade do beisebol em Cuba era demonstrativa da "dominação neocolonial dos Estados Unidos" no país (Slack; Whitson, 1988, p. 596). Na frase lapidar de um eminente historiador do esporte cubano: "*La penetración norteamericana influía en el modo de pensar del cubano, al brindarle nuevas opciones recreativas, religiosas y filosóficas*" (Goenaga, 2018, p. 41). O beisebol foi introduzido

* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Assis. Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: orenatobeschizza@gmail.com.

em Cuba em meados do século XIX, por filhos de famílias da elite *criolla* que regressaram ao país depois de terem estudado em colégios e universidades estadunidenses, nos quais o beisebol já era praticado (Goenaga, 2018, p. 39; Toro, 2011, p. 112). Em Cuba, a primeira equipe oficial de beisebol foi registrada no ano de 1868 e se chamava *Habana Base Ball Club* (Goenaga, 2018, p. 40). Todavia, no ano de 1867, nota-se o primeiro registro de uma partida de beisebol pela imprensa cubana: um desafio entre cubanos e estadunidenses em Matanzas (Goenaga, 2018, p. 15). Ainda no final do século XIX, mas também no início do século XX, a *Young Men's Christian Association* (YMCA) desempenhou um importante papel na introdução de novas modalidades esportivas no país, tais como o basquetebol e o voleibol, por exemplo (Goenaga, 2018, p. 41). Ainda que houvesse apresentações de boxe em várias partes da ilha desde o século XIX, a popularização do boxe amador em Cuba seria creditada à ação da YMCA durante os anos que se seguiram após a segunda guerra de independência cubana contra a Espanha (Reejhsinghani, 2009, p. 33, 38).

Durante a primeira metade do século XX, o esporte tornou-se um importante componente do lazer vivenciado nos círculos e espaços de convivência da elite e das camadas médias urbanas. Algumas modalidades eram mais exclusivas do que outras: o iatismo e o tênis se destacavam como sendo os esportes mais elitizados de Cuba (Toro, 2011, p. 112). Desde as primeiras décadas do século XX, os clubes mais elitizados de Havana tornaram-se palco da introdução de determinadas modalidades esportivas em Cuba, como, por exemplo, o golfe, o tênis e o pólo aquático (Padula Jr., 1974, p. 28, 30). Vejamos a seguinte citação, onde consta uma síntese das preferências esportivas da alta burguesia cubana durante as quatro décadas anteriores à revolução de 1959:

> Otra face del ocio en la alta burguesía lo constituyó la práctica deportiva de atletismo, béisbol, baloncesto, soft-ball, volley-ball, bolos, billar, esgrima, tiro, judo, natación, tenis, frontenis, polo acuático, snipers y vela (Toro, 2011, p. 112).

Em um campo esportivo marcadamente elitizado, as competições esportivas eram vistas e vivenciadas como símbolos de prestígio e distinção social. No ano de 1900, durante a ocupação estadunidense de Cuba, foi criada a *Liga Profesional Cubana*, que permitia a participação de negros e estrangeiros, muitos dos quais eram jogadores norte-americanos que, devido à cor da pele, estavam proibidos de atuar profissionalmente no beisebol dos Estados Unidos (Goenaga, 2018, p. 44). Em resposta à crescente presença de negros no beisebol cubano, foi criada, no ano de 1914, a *Liga Nacional de Béisbol Amateur de Cuba*, que proibia a participação de jogadores negros – proibição que perdurou até o ano de 1958, sendo abolida somente após a revolução (Goenaga, 2018, p. 46). Tomaram parte na Liga Nacional de Beisebol Amador as equipes de beisebol dos principais clubes cubanos, que, a partir do ano de 1946, "*se confederaron en la organización amateur o de aficionados denominada Big Five*" (Toro, 2011, p. 112). *Havana Yacht Club*, *Havana Country Club*, *Vedado Tennis Club*, *Havana Biltmore Yacht and Country Club* e *Miramar Yacht Club* eram os cinco clubes que congregavam as elites econômicas e camadas médias urbanas de Havana em torno de festas, bailes, atividades esportivas, coquetéis, *buffets*, casamentos, chás-de-bebê, etc. (Padula Jr., 1974, p. 26). Além de elitizados, tais clubes proibiam a entrada de pessoas não-brancas, tendo sido os "símbolos mais visíveis do racismo e da desigualdade de classes" em Cuba (Reejhsinghani, 2009, p. 295). Uma vez que as principais competições esportivas do país ocorriam no interior desses clubes, a imensa maioria da população cubana estava alijada da possibilidade de tomar parte em tais competições.

Após a revolução de 1959, alterou-se radicalmente o cenário esportivo em Cuba. Em janeiro de 1959, foi criada a *Dirección General de Deportes* (DGD), sob a chefia de Felipe Guerra Matos, recém-nomeado para o cargo de diretor-geral de esportes (Valentin, 2022, p. 154-155). Desde então, através da DGD, o governo revolucionário procedeu à construção de infraestrutura esportiva em diferentes regiões do país (Valentin, 2022, p. 162-163). A partir de março de 1960, o governo revolucionário expropriou os clubes esportivos (quase todos localizados em Havana) e converteu-os

em *Círculos Sociales Obreros* (CSOs), abertos para toda a população (Valentin, 2022, p. 163-165, 172-173). A partir de janeiro de 1961, outros 300 CSOs seriam construídos em todas as províncias cubanas (Valentin, 2022, p. 174). Para além das iniciativas destinadas ao provimento de infraestrutura esportiva, o governo revolucionário implementou um conjunto de iniciativas destinadas à promoção de competições esportivas em Cuba. Para tanto, foi promulgada em dezembro de 1959 a lei nº 683, cujo artigo segundo fixava, entre as funções da DGD, a de "orientar, regulamentar, organizar e dirigir as competições esportivas em nível municipal, provincial, nacional e internacional" (Valentin, 2022, p. 160-161). Em fevereiro de 1961, a DGD seria oficialmente dissolvida e substituída pelo *Instituto Nacional de Deportes, Educación Física y Recreación* (INDER), ao passo que Felipe Guerra Matos seria substituído por José Llanusa Gobel no cargo de diretor-geral de esportes (Valentin, 2024b, p. 247-248). O INDER foi criado mediante a promulgação da lei nº 936, que determinava as funções do referido instituto, dentre as quais: "*Planificar, dirigir, racionalizar, orientar y ejecutar las actividades deportivas en ámbito nacional y en su proyección internacional*" por intermédio de normas expedidas pelo diretor-geral de esportes que, obrigatoriamente, deveriam ser acatadas pelas federações e demais entidades esportivas cubanas (Valentin, 2024b, p. 249-250). Cerca de um ano depois, em março de 1962, o diretor-geral de esportes José Llanusa subscreveu a resolução 83-A, que determinou a abolição do esporte profissional em Cuba, pondo fim à organização de competições esportivas com base na iniciativa privada (Valentin, 2024b, p. 258-259). Desde então, o Estado cubano detém o monopólio sobre a promoção de competições e atividades esportivas no país.

Na literatura acadêmica, encontramos algumas referências à intervenção do Estado cubano no âmbito da organização de competições esportivas durante os anos e décadas que se seguiram após a revolução. Em sua obra seminal sobre o esporte cubano pós-revolução, Ron Pickering referiu-se a um modelo piramidal de organização de competições esportivas no país, constituído por etapas de participação em diferentes escalas, desde os níveis de base (que abrangiam esportistas dos mesmos centros de trabalho, escolas, universidades, quartéis, etc.) até o nacional, passando pelos níveis municipal, regional e provincial (Pickering, 1978, p. 157-159). Em artigo sobre o uso político do esporte em Cuba pós-revolução, Trevor Slack afirmou que as competições esportivas eram utilizadas para a difusão de imagens e *slogans* políticos, e que o próprio Fidel Castro comparecia aos eventos esportivos tanto para fazer discursos (frequentemente transmitidos através de rádio, televisão e mídias impressas) quanto para interagir com os esportistas (Slack, 1982, p. 35-37). Em artigo sobre a política esportiva do governo revolucionário de Cuba, Julie Marie Bunck referiu-se à organização de competições locais, nas quais os melhores esportistas avançavam para os níveis municipal, distrital, provincial e nacional, o que acontecia, inclusive, nas competições realizadas em escolas, universidades e instituições militares (Bunck, 1990, p. 117). Em livro sobre o esporte cubano pós-revolução, Paula Pettavino e Gelaryn Pye identificaram a existência em Cuba de um padrão organizacional a ser seguido nas diferentes competições, segundo o qual a etapa nacional de cada modalidade esportiva teria que ser precedida por competições locais e regionais, das quais tomava parte "uma ampla base de participantes" (Pettavino; Pye, 1994, p. 111). Ao longo de sua obra, as autoras referiram-se a duas competições que obedeciam ao mesmo padrão organizacional cubano desde as primeiras edições de cada competição, que começaram a ser realizadas no início da década de 1970: os Jogos dos Trabalhadores, promovidos conjuntamente pelo governo cubano e pela central sindical cubana, e os Jogos Militares, envolvendo esportistas pertencentes às Forças Armadas do país (Pettavino; Pye, 1994, p. 111-114).

Em suas afirmações sobre a organização de competições esportivas internas em Cuba pós-revolução, os autores supracitados apoiaram-se sobre um material empírico constituído mediante a observação *in loco*, a análise de discursos e depoimentos de autoridades políticas cubanas e, por fim, a consulta a algumas poucas publicações veiculadas pelos periódicos *Bohemia*, *El Deporte* e *Granma*. Nesse sentido, procuramos avançar em relação aos autores supracitados mediante a investigação junto à imprensa cubana, ainda tão

escassamente explorada no tocante à promoção de competições esportivas pelo Estado cubano. Para a escrituração deste artigo, apoiamo-nos sobre um material empírico constituído por publicações da imprensa cubana, sobretudo a imprensa esportiva. As publicações citadas neste artigo encontram-se à disposição para consulta na Biblioteca Nacional de Cuba "José Martí" (BNCJM) ou no acervo *University of Florida Digital Collections* (UFDC). Além da imprensa cubana, que constitui a principal instância empírica deste artigo, nos debruçamos sobre documentos produzidos pela *Central Intelligence Agency* (CIA), que se encontram à disposição para consulta a partir dos *links* de acesso que constam na seção de referências, ao final deste artigo. Com base nas publicações da imprensa cubana e, em menor escala, nos documentos estadunidenses, procuramos analisar o papel desempenhado pelo Estado cubano na promoção de competições esportivas durante as duas décadas que se seguiram após a revolução de 1959. No presente artigo, apresentamos uma síntese de alguns dos resultados de uma pesquisa mais abrangente, acerca das políticas públicas de esporte em Cuba pós-revolução.

O campeonato nacional de beisebol amador

Nos primeiros meses de 1960, o diretor-geral de esportes Felipe Guerra Matos encontrava-se ocupado com a organização de eventos esportivos para fins diversos, inclusive com a organização de um campeonato nacional de beisebol amador (Notas, 1960, p. B2). Dentre os eventos esportivos organizados pela DGD, aquele que recebeu o maior destaque pela imprensa cubana foi justamente o campeonato nacional de beisebol amador. No dia 3 de abril de 1960, a revista *Bohemia* veiculou algumas informações a respeito dessa competição, que foi a primeira tentativa após a revolução de organizar um campeonato de abrangência nacional na modalidade esportiva predileta dos cubanos: o beisebol, comumente chamado de *pelota*. O campeonato nacional de beisebol contou com a inscrição de mais de 200 times de todo o país, 62 dos quais oriundos da província de Havana, totalizando cerca de 4 mil *peloteros*, isto é, jogadores de beisebol (Secades, 1960, p. 76). A organização do referido campeonato ficou sob a responsabilidade de Juan Elao, então diretor da "*Academia de Base Ball de la DGD*" (Secades, 1960, p. 77). Segundo Elao, o campeonato nacional de beisebol promovido pela DGD começaria desde a zona ou região das equipes inscritas, num sistema classificatório ascendente que ia do local ao nacional, passando pela etapa provincial:

> El Campeonato se está jugando por Zonas o Ligas, integradas por no menos de nueve clubes, buscándose un ganador provincial para más tarde celebrar la Série Nacional, entre los triunfadores de cada provincia. [...] Las Zonas o Ligas de cada província - sigue diciendo Ealo - se agrupan de acuerdo con la ubicación de los equipos. Por ejemplo, en la provincia de La Habana hay cuatro en total, comprendiendo dos de ellas a la ciudad propiamente. Guanabacoa, Santa Maria del Rosario, Regla, Marianao y Arroyo Arenas. Otra zona que comprende San José de las Lajas, Jaruco, Aguacate, Santa Cruz del Norte, Güines, y Melena del Sur y otra cuarta Zona que abarca Santiago de las Vegas, Managua, San Antonio de los Baños, Alquizar, Bejucal, Quivicán, Güira de Melena, Caimito y La Salud (Juan Elao *apud* Secades, 1960, p. 77).

O campeonato de beisebol amador da DGD foi descrito na reportagem como o primeiro campeonato verdadeiramente nacional na história do beisebol cubano, uma vez que a referida competição incluía jogadores e equipes de "*todos los rincones de la República*" (Secades, 1960, p. 77). A realização de um campeonato nacional de beisebol em Cuba era, aos olhos do jornalista esportivo da revista *Bohemia*, uma consequência da promoção do esporte pelo Estado cubano através da construção de espaços públicos de esporte e da distribuição de materiais e equipamentos esportivos:

> [...] el impulso económico que el Gobierno Revolucionario ha estado dando al deporte con la construcción de campos deportivos y el envío de implementos a toda la Isla, planteó la necesidad de organizar torneos que sirvieran como pase de avance en el desarrollo colectivo del sector (Secades, 1960, p. 76).

O campeonato nacional de beisebol da DGD foi uma saída encontrada para satisfazer a crescente demanda por espaço e oportunidade entre os novos *peloteros*. Mais ainda, o campeonato de beisebol da DGD foi o primeiro em Cuba a ser organizado por iniciativa do Estado, uma vez que, até então, as competições de beisebol em Cuba eram organizadas por entidades e associações privadas:

> [...] la celebración de un campeonato libre de base ball amateur interfiere la marcha de un sector que ha estado en manos de organismo particulares, principalmente la Liga Nacional Amateur de Base Ball, la cual ha venido celebrando sus justas anuales desde 1914 [...] (Secades, 1960, p. 76).

De acordo com a revista *Bohemia*, a iniciativa da DGD de organizar um campeonato nacional de beisebol despertou uma oposição no interior dessa modalidade esportiva. Temia-se que o campeonato da DGD provocasse o esvaziamento e, por consequência o desprestígio das outras ligas e competições de beisebol:

> Algunos líderes del sector consideran que la fuerza creadora de la DGD acabará por absorber y destruir los campeonatos convocados por circuitos particulares (Secades, 1960, p. 76).

Nos termos do jornalista esportivo da revista *Bohemia*, tratava-se de um "velho problema" do esporte cubano, e não apenas do beisebol, que remonta a criação da *Dirección General Nacional de Deportes* (antecessora da DGD) no começo da década de 1940:

> Uno de los viejos problemas del deporte nacional ha vuelto a plantearse en estos días, al comenzar el pasado sábado en el Stadium Universitario el campeonato libre de base ball amateur de la Dirección General de Deportes, cuyo rayo de acción abarcará toda la República. Desde que la DGD, bajo el nombre de Dirección General Nacional de Deportes, fue creada hace veinte años, la misma pregunta ha sido invariablemente: ¿debe limitarse el organismo a supervisar y ayudar a las entidades que hacen deportes, o debe auspiciarlos y organizarlos también? (Secades, 1960, p. 76).

A polêmica girava em torno das atribuições da DGD enquanto organismo estatal. Os porta-vozes do discurso antagônico em relação à DGD eram os grupos e indivíduos que controlavam as federações e demais entidades esportivas. Tais grupos e indivíduos desejavam que a DGD se limitasse a dar apoio às entidades esportivas que organizavam as competições oficiais. Diante das críticas dirigidas ao campeonato de beisebol da DGD, o diretor-geral de esportes Felipe Guerra Matos respondeu afirmando que a intenção do governo revolucionário era satisfazer os desejos de uma numerosa parcela da população cubana, que ansiava por uma oportunidade de participar de torneios e competições oficiais no esporte de maior apelo popular no país:

> Nosotros no queremos destruir a nadie, pero tampoco podemos dejar abandonados a miles de jóvenes que desean practicar su deporte favorito y no pueden hacerlo con el incentivo de competencias oficiales. Estamos haciendo campos deportivos y entregando implementos para la práctica de los deportes y si los organismos privados que funcionan en nuestra pátria no pueden, por sus reglamentaciones, dar cabida a todos, es nuestro deber proporcionar al resto la oportunidad de competir (Felipe Guerra Matos *apud* Secades, 1960, p. 76)

A citação acima contém um discurso que estava destinado a defender a própria face, pois era o discurso de alguém que defendia a si próprio e ao governo diante de uma oposição formada por líderes de entidades esportivas que organizavam as competições e ligas de beisebol no país. "Nós não queremos destruir ninguém" é a primeira frase do discurso de Felipe Guerra Matos, um discurso que já começa negando uma acusação que lhe vinha sendo feita pelos seus opositores no âmbito do beisebol. Após o início de negação, visando defender a própria face, o discurso de Guerra Matos descamba para a afirmação dos propósitos e dos objetivos perseguidos pelo governo cubano no campo do esporte: "tampouco podemos deixar abandonados milhares de jovens que desejam praticar seu esporte favorito" e, ao final, "é nosso dever proporcionar a oportunidade de competir". A mensagem de Guerra Matos era a seguinte: se as associações esportivas de Cuba não organizavam um campeonato de beisebol

que abrangesse todas as regiões do país, de modo a "*dar cabida a todos*", então o Estado cubano organizá-lo-ia, de modo satisfazer os desejos de "milhares de jovens" que passaram a praticar beisebol nos campos recém-construídos e com os equipamentos distribuídos pela DGD. Ao final da reportagem, consta um enunciado que, visto retrospectivamente, parece dotado de clarividência, na medida em que prevê a continuidade e a consolidação em Cuba daquilo que o articulista define como sendo "um novo e revolucionário conceito" na organização de competições esportivas:

> No hace falta ahondar mucho en el estudio del asunto para llegar a una conclusión: el base ball amateur criollo vive un minuto de conmoción, y es posible que esté fraguándose un nuevo y revolucionario concepto sobre los sistema de competencias nacionales en el pasatiempo-rey (Secades, 1960, p. 77).

O funcionamento do campeonato de beisebol da DGD serviria de modelo para a concepção da Série Nacional de Beisebol, criada no início de 1962. Por isso afirmamos que, vista *a posteriori*, isto é, depois de consolidada a Série Nacional de Beisebol, parece dotada de clarividência a afirmação do articulista segundo a qual surgia um novo conceito de sistema de competições nacionais no "passatempo-rei". No ano seguinte, a competição não se repetiria, o que talvez tenha causado a impressão de que aquele campeonato nacional de beisebol teria sido o primeiro e o último naquele formato e com aquela abrangência.

A Série Nacional de Beisebol

No início do ano de 1962, o INDER foi responsável pela organização da I Série Nacional de Beisebol. A referida competição teria sido precedida por competições classificatórias, realizadas ao final de 1961 em escala regional e provincial (Padura; Arce, 2014, p. 19, 70, 131, 142). A revista *Bohemia* noticiou a inauguração da referida competição através de uma reportagem intitulada "*La pelota ha vuelto al pueblo*", publicada no dia 21 de janeiro de 1962 (La pelota [...], 1962, p. 74). Abaixo do título da reportagem, em letras garrafais e maiores que as do próprio título, encontra-se estampada a seguinte frase de Fidel Castro, que teria sido pronunciada pouco antes do começo do jogo de abertura: "*Este es un triunfo de la pelota libre sobre la pelota esclava*" (La pelota [...], 1962, p. 74-75). Tratava-se de um enunciado de apologia da abolição do esporte profissional em Cuba, que seria oficializada dois meses depois, através de resolução do diretor-geral de esportes José Llanusa. Senão, vejamos o que estava dizendo o primeiro-ministro cubano quando proferiu a afirmação que não apenas acompanha o título da reportagem, como também se sobrepõe a ele:

> Este es un triunfo de la pelota libre sobre la pelota esclava. Nuestros atletas ha dejado de ser mercancía para convertirse en jugadores, símbolos de nuestro deporte y netamente aficionados, defendiendo los colores municipales y provinciales a través de los torneos convocados por el INDER, culminando en este campeonato, con atletas salidos de todos los rincones de nuestra patria. Ahora sí es nacional (Fidel Castro *apud* La pelota [...], 1962, p. 75).

Era um discurso que visava legitimar e justificar as medidas tomadas pelo governo revolucionário no âmbito do esporte: por um lado, continha uma apologia do esporte amador, acompanhada de uma condenação do esporte profissional, com o objetivo de justificar e legitimar o processo (ainda em andamento) de abolição das relações de mercado e da propriedade privada no âmbito do esporte cubano; por outro lado, continha um elogio à abrangência territorial da competição, da qual tomavam parte jogadores de "todos os rincões" do país. Fidel Castro proferiu tais dizeres perante um público de 25.251 espectadores, além dos que acompanharam o pronunciamento por rádio ou televisão (La pelota [...], 1962, p. 75). Segundo a revista *Bohemia*, o grande afluxo de pessoas ao estádio *Latinoamericano* remetia à lembrança de uma "*época de oro*" do beisebol nacional, "*cuando se demostró que los peloteros cubanos podían igualarse a los mejores del exterior*" (La pelota [...], 1962, p. 75). Ainda segundo a revista *Bohemia*, a entrada de Fidel Castro em campo para efetuar a rebatida inicial teria sido objeto de

demonstrações de apoio e simpatia vindas das arquibancadas:

> Ovaciones, aplausos cerrados de la concurrencia gigante allí congregada, cantos revolucionarios de centenas de brigadistas presentes, corearon la presencia de Fidel Castro en campo (La pelota [...], 1962, p. 75).

A partir de então, a Série Nacional seria continuamente realizada ano-a-ano, contando sempre com um público massivo e com a presença de autoridades políticas, com Fidel Castro à frente. No dia 10 de fevereiro de 1963, dar-se-ia o início da II Série Nacional de Beisebol, no estádio *Latinoamericano* (Garay, 2016, p. 93). À semelhança do ano anterior, a II Série Nacional contou com quatro equipes: *Azucareros*, *Industriales*, *Occidentales* e *Orientales* (Pérez, 1963, p. 75). Fidel Castro compareceu à abertura da competição, tendo sido ovacionado ao entrar no estádio (Garay, 2016, p. 93). Assim como ocorreu na I Série Nacional, Fidel realizou a primeira rebatida e acertou: "*Fidel demostró ser por segunda vez un gran bateador. En la inauguración de las dos series bateó de hit. Tiene de dos dos*" (Pérez, 1963, p. 72). Por ocasião da abertura da II Série Nacional, Fidel Castro pronunciou os seguintes dizeres, que foram veiculados dentro de Cuba via rádio e televisão:

> Ahora sí estamos celebrando un campeonato nacional. Eso se lo debemos al método de selecciones. Los peloteros son ahora gente del pueblo, muchachos humildes que ahora tienen la oportunidad de jugar pelota [...] Este sistema de selección es magnífico porque ha permitido seleccionar los mejores de cada equipo perdedor, es decir que de selección en selección se ha llegado aquí al campeonato nacional. [...] Ahora los pueblos importantes del interior tendrán la oportunidad de ver el campeonato. Antes solo veían juegos de exhibición. También la radio y la televisión les llevarán a sus hogares todas las incidencias del campeonato. A veces transmiten desde varios lugares y el que está en Oriente podrá enterarse de lo que está sucediendo cuando el equipo de su provincia juega y lo que están haciendo aquí en la capital los otros conjuntos (Fidel Castro *apud* Garay, 2016, p. 93-94).

Na citação acima, Fidel Castro referiu-se ao modo de seleção dos jogadores para a Série Nacional. Esse método de seleção ocorria desde a escala local até a nacional, passando pelas etapas municipal e provincial. As equipes de um mesmo município disputavam entre si; as seleções municipais (compostas por jogadores da equipe campeã, mas também por jogadores das equipes derrotadas no município) competiam entre si na escala provincial; e os melhores jogadores da etapa provincial compunham alguma das quatro equipes que disputavam a fase nacional propriamente dita. Trata-se de uma forma de organização de competições esportivas que parece ter sido o resultado de um processo de aprimoramento daquilo que foi realizado três anos antes, quando a DGD promoveu o primeiro campeonato nacional de beisebol amador. Segundo Fidel, a Série Nacional tinha três vantagens em relação às ligas de beisebol outrora existentes no país: 1) criava oportunidade para que o público do interior acompanhasse os jogos; 2) propiciava a participação de jogadores de origem simples; 3) permitia que os melhores jogadores das equipes derrotadas fossem selecionados para a etapa seguinte.

Encontramos um maior detalhamento acerca dessa forma de organizar uma competição esportiva numa edição da revista *Bohemia*, publicada em fevereiro de 1964, por ocasião da III Série Nacional de Beisebol. Primeiramente, as equipes competem em escala local, por "zonas" de um município:

> Después de jugarse por zonas se llegó a la competencia en nível regional. Seguidamente vino el Campeonato Provincial (las dos categorías integradas), celebrándose en cada província por el sistema de doble eliminación. De aquí salió el ganador a nível provincial y se formaron las selecciones de los mejores equipos perdedores. Los equipos campeones llevaron los nombres de Pinar del Río, La Habana, Matanzas, Las Villas, Camagüey y Oriente. Y las selecciones Vergueros, Industriales, Hequeneros, Azucareros, Granjeros y Mineros. De esta forma los doce equipos se dividieron en dos regiones: la Occidental y la Oriental. Se celebró el campeonato en cada una de estas regiones, entre los seis equipos por el sistema de todos contra todos (series de tres juegos). De cada región salió un campeón que clasificó para la série nacional; haciéndose de los cinco equipos

> restantes en cada región las selecciones que llegaron a la gran justa beisbolera con los nombres de Occidentales y Orientales (Pérez; Heydrich, 1964, p. 42-43).

Tratava-se, portanto, de uma competição cujo funcionamento era territorializado, de modo a abranger todas as regiões e localidades que compõem o território nacional. Desde a escala municipal, dividida por "*zonas*", a III Série Nacional de Beisebol contou com a participação de 40.953 *peloteros* distribuídos ao longo de 2.285 equipes, das quais 122 eram de "*primera categoría*" (Pérez; Heydrich, 1964, p. 38, 42). Na partida de abertura, em fevereiro de 1964, estiveram presentes 34.978 espectadores, que estabeleceram um recorde de público (Pérez; Heydrich, 1964, p. 38). A quantidade de participantes e espectadores da III Série Nacional era o resultado do "*régimen de participación*", implementado pelo INDER durante a gestão de José Llanusa (Garay, 2016, p. 95). O conceito de "regime de participação" foi empregado à época pela revista *Bohemia* para informar os seus leitores sobre a III Série Nacional:

> Sin precedentes resultó la inauguración de la Tercera Série Final Nacional de Béisbol Aficionado. Es la culminación del régimen de participación, implantado por el INDER, donde intervinieron desde la base 40. 953 atletas en 2.285equipes, llegando a la etapa de calidad todo lo que vale y brilla en nuestra pelota, en cuatro conjuntos: Azucareros, Industriales, Occidentales y Orientales, los que se disputarán la supremacía de nuestro deporte nacional (Pérez; Heydrich, 1964, p. 38).

Em meados da década de 1960, a partir da V Série Nacional de Beisebol, a organização de competições esportivas em Cuba ficaria marcada pela introdução de estímulos morais. Naquela oportunidade, um *pelotero* de cada equipe seria homenageado publicamente com o título de "*Vanguardia*" (Pérez, 1966, p. 44). A escolha do homenageado seria feita por meio de votação entre os jogadores de cada equipe. Quais atributos ou qualidades deveriam ser levados em conta para a escolha dos "*Atletas Vanguardias*"? Eis a resposta de Ciro Pérez, membro da direção nacional do INDER:

> Conducta Revolucionaria, disciplina dentro y fuera del terreno, 'joseo' en el juego, trato a los compañeros, cuidado observado por los efectos deportivos, etcétera (Pérez, 1966, p. 44).

No discurso oficial do INDER, a referida homenagem era uma medida que visava estimular a adoção de determinadas atitudes ou mesmo de um determinado padrão de comportamento entre os esportistas:

> Y es que el deporte socialista, puro y aficionado en su concepción más amplia, estimula no sólo a los de mejor actuación en el diamante, sino también a los que con su actitud, comportamiento y disciplina, se hacen merecedores del aprecio y respeto de sus compañeros y de su pueblo (Pérez, 1966, p. 44).

Abaixo do texto supracitado, a revista veiculou as fotos dos jogadores "*vanguardias*", acompanhadas de uma minibiografia de cada um deles (Pérez, 1966, p. 44). Quase que invariavelmente, os atletas-vanguarda foram descritos pelo número de atuações na Série Nacional, pelo local de origem, pela profissão, pelo local de trabalho, pela idade e pelo "comportamento exemplar".

Os Jogos Esportivos Nacionais

No dia 8 de outubro de 1965, a revista *Bohemia* publicou uma reportagem de Ciro Pérez sobre os *Juegos Deportivos Nacionales*. Nessa reportagem, os Jogos Esportivos Nacionais foram apresentados como "*el máximo evento deportivo nacional*" (Pérez, 1965a, p. 50). Um total de 405 atletas de todas as províncias teriam participado dos Jogos Esportivos Nacionais, após terem se classificado desde a etapa de base, por zonas de um mesmo município, quando houve a participação de aproximadamente 2.082 pessoas (1.488 homens e 594 mulheres) (Pérez, 1965a, p. 50). O evento abrangeu 20 modalidades esportivas, a saber: atletismo, arquearia, natação, ginástica, futebol, basquetebol, esgrima, voleibol, pólo aquático, boxe, luta olímpica, tênis, ciclismo, tiro, levantamento de

pesos, remo, tênis de mesa, judô, canoagem e iatismo (Pérez, 1965a, p. 50). A reportagem esclarece ainda que os Jogos seriam realizados a cada quatro anos e que a primeira edição seria iniciada no próximo dia 21 de outubro, data do quinto aniversário da União de Jovens Comunistas (UJC) (Pérez, 1965a, p. 50).

No dia 15 de outubro de 1965, a revista *Bohemia* voltaria a tocar no assunto dos Jogos Nacionais, por meio de uma reportagem de Ciro Pérez, segundo o qual os Jogos Nacionais foram concebidos como um "*paso decisivo y fundamental para nuestro frente deportivo*" (Pérez, 1965b, p. 75). Outro aspecto marcante da reportagem consiste no entendimento de que a revolução de 1959 foi um "divisor de águas" entre passado e presente:

> Los jóvenes tienen acceso a todas las actividades, tanto culturales como deportivas, los antiguos Clubs, Campos Deportivos, etc., que antes los disfrutaban nada más que una minoría de privilegiados, hoy están en manos de nuestro pueblo; el Gobierno Revolucionario, encabezado por nuestro Comandante en Jefe Fidel Castro, ha puesto especial interés en el desarrollo de los deportes y la Educación Física, viendo en ello un vehículo idóneo para obtener hombres de grandes condiciones morales y físicas, capaces de construir la nueva Sociedad: hombres sanos, saludables, vigorosos, de fuertes brazos y espaldas anchas, donde descansen los destino de la Patria [...] (Pérez, 1965b, p. 75).

No discurso acima, além da revolução enquanto "divisor de águas", nota-se o entendimento de que a prática esportiva constituía um dos meios para se chegar ao "homem novo"[1], um sujeito provido de "grandes condições morais e físicas", o que remetia a um ideal de homem forte, saudável, são, vigoroso, mas também honesto, solidário, abnegado, etc.

No dia 22 de outubro de 1965, a revista *Bohemia* voltou a dedicar algumas páginas para os Jogos Esportivos Nacionais. O texto em questão apresenta a transcrição de uma entrevista de Ciro Pérez com o diretor-geral de esportes Jesus Betancourt Acosta[2]. Segundo Betancourt, além de representar uma homenagem à criação da UJC, os Jogos iriam servir de "termômetro" para avaliar o nível de desenvolvimento em que se encontrava o esporte cubano naquele momento de início de um novo "ciclo olímpico":

> Estos Juegos [...] determinarán, ciertamente, qué nível técnico ocupamos en los eventos deportivos internacionales de próximos años determinados por el ciclo olímpico que comienza en Puerto Rico, en 1966, con los Juegos Centroamericanos; continúa en Canadá, en 1967, con los Juegos Panamericanos y que finaliza en México, en 1968, con las Olimpíadas Mundiales (Jesus Betancourt Acosta *apud* Pérez, 1965c, p. 45).

Ainda sobre as competições que comporiam o ciclo olímpico que se avizinhava, Betancourt acrescentou que todas elas seriam oportunas para comparar o desenvolvimento esportivo de Cuba com o de outros países americanos:

> Es muy significativo el hecho de que estos tres importantes eventos deportivos en los cuales Cuba participará se celebren en el continente americano [...]. Este es un escenario muy apropiado para confrontar nuestras fuerzas y nuestro desarrollo deportivo con los países oprimidos por el imperialismo (Jesus Betancourt Acosta *apud* Pérez, 1965c, p. 45).

Além de ser um bom teste para o novo "ciclo olímpico", os Jogos Nacionais representavam a afirmação de dois objetivos perseguidos pela direção do INDER, quais sejam, a massificação e a diversificação no âmbito do esporte. Nas palavras do diretor-geral de esportes: "*se han cumplido entre otros dos importantes principios proclamados por el INDER desde su fundación*" (Jesus Betancourt Acosta *apud* Pérez, 1965c, p. 45). No que tange ao princípio da diversificação esportiva, Betancourt afirmou que, dentre as 22 modalidades presentes nos Jogos Nacionais, a maior parte era desconhecida pelo "*nuestro pueblo antes del triunfo de la Revolución*" (Jesus Betancourt Acosta *apud* Pérez, 1965c, p. 45). No que tange ao princípio da massificação esportiva, Betancourt afirmou que os Jogos Nacionais dariam visibilidade para talentos esportivos de origem humilde, relativamente desconhecidos e, portanto, sem projeção nacional:

> La representación provincial en estos Juegos es el resultado del movimiento de masas en las provincias. Tengo la seguridad que muchos

> primeros lugares corresponderán, en esta ocasión, a atletas poco conocidos por el pueblo, nuevos valores procedentes de zonas campesinas, de centros de becados, de provincias del interior (Jesus Betancourt Acosta *apud* Pérez, 1965c, p. 45).

Em decorrência do cumprimento do princípio de massificação, os Jogos Nacionais teriam a função de descobrir talentos esportivos nas diferentes províncias e regiões de Cuba. A esse respeito, de acordo com Betancourt, apenas um município não estava representado nos Jogos; o município não é citado, apenas a sua província: Oriente (Pérez, 1965c, p. 46). Além de mensurar a qualidade dos esportistas cubanos e de revelar jovens talentos, os Jogos Nacionais eram, aos olhos de Betancourt, uma demonstração de que Cuba estava preparada para sediar competições internacionais:

> Los Juegos serán un espectáculo histórico, pues unido a la evaluación de la calidad deportiva, nos demostrarán que somos capaces de organizar cualquier competencia internacional en nuestro país (Jesus Betancourt Acosta apud Pérez, 1965c, p. 46).

De um modo geral, a organização do evento foi dividida em 14 "*Comisiones de Trabajo*" distribuídas pelo país; em Havana, havia uma comissão destinada a receber e abrigar os atletas classificados para a etapa nacional:

> Un recorrido por los albergues, el Tecnologico José Martí y el Centro de Becados de Cubanacán, nos darán una idea precisa de lo bien que ha trabajado la Comisión de Alojamiento, de Servicios Médicos, de Suministros, de Recreación, quienes hacen posible que estas pequeñas villas olímpicas tengan realmente un carácter alegre y juvenil, sin que se pierdan las normas de organización y disciplina (Jesus Betancourt Acosta *apud* Pérez, 1965c, p. 46).

Por fim, o diretor do INDER enfatizou a participação dos militantes da UJC, que "*viron como suyos estos Juegos*" (Pérez, 1965c, p. 46).

Os Jogos Esportivos Nacionais também foram noticiados pela imprensa cubana através da reportagem de Ciro Pérez intitulada "*Ejemplos que deben imitarse*", publicada pela revista *Bohemia* no dia 12 de novembro de 1965. Nessa reportagem, encontramos algumas informações acerca da Orden "*21 de octubre*", uma espécie de homenagem prestada pela UJC a figuras do esporte cubano. A direção nacional da UJC havia chegado a quatro acordos relativos aos Jogos Nacionais: o primeiro deles consistia em criar a Ordem "21 de outubro" como forma de incentivo moral aos atletas; o segundo acordo consistia em conceder, "*en casos excepcionales*", a mesma homenagem a dirigentes do INDER ou a instrutores e técnicos esportivos; o terceiro acordo consistia em reconhecer o esforço dos "*compañeros del INDER*" na organização dos Jogos; e o quarto e último acordo consistia na definição daqueles que seriam os premiados com a Ordem "21 de outubro" naquele ano (Pérez, 1965d, p. 41). Vejamos a seguir um fragmento do primeiro "*acuerdo*", no qual encontramos uma apologia ao uso de incentivos morais no âmbito do esporte:

> Primero: crear la Orden "21 de Octubre" como condecoración moral, la más alta que la UJC concede a los atletas por una conducta que sus compañeros, el INDER y el pueblo consideren ejemplar, así como por la disciplina en el entrenamiento, la práctica y la competencia. Por rendir el máximo esfuerzo en el deporte, ser vanguardia en la superación técnica, y primero en la defensa armada de la Patria, el estudio y el trabajo, actuando siempre según los principios de la moral socialista (Pérez, 1965d, p. 41).

O discurso acima preconiza um ideal de sujeito que, além de ser um atleta esforçado e disciplinado, apresente uma conduta considerada "exemplar" no estudo, no trabalho e na "defesa armada da Pátria". Não bastava o "esforço máximo" e a "vanguarda na superação técnica"; era preciso agir "segundo os princípios da moral socialista". Ora, quem foram os homenageados naquele ano com a Ordem "21 de outubro"? No quarto acordo firmado pela direção da UJC, que definiu aqueles que seriam considerados exemplares tanto no esporte quanto fora dele, temos os seguintes nomes: o atleta Enrique Figuerola, o primeiro medalhista olímpico pós-revolução; Orlando Tapia, "*Director de Actos Masivos del INDER y Director de Deportes en las FAR* [Forças Armadas Revolucionárias]"; e o soviético Mincho Todorov, professor da *Escuela*

Superior de Educación Física (ESEF) e "*Director de la Tabla Gimnástica 'V Aniversario'*" (Pérez, 1965d, p. 41). Nas palavras de Ciro Pérez: "*Figuerola, Tapia y Mincho, son dignos ejemplos que deben imitarse*" (Pérez, 1965d, p. 40).

Com base nas informações veiculadas pela imprensa cubana, os Jogos Esportivos Nacionais e a Ordem "21 de Outubro" foram iniciativas que emergiram da combinação entre a política de mobilização e o uso de incentivos morais no campo esportivo. Por um lado, os Jogos de 1965 resultaram da ampliação do regime de participação esportiva (introduzido no beisebol a partir de 1962) para as demais modalidades esportivas. Por outro lado, a Ordem "21 de Outubro" constituía uma condecoração de ordem moral, destinada não apenas a incentivar a dedicação ao esporte, mas também a consagrar um ideal de sujeito, o ideal do "homem novo", então hegemônico dentro de Cuba.

Os Festivais Esportivos de Reeducandos

Ao final da década de 1960, teve início a participação do INDER na organização de competições esportivas entre os jovens infratores que viviam nos centros de reeducação para menores. No ano de 1968, Havana foi palco do primeiro festival esportivo de reeducandos, com a participação de jovens da província capitalina (Torres, 1972, p. 15). Pouco depois, em 1971, realizou-se o primeiro festival esportivo de reeducandos em nível nacional (Torres, 1972, p. 15). O festival em questão contou com a participação de 384 reeducandos e abrangeu seis modalidades esportivas, a saber: atletismo, basquetebol, beisebol, tênis de mesa, voleibol e xadrez (Hebra, 1971, p. 3). O articulista da revista *LPV* fez questão de sublinhar que, entre o público participante, havia apenas 20 mulheres, todas elas do atletismo (Hebra, 1971, p. 3). Durante as competições, os reeducandos foram divididos em duas faixas etárias: "*menores de 16 y maiores de 16*" (Hebra, 1971, p. 3). Desde a primeira edição, o festival esportivo de reeducandos foi organizado segundo o regime de participação esportiva, com a realização de competições em três escalas:

> Estos festivales deportivos se inician en el mismo centro, donde se forman los equipos y compiten entre sí, luego, se celebra la competencia inter-centros, o sea, el nível provincial, de donde emergen los ganadores que representan a las distintas provincias a nivel nacional (Hebra, 1971, p. 3).

No ano seguinte, foi realizado o "*II Festival Deportivo Nacional de Centros de Reeducación de Menores*", que durou dois dias e uma noite e contou com a participação de aproximadamente 400 reeducandos (Torres, 1972, p. 15). Somente participaram do Festival Esportivo de Reeducandos "*los de mejor conducta, los que cumplan con los requisitos de disciplina*", e não apenas os melhores esportistas (Torres, 1972, p. 15). O referido festival esportivo era fruto de uma colaboração entre o INDER e o Ministério do Interior (MININT), que desde 1964 "*se hizo cargo de los jóvenes que mantengan una vida desordenada*" ou que se encontrassem "*incorporados en algún centro reeducativo*" (Torres, 1972, p. 15). O II Festival Esportivo Nacional de Reeducandos abrangeu um total de cinco modalidades: beisebol, futebol, atletismo, tênis de mesa e voleibol (Torres, 1972, p. 15). Segundo informou a revista *LPV*, o referido festival esportivo resultou no seguinte quadro de pódios, intitulado "*Ganadores por Deportes*":

- Beisebol: 1º) Camaguey. 2º) Las Villas. 3º) Oriente.
- Futebol: 1º) Oriente. 2º) La Habana.
- Atletismo: 1º) Camaguey. 2º) Oriente. 3º) Las Villas.
- Tênis de Mesa: 1º) Oriente. 2º) Las Villas. 3º) Camaguey.
- Voleibol feminino: 1º) Oriente. 2º) La Habana.
- Voleibol masculino: 1º) Oriente. 2º) Las Villas. 3º) Camaguey.

A julgar pelo quadro de pódios descrito acima, o Festival Esportivo de Reeducandos era organizado segundo um dos princípios do regime de participação esportiva, no caso, o princípio da territorialidade, que prezava a realização de competições desde as etapas locais, regionais e provinciais até a etapa nacional.

Os Jogos Juvenis Nacionais

A década de 1970 trouxe consigo o surgimento dos *Juegos Juveniles Nacionales*, que foram organizados pela primeira vez no ano de 1971 (Rodriguez, 1986, p. 39). Estamos falando de uma competição esportiva organizada pelo INDER e pelo Ministério da Educação (MINED). À época, o MINED dispunha de toda uma plêiade de repartições e cargos relativos ao esporte em diferentes escalões administrativos, conforme atesta a documentação da CIA (United States, 1970, p. 162, 167, 171, 173-174). No dia 19 de outubro de 1971, a revista *LPV* publicou um editorial de divulgação da primeira edição dos *Juegos Juveniles Nacionales*, que seria organizada mediante uma parceria entre o INDER e o MINED (I Juegos [...], 1971, p. 3-4). No editorial da revista *LPV*, encontramos o regulamento da competição, bem como o seu organograma. Segundo o regulamento, poderiam participar da competição jovens de ambos os sexos que tivessem entre 17 e 19 anos de idade (I Juegos [...], 1971, p. 4). Para inscrever-se nos Jogos Juvenis, os estudantes deveriam apresentar os seus respectivos certificados escolares e os trabalhadores deveriam apresentar os certificados dos seus respectivos centros de trabalho (I Juegos [...], 1971, p. 4). A participação dos estudantes estava condicionada a não ter sido reprovado em nenhuma matéria, enquanto a participação dos trabalhadores estava condicionada à manutenção de "*una actitud correcta ante el trabajo, según opinión del Consejo Laboral de los mismos*" (I Juegos [...], 1971, p. 4). Os Jogos Juvenis seriam constituídos por quatro etapas: municipal, regional, provincial e nacional (I Juegos [...], 1971, p. 4). Ao final de cada etapa, após a premiação dos vencedores, formar-se-ia uma seleção que incluía vencedores e perdedores para disputa da etapa seguinte (I Juegos [...], 1971, p. 4). Na etapa municipal, seriam considerados "municípios" os centros pré-universitários e tecnológicos, as universidades, as unidades militares, as brigadas da *Columna Juvenil del Centenario* (CJC)[3] e os centros de trabalho, de modo que os integrantes de tais espaços competiriam entre si, independentemente de estarem localizados no interior de um município *ipso facto* (I Juegos [...], 1971, p. 5) A realização do evento ficou sob a responsabilidade de nove *Comisiones de Trabajo*, a saber: 1) "*Comisión Técnica*"; 2) "*Alojamiento*"; 3) "*Transporte*"; 4) "*Abastecimiento y Vestuario*"; 5) "*Mantenimiento*"; 6) "*Recreación*"; 7) "*Divulgación y Estadísticas*"; 8) "*Premiación*"; 9) "*Comisión Médica*" (I Juegos [...], 1971, p. 5). Na etapa nacional, cada uma das oito modalidades teriam as suas competições realizadas em instalações esportivas pré-determinadas, todas elas localizadas em Havana e muitas delas batizadas com nomes de lideranças da Independência ou da Revolução, de acordo com a seguinte citação:

> Las actividades de atletismo se realizarán en el estadio "Juan Abrantes". El baloncesto se jugará en el Parque Martí y la Ciudad Deportiva. El fútbol en el Campo Armada y el Pedro Marrero. Los jugadores de béisbol dispondrán del Jesús Menéndez y el José A. Echeverría. La gimnasia moderna hará sus exhibiciones en la Escuela Nacional de Gimnástica. El pólo acuático se efectuará en la piscina de la Ciudad Deportiva. El tiro, en el polígono de la Universidad y el voleibol, en el García Moré y la ESEF Comandante Manuel Fajardo (I Juegos [...], 1971, p. 5).

A etapa nacional dos Jogos Juvenis abrangeu um total de 1.558 competidores, sendo 804 estudantes, 679 trabalhadores e 75 militares (Fernandez, 1971, p. 3). Os participantes provinham das seis províncias e da Ilha da Juventude (Fernandez, 1971, p. 3). Durante a cerimônia de abertura da etapa nacional, tomou a palavra José Fernandez, primeiro-vice-ministro do MINED, segundo o qual um dos principais objetivos do governo no âmbito dos esportes consistia em formar um "*joven saludable*", provido de uma conduta fundada em "*sólidos princípios morales*" (Fernandez, 1971, p. 4).

O Festival Esportivo da CJC

No dia 10 de outubro de 1972, a revista *LPV* publicou um artigo intitulado "*Festival Deportivo de la C.J.C.*", de Luis Sexto. Segundo informa o artigo, houve a primeira edição do "*Encuentro Nacional de Deportes" da Columna Juvenil del Centenario*" (Sexto, 1972, p. 26). Na direção nacional da CJC, havia um "encarregado de cultura, esportes e

recreação", muito provavelmente alguém cujas atribuições envolviam, entre outras coisas, a organização da referida competição esportiva (United States, 1973, p. 673). Delegações dos 10 destacamentos da CJC competiram em 5 modalidades: beisebol, voleibol, atletismo, xadrez e tênis de mesa (Sexto, 1972, p. 26). Desde junho de 1972, havia começado um processo eliminatório em cada destacamento da CJC para escolher seus representantes na etapa nacional, que constituiria o festival esportivo propriamente dito (Sexto, 1972, p. 26). À semelhança do que ocorria nos jogos escolares nacionais, não bastava destacar-se esportivamente para participar das competições da CJC; era preciso ser um bom estudante, além de ser um bom trabalhador e uma pessoa disciplinada, conforme o discurso contido na citação abaixo:

> Si el deporte se conceptúa como vehículo de formación, el columnista debe demostrar con su manifestación social, que ha asimilado las enseñanzas que su práctica conlleva. Por eso, sólo compiten los columnistas que mantienen una actitud positiva ante el trabajo, el estudio y la disciplina cotidiana. La calidad deportiva más el orden interior y disciplina, el porte y aspecto y el cumplimiento de los horarios de juego son los índices que se juzgan para otorgar los galardones (Sexto, 1972, p. 26).

Não bastava a "qualidade esportiva", era preciso dar mostras de "uma atitude positiva" perante o trabalho e o estudo, além de uma "disciplina cotidiana" e de uma "ordem interior". Em 1972, a participação nas competições esportivas promovidas pela CJC era uma espécie de recompensa para os colunistas que, nas suas práticas cotidianas, se assemelhassem ao ideal de "homem novo". Tratava-se, portanto, de um caso de estímulo moral empregado numa época de crescente utilização de estímulos materiais pelo governo cubano de forma conjugada aos estímulos morais. No alvorecer da década de 1970, o esporte ainda era utilizado em Cuba para fomentar a adoção de determinadas atitudes e formas de comportamento. No artigo veiculado pela revista LPV, predomina um discurso sobre o esporte como sendo uma prática capaz a educar as pessoas, na medida em que a prática esportiva é concebida pelo articulista como um "*medio complementario del trabajo como instrumento de forjación*" (Sexto, 1972, p. 26). Nesse sentido, o artigo em questão traz consigo a citação de um dos parágrafos da "*Ordeno nº 33*" do chefe do Estado-maior da CJC:

> Hoy la práctica del deporte constituye, sin lugar a dudas, una necesidad que contribuye a lograr la formación del hombre apto física y mentalmente para emprender las grandes tareas del desarrollo y la construcción de la nueva sociedad en nuestra patria (Ordeno nº 33 *apud* Sexto, 1972, p. 26).

Na citação acima, observamos o discurso de que o esporte é algo necessário na medida em que contribui para a formação de pessoas "física e mentalmente" capazes de levar adiante a "construção da nova sociedade" em Cuba.

Os Jogos Esportivos Militares

A primeira edição dos Jogos Esportivos Militares foi realizada em dezembro de 1963, a propósito de promover o "*desarrollo físico*" dos militares cubanos (Castro, 1963, p. 22). Nove anos depois, mais precisamente no dia 28 de novembro de 1972, a revista *LPV* publicou um artigo dedicado à segunda edição dos *Juegos Deportivos Militares*, a ser realizada em Havana entre os dias 3 e 14 de janeiro de 1973 (Hebra, 1972, p. 24). Ao descrever o evento esportivo, o articulista fala em "*fraternal emulación del músculo*", da qual tomarão parte "*soldados-atletas de las distintas Armadas, Ejércitos y Cuerpos de Ejército que conforman las Fuerzas Armadas Revolucionárias*" (Hebra, 1972, p. 24). Estamos falando de um evento organizado em "*estrecha colaboración*" entre as FAR e o INDER (Hebra, 1972, p. 24). Por parte do INDER, houve a participação da "*Dirección de Actividades Deportivas*" na organização dos II Jogos Militares (Hebra, 1972, p. 24-25). Por parte das instituições militares cubanas, tomou a palavra o capitão Eclio Lobaina, "*responsable de deportes de las FAR*", que concedeu entrevista ao semanário do INDER (Hebra, 1972, p. 24). Segundo o capitão Lobaina, a participação nos II Jogos Militares estava condicionada a dois requisitos fundamentais: que os participantes fossem "*militares en servicio activo o*

trabajadores civiles de las FAR" e tivessem "*competido en las eliminatorias efectuadas en los diferentes niveles*" (Eclio Lobaina apud Hebra, 1972, p. 25). A referida competição abrangia, portanto, militares de carreira e civis que estivessem prestando o Serviço Militar Obrigatório (SMO). Além do mais, conforme o depoimento do dirigente esportivo das FAR, os II Jogos Militares eram realizados em diferentes níveis, o que indica que a competição era organizada de acordo com o regime de participação esportiva, desde a etapa de base até a etapa nacional. No que tange à "*masividad competitiva*", princípio constitutivo do regime de participação esportiva, Lobaina acreditava que a massificação da prática esportiva dentro das FAR contribuiria para o surgimento de ícones do esporte cubano, "*nuevos valores deportivos*" que, através de "*una acertada orientación*" e "*un adecuado entrenamiento*", se transformassem em "*deportistas de primera línea*" (Eclio Lobaina *apud* Hebra, 1972, p. 25). Além de dar origem a "esportistas de primeira linha", a massificação da prática esportiva era vista como um fator "*contribuyente al desarrollo físico y mental de los militares, contribuyendo además al mejor cumplimiento de sus misiones combativas*" (Eclio Lobaina *apud* Hebra, 1972, p. 25). Lobaina afirmou também que os Jogos Militares já estavam produzindo efeitos positivos sobre o comportamento e sobre a consciência dos militares cubanos:

> [...] los Campeonatos celebrados han provocado que compañeros de diversos mandos compitan fraternalmente; estrechen sus vínculos afectivos; compartan momentos de esparcimiento y sana alegría; conozcan monumentos históricos, museos y diferentes planes y obras de la Revolución, así como otros lugares de recreación, lo que sin lugar a dados, contribuye a su desarrollo político-ideológico más completo y de igual forma en su cultura general (Eclio Lobaina *apud* Hebra, 1972, p. 26).

No entendimento do "*Responsable de deportes*" das FAR, o esporte estava atrelado ao "desenvolvimento político-ideológico" dos militares, além de proporcionar a criação de "vínculos afetivos" entre eles. À semelhança das demais competições organizadas sob o regime de participação esportiva, os Jogos Militares possuíam como atrativo a possibilidade de conhecer outros lugares e regiões do país, bem como os "monumentos históricos", "museus" e demais "obras da Revolução".

Quatro anos depois, em dezembro de 1976, os Jogos Esportivos Militares voltaram às páginas da revista *LPV*, por ocasião do encerramento da terceira edição da competição (Caminada, 1976, p. 22). Os *III Juegos Deportivos Militares* abrangeram seis modalidades: "*orientación en el terreno*", atletismo, boxe, judô, voleibol e basquetebol (Caminada, 1976, p. 22-23). O articulista da *LPV* fez questão de ressaltar que, em setembro de 1977, as Espartaquíadas seriam realizadas em Cuba (Caminada, 1976, p. 22).

Os *III Juegos Deportivos Militares* também foram objeto de assunto nas páginas da revista *Bohemia*, onde encontramos informações e dados suplementares. Segundo a revista, os III Jogos Militares contaram com a participação de 800 "militares-atletas" representando dez corporações militares, a saber: "*Ejército de Oriente*"; "*Ejército Central*"; "*Ejército Occidental*"; "*Ejército Juvenil del Trabajo*"; "*DAAFAR*"; "*Marina de Guerra Revolucionária*"; "*Dirección de Escuelas y Academias*"; "*Bon de Seguridad del Estado Mayor General*"; "*Dirección de Construcciones Militares*"; e, por fim, "*una representación de los Combatientes Internacionalistas*" (III Juegos [...], 1976, p. 38). Ainda segundo a revista, cada uma das corporações militares supracitadas realizou suas próprias competições em diferentes etapas, de acordo com o regime de participação esportiva:

> Estos Juegos resultan la feliz culminación de todo un amplio proceso evaluativo y selectivo desarrollado durante diversas etapas en los mandos con el propósito de detectar las capacidades combativas, físicas y deportivas de los miembros de las FAR (III Juegos [...], 1976, p. 38).

Após descrever sinteticamente o modo de organização das competições, a revista ratificou o propósito de detectar as "qualidades combativas, físicas e esportivas" dos militares cubanos. Na sequência, a revista afirmou que a prática esportiva no interior das FAR destinava-se à "*elevación de la capacidad y disposición de combate*" dos militares

cubanos, além de constituir "*un elemento de salud, bienestar y recreación*" (III Juegos [...], 1976, p. 38). Outro componente do discurso de justificação dos III Jogos Militares consistia em tomar como exemplo as forças armadas dos demais países socialistas, que obtiveram bons resultados mediante a organização de competições esportivas entre seus membros:

> Conocida resulta la calidad alcanzada por los militares atletas de los países de la comunidad socialista, quienes compiten en la organización de Ejércitos Amigos de la cual Cuna forma parte, y que se dispone a ser la sede en 1977 de la nueva edición de las Espartaquiadas de Verano (III Juegos [...], 1976, p. 38).

Na citação acima, o discurso da revista *Bohemia* traz consigo as marcas da década de 1970, quando o lema de aprender com a União Soviética e outros países socialistas foi levado a efeito tanto no campo da política quanto no campo do esporte.

Os Jogos Esportivos dos Trabalhadores

No dia 29 de abril de 1974, foi iniciada a primeira edição de uma competição esportiva que seria celebrada regularmente desde então: estamos falando dos *Juegos Deportivos Nacionales de los Trabajadores*, criados em 1973 por deliberação do XIII Congresso da Central dos Trabalhadores Cubanos (CTC), a central sindical cubana (Paz, 1979, p. 14). Naquele momento, o comitê nacional da CTC dispunha de um "encarregado de esportes": Olegário Moreno Rios, nomeado para o referido cargo em outubro de 1972, mas que anteriormente havia sido diretor provincial do INDER em Oriente e presidente da Federação Cubana de Voleibol (United States, 1973, p. 751). Desde a primeira edição, os Jogos Esportivos dos Trabalhadores foram organizados conjuntamente pelo INDER e pela CTC (Paz, 1979, p. 14). À semelhança de outras competições, os jogos em questão apresentavam etapas de base, regional, municipal, provincial e nacional (Paz, 1979, p. 14). Da base ao nacional, os *Juegos Deportivos de los Trabajadores* abrangiam 10 modalidades, quais sejam: xadrez, basquetebol, ginástica rítmica, tênis de mesa, voleibol, beisebol, atletismo, levantamento de pesos, futebol e tiro (Paz, 1979, p. 15). Na primeira edição, os jogos tiveram a participação de 82.148 atletas nas etapas de base e 731 (96 mulheres) na etapa nacional (Paz, 1979, p. 14).

A segunda edição dos *Juegos Deportivos de los Trabajadores* foi realizada no ano seguinte e apresentou com um aumento expressivo de participantes: 179.413 (15.470 mulheres) nas etapas de base e 1.054 (329 mulheres) na etapa nacional (Paz, 1979, p. 14).

A partir da terceira edição, no ano de 1977, a referida competição passou a ser realizada a cada dois anos e apresentou uma ampliação da quantidade de participantes nas etapas de base, enquanto, na etapa nacional, o número de participantes manteve-se praticamente o mesmo: 620.954 (104.972 mulheres) nas etapas de base – e 1.099 (427 mulheres) na etapa nacional (Paz, 1979, p. 15).

Na quarta edição dos jogos dos trabalhadores, observamos um aumento significativo no número de participantes nas etapas de base, além de um aumento ainda mais significativo na etapa nacional: 1.101.511 (258.355 mulheres) nas etapas de base e 3.060 (1.125 mulheres) na etapa nacional (Paz, 1979, p. 15).

Os Jogos Pioneiros Nacionais

Em agosto de 1977, ocorreu a primeira edição dos *Juegos Pioneriles Nacionales* no *Campamiento de Pioneros* "José Martí", realizado na praia capitalina de Tarará (Caminada, 1978, p. 12). Os *Juegos Pioneriles Nacionales* foram organizados pela *Organización de Pioneros* "José Martí" (OPJM)[4] em "*estrecha coordinación*" com o INDER e a UJC (Caminada, 1978, p. 12). Desde a década de 1960, a UJC já dispunha de vários cargos e repartições relacionados ao esporte, que constituíam interfaces com o INDER em diferentes escalões da administração esportiva (United States, 1970, p. 197, 441, 446, 451, 455). É de se pensar que a organização dos Jogos Pioneiros se beneficiou da experiência acumulada no interior da UJC, que, desde meados da década de 1960, encontrava-se envolvida com a organização de competições esportivas de abrangência nacional. A etapa nacional dos Jogos Pioneiros foi precedida por etapas

classificatórias desde a base em todas as 14 províncias e no "município especial" da *Isla de Pinos* (Caminada, 1978, p. 12). Desde as etapas de base até a nacional, um total de 170.065 crianças participaram dos jogos esportivos dos pioneiros (Caminada, 1978, p. 14). Da etapa nacional propriamente dita, tomaram parte um total de 654 crianças (390 meninos e 254 meninas) (Caminada, 1978, p. 12). Os pioneiros competiram em quatro torneios que compunham os jogos, a saber: o torneio "*Balón de Cuero*" (futebol); o torneio "*Aro dorado*" (basquetebol); o torneio "*Delfín de Oro*" (natação); e o torneio "*Triatlón*" (Caminada, 1978, p. 12). Além das premiações concernentes a cada um dos quatro torneios, houve a premiação de Francisco Linares como o "*atleta-pionero*" mais destacado (Caminada, 1978, p. 12).

A revista *LPV* veiculou trechos de uma entrevista realizada com Humberto Sarmiento, "*Asesor Nacional de Deportes*" da OPJM (Caminada, 1978, p. 14-15). Segundo o assessor esportivo da OPJM, os *Juegos Pioneriles* foram formulados com base na experiência de países socialistas, como a União Soviética, que haviam desenvolvido iniciativas correlatas, sob a perspectiva de antecipar a participação das crianças em competições esportivas (Caminada, 1978, p. 14). Segundo Sarmiento, três aspectos foram observados durante a realização jogos, numa espécie de monitoramento da iniciativa implementada: 1) a "*apreciación práctica*" de como seria o desenrolar das competições; 2) a aceitação dos jogos entre "*pioneros, guías e instructores*"; 3) a experiência acumulada pelos organizadores (Caminada, 1978, p. 14). Ainda segundo Sarmiento, já estava decidida a inclusão da ginástica entre as modalidades que comporiam os próximos *Juegos Deportivos Pioneriles*, previstos para agosto de 1978 (Caminada, 1978, p. 14).

Conclusão

Ao longo deste artigo, observamos que, no pós-revolução, o governo cubano se dedicou à promoção de diferentes atividades esportivas de cunho competitivo. Quando da fundação da DGD, em janeiro de 1959, a organização de competições esportivas não era algo que se encontrava entre as aspirações do governo revolucionário. A primeira competição organizada única e exclusivamente pelo Estado cubano ocorreu somente em abril de 1960, por iniciativa da DGD: estamos falando do campeonato nacional de beisebol amador, que tinha por objetivo satisfazer a demanda de inúmeros jovens que não encontravam espaço ou oportunidade nos campeonatos de beisebol organizados pelas entidades esportivas particulares. Desde então, as ações do governo cubano no sentido da promoção de competições esportivas subordinaram-se à busca pela *masividad*, isto é, à busca pela democratização do acesso ao esporte e pelo aumento da quantidade de adeptos da prática esportiva no país. Naquele momento, o governo cubano encontrava-se comprometido com a implementação de diferentes iniciativas voltadas para a busca pela *masividad* nos esportes, como as políticas de provimento de infraestrutura esportiva e de distribuição gratuita de equipamento esportivo. Todavia, diferentemente do campeonato de beisebol da DGD, não há registros de que a construção de espaços públicos de esporte e a distribuição de materiais esportivos tenham enfrentado algum tipo de oposição ou resistência; muito pelo contrário, foram iniciativas retratadas de modo bastante favorável pela imprensa cubana, inclusive por um jornal conservador e notadamente anticomunista como o *Diario de la Marina*. A organização de um campeonato nacional de beisebol pelo Estado, entretanto, foi objeto de oposição e polêmica, principalmente por parte de pessoas que, de alguma maneira, se beneficiavam com o monopólio privado sobre a organização de campeonatos de beisebol no país. Um dos méritos do presente artigo consistiu em ter descoberto e analisado essa resistência dentro do beisebol cubano à organização de competições esportivas por iniciativa do Estado, algo que havia passado despercebido pelos autores citados na introdução deste artigo, que se debruçaram sobre a história do esporte em Cuba pós-revolução.

Com a fundação do INDER, o Estado cubano se assenhoreou do campo esportivo e, por conseguinte, da organização de competições esportivas no país. Numa das cláusulas da lei de criação do INDER, consta que as federações esportivas tinham a obrigação de cumprir todas as normas expedidas pelo INDER, inclusive no que diz

respeito à organização de competições nas suas respectivas modalidades. Entre o final de 1961 e o início de 1962, o INDER dá os seus primeiros passos no âmbito da promoção de competições esportivas, mediante a realização da Série Nacional de Beisebol, com base num modelo organizacional que, posteriormente, seria denominado como "regime de participação esportiva", caracterizado por competições classificatórias em diferentes etapas, desde a etapa de base até a nacional, de modo que os melhores esportistas de cada equipe derrotada pudessem participar da etapa seguinte como representantes de seu bairro, município, região e/ou província. A Série Nacional de Beisebol foi uma espécie de "prova-de-fogo" do regime de participação esportiva: se acaso aquele modelo de competição esportiva fosse implementado de forma bem-sucedida no beisebol (o esporte predileto entre os cubanos), é porque o governo encontrava-se em condições de implementá-lo nos demais esportes, que contavam com menos atletas, treinadores, equipes, torcedores e público em geral. Ademais, as semelhanças entre o campeonato nacional de beisebol amador e a Série Nacional de Beisebol nos levam a pensar que o regime de participação esportiva, implementado pelo INDER a partir da I Série Nacional, foi o resultado de um processo de aperfeiçoamento do modelo organizacional ensaiado pela DGD dois anos antes, por ocasião do campeonato nacional de beisebol. É de se conjecturar, portanto, que o modelo organizacional do campeonato de beisebol da DGD tenha sido o embrião do regime de participação esportiva do INDER. Formulado e implementado inicialmente no beisebol, o regime de participação esportiva logo serviu de modelo para a organização de competições em diferentes modalidades individuais e coletivas. Os Jogos Esportivos Nacionais foram uma demonstração de que, em meados da década de 1960, o regime de participação esportiva havia sido implementado, em escala nacional e com diferentes graus de sucesso, em um total de vinte modalidades.

Na década de 1970, a organização de competições esportivas em Cuba passou por uma série de alterações que resultaram, em grande medida, das modificações ocorridas tanto no Estado quanto nas entidades representativas da sociedade civil. Se, na década de 1960, o INDER promoveu eventos esportivos de forma centralizada, em parceria com as federações e com o apoio das organizações de massa, observamos que, desde o início da década de 1970, surgiram competições esportivas organizadas por iniciativa de instituições governamentais, sindicatos e organizações de massa em parceria com o INDER. Os Jogos Militares, os Jogos Juvenis e os Festivais Esportivos de Reeducandos constituem casos exemplares de competições esportivas organizadas por instituições governamentais em parceria com o INDER. Os Festivais Esportivos da CJC, os Jogos Esportivos Pioneiros e os Jogos Esportivos dos Trabalhadores constituem casos exemplares de competições promovidas por sindicatos e organizações de massa em parceria com o INDER. O surgimento de novas competições esportivas na década de 1970 possui uma relação direta com o processo de revitalização dos sindicatos, das organizações de massa e, inclusive, do partido (Fitzgerald, 1978, p. 28, 31; Harnecker, 1980, p. 39; Pérez-Stable, 1998, p. 221). Por outro lado, a revitalização das entidades representativas da sociedade cubana se fez acompanhar de um processo de reorganização administrativa do Estado cubano e de suas instituições governamentais (Harnecker, 1980, p. 29-30, 39; Le Riverend, 1981, p. 74; Pérez-Stable, 1998, p. 211-217; Gott, 2006, p. 274-276; Fernandes, 2007, p. 287-288). Simultaneamente aos processos de reorganização administrativa do Estado cubano e de revitalização das entidades representativas da sociedade cubana, durante a primeira metade da década de 1970 houve um aumento expressivo na quantidade de repartições e cargos relativos ao esporte no interior de instituições governamentais, sindicatos, organizações de massa e partido (Valentin, 2024a, p. 351). A reestruturação do Estado, dos sindicatos, das organizações de massa e do Partido Comunista de Cuba (PCC) resultou numa certa esportivização de tais entidades e instituições, que passaram a contar em suas direções municipais, provinciais e nacional com a figura do *Responsable de Deportes* (ou cargo com denominação correlata), cujas atribuições abrangiam, entre outras coisas, a organização de competições esportivas. Por outro lado, na direção nacional do INDER, mas também nas suas direções municipais e provinciais, havia a figura do diretor de atividades esportivas,

cujas atribuições abrangiam, entre outras coisas, a organização de competições esportivas em conjunto com os secretários e encarregados de esporte das instituições governamentais, dos sindicatos e das organizações de massa (Valentin, 2024a, p. 342-343, 345, 350-352, 354).

Durante praticamente todo o recorte cronológico deste artigo, a organização de competições esportivas subordinou-se à busca pela *masividad*, isto é, à busca pelo aumento da quantidade de competições, competidores e adeptos da prática esportiva. Aos olhos do *cubano de a pie* (para retomar uma expressão cara à cubanista Marifeli Pérez-Stable), não apenas as competições esportivas como também os estádios, os ginásios, os materiais esportivos, as medalhas, as escolinhas de iniciação esportiva, a formação de profissionais do esporte, os atletas de alto nível, os eventos internacionais, etc., eram sinais de que as coisas estavam mesmo melhorando sob o socialismo. Tendo em vista as descobertas explicitadas ao longo do presente artigo, é de se pensar que as políticas destinadas à promoção de competições esportivas – dentre outras ações do Estado cubano no âmbito do esporte – contribuíram para tornar a vida cotidiana mais atrativa, divertida e interessante. Mediante a organização de competições esportivas, o governo revolucionário procurava, em última instância, conquistar a simpatia e o apoio de sua própria população. Nesse sentido, concluímos que as políticas públicas voltadas para a promoção de competições esportivas foram implementadas com vistas à legitimação interna do socialismo cubano.

Por outro lado, as competições esportivas tornaram-se fontes de legitimação interna não apenas porque satisfaziam uma demanda do campo esportivo, mas também porque criavam oportunidade para que os dirigentes estatais se comunicassem com as multidões nas arquibancadas dos estádios, ginásios e campos esportivos, além do público que acompanhava as competições esportivas pela televisão e pelo rádio. Em diferentes momentos e períodos do pós-revolução, os porta-vozes do Estado cubano tiraram proveito dos eventos esportivos para transmitir mensagens de natureza política (Valentin, 2024a, p. 504). Nesse sentido, além de contribuir para a obtenção de apoio popular, as competições esportivas favoreceram a difusão do castrismo dentro do campo esportivo, mas também fora dele. Todavia, a difusão do castrismo no esporte cubano era algo que se dava não se dava tão somente através de discursos proferidos por dirigentes estatais perante multidões apinhadas nos estádios, mas também através de ações e iniciativas implementadas no dia-a-dia do campo esportivo, como, por exemplo, a premiação por "conduta revolucionária" nas competições esportivas, que representa um caso exemplar de iniciativa governamental destinada a estimular a adoção de determinadas formas de agir, pensar e sentir entre os esportistas, de modo a reforçar a hegemonia castrista no âmbito do esporte cubano. Em suma: era preciso formar bons atletas que fossem bons revolucionários. A importância atribuída pelo governo cubano à politização dos esportistas é algo que remonta à primeira metade da década de 1960: eram os tempos do *Gran Debate* (1963-1964), quando os dirigentes cubanos cada vez mais dividiam-se mais entre, de um lado, aqueles que defendiam a utilização de estímulos morais e, do outro lado, aqueles que defendiam a utilização de estímulos materiais na construção do socialismo (Pérez-Stable, 1998, p. 185; Fernandes, 2007, p. 218-221). Desde então, o INDER passou a implementar uma série de estímulos morais com vistas à formação do "homem novo" no campo esportivo, dentre os quais destacamos a premiação dos "atletas-vanguarda" nas competições esportivas.

A partir de meados da década de 1960, mas principalmente durante a década de 1970, as competições esportivas organizadas dentro de Cuba foram sistematicamente utilizadas para a descoberta de talentos esportivos que, com a devida preparação, poderiam representar o país nas competições internacionais (Valentin, 2024a, p. 369-371, 376-377). A busca pela *calidad*, isto é, a busca pela elevação da qualidade técnica e pela melhoria do condicionamento físico dos atletas cubanos, de modo a aumentar a quantidade de medalhas obtidas por Cuba nas competições internacionais, tornou-se um dos objetivos estratégicos do INDER a partir de meados da década de 1960: não por acaso, o ano de 1966 foi declarado como "*Año de la Calidad*" pela direção nacional do INDER (Valentin, 2024a, p. 224). Simultaneamente ao surgimento da busca pela qualidade no setor esportivo, a política externa do

governo cubano enveredou pelo caminho da "exportação da revolução", mediante o apoio sistemático a movimentos guerrilheiros e grupos insurgentes nos países do chamado Terceiro Mundo, sobretudo nos países latino-americanos que participavam do bloqueio econômico de Cuba (Thomas, 1974, p. 1883-1884; Gott, 2006, p. 246). Nesse sentido, o desempenho dos atletas cubanos nas competições internacionais deveria causar uma boa impressão entre os povos do Terceiro Mundo: eis a missão internacionalista do INDER, em consonância com a política externa cubana de "exportação da revolução". Desde então, o governo cubano passou a envidar esforços e recursos, de forma sistemática e planejada, com o objetivo de formar atletas de ponta, capazes de conquistar vitórias nas competições internacionais. Construir uma boa imagem perante o mundo através do esporte não era, então, uma fórmula inédita ou exclusiva do governo cubano: naquele momento, Estados Unidos e União Soviética já disputavam a primazia nas competições internacionais sob a perspectiva de apresentar-se favoravelmente aos olhos do mundo e, por conseguinte, reforçar a sua própria hegemonia política e ideológica (Rubio, 2010, p. 62; Campos, 2016, p. 17; Ribeiro, 2020, p. 218). Entre os anos de 1966 e 1976, a hegemonia da "*línea de la calidad*" dentro do INDER foi tamanha que afetou, inclusive, as políticas públicas originalmente voltadas para a massificação da prática esportiva e/ou para a educação das novas gerações: gradativamente, as políticas destinadas à promoção de competições esportivas também foram atreladas ao objetivo estratégico de reforçar o esporte de alto rendimento, de tal maneira que, cada vez mais, as competições passaram a ser vistas como "*canteras de atletas*", conforme o discurso oficial do INDER durante o período em questão (Valentin, 2024a, p. 513). Nesse sentido, a organização de competições esportivas propiciou a descoberta de novos talentos e, por consequência, favoreceu a potencialização do desempenho dos atletas cubanos nas competições internacionais, de modo a conquistar respeitabilidade internacional para Cuba, atrair parceiros e, por consequência, superar o relativo isolamento internacional do país.

Notas

1. O conceito de "homem novo" foi utilizado por Ernesto "Che" Guevara em seu artigo intitulado "*El socialismo y el hombre en Cuba*" (março de 1965), em que o autor assevera que, durante o processo de transição para o socialismo, seria preciso empreender um esforço no sentido de transformar a consciência humana paralelamente à transformação das estruturas econômicas da sociedade cubana.
2. Jesus Betancourt Acosta foi diretor-geral de esportes em Cuba entre outubro de 1965 e janeiro de 1967.
3. Fundada em agosto de 1968, a CJC era uma organização constituída por jovens integrados no interior de brigadas militares que se dedicavam ao trabalho voluntário e à defesa do país.
4. Outrora sob a denominação de *Unión de Pioneros Cubanos* (UPC), a OPJM recebeu essa denominação no ano de 1977, quando se tornou autônoma em relação à UJC. Estamos falando de uma organização de massas destinada à arregimentação e à politização de crianças e adolescentes em Cuba.

Referências

I JUEGOS Juveniles Nacionales. **LPV**, n. 487, p. 3-5, 19 out. 1971.

III JUEGOS Deportivos Militares. **Bohemia**, Havana, n. 51, p. 38-39, 1976.

BUNCK, Julie Marie. The politics of sports in revolutionary Cuba. **Cuban Studies**, v. 20, p. 111-131, 1990.

CAMINADA, Jaime. III Juegos Militares. **LPV**, n. 758, p. 22-25, 1976.

CAMINADA, Jaime. Forjamos el futuro. **LPV**, n. 813, p. 12-15, 1978.

CAMPOS, Flávio de. Política no pódio: episódios de tensão e conflito nos Jogos Olímpicos da Era Moderna. **Revista USP**, n. 108, p. 11-20, 2016.

CASTRO, Raul. Informe del Ministro de las Fuerzas Armadas y Segundo Secretario del PURS, Cmdte. Raul Castro, sobre el proyecto de ley del servicio militar obligatorio. **Obra Revolucionaria**, 1963. Disponível em: https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/66552/1/184847.pdf&origen=BDigital. Acesso em: 6 ago. 2025.

DIEGO, Mário Torres de. **Fidel y el deporte.** Havana: Editorial Deportes, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo:** a revolução cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDEZ, José. En nuestros objetivos está formar un joven saludable. **LPV**, n. 489, p. 3-5, 2 nov. 1971.

FITZGERALD, Frank. A critique of the "Sovietization of Cuba" thesis. **Science & Society**, v. 42, n. 1, p. 1-32, 1978.

GARAY, Osvaldo Rojas. **Fidel nunca se poncha.** Santa Clara: Editorial Capiro, 2016.

GOENAGA, Juan Alberto Martínez de Osaba y. **Racismo y béisbol cubano.** Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2018.

GOTT, Richard. **Cuba:** uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

HARNECKER, Marta. **Cuba**: ditadura ou democracia? São Paulo: Global, 1980.

HEBRA, Andrés Perez. I Festival Deportivo de los Centros de Reeducación de Menores. **LPV**, Havana, n. 470, p. 3-5, 1971.

HEBRA, Andrés Perez. Visión del futuro. **LPV**, n. 545, p. 24-27, 1972.

LA PELOTA ha vuelto al pueblo. **Bohemia**, n. 3, p. 74-77, 1962.

LE RIVEREND, Julio. Cuba: del semicolonialismo al socialismo (1933-1975). *In*: CASANOVA, Gonzalez (Org.). **América Latina:** historia de medio siglo. Cidade do México: Siglo XXI, 1981. p. 39-85.

NOTAS de la DGD. **Diario de la Marina,** Havana, 20 jan. 1960, p. B2. Disponível em: https://ufdc.ufl.edu/UF00001565/01050. Acesso em: 4 ago. 2025.

PADULA JR., Alfred. **The fall of the bourgeoisie:** Cuba, 1959-1961. Tese (Doutorado em História) University of New Mexico, Albuquerque, 1974.

PADURA, Leonardo; ARCE, Raúl. **El alma en el terreno:** estrellas del béisbol. Havana: Ediciones Extramuros, 2014.

PAZ, José. Los trabajadores y el deporte. **LPV**, Havana, n. 879, p. 14-15, 24 abr. 1979.

PÉREZ, Ciro. Inauguró Fidel el béisbol con hit al jardín central. **Bohemia**, n. 7, p. 70-74, 1963.

PÉREZ, Ciro. La semana en los deportes. **Bohemia**, n. 41, p. 42-47, 8 out. 1965a.

PÉREZ, Ciro. Un paso vital y decisivo de nuestro deporte. **Bohemia**, n. 42, p. 75-77, 1965b.

PÉREZ, Ciro. Dialogo con Miguel Martin y Jesus Betancourt. **Bohemia**, n. 43, p. 45-47, 22 out. 1965c.

PÉREZ, Ciro. Ejemplos que deben imitarse. **Bohemia**, n. 46, p. 40-41, 12 nov. 1965d.

PÉREZ, Ciro. Los deportes. **Bohemia**, Havana, n. 11, p. 37-45, 1966.

PÉREZ, Ciro; HEYDRICH, Fernando. III Gran Série Nacional de Béisbol. **Bohemia**, n. 6, p. 38-48, 1964.

PÉREZ-STABLE, Marifeli. **La revolución cubana:** orígenes, desarrollo y legado. Madri: Editorial Colibrí, 1998.

PETTAVINO, Paula; PYE, Geralyn. **Sport in Cuba:** the diamond in the rough. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1994.

PICKERING, Ron. Cuba. In: RIORDAN, James (Org.). **Sport under communism.** Canberra: Australian University Press, 1978, p. 141-174.

REEJHSINGHANI, Anju Nandlal. **For blood or for glory:** a history of Cuban boxing, 1898-1962. Tese (Doutorado) University of Texas, Austin, 2009.

RIBEIRO, Luiz Carlos. A (des)politização dos Jogos Olímpicos modernos. **História: Questões & Debates**, v. 68, n. 37, p. 208-228, 2020.

RODRIGUEZ, Miguel Llaneras. **Cuba:** 25 años de deporte revolucionário. Havana: Mensaje Deportivo, 1986.

RUBIO, Kátia. Jogos Olímpicos na Era Moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 1, p. 55-68, 2010.

SECADES, Eladio. Firmamento de los deportes. **Bohemia**, n. 14, 1960.

SEXTO, Luis. Festival Deportivo de la C..J.C. **LPV**, Havana, n. 538, p. 26, 10 out. 1972.

SLACK, Trevor. Cuba's political involvement in sport since the socialist revolution. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 6, n.2, p. 35-45, 1982.

SLACK, Trevor; WHITSON, David. The place of sport in Cuba's foreign relations. **International Journal**, v. 43, n. 4, p. 596-617, 1988.

THOMAS, Hugh. **Cuba:** la lucha por la libertad. Barcelona: Ediciones Grijaldo, 1974, v. 3.

TORO, Carlos del. **La alta burguesía cubana (1920-1958)**. 2. ed. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

TORRES, Mário. El deporte es fundamental. **LPV**, n. 533, p. 15, 5 set. 1972.

UNITED STATES. Central Intelligence Agency. **Directory of personalities of the Cuban government, official organizations, and mass organizations**. Washington, jun. 1970.
Disponível em:

https://play.google.com/books/reader?id=aqyUX3zWizoC&pg=GBS.PP6&hl=pt. Acesso em: 5 ago. 2025.

UNITED STATES. Central Intelligence Agency. **Directory of personalities of the Cuban government, official organizations, and mass organizations**. Washington, abr. 1973. Disponível em: http://www.latinamericanstudies.org/book/Cuba-directory-1973.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

VALENTIN, Renato Beschizza. Felipe Guerra Matos e a Dirección General de Deportes: por uma história das políticas públicas de esporte e lazer em Cuba (1959-1961). **Tempos Históricos,** v. 26, n. 2, p. 152-183, 2022.

VALENTIN, Renato Beschizza. **História das políticas públicas de esporte em Cuba (1959-1980).** Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2024a.

VALENTIN, Renato Beschizza. ¡Listos Para Vencer! José Llanusa e as políticas públicas de esporte em Cuba (1961-1965). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, v. 25, n. 38, p. 245-294, 2024b.

Infâncias em marcha: resgatando as memórias de crianças da Coluna Prestes*

Childhoods on the march: rescuing the memories of children from the Coluna Prestes

Giovanna Quitete**
Zoia Prestes***

Palavras-chave:
Coluna Prestes
Pequenos combatentes
Infância

Resumo: O presente artigo, diante do centenário da Coluna Prestes (1924-1927), discute a presença de atores invisibilizados no contexto de estudos do referido movimento: crianças e adolescentes que acompanharam homens e mulheres ao longo dos vinte e cinco mil quilômetros da Marcha da Liberdade. Com base em acúmulos da historiografia da infância e de análise de produções sobre esse evento, presentes no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), objetiva-se evidenciar a relevância do estudo sobre a presença de crianças que vivenciaram as suas infâncias num contexto de conflito, como a Coluna Prestes. Além disso, aponta-se para a importância e os desafios no resgate de dados sobre esses pequenos combatentes em estudos acadêmicos.

Keywords:
Coluna Prestes
Little combatants
Childhood

Abstract: This article, on the occasion of the centenary of the Coluna Prestes (1924-1927), discusses the presence of invisible actors in the context of studies of this movement: children and adolescents who accompanied men and women along the twenty-five thousand kilometers of the Freedom March. Based on the accumulations of the historiography of childhood and the analysis of productions on this event, present in the Catalog of Dissertations and Theses of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), the objective is to highlight the relevance of studying the presence of children who experienced their childhoods in a context of conflict, such as the Coluna Prestes. It also points to the importance and challenges of recovering data on these little combatants in academic studies.

Recebido em 17 de março de 2025. Aprovado em 12 de maio de 2025.

Introdução

Os anos 1920 foram, no Brasil e no mundo, palco de inúmeros eventos históricos que deixaram profundas marcas e significativo legado para as gerações seguintes. É esse o caso da Marcha da Liberdade, que, liderada por Luiz Carlos Prestes, percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo interior brasileiro entre os anos de 1924 e 1927. Em 2024, chegamos ao centenário do início do percurso do movimento que ficou conhecido como Coluna Prestes, em que homens e mulheres, crianças e jovens marcharam em prol de pautas políticas, sociais e econômicas, buscando uma transformação da realidade brasileira vigente à época.

Esse evento pode ser considerado um dos mais destacados do século XX no Brasil, vinculando-se intimamente ao movimento tenentista brasileiro. Ao percorrer o interior do país, contestando os ideais da República Velha, período

* O presente artigo tem por base os resultados da pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIBIC/UFF/CNPq, 2023-2024.
** Licenciada em História e graduanda em Pedagogia na Universidade Federal Fluminense. E-mail giovannaquitete@gmail.com.
*** Doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br.

compreendido desde a proclamação da República até o início da Era Vargas, os tenentes, como eram conhecidos, sofriam constantemente com as investidas do exército do estado que reprimia a marcha, levando a baixas de ambos os lados do conflito. A Coluna, entretanto, ganhou força ao aglutinar civis e apoiadores por todos os locais pelos quais passava, tornando-se um movimento que fincou raízes na luta pela transformação social.

A Coluna Prestes faz parte do imaginário nacional e deixou marcas na história. Gerou lendas e impactou vidas, principalmente, por onde passou, mas não só. Transformou inúmeros aspectos da realidade sociopolítica brasileira e, também, militar. Seu mais famoso comandante, Luiz Carlos Prestes, se tornou um dos maiores líderes do século XX, após se debruçar sobre as ideias marxistas e ingressar nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro, vindo a ser seu Secretário Geral por mais de 60 anos.

Ao falar dessa Marcha, porém, jamais deve se restringir aos seus grandes homens, aos militares, aos seus comandantes ou, até mesmo, a quem lhe empresta o seu próprio nome. Ao registrar e estudar a história da Grande Marcha, é importante atentar para sua composição plural e diversa do contingente de militares e civis, de todas as idades, que a fizeram repercutir da forma como a conhecemos hoje.

Em levantamento realizado no portal de Dissertações e teses da CAPES, encontramos a dissertação da professora Maria Meire de Carvalho (2001), da Universidade Federal de Goiás. Podemos, sem dúvida, afirmar que este foi o primeiro trabalho de pesquisa que aponta para a existência de pequenos combatentes. Posteriormente, em sua tese de doutorado, de 2008, ela afirma:

> Era um contingente formado por homens, mulheres, **crianças**, civis e militares que combateram por dois anos e sete meses o governo do presidente Artur Bernardes (1922-26), acusado de autoritário e de ferir o estado de direito (Carvalho, 2008, p. 134, grifo nosso).

Nunca houve no mundo, antes ou depois da Coluna, movimento semelhante do qual trata esse artigo. As pautas dos jovens tenentes giravam em torno da contestação de valores da República Oligárquica e seus interesses, sustentados pelo coronelismo, pela ausência de democracia, desigualdade social, analfabetismo, entre outros fatores que geraram a revolta de muitos brasileiros. "A verdadeira história da Coluna Prestes", para a historiadora Anita Leocádia Prestes, é

> (...) uma história de luta abnegada, de armas na mão, contra as oligarquias dominantes personificadas no presidente Artur Bernardes; uma história de rebeldia, da qual participaram não só os "tenentes", mas também contingentes numerosos de homens e mulheres oriundos do povo; uma história que, diferentemente dos estereótipos propagados com insistência pela classe dominante, a nossa gente revelou que, em condições propícias, motivada por um objetivo em que acredita e dispondo de lideranças confiáveis, é capaz de organizar-se e lutar, com grande heroísmo e infinito desprendimento, pela causa abraçada (Prestes, 1997, p. 25-26).
>
> A Coluna Prestes passara a ser uma lembrança incômoda e perigosa não só porque o seu principal comandante e liderança de indiscutível prestígio nacional se tornara comunista, como também porque constituía um exemplo de luta armada que a classe dominante não conseguira esmagar, apesar da superioridade militar e logística das forças lançadas contra os rebeldes (Prestes, 1997, p. 26).

Dessa forma, é de relevância histórica pôr na ordem do dia, em pleno centenário da Marcha, novos estudos e perspectivas de análise sobre esse acontecimento, considerando, inclusive, que existe um número ainda muito pequeno de trabalhos acadêmicos presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre a Coluna Prestes, valendo destacar que nenhum deles trata da temática aqui abordada. O estudo sobre a presença de crianças e a repercussão de suas vivências ao longo da marcha no dia a dia e nos combates em suas infâncias é ainda algo inédito tanto para o estudo da infância, quanto para a historiografia brasileira.

A historiografia da infância ainda é algo bastante novo entre os estudos da História se estabelecermos paralelos com áreas já consolidadas desta ciência. O campo, fundado pelo francês Philippe Ariès em 1960, com a publicação da obra

História social da criança e da família, assume maior relevância no cenário brasileiro apenas nos anos 2000. Além disso, o Grupo de Trabalho de História da Infância e Juventude da Associação Nacional de História (ANPUH) foi fundado apenas em 2013, após alguns anos de produções nesta área e discussões no âmbito da entidade, o que nos leva a crer que é somente nesse momento que o campo adquire referências sólidas no cenário brasileiro.

Outras áreas das ciências humanas, no entanto, aliadas da História para compreensão dos estudos da infância, já se debruçavam sobre o objeto em questão muito antes dos historiadores, como é o caso da Sociologia. Além dos sociólogos, temos uma vasta produção intelectual no campo da pedagogia e da psicologia, que está debruçada sobre questões relacionadas a crianças e infâncias, ressaltando a importância de pesquisas científicas sobre a educação e o desenvolvimento infantil na relação com a sociedade e seu papel diante dos novos seres que chegam a esse mundo. Ainda assim, com produção avançada no campo das humanidades, e com a criança assumindo aos poucos seu lugar na sociedade, a expectativa da consolidação da historiografia da criança está longe de ser alcançada.

Dessa forma, o intuito é contribuir com a produção científica, tanto no campo da historiografia, como no de estudos sobre educação e desenvolvimento humano, acerca de crianças que vivenciam ou vivenciaram suas infâncias em meio a processos de contestação social e luta armada como a Coluna Prestes, que nunca esteve em evidência na academia. Com isso, objetivamos ressaltar a narrativa das infâncias e a percepção da criança no curso da história como forma de agregar aos relatos dos bravos tenentes fatos e informações sobre a participação dos pequenos combatentes da coluna invicta.

Isso posto, é essencial refletirmos sobre algumas questões: Qual o lugar da criança na sociedade brasileira? Ele foi sempre o mesmo? Por que o sentimento da criança ainda pouco nos interessa, se comparada à narrativa dos "grandes homens" da humanidade? Esses são alguns questionamentos fomentados pela historiadora Mary Del Priori na apresentação de sua obra intitulada História das Crianças no Brasil.

A Coluna Prestes (1924-1927) celebra 100 anos em 2024. Tendo esse fato no horizonte, o presente artigo apresenta uma análise e discute a presença de crianças e adolescentes que acompanharam a Marcha da Liberdade ao longo dos vinte e cinco mil quilômetros ao lado (ou no colo) de homens e mulheres. A relevância desse estudo tem por base um levantamento bibliográfico-documental que aponta para a inexistência de trabalhos acadêmicos sobre o tema. Por isso, além de analisar e discutir pesquisas já realizadas, pretende-se apontar os desafios de se resgatar as memórias desses pequenos combatentes, pondo em evidência as infâncias vivenciadas em contexto de luta.

Dessa forma, o intuito é contribuir com a produção científica, tanto no campo da historiografia, como no de estudos sobre educação e desenvolvimento humano, acerca de crianças que vivenciam ou vivenciaram suas infâncias em meio a processos de contestação social e luta armada como a Coluna Prestes, que nunca esteve em evidência na academia. Com isso, objetivamos ressaltar a narrativa das infâncias e a percepção da criança no curso da história como forma de agregar aos relatos dos bravos tenentes fatos e informações sobre a participação dos pequenos combatentes da coluna invicta e suas memórias, buscando romper com o imaginário coletivo já estabelecido sobre o evento e estabelecer uma melhor compreensão da identidade plural dos componentes da Coluna Prestes.

Os anos 1920 brasileiro: o terreno de onde emergiu a Coluna Prestes

A escrita da história passa pela construção de uma narrativa em que cada um dos elementos que nela se insere representa os interesses e ideais daqueles que a escrevem. Ao longo de grande parte da história da humanidade, sobrepôs-se, sob qualquer outra perspectiva, a história dos grandes homens e fatos. No ano de 1929, porém, há uma importante virada nesse processo. Inicia-se, na França, o que o historiador britânico Peter Burke (2010) define como a Revolução Francesa da Historiografia, com a fundação da Escola dos Annales. Ele entende, portanto, que esse processo é

revolucionário porque representa uma mudança de paradigma na forma de se fazer história: surge uma oposição à narrativa dos grandes homens e fatos, à história baseada unicamente nos documentos oficiais, à história positivista.

Mais tarde, o historiador marxista britânico, Edward Palmer Thompson, desenvolve como parte da sua contribuição à historiografia o que vem a ser chamado de história dos de baixo, ou seja, dos que estão na base da hierarquia social do sistema capitalista. Nesse sentido, Thompson se dedica a pensar a história da classe trabalhadora, subvertendo os marcos hegemônicos da historiografia tradicional.

Enquanto o mundo vivia um trágico período entre Guerras após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), era fundada a União Soviética e a África enfrentava os horrores do domínio colonial. Aqui, no Brasil, a década de 1920 presenciou muitos eventos imponentes que deixaram profundas marcas na história do país. Podemos citar, por exemplo, a Semana de Arte Moderna, ocorrida em fevereiro de 1922, que garantiu grande dimensão ao "questionamento dos padrões culturais e artísticos consagrados pelos setores sociais dominantes - que, entretanto, ultrapassava pelo seu significado, os limites dos problemas estritamente culturais" (Prestes, 1997). O Brasil vivenciava um período de críticas e questionamentos a todas as esferas da estrutura social.

Nos cabe observar também que data de 1917, pouco antes da tão substancial década de 1920, a primeira Greve Geral brasileira. A organização dos trabalhadores contou com influência anarquista e, também, com a inspiração dos ventos russos com o triunfo da Revolução de Outubro, que levou os bolcheviques ao poder. Como reflexo também da revolução russa é fundado, em 25 de março de 1922, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que desempenhou um importante papel de organizador das lutas da classe trabalhadora brasileira. Luiz Carlos Prestes, na década de 1930, integrou-se ao partido, tornando-se um de seus quadros políticos de maior importância durante mais de um século de existência (Passetti, 2023; Prestes, 1997).

Em se tratando da mencionada greve geral, é importante perceber o envolvimento das crianças nesse momento da história. Ocorrida em São Paulo, a greve trazia, como uma de suas bandeiras, denúncias a respeito do trabalho infantil na cidade, o que provocou forte repercussão. Edson Passetti, no capítulo Crianças Carentes e Políticas Públicas, da obra História das Crianças no Brasil, explica:

> Denunciava-se o desrespeito, entre tantos outros, ao decreto nº 13.113, de 17 de janeiro de 1891, que proibia o trabalho de crianças em máquinas em movimento e na faxina. Os anarquistas alertavam para a situação das crianças e jovens trabalhadores, explicitando as péssimas condições de trabalho dos adultos e, por último, as formas de sobrevivência da família de trabalhadores (Passetti, 1999, p. 351).

As condições de vida à época eram complexas no campo e na cidade. A dos mais pobres, evidentemente, era extremamente precária. As marcas do passado escravagista, tendo em vista que a Lei Áurea é datada do ano de 1888, ainda são muito presentes nessa sociedade, que em nenhum momento planejou o momento posterior à abolição. O poder político se alternava entre oligarcas voltados para a defesa dos interesses de seus próprios grupos e era notório que a produção cafeeira passaria a alterar o perfil social e de classe no país, gerando certo aburguesamento, sobretudo, entre os paulistas.

Essas mudanças na composição social geraram uma série de demandas, pautadas pelos novos atores que entram em cena, e o Brasil se vê diante de uma crise durante o pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1916), sendo o conflito também um agravante. Crise econômica, demandas de grupos políticos não sendo atendidas, desemprego, dificuldades na manutenção da vida cotidiana, desigualdade social e ausência de democracia - esses fatores são parte do contexto em que se insere a Coluna Prestes.

> Ninguém aguentava mais a camisa de força do regime político vigente na República Velha. Poucos anos antes, no final da década anterior, haviam ocorrido grandes greves e manifestações operárias, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, violentamente esmagadas pela classe dominante, criando sérias dificuldades para o soerguimento do movimento operário nos anos 20. Agora, eram as camadas médias urbanas que ingressavam de forma significativa na cena política

> tornando patente o crescente descontentamento com o sistema dominante (Prestes, 1997, p. 64).

À época, porém, não se apresentavam saídas por vias revolucionárias no sentido marxista do termo, de mudanças estruturais. Os tenentes, um entre os vários outros grupos inseridos no setor das camadas médias urbanas, são protagonistas diante desse cenário político. Resultado da crise da República Oligárquica, que se aprofundou na década de 1920, o movimento tenentista tem como sua primeira ação o Levante dos 18 do Forte de Copacabana (1918), que, dois anos antes da Coluna Prestes, abriu uma crise no governo hegemônico dos oligarcas. Sem ilusões, a historiadora Marly Vianna sustenta a respeito da Marcha que se iniciou em 1924 a ideia de que:

> Representação, justiça, ordem, honestidade foram as vagas palavras de ordem que os tenentes defenderam. Apesar de vagas, eram o máximo de democracia que esses grupos estavam dispostos a defender para participar do poder. Elitistas, os tenentes fariam uma revolução pelo povo e contra a politicagem corrupta que a seu ver assolava o país. A Coluna foi o grande feito que buscou realizar esses ideais (Vianna, 1998, p. 56).

E as crianças, onde estão?

Diante de toda a conjuntura social e política exposta, existe uma categoria de pessoas que é sempre posta em último plano, ou até mesmo descartada, tendo suas ações, percepções e vivências desconsideradas por estudos e pesquisas. Essa categoria abrange as crianças. Segundo Priori:

> (...) a história da criança feita no Brasil, assim como no resto do mundo, vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não governamentais e pelas autoridades, daquele no qual a criança encontra-se cotidianamente imersa (Priori, 2023, p. 08).

Não é privilégio dos países subdesenvolvidos – ou em desenvolvimento – as desigualdades às quais estão submetidas as crianças. E isso se relaciona, inclusive, com o direito à memória. Quanto se vê, se fala ou se ouve de crianças que sofreram com as grandes guerras ou com a violência colonial ao redor da Terra?

Ainda que longe do ideal, o cenário nos parece um pouco animador. Priori (2023, p. 9) afirma que, "o estudo das representações ou das práticas infantis é considerado tão importante que a historiografia internacional já acumulou consideráveis informações sobre a criança e seu passado". Qual é, porém, a expressão desses trabalhos?

A história da infância surge da história da família e da ousadia de Ariès de compreender o lugar de onde falam esses pequenos seres humanos. É da França o pioneirismo da implementação do que conhecemos como demografia histórica, um método quantitativo de estudarmos a população humana, para o estudo da família. Com registros da vida privada, entendendo as crianças como filhos, uma parte integrante da vida doméstica, que vemos as crianças surgirem na historiografia.

Diante de uma produção quase nula a respeito da história das crianças da Coluna Prestes e, também, diante dos impasses com fontes e dados mais apurados, ainda permanecem muitas questões a respeito das discussões teóricas acerca da infância na primeira república, sobretudo no que tange às infâncias no interior, por onde a Marcha da Liberdade passou. Qual era a realidade social das crianças e jovens nesse período, considerando as variáveis decorridas da extensão continental do Brasil? Qual a expressão da criança nos anos 1920 brasileiro para além das capitais? Como seria viver sendo criança nesse momento e nessa Marcha? Qual poderia ser a percepção da criança nesse momento?

A criança passa a fazer parte da historiografia brasileira, de forma mais recorrente apenas nos anos 2000, como já citado na introdução deste texto. Nos cabe refletir, diante desse cenário, os motivos dessa ação tão tardia dos historiadores e historiadoras do Brasil.

O sociólogo Florestan Fernandes, em sua monografia (1944), inaugura o que vem a ser chamado de Sociologia da Infância. "O foco principal", afirma a professora Anete Abramowicz, "foi evidenciar os processos de socialização das crianças, por meio daquilo que Florestan chamou de 'cultura infantil', no debate com a cultura adulta"

(Abramowicz, 2022, p. 23). Apesar de a Sociologia como ciência já se preocupar com as relações sociais infantis há pelo menos oitenta anos, a docente, que é socióloga, afirma ainda que "a sociologia da infância vem sendo quase ignorada pelos sociólogos, que por alguma razão abandonaram o tema sobre a socialização das crianças" (Abramowicz, 2022, p. 24). Ou seja, o fenômeno do escanteamento do estudo da criança não é exclusivo dos historiadores no contexto das ciências humanas.

Os profissionais da assistência e atendimento à infância, sejam eles vinculados à área da Educação, sejam eles do Serviço Social, também começaram a refletir sobre a infância no Brasil muito antes dos historiadores. Ainda que com valores morais bastante conservadores, estes têm se transformado gradualmente ao longo do tempo. São também esses e essas profissionais, junto com movimentos sociais e populares, que levam a discussão dos direitos das crianças para o campo das políticas públicas. Passados os anos da Ditadura Militar, as preocupações com as crianças ganham algum destaque em documentos oficiais, como na própria Constituição de 1988, e, principalmente, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, mas também com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996.

Ainda que com tamanho empenho de pesquisadores de tantas áreas que se encontram no campo de Estudos da Infância, pode-se observar que os trabalhos realizados até então não instigaram pesquisas sobre a relação de crianças com a Coluna Prestes até o presente trabalho, que se dedica à apuração desta temática. Não é exclusividade, porém, desse tema tão específico. Embora não seja objetivo do presente trabalho, temos nos voltado também a perceber se, de alguma forma, o aparecimento das crianças na legislação federal a partir da Constituição de 1988 implica ou não na consolidação da historiografia da infância brasileira.

A Coluna Prestes nos trabalhos de pós-graduação

A fim de compreender o que se têm produzido e as narrativas construídas sobre a Coluna Prestes, foi realizado um estudo dos trabalhos presentes no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, partindo da premissa que, em alguma medida, essa plataforma expressa os resultados que têm sido obtidos a partir de pesquisas acadêmicas e científicas. Para chegar ao resultado que desejávamos - mapear as pesquisas que têm como seu objeto o movimento liderado por Prestes e suas ênfases - filtrou-se pelo termo coluna prestes na ferramenta de pesquisa da plataforma, que resultou em um total de 56 resultados. Quando filtrado entre aspas, a plataforma apresenta uma quantidade mais selecionada, de 32 trabalhos. Foi a partir do primeiro resultado, contudo, que realizamos a análise dos dados que serão aqui apresentados.

Dentre as 56 produções disponíveis no Catálogo, estavam presentes 44 dissertações de mestrado, dez teses de doutorado e dois trabalhos a nível de especialização. Desse conjunto, 27 obras foram descartadas em primeira análise, a partir de seus títulos e áreas de estudo. Grande parte deles se relacionavam à saúde, abordando a coluna no sentido esquelético, e provinham da Medicina ou Enfermagem. Outros tinham suas origens na Química, no Direito, na Letras, na Biotecnologia e até mesmo na Ciência da Computação.

Dos 29 estudos selecionados para nova análise, 22 eram dissertações, seis eram teses, e um era fruto de especialização. Nesse momento, restavam, além dos trabalhos que buscávamos, produções que divergiam completamente do tema, além das relacionadas a Luiz Carlos Prestes somente, e outras, como por exemplo uma dissertação que se dedicou à discussão da relação da historiadora Anita Leocádia Prestes com a historiografia brasileira. Foram descartados todos os que não tinham a Coluna Prestes como objeto principal ou não realizassem discussão sobre o evento e suas repercussões de forma mais direcionada. Após investigação a partir dos resumos das obras e seus títulos - no caso da não localização do trabalho e da possibilidade de aferir conclusões apesar dessa condição -, restaram 23 trabalhos a serem analisados, sendo eles de autoria de 21 pesquisadores diferentes.

Toda essa investigação baseou-se no propósito de buscar se, em alguma pesquisa já publicada, abordou-se a presença de crianças na Marcha. Partiu-se, também, da hipótese de que a presença de mulheres na Coluna poderia levar-nos

ao encontro das personagens que buscávamos, ou seja, buscamos, também, pesquisas que dessem ênfase a essa temática. Assim, o cenário explorado na análise final compreendeu quatro trabalhos de doutorado, um trabalho de especialização e dezoito trabalhos de mestrado, dentre os quais cinco discutem o tema principal de forma tangencial, ainda que com relevância no conjunto da obra, e dezoito aprofundam-se em detalhes do evento centenário.

Fazendo valer o princípio da integralidade, e na intenção de perceber a totalidade das produções, não só o seu resultado publicado, estabelecemos categorias de análise para mapear as origens de onde vêm os estudos relacionados. Assim, concluiu-se que vinte deles advém de universidades públicas de diferentes esferas, sendo a maioria de instituições federais, dois se originaram em universidades privadas, e ainda observou-se uma produção derivada de uma universidade comunitária. Em termos melhor detalhados, existe uma produção da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), a única universidade comunitária, e duas produções de instituições privadas, uma da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e uma da Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS), instituição jesuíta. Das universidades públicas são: quatro produções da Universidade de Brasília (UnB); a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) somam, cada uma, dois trabalhos; e além dessas, apresentam uma única obra a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), a Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

À vista disso, pôde-se constatar que o Centro-Oeste é a região do país com o maior número de obras (07), seguido do Sul e Sudeste, que empatam na marca de seis pesquisas cada uma. O Nordeste possui seis, e a região Norte não possui registros de trabalhos sobre a Coluna Prestes no catálogo da CAPES. Essa estatística pode evidenciar relações com os impactos do movimento em cada um desses territórios e as marcas perpetuadas em cada um deles, assim como os reflexos dessas memórias nas gerações seguintes aos combatentes. Não nos debruçaremos, contudo, a pormenorização dessa análise no presente artigo.

A investigação em tela demonstrou ainda que não são apenas os programas de pós-graduação dedicados aos estudos históricos que veem interesse no movimento liderado por Prestes. Apesar de haver o registro de catorze pesquisas vinculadas à programas de pós-graduação em História, e ainda pesquisas vinculadas a programas de História e Cultura, História, Poder e Práticas Sociais, e História, Política e Bens Culturais, existem dois trabalhos vinculados à programas de pós-graduação em Letras, e trabalhos em programas de Ciências Sociais, Relações Internacionais, Ensino em Ciências e Patrimônio.

Os temas abordados pelos mestres e doutores se encaixam em dez diferentes categorias. I) Em maior número, estão as discussões dedicadas essencialmente à história local e regional. São seis. II) Em seguida podemos observar quatro trabalhos que se debruçam em aspectos mais generalistas do movimento. III) São, também, quatro produções relacionados às narrativas sobre a Coluna Prestes, entretanto, duas têm seu foco no estudo de jornais, trabalhando a temática de narrativas jornalísticas, uma trabalha a narrativa na perspectiva de análise de discursos, e uma entrecruza as narrativas e a memória dos combatentes com o ensino de Língua Portuguesa. IV) Dentro da categoria de estudos de gênero, são dois trabalhos sobre a história das mulheres combatentes. Outras categorias com dois trabalhos são: V) a que relaciona a história local com as discussões de memória, e VI) a que relaciona a história local com a construção da biografia de combatentes que compuseram as fileiras com Prestes. Quatro categorias se constroem a partir de um só texto, são temas ainda pouco explorados por pesquisadores. VII) Tenentismo e Reforma Agrária. VIII) A relação da Coluna Prestes com a política externa. IX) A relação da Coluna Prestes com o Cangaço. X) Ensino de História local.

A produção acadêmico-científica sobre a Coluna Prestes é inaugurada no ano de 1989, a

partir da tese de Anita Prestes, que se utiliza da metodologia da história oral para sua construção. Na primeira década deste século, entre 2001 e 2010, há um total de dez trabalhos produzidos. Entre os anos 2011, o ano com mais produções, quatro, e o ano de 2020, são nove trabalhos. Na presente década, a contar desde 2021, já se nota a soma de três produções.

A partir da análise dos resumos dos trabalhos e de seus sumários, quando possível, uma vez que nove produções não foram encontradas, os assuntos abordados muito nos chamaram a atenção. Todos eles abordam temas de necessidade fundamental se tratando de um evento histórico de tamanha magnitude. A preocupação com a reforma agrária, uma pauta tão centenária como a Marcha, a presença feminina e suas repercussões num ambiente tão machista e masculinizado, demonstram que a historiografia tem avançado na percepção de que a história se constrói e é construída também por aqueles que têm sua voz diminuída ou silenciada pelo sistema.

O estudo das crianças e infâncias na Coluna Prestes: um trabalho em potencial

Em primeiro momento, pensar na presença de crianças em um movimento como a Marcha da Coluna Prestes, um dos maiores eventos militares das Américas, pode causar certo espanto. Afinal, conflitos como esse não são locais onde espera-se encontrá-las. No entanto, elas estão. Por diferentes motivos, crianças e jovens experimentam as lutas populares ou mesmo contexto de guerras. É o caso da Guerra do Paraguai e os aprendizes de marinheiros.

Assistidos nas companhias de aprendizes de marinheiro, criadas em 1840, meninos de menor idade eram acolhidos através de um recrutamento, que podia se dar de diferentes formas. Inseridos nessas companhias, voltavam-se para contribuir com a Marinha, voluntária ou compulsoriamente. Nos moldes de um internato, viviam em condições precárias em diferentes aspectos: violência entre os internos, assim como da parte da corporação, além de alojamento e alimentação inadequadas. A princípio

> esse recrutamento incidia sobre três grupos: os enjeitados nas casas dos expostos, os enviados pela polícia e os "voluntários", matriculados pelos pais ou tutores. A novidade do recrutamento consistia no fato de os meninos receberem gratuitamente um enxoval e, no caso dos voluntários, os respectivos responsáveis ganharem o "prêmio" de cem mil réis; valor nada desprezível pois representava aproximadamente 20% do preço de um escravo adulto ou que permitiria a compra de duas ou mais crianças escravas (Venancio, 2023, p. 199).

Com a eclosão da Guerra do Paraguai e as transformações no contexto político em virtude do conflito, as companhias de aprendizes perdem o prestígio popular que tinham anteriormente, quando pais e responsáveis matricularam seus filhos em "uma atitude de preocupação e desvelo familiar, pois a referida instituição consistia em uma das pouquíssimas alternativas de aprendizado profissional destinada à infância pobre" (Venancio, 2023, p. 199). Isso porque, diante do despreparo do Império e das forças militares, o governo brasileiro opta por enviar crianças e jovens à guerra.

> Em um contexto como esse, seria de se esperar que as companhias de aprendizes marinheiros fechassem as portas. Mas, na realidade, o contrário aconteceu. Em 1865, o número de meninos "prontos" para o recrutamento subiu para 789, quase 20% a mais dos efetivos listados no ano anterior. Isso só foi possível graças à montagem de uma verdadeira máquina de recrutamento forçado, na qual a polícia desempenhava um papel de fundamental importância. O arsenal do Rio, por exemplo, no ano de 1864, pôs 116 meninos à disposição da Armada; um ano mais tarde, essa cifra foi de 269 recrutas. Pelo menos a metade desse contingente havia sido "caçada" nas ruas da capital brasileira, dando origem a centenas de ofícios nos quais as famílias solicitavam às autoridades a devolução do filho recrutado à força (Venancio, 2023, p. 204).

Na Coluna Invicta, a participação de crianças não ocorre por meio de recrutamento forçado, mas elas ainda assim estão presentes. Conhecidos como

mascotes da Coluna, rapazes ainda bastante meninos acompanharam o percurso ao lado dos tenentes, e um destes encontra-se registrado na obra de Ítalo Landucci, "Cenas e episódios da revolução de 1924 e da Coluna Prestes", importante relato para a compreensão do evento. Nos cabe, no entanto, algumas perguntas ainda a serem respondidas por estudos mais aprofundados: Qual a origem dessas crianças e a quais caminhos foram levadas? Quais os traços de seus cotidianos e vivências? Como a Coluna Prestes e os Tenentes impactaram nas suas infâncias? De que forma o contexto histórico e social do Brasil dos anos 1920 influencia na vida dessas crianças?

O estudo das crianças e infâncias na Coluna Prestes se apresenta como um trabalho em potencial, no sentido em que abre caminhos para pensar três eixos de pesquisa. O primeiro, sem dúvidas, é a possibilidade de novas abordagens da história do movimento, seus diferentes atores, fugindo da exclusiva atuação dos tenentes, dos militares, voltando olhares para além da figura de Luiz Carlos Prestes e seus homens. O segundo eixo volta-se para pensar o lugar da infância em meio a conflitos, a eventos marcados pela imposição da força militar e a lutas populares, seja pegando em armas e atuando no front de guerra, seja apenas exercendo seus papéis de, simplesmente, crianças. Há ainda uma terceira linha, a do direito das crianças à história e à memória, algo que a historiografia brasileira tem avançado, mas ainda a passos lentos.

Considerações finais

O estudo das crianças e dos jovens na Coluna Prestes tem se provado um desafio. A produção historiográfica acerca do movimento explora muito pouco ou quase nada a atuação de personagens que não eram militares e que combateram lado a lado com os revoltosos as ideias da república oligárquica. Junta-se a isso a dificuldade de localizar fontes voltadas para o nosso recorte em meio a um acervo documental vasto, mas com diferente intenção, voltado praticamente para a produção de uma história militar ou do evento em si e de forma generalista. Esses aspectos demonstram que o tema das crianças e infâncias na Coluna Prestes ainda carece de aprofundamento, o que temos nos proposto a investigar. Pensar, ainda, como foi a infância e a juventude desses indivíduos nos parece um trabalho árduo, mas na mesma medida tentador, uma vez que quase nada conhecemos deste tema e muitas informações relevantes podem ser obtidas. A dificuldade da preservação da história da Coluna é algo esperado, ainda mais se tratando do perfil do nosso recorte, e também do (não) interesse em se preservar arquivos de um movimento de tamanhas proporções organizado por militares contra o governo brasileiro, visto que, em teoria, era dever desses jovens tenentes subordinar-se ao Estado.

A partir de investigação inicial, pudemos concluir que o debate sobre infância e juventude ao longo do tempo e da história, a depender de recortes de raça, classe e gênero, pode ser assumido de lugares bastante diferenciados. Ainda assim, mesmo sendo a Coluna uma experiência coletiva, é fato que cada criança vivencia individualmente impactos das batalhas de forma única. As repercussões e os efeitos de uma mesma situação podem variar para cada indivíduo.

São cem anos da Coluna Prestes, que se completam em outubro de 2024, e está dado que esse tema mantém profunda relação com a contemporaneidade. Suas narrativas e personagens ainda são pouco conhecidos ou nem mesmo abordados pela história. Vale ressaltar, que de um total de 912.846 trabalhos do Catálogo de dissertações e teses na plataforma da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), apenas 23 obras discutem o evento.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete. **Estudos da infância no Brasil:** encontros e memórias. 2ª ed. 927.São Carlos: EdUFSCar, 2022.

AMARAL, Luiz. **Conversando com as mulheres da Columna Prestes**. O Jornal, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1927.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia Anido. Infância tutelada e educação: história, política e legislação. **Ravil**, p. 579-593, 1998.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989).** 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CARVALHO, Maria Meire de. **Vivendo a verdadeira vida:** vivandeiras, mulheres em outras frentes de combates. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

COSTA, Miguel; PRESTES, Luiz Carlos; TÁVORA, Juarez. **Manifesto da Coluna Prestes**. 2010. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/prestes/1925/10/19.htm. Acesso em: 17 mar. 2025.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e episódios da revolução de 1924 e da Coluna Prestes**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1952.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes**: Marchas e Combates. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

MOREL, Edmar. **A Marcha da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

PASETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

VIANNA, Marly. Luís Carlos Prestes. **Revista Novos Rumos**, n. 27. Instituto Astrojildo Pereira, p. 51-65, 1998.

L'esprit Français em terras paranaenses: a Revista *A Escola* (1906-1921) e a *Belle Époque*

L'esprit Français in Paraná lands: the magazine A Escola (1906-1921) and the Belle Époque

Fernando Tadeu Germinatti*
Simone Burioli**

Palavras-chave:
Imprensa
Paraná
Belle Époque

Resumo: Este artigo analisa a Revista *A Escola*: revista do grêmio de professores públicos do Estado do Paraná (1906-1921), publicada na cidade de Curitiba. Metodologicamente a revista foi localizada e catalogada a partir da Hemeroteca Digital que faz parte do acervo da Biblioteca Nacional. Objetiva-se apresentar as ideologias educacionais predominantes no período de circulação da revista, bem como suas manifestações no periódico. Na continuidade deste objetivo buscou-se discutir a influência francesa na revista com ênfase na *Belle Époque*, que exerceu forte presença no imaginário da população brasileira e aparece com destaque na revista incentivando a aprendizagem da língua francesa, com uma seção específica sobre o assunto, chamada Estudinho de Francês. Como resultado podemos afirmar que o ideal de ser, falar e se comportar como um europeu civilizado foi incentivado pela revista e esteve atrelado ao interesse dos viajantes e intelectuais que nas primeiras décadas do século XIX aumentam sua atração pela América do Sul.

Keywords:
Press
Paraná
Belle Époque

Abstract: This article analyzes Revista *A Escola*: a magazine of the public teachers' union of the State of Paraná (1906-1921), published in the city of Curitiba. Methodologically, the magazine was located and cataloged from the Digital Newspaper Library, which is part of the National Library's collection. The aim is to present the predominant educational ideologies during the magazine's circulation period, as well as their manifestations in the periodical. In pursuit of this objective, we sought to discuss the French influence on the magazine, with an emphasis on the *Belle Époque*, which exerted a strong presence in the Brazilian population's imagination and appears prominently in the magazine, encouraging the learning of the French language, with a specific section on the subject, called "Estudinho de Francês." As a result, we can affirm that the ideal of being, speaking, and behaving like a civilized European was encouraged by the magazine and was linked to the interest of travelers and intellectuals who, in the first decades of the 19th century, increased their attraction to South America.

Recebido em 06 de agosto de 2025. Aprovado em 26 de setembro de 2025.

Introdução

O objetivo desta pesquisa é verificar por meio da revista *A Escola*: revista do grêmio de professores públicos do Estado do Paraná, publicada em Curitiba entre os anos de 1906 e 1921, indícios da ideologia[1] predominante do período histórico que se encaixa no início da República e a influência francesa em terras paranaenses. Conforme direciona Claudia Maria Petchak Zanlorenzi (2010, p. 61) "discutir sobre a educação, principalmente a ideologia que influenciavam os discursos referentes a

* Doutor em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: germinattifer@outlook.com.
** Professora Associada do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: prof.simone@uel.br.

essa, é uma forma de vislumbrar os interesses que permeavam e ainda permeiam a educação do povo". Certamente, com a presente pesquisa são destacadas as mobilizações da revista *A Escola* ao redor dos assuntos pedagógicos.

Este artigo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, realiza-se uma discussão teórica sobre a imprensa e sua relevância no papel de representar algo e também de incutir valores na sociedade por meio das matérias recorrentes que reforçam determinado ideal. Na segunda parte do texto, pretende-se apresentar e discutir a revista *A Escola* (1906-1921) e seus traços ideológicos mais marcantes. Por fim, na terceira parte do texto, destina-se atenção ao período da *Belle Époque* (Bela Época) e à influência do estudo de francês na revista. No âmago dessa discussão, é pertinente apontar que a subjetividade presente no relato jornalístico não torna menos válidas as fontes impressas, pelo contrário, visto que, enquanto fonte de pesquisa primária, os jornais oferecem ao pesquisador valiosíssimas marcas da passagem dos sujeitos em um tempo e em espaço.

A partir da segunda metade do século XIX, com a ebulição de ideais positivistas, darwinistas e naturalistas, a imprensa recebeu a intelectualidade para debater essas ideias e se estabeleceu enquanto importante intermediadora entre a intelectualidade e a sociedade. É necessário destacar também o período envolto ao que foi chamado de *Belle Époque*, caracterizado pelos avanços científicos e transformações culturais. A *Belle Époque* francesa foi um período de transformações econômicas, culturais e políticas e normalmente é definido 1871 como seu início, quando França e Alemanha assinaram o Tratado de Frankfurt (Lima, 2017). No Brasil o marco inicial da *Belle Époque* pode ser colocado em 1889 com a Proclamação da República, percorrendo até a Semana de Arte Moderna de 1922, um período marcado principalmente pelo esforço das elites de se modernizarem perante o mundo e com inspirações francesas, período este que coincide com o recorte temporal da revista escolhida para análise e isso justifica as relações presentes neste periódico com a *Belle Époque*.

Nesse período, é possível pensar na figura do *flâneur*[2]. No Brasil do início do século XX, quem melhor internalizou essa figura foi João do Rio (1881-1921), que por meio da sua crônica-reportagem denunciava as mazelas sociais e desigualdades existentes na então capital federal Rio de Janeiro. Da segunda metade do século XIX ao início do século XX, a partir da crônica, a imprensa se transformou em instrumento de denúncia social, opinião e crítica. Foi sobretudo um período frutífero de produção intelectual na imprensa, atenta às transformações decorrentes do espírito da *Belle Époque*. À propósito, no Brasil do século XIX, até mesmo o modelo de jornalismo buscado foi o francês, em que a literatura integrava a prática jornalística (Bulhões, 2007).

Inserido no campo de estudos da História da Educação, corrobora-se com Adriana Pinto de que "especializada em ensino ou de circulação geral, a imprensa é fonte fértil para auxiliar a escrita de uma história da educação brasileira" (Pinto, 2013, p. 24). Diante dessa articulação, este artigo pretende também amparar-se em diversificadas e consistentes bibliografias vindas das Ciências Humanas. A revista *A Escola* está disponível no site da Hemeroteca digital, dentro da Fundação Biblioteca Nacional, que consiste em um portal de periódicos nacionais para ampla consulta em seu acervo de jornais, revistas, anuários e boletins. Há publicações desta revista nos anos de 1906, 1907, 1908, 1909, 1910 e 1921, considerando um espaço de 11 anos até a publicação do último exemplar.

Trata-se de uma publicação mensal do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná, realizada em Curitiba[3] a partir de fevereiro de 1906, tendo como redator chefe inicial Sebastião Paraná[4], que ao lado de Dário Vellozo[5], dirigia a revista. Por conseguinte: "Entre 1906 e 1910, o periódico constituiu-se em espaço para reflexão (e contestação) de questões educacionais locais, em defesa de um ensino laico e gratuito, como uma expressão de uma prática de igualdade e liberdade" (Pinto, 2020, p. 12). Na relevância desta revista, temos pesquisadores que já debruçaram seus esforços para investigá-la e com os quais mantemos diálogo neste artigo, são eles: Marach (2007); Zanlorenzi (2014); Zanlorenzi e Nascimento (2017, 2021); Neuza Pinto (2020); Nascimento, Zanlorenzi e Leal (2020) dentre outros.

Imprensa e relevância do seu papel na pesquisa em História da Educação

Inicialmente, é pertinente considerar que "os periódicos fazem parte de um sistema de comunicação com temporalidades e territorialidades próprias" (Barbosa, 2018, p.29). Tendo em vista, portanto, o levantado por Marialva Barbosa (2018), é válida a afirmação de que trabalhar com periódicos envolve desafios intrínsecos à existência da fonte. Isto é, significa apontar que estão imbuídos de interesses, desejos e subjetividades, sendo tarefa e responsabilidade do(a) pesquisador(a) saber interpretá-los (Barbosa, 2005). Ao pensar aqui o uso da imprensa como fonte nos trabalhos em Ciências Humanas e Sociais (CHS), e mais em específico, em História da Educação, é necessário trazer o apontamento preciso da historiadora Tânia de Luca de que: "A capacidade da imprensa de colocar-nos em contato com as representações de uma época transformaram-na em fonte privilegiada para o pesquisador das Ciências Humanas [...]" (Luca, 1996, p. 94). Contudo, insta apontar que o pesquisador não deve tomar a fonte como documento pronto, definido e dado, mas sim como documento que requer ser problematizado e interpretado.

Direcionando o foco para a imprensa enquanto fonte, o trabalho com a imprensa, seja ela pedagógica ou não, permite/requer interpretações sobre os acontecimentos passados e presentes. Isto posto "[...] a interpretação que o investigador fará de suas fontes será balizada pelas demandas históricas de sua própria circunstância" (Toledo; Junior, 2012, p. 258). Logo, nesse percurso, é pertinente afirmar que o passado é inatingível, nunca será possível ver/presenciar o que de fato ocorreu, cabendo ao pesquisador "apenas" um vislumbre de uma luz espalhada que reflete os acontecimentos de um tempo, confrontando a ideia de que a imprensa transmite exatamente a realidade dos fatos (Bulhões, 2007).

Destarte, muito em razão disso que a jornalista e historiadora Marialva Barbosa (2005), sinaliza que o "principal postulado da historiografia refere-se à questão da interpretação: não se trata de recuperar [...] mas interpretar - a partir da subjetividade do pesquisador - as razões de uma determinação ação social" (Barbosa, 2005, p. 53). Conforme indicou o historiador Nelson Sodré (1911-1999): "a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista" (Sodré, 1966, p. 1). Isto é, o desenvolvimento da imprensa e de suas atividades e práticas está articulado ao próprio desenvolvimento do capitalismo, datando do século XIX, que a imprensa estrutura-se na forma de uma empresa capitalista, que visa ao lucro. Nessa lógica, se o jornal/revista é uma empresa, a notícia torna-se um produto valioso na sociedade a ser adquirido. Nesse processo de "sobrevivência", portanto,"[...] (no) século XX [...] os proprietários das empresas jornalísticas abandonaram os métodos artesanais e, em consonância com os interesses ditados pelo lucro, passaram a administrar racionalmente o empreendimento" (Luca, 2005, p.133).

Em tais condições de existência, portanto, ao considerar a chamada Primeira República (1889-1930), a imprensa noticiou os debates e acontecimentos de sua época, conviveu e fez circular ideias literárias, culturais, políticas e educacionais e também, ao mesmo tempo, enalteceu, incentivou, controlou e puniu padrões de comportamento. Nessa compreensão, a imprensa concentra as discussões que mobilizaram a sociedade, registrando determinadas pautas que fizeram ecoar num dado momento histórico. Portanto, torna-se possível ao pesquisador(a) acessar um vislumbre do passado, cabendo sempre que o faça lançando mão da interpretação crítica e entrecruzamento com outras fontes.

É oportuno ainda inferir que, a utilização da imprensa enquanto fonte é relativamente recente, com mais precisão, datando das últimas cinco

décadas. Antes disso, jornais e revistas eram vistos como fontes suspeitas, carentes de neutralidade. Contudo: "ao lado da imprensa e por meio da imprensa o jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica" (2005, 17 p. 118). Nesse entendimento, portanto: "A opção pelo impresso permite revelar vozes, propostas, anseios e realidades de atores diversos que muitas vezes têm sido negligenciados pelas correntes historiográficas tradicionais, oficialistas" (Pelegrini; Nery; Honorato; 2016, p.10).

Pensando nas primeiras décadas do século XX, a imprensa fez circular uma infinidade de gêneros textuais, compostos de notícias, artigos opinativos, editoriais, cartas ao leitor, entrevistas, crônicas e poemas voltados aos temas de uma realidade específica que ajudam a lançar luz sobre aspectos entendidos como relevantes de um tempo. É no contexto das últimas décadas do século XIX ao fim da primeira metade do século XX, em específico, que a imprensa configurou-se como elemento chave na condução de discussões públicas, fazendo-se ela, portanto, "o centro da atividade da maioria dos intelectuais que se interessavam por questões sociais e ditava o formato do que publicavam" (Skidmore, 2012, 302).

Portanto, é válido considerar que a imprensa existente ao longo da primeira metade do século XX ocupou um papel fundamental na vida social, permitindo a circulação dos saberes, ideias e notícias. Destarte, os intelectuais fizeram das páginas dos periódicos um grande palco para debate, exposição, gestação de novas ideias e disputas de interesses pessoais. Nesse entendimento, dentro daquele mundo em transformação: "A imprensa seria, nesse sentido, uma janela para o mundo" (Pinto, 2013, p. 39). Nessa descortinar, a imprensa torna-se palco da inteligência nacional para disseminação e produção de saberes. Nesse ínterim, a imprensa fez-se uma atraente oportunidade de trabalho para os intelectuais (Luca, 1996). De fato, percorrendo pelo viés historiográfico, os periódicos transformam-se mais do que útil para análise da narratividade dos fatos passados. Nesta ótica, consideram-se os jornais e revistas dispositivos culturais discursivos de poder político e social.

Desse ponto de vista aqui direcionado, a imprensa tornou-se símbolo de poder, modernidade, avanço técnico, sinônimo de cultura e civilidade, em que modelos de vida e saberes eram transmitidos em páginas impressas. Nessa esfera, destaca-se a imprensa especializada. Os impressos especializados, assim, podem ser "conceituados como organizações discursivas complexas relacionadas a sistemas de classificação, critérios de recorte e modos de significações" (Pelegrini; Nery; Honorato; 2016, p.12). É plausível destacar a imprensa pedagógica, operária, religiosa, feminina, militar dentre outras. Atenta-se aqui para a imprensa especializada pedagógica, criada no século XIX. Os impressos especializados direcionados a um público leitor específico diferem-se da imprensa aberta voltada ao público mais amplo. Nesse quadro, a produção dos jornais e revistas pedagógicas no início do século XX ocupa um lugar de destaque na História da Educação. Nesse ínterim, é possível entender a imprensa pedagógica como "espaços nos quais são postos em jogo os mais diversos interesses e, ao mesmo tempo, onde disputas se concentram em prol dos discursos que produzem e, por que não dizer, dos perfis que pretende formar" (Santos; França, 2020, p.5).

Assim, assume-se que "a imprensa se revela importante aliada na compreensão de temas pertinentes ao cenário social" (Pinto, 2013, p.27). Portanto, trabalhar com a imprensa requer que o pesquisador vá além do discurso e interrogue seu próprio veículo impresso enquanto fonte, isto é, levante as características físicas e editoriais do periódico. Consoante a isso, certamente, trabalhar com imprensa pedagógica enquanto fonte primária é ter diante de si discussões que mobilizaram e impactaram uma sociedade em um tempo e espaço definidos. Nesse ínterim, as revistas pedagógicas/educacionais, "tiveram uma história relevante na educação brasileira, pois produzidas por professores para professores, tinham como objetivo a

formação docente e o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico" (Zanlorenzi, 2010, p.66).

Sendo assim, a imprensa "em educação ocupa posição de considerável importância para a conformação do ideário republicano, atuando como agente na difusão de elementos agregadores e legitimando um conjunto de práticas bem sucedidas" (Pinto, 2013, p.43). Sob esse prisma, a imprensa pedagógica, possibilita a reflexão dos debates educacionais de um dado tempo. Nessa reflexão, José Gondra pensa a imprensa pedagógica "como ponto de interseção entre saberes e poderes, múltiplos e heterogêneos, que participam da definição de formas educativas" (Gondra, 2020, p. 23-24). Evidencia-se que contato com a imprensa especializada pedagógica permite ao pesquisador em História da educação melhor compreender as dinâmicas e ideologias educacionais ao longo do tempo.

A esse respeito, a revista *A Escola* ocupa um lugar ímpar na disseminação de um ideal educacional (Zanlorenzi; Nascimento, 2017). Quanto aos seus aspectos técnicos de produção, Claudia Zanlorenzi e Maria Nascimento indicam que a revista *A Escola*[6] era impressa em "papel jornal, com número de páginas contínuas durante o ano, vinte páginas em média, em formato de tabloide, não trazia ilustrações e nem propagandas" (Zanlorenzi; Nascimento, 2017, p.25). Tais características fornecem condições de interpretar a revista, fazendo-se um procedimento necessário na análise de periódicos. Em outras palavras, conforme sugerem Cruz e Peixoto (2007): "Ao iniciar sua análise, folheando alguns números estratégicos do jornal ou revista, é importante atentar para a composição do projeto gráfico/editorial daquela publicação" (Cruz; Peixoto, 2007, p. 262).

Assim, indo ao encontro das edições da revista *A Escola*, disposta nos arquivos da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), mergulha-se nas características técnicas da revista. Com publicação mensal, as assinaturas da revista custavam 4.000 mil réis quando assinadas para um semestre e 6.000 mil réis para assinatura anual. O escritório e redação da revista *A Escola*, escrita em Curitiba, localizava–se na Rua Assungui, número 5, permanecendo no endereço até a terceira edição da revista, que seria redigida na rua Cabral, número 10. A partir da sétima edição a revista seria escrita na rua Silva Jardim, número 108. A partir de 1910, a sede redação teria como endereço a rua Praça Zacarias, número 3.

Dentre os temas abordados pela revista *A Escola* em suas edições publicadas nos anos de 1906, 1907, 1908, 1909 e 1921, abordou-se educação, instrução, ensino, educação moral, ensino agrícola, questões gramaticais, língua portuguesa, estudos de francês e questões de *hygiene*. Nessa perspectiva, tais temas abordados devem ser interpretados enquanto demanda educacional do início do século XX. Em seu primeiro número publicado em 1906, Sebastião Paraná inferiu o seguinte: "Esta revista é o Orgam do Gremio dos Professores Públicos do Estado do Paraná. Ella vem, não só preencher uma lacuna mas ainda lidar sincera e descaradamente em pró do progredimento da instrucção pública do nosso futuroso Estado" (A Escola, 1906, p. 1). Em seu número inaugural, a revista anunciava:

> A redacção da Escola será auxiliada com a collaboração dos festeajados escriptores Dario Vellozo, Dr. Emiliano Pernetta, Dr. Azevedo Macedo, Euclides Bandeira, Nestor de Castro, Leoncio Correia, Rocha Pombo, Nestor Victor, Dr. Antonio Braga, Generoso Borges, Domingos Nascimento, Conego Braga, Serafim França, Ricardo de Lemos, Dr. Ermelino de Leão, Alluizio França, Julio Pernetta, Dr. Claudino dos Santos, Dr. Carvalho de Mendonça, Chichorro Junior, Romario Martins, Lucio Pereira, e outros igualmente apparelhados para os prelios gloriosos da intelligencia. Só as pennass brilhantissimas destes eximios litteratos e scientistas sao sufficientes para impor e recommendar esta revista, que procurará cumbrir o seu dever em prol da expansão intellectual da terra paranaense (A Escola, 1906, p. 17).

Nesses termos, reuniram na redação da revista, professores, poetas e advogados, buscando abordar a educação em suas múltiplas faces. Diante de tal inferência, partir-se-á explorar a ideologia disseminada na fonte.

A Revista *A Escola* e as ideologias educacionais

A educação na sociedade brasileira do início do século XX toma um formato bem definido que é servir de instrumento para a formação do novo homem republicano, tido como cidadão. O ambiente escolar era visto como espaço privilegiado para realização desta formação, ganhando um destaque fundamental no período. No bojo dessa indicação, é fundamental considerar que as primeiras décadas do século XX vivenciam a euforia proporcionada pela modernidade. Destarte, "era necessário convencer todos os cidadãos de que, com a República, a sociedade rumaria à modernidade e ao progresso, fato que, no antigo regime monárquico, não se efetivou dada a ignorância do povo que não tinha condições de perceber tal situação" (Zanlorenzi; Nascimento, 2017, p.28). A escola foi interpretada como instituição chave para enquadrar o Brasil no rol das "nações civilizadas". Vale apontar que a República traz o anseio em modernizar, civilizar e regenerar a nação. Para tanto, a educação responderia à essa "ânsia moderna". Retornando no texto inaugural da revista, Sebastião Paraná (1864-1938) bem apontou que " no regimen republicano o problema da instrucção se impõe e reclama prompta solução"(Paraná, 1906, p. 1).

O espaço escolar seria então um direito de todos os homens na Primeira República e "recinto que a inteligência dos pequeninos seres [...] se vai desenvoluindo e inundando da luz cambiante e redemptora da instrução" (Souza, 1906, p. 2). Além do papel fundamental que a escola assumia neste período histórico, era fundamental indicar que com toda essa renovação a sociedade entraria nos eixos por meio da modernidade e do progresso, este processos de convencimento dos cidadãos aconteceu também com o auxílio da imprensa e tinha como foco vencer a ignorância do povo, tão evidente no regime anterior, nas palavras de Pinto (2013, p. 41) seria um "indicativo de modernidade, nesse aspecto, seria erradicar o analfabetismo que grassava o país naquele momento".

Para confirmar isso por meio da revista, em dois textos de Dario Velozzo (1869-1937),temos o seguinte trecho elevando a escola ao papel de salvadora "a causa, não o perguntemos à raça: mas, ao habitat, à Pedagogia. Ao habitat, melhora-o a Sciencia: - o problema, portanto, é resolvido pela Eschola" (Vellozo, 1907, p.3). A educação escolar era vista como um remédio para a situação do povo e também servia de parâmetro para a formação do novo homem republicano, e a busca era por ações que reforçasse este papel de uma escola, com espaço e métodos únicos, "é preciso tornar a escola um todo homogêneo" (Vellozo, 1908, p.3). Nas palavras de Marach (2007, p. 55):

> No caso do ambiente curitibano de 1900, o sistema educacional não era diferente. Segundo apontam os discursos, muitos alunos não chegavam a cursar o ensino secundário, pois se viam obrigados a abandonar os estudos prematuramente para se dedicarem ao trabalho. Por outro lado, uma pequena parcela da população, mais abastada, tinha condições de manter seus filhos na escola de modo que eles completassem sua formação secundária sem precisar trabalhar para angariarem o próprio sustento. A distinção social por meio do sistema educacional das escolas do estado não se dava,, porém de um modo explícito, mas sua existência já era consentida pelos escritores de A Escola, cujos discursos fazem menção a dois tipos de alunos: o 'bacharel" e o "prático".

É ainda a mesma autora que explica a diferença entre os termos: o primeiro não estava necessariamente relacionado ao indivíduo

diplomado em curso superior, "de modo geral, o termo bacharel[7] foi usado pelos educacionistas para fazer menção aos estudantes que, na sua maioria tinham condições de concluir o curso ginasial secundário". Já o segundo tipo de aluno, o prático, representava a grande maioria do corpo discente das escolas primárias do estado, que "pelas precárias condições de vida em que esse aluno se encontrava, era obrigado a priorizar a subsistência em detrimento de sua formação intelectual" (Marach, 2007, p. 56). Nas pesquisas empreendidas por tal autora, nenhum destes dois tipos de alunos - teórico inútil e o prático ignorante - estavam preparados para os tempos modernos. Podemos perceber que as mudanças na ordem política não necessariamente trouxeram mudanças de ordem educacional mais evidentes, a instrução foi utilizada neste período para adaptação à ordem social vigente e não para a emancipação do indivíduo.

Não por acaso, conforme orienta Cynthia Greive Veiga "na maioria das vezes a oferta desigual esteve associada com a pobreza das famílias e o trabalho das crianças" (Veiga, 2022, p.276). Portanto, a educação era marcada por contradições, pois apesar dos discursos de igualdade de oportunidades, o acesso à educação era limitado para a maioria da população.

> Assim, todos os cidadãos se sentem parte do processo e envolvidos nele. Quem seria esse cidadão numa sociedade baseada na igualdade de direitos? Numa forma de governo representativa, nos idos da sociedade brasileira republicana, cidadão seria o que poderia participar do sufrágio universal. Aquele que teria participação política, ou seja, os homens alfabetizados, com condições para exercer a cidadania, aliás os que tinham acesso à propriedade intelectual, visto que a participação pelo sufrágio universal não era mais pela renda e sim pela instrução (Zanlorenzi; Nascimento, 2017, p. 26).

O ensino oferecido às classes populares era rudimentar, visando apenas capacitá-las para o trabalho. Os grupos escolares, um modelo de escola que implicou grandes modificações no contexto escolar, organizando de forma diferente o tempo e o espaço da instituição de ensino, acabaram por compactuarem com o ideal de escola moderna almejada na República. Os primeiros grupos escolares foram criados em São Paulo, no ano de 1893, segundo investigações de Souza (2006, p. 116) e "atrelaram a retórica arquitetônica à racionalidade pedagógica da escola graduada. Vários edifícios foram construídos especialmente para essas escolas, adotando estilos arquitetônicos neoclássicos e ecléticos" O modelo paulista foi seguido por outros estados, e no Paraná chegou em 1903, entretanto, a revista *A Escola* por meio do texto "Escola Moderna", denuncia que "[...] no Brazil, a instrucção do povo, confiada infelizmente aos governos estadoaes e municipaes, vegeta no mais criminoso abandono" (A Escola, 1908, p. 12). É sintomática a citação acima acerca do abandono público quanto ao ensino (e também saúde) da população brasileira.

Devemos estabelecer um ensino "[...] em bases seguras, rectas, inflexíveis, unificando-o em toda a República" (Velozzo, 1907, p.2), essas são as afirmações do diretor da revista, Dario Velozzo (1869-1937), em uma matéria intitulada "Subsídios Pedagógicos" no número de 1 a 4 da revista *A Escola*. Mais adiante na revista, o referido diretor já aponta uma "reforma cabal de todo o ensino, - primário, secundário e superior- nos diversos cursos da República", sendo que na edição de julho a dezembro de 1910 a revista *A Escola* completa o V ano de sua publicidade, e o diretor, Dario Velozzo, deixa seus agradecimentos aos colaboradores, a imprensa e ao magistério em geral. Os ideais da psicologia ficam evidentes nesta edição por meio da matéria de Claudino dos Santos (1862-1917), intitulada "Ligeira excursão pelos domínios da Psychologia do ensino" reflexo das discussões da época e das mudanças metodológicas que já deviam aparecer nas escolas:

> Não pode bem cumprir sua missão, satisfazer o fim que se collima, aquelle que faz do ensino simplesmente o seu ganha-pão, sem outra tendencia e outra preocupação que não a de ver e a de sentir os dias escoar-se para fazer jus, no fim do mez, à percepção do ordenado que lhe marca o orçamento dos governos.
> Missão nobre, missão edificante, essa que faz do homem o apostolo da alevantada cruzada do ensino!
> Instruir e educar! Eis a função do professorado moderno.
> Quão diferente a escola, com as facilidades e os encantos, com as suavidades e os processos actuaes, da velha e gasta rotina dos afastados tempos de antanho!
> Sem estudar em cada creança as suas tendencias, a sua vocação, os seus vícios e as suas virtudes, o seu caracter, em summa; sem fazer de cada alumno um estudo de psychologia infantil, por onde melhor possa empregar os methodos do ensino, falha a tarefa, baldos os meios, infructíferos os esforços (Santos, 1910, p. 268, grifo nosso).

Este excerto é provocativo, pois ao mesmo tempo que direciona o foco à psicologia infantil e aos métodos de ensino, nos faz pensar no contexto da educação brasileira no início do século XX em que sob os auspícios da racionalização moderna, primava-se por uma escolarização livre, laica e gratuita (Zanlorenzi e Nascimento, 2017). Em outro momento nas páginas da *A Escola*, a preparação dos alunos destinando-os para o trabalho fica evidente "Considerando que o fim da educação moderna é preparar o homem do futuro para a vida independente – para o trabalho, ensinando-o a confiar no seo próprio esforço e nas suas aptidões" (A Escola, 1908, p.16).

Belle Époque e a influência francesa na Revista A Escola

A *Belle époque* (Bela Época) teve início no século XIX, em 1871, na capital francesa de Paris, e se estendeu até 1914, data de início da primeira guerra mundial (1914-1918). O período de 1871 a 1914[8] esteve marcado pelo entusiasmo e otimismo quanto às "promessas da modernidade". Isto é, a crença de que a tecnologia, a ciência e o progresso conduziram a humanidade. Naquele período, Paris vivenciava as transformações decorrentes da expansão urbana, da haussmannização[9] e da industrialização. Décadas mais tarde, já no início do século XX, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, passaram a implementar as mesmas reformas urbanas nas cidades, visando a modernização e embelezamento dos centros urbanos. No entendimento de Pesavento (1999) o modelo Haussmaniano de reformulação urbana viajou no tempo e no espaço, e foi reapropriado em vários outros contextos.

É necessário considerar, assim, a influência que a França exerceu no imaginário da população do início do século XX. O brasileiro queria ser europeu, e naquele contexto, queria ser francês. E portanto, era preciso vestir-se, comportar-se e falar como tal. "Havia um desejo avassalador de demonstrar que o Brasil era um digno posto avançado da civilização europeia. Partia-se do princípio de que a elite dominava com fluência o francês falado e escrito" (Skidmore, 2012, p.145). A elite aspirava ser francesa, para tanto, falar, escrever, ler e comportar-se de acordo. Este anseio pode ser observado nos excertos da Revista *A Escola* (1906, 1907 e 1910) apresentados abaixo.

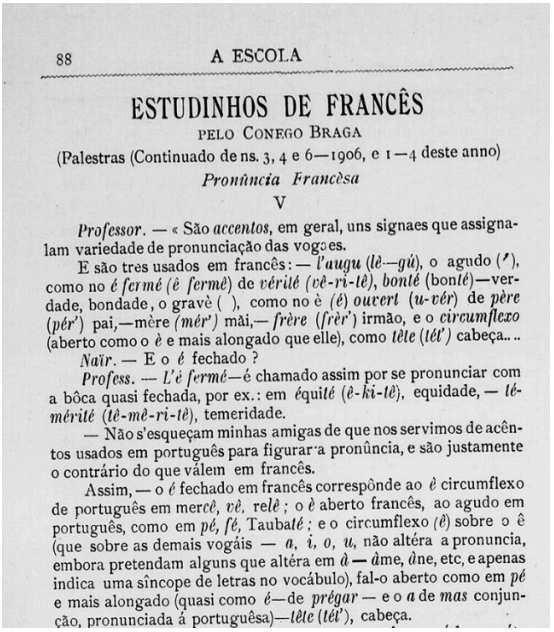
Nesse sentido: "Vivia-se uma época em que as personagens mais ilustres da sociedade reivindicavam e cultuavam o modelo de civilização e modernidade da França, adotando também a língua e a cultura francesa, no Brasil" (Franco, 2008, p.13). Consoante Paulo Franco (2008), é pertinente considerar que naquele contexto, tomou-se como referências culturais, literárias e intelectuais as produções de origem francesa. A língua francesa ganhou no século XIX roupagem de língua universal. Foi em 1837, com a criação do Colégio Pedro II, que a língua francesa tornou-se parte do

ensino obrigatório na escola secundária (Pietraróia, 2008).

Contudo, ponto ainda pouco explorado e que deterá atenção nas próximas linhas é a influência francesa na educação brasileira e na imprensa pedagógica do início do século XX. Na Revista *A Escola* temos uma seção chamada Estudinhos de Francês (A Escola, 1906, p. 52) que indica um diálogo entre uma professora (d. Julinha) e algumas meninas estudiosas e que reforçam a importância de se aprender bem o idioma.

> I - Pronuncia Francêsa
> Annita - Será muito difícil, d. Julinha, aprender a falar francês?
> Julinha - Sim e não. Sim, para os preguiçosos e desmemoriados, e não para os inteligentes e applicados ao estudo.
> Iracema - Quem não vê que Annita só deseja aprender praticamente a falar francês?
> Alaide - E eu também. Pois já ouvi dizer que é muito fácil agora aprender-se essa lingua, quer na Escola Normal e no Gymnasio, quer no Instituto do Commercio, quer ainda nos numerosos e bons collegios que já temos aqui, e até com professoras particulares, diplomadas pela Escola Normal.
> ...
> Todas - Que bom! Vamos aprender a falar francês!
> ...
> Alaide - Como se diz em francês - meu pai, minha mãe?
> Profes - *Mon père (môn pér') ma mère (má mér')*
> Por hoje ficaremos aqui.
> Vou dar-lhes um exercício e amanhã recapitularemos a lição, para estudarmos as regras praticas e teoricas de fonologia prosódia quanto à lingua francêsa.
> *Le livre de l'enfant est joli. la maison du voisin est vaste et commode. Mon père est malade. Ma mère est sage. j'ai ma à la tète. La vertu est aimable*
> *Au revoir (ô-re-vo-ár)*

É possível notar que há o incentivo ao uso da língua francesa na revista e, para além do ideal de ser, falar e se comportar como um europeu civilizado, temos como relação importante neste momento o interesse dos viajantes e intelectuais, pois "a partir das primeiras décadas do século XIX, a atração pela América do Sul foi muito intensa nos roteiros dos viajantes" (Costa, 2003, p. 62) , especialmente os cientistas e geógrafos se deslumbraram com um continente inexplorado, e com a abertura dos portos às nações estrangeiras em 1808, a relação França/Brasil se intensificou nos mais diversos domínios.



88 A ESCOLA

ESTUDINHOS DE FRANCÊS

PELO CONEGO BRAGA

(Palestras (Continuado de ns. 3, 4 e 6—1906, e 1—4 deste anno)

Pronûncia Francèsa

V

Professor. — « São *accentos*, em geral, uns signaes que assignalam variedade de pronunciação das vogaes.

E são tres usados em francês: — *l'augu* (*lê-gú*), o agudo (´), como no *é fermé* (*è fermê*) de *vérité* (*vê-ri-tê*), *bonté* (*bonté*)—verdade, bondade, o gravè ( ), como no è (*é*) *ouvert* (*u-vér*) de *père* (*pér'*) pai,—mère (*mér'*) mãi,— *frère* (*frèr'*) irmão, e o *circumflexo* (aberto como o *è* e mais alongado que elle), como *tête* (*tét'*) cabeça.. ..

Naïr. — E o *é* fechado ?

Profess. — *L'é fermé*—é chamado assim por se pronunciar com a bôca quasi fechada, por ex.: em *équité* (*è-ki-tê*), equidade, — *témérité* (*tê-mê-ri-tê*), temeridade.

— Não s'esqueçam minhas amigas de que nos servimos de acêntos usados em português para figurar a pronûncia, e são justamente o contrário do que vâlem em francês.

Assim, — o *é* fechado em francês corresponde ao *è* circumflexo de português em mercê, *vê*, relê ; o *è* aberto francês, ao agudo em português, como em *pé*, *fé*, Taubaté ; e o circumflexo (*ê*) sobre o ê (que sobre as demais vogáis — *a*, *i*, *o*, *u*, não altéra a pronuncia, embora pretendam alguns que altéra em *â* — âme, âne, etc, e apenas indica uma sîncope de letras no vocábulo), fal-o aberto como em *pé* e mais alongado (quasi como *é*—de *prégar* — e o *a* de *mas* conjunção, pronunciada á portuguêsa)—*tête* (*tét'*), cabeça.

Figura 1 - Estudinho de Francês (Revista A Escola, 1907, ed. 06, p. 88)

Fonte: Autores (2025).

A tese de Benvenutti (2004) investigou o papel central que a imprensa curitibana, particularmente o jornal *Diário da Tarde*, desempenhou na representação da *Belle Époque* em Curitiba entre 1909 e 1916, especificamente acerca do modelo de cidade almejada pelos cidadãos que fosse higienizada, com grandes avenidas, com ruas calçadas com paralelepípedo e arborizadas, com praças embelezadas e construções monumentais, com iluminação e bondes elétricos aos moldes das cidades burguesas. Este desejo de modernização não coadunava com a realidade da cidade de Curitiba.

No trabalho de Rafael Augustus Sêga (2001) com título *A capital Belle Époque*: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916), pois, ele firmou-se como arquiteto, e ao melhor estilo *art nouveau* projetou as residências dos ricos senhores do mate (Benvenutti, 2004).

> O modelo de cidade burguesa da *belle époque* e expoente do progresso exigia a ostentação do poder, da riqueza, da elegância e também a exclusão daqueles que não se enquadrar nesse viver urbano. Portanto, para os cidadãos reclamantes, os esgotos fétidos deveriam ser transformados em aprazíveis jardins com cachoeiras ou tampados e cobertos com cimento e ferro; as prostitutas, aquelas que rejeitam o padrão burguês de mulher delicada e submissa, deveriam ser segregadas em área distintas das vistas públicas; a população pobre e os mendigos esfarrapados que catavam verduras podres, restos de comida ou que pediam esmolas deveriam ceder lugar à elegância dos cavalheiros e das senhoras vestidos com as mais fina moda européia; os cortiços, casas de madeira, botequins e pensões baratas, ou mesmo aquele sobrado mal cuidado, prejudicavam o brilho dos palacetes e de residências com fachadas ao estilo *art noveau* ou eclético, e portanto deveriam ser igualmente retirados da área central (Benvenutti, 2004, p.142).

De modo geral, temos a imprensa curitibana da *Belle Époque* tratando uma cidade em intensa transformação, dividida entre o desejo de se igualar às grandes metrópoles e a dura realidade de problemas básicos não resolvidos. No que tange à revista *A Escola* ela situa no período do movimento intenso quanto à necessidade de transformação da instrução pública. Bogoni (2018, p. 38) destaca que neste período "houve uma propagação dos debates, para a reformulação do ensino e que o modelo considerado adequado privilegiava projetos para a modernização da sociedade". A instrução renovaria a sociedade ao difundir valores morais, civis e patrióticos, além da instrução intelectual.

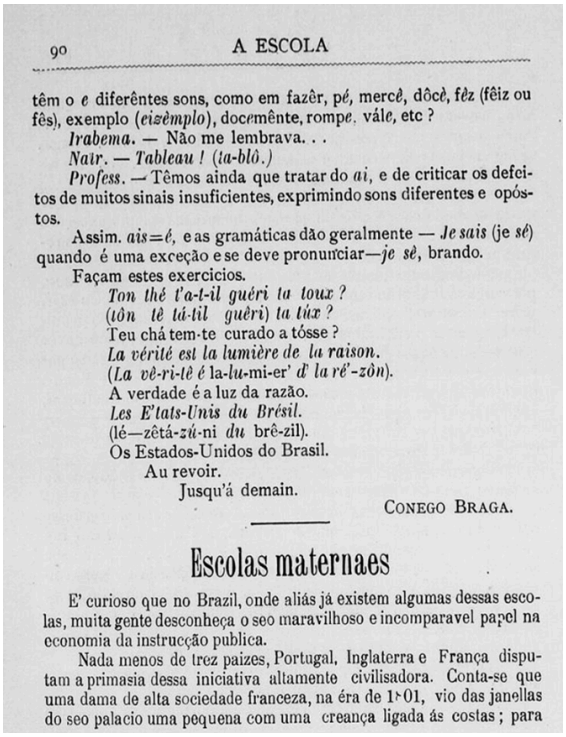
> D'ahi a indispensavel utilidade de um curso de hygiene e medicina pratica, dado na Escola Normal, como se faz em França. É preciso que haja em caso de desastre, de doença subitamente declarada, pessoa esclarecida que administre, esperando a chegada do medico, os primeiros cuidados e empeça as imprudencias provindas da ignorancia ou da superstição, como por exemplo pendurar um affogado pelos pés paar fazel-o vomitar a agua, Em França criaram sociedades que dão gratuitamente cursos noturnos de maneira a deixar cada um apto para salvar a vida ao seo semelhante quando a occasião se apresente (Lívio, 1907, p.157, grifo nosso).

> Não importa ao caso haver muitas gramáticas, e algumas boas: a quantidade nem sempre é qualidade. Para o ensino da lingua franceza entre nós ha muitas gramáticas, uma em portuguez, e outras em francez - adoptadas oficialmente na França -. no entanto, que satisfaça as exigencias do programa para o curso ginasial, só conhecemos uma - é a do Sr. Claude Augé, successor de Larousse, - é esse curso dividido em tres livros, e que por isso vamos adoptar nas aulas de francez do Ginasio Paranaense (Braga, 1910, p. 343).

Nas palavras de Peter (2007) a França não dominou a economia do Brasil como a Inglaterra ou Portugal, mas foi responsável pela primeira colonização cultural do país, influenciando o comportamento das elites, determinando em certa

medida os modelos de vida social e referências intelectuais, desde a filosofia até a moda, da gastronomia à literatura. Paris se tornou modelo para o mundo ocidental, segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1999, p.90) "O modelo parisiense, sob a forma de metrópole viajou o mundo no tempo e no espaço, participando das representações sociais construídas sobre a cidade moderna na América Latina".

Quando pensamos na difusão da língua francesa, tal qual apreciamos na Figura 2, podemos indicar que a primeira instituição de ensino que ofertou a língua francesa no Brasil em escola pública foi o Colégio Pedro II, inaugurado em 1837, no Rio de Janeiro. Na mesma cidade, no ano de 1885, foi fundada a primeira Aliança Francesa no Brasil com o objetivo de divulgar a língua e a cultura francesa. A revista *A Escola* no Paraná, em meio a este cenário, também desejava se incluir neste espaço, trabalhando com as pronúncias em francês e a explicação do funcionamento da língua, fazendo uma clara referência ao incentivo e aprendizagem do francês no Paraná.



90 A ESCOLA

têm o *e* diferêntes sons, como em fazêr, pé, mercê, dôcè, fêz (fêiz ou fês), exemplo (*eizèmplo*), docemênte, rompe, vále, etc ?

Irabema. — Não me lembrava. . .

Nair. — *Tableau !* (*ta-blô.*)

Profess. — Têmos ainda que tratar do *ai*, e de criticar os defeitos de muitos sinais insuficientes, exprimindo sons diferentes e opóstos.

Assim. *ais=é*, e as gramáticas dão geralmente — *Je sais* (je *sé*) quando é uma exceção e se deve pronunciar—*je sê*, brando.

Façam estes exercicios.

Ton thé t'a-t-il guéri ta toux ?
(*tôn tê tá-til guêri*) *ta túx ?*
Teu chá tem-te curado a tósse ?
La vérité est la lumière de la raison.
(*La vê-ri-tê é* la-*lu*-mi-er' *d' la ré'-zôn*).
A verdade é a luz da razão.
Les E'tats-Unis du Brésil.
(lé—zêtá-*zú*-ni *du* brê-zil).
Os Estados-Unidos do Brasil.
Au revoir.
Jusqu'á demain.

CONEGO BRAGA.

Escolas maternaes

E' curioso que no Brazil, onde aliás já existem algumas dessas escolas, muita gente desconheça o seo maravilhoso e incomparavel papel na economia da instrucção publica.

Nada menos de trez paizes, Portugal, Inglaterra e França disputam a primasia dessa iniciativa altamente civilisadora. Conta-se que uma dama de alta sociedade franceza, na éra de 1901, vio das janellas do seo palacio uma pequena com uma creança ligada ás costas ; para

Figura 2 - Revista A Escola (1907, edição 6, p. 90)
Fonte: Autores (2025)

Devemos considerar o papel relevante dos periódicos na divulgação da língua e de um modelo francês de ser e se comportar, isso se solidifica quando anos mais tarde, inicia a formação para o ensino do francês em nosso país com a inauguração do primeiro curso superior de Língua e Literatura Francesa na Universidade de São Paulo, no ano de 1934, a princípio com um corpo docente composto por professores franceses e a partir de 1974 esse quadro muda e a regência e administração passam a ser efetuados por professores locais, conforme afirma Santiago (2009). O auge da língua francesa em nosso país se deu durante a Era Vargas (1930-1945), com a Reforma Capanema, em 1942, foi "a reforma que deu mais importância ao ensino das línguas estrangeiras. Todos os alunos, desde o ginásio até o científico ou clássico, estudavam latim, francês, inglês e espanhol" (Leffa, 1999), o francês era disciplina obrigatória ofertada tanto para o ginásio (atual ensino fundamental) como pelo colegial (atual ensino médio), em um total de 13 horas de aula por semana, ficando à frente do inglês do espanhol.

Considerações finais

À guisa de conclusão, inicialmente buscou-se aprofundar uma análise ao redor da imprensa e de sua contribuição para a pesquisa em história da educação. Conforme buscou-se apresentar ao longo das linhas deste texto, a revista *A Escola*, escrita por professores e direcionada a professores, fez circular ideologias educacionais, por meio das quais, estiveram presentes ideias de ensino cívico, moralidade, que embalaram noções de modernidade e progresso.

Ao longo da investigação foi possível perceber que a influência francesa esteve presente nas páginas da revista *A Escola* e no ensino escolar das primeiras décadas do século XX, sob o contexto da *Belle Époque*. A influência se manifesta por meio do reforço da cultura e da língua francesa, que tem um

papel relevante quando passa a ser ensinada aos estudantes brasileiros. A presença da língua francesa na revista faz parte de um contexto maior, em que a ideia de modernidade remete à França.

Mesmo que a revista tenha circulado entre 1906 e 1921, e o auge do ensino da língua francesa tenha acontecido apenas no período posterior, com a Reforma Capanema (1942), o periódico paranaense já nos dá indícios de uma herança que vem desde 1837 no período Imperial com o início do ensino da língua francesa no Brasil, por meio do Colégio Pedro II. A revista escrita por professores e que tinham professores como foco desejava incluir-se neste espaço de modernidade e cultura que a França representava e ainda representa.

Notas

1. Aqui, considera-se o termo ideologia em conformidade com Marilena Chauí. De acordo com o que raciocina a filósofa, toma-se por ideologia como "um corpo sistemático de representações e de normas que nos 'ensinam' a conhecer e a agir. [...] o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser" (Chauí, 1980, p.3).
2. A partir da obra As Flores do Mal (1857), o poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867) popularizou o termo e entendeu o *flâneur* como um caminhante, observador e crítico.
3. Esclarecemos que para este texto, optou-se por manter a ortografia original da escrita da revista.
4. Conforme complementa Neuza Pinto: "Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior, natural de Curitiba, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, professor catedrático de Geografia Geral e do Brasil no Ginásio Paranaense e na Escola Normal de Curitiba" (Pinto, 2020, p.11).
5. Assim como Sebastião Paraná, Vellozo era "professor do Gymnásio e da Escola Normal de Curitiba, intelectual que se opunha ao ideário católico e aos dirigentes eclesiásticos, e que assumiu a direção do periódico após as seis primeiras edições dirigidas por Sebastião Paraná" (Pinto, 2020, p.11).
6. Conforme indicam Claudia Zanlorenzi e Maria Nascimento: "A publicação (da revista) era composta por artigos de opinião, por sessões com explicações de Língua Portuguesa, de Língua Estrangeira (francês) e de Matemática, por poesias, por cartas e por notícias, tanto da capital paranaense como de outros municípios. A primeira página era reservada à opinião de vários autores, que poderiam ser os componentes do Grêmio, o responsável pela revista ou um educador renomado. Relatórios de professores também compunham o material redigido, uma exigência do Regulamento de Instrução Pública do Paraná" (Zanlorenzi; Nascimento, 2021, p.9).
7. Interessante notar que: "A palavra bacharelice é igualmente recorrente nos artigos analisados, fato que denota sua importância enquanto vocábulo de época. Seu uso mais frequente assume certa conotação pejorativa, relacionada ao ensino academicista, de grande carga horária e poucos ensinamentos voltados para a vida cotidiana" (Marach, 2007, p. 56).
8. Conforme descreve o historiador inglês Eric Hobsbawm em A Era dos Extremos (1995), o período de 1875 a 1914 integrou aquilo que ele denominou de "Era de Paz". O período foi marcado por uma estabilidade e otimismo quanto ao futuro. A partir de 1914, contudo, inicia-se 'A era das Catástrofes' estendendo-se até 1945.
9. O processo conhecido como Haussmannização ocorreu em Paris na segunda metade do século XIX, sob orientação do político francês Georges Eugène Haussmann (1809-1891), no governo de Napoleão III. Entre 1853 a 1870, sob gestão de Haussmann, Paris vivenciou amplas reformas urbanas voltadas ao melhoramento sanitário e ao embelezamento da cidade.

Referências

A ESCOLA. **Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado**. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, 1906.

A ESCOLA. **Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado**. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, 1907.

A ESCOLA. **Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado**. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, 1908.

A ESCOLA. **Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado**. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, 1910.

BARBOSA, Marialva. Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa. **Intercom – RBCC**, v. 41, n. 2, p. 21-36, 2018.

_____. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. In: **Contracampo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação** - UFF, Niterói 1º sem. 2005, n. 12, pp. 51-63.

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. **As reclamações do Povo na Belle Époque**: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2004.

BOGONI, Marcia Ferreira Pinto. **Ensinar a ser cidadão**: as abordagens dos docentes do Paraná na Revista A Escola (1906/1910), 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2018.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo, literatura e convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Editora Moderna, 1980.

COSTA, Wilma Peres. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS *et al* (Org.) **Intelectuais**: sociedade e política, Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário de Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversa sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p.253-270, 2007.

DOS SANTOS, Darlene Monteiro; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. A imprensa pedagógica e educação no Pará em dias de República: a revista A Escola e a Revista do Ensino como instituições de formação (1900-1912). **Revista História da Educação**, v. 24, p. e92639, 2020.

FRANCO, Paulo César Borgi. **O léxico da Belle Époque na obra de João do Rio**. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa.). Universidade Estadual Paulista,, 2008.

GONDRA, José Gonçalves. Imprensa pedagógica e profissionalização do magistério:: o caso do The American Journal of Education (1855-1881). **Quaestio - Revista de Estudos em Educação, Sorocaba**, v. 22, n. 1, p. 15–37, 2020.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEFFA, Vilson. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. **Contexturas**, APLIESP, n.4, 1999.

LIMA, Natália Dias de Casado. **A Belle Époque e seus reflexos no Brasil**. In: XI Semana de História, 2017, Vitória. XI Semana de História, 2017.

LUCA, Tania Regina de. A Revista do Brasil (1916-1925) na história da imprensa. **Travessia**, v. 32, p. 94 - 123, 1996.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

PELEGRINI, Thiago; NERY, Ana Clara Bortoleto; HONORATO, Tony. Imprensa especializada como fonte/objeto: contribuições da história cultural para a história da educação física. **Educação e Fronteiras**, v. 6, n. 18, p. 05–18, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PETER, Glenda Dimuro. **Influência francesa no patrimônio cultural e construção da identidade brasileira**: o caso de Pelotas. Revista Arquitextos, ano 8, 2007.

PIETRARÓIA, C. C. A importância da língua francesa no Brasil: marcas e marcos dos primeiros períodos de ensino. **Revista Estudos Linguísticos. São Paulo**, v. 37, n. 2, pp7-16, 2008.

PINTO, Adriana Aparecida. **Nas páginas da imprensa**: instrução/educação nos jornais em Mato Grosso: 1880-1910. Tese (Doutorado em Educação Escolar) Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

PINTO, Neuza Bertoni. O currículo escolar sob o olhar da História Cultural e a modernização do ensino da aritmética na Escola Primária Paranaense no início do Século XX. **Revista História da Educação**, v. 24, p. e99392, 2020.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; LEAL, Sandra do Rocio Ferreira. O papel dos articuladores na configuração da revista "A Escola" (1906-1910). **Revista HISTEDBR On-line,** v. 20, p. e020056, 2020.

MARACH, Caroline Baron. **Inquietações modernas**: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SANTIAGO, Silvano. **Presença da língua e da literatura francesa no Brasil** (para uma história dos afetos culturais franco-brasileiros) Letras, Santa Maria, v.19, n.2, jul./dez. 2009.

SÊGA, Rafael, Augustus. **A capital Belle Époque**: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Curitiba: Aos Quatros Ventos, 2001.

SODRÉ, Nelson. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval *et al*. **O legado educacional do século XX no Brasil.** (2.ed.) – Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 109-162.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2012.

TOLEDO, CCélia Aparecida Alves de; SKALINSKI JUNIOR, Oswaldo Skalinski. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 48, p. 255–268, 2013.

TRAQUINA, Nêlson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005. v. 2.

VEIGA, Cynthia Greive. **Subalternidade e opressão sociorracial**: questões para a historiografia da educação latino-americana. São Paulo: Editora UNESP/SBHE, 2022. 376 p.

ZANELATTO, João Henrique. **Imprensa e Poder em Santa Catarina na Segunda República**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2022. v. 14. 137 p.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da educação, fontes e a imprensa. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 40, p. 60–71, 2010.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A Revista A escola e a educação brasileira no início do século XX. **Imagens da Educação**, v. 7, p. 24-37, 2017.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Revista "A Escola" e as teses do Congresso de Professores Públicos do Paraná: ideologia liberal. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 26, p. 1–16, 2021.

Maria Augusta Rui Barbosa para presidente: análise da coluna "o governo feminino" de Leal de Souza na Revista Careta

Maria Augusta Rui Barbosa for president: analysis of the column "the female government" by Leal de Souza in Careta Magazine

Gabriela Lúcio de Sousa*
Márcia Pinheiro Ferreira**
Aparecida Marina de Souza Rangel***
Márcio Ferreira Rangel****

Palavras-chave:
Maria Augusta Rui Barbosa
Revista Careta
Sufrágio Feminino

Resumo: Em 23 de junho de 1917, Leal de Souza escreveu uma breve coluna para a Revista *Careta*, denominada *O governo feminino*. Ao longo da única lauda, o jornalista comenta sobre uma série de mulheres relevantes e conhecidas de sua época que poderiam ocupar os cargos existentes na política, desde a presidência e vice-presidência até as funções nos ministérios, judiciários, diretorias e atribuições a nível estatal e municipal, sendo descrita e proposta uma gestão completamente realizada por mulheres, ou seja, sugere a existência de um governo feminino. Neste artigo pretendemos analisar a matéria, o período em questão – onde o sufrágio feminino estava em voga e era tópico tanto em discussões corriqueiras quanto no Congresso Nacional – quem são estas mulheres, o que foi possível descobrir sobre elas, o que motivou a escolha de algumas delas para estes cargos e porque Maria Augusta Rui Barbosa foi escolhida para estar à frente do cargo de presidente.

Keywords:
Maria Augusta Rui Barbosa
Careta Magazine
Women's Suffrage

Abstract: On June 23, 1917, Leal de Souza wrote a short column for Careta Magazine, entitled *The women's government*. Throughout the single page, the journalist comments on a series of important and well-known women of his time who could occupy existing political positions, from the presidency and vice-presidency to roles in ministries, judiciaries, board positions and state and municipal positions, describing and proposing a management entirely carried out by women, that is, suggesting the existence of a female government. In this article, we intend to analyze the subject, the period in question – when women's suffrage was in vogue and was a topic in both everyday discussions and in the National Congress – who these women are, what was possible to discover about them, what motivated the choice of some of them for these positions and why Maria Augusta Rui Barbosa was chosen to be the president.

Recebido em 30 de maio de 2025. Aprovado em 20 de outubro de 2025.

* Bolsista de pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa. Doutoranda em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins (UNIRIO/MAST). E-mail: gabriela.luciio@gmail.com.
** Tecnologista do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB/FCRB). Mestra em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). E-mail: marcia@rb.gov.br.
*** Tecnologista Sênior do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB/FCRB). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: cida@rb.gov.br.
**** Diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Doutor em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/COC). E-mail: marciorangel@mast.br.

Introdução

A Revista *Careta* foi uma publicação que circulou entre 1908 até 1960, semanalmente aos sábados, criada por Jorge Schmidt "depois de experiências anteriores com outras revistas, como *Kosmos* e *Fon-Fon*" (Garcia, 2005, p. 30). O período foi uma opção de Schmidt por algo mais acessível e cotidiano, popularesco (Garcia, 2005, p. 30). Segundo Sheila do Nascimento Garcia (2005), a revista foi veiculada inicialmente em papel couché, posteriormente em papel jornal, a cores, com uma média de 40 páginas. Uma de suas características mais marcantes era a utilização de charges em sua capa e interior.

Careta contou com a colaboração de muitos colunistas, como por exemplo "Aníbal Teófilo, Alberto de Oliveira, Goulart de Andrade, Emílio de Menezes, Bastos Tigre e Luís Edmundo" (Garcia, 2005, p. 33). Um desses colaboradores foi Antônio Eliezer Leal de Souza (1880-1948). Leal de Souza, como era comumente conhecido, nasceu na cidade de Sant'Ana do Livramento no Rio Grande do Sul e, de acordo com Diego Damaceno Lima, na juventude, foi alferes e participante da Guerra de Canudos. Posteriormente, desligou-se do quartel e passou a dedicar-se ao jornalismo em Porto Alegre (Lima, 2022, p. 86). Mudou-se para o Rio de Janeiro onde tornou-se acadêmico de direito e continuou exercendo a profissão de jornalista, além de trabalhar como secretário e repórter no *Diário de Notícias*, n*'A Noite* e na revista *Careta* (Lima, 2022).

Uma das matérias escritas por Leal de Souza, que será estudada neste artigo, foi publicada em 23 de junho de 1917 e recebe o nome de *O governo feminino*. Esta matéria possuía uma lauda, e foi veiculada na seção *Bric-a-brac*. O próprio sentido da palavra *Bric-a-brac* elucida o tópico do artigo. O termo que, no português, escreve-se bricabraque[1] (Michaelis, 2025), define-se como "Conjunto de objetos usados (peças de vestuário, móveis, enfeites, bijuterias etc.), de origens e épocas variadas" (Michaelis, 2025) ou como "Estabelecimento comercial que compra e vende esses objetos; brechó, brique" (Michaelis, 2025) e finalmente como "Conjunto de objetos domésticos usados e de pouco valor" (Michaelis, 2025). Pode-se inferir que esta seção é composta por assuntos variados, de tópicos banais ou de diálogos do dia a dia, porém, o tema sob o qual a matéria *O governo feminino* orbita é de suma importância para as mulheres do período: o sufrágio feminino.

O governo feminino: período, contexto e época de publicação da matéria

CARETA

Bric-a-brac

O governo feminino

Com a clara pureza de intenções peculiar ao seu ardente liberalismo romanesco, o operoso deputado Mauricio de Lacerda apresentou á molle inercia de sua Camara um meditado projecto de lei conferindo ás mulheres o livre exercicio do direito do voto, e logo *A Noticia*, em duas edições successivas, recolheu com gentil fidelidade e copiosamente espalhou, sob a alta responsabilidade de illustres nomes de grandes damas, a douta opinião feminina sobre a inesperada proposta do habil parlamentar fluminense.

Algumas das vozes reflectoras dessa opinião demonstram que ainda ha no Brasil senhoras imbuidas da sua nobre missão exclusiva de mães de familia, e todas, salvo a necessaria excepção confirmadora da regra, comprovam que as brasileiras, — com vantagem sobre os eleitores analphabetos como sobre os eleitos corruptos, — estão moral e intellectualmente aptas para o arduo desempenho dos direitos e deveres publicos.

Graciosamente feminea, a subtil resposta dada á *Noticia* pela espirituosa sra. Santos Lobo, recusando para as felizes creaturas enthronadas no doce conforto garantido pela submissão carinhosa dos homens, os direitos ora discutidos, — reclama-os em beneficio das desprotegidas rivaes forçadas do trabalhador, e com um travo fino de magua, accentua, que, para nós, as mulheres são apenas o que são.

Forrando de ironia setinea a lucida clareza do seu bom senso, a excelsa sra. Gaby Coelho Netto, antes de emittir conceito definitivo, desejaria assistir á bella experiencia quadrienal de um bom governo de mulheres.

Adoptando esta sábia maneira de encarar o grave problema, depois de estudal-o com alacridade festiva, um grupo floral de moças bonitas, num sério esforço exaustivo, tropeçando em numerosas brigas ephemeras, conseguio organisar, para a experiencia desejada, o governo desejavel.

A sra. Maria Augusta Ruy Barbosa, de quem, com inteira justiça, o sr. Pinheiro Machado costumava dizer : «são tes o que mais admire, se a cabeça do marido, se o coração da esposa,» foi unanimemente indicada para a suprema investidura presidencial. Chamou-se a poetisa Laurita de Lacerda para chefiar a elegante casa civil da Presidente, elevando-se a vice-presidencia á purissima gloria intellectual da sra. Julia Lopes de Almeida.

Confiou-se a difficil pasta da Fazenda á arregaçada competencia da sra. Serzedello Correia, auxiliada, na direcção da Casa da Moeda, pela actividade modelar da sra. Nicola de Teffé.

A' sra. Souza Bandeira, generosa organisadora de uma ambulancia brasileira em França, coube, com o ministerio da Guerra, o complexo encargo de reconstituir os corpos extinctos pelo natural licenciamento dos homens.

Com a sua esplendida operosidade maravilhosamente subdivisivel, a escriptora Violeta Odette foi lembrada para substituir na pasta da Marinha a vertiginosa inconstancia dos Almirantes.

A ministra da Justiça, dra. Myrthes de Campos, entregaria a Saude Publica á dra. Antonietta Mesquita, o Instituto de Musica á sra. Candida Kendall, a Escola de Bellas Artes á sra. Georgina de Albuquerque, e, erguendo a Professora Daltro ao commando da Brigada Policial, aprovetaria, na Chefatura de Policia, os predicados exhibidos na lucta contra a Associação da Mulher Brasileira, pela poetisa Laura da Fonseca e Silva. A joven sra. Hugo Leal, que, segundo escreves numa revista, quizera ser a Theda Bara, deve possuir a especial emfibratura precisa para exercitar a perigosa directoria da Defensão e a sra. Coelho Barreto poderia dirigir com acerto e brilho a Colonia Correccional dos Dois Rios.

Elegera-se ministra da Agricultura, Industria e Commercio a sra. Seida Potocka, e a reconstructora da Igreja da Lux, sra. Judith Franca, nomeada ministra da Viação e Obras Publicas, trata para a religiosa direcção dos Telegraphos a reconhecida discreção da sra. Teixeira de Barros.

Deixando no Itamaraty, a senhorita Alda Brito emprestaria ao nosso obscuro ceu, engrandecendo-o aos olhos do mundo, o aurifico fulgor dos seus cabellos de sol, e empuando a sra. Bernardina Alvereda occupasse a vice-presidencia do Senado e a sra. Alice Fischer encantadoramente presidisse as sessões da Camara, a sra. Albertina Bertha seria a eloquente *leader* governamental.

Com a sua luminosa energia, o sereno espirito delicado mas forte da sra. Astréa Palm ordenaria o immenso cáos burocratico da Prefeitura e, por fim, sob o severo tecto judiciario de um tribunal, a sra. Didimo da Veiga, sorrindo, concederia o voto de Minerva...

Quando, de virgineas mãos obrigadoras, com a ordem formal de publical-a, recebi a transcripta relação de nomes e cargos, por um exquisito associar de ideas, pensei em ti, ó esquecida padroeira antiga do meu coração, pensei em ti, ó actual e sempiterna senhora de minh'alma, e temendo que vos desem qualquer parcella de poder, logo me vi na morna asphixia de um calabouço, — castigado por não ser o perpetuo cortejo da mesma gloriosa imperatriz, punido por haver amado a quem amei, antes de conhecer a quem amo !...

LEAL DE SOUZA

Figura 1 - Revista *Careta*, coluna *Bric-a-Brac*, de Leal de Souza, com a matéria *O governo feminino*
Fonte: Revista *Careta* (Hemeroteca Digital), p. 10. (1917).

A matéria *O governo feminino* versa sobre um tópico em questão: o direito ao voto das mulheres. Segundo Teresa Cristina de Novaes Marques (2019), a luta pela igualdade de direitos – e consequentemente ao sufrágio universal – remonta à época da Revolução Francesa, e, no Brasil, desde 1879 discute-se, na Câmara dos Deputados, a possibilidade de reforma eleitoral com a inclusão deste tópico. Neste contexto, é aprovado o Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, conhecido como Lei Saraiva (Marques, 2019, p. 58). Dentre os atos sugeridos, destacava-se a admissão das certidões científico-acadêmicas "diplomas de medicina, direito ou odontologia, por exemplo – como comprovante da qualificação educacional do eleitor" (Marques, 2019, p. 58), porém, mesmo o decreto não excluindo as mulheres, a sociedade do período extenua a participação delas:

> Com base no art. 4º da Lei Saraiva, a dentista Isabel de Souza Mattos, moradora de São José do Norte, na província do Rio Grande, solicitou e obteve o registro como eleitora no ano de 1887. Quando o primeiro governo republicano convocou eleições para a Assembleia Constituinte, em 1890, a doutora Isabel procurou a junta eleitoral com o documento de registro de eleitora emitido em 1887, mas o presidente da Mesa não deixou que ela votasse (Marques, 2019, p. 59 e 60).

Nota-se, portanto, que a tentativa da inclusão das mulheres como votantes no processo eleitoral é consideravelmente anterior ao Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que de fato inclui o sufrágio feminino no campo das leis, para posteriormente ser incluído na Constituição de 1934, até ser equânime e obrigatório para homens e mulheres em 1964 (Marques, 2019). Em 1917 – ano em que a coluna *O governo feminino* foi publicada – o então deputado "Maurício de Lacerda apresenta projeto de reformulação da legislação eleitoral em que está previsto o voto feminino" (Marques, 2019, p. 132) e esta ação é comentada por Leal de Souza na matéria:

> Com a clara pureza de intenções peculiar ao seu ardente liberalismo romanesco, o operoso deputado Mauricio de Lacerda apresentou à molle inércia de sua câmara um meditado projecto de lei conferindo às mulheres o livre exercício do direito ao voto, a logo *A Noticia*, em duas edições successivas, recolheu com gentil fidelidade e copiosamente espalhou, sob alta responsabilidade de illustres nomes de grandes damas, a douta opinião feminina sobre a inesperada proposta do hábil parlamentar fluminense (*Careta*, 1917, p. 10).

Por mais que o deputado Mauricio de Lacerda receba o destaque pelo projeto de lei de reformulação apresentado em 1917, é válido comentar que o sufrágio feminino dependeu exponencialmente da atuação das mulheres, tais como Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), primeira deputada brasileira, e Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), segunda a ocupar esta função, mas não apenas elas, posto que as manifestações favoráveis ao voto feminino contou com a participação de muitas mulheres e cada uma delas foi imprescindível para essa conquista. Uma dessas mulheres foi a professora, sufragista e indigenista Leolinda Figueiredo Daltro (1859-1935), que em 1917 enviou para a Câmara Federal um documento em representação ao Partido Republicano Feminino.

> No mesmo mês, o deputado socialista Maurício de Lacerda discursou a favor do sufrágio universal, informando aos outros parlamentares que havia recebido o documento de Leolinda (Marques, 2019, p.83).

Destaca-se que ela não se limitou a coletar assinaturas solicitando o apoio nas urnas para o sufrágio feminino, no carnaval de "fevereiro de 1917, organizou um carro alegórico chamado *O Voto Feminino*, que saiu na agremiação dos Fenianos" (Marques, 2019, p. 84). Nota-se que o ano de 1917 foi relevante e movimentado para as demandas femininas relativas ao direito ao voto, e é neste momento efervescente que Leal de Souza produz a sua matéria.

Figura 2 - Leolinda de Figueiredo Daltro
Fonte: Revista *A Faceira* (Hemeroteca Digital), p. 89. (1917).

A opinião feminina sobre *O governo feminino*

A coluna de Leal de Souza debruça-se especialmente sobre a opinião feminina referente ao tema do sufrágio feminino. Algumas mulheres foram de fato consultadas se o voto deveria ser permitido ou não para elas. Aparentemente, surgiram opiniões diversas, com algumas

representantes do público feminino dizendo que as mulheres deveriam dedicar-se ao lar e à família, e outras considerando-se capazes de exercer o direito a eleger os seus governantes:

> Algumas das vozes reflectoras dessa opinião demonstraram que ainda ha no Brasil senhoras imbuidas de sua nobre missão exclusiva de mães de família, e todas, salbo a necessaria excepção confirmadora da regra, comprovam que as brasileiras, - com vantagem sobre os eleitores analphabetos como sobre os eleitos corruptos, - estão moral e intellectualmente aptas para o arduo desempenho dos direitos e deveres publicos (*Careta*, 1917, p. 10).

Duas mulheres destacam-se na matéria através de suas opiniões sobre o tema, sendo elas Laurinda dos Santos Lobo (1878-1946) e Maria Gabriela Coelho Netto (1872-1931), conhecida como Gaby Coelho Netto. A primeira, senhora Santos Lobo, segundo Andresa Taís Bortoloto de Lima (2014) era conhecida por seu posicionamento político, tendo sido, no ano de 1927, presidente do conselho da Frente Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), onde "promoveu um abaixo-assinado com duas mil assinaturas pela aprovação no congresso nacional do direito ao voto das mulheres" (Lima, 2014, p. 4). Na coluna de Leal de Souza, sua opinião é descrita da seguinte forma:

> Graciosamente femínea, a subtil resposta dada á Noticia pela espirituosa sra. Santos Lobo, recusando para as felizes criaturas enthronadas no doce conforto garantido pela submissão carinhosa dos homens, os direitos ora discutidos, - reclama-os em beneficio das desprotegidas rivaes forçadas do trabalhador, e com um travo fino de magua, accentúa, que, para nós, as mulheres são apenas o que são (*Careta,* 1917, p. 10).

Já Gaby Coelho Netto, que nasce Maria Gabriela Brandão e posteriormente adota o sobrenome de seu esposo, Henrique Maximiano Coelho Netto (1864-1934) (Barros, 2022), afirma que gostaria de primeiro ver um governo constituído somente por mulheres para, assim, conseguir emitir uma opinião sobre o tópico:

> Forrando de ironia setinea a lucida clareza do seu bom senso, a excelsa sra. Gaby Coelho Netto, antes de emittir conceito definitivo, desejaria assistir á [sic] bela experiencia quadrienal de um bom governo de mulheres" (*Careta*, 1917, p. 10).

Chega-se à conclusão de que é necessário imaginar pessoas que poderiam ocupar os cargos de um governo feminino ideal:

> F Adoptando esta sábia maneira de encarar o grave problema, depois de estudal-o com alacridade festiva, um grupo floral de moças bonitas, num sério esforço exaustivo, tropeçando em numerosas brigas efêmeras, conseguio organizar, para a experiencia desejada, o governo desejável (*Careta*, 1917, p. 10).

Figura 3 - Laurinda Santos Lobo
Fonte: Batista, p. 35 (2019).

Figura 4 - Maria Gabriela Coelho Netto (Gaby Coelho Netto)
Fonte: Barros Neto (2017).

A constituição do governo feminino

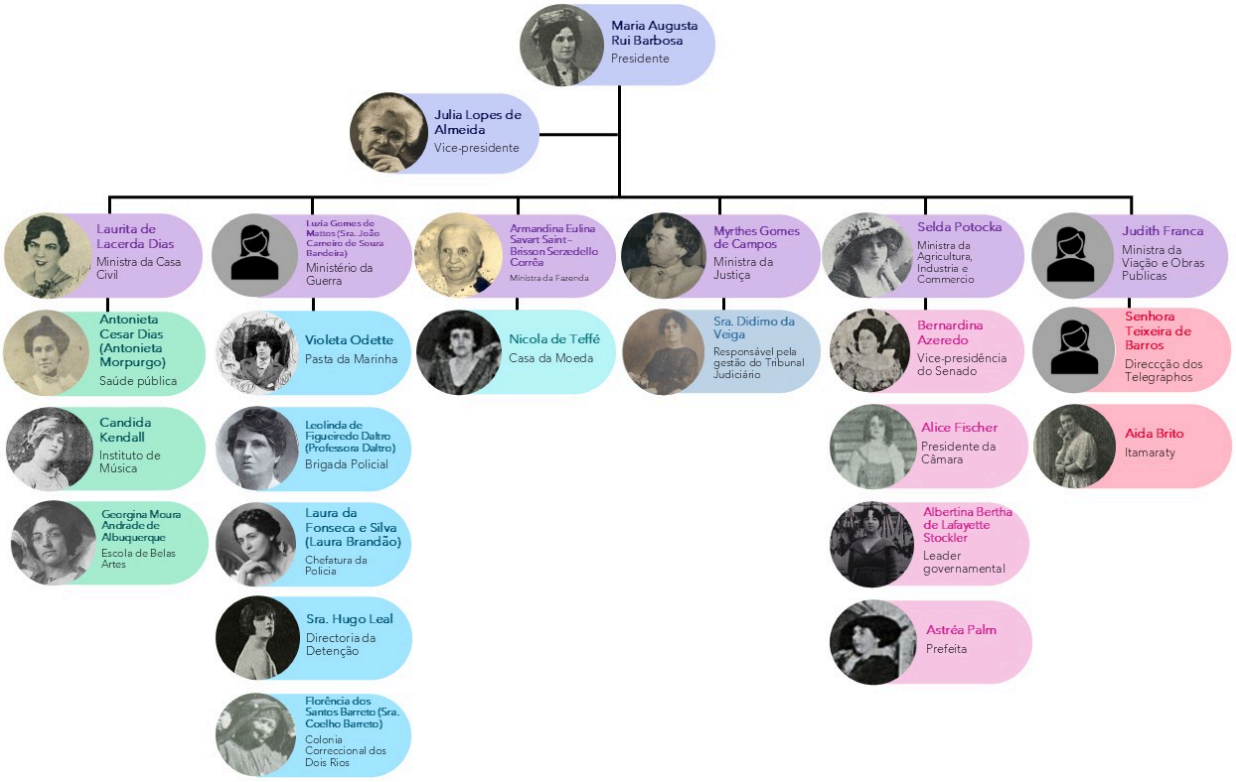


Figura 5 - Ordenação hierárquica das mulheres citadas no artigo de jornal de Leal de Souza[2]
Fonte: produzido pelos autores (2024).

A hierarquia acima contém todas as mulheres citadas no artigo de jornal de Leal de Souza. É importante destacar alguns pontos do processo de pesquisa: primeiramente, algumas das mulheres não foram localizadas – nem informações sobre elas, nem imagens – sendo estas as senhoras Dídimo de Veiga, Teixeira de Barros e Judith Franca. Mesmo assim, algumas parcas informações foram obtidas e serão relatadas a seguir. O segundo ponto é algo que tornou a investigação mais complexa: o apagamento destas mulheres para os seus maridos. Uma boa parte destas moças é chamada por nome-sobrenome de seus maridos, como Sra. Hugo Leal, Sra. Coelho Barreto, Sra. Teixeira de Barros e Sra. Dídimo da Veiga. Com essa questão, procurar informações sobre elas – com ou sem vinculação com os cônjuges– foi bastante complexa. Algumas destas adversidades serão comentadas a seguir.

A presidente deste governo feminino é Maria Augusta Rui Barbosa (1855-1948), a respeito da qual o colunista afirma que "com inteira justiça o Sr. Pinheiro Machado costumava dizer: 'não sei o que mais admire, se a cabeça do marido, se o coração da esposa', foi unanimemente indicada para a suprema investidura presidencial" (*Careta*, 1917, p. 10). Antes de casar-se com Rui Barbosa (1849-1923), usava o nome de Maria Augusta Viana Bandeira e ela vem sendo consideravelmente pesquisada[3] nos últimos anos pela equipe do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB). A escolha pelo nome de Maria Augusta como presidente pode ser vista como uma confiança em suas capacidades e como uma forma de entendimento de que as conquistas de seu marido também tiveram a participação dela.

A vice-presidente é Julia Lopes de Almeida (1862 – 1934) e, das mulheres citadas por Leal de Souza, é uma das mais reconhecidas na atualidade. Segundo Magali Gouveia Engel (2009), Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida nasce em 24 de setembro de 1862, no Rio de Janeiro. Era filha de portugueses – Adelina do Amaral Pereira e Valentim José da Silveira Lopes – que, assim como ela, eram professores: "Júlia cresceu, portanto, em um ambiente familiar onde o gosto pela leitura e pela escrita era estimulado" (Engel, 2009, p. 27). Júlia foi "escritora, jornalista, iluminista, abolicionista, defensora da educação e das ideias feministas" (Wanderley, 2024).

> Na virada do século XIX para o século XX, era considerada a escritora mais importante do Brasil, e foi apontada como a maior romancista da geração de escritores que sucedeu a Machado de Assis e precedeu a eclosão do movimento modernista. Com sua produção literária e em suas ações concretas, Júlia realizou o feminismo possível dentro das limitações de sua época e do meio social em que viveu. Condenava a supremacia masculina, defendia o direito ao voto para as mulheres e combatia a exploração no trabalho, a escravidão e as violências sexuais contra mulheres (Wanderley, 2024).

Passando agora para os ministérios, a Ministra da Casa Civil seria Laurita de Lacerda Dias. Foi escritora e poetisa, e, apesar de ter comandado uma campanha para o voto feminino (O Globo, 2015), de ter escrito para a coluna "O GLOBO entre as Sinhoras" (O Globo, 2015) e, em 1922, de ter participado da campanha para a construção do Cristo Redentor, onde por volta de vinte mil mulheres exibiram uma petição ao então presidente Epitácio Pessoa, requerendo anuência para a edificação do monumento (Correios Filatelia, 2021), ela não foi profundamente estudada. Ademais, sabe-se que ela escreveu artigos anticomunistas, por considerar o comunismo ateu (Andrade, 2024, p. 72).

A Sra. João Carneiro de Souza, Ministra da Guerra descrita no artigo, é Luzia Gomes de Mattos e pouco se encontra sobre sua vida. Segundo o Family Search (2025)[4], ela nasceu em 1869 e faleceu em 20 de maio de 1944. Seus pais são Joaquina Rosa de Oliveira e Costa (1842–1909) e Antonio Armando Gomes de Mattos (1829–1894). Casou-se com João Carneiro de Souza Bandeira (1865–1917) em 26 de julho de 1889 e deste matrimônio nasceram quatro filhos: Maria Luiza de Mattos Bandeira (1891–1891), Gustavo Mattos de Sousa Bandeira (1893–1953), Antônio Augusto Mattos de Souza Bandeira (1894–1963) e Luiz de Souza Bandeira (1908–1970). Tivera 7 irmãos: Alberto Gomes de Mattos (1858–1915), Leonor da Costa Gomez de Mattos (1860 - sem informação da data de falecimento), Alvaro Gomes de Mattos (1862–1923), Henrique Gomes de Mattos (1864–1936), Cecilia Gomes de Mattos (1867–1936), Joaquim Gomes de Mattos Filho (1875 - sem informação da data de falecimento) e Joaquina Gomes de Mattos (1875 - sem informação da data de falecimento).

Em seguida, temos a Sra. Serzedello Corrêa, que é Armandina Eulina Savart Saint-Brisson Serzedello Corrêa ou Ambrosina Savart de Saint Brisson Serzedelo (1872-1968), que foi colocada no cargo de Ministra da Fazenda. Destaca-se que no site do Museu Serzedello Correa consta seu nome como Armandina, e consta também que eles possuem a certidão de casamento do casal. Já no verbete de Teresa Vitória para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) seu nome é mencionado como Ambrosina. Além de seu casamento com Inocêncio Serzedello Corrêa (1858-1932), na data de 17/01/1906, em uma "casa à Rua Cosme Velho, número 49 – Rio de Janeiro [Engenho Velho, 14.º, 57]" (Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2016, p. 286), pouco se sabe. Nasceu em 26/03/1872, na cidade do Rio de Janeiro e faleceu em março de 1968, também no Rio de Janeiro. Seus pais eram Guilhermina Elisa de Lima Moreira Octaviano e Charles Victor Savart de Saint-Brisson. De seu casamento, nasceram Jayme (1909-1983) e Armando (Vitória, 2025). Murgel (2017) lista quatro obras musicais ao piano produzidas por ela, do estilo erudito/popular. Os nomes das obras são: Ilusões perdidas, Pátria e liberdade, Sonhos de luz, Anarchista e Alma errante. Compreende-se, portanto, que a senhora Savart Saint-Brisson Serzedello Corrêa era também compositora e pianista.

A Ministra da Justiça é Myrthes Gomes de Campos (1875-1965), que, assim como Julia Lopes de Almeida, é uma mulher com muita relevância na contemporaneidade por ser considerada a "primeira 'mulher advogada' a atuar profissionalmente nos tribunais no Rio de Janeiro (1899)" (Schueler; Rizzini, 2021, p. 24). Ela trabalhou ativamente na "defesa dos direitos das mulheres à educação secundária e superior, ao exercício das profissões liberais e sua presença na campanha sufragista" (Schueler; Rizzini, 2021, p. 24).

> [...] A igualdade jurídica no casamento e a garantia do divórcio também constituíram debates centrais de sua pauta, divulgada em artigos e conferências,

> entre o final da década de 1890 e meados dos anos 1930 (Schueler; Rizzini, 2021, p. 24).

A Ministra da Agricultura, Industria e Comércio foi Selda Potocka (nascimento desconhecido - 1950). Era uma polaca que se mudou para o Rio de Janeiro, onde abriu um negócio de sucesso: o Instituto de Madame Selda Potocka, localizado na então Rua Paysandu. Ela também abriu negócios em Lisboa e Portugal. Publicou livros como "Cozinha Hygienica" e "Como nos devemos alimentar". Potocka também foi colunista entre muitos jornais como o Correio da Manhã, e, sobre este assunto, Lerice de Castro Garzoni comenta:

> Se antes se escreveu tanto no jornal sobre caráter do casamento, divórcio e trabalho da mulher, Potocka voltava aos assuntos da moda, beleza e comportamento. A leitoras que perguntavam como eliminar pelos no rosto, respondia que o tratamento correto não era com cremes depilatórios, mas por meio de corrente elétrica contínua, serviço que só o seu instituto de beleza oferecia (Garzoni, 2012).

Instituto de Madame Selda Potocka
(Especialista diplomada)
111 — RUA PAYSANDU' — 111
Tratamentos da pelle e do cabello pela electricidade e pela luz—Massagens electricas e vibratorias—Extracção radical dos pêlos do rosto por um novo processo sem dôr—Banhos sulfurosos doenças da pelle)—Banhos hydro-electricos (fortalecimento dos tecidos)—Banhos de Baden-Nanheimo (reducção da gordura).
O Instituto de Madame Selda Potocka, no Rio de Janeiro, é a reproducção exacta e completa dos seus Institutos de Lisboa (rua da Emenda) e de Londres (Harewood Place, 2).
CONSULTAS DAS 9 DA MANHÃ A'S 3 DA TARDE

Figura 6 - Instituto de Madame Selda Potocka - 1914
Fonte: Revista da Semana (RJ) (Hemeroteca Digital), 1914, p. 5.

Selda casa-se em Carlos Malheiro Dias (1875-1941) e adota seu sobrenome tornando-se Selda Potocka Malheiro Dias. Sobre sua trajetória no Brasil, é possível dizer que:

> No Rio de Janeiro, Selda Potocka prosseguiu essas atividades o que demonstrou seu caráter independente e fora dos padrões do que era visto como comportamento feminino. Abriu uma filial do instituto de beleza que dirigia em Lisboa, assinou uma coluna na Gazeta de Notícias ("Consultório da Mulher"), na qual atendia as dúvidas do público feminino e escreveu um livro de aconselhamentos, Consultório da Mulher, fruto da volumosa correspondência recebida, 1800 cartas, entre 1914 e 1915, sobre higiene da beleza, tratamento da pele, tratamento do cabelo, doenças das senhoras, doenças das crianças e economia doméstica (Alves, 2009, p. 200).

Judith Franca foi escolhida como Ministra da Viação e Obras Públicas e é descrita no artigo de Leal de Souza como a "reconstructora da Igreja da Luz" (Careta, 1917, p. 10), mas nenhuma informação sobre ela ou sobre obras em uma Igreja da Luz foram encontradas. Saindo dos ministérios e indo para os próximos cargos, Antonieta Cesar Dias (Antonieta Morpurgo) é colocada como responsável pela Saúde Pública. Antonieta Cesar Dias ou Antonieta Morpurgo (1869-1919) foi uma médica formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a pesquisa intitulada "Hemorrhagia Puerpural" (Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil [1832-1970] - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2025). Seu sobrenome Morpurgo advém de seu matrimônio com Eduardo Morpurgo. Abriu consultório próprio no Rio de Janeiro, na Rua do Catete, nº 162 (Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil [1832-1970] - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2025). Realizou carreira profícua no campo da saúde, foi reconhecida por profissionais da área e clinicou nos setores de saúde da mulher e da criança.

O Instituto de Música seria coordenado pela cantora e professora de canto Candida Kendall. Assim como outras personagens, não se sabe muito sobre sua trajetória, além de recortes de sua atuação como cantora e docente nesta área. Por exemplo, em 05 de julho de 1919, Kendall estava no Programa no 48° Concerto do Theatro Municipal, apresentando a canção Absence de Hector Berlioz, onde é dito que

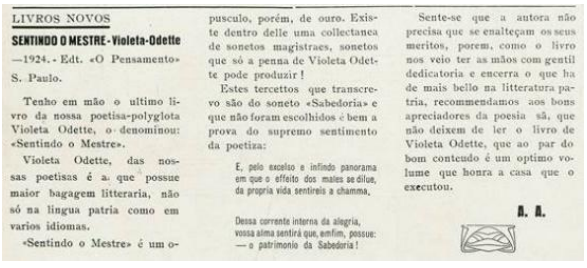
> Candida Kendall, por vezes, tem prestado o concurso do seu talento e o brilho do seu nome artistico aos concertos de nossa sociedade. Repete o obsequio, interpretando duas composições, uma das quaes de Berlioz, nome que, na arte, é um mundo" (Museus do Estado do Rio de Janeiro, 2025).

Em 24 de novembro de 1911 participou do "Grande festival organizado por Arthur Napoleão em comemoração ao Centenário de Franz Liszt" (Instituto Piano Brasileiro, 2025) e em 12 de

dezembro de 1914 esteve presente no "Grande concerto-festival organizado pelos pianistas Antonietta Rudge e Arthur Napoleão" (Instituto Piano Brasileiro, 2025). Candida também foi professora da cantora lírica Cristina Maristany (Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira, 2021).

Já a Escola de Belas Artes seria coordenada por Georgina Moura Andrade de Albuquerque (1885-1962). Personagem também reconhecida na contemporaneidade, Georgina é "uma das principais mulheres brasileiras a se firmar como artista no começo do século XX" (Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira, 2025). Georgina realiza formação superior em Artes na Escola Nacional de Belas Artes (Enba) e realiza cursos na França, na École *Nationale Supérieure des Beaux-Arts* (Ensba) (Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira, 2025, Online). "Em suas telas, a figura feminina é representada como agente ativa do cotidiano e da construção do país" (Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira, 2025).

Passando para os cargos relacionados à segurança pública, a Pasta da Marinha receberia a gestão de Violeta Odette, e pouca informação se tem sobre ela. Sabe-se que ela era uma profícua poetisa, que publicou em muitos jornais de seu período como *A Faceira* (RJ) e *Illustração Moderna* (RJ). Em 1924 ela lança um livro denominado *Sentindo o mestre*, e outra publicação sob o título de *O Sonho da Esphinge*, foi publicada em 1929.



LIVROS NOVOS

SENTINDO O MESTRE - Violeta-Odette —1924. - Edt. «O Pensamento» S. Paulo.

Tenho em mão o ultimo livro da nossa poetisa-polyglota Violeta Odette, o denominou: «Sentindo o Mestre».

Violeta Odette, das nossas poetisas é a que possue maior bagagem litteraria, não só na lingua patria como em varios idiomas.

«Sentindo o Mestre» é um opusculo, porém, de ouro. Existe dentro delle uma collectanea de sonetos magistraes, sonetos que só a penna de Violeta Odette pode produzir!

Estes tercettos que transcrevo são do soneto «Sabedoria» e que não foram escolhidos é bem a prova do supremo sentimento da poetiza:

E, pelo excelso e infindo panorama
em que o effeito dos males se dilue,
da propria vida sentireis a chamma,

Dessa corrente interna da alegria,
vossa alma sentirá que, emfim, possue:
— o patrimonio da Sabedoria!

Sente-se que a autora não precisa que se enalteçam os seus meritos, porem, como o livro nos veio ter as mãos com gentil dedicatoria e encerra o que ha de mais bello na litteratura patria, recommendamos aos bons apreciadores da poesia sã, que não deixem de ler o livro de Violeta Odette, que ao par do bom conteudo é um optimo volume que honra a casa que o executou.

A. A.

Figura 7 - Nota sobre lançamento de livro de Violeta
Fonte: *Illustração Moderna* (RJ) (Hemeroteca Digital), 1924, p. 12.

Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) responderia pela Brigada Policial. Também reconhecida na atualidade, foi professora e sufragista. Mãe de cinco filhos, nasceu na Bahia, mas passou a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro. Foi também "precursora do indigenismo no Brasil, defendia a incorporação dos índios brasileiros à sociedade por meio da alfabetização laica" (Melo; Marques, 2025). "Leolinda também se dedicou à defesa da conquista da cidadania plena para as mulheres" (Melo; Marques, 2025). Inserindo-se no campo político, "em 1919, Leolinda lançou-se candidata à Intendência Municipal do Distrito Federal, cargo equivalente ao de prefeito" (Melo; Marques, 2025).

A Chefatura da *Policia* seria de responsabilidade de Laura da Fonseca e Silva (Laura Brandão) (1891-1942). Laura era poetisa, renomada nos salões cariocas, feminista e comunista (Bernardes, 2005). Filha de Jacinta Cavalcanti e Domingos Leopoldino da Fonseca e Silva, casou-se com Octávio Brandão e envolveu-se ainda mais com questões políticas. Participou da redação do jornal A Classe Operária e compôs fileiras no Partido Comunista do Brasil (PCB):

> Como militante de esquerda, atuou ao lado do Partido Comunista Brasileiro, embora nunca tenha se filiado a ele. Com a militância vieram as prisões, a polícia na porta de sua casa acompanhando os passos de Octávio Brandão, a vida de privações a que foi submetida pelas circunstâncias da conjuntura política que o país vivia. Desde 1922, dedicou-se à literatura marxista. Sua militância feminista se deu junto ao Comitê de Mulheres Trabalhadoras (1928), ligado ao Bloco Operário Camponês, do qual foi uma das fundadoras (Bernardes, 2005, p. 115).

ALTRUISMO

(Laura da Fonseca e Silva)

Voluntaria, me fiz, do regimento
Que vai marchando já para a conquista
Do bem supremo de uma gloria altruista,
Que, ardente sabe ser, sem ser violento!

A Terra Promettida mal se avista,
Mas, tão custosa empreza não lamento:
Sempre na mesma Fé, no mesmo intento,
Cada vez mais apuro esta Alma artista!

Clarim! jurei bandeira, e, num sorriso
Serei por ella emquanto assim me exhortes
Com tua voz que rompe véos opacos:

"E' preciso coragem: é preciso
Confiança para repousar nos fortes,
E força para supportar os fracos".

Figura 8 - Poema "Altruísmo" de Laura da Fonseca
Fonte: *O Malho* (Hemeroteca Digital), 1935, p. 6.

A *Directoria* da Detenção ficaria sob responsabilidade da Sra. Hugo Leal[5]. O nome real dela não foi localizado, e na matéria de Leal de Souza comenta-se que

> [...] a jovem Sra. Hugo Leal, que, segundo escreveu numa revista, quizera ser a Theda Bara, deve possuir a especial enfibratura precisa para exercitar a perigosa directoria da detenção" (*Careta*, 1917, p. 10).

Theda Bara (1885-1955) foi uma famosa atriz do cinema mudo e evidencia-se que a Sra. Hugo Leal a admirava. A matéria *A elegância no theatro, nos chás e nos salões* evidencia sua performance social e nela Theda Bara é novamente citada.

A ELEGANCIA NO THEATRO, NOS CHÁS E NOS SALÕES

A principio, quando se fallava no seu temperamento artistico, quando os intimos lhe exhaltavam a vivacidade do riso, o fulgor dos olhos *petillants* e, sobretudo, a graça malleavel da expressão, como traços reveladores de uma vocação lastimavelmente descuidada, mas evidentemente destinada a successo, caso fosse aproveitada, si a dona de tantos predicados deliberasse iniciar-se no culto da Arte que conta, hoje, no mundo, maior numero de enthusiastas, nós não occultavamos o nosso scepticismo.

Qual, diziamos intimamente, isso é obra da imaginação dos amigos; são provavelmente as coterias mundanas que, á vista do desenvolvimento moderno que invadiu a cidade e o espirito nelle de luxo e galanteria que lhe creou aspectos differentes, não poderão mais florir no mesmo ambiente de outr'ora, o progresso deffloreza, tratam agora, de accordo com a evolução, de manifestar se sob outras fórmas. Como a fama da «bas-bleu» e o talento das meninas que declamam nos salões aristocraticos foram relegados para o numero das cousas *demodées*, recorre-se a processos mais susceptiveis de impressionar o espirito publico.

A confissão discreta que ora fazemos não envolve falta de attenção para com a gentilissima pessoa a quem tão seguro exito se augurava. Serve, antes, para realçar o seu merecimento uma vez que as provas que vem de dar do seu real valor artistico não mais podem ser postas em duvida. Foi o que se deu ontem.

Diante da primorosa collecção de «poses» fotograficas, extrahidas de varias provas cinematographicas, feitas na America do Norte, após dois ou tres ensaios dirigidos por Capellani, o grande interprete de *La Phalène*, de Bataille, que descreveu de Pariz para se transformar em actor de films nos Estados Unidos, e que, por gentileza da illustre senhora, n'aquella doce tarde de inverno, nos fôra dado conhecer, não pudemos deixar de exclamar: — um senhor, madame possue, de facto, interessante temperamento artistico.

Não se trata de mêras fotographias de atelier, como se póde imaginar, reproduzindo attitudes artificiaes ou rebuscadas, mas de imagens quasi animadas, chefes de scena, de sentimentos e natu alidade e que reflectem emoções humanas, tal qual costumamos vêr no *écran*, sempre que se annunciam programmas novos. O jogo de physionomia, variavel ao infinito, que constitue attributo indispensavel a qualquer artista de cinema e sua unica razão de successo ahi está, flagrante e polyforme, n'essas fotographias que tivemos a satisfação de contemplar. N'uma é a dôr que se surprehende, n'esa o desespero; n'aquella o desdem, n'outra a alegria, algumas de aspecto apparentemente semelhante, mas todas e cada uma de per si reflectindo, em harmoniosa sequencia, a «nuance» variada de expressões diversas. A alegria por exemplo... Porventura ella só se manifesta de uma maneira? A alegria serena de quem lê uma carta, portadora de boas noticias, differe fundamentalmente d'aquella que experimenta quem ouve contar um caso pitt resco. Com o riso, o chôro, a amabilidade ou a raiva acontece o mesmo. O ihar agudo do *connaisseur* distingue immediatamente.

Pois bem varias d'essas subtilissimas «nuances» de phisionomia, extrahidas dos films e de ensaios executados nos Estados Unidos, nos mesmos scenarios onde trabalham Theda Bara, June Caprice e Mollie King, e reproduzidas em fotographias, que Madame, recem-chegada da America do Norte, nos deu a conhecer. São todas encantadoras, é é para lastimar que o absurdo de alguns preceitos nacionaes não favoreça o estimulo á exhibição de quem, sendo uma das figuras que melhor synthetiza, no grande meio social em que vive, a graça radiosa das filhas deste paiz maravilhoso, tanto poderia contribuir para a obra de divulgação do nosso grão de cultura.

O pequenino *échantillon* cinematographico com que uma das mais poderosas fabricas de films de New-York reconheceu os meritos de madame e que aqui inserimos vale, desde que se saiba o quanto são praticos os yankees, pelo melhor attestado de seu talento.

N'um dos intervallos do *Turbilhão* de Claudio de Souza, no Municipal:

— Mas o que ea ão vocês todos a olhar tanto?

— Ainda não vio? Imperdoavel. Tome o binoculo e repare para o fundo de platéa.

Reparamos. Eram os «petits moineaux» da cidade, as duas irmãs encantadoras que toda a vez que passam pela Avenida provocam commentarios de enthusiasmo.

Tinham razão os habitués. De facto as duas gentilissimas senhoritas, que são as mais parisienses das figuras do *set*, carioca, tinham, naquella noite, sob a luz opalina que descia do alto e ao contacto dos velludos doceis do theatro, uma impressionante claridade. Não as olhamos bem. E' que haviam tirado o luto, e a «robe en crepe» simples e lisinha que as envolvia emprestava-lhe um aspecto novo de graça e formosura.

E pela primeira vez pudemos vêr que as duas tão unidas irmãs não poderão nunca fazer nascer no coração dos homens as mesmas impressões, porque uma tem os cabellos fulvos e a outra os tem negros como ebano. Tanto melhor porque assim não correrão o risco de se desunirem...

Na porta de uma confeitaria:

— E' assim, meu caro, *Tout passe, tout casse* e principalmente *tout lasse*. Ha cousa de tres mezes, quando lá andava elle em terras estrangeiras, e eu era sua companheira, ninguem diria que tal acontecesse. Era tão grande a sua satisfação toda vez que na Europa lhe chegava uma carta, escripta em ele ante vernissage, que elle se esquecia de tudo, até da necessidade da direcção que «casso» d'esta natureza impõem aos doentes d'alma nas suas condições. Mas é perdoavel. E a minha paciencia para atural-o! De vez em quando, lá se sabe, eram os olhos azues d'ella ou os seus alfinetes de chapeo que o inspiravam; e eu tinha de aguental-o tudo quanto eram pequenissimos detalhes serviam de pretexto para a sua tagarelice!

— E ag ra?

— Agora, depois que elle pensa haver descoberto que as lindas phrases não eram só para elle, parece acalmar-se e vae melhor. U'ea desillusão a mais! Infelizmente soffre muito com isso e si não fal a é para evitar a *maguerie*. V. cê sabe o quanto eua gente é terrivel. Si descobrirem o homem não sai da berlinda.

JOSÉ DA MAIA

Sra. HUGO LEAL

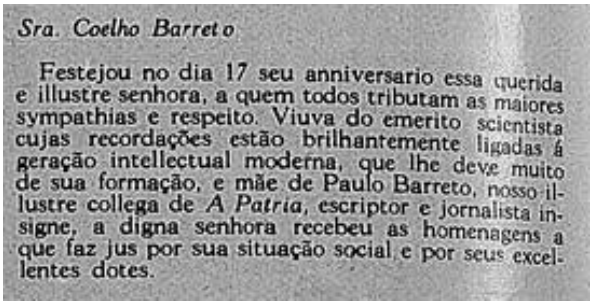
Photographia tirada na America do Norte, representando uma das passagens do film Gevenova, para o qual posára, sob a direcção do grande actor Capellani, a nossa distincta patricia.

Figura 9 - Matéria com a Sra. Hugo Leal
Fonte: *Fon Fon* (Hemeroteca Digital), 1919, p. 26.

Florência dos Santos Barreto (Sra. Coelho Barreto) responderia pela *Colonia Correccional* dos Dois Rios. E o caso desta personagem no decorrer da pesquisa demonstra as dificuldades de investigar as mulheres que possuem seus nomes e sobrenomes apagados para uso da nomenclatura dos maridos. Os nomes "Coelho" e "Barreto", juntos ou separados, eram bastante comuns nos anos 1900 - e até hoje - por isso, os resultados foram diversos e seria difícil saber exatamente quem seria o marido ligado a este sobrenome. Inicialmente, foi localizado no artigo "Observações sobre a falência dos modelos policiais" de Marcos Luiz Bretas (1997) uma possível motivação para a escolha de Florência dos Santos Barreto para o cargo na *Colonia Correccional* dos Dois Rios:

> Quando a Sra. Coelho Barreto compareceu ao 5º DP para registrar queixa de furto contra uma empregada, ela não ficou satisfeita com o atendimento:
> Eram pouco mais de 6 horas quando a Sra. Coelho Barreto entrou na delegacia.
> Recebeu-a o estremunhado prontidão.
> - Que quer?
> - Desejava falar com o delegado.
> - Não é hora, a senhora venha ao meio-dia.
> - O caso é urgente, senhor; desde que não está o delegado falarei com a pessoa que o substitui.
> - É o comissário mas ele está dormindo.
> - Tenha a bondade de chamá-lo. Esperarei.
> A senhora espera pacientemente uma hora, no fim da qual viu aparecer bocejante a porta de um pequeno
> quarto a figura cansada e preguiçosa da mais completa autoridade policial (Bretas, 1997, p. 86).

Nota-se que Florência dos Santos Barreto foi incisiva e demonstrou sua insatisfação com o atendimento. Com isso, ela poderia prestar um serviço melhor neste setor. A partir deste artigo, a investigação concentrou-se nos jornais do período disponíveis na Hemeroteca Digital. Após algumas consultas sem retorno, onde as matérias referiam-se somente a "Sr. e Sra. Coelho Barreto", uma nota na Revista da Semana de 23 de abril de 1921 trouxe uma resposta:



Sra. Coelho Barreto

Festejou no dia 17 seu anniversario essa querida e illustre senhora, a quem todos tributam as maiores sympathias e respeito. Viuva do emerito scientista cujas recordações estão brilhantemente ligadas á geração intellectual moderna, que lhe deve muito de sua formação, e mãe de Paulo Barreto, nosso illustre collega de *A Patria*, escriptor e jornalista insigne, a digna senhora recebeu as homenagens a que faz jus por sua situação social e por seus excellentes dotes.

Figura 10 - Nota de aniversário para Florência dos Santos Barreto na Revista da Semana
Fonte: *Revista da Semana* (RJ), 1921, p. 26.

Com isso, um novo parente – além de seu marido Coelho Barreto – aparece: seu filho Paulo Barreto. Com estas informações descobre-se que a Sra. Coelho Barreto é Florência dos Santos Barreto, esposa do educador Alfredo Coelho Barreto e mãe de João Paulo Emílio Cristovão dos Santos Barreto - O cronista João do Rio (1881-1921). Segundo matéria de André Bernardo para a BBC News do Brasil (2024), Florência dos Santos Barreto era uma "uma negra alforriada carioca". Pouco se sabe sobre Florência, porém, a partir de alguns comentários sobre a vida de João do Rio é possível dimensionar um pouco sobre ela:

> [...] já a caminho do Brasil, recebe a notícia da morte repentina de seu pai, chegando a tempo de comparecer à missa de sétimo dia e de consolar sua adorada mãe, D. Florência, que, diga-se de passagem, intrometia-se amiúde na vida do filho escritor (Brandão, 2025, Online).

Florência assistiu a morte de seu marido e filhos. Em 1898 morre Bernardo Gutemberg, seu primeiro filho, em 1908 Alfredo Coelho Barreto falece, e em 1921 é a vez de João do Rio (Azevedo, 2010). Porém ela "soube retomar sua vida e cuidar das providências relacionadas ao patrimônio de seu filho" (Azevedo, 2010, p. 238).

> Assim, no dia 16 de agosto de 1921, ou seja, dois meses após a morte de João do Rio, Dona Florência convidou Humberto Taborda, 1º secretário do RGPL, para ir à sua residência e declarou-lhe que doaria a biblioteca que pertenceu a seu filho (ACTA, 31 ago. 1921), tão logo fosse concluído o inventário. Assim, transcorridos doze dias, possivelmente relacionados aos trâmites da doação, a Diretoria do RGPL informou que no dia 28 de agosto recebeu outra carta de Dona Florência. Na missiva, ela oficializava a doação e pedia que os livros fossem "guardados em logar áparte, assignalado por uma placa em que se leia o nome do seu sempre lembrado filho" (ACTA, 31 ago. 1921). Visconde de Moraes, então presidente do Real Gabinete, deliberou que o bibliotecário e acionista Alexandre Albuquerque providenciasse as modificações que se fizessem necessárias para o acondicionamento do acervo. Ficou ainda estabelecido que o sr. Albuquerque deveria arrolar e catalogar a coleção quando chegasse e, em seguida, seria gravada a placa a ser inaugurada em sessão extraordinária (Azevedo, 2010, p. 238).

Após a doação, a RGPL ofertou a ela uma "medalha de ouro e o título de Benfeitora pela doação da biblioteca de Paulo Barreto" (Azevedo, 2010, p. 239). Ela recebeu a equipe para tal ato com uma "lauta mesa de doces e champanhe" (Azevedo, 2010, p. 239 apud A Pátria, 1923) e declarou o seguinte:

> [...] logo após o desaparecimento de meu filho uma idéia tenaz, latente atormentava o meu atormentado espirito, era a preocupação dos seus livros, dos seus livros que elle tanto amava, que elle nos seus dias de recolhimento e amargura, lia-os e relia-os em verdadeiro êxtase, encontrando nelles o consolo, a calma que precisava. Que fazer delles? Eram tantos! Vendel-os? Seria profanal-os! Oh! não, não queria... e nesse dedalo de angustiosa incertesa, senti-me subitamente preza da idéa de doal-os á qualquer instituição. Qual delas Perguntava a mim mesma? Insistente e misteriosa resposta, indicava-me o Gabinete Portuguez de Leitura. Acto continuo compri a suggestiva ordem. Depois dos livros, veio a inquietações pelas suas honrarias conquistada a golpes de exaustivo trabalho, essa dolorosa gloria de que elle era tão cioso... sinto-me tranquilla, quase allegre, e não sei, não posso explicar doutra forma; porque nunca entrei no Gabinete, desconhecia essa instituição que é um verdadeiro templo [...] (Azevedo, 2010, p. 239 apud A Pátria, 1923).

Constata-se que Florência Barreto valorou e cuidou da memória de seu filho, e "com a decisão de doar a Biblioteca de João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura, contribuiu para salvaguardar não só o acervo, mas a memória dele, memória que quase foi apagada após sua morte e que hoje é cada vez mais evocada" (Azevedo, 2010, p. 246). Para a Casa da Moeda a selecionada foi Nicola Murinelly de Teffé. Ela nasce Joaquina de Oliveira Murinelly, filha de Maria Magdalena de Oliveira Murinelly e José Arthur de Murinelly. Era esposa de Álvaro de Teffé e adotou seu sobrenome após o matrimonio. Nicola de Teffé, Astréa Palm e Selda Potocka compuseram a Associação da Mulher Brasileira (AMB)

> [...] fundada no ano de 1916 e tinha como objetivo principal não apenas inaugurar uma filantropia dedicada a causa feminina, mas de submetê-la a um programa, tornando-a mais produtiva e eficaz" (Costruba, 2018, p. 138).

Nicola Murinelly de Teffé era a presidente da AMB, Selda Potocka era secretaria e Astréa Palm foi escolhida como tesoureira. (Costruba, 2018, p. 139).

Figura 11 - Foto da reunião da AMB
Fonte: *Fon Fon* (Hemeroteca Digital), 1916, p. 20.

A responsabilidade pela gestão do Tribunal Judiciário, equivalente ao Tribunal de Contas da União (TCU) é da Sra. Didimo da Veiga. Seu nome fora de seu casamento não foi localizado, mas sabe-se que ela era esposa de Dídimo Agapito da Veiga Júnior (1847-1939), que foi

> Membro da primeira leva de ministros do TCU, de 1895 a 1918 exerceu a presidência do tribunal e de 1895 a 1917 foi também ministro relator das contas do governo da República. Deixou o TCU ao se aposentar, em novembro de 1919 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Melo, Marques, 2025).

Ademais, o Museu Histórico Nacional recebeu em 2009 a doação de um material que se tornou a Coleção Dídimo Agapito da Veiga Junior, advindo de Elza Agapito da Veiga. Não é possível constatar se Elza é filha ou esposa, porém, ela, juntamente com Thea Agapito da Veiga e Dora Agapito da Veiga foram contempladas com pensão pelo TCU em 1976 (Brasil, 1976, p. 18). Considerando os sobrenomes iguais, é possível que sejam todas filhas da Senhora e do Senhor Dídimo Agapito da Veiga Júnior. Nesta doação de Elza, consta uma imagem da Senhora Dídimo Agapito da Veiga Júnior. Foi solicitado em maio de 2025 ao MHN acesso a imagem, e a mesma disponibilizada em agosto de 2025.

A Vice-presidência do Senado é de Bernardina Azeredo (18??-1941). O nome completo dela é Bernarda Preciosa Gonçalves de Azeredo Babo, casada com Leopoldo de Azeredo Babo (Base Arch - Fiocruz, 2025) e mãe do cantor e compositor Lamartine de Azeredo Babo (1904-1963). Bernardina foi uma das fundadoras, em 1906, da Associação das Damas da Assistência à Infância criada pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (Camara, 2017, p. 199). Bernardina Azeredo foi a primeira presidente da primeira diretoria, entre 1906 e 1907. Ela também era muito ativa na vida social carioca, participando de muitos eventos, como em julho de 1910, onde ela esteve em um baile do Palácio Monroe (*Fon Fon*, 1910, p. 14).

A Faceira

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO

DAS

Damas da Assistencia á Infancia

N.º 1

DAMAS DA ASSISTENCIA Á INFANCIA

Figura 12 - Matéria sobre as Damas da Assistência à Infância
Fonte: *A Faceira* (Hemeroteca Digital), 1911, p. 6.

A Presidência da Câmara ficaria por conta de Alice Fischer, atriz que participou de algumas montagens e ações de assistência dos anos 1900. Em 28 de agosto de 1915 participou da instalação e entrou como membro da Cruz Branca, ocupando o cargo de segunda secretária (*Revista da Semana*, 1915, p. 26). Em agosto de 1919, ela interpretou Tosca, na peça A Tosca, com o grupo Amadores Brasileiros no Teatro Municipal (*O Malho*, 1919, p. 24). Em maio de 1934 foi a fada em uma montagem da Bela Adormecida com o grupo do Opera Lyrica Nacional, também no Theatro Municipal (*Vida Moderna*, 1924, p. 29). Já em 1921 participou dos festejos de bodas de prata de Miguel Couto (*Noticiário Elegante*, 1921, p. 25).

"A TOSCA", POR AMADORES BRASILEIROS, NO MUNICIPAL

A senhora Alice Fischer (Tosca), e os Srs. Nascimento Filho (Scarpia) e Del Negri (Mario Cavaradossi). Em baixo: Senhorinhas e rapazes que cantaram os coros. No oval: a ceia, depois do espectaculo, no Palace Hotel.

Foi o grande exito artistico e mundano da semana passada, a Tosca, no Municipal, cantada por amadores da nossa alta sociedade, em homenagem ao Dr. Epitacio Pessoa, presidente da Republica, e ás embaixadas que vieram assistir á posse do novo chefe da Nação.

Estão de parabens a Sra. Eugenia de Barros e sua gentilissima filha, Senhorinha Eudéa, organizadoras do festival, que tão bellas recordações deixou.

Figura 13 - Matéria sobre peça "A Tosca"
Fonte: *O Malho* (Hemeroteca Digital), 1919, p. 24.

Albertina Bertha de Lafayette Stockler (1880-1953) foi eleita por Leal de Souza como Leader governamental. Ela é mais uma das personagens conhecidas - assim como Julia Lopes de Almeida, Leolinda de Figueiredo Daltro, Myrthes Gomes de Campos e Laura da Fonseca e Silva - sendo uma escritora bastante reconhecida na *Belle Époque* pois era "uma voz discordante entre as mulheres à época pela ousadia de tratar de temas considerados tabus, como o adultério e o desejo femininos" (Faedrich, 2018, p. 159). "Mesmo educadas, na maioria das vezes não se esperava que as mulheres escrevessem literatura [...] e muito menos que a publicassem" (Faedrich, 2018, p. 161):

> Exaltação, romance de estreia de Albertina Bertha de Lafayette Stockler (1880-1953), publicado em 1916, apresenta uma protagonista inconformada com o papel atribuído à mulher e com a hipocrisia e preconceito da sociedade. Ladice quer abolir os costumes arraigados na ignorância, quer uma sociedade em que a inteligência da mulher possa ser reconhecida, dando, assim, a oportunidade de ela interagir ao "nível dos homens". O excerto selecionado apresenta o diálogo entre Ladice, personagem transgressora, e sua prima Dinah, protótipo da mulher pura e bem-comportada. É interessante reparar no contraste entre esses dois perfis femininos, enquanto Dinah é passiva e obedece ao status quo, Ladice é renitente à "trilha comum" que espera das mulheres um comportamento sem inclinações e opiniões (Faedrich, 2018, p. 164).

Astréa Palm foi selecionada como Prefeita. Ela foi uma socialite e filantropa de seu período. Era considerada uma mulher de "inteligência rutilante" (Egito, 2017, p. 5), mas pouco se sabe sobre sua vida. "Para a sigilosa Direcção dos Telegraphos a reconhecida discreção da Sra. Teixeira de Barros" (*Careta,* 1917, p. 10) foi escolhida. Infelizmente, não foi possível localizar o nome dela fora do casamento nem obter mais detalhes sobre sua vida. Sabe-se que ela e suas filhas (ou com uma das únicas filhas) participou de um chá das cinco em 12 de julho de 1910 (*O Paiz*, 1910, p. 5). Em 04 de novembro de 1916 ela participou de uma festa da AMB no Theatro Municipal, onde interpretou o papel de "condessa" na representação do Dominó Negro (*A Lanterna*, 1916, p. 2). Provavelmente ela era membro da AMB, mas não é possível afirmar. Além de participações como essa em eventos sociais, outras informações não foram localizadas.

Finalmente, para o cargo do Itamaraty, foi escolhida Aida Brito, que "emprestaria ao nosso obscuro paiz, engrandecendo-o aos olhos do mundo, o aurifico fulgor dos seus cabellos de sol" (*Careta*, 1917, p. 10). Aida Brito - costumeiramente tratada como senhorita, e, portanto, uma jovem - era uma *socialite*, que foi retratada em uma série de colunas sociais, inclusive com imagens - e esteve presente em eventos da alta sociedade. Já em 1918 ela participou da organização de um baile onde interpretou *La Belle em Contos de Perrault* (*Fon Fon*, 1918, p. 8). No mesmo ano, interpretou *Manon et de Gieux* nos

ensaios de *Tableaux vivants* (*Fon Fon*, 1918, p. 12). Em 1919 publica-se as preferencias de Aida Brito na tradicional Confeitaria e Sorveteria Alvear: *Ice-cream soda* e bombons de amêndoa (*Fon Fon*, 1919, p. 32). Ou seja, nota-se a inserção de Aida na vida mundana da elite carioca, mas sem mais detalhes sobre ações de sua vida. Ademais, Aida Brito é citada em um evento do *Theatro* Municipal de São Paulo em 29/04/1923, o Festival da Sociedade de Cultura Artística, onde ela foi solista (Museu Villa-Lobos, 2021, p. 192).

Figura 14 - Charge de Aida Brito na *Fon Fon*
Fonte: *Fon Fon* (Hemeroteca Digital), 1917, p. 24.

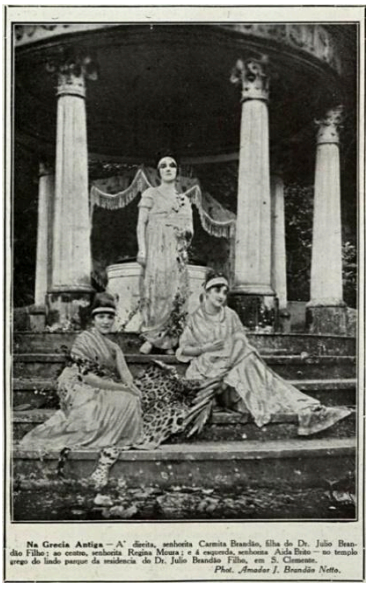


Figura 15 - Foto de Aida Brito com amigas em representação da Grécia Antiga
Fonte: *Fon Fon* (Hemeroteca Digital), 1917, p. 31.

Considerações finais

Estas mulheres citadas no decorrer deste artigo foram relevantes o suficiente em seu período de vida para serem lembradas no artigo de Leal de Souza. Porém, o excesso de vinculação com seus maridos prejudicou conhecer elas por elas mesmas, e, em alguns casos, de serem não apenas conhecidas, mas também reconhecidas – posto que algumas delas não foram localizadas – sendo apenas Sra. Hugo Leal, Sra. Didimo da Veiga, Sra. Teixeira de Barros – senhoras de alguém.

Nota-se também que existe certa diversidade entre essas mulheres no sentido político-social – a maioria delas era branca e de alta sociedade – mas ainda assim algumas eram de situações menos abastadas, duas eram consideradas negras (Myrthes Gomes de Campos e Florência dos Santos Barreto) e duas tinham suas visões políticas bastante demarcadas – como Laurita de Lacerda Dias, que era anticomunista e Laura da Fonseca e Silva, que era militante comunista.

Ademais, elas também realizaram ações juntas – como a AMB, que contava com membros como Selda Potocka Malheiro Dias, Nicola Murinelly de Teffé, Astréa Palm e participação da Sra. Teixeira de Barros; presenças nos mesmos eventos e salões, como evidenciado na matéria de 24 de junho de 1916 da Revista *Fon Fon*, onde cita-se a festa do Embaixador Americano Edwin Morgan, em que Bernardina Azeredo e Maria Augusta Rui Barbosa estiveram (*Fon Fon*, 1916, p. 26) e finalmente trabalhos de auxílio aos necessitados, como mostrado na matéria do Jornal *O Paiz* de 1915:

> Albergues nocturnos
> Vai tendo o melhor acolhimento possível a idéa da creação, nesta capital, de alguns albergues, onde se possam recolher, durante a noite, todos aquelles que, pelas duras contingencias da sorte, se acham privados do aconchego de um tecto. Essa feliz iniciativa, partida dos nossos colegas da Gazeta de Noticias, está agora entregue á carinhosa dedicação de numerosas senhoras da nossa sociedade. Ainda hontem realizou-se uma reunião, na residencia do Dr. Coelho Netto, o illustre romancista brazileiro, ficando definitivamente organizadas as seguintes commissões:

> Presidente, Sra. Ruy Barbosa; vice-presidente, Sra. Coelho Barreto; 1ª secretaria, Sra. Esmeraldino Bandeira; 2ª secretaria, Sra. Zilda Duque Estrada; tesoureira, Sra. Gaby Coelho Netto, comissão executiva; Sra. Chiquita Ruy Barbosa Airosa, Sra. Kendal, Sra. Alice Fischer, senhorita Gilmar Bandeira, senhora Paranhos de Macedo, senhora Didimo da Veiga, sra. Waldemar Bandeira, senhora Coelho Lisboa, senhorita Rosalina Coelho Lisboa, Sra. Azurem Furtado, senhora Julio Furtado, senhorita Angela Vargas, Sra. Bastos Tigre, Catharina Mosses, senhora e senhora Roha. Serão convidados, tambem, para a comissão de honra os redactores-chefes, e para auxiliares effectivos todos os secretarios dos principaes jornaes e revistas do Rio. A primeira da serie de festas realizar-se-ha num dos nossos grandes salões, constando de uma parte musival e outra teatral (*O Paiz*, 1915, p. 2).

Finalmente, é importante salientar que este artigo é apenas um recorte da trajetória reconhecível destas mulheres, baseado em um governo feminino fictício, composto por personagens reconhecidas na sociedade de seu período, mas que, em muitos dos casos, tiveram suas histórias perdidas. É importante notar que, mesmo que algumas delas tenham sido esquecidas, raramente seus maridos foram, e neste recorte, as que obtiveram um destaque mais proeminente não tiveram seus nomes e trajetórias vinculadas a outros homens.

Neste governo feminino hipotético, Maria Augusta Rui Barbosa é a presidente. Seu marido, Rui Barbosa, concorreu à presidência por quatro vezes e perdeu em todas, porém, na matéria de Leal de Souza, Maria Augusta foi eleita diretamente, e é interessante ponderar nesta questão: ela foi eleita mesmo sem nunca ter sido primeira-dama e em certa competição com tantas outras mulheres relevantes de seu período. Resta apenas recuperar o que for possível sobre elas e imaginar as possibilidades que poderiam ter surgido a partir de um governo inteiramente feminino.

Notas

1 *bric-à-brac* é a palavra em francês e é traduzida literalmente como quinquilharias. MICHAELIS. Bricabraque. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/bricabraque. Acesso em: 09 mai. 2025.

2 Fotos das mulheres usadas na Figura 5:
Acervo Anna Faedrich, 2025.
Arquivo Nacional (Fundo Correio da Manhã), 2025.
Arquivo Nacional (Fundo Correio da Manhã), 2025.
Dy, 1917.
Figuras e tópicos: Selda Potocka Malheiro Dias, 1916.
Levemos a mulher à Academia de Letras - Laurita Lacerda Dias, 1936.
Maia, 1919.
Museu de História da Medicina (MUHM), 2025.
Museu Histórico Nacional / Ibram / MinC, 2025.
Museu Histórico Nacional / Ibram / MinC, 2025.
Museu Serzedello Corrêa, 2025.
Museus do Estado do Rio de Janeiro, 2025.
Museu Villa-Lobos, 2021.
Netto, 1917.
Notas Mundanas, 1910.
Notas Mundanas, 1915.
O conselheiro Ruy Barbosa, sua esposa e sua filha, 1908.
Odette, 1914.
Perfis femininos: Madame Kendall, 1912.

3 Algumas das publicações a serem citadas sobre o tema podem ser lidas a seguir:
Rangel; Silva; Rangel; Sousa; Ferreira; Granato, 2025.
Sousa, 2022.
Sousa; Rangel; Rangel; Ferreira, 2025.
Sousa, 2018.
Sousa; Lopes, 2022.
Sousa; Lopes, 2021.
Sousa; Rangel, 2023.

4 Informações de Luzia Gomes de Mattos disponíveis em: https://www.familysearch.org/pt/tree/person/details/LT4Y-RXW. Acesso em: 14 mai. 2025.

5 Não é o objetivo do artigo focar nos maridos, mas, para contexto da Sra. Hugo Leal, é válido comentar brevemente sobre seu marido. Hugo Leal, pseudônimo de Vasco Lima (1883-1973), caricaturista português que, em parceria com Seth, pseudônimo de Álvaro Martins (1891-1949) desenhou para a revista "O Gato, Álbum de Caricaturas" em meados de 1911 (Wanderley, 2021).

Referências

A. A. **Sentindo o Mestre - Violeta Odette.** Illustração Moderna, Rio de Janeiro, 27 dez. 1924, p. 12. Disponível em:

http://memoria.bn.gov.br/DocReader/342467/1468. Acesso em: 09 mai. 2025.

A Bella Adormecida no Municipal. Vida Moderna, São Paulo, 9 maio. 1924, p. 29. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/830283/per830283_1924_00475.pdf. Acesso em: 09 mai. 2025.

A installação da Cruz Branca. Revista da Semana, Rio de Janeiro, 28 ago. 1915, p. 26. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/025909/per025909_1915_00029.pdf. Acesso em: 09 maio. 2025.

ACERVO Anna Faedrich. **Fotografia de Albertina Bertha.** Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fotografia_de_Albertina_Bertha,_em_1920._Acervo_Anna_Faedrich..jpg. Acesso em: 12 mai. 2025.

ALVES, Jorge Luís dos Santos. **Malheiro Dias e o luso-brasileirismo – um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal**. Tese (Doutorado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ANDRADE, José Antônio de. O discurso político-religioso e a narrativa anticomunista do período Vargas. **Revista Mosaico**, v. 16. n. 25, p. 58-79, 2024.

ARQUIVO Nacional (Fundo Correio da Manhã). **Júlia Lopes de Almeida, sem data.** Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:J%C3%BAlia_Lopes_de_Almeida,_sem_data.tif?page=1. Acesso em: 12 mai. 2025.

ARQUIVO Nacional (Fundo Correio da Manhã). **Mirtes de Campos (sem data).** Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mirtes_de_Campos_(sem_data).tiff#/media/Ficheiro:Mirtes_de_Campos_(sem_data).tiff. Acesso em: 12 mai. 2025.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p.233-249, 2010.

BARROS, Eziquio. **A família de Coelho Neto**. Disponível em: https://noca.com.br/eziquio-barros/coluna/805-a-familia-de-coelho-neto%29. Acesso em: 09 mai. 2025.

BARROS, Eziquio. **Imagem – Coelho Neto**. Disponível em: https://eziquio.wordpress.com/2017/04/27/imagem-coelho-neto/. Acesso em: 09 mai. 2025.

BASE ARCH - FIOCRUZ. **Bernarda Preciosa Gonçalves de Azeredo Babo**. Disponível em: https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/bernardina-azeredo-babo. Acesso em: 09 mai. 2025.

BATISTA, Luciana Campos. **Laurinda Santos Lobo, usos e sentidos dos espaços: entre memórias e apagamentos.** Dissertação (Mestrado em Memória Social) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BERNARDO, André. **Por que a obra de João do Rio, apesar de sua enorme popularidade, caiu no esquecimento?.** BBC News Brasil, Rio de Janeiro, 09 outubro. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp3w85d5xdjo. Acesso em: 15 mai. 2025.

BERNARDES, Maria Elena. Laura Brandão: soltando a voz nos salões literários. **Cadernos AEL**, v. 2, n. 3/4, 2012.

BERNARDES, Maria Elena. Histórias reconstruídas: Laura Brandão na memória de seus descendentes. **História Oral**, , v. 8, n. 2, p. 111-127, 2012.

Boletim da Associação das Damas da Assistencia à Infancia. A Faceira, Rio de Janeiro, out. 1911, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/347906/88. Acesso em: 09 mai. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Ata Nº 74 de 14 de outubro de 1976**, [Sessão Ordinária]. Brasília: TCU, 1976. Disponível em: https://www.tcu.gov.br/atas/1976/plenario/TCU_ATA_0_N_1976_74.pdf. Acesso em 15 mai. 2025.

BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v. 9, n. 1, p. 79-94, 1997.

CAMARA, Sônia. As Damas da Assistência à Infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). **Revista História da Educação**, v. 21, n. 53, p. 199-218, 2017.

CORREIOS FILATELIA. **Bloco em Homenagem ao Monumento do Cristo Redentor.** Filatelia Correios, Rio de Janeiro, 27 setembro. 2021. Disponível em: https://blog.correios.com.br/filatelia/?p=44705. Acesso em: 14 mai, 2025.

COSTRUBA, Deivid Aparecido. **Para além do Sufragismo: A contribuição de Júlia Lopes de Almeida à história do feminismo no Brasil (1892-1934).**Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

Cristina Maristany. *In*: DICIONÁRIO Cravo Albin da música popular brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cravo Albin, 2021. Disponível em: https://dicionariompb.com.br/artista/cristina-maristany. Acesso em: 14 mai. 2025.

Dias, Antonieta Cesar. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2025. Disponível em: https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/wiki_dicionario/index.php?title=DIAS,_ANTONIETA_CESAR. Acesso em: 13 mai. 2025.

DY. **Trepações.** Fon Fon, Rio de Janeiro, 10 fev. 1917, p. 24. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/26936. Acesso em: 09 mai. 2025.

EGITO, Michelle de Souza. **João do Rio e as representações do Rio de Janeiro: o artista, o repórter e o artificio a Frívola City de João do Rio.** Rio de Janeiro, 2017. (Projeto de Pesquisa). Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/COM/COM-Michelle%20de%20Souza%20Egito.pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

ENGEL, Magali Gouveia. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo? **La manzana de la discórdia**, v. 4. n. 2, p. 25-32, 2009.

FAEDRICH, Anna. **Vozes dissonantes, vozes abafadas: literatura brasileira de autoria feminina na Belle Époque.** *In*: DIAS, André; PASCHE, Marcos; RODRIGUES, Rauer Ribeiro. (Org.). Literatura e dissonâncias. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic), 2018. p. 159-173.

FIGURAS e tópicos: **Selda Potocka Malheiro Dias**. A Faceira, Rio de Janeiro, set. 1916, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/347906/1885. Acesso em: 09 mai. 2025.

FIVE-o'clock tea. O Paiz, Rio de Janeiro, 12 jul. 1910, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/178691_04/2590. Acesso em: 09 mai. 2025.

GARCIA, Sheila do Nascimento. **Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937 – 1945).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

GARZONI, Lerice de Castro**. Questões de gênero.** [Entrevista concedida a] Luiz Sugimoto. **Jornal da Unicamp,**, n. 534, p. 6, 2012.

Georgina de Albuquerque. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/6104-georgina-de-albuquerque. Acesso em: 14 mai. 2025.

INSTITUTO de Madame Selda Potocka. Revista da Semana, Rio de Janeiro, 1914, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/025909_01/19150. Acesso em: 09 mai. 2025.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro,** v. 23, n. 23, 2016.

INSTITUTO PIANO BRASILEIRO. **Linha do Tempo.** Disponível em: https://www.institutopianobrasileiro.com.br/. Acesso em: 14 mai. 2025.

LEVEMOS a mulher à Academia de Letras - **Laurita Lacerda Dias**. O Malho, Rio de Janeiro, 17 set. 1936, p. 18. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116300/85910. Acesso em: 09 mai. 2025.

LIMA, Andresa Taís Bortoloto de. Laurinda dos Santos Lobo e a moda: os figurinos e as sociabilidades na Belle Époque. *In*: **Seminário Internacional História do Tempo Presente**, II, 2014, Florianópolis. Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2014. p. 1-12.

LIMA, Diego Damaceno. **O lugar dos pretos e caboclos na linha branca de umbanda:** uma análise das relações entre religião e ideários de branqueamento no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022.

MAIA, José de. **A elegância - No theatro, nos chás e nos salões.** Fon Fon, Rio de Janeiro, 30 ago. 1919, p. 26. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/33934. Acesso em: 09 mai. 2025.

MARQUES, Teresa Cristina de Novais. **O voto feminino no Brasil.** Brasília: Edições Câmara, 2019.

MELO; Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **DALTRO, Leolinda de Figueiredo.** Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DALTRO,%20Leolinda%20de%20Figueiredo.pdf. Acesso em: 14 mai. 2025.

MELO; Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **VEIGA JÚNIOR, Dídimo Agapito da**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DALTRO,%20Leolinda%20de%20Figueiredo.pdf. Acesso em: 14 mai. 2025.

MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo. **Cartografias da Canção Feminina: compositoras brasileiras no século XX.** [Relatório (Pós-doutorado em História Cultural)]. Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Supervisão: Profa. Dra. Margareth Rago. 2017. Disponível em: https://www.mpbnet.com.br/compositoras/XIX/A/Ambrosina_de_S_B_Correa/index.html. Acesso em: 28 mai. 2025.

MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA (MUHM). **Antonieta César Dias.** Disponível em: https://www.flickr.com/photos/muhmrs/52850044 11/in/photostream/. Acesso em: 13 mai. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL / IBRAM / MINC. **Coleção Dídimo Agapito da Veiga Junior.** Disponível em: https://atom-mhn.museus.gov.br/downloads/didimo-agapito-da-veiga-junior-2.pdf. Acesso em 15 mai. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL / IBRAM / MINC (Brasil). Coleção Dídimo Agapito da Veiga Junior. **Sra. Dídimo Agapito da Veiga Junior.** [sem data]. 1 fotografia. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

MUSEU SERZEDELLO CORRÊA. **Documentos Históricos.** Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/museu-serzedello-correa/documentos-historicos. Acesso em: 12 mai. 2025.

MUSEUS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **48.° Concerto do Theatro Municipal.** Disponível em: http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/arquivos/FTM/documentos/030546_1495560987.pdf. Acesso em 14 mai. 2025.

MUSEU VILLA-LOBOS. Villa-Lobos: sua obra. Rio de Janeiro: Museu Villa-Lobos, 2021.

NETTO, Amador J. Brandão. **Transatlânticas.** Fon Fon, Rio de Janeiro, 15 set. 1917, p. 31. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/28667. Acesso em: 09 mai. 2025.

NOTAS Mundanas. Fon Fon, Rio de Janeiro, 16 jul. 1910, p. 14. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/4808. Acesso em: 09 mai. 2025.

NOTAS Mundanas. Fon Fon, Rio de Janeiro, 1915, p. 22. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/259063/20245. Acesso em: 09 mai. 2025.

NOTICIÁRIO Elegante. Revista da Semana, Rio de Janeiro, 2 abril. 1921, p. 25. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/025909/per025909_1921_00014.pdf. Acesso em: 09 mai. 2025.

O conselheiro Ruy Barbosa, sua esposa e sua filha. Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada, Lisboa, ano 9, nº 215, 1 jan. 1908, p. 1. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1907_1908/N215/N215_item1/index.html. Acesso em: 19 abr. 2024.

O GLOBO. **Saiba como era o cotidiano carioca na estreia do GLOBO.** Rio de Janeiro, 19 julho. 2015. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/saiba-como-era-cotidiano-carioca-na-estreia-do-globo-16798307. Acesso em: 14 mai. 2025.

O Sucesso da A.M.B. no Municipal. A Lanterna: Jornal da Noite, Rio de Janeiro, 04 nov. 1916, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/211702/36. Acesso em: 09 mai. 2025.

ODETTE, Violeta. **O Natal de Hoje.** Jornal das moças, Rio de Janeiro, 1 dez. 1914, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/111031_01/512. Acesso em: 09 mai. 2025.

PERFIS femininos: **Madame Kendall**. A Epoca, Rio de Janeiro, 15 dez. 1912, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/720100/1148. Acesso em: 09 mai. 2025.

R. T. **A vida ultra-chic.** Fon Fon, Rio de Janeiro, 27 abril. 1918, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/30083. Acesso em: 09 mai. 2025.

R. T. **A vida ultra-chic.** Fon Fon, Rio de Janeiro, jun. 1918, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/30239. Acesso em: 09 mai. 2025.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza; SILVA, Jessica Maria da; RANGEL, Márcio Ferreira; SOUSA, Gabriela Lúcio de; FERREIRA, Márcia Pinheiro; GRANATO, Marcus. O luto de Maria Augusta: um conjunto de objetos em estudo no Museu Casa de Rui Barbosa. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material, São Paulo, v. 33, p. 1–31, 2025.

SCHUELER, Alessandra de; RIZZINI, Irma. Myrthes de Campos (1875-1965): a "mulher advogado" na luta pelos direitos das mulheres. **Communitas,** v. 5, n. 9, p. 24–38, 2021.

SILVA, Laura da Fonseca e. **Altruísmo.** O Malho, Rio de Janeiro, 7 nov. 1935, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/116300/83817. Acesso em: 09 mai. 2025.

SOUSA, Gabriela Lúcio de. **Delineando trajetórias através da roupa: Maria Augusta Rui Barbosa.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SOUSA, Gabriela Lúcio de; RANGEL, Márcio Ferreira; RANGEL, Aparecida Marina de Souza; FERREIRA, Márcia Pinheiro. O acervo do Museu Casa de Rui Barbosa como fonte primária de construção da trajetória de Maria Augusta Rui Barbosa. **Acervo**, v. 38, n. 1, p. 1–26, 2025.

SOUSA, Gabriela Lúcio de. **Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa:** pesquisa e conservação de roupas musealizadas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Conservação e Restauração). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOUSA, Gabriela Lúcio de; LOPES, Maria Margaret. Construindo uma trajetória de Maria Augusta Rui Barbosa. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 11, n. 21, p. 318–333, 2022.

SOUSA, Gabriela Lúcio de; LOPES, Maria Margaret. Fotografias na construção das trajetórias de mulheres: Maria Augusta Rui Barbosa (1855 – 1948). **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 44, p. 355-373, 2021.

SOUSA, Gabriela Lúcio de; RANGEL, Marcio Ferreira. O sistema de objetos feministas através de Maria Augusta Rui Barbosa. **Anais do XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** – ENANCIB, Aracaju, v. 1, p. 1-15, 2023.

SOUZA, Leal de. **O Governo Feminino**. Careta, Rio de Janeiro, 23 jun. 1917, p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/083712/18168. Acesso em: 09 mai. 2025.

SOUZA, Vitória Diniz de. "Mulheres uni-vos!": O movimento feminista e suas primeiras manifestações no brasil (1832-1934). **Revista de História Bilros**: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s), v. 6, n. 13, 2022.

SRA. Coelho Barreto. Revista da Semana, Rio de Janeiro, 23 abril. 1921, p. 26. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/025909_02/603. Acesso em: 09 mai. 2025.

VITÓRIA, Teresa. **CORREIA, Serzedelo**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Serzedelo.pdf. Acesso em 28 mai. 2025.

WANDERLEY, Andrea C. T. **O centenário da morte de João do Rio (1881 – 1921), o cronista da "belle époque" carioca.** Brasiliana Fotográfica, Rio de Janeiro, 23 junho. 2021. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=23302. Acesso em: 15 mai. 2025.

WANDERLEY, Andrea C. T. **Série "Feministas, graças a Deus!" XVIII – Júlia Lopes de Almeida (1862 – 1934), a "escritora da Belle Époque tropical"**. Brasiliana Fotográfica, Rio de Janeiro, 05 junho. 2024. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=35687. Acesso em: 15 mai. 2025.

Motivação e engajamento: uma análise do movimento sindical rural no Nordeste Paraense

Motivation and engagement: an analysis of the rural trade union movement in the north-east of Pará State, Brazil

Lucas Gabriel da Silva Moraes*
Heribert Schmitz**

Palavras-chave:
Motivação
Ação coletiva
Sindicatos dos trabalhadores rurais

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar as motivações do engajamento de trabalhadores e trabalhadoras no Movimento Sindical Rural (MSR). Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças, sócios e não sócios do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Tomé-Açu, Nordeste Paraense. Os resultados do estudo demonstraram duas bases de motivações: material – ligada aos serviços do sindicato – e imaterial – relacionada às subjetividades individuais e à identidade coletiva. Entre os não sócios, a terra foi a motivação central, exemplificada pelo caso da ação coletiva realizada no Acampamento Mancha Negra. O papel do sindicato e de suas lideranças mostrou-se fundamental tanto para a mobilização de novos sócios, quanto para a construção do engajamento individual no movimento.

Keywords:
Motivation
Collective action
Rural workers unions

Abstract: The aim of this article is to analyze the motivations behind the engagement of rural workers in the Rural Trade Union Movement (MSR). To do this, we carried out semi-structured interviews with leaders and farmers who are members and non-members of the Rural Workers' Union (STTR) in the municipality of Tomé-Açu, in the north-east of Pará. The results of the study showed two motivations: material – linked to the union's services – and immaterial – related to individual subjectivities and collective identity. Among non-members, land was the central motivation, exemplified in the case of the collective action carried out in the Mancha Negra camp. The role of the union and its leaders proved fundamental both for mobilizing new members and for building social engagement in the movement.

Recebido em 07 de outubro de 2025. Aprovado em 08 de dezembro de 2025.

Introdução

Este trabalho analisa o Movimento Sindical Rural (MSR), focalizando as motivações dos seus participantes. Pretende-se contribuir nos debates interdisciplinares da ação coletiva e dos movimentos sociais para compreender o engajamento individual em sindicatos.

Após a década de 60 do século XX – quando os sindicatos de trabalhadores rurais passaram a ser reconhecidos pelo Estado –, a Reforma Agrária manteve-se por muito tempo como principal foco da política sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), seguida dos direitos trabalhistas e previdenciários para o homem e a mulher do campo (Medeiros, 1989). Assim como as práticas sindicais, essas bandeiras de luta foram

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente (SP). E-Mail: lucasmgeo@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3204-7973.
** Doutorado em Sociologia Rural, Professor Titular de Sociologia, Universidade Federal do Pará, Belém (PA), Bolsista de produtividade do CNPq nível 1C. E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8933-1484.

alterando-se com base nos cenários políticos do país e segundo as demandas da própria categoria (Teixeira, 2023), o que refletiu diretamente nos motivos da sindicalização.

Com o golpe militar de 1964, o movimento passou por uma forte repressão e perdeu a sua autonomia política, mergulhando no assistencialismo como prática sindical. Nesse período, os sindicatos foram limitados quase exclusivamente a oferecer serviços e políticas sociais como atendimento médico, previdência social, auxílio-doença e auxílio-maternidade, distanciando-se da luta política e social (Assis, 2007). Em consequência, a década de 70 ficou marcada pelas críticas de setores da Igreja Católica à efetividade política dos sindicatos, movimento que se intensificou com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. A partir daí, a Igreja foi uma das responsáveis por estruturar um "novo sindicalismo" distante das práticas assistencialistas da Contag e mais combativo no sentido de garantir os direitos dos trabalhadores à terra e ao trabalho digno.

Na década de 80, novos atores emergiram no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entre outros (Medeiros, 1989). Isso causou a "implosão" da categoria trabalhador rural e a perda do monopólio dos sindicatos pela Contag (Lazzaretti Picolotto, 2009). A criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, trouxe uma nova dinâmica para o sindicalismo rural, que buscou unificar as linhas de ação.

A década de 90 testemunhou novas formas de influência do Estado sobre as organizações de trabalhadores rurais por meio de políticas públicas, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, que alterou as bandeiras de luta dos sindicatos rurais, dando destaque à busca por crédito rural. A afiliação da Contag à CUT, em 1995, e a adoção da identidade política de *agricultor familiar* refletiram as mudanças no cenário político e social do país, moldando a atuação do MSR (Teixeira, 2023).

De acordo com Lazzaretti Picolotto (2018), desde a divisão da categoria *trabalhador rural* entre agricultores familiares e assalariados rurais pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2014, a Contag deu prioridade à agricultura familiar e deixou de lado bandeiras de luta tradicionais, como a Reforma Agrária e os direitos trabalhistas. Essa foi uma conquista para os assalariados rurais, que se emanciparam e formaram organizações autônomas, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar), por exemplo. Isso gerou um cenário de "pluralidade sindical no campo" (Lazzaretti Picolotto, 2018) e alterou as práticas de muitos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), que tiveram de optar por uma só categoria[1].

Nesse cenário multifacetado, o que motiva um trabalhador rural a participar de um sindicato? Para responder a essa questão, é preciso entender o engajamento individual daqueles que participam e criam um ambiente favorável para reivindicar e propor mudanças em sua realidade. Nem as teorias do comportamento coletivo, nem a escola da mobilização de recursos ou as abordagens estruturalistas conseguiram construir um modelo convincente sobre o engajamento individual e sua evolução no curso da ação coletiva (Fillieule, 2001).

Diante dos desafios, o objetivo deste trabalho é identificar as motivações para a participação de trabalhadores e trabalhadoras no MSR. O estudo foi realizado no STTR de Tomé-Açu, Nordeste Paraense. Mediante a interpretação desses fatores, busca-se apresentar elementos que ajudem a compreender o engajamento individual em movimentos sociais.

Procedimentos metodológicos

O percurso metodológico desta pesquisa compreendeu: a) pesquisa bibliográfica; b) levantamento de dados secundários sobre a sindicalização na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015; c) realização de entrevistas não diretivas (Michelat, 1987) e semiestruturadas com trabalhadores e trabalhadoras rurais e lideranças que participavam do MSR em Tomé-Açu; d) sistematização e análise das entrevistas mediante a criação de categorias (Bardin, 2011).

As entrevistas foram realizadas entre julho e novembro de 2019 e entre setembro e outubro de 2021. Ao todo, foram 29 entrevistas com lideranças e trabalhadores(as) rurais sócios e não sócios que participavam do STTR de Tomé-Açu no período da pesquisa[2]. A maioria dos entrevistados possuía algum tipo de vínculo com o STTR, por meio de afiliação ou por algum grau de participação.

O objetivo das entrevistas foi identificar as motivações da participação no MSR, considerando que elas poderiam derivar de bases *materiais* (serviços do sindicato e políticas sociais) ou *imateriais* (valores, crenças, emoções etc.). Foram também entrevistados trabalhadores não afiliados, buscando-se entender se participam do sindicato mesmo não sendo sócios.

O artigo foi dividido em quatro momentos de discussão: a) no primeiro momento, discutem-se as teorias dos movimentos sociais e a ação coletiva para a análise da participação; b) no segundo, analisam-se os dados da PNAD (2015) e debatem-se os fatores que motivam a sindicalização rural; c) no terceiro, apresentam-se as motivações para a participação de sócios e não sócios do STTR de Tomé-Açu; d) por fim, examina-se a construção da identidade coletiva no MSR.

Teorias dos movimentos sociais, ação coletiva e participação

Os esforços para entender os movimentos sociais de maneira mais aprofundada demonstram que esse debate continua sendo permanentemente complexo. Igualmente, a análise do engajamento individual em ações coletivas apresenta-se como um dos principais desafios para os estudiosos dos movimentos sociais (Fillieule, 2001). Busca-se, então, identificar as contribuições das Teorias dos Movimentos Sociais e da Ação Coletiva para entender os fatores, relações e processos que levam os indivíduos a participar do MSR, pois, entendendo os seus motivos pessoais, é possível chegar a uma compreensão mais aproximada do *status quo* da ação coletiva no âmbito dos movimentos sociais.

Parte-se do pressuposto de que a dinâmica intrínseca aos movimentos sociais exige uma análise aprofundada da intersecção entre a ação coletiva e a participação. Nessa dinâmica, a motivação – entendida por Van Stekelenburg e Klandermans (2017, p. 122) como "o desejo de atingir um objetivo combinado com a energia para trabalhar em direção a tal objetivo" – é o motor da participação e coloca-se no centro do debate sobre a realização de ações coletivas.

As motivações são fundamentais para qualquer movimento social ou ação coletiva, e a participação é essencial para a sua existência. Todo movimento social é, portanto, uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um movimento social (Touraine, 2006). De acordo com Blumer (1995), estudioso da Teoria do Comportamento Coletivo (TCC), inicialmente todo movimento social apresenta uma estrutura organizacional rudimentar, a qual se desenvolve apenas ao longo do tempo, adquirindo progressivamente as características distintivas de uma sociedade, incluindo seus costumes, tradições, lideranças e normas. Para que uma ação coletiva transcenda sua condição inicial e consolide-se como um movimento, precisa adquirir, ao longo de sua jornada, certas características distintivas, tais como identidade coletiva (Melucci, 1989), *esprit de corps* (Blumer, 1995) e repertórios de ação e organização (Friedberg, 1995; Tilly, 1978).

Considerando a sua institucionalização, é importante ponderar sobre a estrutura do MSR. Enquanto empreendimento coletivo, ele revela uma natureza dupla: o *movimento*, reconhecido ao longo da história por sua luta em prol da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais, manifestada por meio de diversas formas de ações coletivas; a *organização*, que é representada pelo sindicato e se caracteriza por uma estrutura formal com hierarquia de funções e normas bem definidas.

Até a década de 70, muitos pesquisadores dos movimentos sociais associavam as ações coletivas ao instinto e aos sentimentos de insatisfação dos indivíduos, sendo, pois, acusados de irracionalidade (Alonso, 2009; Oliver, 1993). Nessa década, houve uma ruptura no entendimento do comportamento dos participantes devido à emergência de novas mobilizações baseadas em temas como gênero, etnia e estilo de vida, que manifestavam características de ações coordenadas (Alonso, 2009). Prevaleceu, então, a ideia de que os movimentos teriam sentido e

organização, emergindo, a partir dessa lógica, três das teorias para o estudo dos movimentos sociais que conhecemos hoje.

Desde a publicação da *Lógica da ação coletiva* por Olson (1965), os empreendimentos coletivos têm sido um desafio. McCarthy e Zald (1977), expoentes da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), propuseram que os indivíduos são guiados por uma lógica *custo-benefício* quando decidem participar ou não de um movimento social. Aplicando a sociologia das organizações ao seu objeto, essa abordagem compara os movimentos sociais com uma empresa, constituída por uma divisão interna do trabalho, com regras, líderes, hierarquia e estruturas burocráticas. Os autores basearam-se na "escolha racional", abordagem desenvolvida, entre outros, por Olson (1965), que acreditava que o desafio da cooperação reside no fato de que grupos de indivíduos com interesses comuns não agem coletivamente para promovê-los. O autor explica que isso acontece devido à dificuldade de exclusão dos *free riders* (caronas), indivíduos que não participam da ação, mas usufruem de seus benefícios.

O modelo de Olson (1965) "mostra-se muito pertinente para explicar por que as pessoas não participariam de mobilizações, mas [é] pouco eficaz para explicar a participação" (Rosa; Klandermans, 2022, p. 6). Por isso, muitos pesquisadores têm buscado outros fatores que sejam determinantes para a realização de ações coletivas para além da racionalidade da TMR. Inspirados nos estudos da Teoria do Processo Político (TPP) e das Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), pretende-se aqui demonstrar que a lógica racional é de fato um entrave para que essas ações aconteçam, mas existem outros aspectos que podem ser igualmente decisivos para o engajamento individual e para o sucesso da ação coletiva.

Ao contrário da TMR, que se apoiava no pensamento econômico para entender o engajamento individual, a TPP e as TNMS trouxeram outros aspectos para o debate. Elas combinam análises a partir de repertórios de ação coletiva (Tilly, 1978), estruturas de mobilização política (Tarrow, 2009) e mudanças culturais ao longo dos períodos históricos (Touraine, 2006).

Para Alonso (2009), as estruturas de mobilização podem ser recursos formais (organizações civis) e informais (redes sociais) que, por sua vez, podem ser fortalecidos por elementos como a solidariedade. "A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação", mediante oportunidades políticas favoráveis (Alonso, 2009, p. 55).

Melucci (1996, p. 15, tradução nossa) iniciou o debate sobre o engajamento individual a partir da ideia de que, no âmbito das mobilizações coletivas, "[...] os processos sociais são produtos de ações, escolhas e decisões". Esse autor acreditava que a ação coletiva presente nas mobilizações é resultado de crenças, sentimentos e experiências passadas; por isso, a análise não pode estar unicamente voltada para a estrutura do movimento social nem ignorar os motivos dos atores da ação.

Sobre a mobilização de uma ação coletiva, vale ressaltar que "a mera existência de objetivos comuns [...] ou a existência de um grupo, não caracteriza ainda uma ação coletiva, a qual se constitui apenas a partir de uma ação conjunta, resultado de um engajamento voluntário de indivíduos" (Schmitz; Mota; Sousa, 2017, p. 205). Além disso, os movimentos são considerados respostas a um descontentamento, que envolvem emoções, mas também escolhas racionais que permitem aos seus membros analisar o contexto e decidir o momento propício para que a ação aconteça (Melucci, 1988, 1996; Touraine, 2002).

Quando os indivíduos atuam coletivamente por meio de ações organizadas, com estratégias e lideranças, as redes de relações entre esses indivíduos formam-se de maneira mais eficaz, fazendo com que o pensamento coletivo se sobressaia e cada indivíduo se reconheça como membro do grupo, criando uma identidade coletiva, conforme Melucci (1988). Segundo esse autor, "a identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece" (Melucci, 1988, p. 342, tradução nossa). Na análise da formação de uma identidade coletiva, assim como da participação em movimentos sociais, os sentimentos e emoções são importantes, pois

representam a subjetividade de cada indivíduo e permitem identificar o que os motiva a participar.

De acordo com Rosa e Klandermans (2022), existem três grupos de motivações para participar de movimentos sociais: a instrumentalidade (desejo de mudar a sua atual situação); a identidade (desejo de fazer parte de um grupo); as expressividades e emoções (desejo de expressar suas visões de mundo e suas emoções). Diante disso, esta análise do engajamento individual foi dividida em duas perspectivas: a) a primeira deriva de uma base *material* de motivações que está atrelada à lógica racional proposta pela TMR (McCarthy; Zald, 1977; Olson, 1965); b) a segunda é uma base *imaterial*, ligada às emoções e aos valores, resultante das TNMS (Habermas, 1981; Jasper, 1998; Melucci, 1989; Touraine, 1989; Van Stekelenburg; Klandermans, 2017). Quando se considera a diversidade social dos sujeitos estudados, não é possível focar apenas uma única base motivacional. Mesmo os autores que priorizam fatores materiais, levam em conta a existência de fatores imateriais e vice-versa.

Interessam-nos os motivos da sindicalização, bem como aqueles que levam os trabalhadores e trabalhadoras a participar das ações coletivas do MSR. Parte-se dessa dualidade para analisar o movimento em sua essência e compreender os desafios que se apresentam hoje. Para isso, examinam-se primeiramente os aspectos da sindicalização no Brasil e, posteriormente, analisa-se o movimento em Tomé-Açu.

Por que os trabalhadores e trabalhadoras se sindicalizam?

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), havia um total de 1,2 milhão de trabalhadores sindicalizados no ano de 2023 no Brasil[3]. Eles encontram-se hoje representados por uma estrutura sindical diversificada, constituída de trabalhadores rurais, agricultores familiares e assalariados rurais. Nessa estrutura, as principais federações e confederações são: a Contag, responsável por mais de 4000 sindicatos de trabalhadores rurais; a Contraf, que possui em torno de 900 sindicatos de agricultores familiares; a Feraesp e a Contar, que, juntas, somam mais de 300 sindicatos de assalariados rurais, de acordo com informações presentes nos *sites* das confederações.

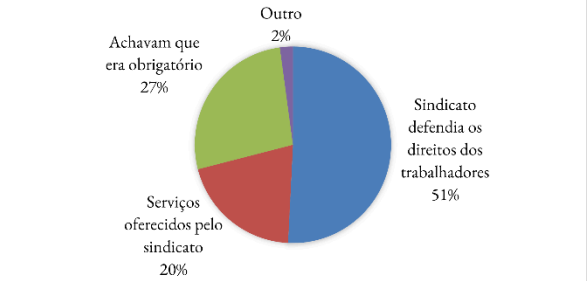
Considerando a estrutura que se estabeleceu no sindicalismo rural, acredita-se que a complexidade que envolve a classe trabalhadora – especialmente com as transformações no mundo do trabalho – tem impacto direto nos motivos da sindicalização. A informalidade e a precarização do trabalho (Antunes, 2011), por exemplo, estão influenciando fortemente os sindicatos antigos e os novos e podem alterar os motivos da participação, seja para os agricultores, seja para os assalariados rurais.

A sindicalização é um importante termômetro da representatividade dos sindicatos (Cardoso, 2014; Rodrigues; Ramalho, 2014). Com efeito, a densidade sindical é um dos critérios para analisar a importância dos sindicatos, já que diz respeito a uma maior ou menor adesão dos trabalhadores em suas associações de classe (Rodrigues; Ladosky; Bicev, 2016). Segundo a PNAD, até o ano de 2014, a taxa de sindicalização rural vinha em constante aumento, chegando a atingir 25% para os homens e 29% para as mulheres em 2008. Para Rodrigues e Ramalho (2014), o crescimento significativo da sindicalização feminina no campo é um dos fatores que sustentaram a estabilidade das taxas de sindicalização rural. Contudo, a partir de 2015, a taxa de sindicalização rural caiu consideravelmente. Na agricultura, na pecuária, na produção florestal, na pesca e na aquicultura, passou de 22,8%, em 2012, para 15%, em 2023 (Cabral; Nery, 2024). Apesar de importantes, as taxas não informam sobre as motivações dos trabalhadores e trabalhadoras, apenas reforçam o desafio de compreender o engajamento individual em sindicatos no cenário contemporâneo.

Os dados da Pesquisa Suplementar sobre Sindicalização da PNAD (2015)[4] demonstram que os motivos da sindicalização são variados. O Gráfico 1 mostra que a principal motivação para a afiliação em sindicatos urbanos e rurais no Brasil foi a *defesa dos direitos dos trabalhadores*. Outros *achavam que era obrigatório* se afiliar. Já os *serviços oferecidos pelo sindicato* ocupam a terceira posição. Isso ressalta a

importância do sindicato enquanto organização que defende os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Mas, mesmo os serviços sendo uma categoria fundamental para esta análise, outras, como se verá, também são importantes.

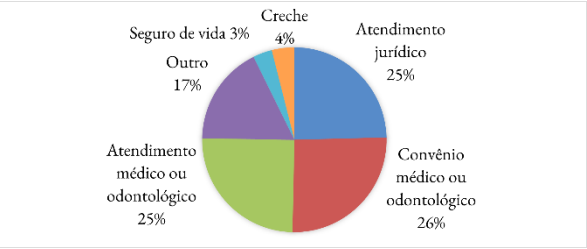
Gráfico 1 – Motivos da sindicalização no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE (2015).

Os serviços de saúde são os mais usados pelos trabalhadores em sindicatos urbanos (Gráfico 2), visto que os STTRs praticamente excluíram de sua prática sindical o oferecimento desse tipo de serviço. Em contrapartida, o atendimento jurídico é um serviço muito utilizado e importante no contexto rural, porque, além dos sindicatos de assalariados rurais (que lidam diretamente com questões de cunho jurídico, como processos trabalhistas), os sindicatos de agricultores familiares ainda têm a Reforma Agrária e a regularização fundiária como uma de suas pautas. Os serviços e políticas sociais oferecidos pelo sindicato são característicos do período assistencialista que predominou até o final da década de 70 (Teixeira, 2023), mas eles perduram na estrutura sindical brasileira e são fatores que motivam a participação, em âmbito urbano ou rural.

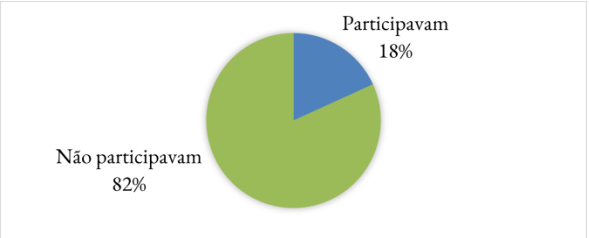
Gráfico 2 – Utilização dos serviços dos sindicatos no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE (2015).

Em relação à participação em atividades promovidas pelos sindicatos, apenas 18% dos trabalhadores ou trabalhadoras indicaram participar de algum tipo de atividade (Gráfico 3). Com base nessa realidade, pode-se tentar entender se a motivação que emana dos serviços pode efetivamente levar a pessoa a se engajar no sindicato. É fato que, após a decisão de participar, uma série de outros fatores podem contribuir para o sucesso ou insucesso da ação coletiva, como as estratégias de ação (Touraine, 2002), a mobilização das lideranças e a identidade coletiva (Castells, 2018; Melucci, 1988, 1996).

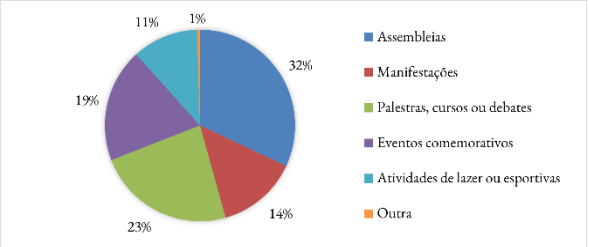
Gráfico 3 – Participação nas atividades promovidas pelos sindicatos no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE (2015).

Quanto ao tipo de participação dos trabalhadores ou trabalhadoras afiliados a algum sindicato, sobressaem atividades ligadas à *organização* sindical e não ao *movimento* social propriamente dito (Gráfico 4). Assembleias (32%), palestras, cursos ou debates (23%) e eventos comemorativos (19%) foram os três principais tipos de atividades dos quais os trabalhadores costumavam participar. As manifestações (14%) aparecem apenas em quarto lugar, sendo as greves as mais frequentes entre elas.

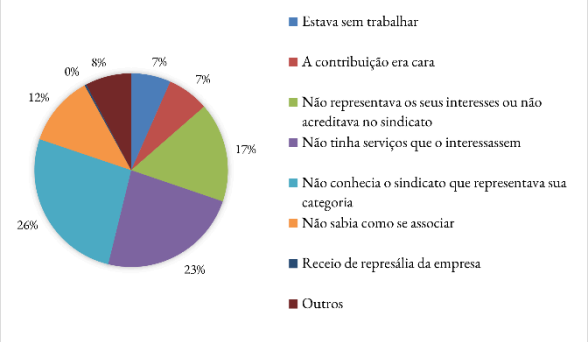
Gráfico 4 – Participação nas atividades promovidas pelo sindicato no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE (2015).

Tão importantes quanto as motivações para participar são as motivações para *não* participar. O Gráfico 5 mostra que, entre os principais motivos para não se afiliar, os trabalhadores relataram que *não conheciam o sindicato que representava sua categoria, não havia serviços que lhes interessassem* e *não representavam seus interesses ou não acreditavam no sindicato.* Aqui é possível notar que, ao lado dos serviços, surge um novo fator que se demonstrará relevante ao longo desta discussão: a representatividade.

Gráfico 5 – Motivo pelo qual não era afiliado(a) a algum sindicato no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE (2015).

Quando se afilia, um(a) trabalhador(a) pode participar de diferentes formas (em assembleias, reuniões, cursos, palestras, manifestações, congressos etc.) ou até mesmo optar por não participar das ações e apenas usufruir individualmente dos serviços e benefícios do sindicato. Isso traz para o sindicato o desafio de mobilizar os sócios para que "ergam" a bandeira de luta do movimento e atuem coletivamente.

Rodrigues e Ramalho (2014) acreditam que a redução da densidade sindical pode ser um reflexo da diminuição do papel político dos sindicatos, de forma que eles precisam reavaliar conceitos como solidariedade e representação para manter sua função social. Daí a importância, por exemplo, dos processos formativos realizados pelo movimento por intermédio da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc), que ajudam a desenvolver a prática política das pessoas e facilitam o seu envolvimento com as bandeiras de luta, como demonstraram Costa, Assis e Guerra (2017) num estudo sobre a atuação da ENFOC nas STTRs do Pará.

No tópico a seguir, abordam-se os aspectos de *base material,* que levam os trabalhadores e trabalhadoras a participar do STTR, em Tomé-Açu. Trata-se de uma análise dos serviços e políticas sociais usados por via dos sindicatos desde a década de 60 e da sua importância para entender o engajamento individual na atualidade.

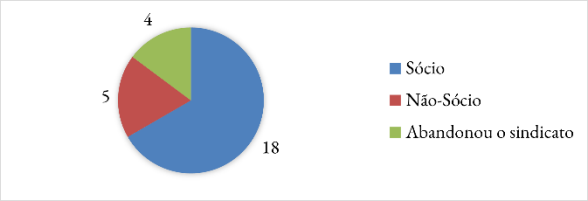
Os sócios e as motivações de base material

No Brasil, o MSR enfrentou diversos desafios ao longo dos anos, incluindo períodos de repressão política e mudanças legislativas. Em Tomé-Açu, o movimento tem uma trajetória de atuação de lideranças históricas que lutaram pela reforma agrária na região Nordeste Paraense. Benedito Alves Bandeira, assassinado em razão de um conflito por terra em 1984, foi o principal líder sindical do município. Entre os trabalhadores, seus principais feitos foram a retomada do sindicato das mãos de dirigentes pelegos e a conquista de um assentamento que recebeu o seu nome como homenagem.

Apesar de se manter vinculado à categoria *trabalhador rural* – característica do sindicalismo da Contag –, o STTR de Tomé-Açu foi obrigado a optar pela representação exclusiva dos agricultores familiares, já que a própria confederação renunciou aos assalariados rurais. Mesmo assim, a atual presidente do sindicato afirma que o sindicato se mantém eclético porque ainda restam processos trabalhistas anteriores à desvinculação dos assalariados (Moraes; Schmitz, 2023).

Apoiado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Pará (Fetagri-PA), o STTR está organizado em secretarias internas de Políticas Sociais e Terceira Idade, Finanças, Reforma Agrária, Agricultura Familiar, Jovens e Mulheres. De acordo com a atual diretoria, o sindicato possui 1.200 sócios ativos. Além deles, existem cerca de 500 trabalhadores(as) já aposentados que continuam pagando a contribuição sindical. Aqueles que participaram desta pesquisa estão divididos em sócios, não sócios e os que abandonaram[5] o sindicato (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Trabalhadores sócios e não sócios do STTR de Tomé-Açu

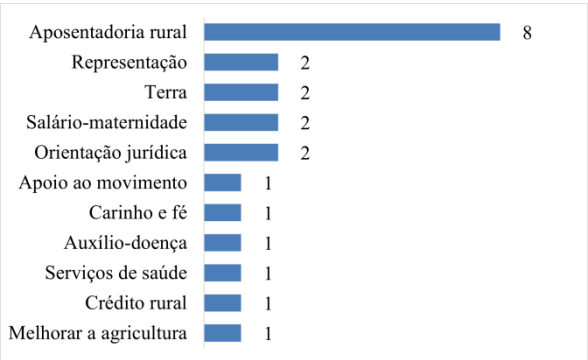


Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa, 2021.

Graças à criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, e do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), em 1971, a aposentadoria rural, os serviços de saúde (médico e odontológico), a pensão, o auxílio-doença, o auxílio-funeral etc. passaram a ser os principais fatores que estimulavam a afiliação de trabalhadores(as) rurais aos STTRs, fossem eles assalariados rurais ou agricultores familiares (Boscardin; Spanevello, 2019).

De acordo com os entrevistados, a aposentadoria rural, o salário-maternidade e os serviços de saúde são os principais fatores de *base material* que motivam a sindicalização em Tomé-Açu. Outros motivos, como a representação, o apoio ao sindicato e até mesmo emoções como a fé, aparecem com menos frequência, como se discutirá mais adiante (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Motivos da sindicalização no STTR de Tomé-Açu



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa, 2021.

De forma semelhante, Araújo, Vieira e Rocha (2023) analisaram o STTR de Bragança-PA e identificaram que os sindicatos criados entre as décadas de 1960 e 1970 ofereciam alguns benefícios assistenciais visando diminuir os conflitos no meio rural, o que tornou o sindicato um "braço" do Estado, mero prestador de serviços e benefícios individuais, distanciando-o do seu objetivo de buscar direitos trabalhistas e encabeçar a luta pela terra.

Knoke (1990) explica que as organizações atraem novos membros oferecendo diferentes tipos de incentivos, entre os quais os utilitaristas (serviços oferecidos individualmente aos membros), os sociais (atividades ou ações em grupos) e os normativos (políticas públicas). Segundo esse autor, os incentivos e o envolvimento de um indivíduo em organizações de ação coletiva estão diretamente relacionados. Pessoas cujos interesses primários são os bens e serviços utilitários (ou mesmo políticas públicas) contribuem principalmente com recursos financeiros (contribuição sindical, por exemplo), mas evitam a participação ou o vínculo afetivo com o grupo. Já os indivíduos cujas preocupações se concentram em atividades grupais tendem a responder com altas taxas de participação interna em ações que envolvem contatos interpessoais, como participar de reuniões e trabalhar em projetos de grupo.

A maioria dos sócios que atribuíram à aposentadoria rural o principal motivo da sindicalização se afiliou durante a ditadura militar, quando o assistencialismo predominava como prática sindical. A intenção do Estado era estimular a participação dos sindicatos nas políticas sociais e reduzir a sua atuação nas mobilizações e reivindicações por outros direitos (Medeiros, 1989).

> Naquela época, o sindicato dava remédio, dentista [...] aí foi uma campanha que pregava o seguinte: você se afilia e sua família toda tem direito de se tratar no sindicato. Então, isso foi atraindo o povo para se afiliar (Liderança-1, ex-presidente do STTR, 2021).

O estudo de Santos e Schmitz (2022) sobre o engajamento de trabalhadores rurais no STTR de Concórdia do Pará-PA, apresentou resultados similares aos que estamos demonstrando aqui, com aposentadoria, salário-maternidade, auxílio doença, auxílio jurídico etc., sendo as motivações predominantes (de base material) para a sindicalização, outros aspectos subjetivos, aparecem com menor frequência, o que demonstra um padrão

organizativo que se estabeleceu com o "velho sindicalismo" assistencialista e que perdura na atualidade. Porém, a perda da capacidade da concessão de benefícios previdenciários e assistenciais tem como consequência também uma redução do acesso aos agricultores familiares sindicalizados ou não e a diminuição da capacidade de mobilização para ações coletivas. "Portanto, o que torna um sindicato mais ou menos militante não é sua estrutura burocrática e assistencial; é a finalidade que é dada a esse tipo de organização pelos seus dirigentes" (Santos e Schmitz, 2022, p. 7). Os autores chegam à conclusão de que "diante disso, é um equívoco acreditar que o assistencialismo por si só seja algo negativo e nefasto para as organizações dos trabalhadores, o que ocorre quando os sindicatos resumem-se apenas a isso" (Santos e Schmitz, 2022, p. 8).

Neves (2024, p. 233) destaca essa relação complexa de organizações sociais com o Estado: "A busca por respostas de como os movimentos sociais se relacionam com o Estado é uma das grandes questões que permeiam [...]" os estudosos sobre processos de organização e mobilização social na América Latina.

A partir da década de 70, a tentativa de estabelecer um "novo sindicalismo" trouxe a retomada da autonomia dos sindicatos e uma reformulação das práticas sindicais (Favareto, 2006; Souto Jr., 2000). No período pós-ditadura militar, os movimentos sociais conseguiram, por meio da Constituição Federal de 1988, que os serviços de saúde ficassem sob a responsabilidade do Estado. Entretanto, alguns serviços continuaram a ser intermediados pelo sindicato, como a aposentadoria rural, o auxílio-doença e a pensão por morte.

> Com isso, o que o sindicato tinha que fazer era mobilizar o povo em defesa dos seus direitos: da terra, do crédito, do mercado [...] a luta do movimento sindical era para dizer que quem tinha que dar remédio para o povo era o governo, através do hospital. [...] Sindicato é para mobilizar os trabalhadores em defesa dos seus direitos (Liderança-1, ex-presidente do STTR, 2021).

A aposentadoria rural e o Bolsa Família são os benefícios mais recebidos pelos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, considerando sócios e não sócios. Ambos os benefícios permitem ao aposentado continuar trabalhando, especialmente em atividades produtivas voltadas para o autoconsumo familiar (Boscardin; Spanevello, 2019). Mesmo sob um regime de trabalho reduzido por conta da idade, grande parte dos aposentados ainda comercializa a produção agrícola em pequenas escalas. Os benefícios previdenciários reduziram sua "carga" de trabalho ao garantir um aporte mensal regular e possibilitaram que esses trabalhadores continuassem vivendo no meio rural (Tonezer; Lopes, 2009).

Para Delgado (2015), a previdência rural foi eficaz no Brasil, pois o avanço significativo do benefício para vários sujeitos do meio rural, entre os quais os agricultores familiares, melhorou o nível e a distribuição da renda e os indicadores de igualdade e de capacidade humana. Levando em conta que a aposentadoria rural hoje equivale a uma parte considerável da renda desses trabalhadores e que, devido à idade avançada e aos problemas de saúde, essas pessoas geralmente não conseguem mais desempenhar um grande esforço físico na agricultura, é possível afirmar que a previdência rural é de suma importância para os trabalhadores aposentados.

Mesmo que o motivo inicial tenha de ser a aposentadoria, os trabalhadores atribuíram importância aos direitos conquistados e representados pelo sindicato ao longo dos anos, demonstrando a construção de valores ideológicos e de classe:

> E eu acho que o caboclo se cadastra no sindicato para ter os direitos dos órgãos federais [...] porque se o cabra não tiver quem fale pela gente, aí ele "está no mato sem cachorro", não é verdade? (Entrevistado 6, sócio do STTR, 2021).

> [...] eles falaram que os agricultores tinham o direito ao sindicato, para mais na frente ter o seu direito de se aposentar [...] aí que muitos pagam, para ter esse direito de se aposentar como agricultor (Entrevistado 23, sócia do STTR, 2021).

Por outro lado, assim como são importantes os motivos da participação, os motivos do abandono também têm sua relevância. Para o caso desse grupo

específico, os motivos da participação estão diretamente ligados aos motivos do abandono. São quatro pessoas: duas mulheres que se afiliaram ao sindicato em busca de salário-maternidade, um trabalhador que se afiliou ao sindicato em busca de auxílio-doença e um trabalhador que se afiliou com o objetivo de conquistar uma terra. A metade alcançou os seus objetivos por meio da sindicalização, mas isso não foi suficiente para mantê-los no movimento:

> Foi para buscar o benefício de *salário maternidade.* Fiquei de 2002 a 2006 e abandonei, porque não consegui (Entrevistada 22, sócia que abandonou o STTR, 2021).

> Não sou mais do sindicato, eu abandonei em 2000. Eu entrei no sindicato porque queria o *salário maternidade*. Depois que eu consegui, eu abandonei (Entrevistada 26, sócia que abandonou o STTR, 2021).

> Foi mais porque eu queria conseguir o *benefício do INSS*, mas eu consegui e parei de pagar por um tempo, mas agora eu estou voltando porque eu quero conseguir uns projetos para ampliar a minha produção (Entrevistado 2, sócio que abandonou o STTR, 2021).

> Eu participava direto, mas parei, eu achei que eu ia me afiliar no sindicato a troco de uma *terra*. Aí, como o advogado mexia, o nosso objetivo era pagar para isso (Entrevistado 8, sócio que abandonou o STTR, 2021).

Os motivos que levam ao abandono são tão diversos quanto aqueles que levam à participação. Nos casos citados acima, observamos que a participação por vezes é momentânea, motivada por um objetivo pontual, de modo que, depois da conquista ou do fracasso, ocorre o abandono do sindicato. Para Olson (1965), indivíduos que buscam unir-se a grupos com objetivos comuns somente o fazem porque não conseguem promover seus interesses individualmente. A participação não seria algo espontâneo, mas, antes, movida por um objetivo pessoal.

A relação entre a participação e o abandono pode ser entendida a partir da análise de duas dimensões que Klandermans (1997) considera importantes: o tempo e o esforço. Segundo esse autor, algumas formas de participação são limitadas no tempo ou ocorrem uma única vez e envolvem pouco esforço ou risco. Em complemento, Fillieule (2001, p. 199, tradução nossa) entende a ação coletiva como "[...] um fenômeno variável ao mesmo tempo em intensidade e duração, que evolui em função de variáveis contextuais e situacionais, sejam elas de ordem social ou individual". Portanto, trabalhadores que resolvem afiliar-se a um sindicato podem fazer dele uma ferramenta, um *meio* para determinado *fim,* e não necessariamente irão se envolver em ações coletivas durante longos períodos.

Essa realidade observada por diferentes prismas reflete a importância do sindicato para o acesso a serviços e políticas sociais. Mesmo que o caráter assistencialista tenha sido atribuído a um momento de fragilidade do MSR no decorrer da história, não se pode desconsiderar que, na perspectiva dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, os serviços aos quais eles têm acesso por via dos sindicatos são fundamentais, especialmente para que decidam ou não se sindicalizar. Para os sindicatos, oferecer incentivos para buscar novos membros é algo comum, assim como muitos trabalhadores os utilizarem exclusivamente para objetivos pessoais. Considera-se ainda que, ao longo da participação no sindicato, o trabalhador que foi motivado por um incentivo pessoal pode desenvolver outros tipos de motivação para participar de ações coletivas (reuniões, protestos, eventos etc.). Por outro lado, ainda que escolha não participar, a sua afiliação já contribui, mesmo que em um nível menos significativo, para o fortalecimento da organização.

Apesar do complexo debate sobre os motivos do engajamento individual, acredita-se que, quando se trata da sindicalização, eles estão predominantemente ligados à *instrumentalidade*, ou seja, ao desejo imediato de resolver determinado problema ou situação (Rosa; Klandermans, 2022). Observamos isso nos casos da aposentadoria rural, do Bolsa Família e do salário-maternidade. São eles que motivam o primeiro contato com o sindicato, levando o trabalhador a se afiliar. O que vem depois é resultado de sua interação com o movimento e

outros elementos da organização, como as lideranças.

Contudo, ainda que a mera afiliação tenha sua importância para o sindicato, é preciso considerar as demandas dos não sócios que participam. Embora não sejam sócios, o que os motiva a participar? De que forma eles participam do sindicato? Sentem-se representados por essa organização? Para o caso dos não sócios que participaram desta pesquisa, seu principal vínculo com o sindicato era a luta pela terra, como se verá a seguir.

Os não sócios e a luta pela terra como motivação

Mais do que um bem material, a terra é a condição de vida do trabalhador, é a propriedade do trabalho familiar. "No campo, terra e trabalho não se separam; dialeticamente, a terra é para o trabalho e vice-versa, tem um sentido humano" (Sousa; Conceição, 2010, p. 66). Existe um caráter subjetivo que é atribuído à terra pelos trabalhadores, fazendo com que ela se torne também uma motivação imaterial.

Em 2009, um grupo de trabalhadores e trabalhadoras rurais que estavam lutando pela posse da terra procuraram o STTR de Tomé-Açu para que o sindicato os auxiliasse no processo. Na época, 120 pessoas ocuparam a terra da Fazenda Mancha Negra, localizada no ramal Borba Gato, município de Tailândia, Nordeste Paraense. O STTR apoiou os manifestantes fornecendo alimentação e representação jurídica por meio de um advogado. Com a comunidade estabelecida, o sindicato, por intermédio de suas lideranças, coordenou a sua estruturação e orientou a criação de uma associação.

"Uma das grandes críticas feitas a Olson é a forma como seu modelo toma os indivíduos como seres que decidem e agem isoladamente" (Rosa; Klandermans, 2022, p. 6). Por isso, é importante ressaltar o papel das lideranças no processo de mobilização coletiva. Santos e Schmitz (2022) ressaltam que é preciso considerar a importância das lideranças na adesão de novos ativistas, o que é fundamental para o sucesso da organização. No caso dos não-sócios, as lideranças têm esse papel formativo, que desperta nos trabalhadores(as) a necessidade de lutar e se organizar.

Schmitz, Mota e Sousa (2017) acreditam que o maior desafio para as lideranças é coordenar o comportamento dos indivíduos e, entendendo que a cooperação é indispensável, fazê-los atuar pensando no sucesso da organização. Logo, além de tentar estimular outros indivíduos a participar, as lideranças têm o importante papel de fazer com que eles atuem em prol do bem comum, para transformar necessidades pessoais em demandas e reivindicações coletivas organizadas.

Foram doze anos de conflitos e resistências que demonstraram a importância do sindicato para a Reforma Agrária, com a conquista da terra em 2021. É importante ressaltar que a terra foi a motivação de seis trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, os quais, no decorrer do processo de luta, se envolveram ativamente nas ações coletivas organizadas pelo sindicato. Essa participação despertou outras necessidades a partir do entendimento da importância do sindicato em aspectos para além da terra, como, por exemplo, o acesso à aposentadoria rural, a representatividade e o apoio na agricultura (assistência técnica, projetos rurais etc.).

Segundo Klandermans e Oegema (1987, p. 519), os movimentos sociais precisam criar "potenciais de mobilização", formando e motivando redes de recrutamento, despertando motivações para participar e removendo possíveis barreiras à participação. As redes de recrutamento devem aumentar a probabilidade de que as pessoas que são potencialmente mobilizáveis se tornem alvos de tentativas de mobilização. Nesse sentido, a excitação de fatores de motivação deve influenciar favoravelmente os indivíduos a participar.

De fato, a coordenação feita pelo STTR desde o início do processo, mobilizando as demandas coletivas e influenciando individualmente as lideranças locais, despertou o interesse de participação de outros indivíduos que tinham o mesmo objetivo em comum. Isso quer dizer que a partir da atuação do sindicato, a participação dos não sócios tende a tornar-se menos "externa" (apenas na comunidade, participando das reuniões) e mais "interna" (tornando-se sócio e entendendo a importância do sindicato para si e para os outros), mesmo que esse segundo tipo possa ser apenas para

ter acesso a políticas sociais no futuro. Exemplo disso: do total inicial de trabalhadores e trabalhadoras entrevistados que estavam envolvidos na luta pela terra, dois já se haviam afiliado ao STTR no ano em que a pesquisa foi realizada.

É interessante destacar que a aposentadoria rural, mesmo não sendo a motivação inicial para participar da ação coletiva, assume esse papel na medida em que a terra é conquistada. Isso nos mostra mais uma vez que, dentro do movimento sindical, em sua dualidade, existe uma clara variação de motivações, pois a motivação inicial pode desenvolver outros aspectos à medida que se formam as subjetividades dos trabalhadores e trabalhadoras. O resultado dessa variação pode ser tanto a sindicalização do indivíduo que participa, mas não toma para si os objetivos coletivos, quanto sua construção enquanto indivíduo engajado, dependendo do tempo (duração) e do esforço (intensidade) investidos no movimento (Fillieule, 2001; Klandermans, 1997).

Existem, portanto, tipos diferentes de participação, com intensidades diferentes (Fillieule, 2001; Rosa; Klandermans, 2022). O engajamento, além de motivos materiais, depende de motivos imateriais: atuação de uma liderança, emergência de consciência de classe, identidade coletiva, voluntarismo, solidariedade, reciprocidade (Melucci, 1996; Sabourin, 2012). Diferente do indivíduo que participa apenas para determinado fim, o indivíduo engajado é uma construção, mas não somente isso, ele é ao mesmo tempo "a árvore e o fruto" do movimento de que faz parte.

Berger (2009) entende o engajamento social como uma forma não manifesta de participação política, que pode ser individual ou coletiva. O engajamento social individual é caracterizado pelo interesse pessoal em questões políticas e sociais e pela realização de atividades individuais baseadas nesse interesse. Já o engajamento social coletivo se caracteriza por um sentimento de envolvimento ou de pertencimento a determinado grupo. O autor acredita que esse tipo de engajamento pode impulsionar atividades voluntárias para a melhoria de uma comunidade local, para ajudar outras pessoas etc.

Reis (2007, p. 10), por outro lado, conceitua engajamento como a "disposição dos agentes para tomar posição sobre 'temas' e 'problemas' variados a partir de domínios diversos". Em sua análise sobre "contestação, engajamento e militantismo", a autora propõe que existe um sentido de intervenção no contexto em que os indivíduos estão inseridos, e isso não depende do lugar e da atividade que eles exercem. Portanto, a intervenção por meio do engajamento é uma prática de suma importância para uma mobilização coletiva que tenha o objetivo de mudar uma realidade.

Por isso, acreditamos que a evolução e o fortalecimento de um movimento social estão condicionados à ação coletiva de indivíduos engajados, que priorizam o *valor* subjetivo da ação (as bandeiras de luta), seu significado, e não simplesmente o *fim,* os resultados concretos da ação. Santos (2006) alerta para essa questão, já que a atualidade é marcada pela dominância da ação racional (instrumental) sobre a ação simbólica. É uma razão preocupada com o fim e não com o valor, que busca de forma sedenta os resultados. Isso em mente, discutem-se, no próximo tópico, os aspectos de *base imaterial* identificados na pesquisa, tratando de vinculá-los ao contexto do engajamento individual.

A representatividade sindical e a construção da identidade coletiva

Além dos motivos ligados a serviços e a políticas sociais, outros fatores também foram importantes para a participação dos trabalhadores no STTR. Embora tenham aparecido com menos frequência, os motivos de *base imaterial*, como a representação, as redes de relacionamento, a fé e o apoio ao sindicato, por exemplo, são importantes para buscar entender os caminhos do engajamento individual. Mais difíceis de identificar, esses aspectos exigiriam uma imersão mais profunda na subjetividade de cada entrevistado, o que não era nosso objetivo.

A importância do sindicato enquanto representante da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais foi reconhecida por muitos entrevistados. Para eles, a defesa dos direitos é fundamental, pois é o sindicato que os representa em questões que envolvem a terra, a aposentadoria

rural e outras questões jurídicas. Essa realidade foi vista nas falas tanto de dirigentes quanto de sócios, o que demonstra um conhecimento da função do sindicato enquanto organização, assim como um reconhecimento do que foi conquistado até então pelo MSR em Tomé-Açu:

> É bom que exista o sindicato, porque através do sindicato tem uma representação de cada categoria de trabalhadores [...] Ele defende os trabalhadores, é um representante da classe trabalhadora da agricultura (Entrevistado 20, sócio do STTR, 2021).

> Eu creio que todas as categorias têm uma importância. Cada categoria tem que ter a sua representação. O STTR representa a nossa categoria como trabalhadores rurais, os nossos direitos. Não é só aposentadoria, é lutar pelos direitos de documentação de terra, organizar o povo em cooperativas [...] tudo isso motiva a gente a estar no movimento (Entrevistado 24, secretário de Políticas Sociais e Terceira Idade do STTR, 2021).

Tendo sido motivados a se sindicalizar por diferentes fatores, com o passar do tempo – e a depender do seu nível de esforço –, os trabalhadores demonstraram também a formação de aspectos *imateriais*. A participação dos trabalhadores como protagonistas ao longo desse processo permitiu a construção de uma consciência do que foi conquistado no passado e do que pode ser conquistado hoje por meio da representação do sindicato.

Ainda que as definições dos trabalhadores sejam pessoais, a maioria deles tem a organização como pré-requisito para conquistar seus objetivos. Outros destacam o papel do movimento enquanto representante da classe trabalhadora rural:

> Movimento sindical é fazer as coisas pelo direito. Lutar pelos pobres, lutar pela agricultura, lutar pela saúde e representar o que for preciso pelo povo (Entrevistado 12, sócio do STTR, 2021).

> Movimento sindical é uma união para reivindicar melhorias para os produtores sindicalizados. O sindicato é uma arma para nós (Entrevistado 14, sócio do STTR, 2021).

> Movimento sindical é uma mobilização organizando a base. [...] O sindicato é esse influenciador. [...] Ir mobilizando o pessoal para saberem dos seus direitos e para que serve o sindicato. É o que eu digo, o sindicato também é isso, é uma arma em defesa dos nossos direitos (Liderança-1, ex-presidente do STTR, 2021).

Grzybowski (1990) afirma que o movimento, enquanto espaço de socialização política, transmite aos trabalhadores o aprendizado prático do modo como devem se organizar, participar, negociar e lutar, bem como possibilita obter a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações. As conquistas do STTR ao longo de sua história demonstram sua importância enquanto organização dos trabalhadores rurais. É o STTR que exerce o papel de representante dos direitos dessa categoria, e os trabalhadores têm plena consciência disso, pois recorrem ao sindicato quando querem informações, orientações ou representação para qualquer tipo de demanda. Em suas falas, demonstraram que o sindicato tem um papel de espaço de debate, troca de conhecimentos e experiências interpessoais.

Considerando que ninguém está disposto a lutar por uma causa com a qual não se identifica e que um movimento não existe sem bandeiras de luta, a identidade coletiva torna-se um fator essencial (Melucci, 1996). A identidade pode ser formada por um senso de justiça do grupo, ou seja, por aspectos racionais, ou por aspectos emocionais com base nos sentimentos de pertencimento ou até mesmo de solidariedade com um determinado grupo. Na medida em que desenvolvem o conhecimento sobre seus direitos a partir do trabalho de base do sindicato, os trabalhadores passam a construir uma identificação maior com o movimento em sua totalidade. Aqueles que ultrapassam as barreiras à participação e levam seus objetivos pessoais para o contexto da luta social são os responsáveis por moldar a identidade coletiva do movimento, exercer a força de que necessita uma causa para ser alcançada.

Embora se deva considerar a dificuldade de estudar o campo das emoções, importa atribuir a elas a sua devida importância na compreensão da luta social. Para tanto, é necessário levar em conta que as emoções surgem de um contexto externo, positivo ou negativo, são uma resposta a algo ou a alguém.

Sendo assim, estão diretamente ligadas aos motivos para participar de ações coletivas, como os protestos ou mesmo os movimentos de grande magnitude (Jasper, 1998), pois são construídas ao longo do processo de participação.

Algumas formas de análise não dão conta da complexidade das motivações dos indivíduos e acabam deixando de lado aspectos importantes. Isso acontece, por exemplo, quando as teorias buscam identificar as motivações de movimentos inteiros e não as motivações das pessoas que os compõem. As formas estruturalistas de analisar o comportamento dos indivíduos perdem a maior parte da realidade do movimento social (Fillieule, 2001; Jasper, 1998).

Os trabalhadores rurais, ao longo da história do MSR, organizaram diferentes tipos de ações coletivas para conquistar melhores condições de vida e trabalho no campo. Lutaram pela construção de estradas, pela legalização de suas terras, por políticas públicas, tudo isso movido, primeiramente, pela necessidade de reivindicação – que fez emergir os sentimentos de solidariedade e de colaboração – e por meio de uma organização que os representava:

> [...] é uma organização que, na época, tinha que ser na pressão. [...] Os agricultores puxavam porque viam a necessidade. Essa estrada era atoleiro, tinha momento que não passava carro no inverno. [...] antes era tudo na pressão aí, reivindicava mesmo, fechava a BR [...] (Entrevistado 9, sócio do STTR, 2021).

> Grito da Terra, Romaria da Terra [...]. Mobilização desse asfalto daqui que nós fizemos [...] viemos umas três vezes para cá, fomos para as pontes... Marcha das Margaridas, eu já participei de duas. Mobilização da Fetagri, Contag, tudo a gente estava junto (Entrevistado 18, sócio do STTR, 2021).

O quadro que se desenha em torno das motivações é interessante. Indicamos, anteriormente, que as motivações *materiais* são responsáveis pela maioria das afiliações no sindicato. Mesmo no passado, foi esse tipo de motivação que levou as pessoas a participar da organização. Parece sistemático que tudo se inicie com uma motivação de *base material*, e o que vem depois dependerá do nível de participação, que pode ser meramente racional e momentânea – como previu Olson (1965) – ou uma participação ativa e engajada, motivada por emoções (Jasper, 1998) e pela construção de uma identidade coletiva (Melucci, 1996).

É por meio da participação que o indivíduo pode ou não desenvolver valores ou emoções. A estrada, por exemplo, é um bem coletivo, que todos precisam e utilizam; por isso, demandou uma ação coletiva para reivindicar sua construção. Mas é preciso levar em consideração a motivação inicial, que é individual, pois é ela que determina a decisão de participar ou não da ação coletiva.

Em relação ao que foi observado e a partir dos relatos dos trabalhadores, as consequências das ações coletivas foram diferentes de acordo com cada pessoa, mesmo que elas tenham apresentado resultados positivos para a maioria dos trabalhadores. O modelo de *tempo* e *esforço* proposto por Klandermans (1997) para entender os motivos da participação é aplicável no caso do STTR. Alguns trabalhadores desenvolveram um senso de propriedade para ações coletivas futuras, acreditaram no potencial do grupo, engajaram-se e tornaram-se potenciais lideranças, dirigentes e delegados sindicais (ou seja, empenharam uma quantidade significativa de esforço e de tempo, permanecendo engajados). Por outro lado, uma parte dos participantes contentou-se com os resultados da ação e, não necessariamente, manteve-se no movimento, fazendo da participação algo momentâneo (menos esforço e menos tempo empreendidos).

Mesmo que a sindicalização seja motivada principalmente por uma base material (serviços), conforme se demonstrou, as emoções também podem motivar a sindicalização. Um exemplo disso é um trabalhador que teve contato anterior com o movimento ou faz parte de uma rede de relacionamentos que ajudou a desenvolver a consciência de classe. No caso do sindicalismo, isso geralmente acontece quando determinado indivíduo passou por uma formação de base, o que tem sido cada vez mais difícil atualmente.

Todavia, evidenciou-se que elementos como a representatividade sindical estão relacionados principalmente ao período posterior à sindicalização, quando o trabalhador – dependendo do seu envolvimento em ações coletivas e da mobilização das lideranças – poderá tomar para si as causas coletivas e construir um sentimento de pertença ao

movimento (Grzybowski, 1990; Jasper, 1998; Melucci, 1996).

O fato de predominarem as motivações de *base material* e de a sindicalização ser avaliada por uma lógica custo-benefício não necessariamente é um problema. O desafio reside na dificuldade em mobilizar os trabalhadores em torno de ações coletivas para que cooperem e se engajem em prol de um objetivo comum, como previu Olson (1965). Logo, o desafio é construir a identidade coletiva e, a partir dela, despertar sentimentos individuais que motivem os trabalhadores a se engajar.

A construção de um senso de pertencimento e de unidade entre os trabalhadores, criado por meio de ações consistentes e de liderança eficaz, é um processo que requer um nível alto de esforço por um período prolongado, movido pela participação ativa dos membros de um grupo em defesa de uma bandeira ou causa comum. Os indivíduos que compartilham esse sentimento não apenas se unem em torno de metas e valores, mas também criam uma consciência política e de classe que sustenta e dá significado ao movimento social.

Considerações finais

Este estudo revelou que a participação em sindicatos rurais é motivada por uma combinação complexa de fatores *materiais* e *imateriais*, diretamente ligados à natureza dupla do movimento sindical (movimento e organização). As motivações materiais, como aposentadoria rural, salário-maternidade, serviços de saúde e auxílio-doença, são fundamentais para a sindicalização, oferecendo benefícios tangíveis e imediatos que incentivam a adesão. No entanto, além deles, a representatividade sindical emergiu como uma motivação imaterial de grande relevância.

Assim como as motivações, a participação é variável ao longo do tempo e em função do esforço empreendido – conforme indicaram Klandermans (1997) e Fillieule (2001) –, podendo ser momentânea ou duradoura. Embora as motivações materiais possam inicialmente servir como porta de entrada para a participação, entende-se que o engajamento depende da internalização dos valores e dos objetivos do movimento, ou seja, da construção da identidade coletiva.

Dentro do MSR, a identidade coletiva revelou-se um elemento crucial para compreender o engajamento dos trabalhadores. As motivações imateriais, ligadas a valores e a emoções, desenvolvem-se à medida que os indivíduos participam ativamente das ações coletivas. As experiências interpessoais e o envolvimento com o sindicato fomentaram um sentimento de pertencimento e fortaleceram a consciência de classe. Esse aspecto subjetivo do engajamento foi enriquecido pela atuação das lideranças, que desempenham um papel vital na formação sindical de base e na promoção da coesão entre os membros do STTR.

No caso do Acampamento Mancha Negra, demonstrou-se como a terra pode servir tanto como um recurso vital quanto como um símbolo potente para os trabalhadores. A conquista e a regularização da terra, acompanhadas pela atuação do STTR, evidenciam a importância da luta coletiva e a capacidade do sindicato de unir os trabalhadores em torno de uma causa comum. A terra, nesse contexto, transcende seu valor material, representando uma bandeira de luta e um propósito de vida para os trabalhadores.

É importante reconhecer que, embora a análise custo-benefício e a racionalidade –propostas pela TMR por autores como Olson (1965) e McCarthy e Zald (1977) – desempenhem um papel na decisão de se afiliar ou não a um sindicato ou participar de ações coletivas, a presença de um senso de grupo e a percepção de um objetivo comum frequentemente transcendem considerações meramente racionais, evidenciando a importância das dimensões subjetivas no engajamento sindical, conforme alertaram os autores da TNMS, como Jasper (1998) e Rosa e Klandermans (2022). O engajamento individual em movimentos sociais só pode ser compreendido, portanto, a partir de uma análise que combine diferentes abordagens e teorias.

Os sindicatos desempenham um papel único na representação e na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, funcionando como catalisadores para a ação coletiva. Eles são mais eficazes do que ações individuais na conquista de objetivos comuns, por isso importa ressaltar a

necessidade de análises mais aprofundadas do engajamento enquanto fenômeno social multidisciplinar que se mantém complexo no século XXI.

Financiamento

Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Notas

1 Desde 2014, estabeleceu-se no campo um sindicalismo de trabalhadores rurais, agricultores familiares e assalariados rurais. Entretanto, apesar das disputas políticas no interior da Contag e da CUT e da atual divisão, para esta pesquisa, os trabalhadores rurais e os agricultores familiares foram entendidos como um mesmo sujeito.

2 A pandemia de Covid-19 inviabilizou os deslocamentos mais longos, por isso oram realizadas entrevistas nas sedes dos sindicatos e em comunidades rurais próximas à zona urbana de Tomé-Açu.

3 A PNAD Contínua considera pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência associadas a sindicato que tem como atividades principais a agricultura, a pecuária, a produção florestal, a pesca e a aquicultura.

4 A PNAD 2015 entrevistou trabalhadores(as) urbanos(as), rurais, autônomos, avulsos, liberais e outros. Para a amostragem, a pesquisa considerou pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência no Brasil e Grandes Regiões.

5 Vale ressaltar que, quando se fala em *abandono*, está-se referindo aos trabalhadores que deixaram de participar do sindicato em todos os sentidos e que reafirmaram essa condição durante as entrevistas. São trabalhadores que não utilizam mais nenhum tipo de serviço, não recebem benefícios, não pagam a contribuição sindical e não participam das ações coletivas promovidas pela organização.

Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço de debate. **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**, n. 107, p. 405-419, 2011.

ARAÚJO, Fernanda Campos de; VIEIRA, Norma Cristina; ROCHA, Nádia Sueli Araújo da. Política do silêncio no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bragança, Pará. R**evista de Estudos Interdisciplinares**, v. 5, n. 3, p. 48–69, 2023.

ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste paraense.** Curitiba: Editora CRV, 2014. 287p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 6. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERGER, Ben. Political Theory, Political Science, and the End of Civic Engagement. **Perspectives on Politics**, v. 7, n. 2, p. 335-350, June 2009.

BLUMER, Herbert. Social Movements. *In*: LYMAN, Stanford M. (Org.). **Social Movements:** Critiques, Concepts, Case-Studies. New York: New York University Press, 1995. p. 60-83.

BOSCARDIN, Mariele; SPANEVELLO, Rosani Marisa. A importância da aposentadoria rural para agricultores familiares sem sucessores no norte do Rio Grande do Sul: o caso do município de

Frederico Westphalen. **Estudo & Debate**, v. 26, n. 2, p. 35-51, 2019.

CABRAL, Umberlândia; NERY, Carmen (ed.). Em 2023, número de sindicalizados cai para 8,4 milhões, o menor desde 2012. **Agência de Notícias IBGE**, 21 jun. 2024. Disponível em: https://bit.ly/agenciadenoticiasibgegovbr. Acesso em: 25 ago. 2024.

CARDOSO, Adalberto. Os sindicatos no Brasil. **Boletim do IPEA Mercado do Trabalho**, n. 56, p. 21-27, fev. 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/3cdb3492-a379-466c-aeaa-221644d81a9b/content. Acesso em: 29 set. 2025.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. v. 2.

COSTA, Maria de Jesus Corrêa; ASSIS, William Santos de; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Formação para a militância sindical: desdobramentos da ENFOC nos Sindicatos de Trabalhadores(as) Rurais do Estado do Pará. **Raízes:** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 37, n. 2, p. 150–165, 2017.

DELGADO, Guilherme C. Previdência social e desenvolvimento rural. *In*: GRISA, Catia;. SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 429-442.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: Post Scriptum. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, n. 1, p. 199-215, 2001.

FRIEDBERG, Erhard. Organização. *In*: BOUDON, Raymond (dir.). **Tratado de Sociologia**. Tradução de Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 375-412.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Vozes, 1990.

HABERMAS, Jürgen. New Social Movements. **Telos**, n. 49, p. 33-37, 1981.

JASPER, James M. The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions In and Around Social Movements. **Sociological Forum**, New Jersey, v. 13, n. 3, p. 397-424, 1998.

KLANDERMANS, Bert. **The social psychology of protest**. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

KLANDERMANS, Bert; OEGEMA, Dirk. Potentials, Networks, Motivations and Barriers: Steps Towards Participation in Social Movements. **American Sociological Review**, v. 52, n. 4, p. 519-531, 1987.

KNOKE, David. **Organizing for Collective Action**: The Political Economies of Associations. New York: Aldine de Gruyter, 1990.

LAZZARETTI PICOLOTTO, Everton. A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, v. 9, n. 18, 2009.

LAZZARETTI PICOLOTTO, Everton. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova**, n. 104, p. 201-238, 2018.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

MEDEIROS**,** Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Editora FASE, 1989.

MELUCCI, Alberto. Getting Involved: Identity and Mobilization in Social Movements. *In*: KLANDERMANS, Bert; KRIESI, Hanspeter; TARROW, Sidney (Org.). **International Social Movements Research**. London: JAI Press Inc., 1988. v. 1, p. 329-348.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? São Paulo: **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes:** Collective Action in the Information Age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. *In*: THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-211.

MORAES, Lucas Gabriel da Silva; SCHMITZ, Heribert. A trajetória do Movimento Sindical Rural no Nordeste Paraense do ponto de vista de seus líderes. **Estudos Sociedade e Agricultura,** v. 31, n. 2, p. 1-45, jul.-dez. 2023.

NEVES, Evandro Carlos Costa. **A trajetória do Movimento Sindical Rural no Nordeste Paraense e os desafios recentes na agricultura por contrato na produção de dendê**. Tese (Doutorado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

OLIVER, Pamela E. Formal Models of Collective Action. **Annual Review of Sociology**, v. 19, p. 271-300, 1993.

OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action**: Public Goods and the Theory of Groups. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Portal do IBGE**, 2015. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 29 nov. 2021.

REIS, Eliana Tavares dos. **Contestação, engajamento e militantismo:** da "luta contra a ditatura" à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Mario Henrique Guedes; BICEV, Jonas Tomazi. Sindicalização e representatividade das centrais sindicais no Brasil. **Trabajo y Sociedad,** n. 27, p. 43-62, 2016.

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 381-403, 2014.

ROSA, Leandro Amorim; KLANDERMANS, Bert. Psicologia social do protesto: um panorama teórico a partir da realidade brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e233201, p. 1-15, jan. 2022.

SABOURIN, Eric. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. **Ruris**, v. 6, n. 2, p. 53-90, set. 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Raynice Souza; SCHMITZ, Heribert. Desafios do engajamento sindical: estudo de uma organização de agricultores familiares no Nordeste do Pará. **InterEspaço:** Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 8, p. 1-28, 2022.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SOUSA, Glaucia Macedo. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas,** v. 12, n. 1, p. 201-220, 2017.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 11, n. 1, p. 64-76, 2010.

SOUTO JR., José Fernando. Práticas assistenciais em sindicatos do 'novo sindicalismo': a persistência da roda. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 24., 2000, Caxambu, MG. **ANAIS** [...]. 2000, n. 24, p. 1-32. Disponível em: https://bit.ly/3Z0xO5m. Acesso em: 29 nov. 2021.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento:** movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Marco Antonio. **Contag: 1963-2015**: ações de reprodução social e formas de ações coletivas. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. New York: Random House, 1978. Disponível em: https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/From-Mobilization-to-Revolution-by-Charles-Tilly-1.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

TONEZER, Cristiane; LOPES, Marta Júlia Marques. Efeitos da cobertura previdenciária na situação de vida de idosos rurais de Santana da Boa Vista – Rio Grande do Sul. **INTERthesis,** v. 6, n. 2, p. 191-209, jun./dez. 2009.

TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, n. 17, p. 5-18, 1989.

TOURAINE, Alain. The Importance of Social Movements. **Social Movement Studies**, v. 1, n. 1, p. 89-95, 2002.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 17-28, 2006.

VAN STEKELENBURG, Jaquelien; KLANDERMANS, Bert. Individuals in Movements: A Social Psychology of Contention. *In*: ROGGEBAND, Conny; KLANDERMANS, Bert. (Orgs.). **Handbook of Social Movements Across Disciplines**.2017. p. 103-139.

Papel e importância das remessas internacionais para as famílias agrícolas no Sul de Honduras e no Norte do Haiti

Role and importance of international remittances for agricultural families in Southern Honduras and Northern Haiti

Elias Josue Hernandez Zolano*
Hans Van Freud Lafortune**
Valdemar João Wesz Junior***

Palavras-chave:
Remessas
Agricultores
Desenvolvimento Rural

Resumo: Nos últimos anos, tem-se observado um notável aumento da migração e do envio de remessas internacionais em Honduras e no Haiti, especialmente provenientes da diáspora nos Estados Unidos. Em ambas as nações, esse recurso representa mais de 20% do seu PIB. O objetivo deste artigo é compreender o papel e a importância das remessas internacionais entre os agricultores do sul de Honduras e do norte do Haiti, analisando como essas transferências impactam as comunidades rurais. Para tanto, além do uso de diversas fontes bibliográficas, documentais e dados secundários, aplicou-se um questionário a 25 famílias residentes na zona rural de cada país, selecionadas por amostragem não probabilística. No sul de Honduras, as remessas são fonte importante de renda há mais de três décadas, representando, em média, 54% dos rendimentos familiares, equivalentes a US$ 261 mensais. No norte do Haiti, embora a recepção seja mais recente, elas representam 64% da renda familiar, com média de US$ 132,02 mensais. Esses recursos são usados não apenas para necessidades básicas, como educação e saúde, mas também para a melhoria das atividades agrícolas. As famílias de ambos os países investem na compra de sementes, fertilizantes, equipamentos e ferramentas agrícolas, compra de animais e pagamento de mão de obra, entre outros. Em ambos os casos, as famílias afirmam que as remessas permitiram expandir a produção agrícola e melhorar as condições de vida, embora também revelam alta dependência desses recursos financeiros externos.

Keywords:
Remittances
Farmers
Rural Development

Abstract: In recent years, there has been a notable increase in migration and the sending of international remittances in Honduras and Haiti, especially from the diaspora in the United States. In both countries, these resources represent more than 20% of their GDP. The objective of this article is to understand the role and importance of international remittances among farmers in southern Honduras and northern Haiti, analyzing how these financial transfers impact rural communities. To this end, in addition to using various bibliographic, documentary sources and secondary data, a questionnaire was applied to 25 families living in the rural areas of each country, selected through non-probabilistic sampling. In southern Honduras, remittances have been an important source of income for farming families for over three decades, representing, on average, 54% of household income, equivalent to US$ 261 per month. In northern Haiti, although remittance reception is more recent, they account for 64% of household income, with an average of US$ 132.02 per month. These resources are used not only for basic needs such as education and health but also to improve agricultural activities. Families in both countries invest in the purchase of seeds, fertilizers, agricultural equipment and tools, livestock, and the payment of labor, among others. In both cases, the families stated that remittances allowed them to expand agricultural production and improve their living conditions, although they also revealed a high dependence on these external financial resources.

Recebido em 03 de maio de 2025. Aprovado em 22 de setembro de 2025.

* Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus Marechal Cândido Rondon. E-mail: ejhz2020@gmail.com.

** Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestrando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: hansvan2001@gmail.com.

*** Pós-Doutorando pela Universidade de York (Reino Unido), com bolsa do CNPq. Professor na Universidade Federal da Integração Latino-Americana(UNILA). E-mail: valdemar.junior@unila.edu.br.

Introdução

A migração pode ser definida como uma mudança de residência ou local. A migração humana envolve algum tipo de deslocamento, que pode ocorrer dentro do país (movimentos entre cidades, estados ou entre zonas rurais e urbanas) ou pode ser externa, como a saída (emigração) e a entrada (imigração). Por mais simples que pareça a distinção entre um "migrante" e um "não migrante", o número de situações "mistas" apresenta dificuldades inesperadas na definição do termo. Tanto é que não existe uma definição única e consensual que distinga claramente os movimentos migratórios da população e as subcategorias resultantes (Peixoto, 1998; Nolasco, 2016; OIM, 2018).

Segundo Brumes e Silva (2011), os obstáculos que os pesquisadores enfrentam na definição não apenas do conceito, mas também dos processos envolvidos na migração, dificultam o desenvolvimento de uma teoria da migração, pois se trata de um fenômeno que está no centro de uma variedade de dinâmicas sociais. A maioria das definições refere-se à migração como o movimento de seres humanos no espaço e no tempo que, deslocando-se a curtas ou longas distâncias, por um período mais ou menos extenso, mudam seu local de residência (Nolasco, 2016; Sala, 2020).

Embora existam vários motivos que levam as pessoas a migrar, Vélez de Castro (2012) destaca dois principais. O primeiro é por atração, que ocorre quando as pessoas se mudam em busca de melhores condições de vida, como oportunidades de emprego, melhores salários e melhor infraestrutura, como hospitais, escolas etc. O segundo motivo é a repulsão, que ocorre quando as pessoas abandonam o lugar onde vivem devido a algum problema, geralmente resultante de situações ambientais (seca, terremoto, inundações etc.), guerras, perseguições religiosas ou políticas, entre outros.

Hoje em dia, o aumento da migração global tem emergido como um fenômeno significativo, com um impacto considerável na configuração econômica, social e política de várias nações. O Relatório Mundial sobre Migrações de 2020, da Organização Internacional para as Migrações, aponta que, nesse ano, havia cerca de 281 milhões de migrantes internacionais, o que representa 3,6% da população mundial (OIM, 2020). Esse número aumentou nas últimas cinco décadas e mais que triplicou em comparação com 1970. A Europa e a Ásia representam cerca de 61% da população mundial de migrantes internacionais em 2020, com a América do Norte e o Caribe sendo os dois principais destinos. O número global de migrantes estrangeiros também aumentou, passando de 84 milhões em 1970 para 281 milhões em 2020.

Em termos da América Latina, Haiti e Honduras estão entre os países com maiores níveis de saída de sua população em direção a outras nações (Banco Mundial, 2021). O Haiti tem enfrentado, histórica e atualmente, problemas econômicos, sociais, políticos, humanitários e climáticos, que têm um impacto intenso e direto em sua população (Beckett, 2020; Paul, Govain e Emanuel, 2023; Osthe e Wesz Jr., 2024). Além de ser o país mais pobre (CEPAL, 2022) e com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Américas (PNUD, 2024), a fome tem se mantido em níveis altíssimos nos últimos 20 anos, afetando praticamente metade de sua população (FAO, 2024). Além disso, a situação socioeconômica é caracterizada por níveis significativos de pobreza, com 58,0% da população vivendo com menos de 3,65 dólares por dia em 2023 (Banco Mundial, 2024).

Honduras também enfrenta uma vulnerabilidade socioeconômica significativa, apresentando também um dos piores IDH das Américas, embora não seja tão baixo se comparado ao Haiti (PNUD, 2024). Embora a fome não esteja em níveis elevados, afeta mais de um quarto da população, e esse valor tem permanecido estável nos últimos 10 anos (FAO, 2024). Em 2020, a pandemia de Covid-19 e os furacões Eta e Iota aumentaram drasticamente a pobreza, que passou de 49,5% em 2019 para 57,7% em 2020 (Banco Mundial, 2024). Embora a economia e o mercado de trabalho tenham se recuperado, a pobreza continua alarmantemente alta. O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de Honduras reportou que, em 2023, 69,6% da população vivia em condições de pobreza e 46,7% em pobreza extrema (INE, 2023).

Em ambos os países as remessas desempenham um papel essencial na mitigação da pobreza, sendo que a subsistência de muitas famílias

depende dessas transferências internacionais. Nos últimos anos, observou-se um aumento notável nas transferências de remessas da diáspora para o Haiti e Honduras, representando mais de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) desses países (Banco Mundial, 2024), como será aprofundado neste texto adiante. Além disso, a economia das duas nações têm uma forte dependência da agricultura, com sua participação no PIB chegando a 20,3% no Haiti em 2022, país com maior participação na região, e alcançando 12,5% em Honduras, em terceiro lugar, superado apenas pelo próprio Haiti e Nicarágua. Paralelamente, são países onde a população rural ainda é expressiva em ambos os casos, representando 40% da população total em 2022 (Banco Mundial, 2024).

Dada a forte presença da migração e do envio de remessas tanto no Haiti quanto em Honduras, onde a atividade agrícola e o espaço rural continuam sendo extremamente relevantes, o presente artigo tem como objetivo compreender o papel e a importância das remessas internacionais para as famílias agrícolas no sul de Honduras e no norte do Haiti. A escolha dessas duas regiões decorre do fato de que são locais em que esse fenômeno é bastante expressivo, além do que, já existiam contatos prévios para a coleta de dados.

A hipótese desta pesquisa é que as remessas internacionais recebidas pelas famílias agrícolas no norte do Haiti e no sul de Honduras melhoram significativamente seu bem-estar econômico, suas condições de vida e suas atividades agrícolas. Jiménez (2017) e Turijan et al. (2015) observaram isso no México, onde as famílias perceberam que a sua qualidade de vida melhorou e experimentaram uma maior diversificação de suas fontes de renda, além de um aumento em sua capacidade econômica para adquirir ferramentas, tecnologia e outros recursos agrícolas necessários para sua produção.

Para esta pesquisa foi realizada inicialmente uma revisão bibliográfica e foram utilizados dados estatísticos disponíveis em ambos os países, provenientes principalmente do Banco Central, do Instituto Nacional de Estatísticas e do Banco Mundial. Também foi realizada uma pesquisa de campo em várias localidades de ambos os países entre os meses de julho e setembro de 2023. Parte das entrevistas foi feita à distância pelos autores, por meio de aplicativos de mensagens ou videochamadas, e outra parte foi realizada de forma presencial por pessoas qualificadas, com ensino superior, que vivem e conhecem as localidades e seus residentes. As entrevistas incluíram perguntas sobre a caracterização das famílias e das unidades de produção, bem como dados sobre as remessas (valores, frequência, origem, usos, importância etc.).

As famílias foram selecionadas de forma aleatória por adesão, sendo condição para integrar a pesquisa a recepção de remessas internacionais e o desenvolvimento da atividade agrícola. Foram aplicados 50 questionários, 25 em cada país. Em Honduras, as pesquisas foram realizadas nos distritos de El Lagartillo e Santa Cruz, no Departamento de Valle, enquanto no Haiti foram realizadas nos distritos de Port-Margot, Milot, Limonade, Vodrey e Dondon, no Departamento Norte. O questionário foi aplicado em crioulo no Haiti e em espanhol em Honduras. Em termos de valores monetários, os valores foram convertidos para dólares, de acordo com a taxa de câmbio oficial do Banco Central de cada país, para assim ter um valor comparável entre as duas nações.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo é composto por outras três partes. Em primeiro lugar, é realizada uma análise contextual sobre a migração no Haiti e em Honduras. Em seguida, é apresentada a importância das remessas internacionais, destacando seu valor econômico. Por fim, são descritos e analisados os dados de campo das 25 famílias entrevistadas em cada país, incluindo as principais características em termos de recepção e uso das remessas, assim como os efeitos nas atividades agrícolas.

Migração no Haiti e em Honduras

A emigração haitiana não é algo novo no país. A história da emigração haitiana começou a ganhar destaque no final do século XIX, quando os haitianos começaram a emigrar para Cuba, para trabalhar na produção de cana-de-açúcar (Télémaque, 2012). Nos anos 1920, no contexto da ocupação norte-americana no Haiti, houve um fluxo migratório para a República Dominicana em busca de oportunidades de trabalho em empresas de

cana-de-açúcar americanas estabelecidas nesses países (Diene apud Scaramal, 2006; Handerson, 2015). Da mesma forma, com a crise dos anos 1930, que afetou a indústria do açúcar, Cuba começou a expulsar alguns haitianos porque já não os necessitavam. Nesse momento, a migração estava vinculada às necessidades econômicas do país receptor (Télémaque, 2012).

Entre os anos de 1940 e 1960, a migração do Haiti não foi tão elevada, pois o país vivia um momento de estabilidade. No entanto, quando François Duvalier assumiu o poder em 1957 e começou a impor sua ditadura nos anos 1960, muitas pessoas começaram a abandonar o país porque já não conseguiam suportar as opressões da ditadura. Muitas delas foram perseguidas, algumas desapareceram, e outras foram levadas para Fort Dimanche (Auderet, 2011; Bidegain, 2013; Dorviller, 2012; Souffrant, 1974). Nota-se que essa onda de migração era composta por membros das classes altas haitianas, como intelectuais, artistas, profissionais da área médica e advogados (Joseph, 2015).

Em Honduras, por sua vez, durante a época republicana, foram feitos esforços para atrair imigrantes. Com a reforma liberal no final do século XIX e o fortalecimento das economias de enclave, tanto mineradoras quanto, posteriormente, de cultivo de bananas, chegaram em Honduras imigrantes que se associaram a essas atividades produtivas. A economia da banana e os portos na costa dos Estados Unidos impulsionaram a emigração da comunidade garífuna (descendentes de africanos e ameríndios) e mestiça (mistura de diferentes grupos étnicos) em busca de trabalho naquele país e na marinha mercante (Flores, 2012a).

A tendência migratória atual em Honduras se caracteriza pela emigração, um fenômeno que se intensificou na década de 1990 com a implementação de políticas neoliberais. Essas políticas prejudicaram vários setores econômicos, incluindo o agrícola, e geraram uma grande quantidade de jovens desempregados ou subempregados que começaram a buscar oportunidades tanto dentro do país quanto no exterior, principalmente nos Estados Unidos. A isso se somaram desastres naturais, como o furacão Mitch em 1998, que se tornou um evento histórico que visibilizou a emigração. Desde então, a migração se consolidou na população hondurenha como uma estratégia de vida, diversificando até seus destinos migratórios tradicionais (Flores, 2012b). Esse período marcou um aumento significativo no número de hondurenhos que buscam alcançar o que ainda é conhecido como o "sonho americano"

Quanto à migração haitiana para os Estados Unidos, Souffrant (1974) afirma que, em 1971, estimava-se uma população haitiana de 200 mil pessoas. Após a era de Duvalier, a emigração forçada foi especialmente influenciada pelo crescimento da pobreza que assolava o país (Télémaque, 2012). As políticas neoliberais implementadas no país nas décadas de 1980 e 1990 intensificaram esse fenômeno, pois, ao liberalizar os mercados e promover a privatização, geraram efeitos de múltiplas ordens, com destaque para os agricultores haitianos, que passaram a competir com a entrada massiva de produtos importados muito mais baratos (Baptiste, 2007; Étienne, 2023; Frenat e Wesz Jr., 2024).

Nos anos 2000, com o princípio de "cada um por si mesmo", a situação se deteriorou devido ao efeito combinado da desestruturação da economia agropecuária, a aceleração do êxodo rural, a formação de favelas e a incidência de catástrofes naturais de grandes proporções (Audebert, 2017). As incertezas ligadas à evolução política agravaram a crise econômica, marginalizando e até abandonando a comunidade agrícola, ao mesmo tempo que provocaram a fuga de capitais e a emigração de jovens qualificados. Segundo Télémaque (2012), a motivação de encontrar uma vida melhor em outro lugar impulsiona os migrantes econômicos e, conforme Anthony (2019), os rendimentos dos haitianos nos Estados Unidos são muito maiores do que os dos haitianos no Haiti, ampliando o interesse por migrar para esse país.

No caso hondurenho, uma das pesquisas mais recentes realizadas pelo INE (2023) aponta que, de um total de 2.565.548 domicílios em nível nacional, o número total de domicílios com emigrantes internacionais alcançou 454.733 (17,7% do total). Quanto ao destino da emigração, os Estados Unidos continuam mantendo sua posição predominante até o ano de 2023. Também se estima que 961.313 pessoas em Honduras têm a intenção de emigrar do

país nos próximos meses (isso após o levantamento dos dados) e 419.368 pessoas têm a intenção de sair do país e já possuem planos (13,8% e 6,0% da população de 15 anos ou mais, respectivamente). Até o momento, diante da baixa renda e do desemprego em Honduras, o principal motivo desse fenômeno é a busca por trabalho.

Em ambos os países, as questões conjunturais e estruturais são citadas como fatores que contribuíram para a emigração ao longo da história. E, de acordo com a Tabela 1, em 2021 o número de migrantes haitianos alcançou 1.751.644 pessoas, enquanto que em Honduras foi de 986.238. Se compararmos esse número em relação à população residente no país no mesmo ano, o Haiti também apresenta um valor maior, chegando a 15,3%, contra 9,3% em Honduras (Banco Mundial, 2024). Outro dado interessante da Tabela 1 é que o Haiti tem uma população migrante mais dispersa, distribuída em diferentes países, enquanto Honduras está mais concentrada em um único destino. No entanto, os Estados Unidos são o principal destino para migrantes de ambos os países.

Tabela 1 - Número de migrantes haitianos e hondurenhos por país de destino (2021)

Países de Destino	Haiti		Países de Destino	Honduras	
	N.	%		N.	%
Estados Unidos	705.361	40,3%	Estados Unidos	773.045	78,4%
Rep. Dominicana	496.112	28,3%	Espanha	99.418	10,1%
Chile	236.912	13,5%	México	38.764	3,9%
França	104.754	6,0%	Nicarágua	13.110	1,3%
Canadá	100.672	5,7%	El Salvador	11.878	1,2%
Brasil	32.796	1,9%	Belize	9.784	1,0%
Bahamas	29.629	1,7%	Guatemala	9.023	0,9%
Ilhas Turcas e Caicos	15.787	0,9%	Canadá	8.382	0,8%
México	5.787	0,3%	Costa Rica	4.708	0,5%
São Martinho	2.901	0,2%	Itália	3.772	0,4%
Outros destinos	20933	1,2%	Outros destinos	14.354	1,5%
Total	**1.751.644**	**100,0 %**	**Total**	**986.238**	**100,0 %**

Fonte: Banco Mundial (2024). Elaboração própria.

Honduras tem uma maior quantidade de migrantes nos Estados Unidos (773.045) em comparação com o Haiti (705.361), o que pode indicar uma rede migratória mais estabelecida. Por outro lado, o Haiti apresenta uma quantidade significativa de migrantes em países como República Dominicana e Chile, enquanto Honduras tem uma maior presença na Espanha e no México (Tabela 1). Isso reflete diferenças nos padrões migratórios e nas redes de migração de cada país, com o Haiti apresentando uma rede migratória global mais diversificada.

Remessas internacionais no Haiti e em Honduras

As remessas a nível mundial atingiram 857.306 bilhões de dólares em 2023. Na América Latina e no Caribe, elas somaram 156.752,7 milhões de dólares, o que representa 18,3% do valor global. Embora a análise por país mostra variações significativas, o México ocupa o primeiro lugar como o principal receptor da região em termos de valor, com 42,3% do total. Apesar de ser o principal país receptor, as remessas correspondem a apenas 3,7% do seu PIB. Na sequência está a América Central, que concentrou 27,5% do valor total, seguido pela América do Sul (18,3%) e países caribenhos (12,0%) (Banco Mundial, 2024).

Ao reduzir a escala de análise para observar o peso das remessas nos países da América Latina e do Caribe, percebe-se diferenças significativas. Enquanto que em alguns países, como Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, as remessas não chegam a 0,5% na maioria dos anos, em outros elas representam uma participação extremamente importante. Neste grupo predominam nações da América Central e do Caribe, como pode ser visto na Tabela 2. Honduras e Haiti estão, em geral, nas primeiras posições, embora haja variação entre os anos, devido tanto às oscilações no valor das remessas quanto ao PIB. Se, por um lado, esses valores apontam para a importância econômica das remessas, por outro, indicam a grande dependência que os países passam a ter dessa fonte.

Tabela 2 - Participação das remessas internacionais em relação ao PIB (%) na América Latina e no Caribe

Países	Ano					
	2000	2005	2010	2015	2020	2023
Antígua e Barbuda	2.1%	2.8%	2.5%	2.2%	2.6%	1.8%
Argentina	0.0%	0.2%	0.2%	0.1%	0.2%	0.2%
Aruba	0.1%	0.0%	0.2%	1.8%	1.4%	1.0%
Bahamas	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.5%	0.3%
Barbados	3.7%	2.5%	1.8%	4.2%	1.8%	1.3%
Belize	2.2%	3.0%	4.5%	3.9%	5.9%	4.9%
Bolívia	1.5%	3.5%	4.9%	3.6%	3.1%	3.1%
Brasil	0.2%	0.3%	0.1%	0.2%	0.2%	0.2%
Chile	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Colômbia	1.6%	2.3%	1.4%	1.7%	2.6%	2.8%
Costa Rica	0.9%	2.1%	1.4%	1.0%	0.8%	0.8%
Curaçau	0.0%	0.0%	0.0%	4.6%	5.2%	0.0%
Dominica	4.1%	11.8%	9.4%	9.6%	6.7%	5.2%
Ecuador	7.2%	5.9%	3.7%	2.4%	3.4%	4.5%
El Salvador	15.0%	20.6%	18.8%	18.2%	23.8%	24.1%
Granada	4.7%	4.9%	4.7%	4.4%	6.8%	0.0%
Guatemala	3.1%	11.5%	10.4%	10.4%	14.7%	19.6%
Guiana	3.8%	24.4%	10.7%	7.1%	7.8%	3.1%
Haiti	8.5%	14.0%	12.4%	14.8%	22.5%	19.7%
Honduras	6.6%	18.5%	16.5%	17.5%	23.5%	25.7%
Jamaica	9.8%	15.7%	15.3%	16.6%	22.2%	18.9%
México	1.0%	2.5%	2.0%	2.2%	3.8%	3.7%
Nicarágua	6.3%	9.7%	9.4%	9.4%	14.6%	26.8%
Panamá	0.1%	0.8%	1.4%	1.0%	0.7%	0.6%
Paraguai	1.7%	1.5%	1.5%	1.5%	1.7%	1.7%
Peru	1.4%	1.9%	1.7%	1.4%	1.4%	1.7%
Rep. Dominicana	7.6%	7.6%	7.2%	7.3%	10.6%	8.9%
Suriname	0.1%	0.2%	0.1%	0.1%	4.3%	3.9%
Trinidad e Tobago	0.5%	0.6%	0.4%	0.6%	0.9%	0.7%
Uruguai	0.0%	0.4%	0.3%	0.2%	0.2%	0.2%
Venezuela	0.0%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%

Fonte: Banco Mundial (2024) e CEPAL (2024). Elaboração própria.

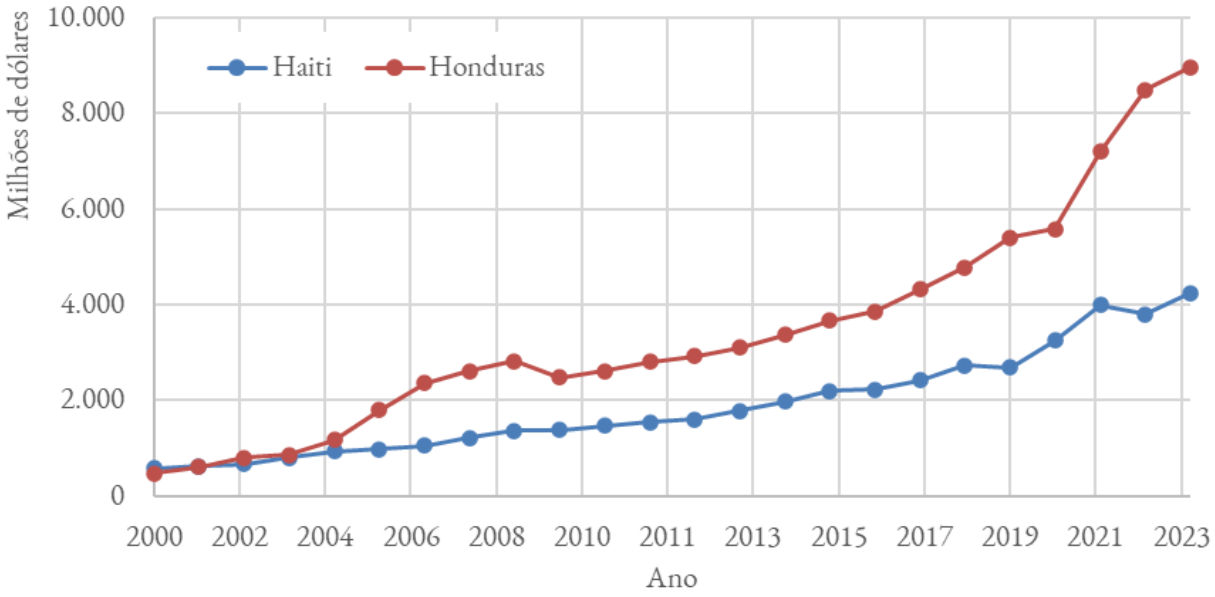
De acordo com o Banco Mundial (2024), a posição de Honduras oscilou entre o primeiro e o segundo lugar como o país mais dependente de remessas, em proporção ao seu PIB, na América Latina e no Caribe. Por outro lado, o Haiti ocupa o quarto lugar, atrás de Honduras, El Salvador e Nicarágua. Isso destaca a importância econômica do papel das remessas enviadas pela diáspora no exterior em ambos os países, representando atualmente um quarto do PIB de Honduras e um quinto do PIB de Haiti (Tabela 2). Para Honduras, o maior valor foi em 2022, quando alcançou 26,8% do seu PIB, sendo o país mais dependente da região. O Haiti, por sua

vez, teve seu pico em 2020, com 22,5% do PIB, na terceira posição regional.

Em termos de valor, o fluxo de remessas internacionais para esses países está em crescimento, com quedas mínimas entre 2000 e 2023 (Gráfico 1). Segundo dados do Banco Central de Honduras (2024), no período de 1993 a 2000, as remessas começaram a ganhar importância, embora, em termos de valores e porcentagem, ainda fossem baixas. No entanto, após esses anos, esse fluxo se acelerou e continuou crescendo até o momento atual. Em 2000, as remessas familiares somaram 440,6 milhões de dólares, representando 6,1% do PIB. Esse valor aumentou de forma constante e significativa, alcançando 1.775,8 milhões de dólares em 2005, o que equivale a 18,2% do PIB. Esse crescimento foi sustentado e, em 2023, as remessas chegaram a 8.946,30 milhões de dólares, representando 25,9% do PIB (Gráfico 1 e Tabela 2). Esses dados mostram uma tendência de crescimento contínuo nas remessas familiares e sua crescente importância na economia, refletindo tanto o aumento no envio de dinheiro por parte dos emigrantes quanto a crescente dependência econômica dessas remessas.

No Haiti, nas últimas duas décadas, as remessas enviadas também experimentaram um crescimento significativo. Segundo o Banco Mundial (2024), esse fluxo passou de 578 milhões em 2000 para 4.247 milhões de dólares em 2023 (variação de 634,8%). Ainda de acordo com o Banco Mundial, as remessas equivalem a uma vez e meia o valor da "ajuda ao desenvolvimento" externa e quase o dobro do valor das exportações de bens e serviços do país, sendo a fonte mais importante de receitas externas no Haiti (Uprasen, 2018). No entanto, o ritmo de crescimento no Haiti tem sido mais lento em relação ao que está ocorrendo em Honduras. Comparando o valor total recebido pelos dois países, em 2000 as remessas haitianas eram maiores, mas, em 2023, o valor das remessas hondurenhas é mais do que o dobro do valor haitiano (Gráfico 1).

Gráfico 1: Remessas internacionais em termos de valor no Haiti e em Honduras (2000-2023)



Fonte: Banco Mundial (2024). Elaboração própria.

Os dados do Banco Central do Haiti (2024) mostram que as remessas recebidas são sazonais. Os grandes fluxos ocorrem em dezembro (11,48% do total para o ano de 2023), março (8,61%), julho (8,01%) e agosto (8,08%). No final do ano, as pessoas que vivem na diáspora haitiana tendem a enviar dinheiro, até mesmo para pessoas que não são seus familiares, com o objetivo de ajudá-las a celebrar este período festivo. O aumento das transferências em março pode ser atribuído ao período da Páscoa, que normalmente ocorre em março ou no início de abril. Quanto aos meses de julho e agosto, isso está relacionado ao início do novo ano escolar, que geralmente começa em setembro, quando as famílias recebem essas remessas para a compra de materiais escolares.

Por outro lado, de acordo com o Banco Central de Honduras (2024), em 2023, os meses com maiores valores de remessas foram maio (9,93% do total), outubro (8,9%), agosto (8,8%) e dezembro (8,5%). As remessas costumam aumentar especialmente em maio e dezembro devido a fatores socioculturais e econômicos. Em maio, o aumento está associado ao Dia das Mães, uma data significativa em que os migrantes enviam dinheiro para presentes e celebrações familiares. Em dezembro, o fluxo de remessas cresce por causa das festividades de Natal e de fim de ano, quando as famílias destinam mais recursos para celebrações, presentes e reuniões. Esses meses se destacam como os principais picos de remessas devido à importância emocional e cultural dessas celebrações.

De acordo com a pesquisa semestral de remessas do Banco Central de Honduras (2023), 58,9% dos migrantes entrevistados enviam remessas, com um valor médio mensal de US$ 467,1. Além disso, 82,8% deles disseram que destinam esse recurso para cobrir necessidades básicas, sendo que os principais receptores são as mães (37,8%), seguidos pelos irmãos (20,2%) e outros familiares com menor representatividade. Em média, o maior valor é recebido pela esposa, com uma média de US$ 1.126,7, seguida pelas mães, com US$ 497,9.

Conforme a Tabela 3, os Estados Unidos são o principal país emissor de remessas internacionais para os dois países. Esse fato está relacionado com o próprio fluxo migratório, já que é o país com o maior número de migrantes dessas nações. Observando as Tabelas 1 e 3, percebe-se que essa correlação também ocorre com outros países da lista.

As remessas internacionais contribuem de maneira significativa para a economia de seus países. O dinheiro enviado ajuda a reduzir a pobreza e a promover o desenvolvimento em seus países de origem, com um efeito positivo no consumo das famílias e com melhores resultados em termos de desenvolvimento humano (Rivera et al., 2018; Malpass, 2022). Além disso, de acordo com o BRH (2024), as remessas da diáspora frequentemente ajudam a pagar as mensalidades escolares e parecem ter contribuído para aumentar a taxa de escolarização no Haiti, que passou de 80% em 2001 para mais de 90% atualmente. A experiência também mostra que essas transferências são frequentemente utilizadas para o pagamento de despesas médicas em um sistema de saúde haitiano onde predominam atores privados. Nesse sentido, as remessas normalmente melhoram o nível de vida das famílias beneficiárias e permitem que algumas famílias escapem da pobreza, aumentando o investimento em educação e saúde, ou permitindo que pequenos empreendedores se envolvam em atividades mais arriscadas e lucrativas quando os mercados de crédito são altamente imperfeitos e estão restritos a poucos (Jadotte, 2016).

Tabela 3 - Principais países de origem das remessas (em milhões de US$) no Haiti e em Honduras (2021)

Países	Haiti		Países	Honduras	
	Valor	%		Valor	%
Estados Unidos	2.065	49,2%	Estados Unidos	5.933	82,4%
Rep. Dominicana	912	21,7%	Espanha	647	9,0%
Chile	481	11,5%	México	213	3,0%
França	269	6,4%	Nicarágua	60	0,8%
Canadá	258	6,2%	Canadá	58	0,8%
Bahamas	63	1,5%	El Salvador	58	0,8%
Brasil	57	1,4%	Belize	45	0,6%
Ilhas Turcas e Caicos	30	0,7%	Guatemala	44	0,6%
México	11	0,3%	Costa Rica	26	0,4%
Suíça	6	0,1%	Itália	25	0,4%
Outros países	44	1,1%	Outros países	94	1,3%
Total	**4.196**	**100,0%**	**Total**	**7.203**	**100,0%**

Fonte: Banco Mundial (2024). Elaboração própria.

A chegada das remessas nas cidades e áreas rurais do Haiti também provocou várias mudanças na sociedade e na cultura haitiana em geral. Segundo Paul (2008), as famílias beneficiárias de remessas, que desfrutam de um status social privilegiado, podem considerar mais rentável investir na partida de outro membro da família do que em uma atividade econômica. Para outras famílias que não recebem remessas, enviar um membro da família para o exterior acaba sendo percebido como a principal forma de melhorar suas condições de vida. Outra dimensão desse processo é a emigração de pessoal altamente especializado e qualificado, o que representa uma perda potencial de produtividade em setores que exigem competências técnicas e, ao mesmo tempo, exerce uma pressão ascendente sobre o valor dos serviços altamente técnicos.

Em Honduras, além de uma simples transferência de dinheiro, as remessas também estão promovendo mudanças significativas na vida das famílias hondurenhas, pois muitas vezes permitem a construção de casas mais seguras e resistentes, oferecendo estabilidade e proteção a quem as recebe. Além disso, possibilitam a aquisição de bens duráveis, como eletrodomésticos e veículos, elevando assim o nível de vida e gerando novas oportunidades. Esse fluxo de remessas não só impacta a dimensão individual, mas também está contribuindo de maneira palpável para a redução da pobreza e da vulnerabilidade na sociedade hondurenha como um todo (Rangel, 2023). Por outro lado, também implica a saída de jovens em busca de melhores oportunidades no exterior, o que, embora possa representar uma perda de capital humano ou uma fuga de cérebros para o país, frequentemente resulta em um ciclo de remessas que beneficia aqueles que permanecem em Honduras.

Em termos mais gerais, a emigração e as remessas têm efeitos de múltiplas ordens. No próximo item, o foco está em compreender o papel e a importância das remessas internacionais para as famílias agrícolas no sul de Honduras e no norte do Haiti, a partir dos dados de campo.

Papel e importância das remessas internacionais para as famílias agrícolas

O trabalho de pesquisa atingiu 50 famílias, 25 em cada país, compostas por um total de 186 indivíduos, dos quais 107 estão no norte do Haiti e 79 no sul de Honduras. No caso do Haiti, os lares são compostos, em média, por cinco membros. A família mais numerosa tem sete pessoas, enquanto a menor tem três pessoas, sendo 51,43% mulheres e 48,57% homens. Por outro lado, no sul de Honduras, os lares são compostos, em média, por três indivíduos, sendo que a família maior tem oito membros e a menor tem apenas um, sendo 54,43% mulheres e apenas 45,57% homens.

Quanto à faixa etária, 15,3% das pessoas no Haiti e 13,9% em Honduras têm mais de 60 anos, e, apesar da idade avançada, contribuem ativamente para a produção agropecuária. Os grupos de 40 a 59 anos e de 18 a 39 anos concentram a maior parte da força de trabalho agrícola, com 22,9% e 42,0% no Haiti, e 29,1% e 34,2% em Honduras, respectivamente. Por outro lado, a população menor de 17 anos representa 19,8% no Haiti e 22,8% em Honduras; sua participação percentual é menor, pois muitos migram para áreas urbanas ou para o exterior, deixando de participar das atividades agrícolas.

A maioria das famílias vive na unidade de produção ou próxima a ela. Uma característica comum entre as famílias haitianas é o acesso limitado a serviços básicos, onde 4% têm eletricidade, 12% possuem um telefone móvel, 8% têm acesso à internet, 4% dispõem de saneamento e 84% têm acesso à água. Entre os entrevistados em Honduras, a situação é significativamente melhor, já que 92% das famílias agrícolas têm eletricidade, 88% possuem um telefone móvel, 20% têm acesso à internet em suas casas e 12% acessam água por meio de poços familiares, embora nenhuma tenha saneamento. Essas diferenças entre os dois países refletem variações expressivas no acesso a serviços básicos.

Em termos de tamanho da área de terra disponível, as famílias haitianas possuem um total de 32,7 hectares, com uma média de 0,8 por família. A família com menor superfície tem 0,10 hectares e a maior conta com 5,2 hectares. Já as 25 famílias hondurenhas somaram um total de 199,04 hectares

de terra, o que equivale a uma média de 7,96 hectares por família. No entanto, existe uma concentração de terra, já que apenas a família 2 possui 98 hectares, assim como as famílias 9, 12 e 15, que detém entre 21 e 25 hectares cada uma, enquanto há aquelas que possuem apenas 0,35 hectares. O que é comum entre todas as famílias, seja de Honduras ou do Haiti, é que nenhuma delas tem acesso a políticas agrícolas nem integra cooperativas ou associações de produção.

Entre as famílias entrevistadas no Haiti, elas cultivam uma ampla gama de produtos, incluindo manga, limão, coco, maracujá, graviola, goiaba, mamão, banana-da-terra, laranja, cacau, pepino, cenoura, repolho, batata-doce, mandioca, entre outros, além da criação de animais (Figura 1). Esses cultivos não só atendem às necessidades alimentares locais, mas também são comercializados nos mercados locais e regionais. Já no sul de Honduras as atividades agropecuárias se concentram principalmente na produção de grãos básicos, como milho, feijão, sorgo e milho miúdo, essenciais tanto para o consumo familiar quanto para a venda. A melancia e a abóbora oferecem uma fonte adicional de alimentos e de renda através de sua venda. No campo da produção animal, criam-se vacas, porcos, cabras, patos, ovinos e galinhas, o que fornece carne, leite e ovos, além de permitir a venda de animais e seus produtos derivados (Figura 2). Essa combinação de cultivos e pecuária não só garante uma dieta variada para as famílias, mas também contribui para os seus ingressos econômicos.

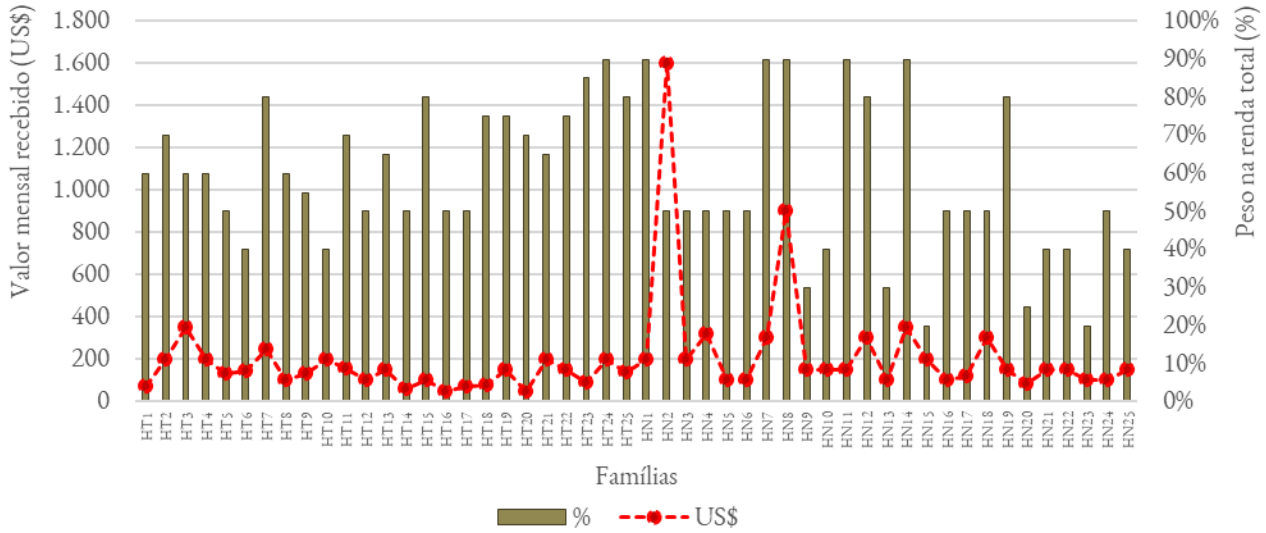
Figura 1 - Fotos das unidades de produção das famílias entrevistadas no norte do Haiti
Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Figura 2 - Fotos das unidades de produção das famílias entrevistadas no sul do Honduras
Fonte: Pesquisa de campo (2023).

As remessas desempenham um papel crucial nas economias familiares no Haiti e em Honduras, embora com diferenças significativas em seus padrões e impactos. No Haiti, 80% das famílias começaram a receber remessas a partir de 2018, sendo que a maior parte vem dos Estados Unidos (44%), Chile (32%) e Canadá (16%). Em Honduras, as remessas são recebidas há muito mais tempo, desde 1990, e vêm principalmente dos Estados Unidos (96%) e, em menor medida, da Espanha (8%). Os remetentes das remessas são, principalmente, filhos (36% no Haiti e 60% em Honduras). Em termos de regularidade no recebimento, no Haiti, 88% recebem de forma constante e 12% de forma ocasional, sendo 64% mensalmente, 24% a cada dois meses e apenas 4% a cada duas semanas. Em Honduras, a regularidade é alta, com 92% das famílias recebendo de forma constante e apenas 8% de forma ocasional, sendo 48% recebendo remessas todo mês, 24% a cada duas semanas e 20% a cada dois meses.

No Haiti, com um valor médio de US$ 132,02 por mês, as remessas representam, em média, 64% da renda familiar, com variações de 40% a 90%. Com um valor médio de US$ 261,12 mensais, em Honduras, esse valor representa, em média, 54% da renda familiar, mas varia entre 20% e 90%, dependendo da família (Gráfico 2). Nesse sentido, no Haiti, as famílias têm uma maior dependência econômica dessa fonte de renda em relação a Honduras, embora esta última receba valores mais altos (fundamentalmente porque duas famílias, HN2[1] e HN8, elevam a média). Mesmo entre as famílias hondurenhas, também há maior variação em relação ao percentual da renda proveniente das remessas (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Valor médio mensal (US$) das remessas recebidas e seu peso (%) na renda familiar no Haiti (HT) e Honduras (HN)



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Entre as famílias haitianas, além do uso na agricultura, tratado abaixo, o dinheiro das remessas é utilizado principalmente para a educação dos filhos que permanecem na propriedade (80,0%), mas também para a compra de alimentos (16,0%), saúde (12,0%), construção e reforma de moradias (12,0%), poupanças para emergências futuras (12,0%), entre outros usos. No caso de Honduras, esses usos são mais frequentes. A maioria das famílias (96%) emprega essas remessas na compra de alimentos, 56% em roupas e bens de consumo, 52% em educação e 36% na construção ou renovação de moradias. O percentual menor, 8%, é destinado ao pagamento de dívidas. Nas entrevistas, aparece a relevância das remessas para esses diferentes fins:

> Receber dinheiro da diáspora, especialmente do nosso primeiro filho, desempenha um papel muito importante para nossa família, porque nos ajuda a combater a fome, nos ajuda a comprar remédios (Entrevista HT1).

> É um grande alívio para minha família, pois o apoio que nos ajuda a pagar a educação dos meus filhos, nos tirando da pobreza (Entrevista HT17).
> Para viver melhor, compramos comida. Aqui é difícil conseguir trabalho e, quando conseguimos, é por poucos dias. Então, as remessas ajudam muito nossa família. Com esse dinheiro, podemos ficar mais tranquilos, como agora, sem trabalho, e quando tenho, é por poucos dias. Assim, como compraria comida para casa? (Entrevista HN16)
> As remessas são um alívio para nós, podemos ficar mais tranquilos. Assim, compramos alguns alimentos e podemos investir na agricultura. Sem as remessas, teríamos que nos preocupar mais e trabalhar mais (Entrevista HN23).

Esses relatos coincidem com dados do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (2024), que indicam que, a nível global, aproximadamente 75% das remessas são destinadas à compra de alimentos e ao pagamento de despesas médicas, domésticas ou educacionais. Além disso, em tempos de crise, os trabalhadores migrantes costumam enviar mais dinheiro para enfrentar emergências familiares ou perdas nas colheitas. Os 25% restantes podem ser economizados ou investidos na criação de ativos ou em atividades geradoras de renda e emprego. Além disso, 50% dessas remessas são enviadas para zonas rurais, onde contribuem para a segurança alimentar.

Por outro lado, um estudo realizado com dados da Pesquisa Nacional de Condições de Vida (ENCOVI) de 2019 na Venezuela, por exemplo, encontrou que as remessas estão associadas a um aumento no consumo calórico e na diversidade alimentar das famílias, assim como a uma redução nas limitações de acesso aos alimentos, diminuindo assim a insegurança alimentar nas famílias

beneficiadas (BID, 2021). Na mesma direção, na Guatemala, um estudo destaca que o papel das remessas nas famílias receptoras é de grande importância, pois lhes permite uma maior diversificação de alimentos e nutrientes e, em muitos casos, compartilhar esse recurso com outras famílias vizinhas. Além disso, elas contribuíram para melhorar aspectos chave, como a saúde e a educação. Esse fluxo financeiro é relevante porque contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como a erradicação da pobreza e o fim da fome, entre outros (OIM, 2021a).

A totalidade das famílias dos dois países comentaram usar as remessas no setor agropecuário. Aprofundando neste tema, no Haiti, 60% das famílias haitianas utilizam esse recurso para a compra de sementes e para a irrigação, 56% na compra de fertilizantes e defensivos agrícolas, 52% na compra e reparação de máquinas e ferramentas, e 48% na aquisição de animais, como vacas, cabras, porcos e aves (Gráfico 3). Os entrevistados indicam que as remessas permitem expandir a produção agropecuária, investir em insumos e tecnologia, contratar mão de obra e adquirir ou arrendar mais terras:

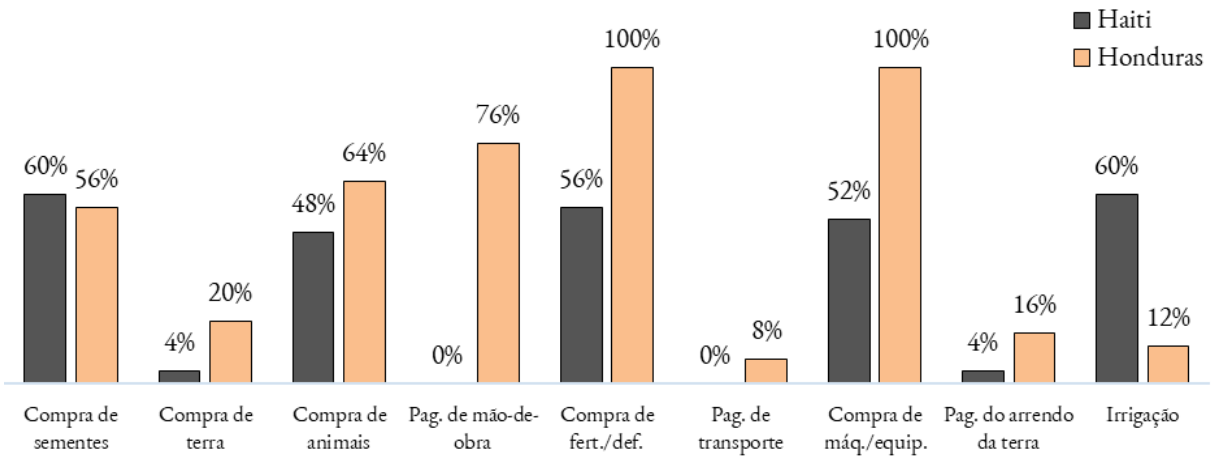
> Depois que começamos a receber ajuda monetária [de remessas], nossa família tem a oportunidade de comprar gado para criá-lo e vendê-lo no centro da cidade (Entrevista HT2).
> Para nós, ao receber dinheiro da diáspora, conseguimos gerenciar melhor o sistema de irrigação e produzir mais cacau (Entrevista HT6).
> Com as remessas, comprei mais ferramentas e mais grãos de cacau para cultivar mais, e dessa forma, quando nossa colheita for boa, poderei vender mais no centro da cidade (Entrevista HT9).
> Com a ajuda da transferência de dinheiro, nossa produção agrícola aumentou porque meu tio sempre nos transfere dinheiro, e toda vez que ele nos transfere, invisto 50% na agricultura (Entrevista HT13).

Em Honduras, todas as famílias investem tanto na compra e reparo de maquinários ou equipamentos quanto na aquisição de fertilizantes ou pesticidas. Além disso, 76% das famílias utilizam as remessas para pagar mão de obra, 64% para a compra de animais e 56% para a compra de sementes. O apoio para compra ou aluguel de terra, pagamento de transporte para a venda da produção e irrigação é menos expressivo, com uma incidência inferior a 20% (Gráfico 3). Os relatos das famílias entrevistadas em Honduras também apontam para a relevância das remessas internacionais nas atividades agropecuárias e pecuárias:

> O melhoramento da terra tem sido possível graças às remessas, que permitiram comprar equipamentos e pagar mão de obra. Antes, a produção era variável, mas com o recebimento das remessas, conseguiu-se um maior investimento de capital e, consequentemente, um aumento na produção (Entrevista HN2).
> Houve mudanças, principalmente no uso de fertilizantes e na compra de mais ferramentas (facão, enxadas, etc.). Com as remessas, podemos comprar algumas coisas que são importantes para manter a terra fértil, já que algumas parcelas já não são as mesmas em termos de produção. Ao utilizar fertilizantes, conseguimos manter uma produção constante (Entrevista HN23).
> Com a ajuda das remessas, podemos trabalhar mais na terra, tendo o capital necessário para comprar tudo o que precisamos no processo, desde as enxadas até a colheita do fruto. Dessa forma, podemos fornecer à terra o necessário para obter bons rendimentos (Entrevista HN25).

Em síntese, as famílias de ambos os países mostram que as remessas são vitais para fortalecer a agricultura. Das 50 famílias entrevistadas no Haiti e em Honduras, nenhuma comentou que deixou a atividade agrícola com o recebimento das remessas internacionais. No entanto, enquanto as famílias haitianas enfrentam um início mais recente no recebimento e valores médios menores, as hondurenhas desfrutam de uma dependência mais prolongada e significativa das remessas, com um impacto mais diversificado e intenso em suas atividades agropecuárias (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Uso das remessas nas atividades agropecuárias entre as famílias entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Um estudo realizado por Jiménez (2017), em San Pablo Güila, município de Santiago Matatlán (Oaxaca, México), confirma os resultados da presente pesquisa. Ao entrevistar 25 famílias de produtores rurais, ele indica que as remessas não se destinam apenas a cobrir necessidades básicas, mas também são utilizadas para investir em atividades produtivas, como a aquisição de terras, maquinário agrícola e gado. Destaca-se a relação positiva entre as remessas e o uso de insumos modernos nas atividades agropecuárias, sublinhando a importância do papel das remessas na produtividade agrícola e na melhoria do nível de vida. Morales (2015), por sua vez, ao estudar quatro comunidades chiapanecas no México, mostra que os lares que recebem remessas as utilizam para investir na agricultura em diferentes áreas, como pagamento de mão de obra, compra de insumos (sementes, fertilizantes) e aquisição de ativos produtivos (terras, gado, maquinário). Este estudo também mostra que as famílias que recebem remessas podem ter maior diversidade de cultivos, maior produção de grãos básicos e maior quantidade de gado, em comparação com as famílias que não recebem remessas ou que não têm migrantes. Estas últimas são mais dependentes da agricultura e usam menos mão de obra contratada ou temporária, enquanto as famílias que recebem recursos do exterior, com a redução da mão de obra familiar devido ao êxodo, necessitam de apoio externo à propriedade.

Entre as famílias entrevistadas nesta pesquisa, a saída da mão de obra jovem da propriedade é um problema, pois são as pessoas mais velhas aquelas que acabam ficando, o que torna mais difícil encontrar trabalhadores na comunidade para ajudar em algumas atividades agrícolas, ou se torna mais caro contratar mão de obra externa.

> Deixei de fazer algumas atividades porque meu filho, o único solteiro, saiu do país, e já não continuo cultivando alguns produtos. Antes, plantava milho, feijão e abóbora. Agora, só planto milho, mas tenho uma maior quantidade de animais (Entrevista HN6).
>
> Com as remessas, aumentou a produtividade, pois se colhe mais do que antes. É possível pagar mais pela mão de obra, já que só meu irmão trabalha e não está sempre presente, então é preciso pagar outra pessoa (Entrevista HN14).
>
> Muita gente saiu do país, está difícil encontrar pessoas para trabalhar na terra (Entrevista HN20).
>
> Algumas pessoas venderam parte de suas propriedades ou deixaram de plantar certos cultivos. Os jovens da família já não têm o mesmo interesse pelo campo, preferem trabalhar na cidade ou sair do campo. Eu, pessoalmente, continuo plantando o que posso (Entrevista HT25).

Segundo a OCDE (2027), a saída de um membro da família reduz a disponibilidade de mão de obra na família e na comunidade, afetando as atividades agrícolas e apresentando desafios para a

sustentabilidade do setor agrícola e para o desenvolvimento rural de um modo geral. Entre as famílias estudadas, para enfrentar o desafio da escassez de mão de obra, algumas delas recorrem à contratação de pessoal de outras comunidades próximas, incorporando-os de maneira temporária ou até mesmo permanente. Outra estratégia é a mudança das atividades, como mencionado acima, focando em áreas que exigem menos trabalho físico (reduzindo a agricultura e ampliando o número de animais) ou modernizando as tarefas (atividades que antes eram realizadas manualmente ou com animais são substituídas por processos mecânicos próprios ou terceirizados). Atamanov e Berg (2012) analisam como as remessas impactam diretamente a produção agrícola, argumentando que, embora a perda de mão de obra migrante possa reduzir a produção em algumas famílias, os recursos enviados podem compensar esse efeito ao possibilitar investimentos na modernização da atividade agropecuária.

Quando questionados se, com as remessas, as condições de vida da família melhoraram, ficaram iguais ou pioraram, 100% das famílias haitianas e 92,0% das famílias hondurenhas comentaram que melhoraram (apenas duas famílias de Honduras responderam que ficaram iguais). Nesse sentido, a renda proveniente do recebimento de remessas internacionais, não obstante seu uso e sua importância setorial, gera um efeito muito mais amplo do que manter ou expandir as atividades agrícolas e pecuárias.

> As remessas da diáspora nos parecem indispensáveis. A transferência de dinheiro da diáspora é a esperança dos que não têm dinheiro. Nos ajuda a manter nossas famílias e investir mais na agricultura (Entrevista HT15).

> É uma grande ajuda, nos permite comprar alimentos para a casa e também alguns insumos para os cultivos. Além disso, com as remessas, tivemos acesso à energia elétrica (Entrevista HN21).

Em síntese, este estudo mostra que as remessas têm sido e são uma fonte extremamente importante para o bem-estar familiar e para o fomento da sua produção agropecuária. No entanto, o outro lado desse processo é a grande dependência que essas famílias têm nestes recursos. Isso é maior no Haiti, onde 2/3 da sua renda provém dessa fonte, sendo que todos disseram que não conseguem sobreviver sem ele (contra 48,8% em Honduras). Além disso, no Haiti, todos comentaram que há pessoas na família que querem migrar, contra 40,0% em Honduras, indicando que o fluxo de saída da população rural continuará em movimento. Em Honduras, onde esse processo é mais antigo, já é possível ver os efeitos de médio e longo prazo, sintetizados pelo relato de um entrevistado: "Assim como a remessa beneficia, também afeta, pois a população jovem vai embora até o ponto de deixar os adultos mais velhos sozinhos" (Entrevista HN1).

Considerações finais

Este artigo se concentrou em compreender o papel e a importância das remessas internacionais para as famílias agrícolas no norte do Haiti e no sul de Honduras, em diferentes comunidades de cada país. Buscou-se entender melhor como esse recurso impacta a economia das famílias e a qualidade de vida dos receptores, assim como perceber de que forma contribui para as atividades agrícolas. São dois países nos quais as remessas têm crescido tanto em termos de valores quanto em relação ao PIB nacional, sendo os Estados Unidos o principal país emissor de remessas e o destino com o maior número de migrantes em ambos os países.

A análise das remessas nas famílias agrícolas do Haiti e de Honduras revela um impacto significativo no setor e no bem-estar familiar, embora com algumas diferenças entre os dois países. No Haiti, embora os lares tenham começado a receber remessas mais recentemente, sua centralidade é maior, representando 64% da renda familiar e sendo utilizadas de maneira crucial para cobrir necessidades básicas e melhorar a produção agropecuária. As remessas são destinadas principalmente à compra de sementes, fertilizantes, maquinário e ferramentas, sendo que o investimento nesses insumos resultou na expansão das atividades agrícolas, refletida no aumento da produção em todas as famílias entrevistadas. No sul de Honduras, por sua vez, a recepção de remessas é uma prática que se iniciou a aproximadamente 30 anos. Embora

as remessas representam um percentual menor da renda familiar (54%), seguem muito relevantes, sendo utilizadas para uma variedade de fins, além do investimento no setor agropecuário. Portanto, a hipótese levantada é confirmada, já que as remessas contribuem para uma melhor qualidade de vida das famílias, além de fomentar a produção agrícola e pecuária, uma vez que esses recursos são utilizados para adquirir insumos, máquinas e infraestruturas necessárias para o ciclo produtivo.

Em suma, as remessas são um componente fundamental da estabilidade econômica das famílias agrícolas em ambos os países. Elas se converteram em uma fonte vital de renda para os agricultores, melhorando sua qualidade de vida e sua capacidade de investir em atividades agrícolas, tendo uma contribuição extremamente importante para o desenvolvimento rural em algumas áreas que enfrentam deficiências estruturais. No entanto, há benefícios e riscos associados a esse fenômeno, principalmente relacionados à alta dependência desses recursos externos ao país (que podem ser influenciados por uma ampla gama de variáveis), bem como ao envelhecimento da população (com uma parte da população jovem já residindo em outro país e uma outra parcela tendo isso como meta para o futuro).

Agradecimentos

Os autores agradecem à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pelo apoio recebido, de modo particular aos editais nº 153/2024/PROGRAD, nº 116/2024/PROGRAD e nº 121/2023/PRPPG.

Nota

1 Esta família é a que recebe a maior quantidade de remessas, pois é responsável por administrar os recursos enviados por vários familiares que estão no exterior. Esses recursos são destinados principalmente a atividades agropecuárias, como a compra de animais e cultivos, entre outros. Além disso, possui a maior quantidade de terras, o que se deve, em grande parte, a essa gestão. Outras famílias também seguem essa mesma dinâmica, embora recebam uma quantidade menor.

Referências

ALFARO, Elvis. **Remesas familiares en Honduras 2017-2022.** Departamento de Investigación Económica Subgerencia de Estudios Económicos, 2023. Disponível em: https://www.bch.hn/estadisticos/DIE/Investigaciones%20econmicas/Remesas%20Familiares%20en%20Honduras%202017-2022.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

AUDEBERT, Cédric. La diaspora haïtienne: vers l'émergence d'un territoire de la dispersion? *In*: Carlo A. Célius (dir.) **Le défi haïtien**: économie, dynamique sociopolitique et migration, Paris: L'Harmattan, p. 193-212, 2011.

BCH. **Indicadores**, 2024. Disponível em: ttps://www.bch.hn/. Acesso em: 10 out. 2023.

BCH. **Resultados de la encuesta semestral de remesas familiares,** 2023. Disponível em: ttps://www.bch.hn/estadisticos/EME/ Acesso em: 3 mar. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Datos anuales de remesas (entradas)**, 2023. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/topic/labormarkets/brief/migration-and-remittances. Acesso em: 28 out. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Datos anuales sobre migración**, 2021. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/topic/labormarkets/brief/migration-and-remittances. Acesso em: 28 out. 2023.

BANCO MUNDIAL. Remesas: **¿aliadas contra la pobreza o freno para el crecimiento?** 2015. Disponível em: https://blogs.worldbank.org/es/latinamerica/remesas-aliadas-contra-lapobreza-o-freno-para-el-crecimiento. Acesso em: 10 out. 2023.

BRH. **Cahier de recherche No6**, 2024. Disponível em: brh.ht/wp-content/upl Acesso em: 10 mai. 2023.

BAPTISTE, Bonny. Liberalización comercial y producción de arroz en Haití. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 87, p. 1-10, 2007.

BENITEZ, Salvator. **Por qué emigran de Honduras las personas:** Razones y soluciones, 2023. Disponível em: https://quo.mx/emigrar/porque-emigran-de-honduras-las-personas/ Acesso em: 4 fev. 2024.

BECKETT, Greg. **There Is No More Haiti**: Between Life and Death in Port-Au-Prince. 1st ed., University of California Press, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.2307/j.ctvd1c72d. Acesso em: 20 abri. 2023.

BID. **Efecto de las remesas sobre la seguridad alimentaria en los hogares venezolanos**, 2021. Disponível em: https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Efecto-delas-remesas-sobre-la-seguridad-alimentaria-en-los-hogares-venezolanos.pdf. Acesso em: 10 nov., 2024.

BIDEGAIN, Gabriel. **Inégalité et Séisme:** Les impacts démographiques du tremblement de terre en Haïti, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/download/32892446/articleinegalitesseisme26913.pdf. Acesso em: 01 sep. 2024.

BRUMES, Karla; SILVA, Márcia. A migração sob diversos contextos. **Boletim de Geografia**., v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.

CASTLES, Stephen. Migración internacional a comienzos del siglo XXI: tendencias y problemas mundiales. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 52, v. 3, p. 269-281, 2000.

CEPAL. **Bases de dados e publicações estatísticas**, 2024. Disponível em: https://statistics.cepal.org/ Acesso em: 10 mar. 2024.

DIAZ, Diana. **Mundo registrou cerca de 281 milhões de migrantes internacionais no ano passado**, 2021. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772272 Acesso em: 10 maio 2024.

FAO. **Migração, agricultura e desenvolvimento rural**, 2016. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/26ab1797-7d2d-4299-9d41-cb0413ac59d5/content. Acesso em: 10 jan. 2024.

DIÉMÉ, Kassoum; TONHATI, Tânia; PEREDA, Lorena. **A migração haitiana e a construção de seus "Nortes":** Brasil um "Norte" alternativo e temporário. Revista Brasileira de Sociologia, v. 8, n. 19, p. 126-147, 2020.

DORVILIER, Fritz. **La crise haïtienne du développement: Essai d'anthropologie**. Canada: Presses de l'Université Laval, 2012.

ETIENNE, Bélony. **La crise de la production de riz en Haïti, comment pallier à cet effet**: cas de la vallée de l'Artibonite. Mémoire. (Mestrado em Ciências de Gestão) HEC Liège, Université de Liège, Liège, 2023.

FAO. **Data**, 2024. Disponível em: https://www.fao.org/faostat/es/#data Acesso em: 05 jan. 2024.

FIDA. **14 razones que explican la importancia de las remesas**, 2024. Disponível em:

https://www.ifad.org/es/w/explicadores/14-razones-que-explican-la-importancia-de-lasremesas> Acesso em: 09 nov. 2024.

FLORES, Manuel. **Factores contextuales de la migración internacional de Honduras**. Ciudad Universitaria, Tegucigalpa, 2012a. Disponível em: https://poblacionydesarrolloenhonduras.files.wordpress.com/2011/03/factores-contextuales-de-la-migracic3b3n-intern-acional-de-honduras-web.pdf. Acesso em: 05 oct. 2023.

FLORES, Manuel. Migración Internacional Reciente de Honduras. **Revista Población y Desarrollo**, v. 8, p. 9-22, 2012b.

FRENAT, Frenat; WESZ Jr., Valdemar. Liberalização do mercado no Haiti e seus efeitos sobre a produção de arroz. **REVISTA NERA**, v. 27, n. 3, 10409, 2024.

INE. **Encuesta Nacional de Migración y Remesas en Honduras**, 2023. Disponível em: https://ine.gob.hn/v4/encuesta-nacional-de-migracion-y-remesas-de-honduras/ Acesso em: 10 fev. 2024.

INEGI. **Censo de Población y Vivienda (Mexico), 2020**. Disponível em: https://www.inegi.org.mx/sistemas/Olap/Proyectos/bd/censos/cpv2020/ Acesso em: 20 fev. 2024.

JADOTTE, Evans.; RAMOS, Xavier. The effect of remittances on labour supply in the Republic of Haiti. **The Journal of Development Studies,** v. 52, n. 12, p. 1810-1825, 2016.

TÉLÉMAQUE, Jenny**. Imigração haitiana na mídia brasileira**: entre fatos e representações. 2012. 398f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, jul. 2012.

JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Périplos: Revista De Estudios Sobre Migracione**, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2017.

JIMÉNEZ, Velazquez; GONZALES, Gerardo. Análisis de recursos externos en la producción agrícola. **Revista Mexicana de Ciencias Agrícolas**, v. 8, n. 18, p.3741–3755, 2017.

MALPASS, David. **Las remesas son un estabilizador económico fundamental,** 2022. Disponível em: https://blogs.worldbank.org/es/voices/las-remesas-son-un-estabilizadoreconomico-fundamental Acesso em: 10 abr. 2024.

NOLASCO, Carlos. Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. **Oficina do CES**, v. 434, p. 1-29, 2016.

OCDE. **Interacciones entre Políticas Públicas, Migración y Desarrollo**, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1787/9789264276710-es. Acesso em: 10 abr. 2024.

OIM. **Estudio sobre la Migración Laboral en Honduras**, San José, Costa Rica, 2021. Disponível em: https://nortedecentroamerica.iom.int/ Acesso em: 10 jun. 2024.

OIM. **Informe sobre las migraciones en el mundo**, 2018. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_sp.pdf Acesso em: 12 jun. 2024.

OIM. **Informe sobre las migraciones en el mundo**, 2020. Disponível em: https://worldmigrationreport.iom.int/wmr-2020-interactive/?lang=ES. Acesso em: 10 jun. 2024.

OIM. **Las remesas contribuyen al logro de los ODS**, 2021a. Disponível em: https://guatemala.un.org/es/131557-las-remesas-contribuyen-al-logro-de-los-ods Acesso em: 10 nov. 2024.

OSTHE, John; WESZ Jr., Valdemar. Abastecimento alimentar em contextos de crise: uma análise sobre o Haiti. **Confins**, v. 63, 58095, 2024.

PAUL, Bénédique.; GOVAIN, Renauld; EMMANUEL, Evens. En Haïti, des crises qui en cachent d'autres. **Études caribéennes**, v.2, n. 56, p. 1-8, 2023.

PAUL, Bénédique. **Migration et pauvreté en Haïti** : impacts économiques et sociaux des envois de fonds sur l'inégalité et la pauvreté. MPRA Paper n. 39019, 2008. Disponível em: https://mpra.ub.uni-muenchen.de/39019/1/MPRA_paper_39019.pdf. Acesso em: 22 abr. 2024.

PEIXOTO, João. **As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal**: fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional. 1998. 555f. Tese (Doutorado em Sociologia Económica e das Organizações) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, fev. 1998.

PNUD, **Human Development Report 2023/2024**, 2024. Disponível em: https://www.undp.org/turkiye/publications/human-development-report-2023 Acesso em: 20 jul. 2024.

RANGEL, Rodrigo. **El impacto de las remesas en Honduras**, 2023. Disponível em: https://www.felixpago.com/blog/envio-de-dinero-desde-usa/remesas/el-impacto-de-lasremesas-en-honduras Acesso em: 23 fev. 2024.

RIVERA, Jorge; Gutiérrez, Javier. Remesas y pobreza: una revisión teórica y empírica. **Economía Teoría y Práctica**, n. 48, p. 197-230, 2018.

SALA, Ana. Avances en los estudios migratorios. Nuevos enfoques, nuevos instrumentos en el estudio de la movilidad internacional. **EMPIRIA - Revista de Metodología de las Ciencias Sociales**, n. 46, p. 15-21, 2020.

SKELDON, Ronald. **Migration and Development**: A Global Perspective. London: Routledge, 1997.

SOUFFRANT, Claude. **Les Haïtiens aux États-Unis.** Population, v. 29, n. 1, p. 133–146, 1974.

STATISTICS CANADÁ. **Immigrant population by selected places of birth**, admission category and period of immigration, 2021. Disponível em: https://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2021/ Acesso em: 15 mar. 2024.

TURIJAN, Altamirano; VALVERDE, Benito; HUATO, Miguel; SANCHEZ, Jose; CHULIM, Nestor. **Uso de remesas para la adquisición de tecnología agrícola en maíz en San José Chiapa**, Puebla, México, Nova Scientia, v. 7, n. 14, p. 674-693, 2015.

UPRASEN, Utai. The impacts of international remittances on economic growth and human development of Haiti. **Journal of Global and Area Studies**, v. 2, n. 2, p. 77-104, 2018.

VELEZ DE CASTRO, Fatima. Imigração e territórios em mudança. Teoria e prática(s) do modelo de atração-repulsão numa região de baixas densidades. **Cadernos de Geografia**, n. 30/31, p. 203-213, 2012.

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.23

Percurso da Educação Escolar na Terra Indígena Xapecó e sua importância para o povo Kaingang

The Path of School Education in the Xapecó Indigenous Land and its importance for the Kaingang people

Edilvania de Paula dos Santos*
Leonel Piovezana**

Palavras-chave:
Educação escolar indígena
Povo Kaingang
TI Xapecó

Resumo: Este estudo de pesquisa remonta o percurso da educação escolar na Terra Indígena Xapecó e tem por objetivo conhecer mais sobre o processo histórico da educação escolar indígena, suas especificidades e a importância dessa instituição para o povo Kaingang e para a revitalização de sua cultura. Trata da educação escolar indígena no contexto das políticas de ações afirmativas e da legislação brasileira. Registra e descreve sobre a importância e fortalecimento da cultura Kaingang através da educação escolar, com olhares e saberes comunitários, que se intensifica e significa muito para o povo Kaingang, na formação cidadã e cultural. Nessa perspectiva, analisa os desafios do século XXI no que diz respeito à educação Kaingang e escolar indígena. Dialoga com as lutas indígenas e políticas públicas para a garantia da permanência de uma educação escolar intercultural, bilíngue, diferenciada, específica e comunitária. Identifica a escola indígena como espaço que fortalece a identidade étnica, o conhecimento e a valorização da tradição Kaingang, revitalizando e possibilitando pensar a autonomia e a cultura.

Keywords:
Indigenous school education
Kaingang people
Xapecó Indigenous Land

Abstract: This research study traces the history of school education in the Xapecó Indigenous Land and aims to learn more about the historical process of indigenous school education, its specificities, and the importance of this institution for the Kaingang people and for the revitalization of their culture. It addresses indigenous school education in the context of affirmative action policies and Brazilian legislation. It records and describes the importance and strengthening of Kaingang culture through school education, with community perspectives and knowledge, which intensifies and means a lot to the Kaingang people, in the formation of citizenship and culture. From this perspective, it analyzes the challenges of the 21st century about Kaingang and indigenous school education. It engages with indigenous struggles and public policies to guarantee the permanence of an intercultural, bilingual, differentiated, specific, and community-based school education. It identifies the indigenous school as a space that strengthens ethnic identity, knowledge, and appreciation of the Kaingang tradition, revitalizing and enabling thinking about autonomy and culture.

Recebido em 16 de maio de 2025. Aprovado em 14 de outubro de 2025.

Introdução

Escrever sobre a educação escolar Kaingang se faz importante e necessário, fortalece as territorialidades, abre caminhos já conquistados pelos movimentos e lutas e instiga novos desafios para que, de fato, o povo indígena possa usufruir da educação escolar diferenciada, bilíngue, específica, comunitária e intercultural. A educação escolar indígena precisa ser contextualizada a partir de protagonistas do povo Kaingang, que vivenciam diariamente os resultados efetivos e os novos desafios apresentados pela sociedade envolvente, sejam eles culturais, econômicos ou ambientais. Movimentos que exigem protagonistas e atores de uma história que se reconstrói.

* Mestre em Educação pela Unochapecó e Professora Indígena da TI Xapecó. E-mail: edilvania.santos@unochapeco.edu.br.
** Doutor em Desenvolvimento Regional pela Unisc e Professor do PPGE da Unochapecó. E-mail: leonel@unochapeco.edu.br.

O território da TI Xapecó, ocupado pelos Kaingang, está localizado no Oeste catarinense, nos municípios de Ipuaçu e Entre Rios, situado no delta dos rios Chapecó e Chapecozinho. O território foi negociado com o governo do Paraná, em troca do trabalho realizado na abertura de estradas e picadas desde Missões/RS até Guarapuava/PR, além da abertura do trecho Goio-Ên, rio Uruguai a Chapecó, para a instalação do telégrafo, obra iniciada no ano de 1890. Essa linha telegráfica foi inaugurada em Xanxerê/SC no ano de 1893 (D'Angelis, 1989). Na finalização dos trabalhos, o cacique Vanhkre dirigiu-se ao oficial do governo do Paraná, na localidade de Boa Vista (Clevelândia/PR), que o esperava com o pagamento em dinheiro, e disse:

> Olha, nós precisamos de terra para criar nossos filhos, que nós não vamos andar criando nossos filhos nas copas dos pinheiros. Nós não somos macacos. Foi então que o oficial perguntou: E onde vocês querem a terra? Entremeio do Chapecó com o Chapecozinho. Respondeu o cacique (D'Angelis, 1989, p. 191-192).

A Lei de Terras surgiu como um meio de regular as invasões e, ao mesmo tempo, dificultar o acesso à terra para escravizados, indígenas e até mesmo para imigrantes que, desde 1810, chegavam ao Brasil. Regulamentada em 1854, ela evidenciava a exclusão de negros e indígenas do direito à aquisição de terras. As áreas destinadas aos povos originários eram consideradas propriedade do Império brasileiro, que os mantinham em reservas, tutelados, quando submetidos ao batismo cristão, enquanto os demais eram classificados como "bugres", sujeitos à caça e ao extermínio. Esse processo integrou a lógica da colonização, promovida pelas companhias colonizadoras, conhecida como a chamada "limpa da terra" (Piovezana, 2010).

Piovezana (2024) ressalta que, com a Proclamação da República em 1889, houve a separação entre o Estado e a Igreja Católica Apostólica Romana. No entanto, a política em relação aos povos indígenas e aos africanos, descendentes de escravizados, permaneceu marcada pela exclusão, sem garantia de acesso à terra ou de direitos de cidadania. A terra, embora legalmente pública, era destinada ao comércio e legitimada apenas como propriedade privada ou particular, voltada para a exploração do capital sob a concepção de "família, tradição e propriedade".

No ano de 2023, o território tinha um terço do que era antes. No ano de 1902, o então presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, assina o Decreto nº 7, em que reserva terra para o estabelecimento dos índios ao mando do cacique Vanhkre, com um território de mais de 70 mil hectares. Conforme o texto do Decreto nº 7:

> [...] fica reservado para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendidas nos limites seguintes: 'A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul até o passo do rio Chapecozinho, e por estes dois rios até onde eles fazem barra (Paraná, 1902, artigo único).

Cabe ressaltar que, do território reservado pelo Decreto nº 7 de 1902, de aproximadamente 73 mil hectares, restaram para o povo Kaingang da TI Xapecó apenas 16.623 hectares, reconquistados com muita luta, em que muitos Kaingang foram vítimas de violências e de perseguições durante a reconquista. A maioria sobrevive, nesta terceira década do século XXI, com uma população de mais de 7 mil pessoas, na pobreza, trabalhando nas frentes agrícolas e nas agroindústrias da região.

Concordando com a análise de Piovezana (2010), observa-se que as crianças Kaingang iniciam sua trajetória escolar já conscientes de que devem prosseguir até o ensino superior, a fim de conquistar uma profissão e garantir melhores condições de vida. No entanto, esse percurso não se limita à formação acadêmica formal, pois envolve também o fortalecimento da identidade cultural e o reconhecimento do conhecimento como instrumento fundamental para a defesa de seus direitos enquanto cidadãos indígenas.

Ainda para Piovezana (2024), na Terra Indígena Xapecó, desde 2009 as Licenciaturas Intercultural, administradas no interior da aldeia pela Unochapecó, já formaram 310 estudantes no ensino superior e estão em andamento sete cursos com 535 estudantes regularmente matriculados, incluindo, além das licenciaturas, os cursos de Agronomia e Enfermagem, que vem de acordo com a análise anteriormente descrita. Ressalta ainda que

seis desses egressos já cursaram o mestrado em Educação e um está cursando o doutorado no PPGE da Unochapecó.

> A escola foi o principal instrumento de destruição cultural dos povos, mas também pode ser o principal instrumento de reconstrução e afirmação de uma nova era. [...] O caminho da educação escolar indígena é a nossa grande esperança de conquista definitiva dos nossos direitos e da nossa terra (Baniwa, 1996 *apud* Cavalcante, 2003, p. 14).

Percebemos, enquanto Kaingang, que a educação escolar indígena da TI Xapecó passa a ter uma proposição com feição própria das exigências e das necessidades da comunidade. Nela, vimos possibilidades de construção de novos caminhos para se relacionar e se posicionar frente aos representantes da sociedade envolvente, com a qual estamos cada vez mais em contato, para reivindicar os nossos direitos garantidos na Constituição de 1988. O que percebemos é que há um caminho muito longo a ser percorrido para que as políticas públicas relacionadas à educação escolar se efetivem de forma eficaz.

Educação essa que garante ao povo Kaingang a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização da língua materna e ciências, bem como o acesso à informação, ao conhecimento técnico e científico da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas. O artigo 231 da Constituição do Brasil de 1988 diz que:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União remarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Brasil, 1988).

A maioria das comunidades indígenas da TI Xapecó está em contato muito próximo com as comunidades não-indígenas e culturais da região, o que dificulta a manutenção de costumes próprios e a revitalização e aperfeiçoamento da língua Kaingang.

Educação escolar na terra indígena Xapecó

A trajetória da educação escolar indígena no Brasil remonta ao período colonial, quando, a partir do século XVI, ordens religiosas, em especial a Companhia de Jesus, implantaram um modelo de ensino voltado à cristianização e civilização dos povos originários, tendo como alvo principal as crianças indígenas. Em 1558, Nóbrega explicitava o "plano civilizador", que visava impor costumes europeus e afastar práticas tradicionais. Durante os séculos seguintes, esse projeto foi reforçado por outras ordens religiosas e, já no início do século XX, retomado pelo Estado brasileiro com a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1910, o qual estabeleceu escolas em cada posto indígena, promovendo a integração forçada e o abandono das línguas maternas. Em 1967, o SPI foi substituído pela Funai, quando também se destaca a atuação do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), responsável pela sistematização escrita de várias línguas indígenas e pela introdução do monitor bilíngue como mediador entre professores não indígenas e alunos. A década de 1970 marca um período de lutas dos povos originários pela afirmação de seus direitos, resultando na Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito à escola diferenciada, ao uso das línguas maternas e a processos próprios de aprendizagem (Art. 210, §2º e Art. 231). Em 1991, as escolas indígenas passaram do âmbito da Funai para o Ministério da Educação e, em 1996, a LDB consolidou o direito à educação escolar bilíngue e intercultural, reconhecendo a importância da recuperação da memória histórica e da reafirmação da identidade étnica (Art. 78). O processo de regulamentação seguiu com o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI), publicado em 1998, e, em 1999, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, que oficializaram a categoria de "escola indígena". No início do século XXI, o Plano Nacional de Educação (2001) dedicou um capítulo específico a essa modalidade de ensino, prevendo o magistério indígena, a produção de material didático próprio e a criação de infraestrutura adequada. Esses avanços também se consolidaram no Sul do Brasil,

especialmente entre os povos Kaingang e Guarani, que, ao longo das últimas décadas, vêm elaborando currículos e propostas pedagógicas próprias, como no caso da Escola Indígena Topẽ Pãn, no Rio Grande do Sul, onde a prática escolar se articula à cosmologia, à tradição e aos saberes ancestrais, ressignificando o papel da escola como espaço de interculturalidade (Bergamaschi, 2007-2008).

A educação escolar indígena começa na Terra Indígena Xapecó, na Escola Isolada Estadual (EIE) São Pedro, que mais tarde passou a ser denominada Escola Federal do Posto Indígena Xapecó, responsável por atender alunos de 1ª a 4ª série dos Anos Iniciais. Através da Portaria nº 488/88, de 30 de dezembro de 1988, a Escola Federal do Posto Indígena Xapecó se transformou em Escola Básica Federal Vitorino Kondá, com autorização para o funcionamento de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental. Em 16 de dezembro de 1997, pelo Parecer nº 352/97, foi autorizada pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina a ofertar o Ensino Médio de educação geral e o estabelecimento passou a ser denominado Colégio Estadual Vitorino Kondá (Santa Catarina, 1988; 1997).

No ano de 2023, a Terra Indígena Xapecó estava contemplada em seu interior com 12 escolas, sendo três com Educação Básica completa, que atende estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental de séries iniciais ao 3º ano do Ensino Médio, com Educação de Jovens e Adultos (EJA Indígena), seis escolas de Ensino Fundamental de anos iniciais na modalidade multisseriadas e três que ofertam Educação Infantil, atendendo crianças a partir dos quatro anos de idade. As escolas indígenas são mantidas pela Secretaria de Estado da Educação, com exceção da Educação Infantil, que é mantida pela Secretaria Municipal de Educação dos municípios de Ipuaçu e Entre Rios (Narsizo; Battestin, 2022).

A Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre é a maior unidade escolar em número de estudantes da TI Xapecó, contando, no ano de 2023, com aproximadamente 900 alunos e mais cinco turmas da Licenciatura Intercultural da Unochapecó.

Os Kaingang buscam a escola para torná-la adequada aos seus modos de educar e aos seus projetos de futuro. Assumem a escola como instituição importante e necessária para o fortalecimento da identidade e buscam uma escola para formar estudantes, profissionais e futuros professores, lideranças, médicos, advogados, enfermeiros, sem deixar a valorização de sua identidade de ser parte da etnia.

O ensino escolar indígena na TI Xapecó se justifica por ser um espaço de oportunidades, de a comunidade construir sua própria escola, com a participação efetiva dos seus estudantes. É importante considerar o papel dos professores, a maioria do povo Kaingang neste processo de mudança, porque são eles, com os pais e os mais velhos (kofá), os principais envolvidos nessa busca de concretizar uma escola com base comunitária, com pedagogias indígenas, numa relação direta de ensino, com educação diferenciada e intercultural.

Para que se concretize o funcionamento de uma escola diferenciada, a presença dos kofá (mais velhos ou sábios) na sala de aula ou a visita à casa deles na comunidade onde moram se faz necessária. É um espaço em que podem falar sobre a cultura, a história das comunidades e a importância da língua materna, da natureza e das formas de organização social e política.

Uma escola específica Kaingang se dá por meio de diversos aspectos, como o uso da língua Kaingang, a sistematização de professores da etnia Kaingang, a adoção de um calendário que se adapte ao ritmo de vida e das atividades cotidianas, a elaboração de currículos diferenciados, além da participação efetiva da comunidade na definição dos objetivos e rumos da escola. É preciso que exista um sistema educacional moldado na preservação da cultura Kaingang, sobretudo no que tange à língua materna, oral e escrita. Contudo, a língua portuguesa também seria ensinada para facilitar a comunicação com o mundo não indígena, inclusive sobre os seus direitos constitucionais.

Busca-se uma educação diferenciada, trabalhada a partir da escola/comunidade/escola, tendo como fundamento e referência os pressupostos metodológicos e os princípios geradores de transmissão, produção e reprodução de conhecimentos dos distintos universos socioculturais específicos de cada povo. Ou seja, uma educação que garanta o fortalecimento e a continuidade dos sistemas de saber próprios de cada

comunidade indígena da TI Xapecó e a necessária e desejável complementaridade de conhecimentos científicos e tecnológicos, de acordo com a vontade e a decisão de cada comunidade. Exemplos: fortalecimento do saber Kaingang, a conversa com os mais velhos na sala de aula ou a visita à casa deles; atividades nas trilhas, com identificação de plantas medicinais; histórias de vida; a luta pela terra; a confecção e venda de artesanatos; a caça e a pesca e as ervas medicinais.

A escola é o espaço de reafirmação das identidades e da construção permanente de autonomia e alteridades. O desafio é a concretização de uma educação escolar que permita ao indígena se orgulhar de ser nativo e de lutar para reconstruir o projeto sociocultural e de bem viver de seu povo, em que possa se reconhecer como indígena, fortalecer o sentimento de ser indígena, de sentir-se indígena (Bernardi; Caldeira; Duarte, 2013).

Políticas públicas para a efetivação de uma educação diferenciada e específica

A partir da Constituição Federal de 1988, outros documentos oficiais foram publicados no sentido da instituição e normatização de uma educação escolar diferenciada para os indígenas, tomados enquanto povos específicos. Em 1993, foi publicado o documento Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (Brasil, 1994), que enfatizava que a educação escolar indígena deveria ser específica e diferenciada, intercultural e bilíngue. Este documento foi direcionado pelo entendimento de que a escola diferenciada deveria romper com o viés integracionista e deveria ter como objetivo "[...] a conquista da autonomia socioeconômica e cultural de cada povo [indígena] [...]" (Brasil, 1994, p. 12), e não a reprodução das formas de dominação econômica e cultural.

> As leis subsequentes à Constituição que tratam da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, têm abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos e pela formação dos próprios índios para atuarem como docentes em suas comunidades. Comparativamente há algumas décadas atrás, trata-se de uma verdadeira transformação em curso, que tem gerado novas práticas a partir do desenho de uma nova função social para a escola em terras indígenas (Brasil 2001, p. 9).

A Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meio do artigo 32, § 3º, reforçou o disposto na Constituição Federal e preconizou o dever do Estado em possibilitar a educação bilíngue e intercultural aos povos indígenas por meio de programas integrados de ensino e pesquisa nos sistemas de ensino da União em diálogo com as comunidades indígenas para o desenvolvimento de currículos diferenciados (artigos 78 e 79).

O RCNEI (Brasil, 1998) foi construído coletivamente por professores indígenas, assessores especializados e consultores do Ministério da Educação e do Desporto como o documento da construção de currículos diferenciados. A ideia de um currículo "intercultural" que combine o diálogo entre os conhecimentos dos grupos étnicos com os conhecimentos ditos "universais" indica caminhos do documento. Destacamos que estudos produzidos numa perspectiva descolonizadora desconstroem a ideia de conhecimentos universais, uma vez que todo conhecimento é produzido a partir de um "determinado lugar" (Garcés, 2007, p. 225).

De acordo com Troquez e Nascimento (2020, p. 5-6, grifos no original):

> Por meio do *Parecer CNE/CEB nº. 14/1999* e da *Resolução nº. 03/1999*, o MEC criou a Escola Indígena como categoria específica de escola. Cada grupo étnico passou a ter direito a uma escola indígena específica, na área onde reside, com ensino que respeite seus processos próprios de ensino e aprendizagem, em sua língua materna, com material didático específico, com calendário diferenciado do sistema oficial e com professores e gestores indígenas. Dez anos depois, o conteúdo desta Resolução, com algumas alterações, foi incorporado ao *Decreto Federal nº. 6.861, de 27-05-2009*, o qual *dispõe sobre a EEI, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências*.

> Em junho de 2012, o MEC aprovou as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educçação Escolar Indígena na Educação Básica*. De acordo com o documento (Art. 15, § 6º), na organização curricular das escolas indígenas, devem ser observados, entre outros, os critérios:
>
> II - de flexibilidade na organização dos tempos e espaços curriculares, **tanto no que se refere à base nacional comum, quanto à parte diversificada**, de modo a garantir a inclusão dos saberes e procedimentos culturais produzidos pelas comunidades indígenas, tais como línguas indígenas, crenças, memórias, saberes ligados à identidade étnica, às suas organizações sociais, às relações humanas, às manifestações artísticas, às práticas desportivas [...] (BRASIL, 2012, grifos nossos).
>
> A partir de dispositivos legais e/ou normativos específicos, o Estado brasileiro instaurou o direito à especificidade e à diferenciação, mas, por outro lado, a educação escolar indígena vê-se vinculada ao sistema nacional de ensino, enquanto modalidade da educação básica nacional sujeita a uma base nacional comum, às avaliações de larga escala, ao uso de livros e materiais didáticos distribuídos nacionalmente pelo Plano Nacional do Livro Didático, ou seja, vê-se atrelada a um currículo nacional [...].

De acordo com a Portaria MEC nº 98, em seu art. 2º, a ação tem como objetivos: promover a formação continuada de professores, oferecer recursos didáticos e pedagógicos diferenciados, oferecer subsídios à elaboração de currículos e práticas pedagógicas, e

> IV - fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena. (Brasil, 2013, art. 2º, inciso IV).

Troquez e Nascimento (2020, p. 6) concluem o texto em termos que concordamos:

> No âmbito legal, é possível vislumbramos avanços a partir da Constituição Federal de 1988 e das reformas educativas dos anos 1990, especialmente no que diz respeito ao direito a uma educação diferenciada, à inserção dos professores indígenas nos processos escolares, à formação inicial e continuada de professores indígenas e às iniciativas de elaboração de materiais didáticos diferenciados. Contudo, acerca da construção de uma escola indígena intercultural e descolonizadora, muitos limites e desafios estão por ser superados. Talvez o maior desafio a ser vencido seja o enfrentamento das tensões impostas por um currículo de moldes nacionais.

Perspectivas da educação escolar indígena

Na terceira década do século XXI, as comunidades indígenas da Terra Xapecó vivem em constante contato com não indígenas e imigrantes de diversas nacionalidades. Nesse contexto, novos elementos culturais vão se integrando aos conhecimentos tradicionais e nacionais, o que torna ainda mais desafiadora a preservação dos costumes e do ensino escolar da língua Kaingang. Essa língua sofreu restrições das políticas do Estado Novo (1937-1945), o que contribuiu para a perda gradual da identidade linguística. A maior ameaça recaiu sobre o uso cotidiano e as práticas culturais vinculadas ao idioma. Já os imigrantes, por sua vez, acabam se beneficiando da pluralidade cultural e da integração com esses povos, à medida que se apropriam de conceitos comunitários e das práticas de trabalho coletivo.

Apesar das escolas indígenas assegurarem um currículo diferenciado, os Kaingang falam majoritariamente o português, língua oficial do país, o que dificulta o aprendizado e a preservação da língua materna, constituindo um dos grandes desafios para a educação escolar indígena na contemporaneidade. Esse quadro tem raízes históricas: já em 1758, o Diretório dos Índios, instituído pelo Marquês de Pombal, proibiu oficialmente o uso da língua geral de base tupi nas missões e aldeamentos, impondo o português como única língua permitida para ensino e comunicação formal. Desde então, o português consolidou-se como idioma hegemônico, ao passo que as línguas indígenas foram marginalizadas e, em muitos casos, reprimidas em espaços institucionais. No caso dos Kaingang, essa imposição contribuiu para a redução

progressiva da transmissão do idioma às novas gerações. Atualmente, estima-se que apenas cerca de 20% da população Kaingang fale fluentemente a língua, reflexo direto desse processo histórico de proibição e da força assimiladora da língua portuguesa.

Assim, a escola assume o papel de centro de referência para o resgate e a revitalização dos costumes e da cultura Kaingang, integrando a língua indígena como componente curricular. Em alguns casos, quando a criança já é falante, a alfabetização ocorre inicialmente em Kaingang, embora essa prática ainda seja rara. Foi sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988 que a escola passou a consolidar-se como espaço de articulação e aprendizagem da língua Kaingang, fortalecendo sua presença na educação escolar indígena.

De acordo com Bernardi, Caldeira e Duarte (2013, p. 180), "aprender o português dos brancos tornou-se, para muitos, uma condição de sobrevivência". Dessa forma, ao longo da história, o contato cultural que o branco estabelece com o indígena numa relação de dominador e dominado funcionou (e ainda funciona) como mecanismo de apagamento da língua Kaingang. Nesse processo, a escola teve um papel decisivo.

De acordo com Baniwa (2006), a escola foi o principal instrumento devorador de culturas e de povos indígenas no Brasil. Ela esmagou os indígenas, arrasou línguas, ignorou conhecimentos, perseguiu e proibiu culturas, tradições, ritos e cerimônias. Aplicou com rigor o projeto do monolinguismo no Brasil, em parte obtendo sucesso, o que ajudou a destruir mais de mil línguas indígenas em 506 anos. Ainda conforme o autor "[...] falar em língua indígena na escola era repreendido com notas baixas ou castigado com duras e violentas medidas disciplinares" (Baniwa, 2006, p. 123-124).

Na contemporaneidade, o papel da educação escolar indígena é a de reafirmar as identidades étnicas, valorizando a língua Kaingang, a ciência e garantindo aos estudantes e à comunidade o acesso à informação e ao conhecimento técnico e científico da sociedade nacional e das demais sociedades, sejam elas indígenas ou não. Dessa forma, deixam de ser considerados como uma categoria social em processo de extinção e passam a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com costumes, crenças e direitos preservados.

> A perda linguística dentro do contexto indígena constitui-se como uma das mais significativas porque, além de afetar a diversidade linguística, também envolve outros aspectos sociais como cultura e identidade. Pressupõem-se que língua, cultura e identidade estão atreladas no conjunto social de uma dada comunidade linguística; quando um desses elementos é afetado, os outros também o são. Em outras palavras, a cultura de uma dada sociedade é expressa por meio da língua, essa por si só já é um elemento cultural; se a língua desaparece, torna-se difícil aos participantes dessa sociedade expressar suas formas culturais, pensamentos, filosofias, etc., podendo esses elementos virem a se perder com o tempo. Quando impuseram a língua portuguesa como língua oficial, os colonizadores contribuíram para a destruição dos povos indígenas e da diversidade linguística no Brasil (Quaresma; Ferreira, 2013, p. 237).

A língua Kaingang da TI Xapecó sofreu todo o processo legal de extermínio, com o contato e vivência com outras culturas, como imigrantes italianos, alemães, portugueses, japoneses e poloneses, somando-se também à miscigenação. A língua falada no seio familiar e nas relações com o vizinho da comunidade é a portuguesa, o que vem enfraquecendo cada vez mais a língua Kaingang.

Na Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre, há um anseio por melhorias na infraestrutura, pois faltam salas de aula, refeitório, espaços específicos para os diferentes laboratórios e biblioteca, tudo é provisório. A energia ainda é precária e as instalações não suportam a demanda de uso. Os prédios são construídos e não mantidos, necessitando reformas, a exemplo do ginásio de esportes e centro cultural. Os equipamentos são obsoletos e os climatizadores inviáveis, pois a fiação elétrica não comporta. Na Escola Indígena de Educação Básica Paiol de Barro, no município de Entre Rios, falta refeitório, sala para biblioteca, cobertura para aulas de educação física e é necessária uma reforma elétrica. Na Escola Indígena de Educação Básica Pinhalzinho, faltam salas de aula e a reparação das fiações de energia precisa ser feita. As escolas multisseriadas sofrem com a falta de

infraestrutura e de atenção voltada para o pedagógico.

Para implementar a escola indígena no campo educacional e estrutural, é imprescindível observar um calendário diferenciado, com responsabilidade, além da elaboração de um currículo diferenciado que atenda a educação escolar indígena de fato, um plano de parada pedagógica (anual) para estudos, capacitação e produção de material didático específico, orçamentos e recursos financeiros para a realização das atividades culturais próprias, autonomia das escolas na realização de suas ações pedagógica, contratação antecipada, nos primeiros dias úteis de fevereiro, dos professores indígenas para cumprimento do calendário diferenciado, concurso público para professores indígenas, elaboração de legislação para o magistério indígena e formação contínua, com capacitações específicas para profissionais que atuam nessas escolas.

A comunidade Kaingang reivindica à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina a garantia de seus direitos, uma vez que cumprem com seus deveres, e pede que eles não fiquem somente no papel, mas que sejam de fato respeitados e consultados nas decisões tomadas referente a educação escolar indígena.

Registramos nesta pesquisa que a maioria dos professores Kaingang está nas escolas com o intuito também de preservar e revitalizar a cultura, para que ela seja passada de geração em geração. Eles apostam em atividades que se intensificam nas danças típicas, no ensino da língua Kaingang, no ensino de disciplinas diferenciadas, como: cultura indígena, festas tradicionais, artesanato, participação nas ações das escolas, pinturas, marcas tribais, visita de campo, visita de campo em outras escolas, troca de experiências entre escolas, simpósios, seminários e participação em grupo de danças extraclasse.

Assim, as lideranças da Terra Indígena Xapecó reforçam a responsabilidade de buscar a efetivação das leis que amparem suas comunidades, em suas decisões relacionadas à educação e oportunidade de produção e escolha de material didático que venha contemplar a escola indígena.

Formação de professores Kaingang

A formação de professores indígenas na TI Xapecó é essencial para que de fato se tenha uma educação escolar voltada para sua especificidade. A partir da instituição chamada escola, mais de 90% dos professores que atuam nas escolas indígenas são Kaingang, revitalizando a cultura de seu povo. É importante ressaltar que a maioria deles é formada pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, nos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena, criados no ano de 2009.

Nesse ano, iniciou-se o desenvolvimento dos cursos de licenciaturas intercultural, em todas as áreas do conhecimento, e ministrados no interior das Terras Indígenas da região oeste do Estado de Santa Catarina. Os projetos foram coordenados pelo professor Dr. Leonel Piovezana e seguido pela Professora Teresa Machado Dill. Cursos com cinco anos de duração, formando as primeiras turmas em 2014, 2019 e 2023, com nova entrada, em 2023, de 250 novos estudantes pela Universidade Gratuita, totalizando aproximadamente mais de 500 estudantes indígenas, desde 2009, matriculados, graduados e pós-graduados. Evidências que justificam melhorias no interior das aldeias do oeste do Estado de Santa Catarina, na educação formal, integral e comunitária.

As comunidades indígenas dispõem de seus próprios processos de socialização e de formação das pessoas, contudo, faz-se necessário, também, para alguns grupos indígenas, a presença de pessoas que atuem na área educacional, incluindo neste processo os agentes educacionais. Assim, destaca-se:

> Não se pode esquecer que os momentos e atividades de ensino e aprendizagem combinam espaços e momentos formais e informais, com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido, como, quando e por quem. A escola neste sentido não pode ser vista como único lugar de aprendizado. A comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros. Essas formas de educação tradicional podem e devem contribuir para a elaboração de uma política e práticas educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual. Tais conhecimentos não são incompatíveis com os conhecimentos da escola contemporânea (Unochapecó, 2012, p. 32).

No processo educacional na TI Kaingang, os princípios da educação não formal são visíveis através das ações de reciprocidade, integração social e respeito mútuo, que envolvem tanto crianças quanto homens e mulheres adultos que participam desde que nascem e estão inseridos num mundo de aprendizado coletivo.

> A educação também é, ou pode ser espaço de transformação da vida social e, por conseguinte, das próprias relações de produção. Ao mesmo tempo em que é modificada pelo mundo da produção, ela também é capaz de modificá-lo. Importa, pois, redimensionar a ação educativa dentro do cenário sociopolítico econômico, fazendo com que o espaço educacional estabeleça relações concretas com o processo social; que leve a repensar o processo educativo no sentido de oferecer ao sujeito condições de compreender o meio onde se encontra inserido. A Educação deve ser entendida como um processo de formação e de aprendizagem, socialmente elaborado, destinado a contribuir para a promoção da pessoa enquanto sujeito de transformação social que transforma e é transformado (Unochapecó, 2012, p. 32).

A instituição chamada de educação escolar indígena proporciona aos estudantes a ampliação de novos horizontes, transforma vidas, permite desenvolver o pensamento crítico e a moral. É por meio do conhecimento que o indivíduo impulsiona a sua vida, direciona sua trajetória, desenvolve valores éticos e exerce plenamente sua cidadania, compreendendo seus direitos e deveres.

A formação de professores está garantida na Constituição Federativa do Brasil de 1988, especificamente no Capítulo III, artigo 210, que assegura aos índios a formação básica comum e o respeito aos seus valores culturais e artísticos. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, fica assegurado às comunidades indígenas o direito à educação escolar, cujo objetivo é fortalecer as práticas culturais e a língua materna. Dessa forma, o educador docente Kaingang da TI Xapecó tem um papel fundamental na construção e até em mudanças de paradigmas.

Considerações finais

A educação escolar indígena é uma ferramenta de luta e de busca pela autonomia responsável das comunidades Kaingang. O Estado deve respeitar e consultar o povo Kaingang para que esta instituição escola contemple em seu currículo e propostas pedagógicas as especificidades culturais e tradicionais específicas de cada comunidade.

A escola é um espaço único e com potencial para a revitalização cultural. O livro didático é importante e necessário como aporte do conhecimento, instigador, universal, fonte de pesquisa e que deve ser ampliado com conhecimentos e saberes específicos, culturais e comunitários, aproximando realidades socioculturais e ambientais e, no caso indígena, cosmológicos. A educação indígena vem sofrendo os impactos do contato com outros povos, culturas e religiões, e tenta se reorganizar, mesmo na dor e na precariedade histórica desse processo de colonização.

A educação escolar indígena, após 1990, começa a notar mudanças significativas e, em 1998, se fortalece a partir da luta por uma educação voltada para seus povos e comunidades. São muitos os desafios e dificuldades encontrados, como a criação de um sistema de educação em esfera nacional que garanta a organização e o respeito aos usos, costumes e tradições dos povos indígenas nas suas especificidades, dependendo muito de uma descolonização, inclusive de autoridades e lideranças indígenas que, com responsabilidade comunitária e democrática, respeitem e lutem pelos direitos e deveres de seus povos.

A cultura renasce quando valorizada, estudada, implementada e intensificada na melhoria de qualidade de vida das pessoas, sem exceções e/ou discriminações. Evitaremos, assim, que se percam nos interesses da evolução das mídias e tecnologias e que, mesmo nesse contexto, as crianças e jovens indígenas consigam acompanhar as transformações com o auxílio dos professores e da escola, sem prejuízos à vida e à cultura.

Referências

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **O depoimento consta no Informativo da Federação**

das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), São Gabriel da Cachoeira, AM, 1996.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação; LACED/Museu Nacional, 2006.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SILVA, Rosa Helena Dias da. Educação escolar indígena no Brasil**:** da escola para os índios às escolas indígenas. **Ágora**, v.13, p. 124150, 2007.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. A escola indígena no Brasil: trajetória e perspectivas. **Cadernos CEDES**, v. 28, n. 76, p. 19-39, 2008.

BERNARDI, Lucí Teresinha Marchiori dos Santos; CALDEIRA, Ademir Donizeti; DUARTE, Claudia Glavam. Posição de fronteira e produção de significados na educação matemática indígena **Revista Reflexão e Ação**, v. 21, p. 172-190, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. 2. ed. Brasília: MEC, 1994. (Cadernos de Educação Básica. Série Institucional, n. 2). Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F3D00026.pdf. Acesso em: 29 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **As Leis e a Educação escolar Indígena**: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Legislacao%20miolo.pdf. Acesso em: 29 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Portaria MEC nº 98, de 6 de dezembro de 2013**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: https://licindigenas.ufc.br/wp-content/uploads/2023/08/portaria-98-regulamenta-a-acao-saberes.pdf. Acesso em: 29 mai. 2025.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 29 mai. 2025.

CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa. Formação de professores na perspectiva do Movimento de Professores Indígenas da Amazônia. **Revista Brasileira de Educação**, ano 8, n. 22, p. 14-24, jan/abr. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000100003. Acesso em: 27 mai. 2025.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 4, n. 6, nov. 1989. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2310. Acesso em: 16 jun. 2022.

GARCÉS, Fernando. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. (Org.). **El giro decolonial**: reflexiones para

una diversidad epistêmicas más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Instituto Pensar, 2007. p. 217-242.

NARSIZO, Getulio; BATTESTIN, Cláudia. **A cosmologia Kaingang na Terra Indígena Xapecó - SC**. 2022. Disponível em: https://editoratucum.com.br/produto/a-cosmologia-kaingang-na-terra-indigena-xapeco-sc-ebook/. Acesso em: 27 mai. 2025.

PARANÁ. **Decreto estadual nº 7**, de 18 de junho de 1902.

PIOVEZANA, Leonel. **Fala proferida em palestra no PPGE da Unochapecó**. Chapecó (SC). Colóquio, 2024.

PIOVEZANA, Leonel. **Território Kaingang na mesorregião grande fronteira do MERCOSUL**: territorialidades em confronto. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.

QUARESMA, Francinete de Jesus Pandoja; FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. Os povos indígenas e a educação. **Revista Práticas de Linguagem**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 234-246, 2013.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 352**, de 16 de dezembro de 1997.

SANTA CATARINA. Secretaria da educação. **Portaria nº 488**, de 30 de dezembro de 1988.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro; NASCIMENTO, Adir Casaro. (Des)colonização, interculturalidade crítica e escola indígena na contemporaneidade. **Educação Unisinos**. 2020 Volume 24. Disponível em: https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.15. Acesso em: 16 jun. 2022.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Reitoria. **Alteração do projeto pedagógico do curso de licenciatura intercultural indígena para a criação do curso de licenciatura intercultural indígena em matemática e ciências da natureza**. Chapecó: Unochapecó, 2012.

DOI: http://dx.doi.org/10.22562/2025.63.24

Por uma sala de aula revolucionária[1]: uma visão histórico-crítica da Educação Brasileira (2005-2023)

For a revolutionary classroom: a historical-critical view of Brazilian education (2005-2023)

Gabrielly Sabóia*

Palavras-chave:
Desigualdade educacional
Alienação escolar
Educação revolucionária

O presente trabalho realiza uma breve análise da estrutura escolar brasileira a partir de uma visão histórico-crítica. Tendo como referencial teórico autores como Saviani (1991; 2008a; 2008b; 2011a; 2011b; 2012), Santos (2018) e Peregrino (2008), este artigo tem por motivação a importância, no atual cenário da Educação Brasileira, de compreendermos as teorias que pautam as diferentes formas de interpretação da Escola enquanto uma instituição formadora de indivíduos. A metodologia adotada foi um levantamento bibliográfico – junto de uma abordagem qualitativa – ancorado em uma busca minuciosa por documentos que tratam do assunto. Como resultado, temos que o estudo da Escola brasileira perpassa pelo âmbito da desigualdade, da segregação, da formação da burguesia e da desvalorização da instituição. Dito isso, concluiu-se que a Pedagogia Histórico-Crítica pode ser uma importante aliada na construção de caminhos que possibilitem o planejamento e a criação de uma sala de aula revolucionária.

Keywords:
Educational inequality
School alienation
Revolutionary education

The present work provides a brief analysis of the Brazilian school structure from a historical-critical perspective. Drawing on the theoretical frameworks of authors such as Saviani (1991; 2008a; 2008b; 2011a; 2011b; 2012), Santos (2018), and Peregrino (2008), this article is motivated by the importance, in the current context of Brazilian education, of understanding the theories that guide the different ways of interpreting the school as an institution responsible for the formation of individuals. The methodology adopted was a bibliographic review — combined with a qualitative approach — anchored in a meticulous search for documents addressing the topic. As a result, it was found that the study of the Brazilian school system involves issues of inequality, segregation, the formation of the bourgeoisie, and the devaluation of the institution. That said, it is concluded that Historical-Critical Pedagogy can be an important ally in constructing paths that enable the planning and creation of a revolutionary classroom.

Recebido em 25 de abril de 2025. Aprovado em 1º de julho de 2025.

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda".
(Paulo Freire)

Introdução

O presente trabalho busca realizar uma breve análise, a partir de um levantamento bibliográfico ancorado em uma abordagem qualitativa, da estrutura escolar brasileira a partir de uma visão histórico-crítica tendo como recorte temporal os anos entre 2005 e 2023. Desenvolvida pelo pedagogo Dermeval Saviani no ano de 1978, essa corrente pedagógica trata da construção de uma perspectiva que teoriza a respeito dos limites teórico-metodológicos apresentados pela visão crítico-reprodutivista, uma vez que os princípios que pautam essa concepção buscam denunciar o modelo de educação atual sem sequer apresentar possíveis

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estudante de Segunda Licenciatura em Pedagogia na Faculdade IPEMIG. Revisora e Normalizadora. E-mail: contato.gabriellysaboia@gmail.com.

soluções para a superação do principal problema apontado: a Escola como um instrumento reprodutor dos interesses do capital.

Sendo assim, este artigo tem por motivação a importância, no atual cenário da Educação Brasileira, de compreendermos as correntes teóricas que pautam as diferentes formas de interpretação e atuação da Escola enquanto uma instituição formadora de indivíduos. Sendo assim, esperamos contribuir com o tema a partir da análise da teoria pedagógica histórico-crítica enquanto uma importante aliada dos movimentos voltados à pauta da educação que buscam a subversão do entendimento do papel da instituição escolar na sociedade capitalista. Tendo em vista a existência de um histórico, na própria sala de aula, da adoção de um ponto de vista crítico-reprodutivista, o qual desconsidera as possibilidades de transformação das condições sociais vigentes na nossa sociedade, tais teorias,

> [...] embora cumpram importante papel ao apresentar um caráter crítico, levando em conta os determinantes sociais da educação, são pessimistas e deterministas uma vez que não vislumbram possibilidade alguma de que a escola possa contribuir para a transformação social [...] (Santos, 2018, p. 46).

Dessa forma, a utilização da Pedagogia Histórico-Crítica para a análise desse cenário apresenta-se como o "caminho certo" a ser percorrido por este estudo visto que ela

> [...] compreende que a escola é determinada socialmente e que a sociedade, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos, portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. A classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola, pois quer preservar seu domínio (Santos, 2018, p. 46).

Dito isso, é importante destacarmos os objetivos que foram traçados para este trabalho. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a estrutura escolar brasileira a partir de uma visão histórico-crítica. No caso dos objetivos específicos, temos: 1) explicar o que é a Pedagogia Histórico-Crítica e como ela enxerga a instituição "escola"; 2) apresentar um breve histórico da Educação Brasileira e a estruturação do ambiente escolar e 3) expor como se formou o histórico de desvalorização da Escola segundo a ótica socialista da Pedagogia Histórico-Crítica.

Quanto à estrutura, temos que, no tópico "A ESCOLA ENQUANTO UMA INSTITUIÇÃO POLÍTICA", discorreremos a respeito da "criação" da Pedagogia Histórico-Crítica, seus princípios e sua interpretação da Escola enquanto instituição. Já no tópico "A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O AMBIENTE ESCOLAR", apresentaremos um histórico da maneira como a educação escolar brasileira foi sendo estruturada , além dos ideais que pautam o seu funcionamento.

No tópico "A DESVALORIZAÇÃO PROPOSITAL DA ESCOLA" apresentaremos a formação do histórico de desvalorização da Escola tendo como princípio norteador a ótica socialista da Pedagogia Histórico-Crítica com o intuito de compreender como a classe burguesa buscou reforçar a ideia de inutilidade relacionada ao ensino escolar a fim de manter o próprio *status quo* social.

No tópico "PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS" realizaremos uma breve explicação sobre os procedimentos metodológicos mobilizados para a realização deste trabalho. Mais a frente, no tópico "APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS", pretendemos apresentar e discutir os resultados alcançados pela investigação proposta por este artigo. Por último, no tópico "CONSIDERAÇÕES FINAIS", apresentaremos uma síntese das reflexões desenvolvidas.

Dito isso, vale destacar que, assim como a Pedagogia Histórico-Crítica tem um compromisso explicitamente estabelecido com a luta socialista, esta pesquisa também o tem, visto que acreditamos não ser possível – e nem viável – pensarmos em um futuro melhor para o povo sem que ele esteja envolvido na reflexão, na luta e na tomada de decisões.

A Escola enquanto uma instituição política

A Pedagogia Histórico-Crítica foi cunhada por Dermeval Saviani em 1978 com o objetivo de ser uma orientação pedagógica crítica que transformaria estruturalmente a Escola e o currículo ao adotar o ponto de vista dos "dominados" como corrente orientadora de suas ações. Ademais, a partir dessa mudança de orientação político-histórica seria possível reafirmar um compromisso com a transformação social e com a luta socialista em busca

> [...] da construção de uma sociedade sem classes, com o fim das formas de exploração do homem pelo homem, numa sociedade nova, na qual a democracia passe a ser real e não apenas formal, uma vez que o poder, seja, de fato, exercido pelo povo (Santos, 2018, p. 47).

Nesse cenário de luta de classes, a atual instituição escolar brasileira atua como um tipo de "[...] instrumento de reprodução das relações de produção [...]" (Santos, 2018, p. 46) ao mesmo tempo que reproduz a dominação e a exploração provenientes do ideário capitalista. Além do mais, as teorias crítico-reprodutivistas tratam a Escola como um ambiente determinado socialmente onde os métodos tradicionais de ensino atendem aos interesses de uma burguesia cujo objetivo é utilizar esse espaço para transformar os sujeitos em trabalhadores "prontos" para serem explorados.

A Escola, principalmente a pública, serviria como um espaço de luta da classe trabalhadora, visto que o acesso ao conhecimento por parte das camadas populares é capaz de impulsionar não somente a própria luta pela defesa de seus interesses, mas também a humanização e a emancipação dos sujeitos mediante uma realidade em que a instituição escolar e seu currículo são monopolizados pela classe burguesa.

Em meio a esse ambiente de controle e "proletarização mental precoce" de jovens e crianças, a figura do professor autoritário, "detentor de todo o conhecimento", entra em cena com o intuito de garantir a subjugação desses indivíduos, transformando-os em pessoas cujas vivências extraescolares são totalmente desconsideradas pois

> Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar sua dominação (Saviani, 2008a, p. 45).

O uso da expressão "proletarização mental precoce" refere-se, neste contexto, à capacidade da Escola atual em transformar a mente dos estudantes com o intuito de precocemente prepará-los para o mercado de trabalho: horário de entrada e saída, hierarquização (separação dos alunos em turmas "melhores" e "piores") e sistema de recompensas por desempenho (notas), além, é claro, do condicionamento implícito dos sujeitos à situação em que se encontram – neste último caso, estamos referindo-nos à classe social. Todo esse processo nada mais é do que o capitalismo atuando de maneira ampla nas sociedades em busca de manter-se em "funcionamento" – ainda que todos saibam do seu histórico de fracasso habitual.

Uma vez que os "dominantes", ou seja, os burgueses que detém o poder de determinar os conteúdos escolares (currículo), utilizam esses saberes como instrumentos de manipulação do modelo de educação, e consequentemente da formação intelectual dos indivíduos, é necessário que modifiquemos os métodos de ensino, a postura docente e o currículo a fim de garantirmos uma mudança de mentalidades firme o suficiente para retirar os cidadãos da posição passiva de subordinados e torná-los sujeitos de sua própria história.

A Educação Brasileira e o ambiente escolar

Não sejamos levianos ao ponto de ignorarmos a necessidade intrínseca do reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da importância do investimento contínuo e crescente em Educação. A questão aqui é: também não podemos ignorar que existe algum investimento, porém mal distribuído.

De todo jeito, o cerne do problema não é somente o investimento, mas também a urgência por uma mudança brusca da estrutura cultural-educacional, ou seja, uma transformação evidente na maneira como foi e ainda é estruturada a cultura da educação, e a educação propriamente dita, posta em prática em nosso país.

Desigualdade escolar

Ao termos acesso a estudos que nos mostram, de forma escancarada, como não podemos pensar a sociedade brasileira sem antes abordarmos o tópico "desigualdade", entendemos que, para pensar a Escola, o caminho não seria diferente. Ainda que essa instituição tenha passado por um processo de expansão que possibilitou o acesso à ela por parte de parcelas socialmente fragilizadas da nossa população, esse processo infelizmente não foi acompanhado de uma mudança significativa no propósito inicial da escolarização no Brasil: formar os filhos das classes abastadas.

Entendendo que a Escola também reproduz a desigualdade presente na sociedade, o seu funcionamento não seria diferente disso: a distribuição dos "bens" educativos também se dá de maneira desigual. Ao analisarmos o estudo "As desigualdades na Educação do Brasil", realizado pelo Observatório da Equidade (referente ao ano de 2005), poderemos ver que, no caso do indicador "percentual de alunos de 1ª a 8ª série com renda inferior a ½ salário mínimo", temos um total de 55,4% de ingressantes na 1ª série, ao passo que essa taxa cai para 36,4% quando falamos sobre o ingresso na 8ª série. Esse cenário nos mostra que "[...] mesmo com estrutura precária, a escola mantém seletividade significativa para os segmentos mais pobres da sociedade" (Peregrino, 2008).

Tratando do tema mais à frente no tempo, temos que, na categoria "Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo, por motivo do abandono escolar ou de nunca ter frequentado escola (%)", nos anos de 2019, 2022 e 2023[4], o principal motivo do abandono ou evasão escolar foi o mesmo: a necessidade de trabalhar (IBGE, 2023, p. 10).

Obviamente que outros motivos também são especificados pela pesquisa citada, porém o principal deles traz à tona o fato de que a evasão e o abandono escolar no Ensino Médio não estão recebendo a devida atenção.

Para lidar com isso, o Governo Lula III (2023-2027) e seu Ministro da Educação Camilo Santana surgiram com uma proposta: a criação do Programa Pé-de-Meia:

> Programa de incentivo financeiro-educacional na modalidade de poupança destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público. O objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de garantir mais inclusão social pela educação, estimulando a mobilidade social (Pé-de-Meia, [2025]).

Em teoria, tal programa pretende ser uma das medidas que vai lidar com o problema urgente do abandono e da evasão escolar. Mesmo sendo um projeto inicialmente, digamos, bem intencionado, ao fim e ao cabo ele será o que toda providência não estrutural é: um "tapa-buraco".

Isso se dá porque os problemas que de fato estão enraizados na estrutura educacional brasileira não serão resolvidos, somente "mascarados" por uma iniciativa que se apresenta como algo "extraordinário" e "altamente eficiente". Na realidade, "o buraco é muito mais embaixo".

O projeto não é de todo ruim, mas como alguém formada em duas licenciaturas, sinto-me obrigada a dizer que toda a propaganda feita em torno dele parece realmente ter sido pensada com o intuito de abafar os demais problemas da Educação Brasileira.

A estrutura das Escolas, a merenda, o salário dos professores, o currículo, o mercado de trabalho que será enfrentado pelos alunos(as), o acesso ao Ensino Superior... Nada disso está sendo abordado junto da "importância" do Pé-de-Meia.

> [...] o professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e membro do da Rede Escola Pública e Universidade (REPU) Fernando Cássio critica a "lógica" do programa. Para ele, a escolha por um incentivo financeiro individual aos estudantes em situação de vulnerabilidade ao invés de uma política pública mais universalista, é equivocada.

> Um problema central do Pé de Meia é que ele não incide sobre as condições de permanência na escola pública, diz Cássio. "É uma política que combate a evasão dando um prêmio. O estudante eventualmente vai permanecer na escola pelo dinheiro, não porque tem condições melhores de permanecer. Duzentos reais por mês absolutamente não resolvem qualquer questão relacionada à permanência. E é pouco dinheiro se a gente for pensar, por exemplo, na necessidade financeira de um jovem que largou os estudos para trabalhar", afirma (Antunes, 2024).

Além disso, outra questão a ser considerada é a criação dos projetos de "aceleração de aprendizagem". Ainda que a expansão da "Escola de massas" tenha iniciado nos anos 1990 (Governo Fernando Henrique Cardoso), isso não foi suficiente para evitar que esse processo de escolarização se transformasse em um fracasso: "habitação" escolar sem escolarização, ou seja, tempo de permanência na Escola sem de fato aprender – o que também pode significar o aumento do índice de repetência. "Acelerar" a série que o estudante frequenta de maneira desmedida não irá ajudá-lo ou sequer fazê-lo se interessar pelos estudos. A iniciativa precisa ser repensada.

O tratamento dos alunos

A maneira como a Escola trata os alunos também têm muito a nos dizer. A Dra. em Educação Mônica Peregrino estabelece questionamentos acerca do surgimento das divisões no interior da Escola:

> Se partirmos do pressuposto de que as turmas, mais do que simples grupamentos de alunos, configuram verdadeiras posições estabelecidas no interior da instituição escolar; que as maneiras de identificar as turmas são formas de, antes de tudo, classificá-las; e que essa classificação, ao obedecer a critérios "consensuais" dentro do campo escolar, os mais simples e diretos, como faixa etária, rendimento escolar, ou os aparentemente mais sofisticados, como qualidade de uso da língua portuguesa e da escrita, nada mais faz do que "justificar" socialmente formas de distinção e de hierarquização que se instalam no interior dos espaços escolares, travestindo de fenômenos naturais desigualdades produzidas em parte dentro da própria escola (Peregrino, 2008).

Além disso, alguns outros elementos fazem parte da lógica desigual de distribuição dos "bens" educativos. Tratando-se de Escolas públicas cujas estruturas variam consideravelmente, a atribuição das salas de aula enquanto um espaço físico também será afetada pela seguinte noção: turmas "melhores", "medianas" e "piores". O reforço da desigualdade faz-se presente: as "melhores" turmas terão acesso às melhores salas – e menos barulhentas – e consequentemente terão melhores condições de estabelecer um bom processo de ensino-aprendizagem.

Em segundo lugar temos os livros didáticos:

> Os livros didáticos que chegam à escola vão sendo distribuídos a partir de critérios que levam em conta a "categoria" da turma, recebendo-os, primeiro, as turmas do "topo". Quando os livros recebidos pela escola não chegam para todos, as turmas de categoria mais "baixa" (a partir dos critérios de valoração da escola) ficam completamente ou parcialmente sem livros (Peregrino, 2008).

Em último lugar, mas não menos importante, temos a atribuição de professores às turmas. As turmas "melhores" serão ensinadas pelos professores mais exigentes em termos de conteúdo e disciplina. As turmas desconsideradas serão ensinadas por aqueles dispostos a melhor "adaptar" o conteúdo ao "nível" dos alunos e com a melhor capacidade de "dominar" o ambiente e impedir o "caos" de acontecer.

Os fatores desconsiderados

Existem outros fatores que são ignorados pela Escola no momento de refletir sobre a sua estrutura. A ausência da discussão desses "pormenores" no processo de determinação pedagógica ocasiona a reafirmação de um fenômeno exaustivamente mencionado ao longo deste artigo: a desigualdade.

Dentre esses fatores podemos destacar dois muito importantes: a ocupação profissional dos responsáveis pelo(a) aluno(a) e o local de moradia

do(a) estudante. Analisando a perspectiva de Peregrino (2008) e buscando compreender a relação entre essas duas caracterizações, desenvolvemos algumas reflexões.

Caso os pais ou responsáveis pela criança ou adolescente em processo de escolarização possuam níveis de escolaridade acima da média, entendemos que assim é mais provável que o(a) estudante permaneça na Escola e desenvolva maior simpatia pelos estudos. A relação encontra-se na seguinte questão: se os pais ou responsáveis são de origem pobre e tiveram de desistir dos estudos para trabalhar, cuidar de irmãos e irmãs ou quaisquer outros motivos, infelizmente não houve tempo hábil para que o sistema educacional obtivesse sucesso ao ponto de sobrepor-se ao capitalismo selvagem que exige que a maior quantidade possível de moradores de uma casa trabalhem para ter acesso ao mínimo. Não podemos omitir o fato de que as classes baixas do nosso país – e de qualquer outro que seja capitalista – não tem acesso a dois importantes privilégios que possibilitam a tranquilidade necessária para prosseguir os estudos sem se preocupar: tempo e dinheiro.

Morar dentro ou fora da favela é outro "detalhe" que vai afetar diretamente a qualidade do ensino daquela unidade educacional, visto que a quantidade de profissionais que serão direcionados para as Escolas, materiais e investimento estarão amplamente disponíveis para as instituições – públicas, neste caso – que tiverem as melhores localizações, ou seja, aquelas cujo endereço não seja no "asfalto"[2] serão mais afetadas pela discriminação e pela má distribuição dos recursos públicos destinados à Educação.

A desvalorização proposital da Escola

De acordo com Saviani (2011a), a relação entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a realidade escolar se apresenta de maneira muito íntima. Se a concepção desta corrente pedagógica está diretamente ligada ao materialismo histórico, nada mais justo do que estabelecer uma relação entre as condições materiais humanas, o trabalho e a Escola.

Ao longo do tempo o homem foi desenvolvendo-se de maneira a garantir a sua sobrevivência. Com o estabelecimento da propriedade privada, surge uma parcela ociosa dos membros da sociedade e, com ela, a Escola:

> *Escola*, em grego, significa "o lugar do ócio". O tempo destinado ao ócio. Aqueles que dispunham de lazer, que não precisavam trabalhar para sobreviver, tinham que ocupar o tempo livre, e essa ocupação do ócio era traduzida pela *escola* (Saviani, 2011a, p. 81).

Dessa forma, entende-se que a instituição escolar surgiu como um passatempo para a classe mais abastada ao mesmo tempo que os mais pobres, como de costume em uma sociedade capitalista, realizam toda a produção geradora de capital. Obviamente o acesso ao ensino – e ao ambiente escolar propriamente dito – sistematizou-se e tornou-se restrito para grande parte da população: os trabalhadores. Na sociedade atual não seria diferente:

> Na medida em que estamos ainda numa sociedade de classes com interesses opostos e que a instrução generalizada da população contraria os interesses de estratificação de classes, ocorre essa tentativa de desvalorização da escola, cujo objetivo é reduzir o seu impacto em relação às exigências de transformação da própria sociedade (Saviani, 2011a, p. 84).

Sendo assim, Saviani (2011a) explica que a popularização da oferta de vagas nas escolas entra em contradição com as vontades da classe dominante, visto que o saber passaria de propriedade privada, acessado somente por aqueles com ócio[3], a algo socializado entre os menos afortunados. Especificamente a partir da necessidade burguesa de evitar o acesso popular à Escola que nasce o processo sistemático de desvalorização dessa instituição.

Na modernidade, mais especificamente, o objetivo burguês deixa de ser frequentar a Escola por lazer e passa a ser, além de frequentá-la em busca da formação e consequente continuidade do privilégio educacional de seus ancestrais, convertê-la "[...] numa agência de assistência social, destinada a atenuar as contradições da sociedade capitalista" (Saviani, 2011a, p. 85) e assim tentar evitar que a população se revolte com a própria realidade social:

> [...] a escola tem uma função especificamente educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar (Saviani, 2011a, p. 84).

Nesse sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica vai na contramão da restrição do acesso ao saber e tece críticas a essa parcela da sociedade que se beneficia da "desescolarização" e do "emburrecimento" da população:

> Com efeito, a pedagogia crítica implica a clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, consequentemente, como o educador deve posicionar-se diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir à questão educacional (Saviani, 2011a, p. 86).

O Novo Ensino Médio (NEM)

Quando abordamos as ações propositais de desvalorização da Escola, é importante citarmos um assunto não tão "novo" no cenário educacional brasileiro: o Novo Ensino Médio. Apesar de se tratar de um tema que vem sendo discutido desde 2017 a partir da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), as suas propostas não são tão inovadoras quanto seus defensores alegam. Nós, educadores e pesquisadores da Educação, pensamos diferente:

> Entendemos que as alterações curriculares na reforma do ensino médio em vigor afetam tanto a concepção orientadora da formação quanto a organização do espaço e do tempo escolar. Enquanto propõe uma formação cujo viés combina com requisitos do mercado, diminui disciplinas, substituindo-as por conteúdos, e expande a jornada para o tempo integral, aumentando a permanência dos/das estudantes na escola (Garcia; Czernisz; Pio, 2022, p. 26)

Além de se tratar de um projeto que visa perpetuar o formato escolar que supre a demanda do mercado de trabalho por mão de obra – ou seja, o ensino deixa de ser o protagonista para dar lugar à uma formação deficiente que busca educar sujeitos alienados, sem senso crítico e mentalmente proletarizados –, o Novo Ensino Médio cumpre o papel de ferramenta criada para realizar a manutenção da hegemonia burguesa.

O NEM reforça a iniciativa de desvalorização da Escola ao precarizar o ensino e piorar as condições do trabalho docente. Como se já não bastasse todo o "barulho" que diversos "*coachs* educacionais" vêm fazendo na internet a fim de desestimular a juventude a ingressar no Ensino Superior, os anos escolares responsáveis por colaborar com a preparação deste grupo para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e demais vestibulares foram destroçados:

> De acordo com Tania Pacífico Hreisemnou, pedagoga da rede pública estadual e dirigente sindical do Núcleo Curitiba/Sul da Associação dos Professores do Paraná – Sindicato, o novo modelo de ensino médio pode contribuir com o aumento das desigualdades no acesso às universidades devido à falta de professores, de estrutura, de formação e descaso com os profissionais da educação. De acordo com a pedagoga, esses problemas acabam prejudicando, principalmente, os alunos da escola pública (Novo [...], 2022).

Novamente o principal prejudicado será aquele que já não é priorizado: o aluno de escola pública.

O Censo Escolar 2023 (Brasil, 2023) mostrou que a taxa de evasão escolar atingiu níveis absurdos no Ensino Médio: 5,9%, a maior taxa de evasão de toda a Educação Básica. A pergunta que não quer calar é: além de todas as questões que o ensino, principalmente o público, já enfrentava, o que teve início em 2022? A implementação gradual do NEM. Coincidência? Duvidamos.

Quanto ao Censo 2024, tudo que o Governo Federal e o Ministério da Educação têm a dizer é que a taxa de matrículas aumentou em 1,5% em relação a 2023 (MEC [...], 2025), mas quantos desses 7,8 milhões de alunos(as) irão permanecer no Ensino Médio até a conclusão dos três anos? Quantos terão a oportunidade de ingressar no Ensino Superior

público? Aguardemos a realização de novas pesquisas sobre o assunto.

Procedimentos metodológicos

A metodologia de pesquisa adotada para este estudo baseia-se na elaboração de uma breve reflexão acerca da estrutura escolar brasileira tendo como base os ideais da Pedagogia Histórico-Crítica. Ademais, realizaremos uma breve revisão bibliográfica sobre alguns escritos já existentes a respeito do tema.

Para tal, realizamos uma busca minuciosa por alguns documentos que tratam do assunto de maneira séria porém, cabe destacar que, mesmo apoiando-se em reflexões já elaboradas anteriormente, este artigo tem como um de seus compromissos o uso da abordagem qualitativa como um meio de compreendermos como

> [...] a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais [...] (Godoy, 1995, p. 21).

O uso da abordagem qualitativa justifica-se a partir da necessidade de compreendermos fenômenos sociais e analisarmos microprocessos (Martins, 2004) – neste caso, a estrutura da Educação Brasileira e seus fenômenos a partir de uma ótica histórico-crítica.

Em primeiro lugar, buscamos artigos que fazem o exercício de refletir a respeito da corrente pedagógica em questão. Em seguida, além da leitura de obras do autor do conceito (Saviani, 1991; 2008a; 2008b; 2011a; 2011b; 2012), também realizamos a leitura de documentos que colaboram com o objetivo principal deste trabalho. Por último, mas não menos importante, selecionamos as principais referências que viriam a servir como referencial teórico para a reflexão realizada nesta pesquisa.

Neste sentido, compreender a maneira como a corrente pedagógica citada é capaz de fazer sugestões palpáveis para a transformação da estrutura educacional brasileira requer o entendimento de que essa pedagogia atua em prol da realização de mudanças na Escola, na sociedade e na mentalidade dos indivíduos.

Sendo assim, o emprego do presente método está relacionado com a necessidade de evitarmos que a Educação Brasileira seja entendida como um ambiente imutável e influenciado por princípios teóricos que seriam capazes de dar conta de explicar todas as metodologias, práticas e acontecimentos de um sistema educacional que abrange um país cuja dimensão aproxima-se a de um continente.

Apresentação e discussão dos resultados

A presente pesquisa, apesar de não buscar conclusões definitivas a respeito da estrutura escolar brasileira, sua formação e suas desigualdades, conseguiu realizar algumas observações. Eis os resultados obtidos.

Em primeiro lugar, estudar a Escola brasileira a partir de uma lente teórica comprometida com a luta de classes nos permite realizar uma importante reflexão acerca dos impactos sociais, políticos e culturais do capital no acesso ao ensino e à instituição escolar propriamente dita. As desigualdades do sistema educacional não surgiram ontem e não irão desaparecer amanhã, mas entender como, quando, porquê e por culpa de quem elas surgiram nos possibilita a elaboração de estratégias que buscam a sua erradicação.

Em segundo lugar, pudemos compreender que as críticas da pedagogia crítica aos métodos de ensino tradicionais fundamentam-se na compreensão da influência da classe burguesa na construção da Escola. Ademais, tal influência afetou diretamente o estabelecimento de uma narrativa de desvalorização dessa instituição em busca do fortalecimento de um modelo desigual e explorador de sociedade, ao mesmo tempo que a própria estrutura escolar formava-se a partir de princípios de segregação estudantil.

Dessa forma, conclui-se que o estudo da Escola brasileira perpassa pelo âmbito da desigualdade, da segregação, da formação da burguesia e da consequente desvalorização da instituição em busca da continuidade da alienação da sociedade.

Considerações finais

Este artigo utilizou-se do método de levantamento bibliográfico – junto de uma abordagem qualitativa – a fim de analisar brevemente a estrutura escolar brasileira a partir da teoria criada pelo pedagogo Dermeval Saviani em 1978 – a Pedagogia Histórico-Crítica. A motivação para esta pesquisa trata-se da necessidade de compreendermos as correntes teóricas que pautam as diferentes formas de interpretação e atuação da Escola enquanto uma instituição formadora de indivíduos.

Além disso, pudemos atingir o objetivo geral estabelecido: entender a Escola brasileira a partir da Pedagogia Histórico-Crítica vista enquanto uma teoria pedagógica comprometida com a luta socialista pelo fim da sociedade de classes.

Ademais, no tópico "A ESCOLA ENQUANTO UMA INSTITUIÇÃO POLÍTICA" explicamos o contexto de formação dessa teoria pedagógica e vimos que ela enxerga a instituição escolar como um ambiente amplamente influenciado pela burguesia. No tópico "A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O AMBIENTE ESCOLAR" analisamos as nuances da desigualdade presente no cenário escolar – principalmente na divisão de turmas, no acesso a material didático e na distribuição dos professores. Por último, no tópico "A DESVALORIZAÇÃO PROPOSITAL DA ESCOLA" estabelecemos uma relação entre as condições materiais humanas, o trabalho e a Escola a fim de percebermos como se deu a transformação da *escola*, "lugar do ócio", em Escola, lugar de desigualdade.

Dito isso, é importante salientarmos que a formação de professores constitui-se como um dos pilares fundamentais para que a sala de aula possa se tornar um ambiente revolucionário. A partir do instante que o educador ou educadora está capacitado(a) para lidar com os diferentes perfis de alunos(as), suas diferentes bagagens culturais/sociais e suas diferentes visões de mundo, ele ou ela está pronto(a) para conduzir esses indivíduos durante o processo de construção de um senso crítico apurado.

Cabe destacar que o presente estudo não tem como uma de suas pretensões o esgotamento das inúmeras possibilidades de abordagem do assunto em questão – a composição e a transformação da Escola. Sendo assim, devemos admitir que estudos mais extensos, ou seja, mais aprofundados, tem a possibilidade de abordar o tema por outras abordagens a fim de ampliar a fundamentação teórica e possibilitar a análise das reflexões produzidas por outros autores e autoras que também buscam estratégias para solucionar a desigualdade presente no sistema educacional brasileiro.

Dito isso, conclui-se que a Pedagogia Histórico-Crítica pode ser uma importante aliada na construção de caminhos que possibilitem o planejamento e a posterior criação de uma **sala de aula revolucionária**, igualitária, antirracista e inclusiva.

Notas

1 O presente artigo foi adaptado, em grande parte, do Trabalho de Conclusão de Curso denominado "Por uma sala de aula revolucionária" apresentado à Faculdade IPEMIG como um dos requisitos para obter o diploma de Segunda Licenciatura em Pedagogia.

2 Essa expressão é utilizada para indicar que algum lugar está localizado fora das delimitações da favela.

3 Ócio. Ó-ci-o. 1) Tempo de descanso [...]; 2) Tempo que dura esse descanso; 3) Indisposição física, ociosidade [...]; 4) Aversão a qualquer atividade física ou mental; 5) Qualquer ocupação agradável. Antônimo: trabalho (Ócio, [2025]).

4 As taxas foram, respectivamente, 40,1%, 40,2% e 41,7%.

Referências

ANTUNES, A. Pé de Meia e o desafio da evasão na educação profissional. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ**, 2024.
Disponível em:
https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/pe-de-meia-e-o-desafio-da-evasao-na-educacao-profissional. Acesso em: 29 jun. 2025.

BATISTA, Eraldo Leme.; LIMA, Marcos Roberto. A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica

revolucionária. **Laplage em Revista**, v. 1, n. 3, p. 67-81, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-norma-pl.html. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2023**. Brasília, DF: MEC: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

DUARTE, Nelson. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. *In*: MARTINS, LINO de Macedo; DUARTE, Nelson. (Orgs.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 33-50.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GARCIA, Sandra Regina Oliveira; CZERNISZ, Eliane; PIO, Camila. 'Novo' Ensino Médio? Customização neoliberal da formação integral. **Retratos da Escola**,, v. 16, n. 34, p. 23-38, jan./abr. 2022.

GASPARIN, João Luis. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GASPARIN, João Luiz.; PETENUCCI, Maria Cristina. Pedagogia Histórico-Crítica: da teoria à prática no contexto escolar. **Dia a Dia Educação**, p. 1-16, 2014..

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua)**: Educação 2023. Brasília, DF: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

LAVOURA, Tânia.; MARTINS, Lino de Macedo. A dialética do ensino e da aprendizagem na atividade pedagógica histórico-crítica. **Revista Interface: comunicação, saúde e educação**, v. 21, n. 62, p. 5-18, 2017.

MARTINS, Heloisa Helena. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MARTINS, Lino de Macedo; LAVOURA, Tânia. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, v. 34, n. 71, p. 223-239,2018.

MEC e Inep contextualizam resultados do Censo Escolar 2024. **Gov.br**, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril/mec-e-inep-contextualizam-resultados-do-censo-escolar-2024. Acesso em: 29 jun. 2025.

NOVO ensino médio pode aumentar desigualdade no acesso às universidades, avaliam educadores. **Alma Preta**, 2022. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/novo-ensino-medio-especialistas-avaliam-como-fica-o-acesso-ao-ensino-superior/?gad_source=1&gad_campaignid=22546923003&gbraid=0AAAAAqda5pzOU7NTpFf-8A5SmqpF6E6GG&gclid=Cj0KCQjwyIPDBhDBARIsAHJyyVh1mYjwww6ie-8gHs-L_aD88dhrV1fQdDwAfXmJWXxQdTdzVI_1acgaAjt8EALw_wcB. Acesso em: 29 jun. 2025.

ÓCIO. **Michaelis On-line**, [2025]. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/busca?id=w42lD. Acesso em: 29 jun. 2025.

PEREGRINO, Mônica Dias Peregrino. Desigualdade, juventude e escola: uma análise de trajetórias institucionais. *In*: ZACCUR, Edwiges; FÁVERO, Osmar. (Orgs.). **Pesquisas em Educação**: diferentes enfoques. Niterói: EdUFF, 2008, n. p.

PÉ-DE-MEIA. **Gov.br**, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia. Acesso em: 29 jun. 2025.

SANTOS, Raquel Elisabete de Oliveira. Pedagogia histórico-crítica: que pedagogia é essa? **Horizontes**, v. 36, n. 2, p. 45-56, 2018. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/520. Acesso em: 25 ago. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008b. p. 223-274.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011a.

SAVIANI, Dermeval. **Educação em diálogo**. Campinas: Autores Associados, 2011b.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SILVA, Maria Beatriz da. Fundamentos teórico-metodológicos da pedagogia histórico-crítica: uma relação necessária entre história e filosofia. **Educar em Revista**, v. 35, n. 76, p. 199-218, 2019.